



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**IGOR MOREIRA DE SOUSA PINTO**

**AGINDO NAS BRECHAS DOS “PODRES PODERES”: CAMINHADAS,  
COLETIVOS E MOVIMENTOS PELA CIDADE**

**FORTALEZA**

**2023**

IGOR MOREIRA DE SOUSA PINTO

AGINDO NAS BRECHAS DOS “PODRES PODERES”: CAMINHADAS,  
COLETIVOS E MOVIMENTOS PELA CIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia. Área de concentração: Violência e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- P728a Pinto, Igor Moreira de Sousa.  
Agindo nas brechas dos podres poderes : caminhadas, coletivos e movimentos pela cidade / Igor Moreira de Sousa Pinto. – 2023.  
356 f. : il. color.
- Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2023.  
Orientação: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.
1. Caminhada. 2. Arranjos coletivos. 3. Movimento. 4. Assembleias populares. 5. Saraus da periferia. I. Título.

CDD 301

---

IGOR MOREIRA DE SOUSA PINTO

AGINDO NAS BRECHAS DOS “PODRES PODERES”: CAMINHADAS, COLETIVOS E  
MOVIMENTOS PELA CIDADE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Sociologia. Área de concentração: Violência e conflitos sociais.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá.

Aprovada em: 28/02/2023.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Glória Maria dos Santos Diógenes  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Aloísio Ferreira de Lima  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Adriana Fernandes  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)

---

Prof. Dr. Igor Monteiro Silva  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## RESUMO

A tese que segue baseia-se em uma pesquisa socioantropológica da política, compreendida como ações coletivas, constituição de arenas e geração de acontecimentos por arranjos coletivos que incidem e afetam a realidade social e as relações de poder. Pesquisa desenvolvida em um longo período de vivências com pessoas e coletivos que agem a partir de territórios periféricos, à margem dos centros de poder institucional, em enfrentamento a lógicas, práticas e estratégias como segregação, remoção, extermínio. Sujeitos que lutam, agindo nas brechas dos “podres poderes” (estatais, mercadológicos e criminais) para resistir, criar, transformar e produzir vida, e que, para isso, conectam-se e agenciam práticas e estratégias partilhadas nas suas resistências. Na pesquisa, mobilizo práticas e estratégias da Antropologia da Política para apreender, compreender e explicitar o ser-fazer-pensar *movimento* no *campo popular* da cidade de Fortaleza-Ce, com seus territórios, coletivos e pessoas, suas visões de mundo, disposições morais, culturas organizacionais e motivações para agir. Suas *caminhadas*, nas quais quem *caminha* sente, pensa e age transformando a realidade aos seu redor e se transformando no *movimento*, que atravessa e transcende os indivíduos e suas trajetórias. Comunidade, Ocupação, Assembleia Popular, Sarau da Periferia, são algumas das categorias, engendradas nos fluxos de ação coletiva no tempo-espaço da pesquisa, que atravessam o texto da tese, assim como agenciamentos da memória, dos territórios, dos deslocamentos e encontros. Por meio de narrativas, percorremos acontecimentos, conflitos, ações e criações que enredaram *lutas* nas duas últimas décadas em Fortaleza-Ce, em conexão com problemas e lutas similares em outras cidades, em torno de questões como direito à cidade, direitos humanos, combate às desigualdades sociais, reconhecimento, liberdade, bem comum... Para tanto, a tese se divide em cinco partes entrelaçadas: Ocupar, resistir e produzir vida; Assembleias populares e lutas pela existência; A festa e a arte como ação política; Assembleias Populares pelo Direito à Cidade e Saraus da Periferia; Outras itinerâncias: notas sobre transbordamentos.

**Palavras-chaves:** caminhadas; movimento; coletivos; ocupação; assembleia popular; saraus da periferia

## ABSTARCT

The thesis that follows is based on social anthropological research on politics, understood as collective actions, the constitution of arenas and the generation of events through collective arrangements that impact and affect social reality and power relations. Research developed over a long period of experiences with people and collectives who act from peripheries territories, on the margins of centers of institutional power, in confrontation with logics, practices and strategies such as segregation, removal, extermination. Subjects who fight, acting in the gaps of “rotten powers” (state, market and criminal) to resist, create, transform and produce life, and who, to this end, connect and implement shared practices and strategies in their resistance. In the research, I mobilize practices and strategies from the Anthropology of Politics to grasp, understand and explain the being-doing-thinking movement in the popular field of the city of Fortaleza-Ce, with its territories, collectives and people, their worldviews, moral dispositions, organizational cultures and motivations to act. Their walks, in which those who walk feel, think and act, transforming the reality around them and transforming themselves into movement, which crosses and transcends individuals and their trajectories. Community, Occupation, Popular Assembly, Poetry slam, are some of the categories, engendered in the flows of collective action in the time-space of the research, which cross the text of the thesis, as well as arrangements of memory, territories, displacements and encounters. Through narratives, we cover events, conflicts, actions and creations that have led to struggles in the last two decades in Fortaleza, Ceará, in connection with similar problems and struggles in other cities, around issues such as the right to the city, human rights, combating social inequalities, recognition, freedom, common good... To this end, the thesis is divided into five intertwined parts: Occupy, resist and produce life; popular assemblies and struggles for existence; The party and art as political action; Popular Assemblies for the Right to the City and Poetry slam; Other itineraries: notes on overflows.

Keywords: walking; movement; collectives; occupation; popular assembly; poetry slam.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMOTITAN – Associação de Moradores do Titanzinho  
ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares para a Copa e Olimpíadas  
ARQPET – Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo  
CAD – Curso de Arte Dramática  
CAJU – Centro de Assessoria Jurídica Popular  
CCBJ – Centro Cultural Bom Jardim  
CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbet de Souza  
CMP – Central dos Movimentos Populares  
COTAM – Comando Tático Motorizado  
COVIO – Laboratório Conflitualidade e Violência  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável  
GATE Gdfam – Grupo de Apoio e Desenvolvimento Familiar  
MCP – Movimento dos Conselhos Populares  
MEP – Movimento de Engajamento Político  
CDVHS – Centro de Defesa da Vida Herbet de Souza  
CEBS – Comunidades Eclesiais de Base  
FLMD – Frente de Luta por Moradia Digna  
HABITAFOR – Secretaria de Habitação de Fortaleza  
LAMUR – Laboratório de Artes e Micropolíticas Urbanas  
LEV – Laboratório de Estudos da Violência  
LEHAB – Laboratório de Estudos da Habitação  
NAJUC – Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária  
PDPFOR – Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza  
PIRF – Plano Integrado de Regularização Fundiária  
RAIO – Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas  
SAJU – Serviço de Assessoria Jurídica Universitária  
TSC – Titanzinho Surf Club  
UECE – Universidade estadual do Ceará  
UFC - Universidade Federal do Ceará  
VLT – Veículo Leve sobre Tilhos  
ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais e minha família, por tudo que significam e fizeram por mim; à Fernanda, pela parceria e companheirismo durante todo esse árduo período de doutorado e pesquisa, pandemia e ação, concurso e posse, vida...

Ao meu orientador (no mestrado e doutorado) Leonardo Sá, valeu pela força e parceria. Às professoras Glória Diógenes, Adriana Fernandes que participaram tanto da minha banca de qualificação como de defesa da tese, tendo contribuído muito para o resultado final desta; a quem se somaram os professores Igor Monteiro e Aloísio de Lima, a quem agradeço pelas participações e comentários na minha banca de defesa, influenciando a revisão e pequenas reformas antes do depósito junto à universidade. Agradeço também à professora Irllys Barreira e ao professor Cristian Paiva, que contribuíram de demais no meu processo, durante mestrado e doutorado, e em nome dos quais agradeço a todas as professoras, professores, colegas estudantes-pesquisadores e trabalhadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

Às pessoas amigas, que sabem o quanto são importantes para mim, e espero ser para elas. Àquelas que foram parceiras na pesquisa e na produção da tese: Liduina (*in memoriam*), Chicão, Pedro, Jacqueine, Vladimir, Lucirene, Rosa, Francisco, Cícera, Manu, Wayne, Adriana, Rogério e tantas outras com quem caminhamos juntas no MCP, na Frente de Luta por Moradia Digna, Coletivo Servilost, Amotitan, Raízes da Praia, Jubileu Sul, assembleias populares... a todos que praticam o mutirão e a partilha, inclusive de conhecimento, meu muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

O mar como horizonte utópico.....	10
“Rede de luta, resistência e afeto produzindo contramaré” .....	13
A conversa, os discursos e a escrita .....	23
A caminhada da pesquisa e o percurso do texto .....	28
Alguns alinhamentos teóricos.....	33

### PARTE 1

#### OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR VIDA

<b>1. Um breve relato sobre o surgimento da Frente de Luta por Moradia Digna.....</b>	<b>42</b>
<i>1.1 O lançamento-aparição da Frente de Luta por Moradia Digna no turbilhão de junho-2013</i>	<i>43</i>
<i>1.2 O despejo do Alto da Paz: um acontecimento-crítico .....</i>	<i>46</i>
<b>2 Raízes da Praia .....</b>	<b>51</b>
<i>2.1 Uma comunidade que se cria.....</i>	<i>53</i>
<i>2.1.1 O terral em três de julho de 2009 .....</i>	<i>54</i>
<i>2.2 A ação de ocupar: agenciamentos coletivos, conflito e criação.....</i>	<i>57</i>
<i>2.3 A Raízes da Praia vive, Raízes da Praia resiste .....</i>	<i>69</i>
<i>2.3.1 O Barracão: do Morro da Vitória à Raízes da Praia .....</i>	<i>71</i>
<i>2.3.2 Aniversários da Raízes da Praia .....</i>	<i>74</i>
<i>2.3.3 Relato sobre a relação corpo, persistência, dor e resistência.....</i>	<i>75</i>
<i>2.3.4 Vitória e a ética do certo .....</i>	<i>79</i>
<i>2.3.5 Aniversário dos nove anos de ocupação: Assembleia Popular da Cidade na Raízes da Praia</i>	<i>84</i>

### PARTE 2

#### ASSEMBLEIAS POPULARES E LUTAS PELA EXISTÊNCIA

<b>3 A migração dos sapos .....</b>	<b>87</b>
<b>4 O microfone está aberto .....</b>	<b>91</b>
<i>4.1 Assembleia Popular Titan Não Sai .....</i>	<i>92</i>
<i>4.2 Conselho Popular e arranjos comunitários na luta do Serviluz.....</i>	<i>102</i>
<i>4.2.1 “É o Serviluz contra o estaleiro!” .....</i>	<i>103</i>

4.2.2	<i>Implementação da Zeis no Serviluz, primeira tentativa, e o Conselho Popular como alternativa ao falhado Conselho Gestor</i> .....	112
5	<b>“Essa luta é feita por muitas mãos”</b> .....	118
5.1	<i>Mostra Audiovisual do Titanzinho</i> .....	118
5.2	<i>Memória como “instrumento potente de luta” e outras estratégias e práticas de resistência</i> .....	125
5.3	<i>O mar, o farol e a luta</i> .....	128
5.4	<i>Outros afetos, estratégias e práticas nas lutas contra remoções: a experiência dos “planos populares”</i> .....	131

### PARTE 3

#### A FESTA E A ARTE COMO AÇÃO POLÍTICA

6	<b>O Coletivo Servilost e o Sarau Farol Roots</b> .....	142
6.1	<b><i>Guerra, paz e pacificação</i></b> .....	145
6.1.1	<i>“No Serviluz a guerra não existe mais”</i> .....	149
6.1.2	<i>“Paz” ou “pacificação”?</i> .....	155
6.1.3	<i>“Serviluz é o meu lugar”</i> .....	166
6.2	<b><i>“Servilost, baile de favela”</i></b> .....	171
7	<b>Fazendo festas em meio aos “podres poderes”</b> .....	175
7.1	<b><i>“Pra quem é artista só falar é pouco”</i></b> .....	189

### PARTE 4

#### ASSEMBLEIAS POPULARES PELO DIREITO À CIDADE E SARAUS DA PERIFERIA

8	<b>Itinerâncias e encontros gerando movimento na cidade</b> .....	194
8.1	<b><i>A criação da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade: “fazer a cidade ficar com a cara da gente”</i></b> .....	202
8.1.1	<i>A Assembleia Popular pelo Direito à cidade e a luta pelas Zonas Especiais de Interesse Social</i> 212	
8.2	<b><i>A potência da fala e de ser escutada</i></b> .....	216
9	<b>A irrupção dos Saraus da Periferia</b> .....	226
9.1	<b>Afro Sarau</b> .....	229
9.2	<b><i>“Vem falar pra ver se alguém percebe”</i></b> .....	234
9.2.1	<i>Entre o dito, o falado e o feito</i> .....	236
9.3	<b><i>Rede de Redução de Danos: o cuidado como ação</i></b> .....	241
9.4	<b><i>“Juventude, violência e racismo de estado”</i></b> .....	251

## PARTE 5

### OUTRAS ITINERÂNCIAS: NOTAS SOBRE TRANSBORDAMENTOS

10	IV Sarau Natorat .....	256
11	III Assembleia Popular pelo Direito à Cidade no Bom Jardim e outras conexões .....	263
11.1	“Vamo ocupar” .....	271
12	Os Saraus da Periferia ocupando espaços e gerando cena artística-política na cidade .....	277
12.1	<i>Espetáculo “Lar”</i> .....	279
12.2	<i>“Ei pai, o meu herói é o seu filho, cara”</i> .....	281
12.3	<i>Ocupando a Bienal</i> .....	283
13	Transbordamentos e a ciências do deslocar .....	286
13.1	<i>“A travessia é uma ação”</i> .....	288
13.2	<i>Trasbordando fronteiras além</i> .....	291
14	A ciência do deslocamento longo e a arte da memória criativa: Meta-arquivo, Gente de Lá, Ocupação Centro Cultural e visita ao Capão Redondo, em São Paulo .....	292
14.1	<i>Mostra Meta-Arquivo 1964-1985 e o grupo Crítica Radical</i> .....	292
14.2	<i>A Ocupação Centro Cultural, na Rua do Ouvidor</i> .....	295
14.3	<i>Gente de Lá: o privilégio branco na encruzilhada da palavra e da ação</i> .....	303
14.4	<i>Visita ao Capão Redondo</i> .....	311
	<b>O QUE NOS MOVE E O QUE NOS PARALISA</b>	
	“Almas sebosas” .....	321
	Interpelações necropolíticas .....	322
	Redes comunitárias: organização popular e ação coletiva em Fortaleza – vivências e reflexões .....	324
	“Superando o que nos paralisa” .....	331
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	336
	<b>APÊNCICE A – TRANSCRIÇÃO FALA SOBRE “JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E RACISMO DE ESTADO”, NO CUCA-JANGURUSSU</b> .....	345
	<b>ANEXO A – NOTA CONSELHO POPULAR DO SERVILUZ</b> .....	349
	<b>ANEXO B – CALENDÁRIO ELEITORAL ZEIS SERVILUZ EM 2011</b> .....	350
	<b>ANEXO C – SEMIÁRIO POPULAR SERVILUZ QUE QUEREMOS</b> .....	351

## INTRODUÇÃO

Contara tudo – não uma história linear, como às vezes conseguia ler nos jornais ou nos folhetos vendidos na Feira do Passarinho (e como eram, embora ela o ignorasse, as histórias dos romancistas do século XIX e de seus meigos epígonos da atualidade); não uma história que começava com o seu nascimento e terminava ali naquela cama no quarto de uma casa da Rua do Capim, mas uma história que começava em qualquer lugar e terminava em qualquer lugar, desurdida e fragmentária, e na qual o depois precedia o antes, a travessia da noite guardava dias e sóis já extintos, o amanhã se antecipava ao confuso trasanteontem mal vivido. Era, enfim, uma história mal contada, e toda embaralhada, como de cigano ou ladrão de cavalo... (Ledo Ivo, “Ninho de cobras”, 1997, p.63)

### O mar como horizonte utópico

Como começar a escrita de uma tese cujo *campo de pesquisa* faz parte da vida do pesquisador antes mesmo de se imbuir nessa condição<sup>1</sup>? Quando o fluxo de realidade pesquisada se espalha em um tempo-espço cronologicamente impreciso, de vivências conectadas, mas descontínuas e itinerantes, como as lembranças – mesmo as delimitações metódicas do período de ofício como pesquisador, mostram, quando mexo nos dados e registros, *linhas* que levam além das datas ou lugares pretensamente delimitados.

Saio de casa com esse pensamento a me martelar: o começo da escrita quando as coisas estão acontecendo, o *tic-tac* dos prazos ressoando, enquanto o fluxo do real segue, interpela e demanda. Pedalo até a ponta do “espigão” na Praia de Iracema, manhã de sábado, três de agosto de 2021. Olho para o mar, norte sem fim, em busca de inspiração, pois escrever é difícil. Viro o olhar para oeste e vejo os *bairros-favelas* daquele lado do litoral fortalezense, o Pirmabu, a Barra do Ceará, penso nas pessoas, coletivos, paisagens e histórias que conheço de lá. Volto a olhar para o mar, suas ondulações, seu movimento profundo e denso, seu estado mutável – maré seca, cheia, secando, enchendo, nunca parada, nunca imóvel, ainda que assim possa aparentar a quem olhe ligeiro sua superfície. Movimento, arranjos e rearranjos contínuos – busco inspiração.

Mas se viro o olhar para o leste – como nas noites atraído pela luz rodopiante do farol no cume do Morro – o que vejo é a Beira Mar com seus prédios altos e ricos, depois dos quais se encontra o Cais do Porto, sua zona industrial, o Morro do Mucuripe salpicado de *ocupações-favelas* e conjuntos habitacionais, por trás dele, o Serviluz, onde está o Farol Velho do

---

<sup>1</sup> Ingressei no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFC em 2015, mestrado e depois doutorado. Antes atuara como advogado popular, militante e educador no “território existencial”, que se constituiu em campo de pesquisa, desde o início dos anos 2000 – ano também do acontecimento mais antigo nas tramas que, como pesquisador, venho perseguindo e textualizando – a ocupação, conflito e constituição do Morro da Vitória no campo de dunas fixas do Grande Mucuripe, litoral leste de Fortaleza (PINTO, 2017).

Mucuripe, milhares de moradia populares e a praia do Titanzinho, depois, a Praia do Futuro; em cima, o Farol Novo e, ao seu lado, o novíssimo, este enorme, apequenando o primeiro – necessário construir um mais alto para sobrepor os espigões da orla que estavam tampando a luz do Farol Novo, para quem ver do mar. Ali, em torno dos novos faróis, o Morro da Vitória e um mar de *comunidades* que desce morro abaixo e se alastra, intermitente, disputando espaços com os mercados turístico e imobiliário, por todo o litoral leste de Fortaleza, até a foz do rio Cocó.

Busco inspiração. Arranjos e rearranjos coletivos. Penso na pandemia, na infecção e morte de Liduina, tão associada sua presença àqueles territórios, ela, uma das fundadoras da *comunidade* Morro da Vitória (e, depois, da Raízes da Praia), uma das protagonistas na minha dissertação (PINTO, 2017), por ser uma das protagonistas do *acontecimento* ocupação-conflito-criação do Morro da Vitória e de intensa atividade comunitária naquele território desde então. Sinto um incômodo, misto de tristeza e raiva. Inspiro fundo. Olho para o mar, seus movimentos: como a vida nos seus arranjos e rearranjos. O período da pandemia trouxe isso de forma intensa, fortes rearranjos também no agir coletivo, coisas que nunca serão como antes, reuniões *on line*, pessoas mortas, vida reconfigurada.

Olho para o mar, a ausência das velas triangulares das jangadas, cada vez mais raras ali, como cada vez mais raros os peixes nas bancas da orla oeste e no litoral leste também, mesmo com o Mercado dos Peixes da Beira-Mar. Essa pulsão de morte coletiva não vai passar com a pandemia, penso, mundo adoecido. E olho automático para o Farol Novo, ao redor do qual brotou o Morro da Vitória, que Liduina ajudou a criar, junta com outras pessoas que aparecerão nesta tese agindo, pensando, criando territórios, mas também *comunidades existenciais* (coletivos de ação, reflexão, criação, enunciação, produção de vida e apoio mútuo). Nesse agir e semear consistem suas *caminhadas*, que seguem, de alguma forma, mesmo após suas mortes.

Olho de novo para o mar, penso na *doença* que lhes tira os peixes, vai lhe matando por dentro: “Ecocídio”, diriam alguns dos meus interlocutores. E em uma grande coincidência, se isso existe, deparo-me naquele instante, enquanto pedalo devagar pelo espigão, pichado em uma mureta: “Salve o Cocó”.

E quando sigo pelo calçadão da Praia de Iracema no sentido oeste, rumo à Ponte Velha, lembro-me de uma reunião por lá acontecida, aquela fala, a expressão que me veio à cabeça ao ouvi-la: *o mar como o horizonte utópico!* Foi em um encontro da Frente de Luta por Moradia Digna, no final de 2018, uma fala do Rogério, logo ali no Poço da Draga. Ele lançou mão de uma metáfora, inspirado pelo mar que nos avizinhava, encoberto no breu da noite:

Só dizer aqui a nossa situação né, basta circular [*movimenta o corpo como a olhar ao redor*], a gente está aqui nessa roda de sentimentos, de afeto... de um lado a gente tem o Aquário, que representa a cidade do capital, do outro lado a gente tem o Poço da Draga, que é uma comunidade que faz luta como as nossas outras comunidades. E o mar está bem aqui, a gente não está vendo, mas a gente sabe que ele está ali [*aponta*], a gente sente. É um pouco como as nossas utopias, tem alguma coisa que está impedindo a nossa visão mais clara, direta, mas a gente sabe que está ali, entendeu? Então é um pouco isso, a gente construir essa rede de afeto em meio a essas coisas tão... que nos revoltam né, pra gente saber o caminho pra chegar ao mar, pra chegar ao que a gente quer (Rogério Costa, encontro Frente de Luta por Moradia Digna, 13 de dezembro, 2018).

Mar com o qual Rogério possui uma significativa conexão em sua *caminhada*, apesar de hoje viver e agir no *sertão* da cidade, *Grande Bom Jardim*. Conheci-o em meados da década de dois mil como coordenador do Fórum da Zona Costeira, que reunia representantes de comunidades pesqueiras do litoral cearense, *ongs* e outros coletivos de ativistas socioambientais, pessoas que atuavam na conflituosa *zona costeira* cearense, com suas comunidades enraizadas (econômica e culturalmente) na pesca artesanal, seus territórios de mangues, dunas e lagoas, enfrentando a pesca predatória, a carcinicultura (fazendas de camarão), a especulação imobiliária, o mercado turístico, usinas eólicas, degradando o meio ambiente e o tecido comunitário no litoral cearense. Rogério mantém-se um ativista socioambiental pois, em sua atuação no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza e Rede Dlis-Bom Jardim, intervém em questões urbanísticas e ambientais “muito concretas” (como ele disse em outra fala naquela noite) da vida urbana, seja no cotidiano no Bom Jardim (como na luta pela proteção da Lagoa da Viúva, criação de um parque no seu entorno, regularização fundiária e urbanística de ocupações como a Nova Canudos), seja nas *arenas públicas* da cidade (como as que envolvem o planejamento e a gestão urbana, como veremos).

E essa conexão entre *natureza* e *agir político*, que constitui e é operada em sua *caminhada*, inspirou-o, talvez, a se expressar poeticamente naquela metáfora, ao mesmo tempo construindo uma figura cognitiva pujante: o mar simbolizando o horizonte utópico que inspira ou motiva as *caminhadas*, acompanha-as, atribui sentido a elas, dá perspectiva, que é transcendente, uma transcendência insurgente<sup>2</sup>, mas, ao mesmo tempo, uma existência concreta

---

<sup>2</sup> “Apenas a abertura para o infinito do oceano parece apontar para a utopia da Liberdade...” – escreve Leonardo Sá em sua etnografia sobre os “jovens moradores” do Serviluz, estigmatizados e discriminados pelas esferas públicas da cidade oficial, que fazem da “...prática contemplativa cotidiana (...) dirigida às linhas imaginárias dos trópicos (...) parte do marítimo sistema cosmológico local que inaugura um espaço-tempo imaginário próprio e saudosista dos tempos antigos em que, segundo seus mitos afro-ameríndios de origem, seus ancestrais pescadores artesanais viviam apenas do mar, da natureza, da subsistência, de modo simples, fora da cidade e suas confusões, mais por razões tradicionais do que como ocorre no tempo presente à força de uma exclusão socioeconômica e do campo dos direitos constitucionalmente adquiridos” (SÁ, 2010 p. 236–237).

que está logo ali, ainda que não possamos enxergá-la no breu da noite, está ali em toda sua densidade, movimento e vida. Um sentido de utopia que seja, dialogando com Ailton Krenak (2019, p.32-33), não um “... horizonte prospectivo, mas existencial. (...) nossas poéticas sobre a existência”. Trata-se não de uma utopia inatingível que nos faz seguir a caminhar, mas de um “horizonte existencial” que se realiza na própria *caminhada*, agindo nas *trilhas* por onde passa, constituindo-as. Como o Pedro falou em outro encontro daquela *rede*, alguns meses depois, lá no Titanzinho, bem pertinho do mar: “a gente sabe que a pauta do governo não contempla nossa existência, nunca vai contemplar, por isso tem que fazer esse *plano popular alternativo* (...) tem que ter e tem que ser vivido, não é só no papel<sup>3</sup>”.

As falas do Rogério e das outras pessoas naquela noite, no final do ano de 2018, navegaram por afirmações e noções de *luta*, *resistência*, *afeto*, *aliança*, *cuidado*, *cidade*, *direito* etc., baseadas em experiências “bem concretas” da vida que se vive naquela *comunidade existencial* ali reunida, tecendo uma concepção de ser-fazer-pensar *movimento* em uma perspectiva “popular” e “alternativa”. Dialogando, assim, com o meu intuito nesta tese, qual seja, ajudar a compreender esse ser-fazer *movimento* na cidade, compondo arranjos coletivos (em constantes rearranjos), constituindo arenas públicas, gerando acontecimentos e produzindo vida a partir das *periferias*, agindo nas *brechas* dos “podres poderes<sup>4</sup>”. Fazer isso seguindo *caminhadas*, narrando suas histórias, mobilizando anos de imersão no universo pesquisado.

Sigamos revisitando aquela noite, os discursos proferidos naquele encontro, para aprofundar o entendimento sobre as categorias que citei no parágrafo anterior e que, junto a outras que aparecerão, povoarão o universo social e teórico que o texto da tese buscará compor para quem, eventualmente, leia-o.

### **“Rede de luta, resistência e afeto produzindo uma contramaré”**

---

<sup>3</sup> Ver mais sobre isso no tópico 5.4 desta tese: *Outros afetos, estratégias e práticas nas lutas contra remoções: a experiência dos “planos populares”*. Ver também o artigo do Pedro Fernandes (2019): “Serviluz, sinônimo de luta e resistência”. Morador do Serviluz, ativista comunitário e emancipacionista, artista e um grande amigo, Pedro será uma presença constante nesta tese, da qual foi um parceiro no processo de vivências (acontecimentos e agências) que a gerou e de produção da obra (conversas, indicações, registros, referência, criações).

<sup>4</sup> Expressão cunhada por Pedro Fernandes em um relato que me fez sobre uma situação no Serviluz (recrudescimento da violência policial contra a população jovem em meio a uma expansão do tráfico de drogas, dificultando as ações dos coletivos no Titanzinho), a qual aparecerá na abertura do tópico: *A festa como ação política*. Sobre o sentido que quero expressar com a expressão *agir nas brechas dos podres poderes*, falarei mais adiante.



Figura 1: foto do encontro de final de ano da Frente de Luta por Moradia Digna, 13.12.2018. (fonte: LEHAB-UFC)

No dia treze de dezembro de 2020, tempos de pandemia e isolamento social, uma pessoa envia para o grupo no *whatsapp* da Frente de Luta por Moradia Digna a foto acima, seguida da frase: “Dois anos da nossa festa!”, à qual segue uma série de mensagens de outros participantes, tipo: “saudades muita”, “que saudade!!!”, “Ai que saudades de vocês gente”.

Recordo aquele dia, aquele encontro. Era uma sexta-feira, sinto na minha memória como se fosse, mais do que da semana, sexta-feira do ano – 2018<sup>5</sup>. Peguei na Avenida da Universidade um ônibus da linha Parangaba-Mucuripe, sem dúvida a mais usada por mim nos últimos anos, mas dessa vez não iria até o *bairro-favela* Serviluz ou, um pouco mais adiante, já Praia do Futuro, à *ocupação* Raízes da Praia, dessa vez desci na metade do caminho, à altura do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. De lá, segui andando rumo à Ponte Velha, atravessei aquela avenida, Pessoa Anta, que é como uma linha de borda da cidade, do seu velho núcleo central. Depois dela, alguns metros, é a praia e o mar, mas antes a *comunidade* Poço da Draga, na antiga zona alfandegária da cidade, que teve ali o seu primeiro porto, hoje um dos melhores banho de mar da cidade, ainda mais para quem pula das pilastras e longarinas velhas da ponte de madeira – *tchibum*. Ponte que na verdade é um píer desativado, mas chamada por todos Ponte Velha, a ligar aquele canto da cidade ao horizonte sem fim do mar. Também dali há uma das mais belas vistas do pôr do sol em Fortaleza. Mas quando cheguei era início da noite, a qual chega sempre pontual às seis horas, dia após dia no Ceará. Hora marcada para começar a reunião, uma espécie de encontro de final de ano da Frente de Luta por Moradia Digna. Mas a reunião atrasou – outra regra quase tão certa quanto o ciclo do sol. Muita gente se deslocando de várias partes da cidade, em um horário complicado, em um ponto geográfico que, ainda que se chame Centro, está em um vértice da cidade. E muito trânsito para chegar ali, de onde se venha: leste, oeste, sul... ao norte o mar, pontuado por uma ou outra jangada ou embarcação maior a fluírem livres de trânsito.

<sup>5</sup> Na verdade, tal encontro ocorreu em uma quinta-feira, 13 de dezembro de 2018.

Gentes vindas das suas casas ou local de trabalho, em diversos pontos da cidade, diversidade territorial que é uma marca daquela “rede”, cuja convergência se *espacializa* de forma itinerante em diferentes territórios da cidade. Naquele dia foi no Poço da Draga, a *comunidade* anfitriã do encontro. Deu-se em um espaço próximo à faixa de praia, uma espécie de “palhoça”, no caso de concreto, um pátio de cimento em um calçadão de pedra rente à faixa de praia, com formato circular parecido às palhoças tradicionalmente construídas nas *comunidades populares* como espaço para reunir, celebrar etc., mas aqui uma espécie de pátio coberto por abóboda estilizada remetendo aos coretos de praças de antigamente, e um parapeito de um metro a circundar, todo grafitado – vejo a assinatura do Spote, grafiteiro do Coletivo Servilost (do Serviluz), o que mostra, assim como a presença de pessoas de diversos territórios naquela reunião, como pessoas e coletivos subvertem as lógicas de segregação dos “podres poderes” na cidade, inclusive as operadas pelo *poder* criminal-faccionado sobre os fluxos de deslocamento e presença de moradores das *periferias*, ou *quebradas*, nos diversos espaços da cidade, pois Poço da Draga e Serviluz são áreas de atuação de *facções* rivais, que impõem limites violentos ao fluxo das populações (principalmente jovens) entre tais territórios, delimitação ali subvertida, como em outros encontros ou vivências que veremos nesta tese.

Aquele espaço onde estávamos reunidos, denominado oficialmente *Pavilhão Atlântico*, é parte de uma modelação paisagística feita a partir de intervenções do *poder público* (governos municipal e estadual) naquela área, a qual pretendem ser turística (desejo frustrado ainda), a poucos metros da carcaça do *Acquário do Ceará* – obra inacabada, mal iniciada, que tantas críticas e protestos sofreu nos idos de 2013<sup>6</sup>, antes e depois, e hoje contribui para a sensação de um espaço degradado, aquilo que, parafraseando o poeta, parece construção, mas já é ruína<sup>7</sup>. Na realidade, apesar dos reiterados discursos que ancoram intenções e projetos de “revitalização”, estamos em um espaço cheio de vida. E uma grande razão dessa pulsação de vida ali, além do mar e da praia, é a existência da *comunidade* Poço da Draga<sup>8</sup> – ainda que haja quem olhe para a favela e sua gente como degradação, e para a ruína e desperdício da obra milionária e abandonada, como esperança de progresso. Mas é justamente a resistência da

---

<sup>6</sup> Sobre a construção do “Acquario” e o “movimento social” que se opôs a tal projeto, bem como os impactos dos “projetos de requalificação” sobre comunidades como o Poço da Draga, ver Gondim (2013). Matérias jornalística sobre o tema: “Manifestantes acampam em obra contra construção de aquário em Fortaleza” (13.07.2013): <https://m.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1310754-manifestantes-acampam-em-obra-contra-construcao-de-aquario-em-fortaleza.shtml>; “Quem dera ser um peixe” (04.06.2013): <https://apublica.org/2013/06/quem-dera-ser-um-peixe/>. (acessados em 21.07.2023)

<sup>7</sup> Caetano Veloso em “Fora da ordem”.

<sup>8</sup> Sobre o Poço da Draga, seus conflitos socioespaciais, remoções e ameaças (Gondim, 2008), sua *territorialidade* ligada ao mar e à praia, ver a tese de Gomes (2019).

“favela” que enche aquele espaço de vida, constitui um território de afetos, de conflitos, *terreno* para o surgimento de *ativistas* diversos, que por sua vez constituem *arena* política e *cena* cultural naquele espaço. Como naquela noite, na qual moradores do Poço da Draga receberam dezenas de integrantes da Frente de Luta por Moradia Digna.

Articulada via internet, outro *espaço* onde se realiza esta convergência, “encaminhamento” da reunião anterior realizada em algum outro canto, não sei onde, não fui à reunião, fiquei sabendo pelo grupo no *whatsapp* mesmo. E me deslocuei para aquela “confraternização”. E me fez muito bem ter ido, assim como para todos que foram, acredito. Foi um evento permeado por emoções, e uma espécie de *energia* muito forte contagiou as pessoas que participaram: além do Poço da Draga, gente da Vila Vicentina, Lagamar, Bom Jardim, do Serviluz e Mucuripe, Praia do Futuro (ocupação Raízes da Praia), Caça e Pesca, conjunto Aldaci Barbosa, Trilho, conjunto Palmeiras, Planalto Pici militantes de *movimentos populares*, pesquisadores e extensionistas universitários (arquitetura, direito, geografia, ciências sociais), assessores de entidades de direitos humanos<sup>9</sup>.

Com pessoas vindas de tantos cantos da cidade, é costume na Frente sugerirem locais mais *centrais* para reuniões<sup>10</sup>, talvez isso tenha pesado na decisão pelo Poço da Draga àquela noite. Mas também o ambiente do espaço em questão (já que era um encontro especial, “confraternização”): praia, brisa, local de encontros festivos, apresentações artísticas (de um circuito *marginal* em relação ao mercado cultural). Uma *ilha* onde a *periferia* pode usufruir as vantagens do Centro, que no caso de Fortaleza tem a característica de, logo ali, converter-se em praia. Por isso, perto do Poço da Draga passam muitas linhas de ônibus, interseção Centro-Praia de Iracema, fluxo litorâneo leste-oeste, linhas para os terminais rodoviários da Parangaba, do Antônio Bezerra e do Siqueira; podemos usufruir o ambiente de beira-mar, mas sem estar na Beira-Mar, ali perto, nem mesmo no miolo turístico da Praia de Iracema, da qual estamos na sua *periferia*, ironicamente bairro Centro – demarcação oficial que muitos moradores questionam, invocando a relação de pertença com a Praia de Iracema.

Um dos anfitriões, João, morador do Poço da Draga falou sobre o *ambiente*, ao fazer uma fala de acolhida: “o Poço da Draga tá aqui desse jeito simples mesmo, à beira do mar com essa brisa maravilhosa, então sintam-se em casa, da nossa forma simples também, a gente teve meio que improvisar os tapetes, mas sejam bem-vindos, de coração”.

---

<sup>9</sup> Interessante notar que essas classificações às vezes se justapõem na mesma pessoa: morador de comunidade que é universitário ou assessor de alguma entidade, militante de movimentos social que mora e/ou atua na comunidade, assessor que é militante e por aí vai.

<sup>10</sup> Como prédios da Universidade Federal do Ceará no Benfica, principalmente a Faculdade de Direito e o Departamento de Arquitetura e Urbanismo, ambas na avenida da Universidade.

E entre o ambiente e outras influências nas *disposições de espírito*, as pessoas começaram a falar no círculo formado para a reunião. Antes das *falas*, duas mulheres dizem duas poesias<sup>11</sup>: “Vozes-Mulheres”, de Conceição Evaristo<sup>12</sup>, e “Para os que virão”, de Thiago Mello<sup>13</sup>.

Depois das poesias, falou o Rogério, figura relevante na Frente de Luta por Moradia Digna, tanto na articulação cotidiana como, às vezes, assumindo papel de porta-voz, e que nesse encontro fez uma fala de abertura. E se a brisa praiana não deixou de pautar seu discurso, tampouco o espírito de “luta” e “resistência” em uma conjuntura política tão adversa, bem como o sentido de realização em relação àquele *empreendimento coletivo* que todos ali estavam empenhados em construir.

(...) esse é um momento da gente se olhar, da gente se ver, da gente se orgulhar muito de tá aqui hoje, de ter atravessado tantas lutas, de ter enfrentado esse ano tão conturbado. Mas a gente tá aqui nessa fraternidade, nesse momento tão bacana, nesse momento vivo, ventilado, arejado, com os nossos sonhos com as nossas esperanças, e não nos deixemos ficar intimidados pelo que vem por aí, mas enfrentando de peito aberto, com a cara e a coragem o que tiver de vir, as lutas que tiverem de ser travadas nós travaremos, o jeito de fazer resistência a gente vai encontrar, confio muito nisso porque é isso que a gente tem construído nesse nosso espaço, eu acho que esse espaço da Frente de Luta por Moradia Digna, ele dentro da cidade de Fortaleza se destacou. Se destacou pelo que a gente conseguiu construir, mesmo sem multidões né, mesmo sem multidões, mas trazendo... cada um agregando uma multidão de demandas, uma multidão de coisas bem reais, bem concretas que fazem parte da cidade e que são preocupações reais de quem entende que a cidade é para todos, que a cidade é nossa e que nós temos direito à cidade. Então é isso, que a gente continue cultivando... a gente não está ainda, como diz o outro, plantando florestas, nós estamos plantando sementes ainda, mas a gente, mesmo com as árvores pequenas, a gente já sente as sombras do que pode acontecer, e eu acho que se nós não conseguirmos fazer acontecer, outros tentarão, depende de nós mesmos, porque mais do que nunca é nós

<sup>11</sup> Sobre a *fala*, como discurso retórico, e o *dizer* como discurso poético ver tópico 9.2.1

<sup>12</sup> A voz de minha bisavó/ ecoou criança/ nos porões do navio./ Ecoou lamentos/ de uma infância perdida./ A voz de minha avó/ ecoou obediência/ aos brancos-donos de tudo./ A voz de minha mãe/ ecoou baixinho/ revolta/ no fundo das cozinhas alheias/ debaixo das trouxas/ roupagens sujas dos brancos/ pelo caminho empoeirado/ rumo à favela/ A minha voz ainda/ ecoa versos perplexos/ com rimas de sangue/ e/ fome./ A voz de minha filha/ recolhe todas as nossas vozes/ recolhe em si/ as vozes mudas caladas/ engasgadas nas gargantas./ A voz de minha filha/ recolhe em si/ a fala e o ato./ O ontem – o hoje – o agora./ Na voz de minha filha/ se fará ouvir a ressonância/ O eco da vida-liberdade. (EVARISTO, 2020, p. 24–25)

<sup>13</sup> Como sei pouco, e sou pouco,/ faço o pouco que me cabe/ me dando inteiro./ Sabendo que não vou ver/ o homem que quero ser./ Já sofri o suficiente/ para não enganar a ninguém:/ principalmente aos que sofrem/ na própria vida, a garra/ da opressão, e nem sabem./ Não tenho o sol escondido/ no meu bolso de palavras./ Sou simplesmente um homem/ para quem já a primeira/ e desolada pessoa/ do singular – foi deixando,/ devagar, sofredamente/ de ser, para transformar-se/ — muito mais sofredamente —/ na primeira e profunda pessoa do plural./ Não importa que doa: é tempo/ de avançar de mão dada/ com quem vai no mesmo rumo,/ mesmo que longe ainda esteja/ de aprender a conjugar/ o verbo amar./ É tempo sobretudo/ de deixar de ser apenas a solitária vanguarda/ de nós mesmos./ Se trata de ir ao encontro./ (Dura no peito, arde a límpida/ verdade dos nossos erros)/ Se trata de abrir o rumo./ Os que virão, serão povo,/ e saber serão, lutando. (<https://contobrasileiro.com.br/para-os-que-virao-poema-de-thiago-de-mello/>, acessado em 13.01.2023)

por nós, como diz na periferia [*aplausos e efusivos e longos*]. (Rogério Costa, encontro Frente de Luta por Moradia Digna, 13 de dezembro, 2018).

Rogério fala sobre o ano difícil que foi 2018, em várias camadas da vida política e afetando as vidas pessoais das mais diversas formas, veremos mais sobre isso na fala da Adriana, logo mais. Nesse sentido, a necessidade de aquela aliança, representada em um círculo de pessoas que olham e se valorizam mutuamente, engajadas em diversas lutas políticas que tem no conflito em ameaças de eliminação existencial de comunidades (por remoções, por exemplo) ou de pessoas (violência letal). Uma aliança que precisa ir além do agenciamento coletivo enunciador (denúncias, demandas, projetos), precisa ser fraterna. Reflete também o momento da Frente de Luta por Moradia Digna na cidade de Fortaleza, sobre a “luta”, sobre o *jeito* de fazê-la. E no final da sua fala, ao relê-la, percebo saltar os olhos duas perspectivas conceituais fortes para a compreensão daquele campo sociopolítico: *caminhada* e *autonomia*. A primeira, ao expressar uma das dimensões fundamentais daquela categoria: sua transcendência à trajetória individual de quem caminha no *movimento popular*, e sua irreduzibilidade em um tempo-espaço delimitado: “a gente já sente as sombras do que pode acontecer, e eu acho que se nós não conseguirmos fazer acontecer, outros tentarão”. A segunda, é a noção de *autonomia*: “porque mais do que nunca é nós por nós, como diz na periferia”. Dias antes, tivera uma espécie de *insight* ao ouvir justamente essa expressão, que já tinha ouvido ou visto incontáveis vezes, muito associada à *cultura hip hip* e às *juventudes periféricas*, pois ela expressa que “autonomia” – tema muito discutido no campo dos *movimentos populares*, do ponto de vista das relações de poder com *estado* e *capital* – é algo que só se realiza em coletivo, e não individualmente, que em uma discussão mais ampla sobre autonomia, como definida e defendida no campo da educação popular, não é uma realização do individualismo moderno, ao contrário, só em coletivo se pode ser autônomo, só em comunidade é possível ter autonomia na *periferia do sistema*, e sem autonomia, individualmente, nos tornamos impotentes. Veremos mais sobre isso em outras passagens desta tese.

Depois da fala do Rogério, veio a fala da Adriana Gerônimo – que no início da reunião já havia feito uma emocionante leitura do poema “Vozes-Mulheres” de Conceição Evaristo – e ela marejou os espíritos de quem ali estava. Moradora do (*bairro-favela*) Lagamar, integrante da Fundação Marcos de Bruin<sup>14</sup>, cujas articuladoras foram muito ativas na mobilização para criação da Zona Especial de Interesse Social do Lagamar em 2009, território constantemente

---

<sup>14</sup> <https://www.instagram.com/fmblagamar/>; <https://www.facebook.com/FundacaoMarcosdeBruin/>

alvo de intervenções com “remoções” de casas e outros impactos. Foi justamente na luta contra as remoções provocadas pelas obras do Veículo Leve sobre Trilhos e outras intervenções urbanísticas ligadas à realização da Copa Fifa-2014 em Fortaleza, que vão além do evento, e pela sua atuação na luta pela implementação da ZEIS do Lagamar<sup>15</sup> que Adriana se destacou na articulação do Frente de Luta por Moradia Digna, fazendo-se muitas vezes porta-voz do Lagamar, das “comunidades do Trilho” e da própria Frente.

A gente traz à memória tantos momentos que a gente viveu esse ano né. E é um balanço que eu trago hoje de um ano que realmente foi muito produtivo, que a gente conseguiu superar o ritmo dos anos passados, que a gente sempre conseguiu ter uma relevância muito importante enquanto Frente de Luta, mas que nesse ano foi... tão melhor quanto os outros porque a gente conseguiu avançar na nossa formação, na nossa qualificação, graças a tantas assessorias, tantos parceiros, tanta gente amiga né, uma rede tão profunda de luta e afeto que a gente conseguiu fortalecer esse ano... (Adriana Gerônimo encontro FLMD, 13 de dezembro, 2018)

Nesse ponto da fala da Adriana, começa a invadir o áudio um som de cascos de cavalos no passeio calçado que nos cerca, barulho que vai aumentando conforme ela vai falando e os cavalos com policiais montados se aproximando. Após uma pequena pausa ela continua, mas como quem vai perdendo o fio do discurso, fluxo de ideias atrapalhado: “...que nos fez avançar nessa questão... bem formativa, política... fez com que a gente pudesse avançar ainda mais na nossa luta e na nossa resistência”. O som do trotar na calçada vai preenchendo o áudio, já estão a passar por nós, e ela tem que disputar para sua voz não ser totalmente abafada pelo barulho da cavalaria. Então, ela fala, ao girar o corpo, olhar para trás e apontar a composição que passava por nós:

E essa aí é uma imagem bem forte do que talvez nos espera nos próximos anos né. Mas eu acredito que a gente vai ter, através da nossa unidade, muita esperança, muita colaboração pra gente ir quebrando todo esse processo que forjaram pra nós. A gente recebeu diversas notícias hoje, acompanhou nas redes sociais né, esse ataque que a gente já conhece contra os defensores dos direitos humanos, e aí um reflexo muito grande em quem vive essa luta cotidiana nas periferias, quem vive todo dia tentando sobreviver, então a gente imagina que as coisas não vão ser tão boas, mas mesmo assim a gente já está produzindo uma contramaré, a gente já está conseguindo ir se refazendo, ir nos reconstruindo nesse pequeno período de tempo mas que eu acho que já é um reflexo positivo pro futuro. (Adriana Gerônimo encontro FLMD, 13.12.2018)

Nesse trecho, ela retoma um *fio* da fala do Rogério, o contexto difícil, a violência concreta que cerca a “periferia” e ameaça os “defensores de direitos humanos”. Percebemos nessas falas, a leitura arguta da realidade com a qual nos deparávamos no final de 2018. Ano

---

<sup>15</sup> Sobre os impactos das obras do VLT, e da ampliação da Av. Raul Barbosa – ambas incluídas no pacote de obras de Fortaleza para a Copa do Mundo de 2014, bem como a luta pela Zeis do Lagamar, ver dissertação de Gomes (2013).

que começa com a “chacina das Cajazeiras” (logo nos primeiros dias do ano, 27 de janeiro<sup>16</sup>), depois, a “chacina do Benfica” (09 de março), o assassinato da Marielle Franco (14 de março), a eleição presidencial do Bolsonaro (outubro-novembro). Mais do que um cenário de ameaça projetada pela situação política, uma realidade de “guerra” em andamento.

Isso ganha cores dramáticas na fala da Adriana àquela noite da confraternização da Frente – não só pela cena da cavalaria cruzando-a. Meses antes, mais precisamente em quinze de março de 2018, encontrei Adriana em um ato na praça da Gentilândia<sup>17</sup>, bairro Benfica, em protesto pela morte de Marielle<sup>18</sup> e em homenagem à vereadora e “defensora de direitos humano” assassinada no Rio de Janeiro. Naquela noite, Adriana me falou sobre episódios da “guerra” que assolou o Lagamar, como outros territórios em Fortaleza, naquele ano: tiroteios, homicídios, expulsão de famílias de suas casas (por inimigos em territórios recém tomados por *facções* rivais ou simples expropriação para usar na logística do comércio de drogas ilícitas), morte de um garoto ligado à igreja católica na comunidade por um policial que invadiu sua casa, episódios de violência cotidiana. Tantos motivos para tristeza e abatimento a nos cercar, e mesmo assim sentimos algo bom, uma certa potência, em nos encontrar nas nossas *redes de caminhadas*, como estávamos naquela noite na praça para protestar contra a dor da violência e celebrar a coragem de “lutar”, que faz emergir quem antes era *invisível* e preenche, com um sentimento de realização, quem age e possui convicção ética no conteúdo da sua ação. Esse era o sentido e o sentimento também no encontro da Frente no final do ano, e ainda mais profundo pois pessoas mais próximas, *caminhadas* mais entrelaçadas e um ambiente mais, digamos assim, místico, à beira mar e entre a “comunidade” e a cidade do capital. Adriana fala em “contramaré”, depois fala de uma *cosmologia* de quem a produz, a partir da sua perspectiva:

E aí eu, particularmente, sou uma pessoa que tento sempre alimentar minha fé através das minhas crenças, daquelas coisas que eu acredito. Então, para além de ter a fé em deus, que está monopolizada, e que quando a gente vai falar de deus tem que falar muito bem em qual deus acredita, e eu acredito num deus que é libertador, eu também tenho fé na natureza, eu também tenho fé nos orixás, eu também tenho fé na vida que pulsa na negritude, na mulher, nas favelas, nas pessoas que eu convivo, eu tenho fé na humanidade e eu sei que a gente vai vencer [*o choro irrompe, a fala para, aplausos*]

<sup>16</sup> <https://noticias.r7.com/cidades/chacina-em-fortaleza-deixa-ao-menos-14-pessoas-mortas-27012018> (acessado em 22.01.2023)

<sup>17</sup> Na realidade, praça João Gentil. Gentilândia, além de antigo nome de bairro (hoje engolido pelo Benfica), é o nome de outra praça a um quarteirão de distância, provocando uma certa confusão de identidade. Mantenho no texto o nome “praça da Gentilândia” para o local onde aconteceu a situação descrita porque assim foi chamado (como é corriqueiro ocorrer) pelos mobilizadores do ato em homenagem a Marielle e em protesto contra o seu assassinato.

<sup>18</sup> <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/fortaleza-realiza-protesto-contr-a-morte-da-vereadora-marielle-franco-1.1908938>; <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/03/fortaleza-tera-ato-em-memoria-da-vereadora-marielle-franco-assassinad.html> (acessados em 22.01.2023).

*seguem*]... então assim, que a nossa luta por direito, [*chorando*] nossa luta pela terra, nossa luta pelo direito à cidade... seja sempre renovado... a nossa esperança... que a gente tenha muita perseverança né, e que nos momentos difíceis, esse ano também foi muito regado a choro né [*ainda resquício de choro, mas vai retomando o fluxo da fala*], choro de alegria, choro de derrota também, mas até essa lágrima nos nutre para o futuro. (Adriana Gerônimo, encontro FLMD, 13.12.2018)

Já é conhecida pela ampla literatura das ciências sociais, desde os anos oitenta em estudos sobre *movimentos sociais urbanos*, a influência de uma religiosidade pastoral cristã (inspirada na chamada “doutrina social” do Concílio Vaticano II e na teologia da libertação), que ganha corpo com as Comunidades Eclesiais de Base e pastorais sociais (CARDOSO, 2011; DIOGENES, 1989; BARREIRA, 1992) na *sociogênese* dos *movimentos populares* e dos agentes que os fazem acontecer<sup>19</sup>. Mas o que me chama atenção na fala da Adriana, e que converge com outros relatos que ouvi vindos de mulheres do *movimento negro*, é justamente a operação que acontece no *movimento popular* de autoidentidade negra e de abertura para a espiritualidade de matrizes afro e indígena: “foi na comunidade, foi nas Cebs que me descobri negra, que me reconheci e passei a afirmar minha negritude”, disse-me certa vez uma militante ligada a coletivos do *movimento negro*, tendo inclusive reafirmado isso em celebração na Igreja do Rosário, no dia da Consciência Negra, afirmando que mantém sua formação católica (ainda que tenha se afastado das estruturas da igreja), mas que ampliou sua espiritualidade para outras influências de origem afro-ameríndias. Hoje, ainda é muito comum vermos no *movimento popular* pessoas que iniciam suas *caminhadas* ligadas às pastorais sociais da igreja católica, se mantendo ou não religiosas, mas é crescente, creio que até predominante no espectro mais amplo de coletivos que acompanho, aquelas que podem se definir como “*sem-religião*”, adeptas de espiritualidades ecléticas e não filiadas a uma confissão institucionalizada (VIEIRA, 2020). Porém, o mais importante para mim é destacar uma dimensão imanente e relacional da *espiritualidade*, e que vai voltar a aparecer várias vezes na tese, que tem a ver com o cuidar, o apoio mútuo: o **cuidado** como ação e a **cura** como horizonte:

Então que nos momentos mais difíceis, como é uma realidade nossa na comunidade do Lagamar [*o embargo na voz recrudescer*], quando a gente está passando por um momento difícil, é legal a gente fazer uma ligação para uma pessoa de outra

<sup>19</sup> Usarei o termo “*sociogênese*” como uma categoria operadora da compreensão do encontro entre formação social do ser e criação do social pelo ser. Se, por um lado, a configuração social age na formação dos sujeitos e das mentalidades e comportamentos coletivos e individuais (*sociogênese* em ELIAS, 1997), ao ponto de, em Fanon (2003), o colonizado passar por um “duplo processo de inferioridade: inicialmente econômico; em seguida pela interiorização, ou melhor, pela epidermização dessa inferioridade” (FANON, 2003, p.28); por outro lado, podem agir para “sacudir as raízes contaminadas do edifício”, pois: “a sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa da influência humana. É pelo homem, que a sociedade chega ao ser (FANON, p.28).

comunidade e ela nos abastece de muita força e de muita garra. Então que seja assim no próximo ano, nos momentos mais difíceis vamos lembrar que a gente tem uma mão pra segurar, que a gente tem alguém que a gente pode telefonar, nos momentos em que a gente se sentir inseguro que também a gente não esqueça de ligar, de se comunicar, de fazer esse *gps* entre nós, de saber onde é que o outro tá, o que é que o outro tá precisando. E é isso, vamos só fortalecer nossa rede de unidade de amor<sup>20</sup>, de afeto de esperança, de troca, que eu tenho certeza que a gente vai conseguir avançar ainda mais na luta pelos nossos direitos, o importante é saber disso: a gente não está sozinho! Eu não estou sozinha no Lagamar, nós não estamos sozinhos no Lagamar, e nenhum de vocês que está aqui está sozinho. Sempre que precisar de ajuda ligue pra mim, ligue pra quem você tem mais afeto ou ligue para quem estiver disponível, mas não deixe de ligar e de dizer ‘olhe eu preciso de ajuda, eu preciso de você’, e sempre oferecer o ‘conte comigo’ né, um abraço, um beijo, um afeto [*conclui muito aplaudida*]. (Adriana Gerônimo, encontro FLMD, 13.12.2018)

A fala da Adriana marca a toada daquela assembleia. Primeiro porque seu discurso, somado ao do Rogério, traz muito da essência, ou melhor, do sentido de ser, agir, relacionar-se naquela rede, nos coletivos e realidades que a compõem – falas que reforçam meu entendimento dos coletivos e redes que vivencio e pesquiso como *comunidades existenciais*, que transcendem territórios e atravessam várias dimensões das existências neles aliançadas. Também porque as falas daquela noite foram tecendo esse misto de conteúdo conceitual, capacidade analítica, sensibilidade do real, carregadas de emoções, sentidos e catarses. Outros choros, análises e teorizações (quase sempre misturados) enriqueceram ainda mais aquela *assembleia-confraternização*, povoada também por outras manifestações de emoções além do choro: riso (de sorrisos a gargalhadas), abraços, gracejos, enlaçar de mãos, brados de coragem, palmas, saudações *de e a* ausentes...

Veremos muito disso ao longo do texto-tese, não só em referência ao ano 2018. Mas uma sensação opressiva que tudo isso fazia comprimir, naquele final de ano com tantas tragédias e mau agouros, ficou muito transparente nas falas proferidas naquele encontro de encerramento do ano da Frente de Luta por Moradia Digna em 2018. Assim como as positivities trazidas à arena: disposição para “lutar”, autoconfiança, “orgulho”, realização coletiva e satisfação pessoal. Além da disposição de fazer daquele “espaço”, de fazer das relações que se tecem naquela “rede”, agências de cuidados e curas mútuas, nesse tempo-espaço adoecedor no qual vivemos – uma tensão entre “pulsão de vida” (expressão frequentemente dita por Chicão Oliveira, e que repetirei algumas vezes nesta tese) *versus* pulsão mórbida permeia as *caminhadas* acompanhadas nesta pesquisa. Talvez seja disso que eu queira falar

---

<sup>20</sup> Sobre o amor como força ativa de comunhão que liberta da opressão e da dominação, como prática em contexto de comunidade, como ação ao invés de sentimento individual – “o amor é o que o amor faz” –, ver bell hooks (2021, p. 46-47, 55, 114).

quando lá atrás falei em *disposição de espírito* dos participantes, da *positividade* em todos nós que aquele encontro fez sentir, e faz ainda hoje ao lembrar.

### **A conversa, os discursos e a escrita**

Durante boa parte do processo desta pesquisa, a conversa foi a minha principal estratégia para apreender aquilo que embasa a escrita. A convivência com as pessoas do *universo pesquisado*, mais ou menos cotidiana, a depender da pessoa e do momento em um período de vários anos de convivência, possibilita acessar coisas importantes para a pesquisa: narrativas de eventos e acontecimentos, relatos de contextos e situações. Fragmentos de conversas possibilitam a produção de notas e diários de campo, gravações de áudios... há ainda um coextensivo ambiente virtual, rico em informações e imagens, como fotos e textos de agentes individuais e coletivos, páginas e perfis, divulgação de eventos cuja a ocorrência interessa (“assembleias populares” e “saraus”, por exemplo), além dos contatos diretos por aplicativos de mensagens – foi em uma mensagem do Pedro que fiquei sabendo e fui para o “Afro Sarau” em julho/2017, acontecimento que mudou o rumo da pesquisa, constituindo uma nova *trilha* que, por sua vez, foi forjada compreensivamente em conversas com o próprio Pedro, com o Chicão, com a tia Rosa ou a Lucirene e com tantas outras pessoas que vão aparecer ao longo do texto, e mesmo outras que nem aparecerão, relações em outros tempos-espacos.

Mesmo sendo imensurável, a *conversa* pode ser afirmada aqui, nesta tese, como o principal veículo de apreensão e compreensão da realidade pesquisada. *Método* de criação relacional de formulações, compreensões, convergências (e divergências) que desaguam no texto. As narrativas são o cerne da produção textual, expressam de forma pungente as tramas e fluxos que motivam a pesquisa e a tese. Aposto nas narrativas ouvidas e relatos produzidos na *caminhada* para melhor explicar aquilo que acho significativo transmitir – inclusive no que tange ao debate de ideias, ao embate político, às ideologias, concepções ou visões de mundo, às estratégias e aos jogos de poder e de sobrevivência, conflitos, sofrimentos, dores, alegrias e conquistas.

Conversas também serviram para formulações no terreno das estratégias metodológicas. Recebi dicas e conselhos dos meus interlocutores, as quais segui e me dei bem. Como certa vez, em uma conversa com o Chicão Oliveira. Era uma quarta-feira, em agosto de 2018. Uma professora do curso de artes dramáticas da UFC, conhecida do Chicão, convidou-o para assistir uma palestra sobre *performance* com uma mulher do Rio de Janeiro que faz “performances em áreas de conflito”, algo assim. Tudo a ver com minha pesquisa (ou parte dela), pensei, quero ir.

Então, depois do almoço – a Biblioteca Municipal Dolor Barreira, onde ele trabalha no setor infantil, *contador de histórias* que é<sup>21</sup>, localiza-se vizinha ao Restaurante Universitário, onde eu costumava almoçar – fomos andando pela avenida da Universidade até a Vila das Artes, um equipamento cultural da Prefeitura Municipal de Fortaleza (conquistado a partir da luta de artistas, que incluiu uma ocupação da antiga Vila do Barão, a qual veio a ser desapropriada, próxima à praça da Bandeira, à faculdade de Direito e ao Diretório Central de Estudantes da UFC. Sala cheia, maioria jovens, muitos eram alunos do Instituto de Cultura e Arte da UFC, mas era aberto e havia participantes que não eram.

Como à noite haveria a “aula-espetáculo” do dramaturgo, ator, pesquisador e professor Ricardo Guilherme<sup>22</sup>, no e sobre o Teatro Universitário, demos um tempo em um bar nas redondezas. Conversamos sobre o que ouvimos na palestra, sobre os “saraus de periferia”, que estávamos frequentando àquele tempo, sobre vários assuntos correlacionados. Foi nessa conversa que Chicão me deu um de seus *toques metodológicos* e entramos em um interessante diálogo reflexivo, que foi retomado em outros momentos. Eu falava para ele um pouco de como as coisas da pesquisa, mais precisamente da produção textual, estavam começando a se estruturar na minha cabeça; que havia decidido pegar como ponto de partida o Encontro dos Atingidos pelos Megaeventos, realizado em Belo Horizonte no início de maio de 2014, articulado pela Ancop – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (*picada* que depois abandonei). Dali puxaria fios, realizaria conexões através das pessoas, “vidas concretas”, dos *arranjos e rearranjos coletivos* que elas formam, dos processos e dos acontecimentos que marcam suas *caminhadas*<sup>23</sup>. Dizia que já tinha muita coisa na cabeça, narrativas, coisas que

---

<sup>21</sup> A trajetória de Chicão Oliveira como *contador de histórias*, uma de suas várias facetas, foi registrada recentemente em uma matéria jornalística: “Gari se torna contador de histórias em biblioteca pública de Fortaleza: ‘sou catador de histórias’ – há mais de 14 anos Chicão se dedica a criar e espalhar narrativas por todos os espaços e idades” (Theyse Viana, Diário do Nordeste, 23 de dezembro de 2022).

<sup>22</sup> Sobre o Ricardo Guilherme e sua presença na *cena* artística-política, com referência no *movimento* Teatro Radical em Fortaleza, ver tese de Costa (2014), sendo ele mesmo, Ghil Brandão Costa, ator e agente na referida *cena-movimento*, assim como Chicão Oliveira que é um dos interlocutores na referida tese.

<sup>23</sup> Busquei, também, com o termo *caminhada*, dialogar com uma vasta gama de abordagens que, com diferentes tratamentos metodológicos, têm em comum mobilizarem epistemologicamente narrativas conectadas a “vidas concretas” de pessoas no universo social pesquisado. Tive contato com várias dessas abordagens logo no início das aulas do doutorado, em 2017, quando cursei a disciplina *Narrativas biográficas como método de pesquisa sociológica*, ministrada pelo professor Cristian Paiva: “histórias de vida” (POIRIER, 1995), cujas “indicações” o próprio Paiva (2007, p.78) segue ao mobilizar tal estratégia metodológica, a qual privilegia a escuta atenta e prolongada dos narradores que compõem o universo da pesquisa a partir de suas experiências e noções vivenciadas e verbalizadas; “relatos de vida”, “narrativas biográficas” e “etnobiografia” (GONÇALVES; MARQUES; CARDOSO, 2012) – para Cardoso (2012, p. 66) trata-se de “... como aporte metodológico, perseguir um sujeito (um corpo-em-festa). Falo, portanto, de Alexandre para falar de forró eletrônico, Cariri, Nordeste, como também para falar de gênero, festa e criação”; ou ainda “a intenção biográfica como exercício etnográfico” (KOFES, 2001), na qual trata-se de realizar uma “abordagem biográfica e não uma biografia”, uma vez que o foco não está em reconstituir a vida de uma pessoa, mas nas experiências

aconteceram, coisas significativas, a memória carregada precisando despejar no papel, que vinha começando a fazer isso, que tinha alguns diários de campo (sempre incompletos), algumas notas dos eventos que participo ou das conversas que tenho, mas não são quase nada diante do tanto de coisas que tenho na cabeça. Dificuldade de trabalhar a passagem de tudo isso para o papel.

Chicão tirou o boné, alisou a cabeça e disse: “Igor, tu devia fazer sabe o quê? Tu devia é ir escrevendo uns textos, assim, tipo crônicas, pegar essas coisas todas e ir escrevendo umas narrativas soltas. Crônica é massa, textos curtos, livres, textos que não se fecham em si, ficam abertos, e uma leva à outra”. Eu digo: é isso! é esse tipo de texto que preciso escrever nesse momento. Acontece que meu *estilo literário* preferido, para ler e escrever, sempre foi o conto, e comecei a falar sobre isso. Mas qual a diferença da crônica para o conto? quantos contos não têm um quê de crônica? o que mesmo os diferencia? Chicão falou de uma conversa que teve com a filha, de catorze anos à época, dias antes, sobre isso que estávamos conversando, a partir de uma aula ou um texto escolar: “o conto tem sempre algo de fantasia em sua narrativa, permite o fantástico, um animal pode falar”.

E naquela conversa amadureceu uma ideia na minha cabeça, ideia que começou a se formar quando li um par de contos do livro *Dos valores do inimigo*, do escritor cearense Pedro Salgueiro (2005), que comprei numa banca da UFC-Edições, armada no “Bosque da Letras”, paguei apenas cinco reais – no mesmo dia, quase mesmo instante, no qual Chicão lia as crônicas de um livro do Airton Monte na Biblioteca Dolor Barreira. E qual foi a ideia? Dialogo com as características do conto e da crônica que Chicão descrevera. E vamos formulando juntos. O conto pode ser fantasioso ou fantástico e se assemelhar a uma fábula, pode ser realista baseado no cotidiano e parecer uma crônica, pode ser micro parecendo um verso ou mais longo quase uma novela... Mas há uma coisa, talvez a única comum a todos os contos, que ao final de contas é indefinível, percebi lendo aquele par de contos e ouvindo o Chicão falar a respeito da crônica. O conto é um texto *fechado*, pois quase sempre traz o fim embutido no começo, como naquele conto do escritor Moreira Campos, das folhas na piscina, a mãe desesperada procurando o filho, prevendo pior, “como é mesmo o nome?”, ficamos nos esforçando a lembrar em tentativas e erros. E é uma moça, na mesa ao lado, quem diz, ao nos ouvir pelejando e arriscando títulos errados: “Dizem que os cães veem coisas” – “isso!” – o clássico conto de Moreira Campos

---

entendidas como parte de uma “trama política”. Não optei por realizar uma revisão bibliográfica desta literatura, mas comecei a escrever em diálogo com as aulas e textos daquele curso, pois me ajudaram a conceber uma, então incipiente (como a conversa com Chicão demonstra), estratégia metodológica viável para o tipo de pesquisa que pretendia realizar e textos que queria desenvolver.

(2002) que conduz o leitor vidrado pelo texto até o final que já se anuncia no título, ainda que o leitor não tenha como saber de imediato, mas a suspeita, ou mesmo a certeza, vai crescendo a cada linha de angústia e suspense sublimes.

Tudo que tenho escrito (agosto 2018) são textos inacabados, abertos, sem final. Chicão me ouviu e disparou: “A crônica é um texto vagabundo... ela vagueia, uma leva à outra... a crônica é um texto livre, aberto...”. “A crônica é como um bate papo”, ele diz, que você participa de passagem e abandona sem concluir para depois retomar lá na frente, ou não. É o tipo de texto que preciso produzir nesse momento.

### *O uso dos discursos públicos (falas)*

Porém, em outro momento, fez-se necessário ir emendando as pontas soltas das linhas deixadas no ar pelos textos abertos, para dar forma e substância à tese. Esta, por sua vez, comprometida com: “Uma antropologia que assume como sua missão primeira acompanhar os fluxos, as linhas e as configurações que a vida assume nas suas diversas formas materiais” (STEIL; CARVALHO, 2012, p.9), formulação esta, em diálogo com a teoria antropológica de Tim Ingold (2012), “seguindo” os “materiais” em fluxo que compõem a realidade como “agregado de fios vitais”, tecida por pessoas e coletivos que acompanharemos, em seus arranjos e acontecimentos, ao longo da tese. Fazer isso em meio a uma pesquisa na qual sou não só um observador, mas um vivente engajado com os coletivos e processos que acompanho<sup>24</sup> – fazendo da pesquisa um “empreendimento micropolítico” de produção de conhecimento em parceria com os agentes que compõem os arranjos coletivos no *campo* (SÁ, 2009).

Um processo de pesquisa que inclui, sim, a observação e a participação<sup>25</sup>, mas que mobiliza um construir juntos, tanto as atividades e acontecimentos ligadas aos agenciamentos coletivos, como as reflexões e teorizações a respeito das experiências e do mundo. Processo, ou *caminhada*, que trilha por um “prolongado trabalho de campo” onde as práticas (discursivas ou não) dos agentes são tratadas como elaboração de “teoria política” (GOLDMAN, 2006:37), um caminho epistemológico para elaborar uma espécie de *antropologia da política* – uma “teoria etnográfica da política”, conforme Goldman (2006) – capaz de apreender noções

---

<sup>24</sup> Ingold (1994: xviii) ver a pesquisa social como prática de conhecimento duplamente engajada: engajamento das ideias abstratas ao conhecimento produzido no campo, numa relação de conhecimento comprometida com as pessoas como elas realmente são, com os sentidos que elas atribuem em suas vidas no dia a dia, como *fazem* as coisas; mas também compromisso com as pessoas no *terreno*, com as condições de *bem-estar* das “comunidades humanas” com as quais se envolve.

<sup>25</sup> “Mover, conhecer e descrever, no entanto, demandam mais do que estar *em*, ou imersão. Demandam observação. Um ser que se move, conhece e descreve deve estar atento” (INGOLD, 2011, P. 13).

*nativas*, postas em ação em *contextos concretos*, e agenciá-las nas compreensões e explicações dos problemas pesquisados. Uma antropologia compartilhada com quem participa das *caminhadas* que a pesquisa alcança.

Para representar textualmente essas teorizações dos agentes que fazem o *campo* sociopolítico-cultural da pesquisa, senti necessidade de discursos mais estruturados do que oferecem os fluxos abertos das conversas, sobretudo no que diz respeito à precariedade dos registros que deles é possível fazer, mas mesmo assim não quis lançar mão das entrevistas. Por outro lado, eu vinha gravando muitos discursos proferidos em espaços públicos, mais ou menos elaborados, como nas falas em assembleias populares (mas também outros ambientes) ou performances poéticas em *saraus da periferia*. Percebi, em um novo processo de reflexão sobre uso de entrevistas gravadas, que estas têm o condão de quebrar a espontaneidade e o fluxo da conversa – a agência do equipamento gravador é nesse sentido implacável – mas que, por outro lado, elas não garantem discursos tão bem elaborados quanto os que são proferidos no discurso ao público, a força do “microfone aberto”, a agência do público e a potência de participar da ação coletiva. Por isso lanço mão, em vários momentos, desses discursos, retóricos ou poéticos, que gravei na *caminhada* da pesquisa, pois são fluxos criativos, dispositivos de compreensão de como se ver o mundo, compondo, nas suas singularidades, agenciamentos coletivos teóricos e práticos, fazendo essas duas dimensões se tocarem, pela fala e pela escuta, pela escrita e pela leitura.

Assim, ao fazer uso dos discursos públicos, gravados e transcritos, além da função teórica-compreensiva que eles exercem, contribuo com o agenciamento coletivo que eles operam: fiz ação da escuta, tenho a missão de difundir para aquelas pessoas que venham a ler este texto. Esses discursos, como já vimos na abertura, engajam-se ao texto dando-lhe conteúdo e vida. Duplo engajamento da pesquisa-ação: da pesquisa para com agentes e suas lutas e enunciações, dos discursos de tais agentes com o conteúdo da pesquisa e do texto-tese<sup>26</sup>.

Mas não é apenas a ação da fala que dá carne e vida ao texto. Também dialogo com imagens em diferentes momentos do texto. Em muitos trechos, serão produções audiovisuais que nos guiarão na caminhada entre acontecimentos, ações, arranjos. Diálogo com o cinema-ação (*artivismo*) do Coletivo Nigéria e do pessoal do Coletivo Audiovisual do Titanzinho. Com os vídeos do Raimundo Cavalcante e seus parceiros de T.S.C (Titanzinho Surf Clube), que

---

<sup>26</sup> “(...) talvez seja a única dimensão que faz do ofício do antropólogo uma ação política, “emancipatória”; deixar emergir vozes e narrativas silenciadas ou alteradas pelo jugo imperativo dos conceitos e pelos argumentos de autoridade que povoam a comunidade científica” (DIÓGENES, 2011 p.53).

assume, por exemplo, a narrativa do acontecimento-crítico Tiago Dias, no tópico 6.1. Também imagens do Raimundinho ajudam a construir a “memória da luta contra o estaleiro” nos idos de 2009-2010 (tópico 4.2.1). E de 2015 para cá, é Priscilla Sousa quem conta sobre as lutas existenciais do Serviluz, narrando-as em filmes ou *militando* de câmara na mão, ela ajuda a conhecer o território e as territorialidades, as lutas, os coletivos, as ideias do Servilost. Ver imagens ativa memórias, rola interação que rende bem para a escrita. É o caso dos vídeos e fotos Raimundinho e da Priscilla no Sarau Farol Roots (capítulo 6), interagindo com minhas memórias e anotações.

### A caminhada da pesquisa e o percurso do texto

(...)

E se você me ver calado por aí, não me pergunte o que está acontecendo, porque toda vez que o poeta tá calado, o poeta tá escrevendo.

E alguns até me perguntam, ‘e aí Guetho, quando é que tu vai parar’?

Eu sorrio e digo nunca, minha caminhada sempre vai continuar

E sabe por que essa caminhada nunca vai ter fim?

Porque no dia que o meu coração parar, o coração dos meus irmãos vão bater por mim.

(Mc Guetho, em edição *on line* do Slam Entrelinhas<sup>27</sup>, realizada em 13.09.2020)

Vi e ouvi um jovem poeta dizer esse poema, cujo trecho acima extraí, em setembro de 2020, na minha casa, acompanhando uma *live*, em pleno isolamento social imposto em reação à pandemia da covid-19 – é inevitável pensar em Liduina, vítima da tragédia, mas cuja *caminhada* segue, riscando trilhas, inclusive nesta tese. Acompanhei a *live* motivado pela participação da Estrella, filha do Chicão Oliveira, poeta como o pai (só que diferente), que ficou feliz em vê-la vencer aquela “batalha de poesias faladas”, menina talentosa, à época com dezessete anos. O poeta *Mc* Guetho, uns dois anos a mais que ela, no máximo, era um dos organizadores do *slam* e disse aquela poesia no final, fora da competição, finalização da *live*. Toda poesia dita em um sarau ou em um *slam* é um acontecimento – veremos muito disso ao longo da tese – e aquela me arrebatou. Tão jovem, Guetho em sua poesia explicita o que eu estava tentando formular em uma longa pesquisa: a construção da noção de *caminhada*. E o que ele diz, é como se pegasse a linha do que Rogério falou lá atrás e seguisse tecendo o mesmo bordado, ainda que com traçados tão singulares, poéticos ambos.

“E a poesia que eu escrevi, não foi só eu que escrevi, foi conversas que eu escutei, foi troca de ideias, e essa caneta não foi só eu que coloquei na mão (...) foram várias pessoas que

<sup>27</sup> [https://www.instagram.com/slam\\_entrelinhas/](https://www.instagram.com/slam_entrelinhas/). (acesso em 22.01.2023)

colocaram” – como ouvi dizer um dos poetas e ativistas que cito ao longo da tese, o Jardson Remido, ativo nos saraus, *slams* e busões da cidade<sup>28</sup>, em um evento na Bienal Internacional do Livro de 2019, realizada no Centro de Eventos do Ceará. Tais discursos (Rogério, Guetho, Remido) me fazem pensar na noção de “*escrevivências*” da escritora Conceição Evaristo, uma proposta de escrita que mobiliza as experiências pessoais e coletivas de quem escreve.

A *caminhada*, nessa transcendência do indivíduo, opera a convergência entre trajetórias pessoal e coletiva – traduz a *sociogênese* transformadora do ser e do social, encontro compreensivo entre os “planos objetivo e subjetivo” (FANON, 2008, p.28-29), no qual quem *caminha* sente, pensa e age transformando a realidade aos seu redor e sendo transformado na *caminhada*<sup>29</sup>. Assim como o faz ao borrar as fronteiras entre *vida privada* e *esfera pública*. Vemos isso de forma muito notável nas “ocupações”, seus acampamentos, “barracões”, espaços comuns e públicos onde a vida íntima e cotidiana (comer e dormir, por exemplo) é parte da *luta*, performances corporais, como os discursos e outras ações em arena pública (BUTLER, 2018).

Na Parte 1 – *Ocupar, resistir e produzir vida* – seguiremos *caminhadas* tecidas por pessoas concretas e seus arranjos coletivos, seguindo uma *trilha* da luta por moradia, produção de espaço e transformação de vidas. Linha de pesquisa que iniciei com o estudo, ainda no mestrado, da *ocupação*, conflito e constituição da *comunidade* Morro da Vitória e suas conexões (PINTO, 2017). Dentre estas, será tratada no capítulo 1 as relações com o campo político de *movimentos populares por moradia e direito à cidade* – Movimento dos Conselhos Populares, Frente de Luta por Moradia Digna – e no capítulo 2, agindo no território do *Grande Mucuripe*, a criação da *comunidade* Raízes da Praia, buscando uma imersão profunda nesta. O recorte geográfico neste trecho da pesquisa (e em trechos das partes 3 e 4) imerge na área que se convencionou chamar o “Grande Mucuripe”, a qual, além do bairro Mucuripe e do campo de dunas contíguo (Morro) que se estende à Praia do Futuro, inclui Varjota, Meireles, Papicu, Cais do Porto, Vicente Pizón, Serviluz, Praia do Futuro I e II até o Caça e Pesca na foz do rio

<sup>28</sup> Também em pesquisas acadêmicas, como a de Rômulo Silva sobre o Sarau da B1 e a rede de agências e afetos da qual ambos participam no território periférico conhecido como “Grande Jangurussu” (SILVA, 2019a).

<sup>29</sup> “A Sociedade, ao contrário dos processos bioquímicos, não escapa à influência humana. É pelo homem que a sociedade chega ao ser. O prognóstico [*indo além de ‘estabelecer um sócio-diagnóstico’, pretensão inicial declarada por Fanon no parágrafo anterior ao desta referência*] está nas mãos daqueles que quiserem sacudir as raízes contaminadas do edifício” (FANON, 2008, p.28). Vemos uma *sociogenia* ligada à ação resistente e transformadora. “Portanto, é apenas a participação ativa na luta política pela transformação das condições sociais concretas de existência que abriria as possibilidades para o surgimento de um novo ser humano. O autor [*Fanon*] aposta na ‘luta pela libertação’ como ‘ente’ que teria o poder de engendrar do ventre da reificação colonial um novo ser humano” (FAUSTINO, 2018, p. 157).

Cocó. Optei, desde a pesquisa para o mestrado, denominar essa região de “litoral leste de Fortaleza”, dando conta das conexões ecológicas, econômicas e culturais entre comunidades ou favelas à beira-mar, conjuntos, bairros populares, onde vivem pessoas com fortes relações em fluxo, onde é difícil definir fronteiras cartográficas, muitas vezes as oficiais são contraditórias com a realidade de proximidade maior ou menor entre lugares que, às vezes, na prática são contínuos, mas são divididos em mapas oficiais, ou são contínuos no mapa como um único bairro, mas são diferentes, ou mesmo segregados ou conflituosos – como é o caso do bairro Dunas, com suas mansões e condomínios fechados, separado por uma avenida (Alberto Sá) do Morro (hoje nas fronteiras do bairro Vicente Pizón), ou ainda as comunidades do Mucuripe e a os seus prédios burgueses na avenida Beira-Mar, as indústrias do Cais do Porto e o bairro-favela Serviluz, a Praia do Futuro empresarial e turística, seus prédios de classe média e suas favelas. Estas, originárias de “invasões” de áreas públicas ou terrenos privados, ao longo de décadas, sendo a “ocupação” Raízes da Praia, um capítulo dessa luta por moradia naquela região.

Neste ponto, vale dizer que quando do acontecimento da *ocupação do terreno* que originou a *comunidade* Raízes da Praia, eu não era pesquisador de ofício, digamos assim, meu envolvimento com aquele processo foi como *militante do movimento* de ocupantes, ainda que a minha “trajetória antropológica” já estivesse sendo percorrida ali<sup>30</sup>, “...o chão e a base de um viver e fazer antropológico” (DIÓGENES, 2011, p.42). Logo, trata-se de um entrelaçamento entre minha própria *caminhada* e os arranjos coletivos que agiram para desencadear o processo. Temos aí uma tridimensionalidade do sentido de *caminhada*: pessoal, coletiva e do processo em si de luta e constituição. A pesquisa, por sua vez, também é um processo, uma *caminhada* que se desenha no encontro daquela “comunidade de destino<sup>31</sup>”, na qual eu estava imerso, com a *comunidade de conhecimento* que passei a partilhar ao ingressar em um programa de pós-graduação de ciências sociais. A condição de não-pesquisador de ofício, em 2009 a 2014, implica diferenças de procedimentos em relação a outros trechos da tese, pois tive de mobilizar

---

<sup>30</sup> Inspirado no texto “Uma antropologia dos lugares e afetos” (DIÓGENES, 2011), que logo na abertura lança: “Creio que uma trajetória antropológica inicia-se bem antes da idade adulta. Provavelmente emerge nas primeiras cenas da vida, em cada perplexidade, nas sensações múltiplas de deslocamento e no susto diante do inusitado” (2011, P.41). *Trajeto*ria que segue em diálogo com a *caminhada* da autora nas variadas dimensões: familiar, política, trabalhos diversos. Assim, creio, seja com todos nós.

<sup>31</sup> Ecléa Bosi (1994, p. 37–38) afirma que “a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores”, com quem a autora compartilha uma “comunidade de destinos”, foi o seu principal “método de abordagem”. A comunidade de destinos: “Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados” (BOSI, 1994, p. 38). Goldman (2006) fala numa antropologia do afetivo baseada numa noção peculiar de “afeto” no sentido de os sujeitos se transformar (noções, valores, sensibilidades) na relação de pesquisa: “...o movimento pelo qual um sujeito sai de sua própria condição por meio de uma relação de afetos que consegue estabelecer com uma condição outra” (2006, p. 31).

dados de memória<sup>32</sup> e registros que fiz casualmente à época, ou que busquei *a posteriori* no ciberespaço, o que resultou em tipos de textos peculiares – creio que essa diferença será notada, inclusive entre textos dentro de um mesmo capítulo (como o um e o dois, mas também mais à frente, como no capítulo quatro), produzidos com procedimentos diferentes, em tempos-espacos diferenciados.

Se *ocupação* é a categoria em realce na primeira parte, bem como as dinâmicas conflituosas entre *ocupação versus dispersão*, muitas outras aparecem e, assim como aquela, atravessarão a tese, emergindo em diferentes passagens, como a categoria *assembleia*. Ela é realçada na Parte 2: *Assembleias populares e lutas pela existência*, e nos que o seguem. Assembleia é uma categoria recorrente no texto, sempre conectada a ações coletivas concretas e, na maioria das vezes, agregado o qualificativo “popular”, adjetivação *nativa*, que eu compartilho, além da “assembleia poética”, que é como eu me refiro aos *saraus de periferia*, “assembleias populares poéticas”, por aquilo que há em comum entre ambas, e as linhas que as conectam. Ambas tratam de criação de arenas públicas, agenciamentos discursivos e de práticas não-discursivas de resistência a performar a realidade no território, em meio a conflitos. Como vemos no Serviluz, a partir do capítulo 4: “*O microfone está aberto*”, tanto na Assembleia Popular Titan Não Sai como no Sarau Farol Roots. Sendo este dispositivo “microfone aberto” (SILVA, 2019a), algo comum a definir *assembleias populares* as mais diversas, inclusive as festivas e poéticas. Além de constituir a arena ou plataforma de enunciação, compor a cena com suas expressividades, as assembleias carregam a importância do encontro. Estar juntos, falar ser escutado. Forma prática de organização e mobilização, ligada a ideias e estratégias de autonomia, participação e luta. Mas também espaços de apoio mútuo, potência de transformação e, eventualmente, de cura para quem participa.

O que liga as Assembleias Populares pelo Direito à Cidade e os Saraus da Periferia nos mesmos capítulos da Parte 4 é, além da coetaneidade, o *deslocamento* como prática de ser-fazer *movimento*; o *encontro* como constituição de arenas públicas e o “microfone aberto” como dispositivo de participação livre e horizontal para a produção da cena e geração de acontecimentos discursivos e não-discursivos a performar a *comunidade* que se deseja e que se

---

<sup>32</sup> Realizando um “trabalho de memória”, como chama Ecleia Bosi, explicando-nos que lembrar não é “reviver o passado”, mas reconstruí-lo com imagens de hoje e de experiências do passado – “memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55). E esse trabalho não é apenas individual, pois a memória da pessoa é ligada, por meio da linguagem, à *memória coletiva*. A lembrança precisa ser “lapidada”, trabalhada com uma inteligência do presente, mas “o sentimento também precisa acompanhá-la...” (BOSI, 1994, p. 81)

faz em ato. Percebi identidades e utopias<sup>33</sup> partilhadas, realizando-se no deslocamento e no encontro, gerados pela ação coletiva, com visão similar de métodos e objetivos. O que também as liga e caracteriza é a *itinerância*.

Manifestação de itinerância que se dar, não apenas, nos deslocamentos entre diferentes bairros, e até cidades, que acompanharemos nas Partes 4 e 5, mas também nos deslocamentos internos ao território que a imersão no Serviluz nos fará conhecer, nas Partes 2 e 3 – do cinema mambembe às assembleias populares em ruas e praças, o deslocamento é uma agência fundamental e a itinerância é constitutiva da ação coletiva e produção de *arenas* e *cenar* que os coletivos do Serviluz protagonizam. A imersão territorial, simbólica e mnemônica se dar por meio das minhas própria vivências e diálogos com viventes no Serviluz, mas também com o diálogo com outros pesquisadores que viveram suas próprias experiências de imersão e engajamento no Serviluz/Titanzinho e cujo conteúdo produzido se comunica com o desta tese, notadamente com Sá (2009, 2010, 2011), mas também Nogueira (2006, 2014, 2017), Gorcezevski (2017, 2019) entre outras.

Na Parte 5 veremos que a assembleia, o encontro e espaço de fala-escuta que ela gera, torna-se uma arena potente de enunciação das lutas, denúncias, projetos etc. Arenas públicas (ARENDDT, 2013) onde se desenrolam a ação política, onde a pessoa se realiza como ser social por meio do discurso e da ação e mediação. Porém, não se trata das esferas públicas institucionalizadas, mas “arenas públicas alternativas” à “esfera pública burguesa liberal” (FRASER, 1990), são arenas públicas produzidas pelos agenciamentos coletivos *periféricos* que acompanhei na pesquisa. Pessoas e coletivos que se aliam para produzir assembleias (BUTLER, 2018). Os arranjos coletivos que produzem as arenas públicas e cenar culturais, as quais esta tese acompanha, são “coletivos de enunciação” (RANCIÈRE, 2010) que agem por meio de práticas discursivas ou não – como Servilost que vai do grafite à assembleia, do mutirão (trabalho comunitário coletivo) à produção de festas, do reggae ao cinema.

“Máquinas de agenciamento coletivo”, é uma noção de Deleuze e Guatarri (2011) que ajuda a compreender a dimensão das *caminhadas* como arranjos coletivos, contudo, devemos entender que há diferentes gradações de institucionalização de tais arranjos e sua capacidade de repetição, padronização, uniformização de práticas, estratégias, símbolos, discursos e estéticas. Em geral, percebo uma frequência cada vez mais volátil, dinâmicas menos “centralizadas” ou “centralizadoras” nos “coletivos” urbanos (variados e que cada vez mais abandonam a

---

<sup>33</sup> No sentido concreto de uma trilha que se constitui no caminhar, e não como uma ideia no horizonte que se deseja alcançar, como fosse uma ilusão de ótica e não algo concreto como o mar que está logo ali, mesmo que a noite não nos deixe vê-lo – como refletimos com Rogério na Introdução.

autonegação “Movimento...”, preferindo “Coletivo...”), cada vez mais ligados por afetos e condições, práticas e concepções de mundo compartilhadas do que por programas, direções, discursos e estética uniformizada – vejo o oposto, variedade de formas expressivas, diversidade estética, valorização mais da criação do que da repetição. Assim como também, mistura de temas e abordagens, de “lutas”, ao contrário dos “movimentos sociais” *especializados* em temáticas específicas, ou *especializados* em territórios estanques, observei uma prática mais fluida na cidade, articulações onde as pessoas se deslocam constantemente, circulando pelas *periferias* e *centros* da cidade, seja em assembleias populares, saraus, audiências públicas, manifestações e tantos outros eventos que vão constituindo a cena e arena pública da cidade, seja no cotidiano caminhante das pessoas e coletivos e suas atividades, como veremos depois.

Veremos também como os arranjos coletivos que atravessam a caminhada desta pesquisa-vivência, promovem o agenciamento do cuidado, o *cuidado* como ação coletiva, o encontro como potência de transformação e *cura*, produção de vida, em um constante embate entre “pulsão de vida” e “pulsão de morte” que atravessa todo o texto.

### **Alguns alinhamentos teóricos**

Antes de concluir esta *Introdução* e passar aos relatos, narrativas e análises, acho importante expor algumas das influências teóricas, além das já referidas, que atravessam a tese. Creio que é relevante dizer que este tópico foi escrito após a banca de defesa do doutoramento. As contribuições que naquele momento recebi influenciaram uma reforma do capítulo introdutório (e de outras partes também), constituída por alguns acréscimos, supressões ou reescritas, mas tudo em cima do texto que já estava escrito. Este tópico, não.

Na minha fala inicial à banca, registrei algumas “frustrações”. Em relação ao campo, tanta coisa que ficou de fora. Em relação às noções teóricas que estudei, ainda pior, sacrificadas que foram devido à opção de priorizar o fluxo narrativo, o que eu considerei a melhor estratégia para demonstrar o fluxo do real que o campo pesquisado tem a expor e problematizar, bem como as reflexões teóricas que ele gera. Os agentes do meu campo de pesquisa são *intelectuais populares* com produções teóricas riquíssimas, que sempre valorizei muito e aprendi, com a antropologia, o valor que têm para trabalho *científico*. Priorizei deliberadamente a produção teórica dos agentes do campo pesquisado. Por outro lado, as referências e debates que compõem o background teórico-científico da tese foram insatisfatoriamente referenciados e mal desenvolvidos. A escrita atrasada deste tópico busca reparar, um pouco, essa falta. Apesar que

tal decisão só me traz dificuldades. Por onde começar? Onde inicia a trajetória formativa que vai compor o background teórico de quem escreve a tese? Impossível dizer.

Creio que no próprio fluxo do texto, ao longo dos capítulos, os encaixes entre teorizações de filósofos, cientistas sociais, agentes do campo e o autor ficarão mais ou menos explícitas. Mas nem sempre. Já nos capítulos um e dois, veremos relatos sobre a Frente de Luta por Moradia Digna, narrativas da ocupação-comunidade Raízes da Praia, o Movimento dos Conselhos Populares atuando na *sociogênese* (ELIAS, 1997; FANON, 2008) de ambas. Como já disse, à essa época eu não era pesquisador de ofício, minha relação com esse campo se dava através da minha ação militante, do meu trabalho e das relações pessoais desenvolvidas ao longo dos anos. Contudo, tal ação política era, além de ética, teoricamente informada – de teorias marxistas à teologia da libertação...

Mas, talvez, o teórico que melhor deu sentido ao que eu estava vivenciando à época no *movimento popular urbano*, casado às sensibilidades estético-criativas que experienciava, foi Henri Lefebvre. O seu livro “O direito à cidade” (LEFEBVRE, 2008) tornou-se grande referência desse campo político e acadêmico, atualizando o *antigo* campo da *reforma urbana*. Também o livro “A produção do espaço” (LEFEBVRE, 2013) mostrou-se bastante influente entre arquitetos, geógrafos, sociólogos, economistas etc. que atuam junto àquele campo<sup>34</sup>. Porém, o livro dele que mais me impactou foi “A revolução urbana” (LEFEBVRE, 2004). Quando li tal livro, meio que deu sentido teórico para os processos que vivenciava na *caminhada*. Ou seja, para além de influenciar programaticamente os *movimentos* dos quais eu participava (*direito à cidade*), contribuiu para a minha compreensão da *luta popular* em meio a uma “sociedade urbana” que se constitui e se transforma no calor da luta pela sua realização, “uma revolução urbana” que quebra paradigmas da “sociedade industrial” e se debate com as lógicas segregadoras de mercado e de estado. “Sociedade urbana” de inafastável diversidade, a qual, por sua vez, só se realiza plenamente desconstituindo as segregações que a interditam em seu fluxo e mistura constituintes. “Revolução urbana” que se realiza nas lutas contra as segregações socioespaciais, na qual a cidade é reivindicada e realizada nas suas potencialidades econômica, política, cultural, insurgindo-se contra ser sujeitada a mero espaço instrumental da indústria – “não-cidade<sup>35</sup>” – ou dos mercados (imobiliário, turístico etc.) que alienam o urbano,

<sup>34</sup> Como pude observar lendo, à época da sua publicação, a coletânea de textos de pesquisadores desse campo, organizada pelos geógrafos Carlos, Souza e Sposito (2011), com o significativo título: “A Produção do Espaço Urbano: agentes e processos, escalas e desafios”.

<sup>35</sup> “A indústria estaria vinculada à cidade? Ela estaria, antes de mais nada, ligada à *não-cidade*, ausência ou ruptura da realidade urbana” (LEFEBVRE, 2004, p. 25). Mais à frente ele dirá: “A confusão entre o industrial (prática e teoria, sejam capitalista ou socialistas) e o urbano leva, numa hierarquia de ações, a subordinar este àquele, considerando-o como um efeito, um resultado ou um meio” (2004, p. 48). Foi com um conflito dessa

muitas vezes manifestando-se em “planos” ou “projetos” *urbanísticos* segregadores, *gentrificadores*, causadores de profundos impactos aos cidadãos *atingidos*<sup>36</sup>, como veremos ao longo desta tese: no Serviluz, após a derrota do projeto de estaleiro, o projeto Aldeia da Praia, com sua proposta de centenas de remoções, paisagismos etc.; veremos também as remoções e resistências ao projeto *vlt* (veículos leves sobre trilhos, vinculado às “obras da copa 2014”), entre outros conflitos na e pela cidade, incluindo os próprios processos de planejamento conduzidos pela prefeitura, como na elaboração do plano diretor e seus desdobramentos no Serviluz, entre outros territórios.

Identifiquei, ainda, nas nossas lutas por moradia e território e nas práticas criadoras de pessoas e coletivos, um sentido mais profundo, que o autor confere com a noção de *habitar*, em contraposição à lógica e ação (governos, empresas, instituições financeiras etc.) do *habitat*<sup>37</sup>, o *habitar* carregado de *poesis*, “...essa poesia do habitar”:

O “ser humano” (não dizemos “o homem”), só pode habitar como poeta. Se não lhe é dado como oferenda e dom, uma possibilidade de habitar poeticamente ou de inventar uma poesia, ele a fabricará à sua maneira. Mesmo o cotidiano mais irrisório retém um vestígio de grandeza e de poesia espontânea, exceto, talvez, quando não passa de aplicação da publicidade e encarnação do mundo da mercadoria, a troca abolindo o uso, ou o sobredeterminando. (LEFEBVRE, 2004, p.82)

As pessoas e coletivos que seguiremos nesta tese<sup>38</sup>, não apenas lutam por *unidades habitacionais*, mesmo os que se identificam como *movimento por moradia*, mas constituem territórios, criam a cidade, ou o “urbano”, nas suas dimensões espacial, estética e política. Pesquisas no campo da *antropologia urbana*<sup>39</sup> me ajudaram a compreender essa agência

---

natureza que nos deparamos na luta contra a implementação de estaleiro no Serviluz (que será destacada no tópico 4.2.1), em uma região da cidade que já vive, há décadas, a dialética conflituosa entre industrialização e urbanização, ultimamente manifestando-se em diversos conflitos entre o uso industrial do espaço *versus* a moradia e outras fruições da enorme população que se formou ali (em parte, pela atração industrial) e os visitantes da cultura praieira ali estabelecida.

<sup>36</sup> “Como representação: os homens de Estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço (ou uma ausência de concepção que deixa o campo livre aos que propõe suas imagens particulares do tempo e do espaço). Nesse nível entram em ação com estratégias, lógicas, das quais pode-se dizer, com algumas reservas, que são lógicas de classe, pois em geral consistem em uma estratégia levada às últimas consequências”. (LEFEBVRE, 2004, p. 78)

<sup>37</sup> “O habitat, ideologia e prática, chegava inclusive a reprimir as características elementares da vida urbana, constatadas pela ecologia mais sumária: a diversidade das maneiras de viver, dos tipos urbanos, dos ‘partness’, modelos culturais e valores vinculados às modalidades ou modulações da vida cotidiana. O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas ou ‘máquinas de habitar’” (LEFEBVRE, 2004, p. 81).

<sup>38</sup> E aqui há um recorte em relação ao campo mais amplo de movimentos sociais que compõem o ecossistema de coletivos e lideranças que fazem o “movimento por moradia” na cidade.

<sup>39</sup> Tal campo, o “da antropologia urbana”, como aponta Hannerz (2015, p. 13): “... foi definido de uma maneira muito ampla. Na maioria das vezes ela é levada a incluir todos os estudos em que a cidade é o *locus* e não o *focus*”. Para nele se situar, cito aqui o esforço do próprio Hannerz (2015) “Em busca de uma antropologia

constitutiva da cidade por quem nela vive, flui, frui, produz e se relaciona, uma antropologia urbana atenta “... à construção de lugares e redes por parte daqueles que fazem a cidade” (AGIER, 2011, p. 12). Falando de uma “antropologia da cidade relacional”, em busca de apreender os “saberes urbanos”, tendo inclusive a cidade brasileira Salvador, mais especificamente o *bairro popular* Liberdade, como campo, Agier (2011) depõe:

O que as minhas pesquisas ensinaram é como as pessoas fazem a cidade. Foi isso que compreendi, pesquisando principalmente em zonas marginais, onde a presença do poder público é fraca e onde as pessoas são obrigadas a inventar por si própria a sua existência. (...). São as pessoas que fazem a cidade, e não a cidade que faz a sociedade. E é este “fazer cidade” que se observa nas relações sociais, em diferentes formas de sociabilidade, que é preciso decifrar melhor. (AGIER, 2011, p. 55).

Veremos, por exemplo, a criação socioespacial e política da comunidade Raízes da Praia, a partir de uma ação coletivamente organizada, e que tem entre suas peculiaridades, o fato ter sido desencadeada naquele território da cidade, transformando-o e constituindo-o, após o poder público municipal ter oferecido ao Movimento unidades habitacionais em um bairro distantes dali, da praia, do litoral leste, das relações sociais (econômicas, culturais, políticas, de vizinhança e parentesco) das pessoas que faziam o Movimento e partiram para a *ocupação*, como veremos. Ou o caso do Serviluz, suas resistências cotidianas, suas lutas existenciais, e o poético, artístico, festivo agenciado para tais lutas, agências de resistência e criação. Ação e *poesis* no *habitar* a cidade com os “saraus da periferia” e outras assembleias artístico-políticas. Veremos pessoas e coletivos que, além de criarem *cenar, arenas públicas e acontecimentos*, produzem vida nos territórios onde agem.

Aqui cabe dizer que tais categorias aparecem várias vezes ao longo desta tese, algumas vezes teoricamente referenciadas, como vimos em relação a “arenas públicas” algumas páginas atrás, articulando Hanna Arendt, Nancy Fraser e Judith Butler. Em Arendt (2013), entendi que a “arena pública” é o terreno da ação, da produção de acontecimentos, do compartilhar experiências (“narrações”), do criar formas políticas e legitimidades e reconfirmá-las, ou não,

---

urbana”, afirmando-a como “... uma contribuição da antropologia aos estudos urbanos: a antropologia urbana como instrumento pelo qual os habitantes da cidade possam pensar de maneira nova sobre o que se passa ao seu redor” (HANNERZ, 2015, p. 18). Cito também o esforço de Magnani (2012) em delinear “trajetórias de pesquisa em Antropologia Urbana”, no Brasil, a partir de São Paulo, cuja uma das *linhas*, a dos *movimentos sociais urbanos* (notadamente com Ruth Cardoso e Eunice Durham, que orientaram uma geração de pesquisadores com variadas abordagens de antropologia na e da cidade, inclusive o próprio Magnani), serviu-me de referência para iniciar minha abordagem, ainda no mestrado, em contato com trabalhos de pesquisadoras que também foram minhas professoras, como Irllys Barreira e Glória Diógenes, cujas próprias trajetórias de pesquisa da política e do urbano têm experimentado variadas e inspiradoras deambulações, até hoje.

no debate, *espaço* para aparição no mundo pelo agir político em coletivo. Logo, *espaço* constituído pela reunião, e não um sítio ou um prédio ou um imóvel, mas engendrado pelo movimento que compõe e é composto pelo encontro, atividade política, pessoas reunidas em ação<sup>40</sup>. Em Fraser (1990), vi a importância de perceber e estudar “arenas públicas alternativas” à “esfera pública burguesa liberal” (numa revisão crítica à teoria da “esfera pública” de Habermas), pois tal esfera é historicamente marcada pela exclusão teórica e prática, de “gênero” e de “classe” ou “raça”, por exemplo, e de suas várias “arenas públicas”. A “idealização” da “esfera pública liberal” falhou em examinar “arenas públicas não-liberais e não-burguesas”, e que disputam com estas, criando “várias maneiras de acessar a vida política e uma multiplicidade de arenas públicas” (FRASER, 1990, p. 61). Assim, tais exclusões e conflitos seriam constitutivos da “esfera pública” (FRASER, 1990, p. 62). “Conflito” que, conforme Feltran (2010a), marca as relações entre “mundo público” e “periferia”, com suas “ações coletivas” e “movimentos sociais”, com suas reconfigurações nas últimas décadas, ele reflete a partir do “... estudo da trajetória mediadora de uma dessas ações coletivas, (...), iluminando as fronteiras (ou *margens*) da política contemporânea no Brasil” (FELTRAN 2010a). Tais agências mediadoras em meio a situações de conflito e resistência, dão-se a partir da criação de arenas públicas pública constituídas pela ação coletiva nas *periferias* ou à *margem* das esferas públicas estatais e mercadológicas, e, por efeito dos acontecimentos que geram, ocupação de espaço-tempo em tais esferas públicas. É a isso que se prestam as pessoas e coletivos que aparecem nesta tese, quando realizam assembleias, saraus, manifestações, festas. Constituem espaços de aparição - “... constituição de esfera pública como condição de aparecimento” (BUTLER, 2014, p.26), e de fala-escuta transformadora (HOOKS, 2019). Em Butler (2014) tais arenas são geradas por diferentes performances corporais, além da fala, ajudando a “... reconsiderar as formas restritivas por meio das quais ‘a esfera pública’ vem sendo acriticamente proposta por aqueles que assumem o acesso pleno e os plenos direitos de aparecimento em uma plataforma designada” (BUTLER, 2014, p.14). Já em bell hooks (2019), a “fala libertadora” também se realiza em espaços menos públicos, como pequenos grupos de educação feminista, ambientes familiares, relações interpessoais – algo que Scott (2013), em outra abordagem, também constata em seus estudos e reflexões sobre relações de dominação e a “arte da resistência”, os agenciamentos dos “discursos ocultos” – e a irrupção da sua passagem à dimensão pública, ou dos discursos satíricos ou irônicos contra os dominantes.

---

<sup>40</sup> “A *pólis* não era Atenas, e sim os antenienses” (ARENDR, 2013, p. 243).

Em todo caso, tanto a constituição ou ocupação de arenas públicas, como a construção de discursos, performances e outras práticas não-discursivas de resistência ou enfrentamento, passam por agenciamentos coletivos a lhes forjar. Tais agenciamentos coletivos, na medida em que geram acontecimentos<sup>41</sup>, têm a ver com o que chamamos *movimento*: ação coletiva para resistir, enfrentar, transformar, criar, produzir vida. Nesse sentido, da perspectiva dos *coletivos* cujas ações acompanhamos nesta tese: a ação política e o cuidado, a luta e a constituição de relações sociais, o discurso retórico e a poesia, bem como ocupações corporais e performances artísticas, não são agenciamentos dicotômicos e separados, ao contrário, constituem-se mutuamente, com diferentes intensidades e escalas, no fluxo das agências conectadas por meios de relações políticas, na perspectiva da ação coletiva.

Já falei da questão da segregação socio-urbana no cerne das lutas dos *coletivos* que acompanho – ficará claro, na leitura dos capítulos que seguirão, que as ações e os conflitos se inscrevem na ordem da “partilha” (RANCIÈRE, 2018) da cidade – luta por terra, espaço, território, moradia, infraestrutura urbana, poder de decisão, possibilidades de ocupação e fruição. Mas também, veremos, ações mobilizadas para dimensão da “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2009) – possibilidade de fala, de criação, de performances dos que habitam as *margens*, constituem as cenas *periféricas*, ocupam os *centros* políticos-culturais. Nos saraus de periferia, nas ocupações por moradia, nas assembleias e manifestações dos territórios ameaçados por remoções e pela gestão “necropolítica” de suas populações (MBEMBE, 2018), observei a *produção de vida* perpassando as ações das pessoas e coletivos aliançados.

“É somente do contexto do mundo vivido que o humano surge como uma criatura agente, uma criatura cuja dependência dos outros e dos processos vivos dá origem à própria capacidade de ação (...)”, afirma Butler (2018, p.51), em uma crítica a filósofos políticos que, como Arendt (2013), “... distingue de maneira bastante enfática a esfera privada – como uma esfera de dependência e inação – da esfera pública, como uma esfera de ação independente” (2018, p, 51-52). Pois de fato, e assim o campo me mostrou: “Viver e agir estão conectados de tal maneira que as condições que possibilitam a qualquer pessoa viver são parte do próprio objeto da reflexão e da ação política” (BUTLER, 2018, p.51).

Esse encontro entre viver e agir, busco condensar na categoria *caminhada*, borrando também a fronteira entre vida privada e ação política. Os coletivos que acompanho na

---

<sup>41</sup> *Acontecimento* é uma categoria importante na minha pesquisa, desde o mestrado e sua respectiva dissertação, na qual busco situar teoricamente (PINTO, 2017 p. 87 – 93) e relacionar tal categoria com o meu campo de pesquisa – para isso, dialoguei com Foucault (2008b, 2010), Deleuze e Guatarri (2011), Brehier (2012), mas também, em uma aplicação sociológica interacional e situacional, com Goffman (2012).

*caminhada* desta pesquisa, além de constituir arenas públicas, muitas vezes em performances da vida cotidiana elementar (cozinhar, comer, dormir, banhar etc.) como vemos nitidamente nas ocupações ou acampamentos, mobilizam a própria reprodução cotidiana da vida como ação de resistência, assim como os processos criativos no *habitar urbano periférico*. Da improvisação de um fogareiro para alimentar os ocupantes na ocupação Raízes da Praia, ou o projeto de segurança alimentar para as crianças que almoçam diariamente no Barracão do Morro da Vitória, à rima improvisada pelo poeta na ocupação festiva do Farol do Mucuripe ou em praças nas periferias ocupadas por saraus, batalhas de rima etc. Vida sendo produzida em ação, resistência ativa e enfrentamento à *segregação* (LEFEBVRE, 2004; 2008) e à *necropolítica* (MBEMBE, 2016; 2018).

Quando estava empenhado na minha pesquisa de mestrado, percebi que as atividades cotidianas nas comunidades – habitar, alimentar, educar, cuidar – constituíam agências importantes para a luta no Morro da Vitória, bem como compunham parte significativa do repertório de *coletivos* que atuam em outros territórios similares. Tentei mostrar isso, à época, em apresentação para a Anpocs (PINTO, 2016), cujo título, “Natal do Morro da Vitória”, já tentava focar essa dimensão da ação comunitária como parte da resistência e do potencial de mobilização ali contido, a importância que aquelas atividades tinham para fortalecer a ação política daqueles coletivos, a ação comunitária, uma espécie de *biopolítica da resistência*, eu pensava. Na dissertação, aprofundando o referido *paper*, formulei um tópico chamado “Natal no Barracão: trabalho comunitário e produção biopolítica” (PINTO, 2017, p. 147 e ss.). A esta altura já havia avançado nas leituras e debates sobre o conceito de *biopolítica*. Lembro que antes mesmo daquele encontro da Anpocs, estive em outro congresso, no qual houve uma palestra, muito interessante, com um professor estrangeiro, de um país africano lusófono, sobre a teoria de Foucault, quem havia forjado a noção de *biopolítica*, chegando ao meu conhecimento em publicações como “Segurança território e população” ou “O nascimento da biopolítica” (FOUCAULT, 2008b; 2008a). Por coincidência, encontrei o palestrante no avião, voltando do evento, ambos faríamos conexão em São Paulo, eu para Fortaleza. E mais, viajamos em assentos vizinhos. E conversamos um bocado na viagem entre Goiânia e São Paulo. E eu bati na tecla: se a *biopolítica* pode ser agenciada como um mecanismo de controle ou gestão dos *poderes* que *dominam*, também pode ser agenciada como um potente mecanismo de *resistência* pelos *coletivos* que, por necessidade ou convicção, os enfrentam? Pelo que entendi, ele não cria nessa possibilidade, *biopolítica* era *biopoder*, e minha percepção de uma espécie de *bioresistência* não cabia no conceito foucaultiano de *biopolítica*. Mas segui nessa chave de leitura, sendo inclusive incentivado pelo meu orientador, e encontrei outros pesquisadores e autores cujas

formulações convergem com minha hipótese. O próprio Foucault dizia, ouvi certa vez um palestrante dizer, que a cada feixe de práticas dos mecanismos de poder correspondiam práticas de resistência, o que depois verifiquei na leitura de “Microfísica do poder” (FOUCAULT, 2010). Mas foi lendo Hardt e Negri (2014) que tal formulação saltou aos meus olhos. E ainda mais quando li um livro que encontrei, por acaso, na casa de uma amiga *performer-ativista*, chamou minha atenção de imediato, algum tempo depois, meu orientador também o recomendou: “Vida capital: ensaios de biopolítica” (PELBART, 2003). Pelbart, dialoga com o conceito foucaultiano de *biopolítica* – no qual os mecanismos de poder penetram as diversas dimensões da vida, controlando-a, mas também produzindo subjetividades – porém, o faz a partir de um profícuo diálogo com alguns outros pensadores, concebendo uma noção de *potência de vida*, quando observa por exemplo a oposição entre *império* e *multidão* (diálogo com Hardt e Negri).

Pois nada do que foi evocado acima pode ser imposto unilateralmente de cima para baixo, já que essa subjetividade vampirizada, essas redes de sentido expropriadas, esses territórios de existência comercializados, essas formas de vida visada não constituem uma massa inerte e passiva à mercê do capital, mas um conjunto vivo de estratégias. A partir daí, seria preciso perguntar-se de que maneira, no interior dessa megamáquina de produção de subjetividade, surgem novas modalidades de se agregar, de trabalhar, de criar sentido, de inventar dispositivos de valorização e de autovalorização. Num capitalismo conexcionista, que funciona na base de projetos em redes, como se viabilizam outras redes que não comandadas pelo capital, redes autônomas, que eventualmente cruzam, se deslocam, infletem ou rivalizam com as redes dominantes? Que possibilidades restam, nessa conjunção de plugagem global e exclusão maciça, de produzir territórios existenciais alternativos àqueles ofertados pelo capital? De que recursos dispõe uma pessoa ou um coletivo para afirmar um modo próprio de ocupar o espaço doméstico, de cadenciar o tempo comunitário, de mobilizar a memória coletiva, de produzir bens e conhecimento e fazê-los circular, de transitar por esferas consideradas invisíveis, de reinventar a corporeidade, de gerir a vizinhança e a solidariedade, de cuidar da infância ou da velhice, de lidar com o prazer ou a dor? (PELBART 2003, p.21-22).

Em outro texto ele coloca a coisa nos seguintes termos:

Poderíamos resumir esse movimento do seguinte modo: ao poder sobre a vida, biopoder, responde a potência da vida, biopotência. Ao biopoder responde a biopotência, ao poder sobre a vida responde a potência da vida. Mas esse ‘responde’ não quer dizer uma reação, já que a potência se revela como o avesso mais íntimo, imanente e coextensivo ao próprio poder. (PELBART, 2015, p.21).

Tal enfrentamento intensifica-se quando os mecanismos de controle sobre determinadas populações (FOUCAULT, 2008b) – “indesejadas” ou “matáveis”, nos termos de Butler (2015), “mortos-vivos” nos de Mbembe (2016) – operam por dispositivos *necropolíticos* de dominação, ou “necropoder” (MBEMBE, 2016). É nesse recorte do *poder* que operam os “podres poderes”, com seus dispositivos violentos (violência física e simbólica), “podres poderes” que agem nas

políticas estatais e paraestatais, economias meta-legais, com as práticas de controle com uso da força e da ameaça e a lógica do lucro e da acumulação, que fazem as *guerras* declaradas ou não. Nesse sentido, *criar* (criação corpórea e incorpórea) e *cuidar* (do corpo e da psique) se tornam ações estratégicas em um campo que *resiste* e busca outra partilha de condições e poder, e *curar* se torna uma das mais relevantes agências da ação coletiva transformadora.

## OCUPAR, RESISTIR E PRODUZIR VIDA

### 1 Um breve relato sobre o surgimento da Frente de Luta por Moradia Digna

A formação de uma rede de pessoas e coletivos como a Frente de Luta por Moradia Digna é um processo em constante movimento, acontecimentos e arranjos realizando -se com frequência. Por isso é carregada de imprecisão quanto à definição de uma data de *surgimento*. Podemos optar, mais ou menos arbitrariamente, por ir definindo marcos. Assim, opto pelo dia vinte e sete de junho de 2013, como um marco de aparição da Frente, pois foi o dia marcado para o “lançamento público” da Campanha de Luta por Moradia Digna<sup>42</sup>.



Figura2 material de lançamento da Campanha por Moradia Digna. Postado em 12/06/2013 <https://www.facebook.com/moradiadignafortaleza/photos/a.476662519082047/477311205683845/>

O material acima exposto, além de ser postado na internet, foi distribuído impresso (tiragem de dez mil), como parte da “campanha” que vinha sendo urdida há meses por uma parceria entre o Coletivo Nigéria (composto por videomakers e comunicadores) e uma articulação de *coletivos* vinculados à *luta por moradia e direito à cidade*, que vinham se articulando e agindo desde meados de 2012<sup>43</sup>, e que constituíram a Frente de Luta por Moradia Digna no período que ora descrevo. O Movimento dos Conselhos Populares, do qual fazia parte (e ainda faço, mas naquele tempo mais ativo), era uma das organizações a compor aquela articulação, que aprovou um “projeto”, com aporte de recursos, para dar visibilidade à luta por moradia na cidade, em parceria com um coletivo de comunicadores (Nigeria Audiovisual).

<sup>42</sup> <https://www.facebook.com/moradiadignafortaleza> (acesso em 23.01.2023)

<sup>43</sup> Quando foi realizado o Encontro de Comunidades em Ocupação, uma espécie de fórum de discussão e articulação entre movimentos populares, comunidades em situação de conflito fundiário e assessorias de entidades e mandatos parlamentares comprometidas com a proteção e efetivação dos direitos humanos, no caso, o direito social à moradia.

Foram muitas reuniões, ideias, discussões até a produção desse material e o plano de lançá-lo em vinte e sete de junho de 2013<sup>44</sup>.

Mas quem compunha e fazia acontecer aquela “articulação” que impulsionou esse processo? Uma **aliança** entre comunidades estabelecidas *precariamente* em terrenos ocupados e, na maioria das vezes, ameaçadas de despejo; comunidades em áreas há mais tempo consolidadas, mas ameaçadas de “remoção” ou em luta por melhores condições de infraestrutura urbana e social; “movimentos sociais” ligados à questão da moradia popular e do direito à cidade, e assessorias técnico-políticas. Espero, ao longo deste relato, ir esclarecendo um pouco sobre esses *sujeitos coletivos*, que há décadas têm a prática política de se organizar em diferentes arranjos, onde cada nova criação vem conectada à existência de conexões em redes precedentes ou coetâneas.

Naqueles idos de junho de 2013 a julho de 2014, coexistiram a Frente de Luta por Moradia Digna e o Comitê Popular da Copa, muitas vezes justapondo-se, com várias pessoas e coletivos participando de ambas as articulações. Com a dissolução do segundo, após a realização do “megaevento” em julho de 2014, parte significativa das suas demandas e agentes passaram a se articular na Frente de Luta por Moradia Digna, reconfigurando-a.

### 1.1 O lançamento-aparição da Frente de Luta por Moradia Digna no turbilhão de junho-2013



Figura 3. Manifestação em 17 de junho de 2014 e Manifestação em 19 de junho de 2013

<sup>44</sup> A “campanha” produziria ainda vídeos, divulgação nas mídias sociais, assessoria de comunicação, além de promover *advocacy* com objetivo de influenciar políticas públicas e demandas orçamentárias pró-moradia. Para ter uma noção ver o perfil no facebook: “Campanha De Luta Por Moradia Digna – Fortaleza”.

Um conjunto de agências mobilizadas por uma aliança de coletivos diversos, convergiram para o lançamento da Campanha de Luta por Moradia Digna. Esta daria um salto de visibilidade, um esforço de aparição para a nascente Frente de Luta por Moradia Digna e para os conflitos nos quais essa *rede* estava agindo: despejos de comunidades em ocupações, como do Alto da Paz que veremos adiante; remoções de comunidades consolidadas como as “comunidades atingidas” pela construção do Veículo Leve sobre Trilhos entre Mucu ripe – Parangaba; embates com o agentes do “poder público” em torno do problema da participação, da gestão urbana e dos conflitos socioespaciais.

Essa articulação, desde 2012, vinha se constituindo como um *espaço* de reunião e construção de ação conjunta entre moradores de comunidades em ocupações, movimentos populares e assessorias técnico-políticas (universitários ligados a projetos de extensão e pesquisa, profissionais e ativistas de direitos humanos focados em direito à moradia e à cidade). Muitas reuniões, ou “plenárias”, “comissões” etc., resultando em ações coletivas: manifestações, audiências públicas, assembleias nos territórios, seminários, oficinas e outras práticas de “formação” e articulação. Com um a dois meses de antecedência foi decidido em uma “plenária” (as plenárias reuniam de dez a dezenas de pessoas a depender do *momento*, esta, por exemplo, foi bastante representativa, momento de crescente mobilização) que o lançamento da Campanha dar-se-ia no dia vinte e sete de junho 2013.

Quando se empreende uma iniciativa dessa natureza, um dos efeitos, ou como se diz, “tarefas” a se apresentar àqueles que se lançam em tal empreendimento coletivo é dispender um grande esforço de “articulação” (uma espécie de trabalho político) para atingir além dos coletivos já envolvidos na rede da qual parte a iniciativa. Uma espécie de busca por “ampliação” ou difusão, trabalho o qual demanda que as pessoas e coletivos envolvidos mobilizem o seu *capital político* em forma de realização de contatos, estabelecimento de diálogos e agregação de parceiros ou aliados, além de difusão pública da mobilização, no caso a Campanha de Luta por Moradia Digna. Um trabalho concreto em forma de ligações telefônica, conversas presenciais, criação textual e gráfica para divulgação dirigida ou difusa.

Esse processo de construção e articulação se deu em meio à crescente insatisfação com os impactos do “megaevento” Copa Fifa – 2014 na cidade. Insatisfação não só no que tange a questões de moradia e direito à cidade, mas sem dúvida as “remoções” eram um grande fator de insatisfação no “campo popular” da cidade e, principalmente, nas “populações atingidas”. Plenárias e assembleias enchiam e inflamavam-se cada vez mais; debates em escolas e paróquias, eventos em universidades, matérias na imprensa, entrevistas e debates em emissoras de rádios e tvs locais – a dinâmica do *movimento popular urbano* estava em ebulição, e o direito

à moradia e à cidade estava cada vez mais no centro dos debates, inflamados pelas obras, gastos e remoções da Copa. Não à toa, coetâneo ao processo de constituição da Frente, estruturou-se o Comitê Popular da Copa em Fortaleza, articulado com outros similares em outras cidades-sedes, formando a Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa e Olimpíadas – Ancop.

Além das intersecções com a rede de pessoas e coletivos que iam constituindo o Comitê Popular da Copa, havia conexões entre algumas *caminhadas* que constituíam a Frente com outra *rede* ou “articulação”, já estabelecida há muitos anos em Fortaleza: Grito dos Excluídos e Excluídas<sup>45</sup>. Esta articulação resolveu também participar do lançamento da Campanha de Luta por Moradia Digna, sendo inclusive a data definida em uma “plenária conjunta” das duas articulações. Os trabalhos de mobilização estavam a todo vapor, quando eclodem as “manifestações de junho de 2013”. Todos nós que participávamos daquele esforço estivemos na primeira manifestação nos arredores do estádio Arena Castelão, em dezenove de junho 2013. “Copa pra quem”?! Revolta, ação e catarse.

No dia vinte e sete de junho de 2013, todos foram para o bairro Serrinha, em frente ao campus Itaperi da Universidade Estadual do Ceará, para seguir em passeata pela avenida Dedé Brasil, rumo ao Castelão, distribuindo o material da Campanha de Luta por Moradia Digna (quem nela estava envolvido), segurando cartazes, faixas, ecoando cânticos e *palavras de ordem*, até o confronto com a polícia. O relato dessa manifestação é um capítulo à parte. Das muitas narrativas possíveis, sugiro a narrativa imagético-documental do Coletivo Nigéria<sup>46</sup>. E faço isso porque essa explosão de produções e veiculações de imagens e falas nos acontecimentos de junho de 2013, tecendo de forma polifônica o discurso estético-político, explodindo o controle da economia de produção e distribuição de imagens e versões por parte das empresas de comunicação, influenciou a dinâmica que fez com que o conflito do Alto da Paz ressoasse em larga escala, que outros despejos em anos anteriores não atingiram. A *mídia tradicional* não tinha mais como represar o fluxo imagético-discursivo, ou as *novas mídias* não tinham mais como ser represadas, a produção e veiculação de imagens não estavam mais sob o controle exclusivo das empresas de tv e imprensa. Estas tiveram de correr atrás quando as imagens fortes do despejo e do conflito já se espalhavam na cidade, gerando circuitos crescentes de indignação, e outras sensações morais e emocionais, até chegar ao centro das coberturas

---

<sup>45</sup> Em 2013 o Grito dos Excluídos já ia para sua 19ª edição. Em Fortaleza, constituía-se à época como uma rede de integrantes de pastorais sociais, remanescentes das Cebs, religiosos e leigos, moradores de comunidades, integrantes de *movimentos sociais*.

<sup>46</sup> Ver filme “Com Vandalismo”, e outros vídeos nos canais do Nigéria das redes sociais.

jornalísticas dos veículos de comunicação e povoar os almoços e jantares da população de Fortaleza<sup>47</sup>.

## ***1.2 O despejo do Alto da Paz: um acontecimento-crítico***

As dinâmicas de **ocupação versus dispersão** de terrenos para moradia, ou de espaços de uso comum para outras fruições (políticas, culturais, ecológicas etc.), estão no epicentro de grandes conflitos que pautam o *movimento popular urbano* em Fortaleza há décadas. Na minha dissertação de mestrado (PINTO, 2017) faço uma pequena revisão de pesquisas sobre conflitos e movimentos sociais dessa natureza. Desde a “Marcha do Pirambu” nos anos cinquenta, mas, principalmente, entre os anos setenta e noventa. Conflitos marcantes como ocupação e despejo da Favela Zé Bastos (1978/79) (BARREIRA, 1992), os conflitos e criações no Lagamar (DIÓGENES, 1989), as *ocupações* (além dos mutirões e conjuntos habitacionais) constituindo as *periferias* da cidade: no *Grande Jangurussu*, no *Grande Bom Jardim*, no *Grande Mucuripe*, na *Grande Barra* ou *Grande Pirambu*. Acontecimentos, processos e arranjos nessa trajetória de *lutas populares* em Fortaleza, culminando, em minha pesquisa de mestrado, na luta Morro da Vitória.

Tudo isso vai, ao mesmo tempo, constituindo territórios na cidade e engendrando formas organizativas, arranjos coletivos que ocupam as arenas públicas onde se desenrolam o fazer político, a ação coletiva, as relações de poder assimétricas. Nesse cenário aparecem *movimentos sociais urbanos* como Comunidades Eclesiais de Base, União das Comunidades da Grande Fortaleza, Federação de Bairros e Favelas. Ao longo dos anos noventa e dois mil, novos arranjos vão reconfigurando esse campo sociopolítico. Passeio um pouco por essas configurações na já referida dissertação<sup>48</sup>, pois elas exerceram agências no conflito e constituição da *comunidade*

---

<sup>47</sup> Tal emergência de novas possibilidades de enquadramento e difusão de imagens do despejo, derrubadas de casas e reações das vítimas, subverteu o controle do poder midiático-empresarial local sobre esse tipo de acontecimento, controle de enquadramento e difusão que produzia o que Butler (2015) chamou de “regulação da perspectiva”, um certo “poder de orquestração (...) para ratificar o que será chamado de realidade: o alcance do que vai ser percebido” (2015, p. 103), de forma que tal mecanismo de poder “... atua no campo da percepção e, de forma mais geral, no campo da representabilidade, a fim de controlar a comoção” (2015, p. 112). Essa questão é central nos conflitos dessa natureza, pois a capacidade de afetar disposições ético-morais e mobilizá-las em forma de apoio, mais ou menos direto, é crucial para os desdobramentos da luta por moradia em situação de despejos, conforme demonstrei em minha dissertação sobre o caso do Morro da Vitória (PINTO, 2017), dialogando com trabalhos de autores como Honneth (2009), Cefaï (2009) entre outros.

<sup>48</sup> Pinto (2017) no tópico: *O fluxo de um novo ciclo de “movimentos sociais urbanos” em Fortaleza*, entre as páginas 54 a 64.

Morro da Vitória, no Grande Mucuripe, início dos anos dois mil. Um acontecimento-crítico<sup>49</sup> com desdobramentos que, certamente, chegam ao período sobre o qual ora escrevo, ainda que em *ondas* a perder força com o passar do tempo, mas estabelecendo conexões vivas. Por exemplo, *representantes* do Morro da Vitória participaram da gênese do Movimento dos Conselhos Populares e da Frente de Luta por Moradia Digna, e ajudaram a “fundar” a *comunidade-ocupação* Raízes da Praia, que se tornou um pilar forte nas ações do Mep e da Frente.

Não é coincidência, então, que um acontecimento-crítico marcante na *caminhada* constituinte da Frente de Luta por Moradia Digna tenha sido o despejo da “ocupação Alto da Paz”, vizinho à *área* do Morro da Vitória, executado em vinte de fevereiro de 2014, o qual teve grande repercussão na cidade à época, com efeitos ainda hoje se desenrolando, inclusive a recente entrega de apartamentos no *conjunto/condomínio* Alto da Paz, em parte, para os antigos ocupantes do terreno.

É significativo reparar que, em termos de repercussão nos veículos de imprensa e na *esfera pública* da cidade, apenas o despejo do Alto da Paz tenha atingido o nível de intensidade, em termos de propagação, que o conflito do Morro da Vitória desencadeou treze anos antes. E é certo que nessa mais de década que os separa, centenas de outros despejos aconteceram. No período no qual trabalhei no Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar (meados de 2003 ao começo de 2007), os atendimentos de casos relacionados a esse tipo de conflito somavam de seis a oito dezenas por ano. E o interessante é que quando ligávamos para órgãos de imprensa para relatar despejos em andamento, a resposta era quase invariável: “não cobrimos invasões”.

No entanto, tiveram de “cobrir” o despejo do Alto da Paz em vinte de fevereiro de 2014. Naquele mesmo terreno houve um conflito em 2005, o qual resultou em confrontos entre homens encapuzados armados e *ocupantes*, morrendo um destes. Dias depois, mais de novecentos policiais foram mobilizados para realizar o despejo. O terreno pertencia a um grupo empresarial (Edson Queiroz) detentor do maior *pool* midiático do Ceará. Mas, no início de 2012, o terreno foi desapropriado pela Prefeitura Municipal. Era ano eleitoral, a notícia da desapropriação espalhou-se – a “conexão- fofoca”, diria Liduina<sup>50</sup>. Estava formado o caldo para

<sup>49</sup> Encontro entre as noções de “situação crítica” (GIDDENS, 2013), que foge à rotina e desafia a “segurança cognitiva” dos agentes; e de “acontecimento” (FOUCAULT, 2010; BREHIER, 2012), com seus atributos de imprevisibilidade, aleatoriedade, irrupção, singularidade... e sua capacidade de afetar os *corpos* ao alcance dos seus efeitos e se desdobrar em outros acontecimentos ou “séries de acontecimentos”.

<sup>50</sup> “É conexão, fofquinha, que a gente vai e vem... num é nem fofoca, é uma, assim, vamo dizer, ‘tu tem coragem?’, ‘vamo lá?’, é tipo assim (...) eu soube através do Louro, mas ele soube através de quem? através de

uma nova *ocupação*, que ocorreu no meio do ano de 2012. Essa *ocupação*, a *comunidade* no *terreno* produzindo *território*, foi “batizada” pelos ocupantes: “Alto da Paz”.

Representantes da organização comunitária do Alto da Paz, que logo após a ocupação fundaram uma associação de moradores, participaram da Frente de Luta por Moradia Digna, suas plenárias, manifestações etc. A situação do Alto da Paz era sempre pauta relevante nas negociações que a Frente travava com representantes do “poder público”. Desde o começo da ocupação, o despejo era um risco iminente – muitas reuniões, audiências, assembleias e outras formas de mobilização da *comunidade e aliados*, e mediação com a Prefeitura Municipal e outras instâncias (como Defensoria Pública) foram realizadas para evitar um despejo, confronto que foi amadurecendo até eclodir em fevereiro de 2014. Acontece que nesse tipo de *ocupação*, que busca moradia, o tempo corre a favor da consolidação da posse, construção de casas, famílias estabelecidas – dois anos e meio é muito tempo nesse sentido, e arrancar uma comunidade já se constituindo, casas de alvenaria construídas etc., sempre é mais custoso e traumático, como vimos no caso do Morro da Vitória (PINTO, 2017).

E por que esse despejo do Alto da Paz gerou a repercussão que outros não tiveram? A própria Frente de Luta por Moradia Digna surgiu em um impulso de reação a uma “onda de despejos e remoções”, que afligiam Fortaleza naquele período. Uma iniciativa de juntar forças justamente para tentar resistir a tais despejos e remoções, e fazer repercutir tais conflitos nas *arenas públicas* da cidade, que é um dos trabalhos políticos fundamentais da ação de resistência dos *ocupantes* e seus *aliados*.

Mas não foram só as agências de pessoas e coletivos que produzem e veiculam imagens e discursos sobre o conflito que convergiram para o acontecimento do Alto da Paz. Também parte do ativismo articulado nos acontecimentos de 2013, agentes que compunham articulações como o Comitê Popular da Copa, que participaram de ações como o as manifestações de rua ou o “Ocupe o Cocó<sup>51</sup>”, convergiram para apoiar os ocupantes do Alto da Paz. Esta ocupação, por sua vez, acontece em uma *série*<sup>52</sup> de outras experiências de ocupações e conflitos fundiários naquela *região* da cidade de Fortaleza, seu litoral leste, Grande Mucuripe. Muitos sujeitos que participaram dessas “lutas por terra e moradia” naquela região, compuseram uma *rede* de apoio

---

outra pessoa, é um contando pra outro assim, conectando as suas antenas” – Entrevista Liduina, sobre como soube da ocupação no Morro (PINTO, 2017, p.142–143).

<sup>51</sup> Sobre a ocupação, atividades e conflitos do movimento Ocupe o Cocó, ver Pinheiro (2014).

<sup>52</sup> Esta é outra característica dos *acontecimentos*, além da imprevisibilidade ou do caráter irruptivo, estão sempre ligados a outros, não são isolados, daí serem simultaneamente instantâneos e se prolongarem no tempo, seja na escala de acontecimentos históricos (FOUCAULT, 2010) ou discursivos (FOUCAULT, 2014); mas também, em outra escala, nas interações face a face, vemos Goffman (2012) trabalhar com a noção de “série de acontecimentos” que compõe as “faixas” dentro do “quadro” de interação.

mútuo que foi bastante ativa naquele conflito, antes, durante e depois do despejo<sup>53</sup>. Essa “articulação local” possuía capacidade de ampliação na cidade (inclusive como parte vibrante da Frente e do Comitê), agregando mais aliados. Acontecimentos conectados por meio das *caminhadas* de agentes que atuam na *região* e alhures, às quais se somaram resquícios de disposição ativista para o protesto e de arranjos coletivos forjadas nos acontecimentos das “jornadas de 2013”. Tudo isso influenciou a dimensão que o acontecimento do Alto da Paz tomou. É uma dinâmica, a qual discuto mais amplamente na minha dissertação, que funciona mais ou menos assim: a violência do despejo gera indignação (disposição moral e emoção) em quem o assiste e, mais ainda, em quem vive diretamente (corporalmente) a experiência. É uma disposição moral forjada no calor da disputa, e que se amplia conforme ela repercute.

Entre o coletivo ocupante, isso tende a fortalecer a coesão<sup>54</sup>. Mas o que daí se constituirá, dependerá das agências e dos agentes envolvidos no conflito. Essa *organização*, ao constituir um núcleo de representantes dos ocupantes violentados pela ação de um despejo, propicia a conexão com aliados “de fora” – gente na qual aquela disposição moral age sobre noções éticas e *trajetórias de vida* que os colocam em posição de solidariedade e apoio, os quais se manifestam em formas variadas. Quanto mais aliados a organização dos ocupantes consegue agregar, maior capacidade de repercutir o conflito para além do *terreno* onde ele se desenrola. Ao mesmo tempo, a capacidade de agregar vai depender dos arranjos coletivos que os ocupantes formam e das pessoas que os formam: suas agências, personalidade, prestígio, relações etc. A repercussão que essa dinâmica gera, propicia mobilizar mais solidariedade e, eventualmente, atrair mais aliados, em uma dinâmica do conflito que emerge afetando “disposições morais” que motivam a mobilização (CEFAÏ, 2009; HONNETH, 2009). Por isso, o controle do enquadramento e circulação de imagens (BUTLER, 2015) e discursos (FOUCAULT, 2014) é uma agência fundamental para conter e *dispersar* uma *ocupação*, um coletivo ocupante, seja em um terreno para moradia, uma escola, uma praça, uma rua com manifestantes etc.

---

<sup>53</sup> Sobre a conexão entre o Alto da Paz com “lutas pelo território” no Serviluz e a “ocupação” Raízes da Praia, ver o filme do Nigéria “Areia Loteada”: <https://www.youtube.com/watch?v=X2EGPbKAOkQ> (acesso em 23.01.2023)

<sup>54</sup> Dialogo com a teoria social do conflito, como proposta desde Simmel (1986), que nos ensina que o “conflito”, ou “luta”, é uma das formas possíveis de relação social, constituindo-se muitas vezes em fator de “sociação” e não sempre um fator de “dissociação”, como alguns pensam. Uma da faceta “sociadora” da “luta” é justamente o efeito de provocar maior coesão social em determinado grupo envolvido. Não é o conflito, mas sim a “indiferença” que é “dissociadora” e, nos casos das ocupações que pesquiso, o conflito constituiu-se em fator de superação da indiferença de autoridades estatais e setores da sociedade em relação ao coletivo de ocupantes, engendrando mediações e solidariedades antes inexistentes.

Em cada ocupação, cada conflito, isso vai se compondo de forma singular. Mas quando *ocupações* se dão em *séries de acontecimentos* conectados, como foi o caso do Alto da Paz em relação a outras *ocupações* e conflitos socioespaciais na região do Grande Mucuripe, e também com outros acontecimentos-conflitos na cidade em ebulição pós-junho de 2013, há uma espécie de experiência continuada, reiteração de práticas e modulação de estratégias, movimentos na balança entre acúmulos e desgastes dos agentes envolvidos. Algo assim desembocou no conflito do Alto da Paz, principalmente na situação do despejo em fevereiro de 2014. Apesar disso, o despejo se consumou. Dividida, com duas associações rivais (o que fragilizou a *luta*), sendo uma delas participante da Frente de Luta por Moradia Digna, fez com que a inclusão dos moradores despejados no conjunto a ser construído fosse pauta constante das reivindicações realizadas pela Frente, como por exemplo no “Acampamento pelo Direito à Cidade”, realizado em maio de 2014.

Acompanhei algumas reuniões nas quais a manifestação acima referida foi planejada, estruturada e mobilizada, tanto no âmbito da articulação entre Frente de Luta por Moradia Digna e Comitê Popular da Copa – plenárias, reuniões comissões de trabalho – como na *comunidade* Raízes da Praia. No dia do ato, foi de lá que parti rumo ao Centro. Cedo da manhã já estava no *terreno* da Raízes da Praia. Dois ônibus alugados: um a partir da arrecadação feita pela organização do ato, outro por cotização na comunidade e apoiadores. Chegando próximo à região do Paço Municipal e da Catedral, concentramo-nos na praça da Sé, manifestantes vindos de diferentes lugares, que seguiram em passeata rumo à sede da Prefeitura, lá chegando e iniciando o protesto, ao mesmo tempo que alguns iniciavam a montagem do acampamento. Imagens dessa manifestação podem ser vistas no filme *Areia Loteada*, do Coletivo Nigéria (a partir do minuto 21:54). Imagens feitas, na verdade, no segundo dia da manifestação. À noite, entre um dia e outro, a Guarda Municipal agiu para dispersar o acampamento, e os manifestantes recuaram até a praça do Cristo Redentor, entre o Teatro São José e o Seminário da Prainha. De lá se reorganizaram, contataram aliados e retornaram para a frente da Prefeitura na manhã seguinte. É um momento dessa manifestação que aparece no referido filme: uma passeata por uma rua no Centro, depois, ao lado da Catedral, de frente para o Paço Municipal, pessoas pulando, cantando, gritando, enfim, manifestando-se. Na sequência, a câmera foca na camisa de uma manifestante, onde podemos ler abaixo do símbolo do Mcp, o nome Raízes da Praia.

## 2 Raízes da Praia

**Onze de dezembro de 2009**, cinco meses após o início da *ocupação*, cheguei à Raízes da Praia por volta de cinco horas. O final da tarde e o alvorecer sempre foram as minhas horas preferidas naquela *comunidade* nascente à beira da praia. O clima fresco, a luz mansa e as cores no céu pareciam trazer uma paz de espírito coletiva e as pessoas pareciam mais abertas, condescendentes. No meio do terreno de areia, crianças brincavam, os “barracos” construídos a partir das beiradas do terreno permitiam uma boa área livre ao centro. Apesar de o “Barracão” – com sua estrutura de madeira (caibro, ripa e barroto), lonas e telhas – estar pronto para abrigar as reuniões da comunidade, estas nunca ocorriam ali, naquele tempo. O Barracão era utilizado somente em momentos mais eventuais como missas, cultos, celebrações, cursos ou “formações”, aulas de reforço escolar para as crianças etc. As assembleias ocorriam no mesmo local de quando não havia nada construído, ao ar livre, próximo à entrada do lado que dá para a praia. As reuniões da “Comissão” se davam em cantos ainda vazios do terreno, quando cada uma das seis a doze pessoas pegava cadeiras ou banquinhos ou tijolos para sentar e formavam uma roda em reuniões de até duas horas de duração, onde eram discutidas questões ligadas à *organização* e à *luta* da comunidade, bem como ao cotidiano da mesma.

Quando a tarde já caía por completo e a noite iniciava, as integrantes da Comissão se dirigiam ao centro do terreno e começavam os gritos para que todos os moradores acudissem ao local para iniciar a “assembleia”. Os temas recorrentes, naquele estágio da *ocupação*, eram: a disposição dos novos “barracos” no terreno, os rumos das negociações com a Prefeitura, relações internas, disputas por espaços (físico ou político), problemas comportamentais, conflitos entre moradores...

Mas naquele dia foi diferente. Jesuína, uma mulher jovem, com três filhos para criar, que estava desde “o início da luta”, passou pelas agressões enfrentadas nos primeiros dias, por sol e chuva debaixo da lona preta, dia após dia... Pois ela anunciou que não mais continuaria na ocupação, iria para o interior da mãe, pois precisava de ajuda para criar os filhos, cujo pai “se mandou de vez”, foi embora. Sua fala de despedida foi emocionante! Ela rememorou momentos bonitos de “união” e “luta”, e pediu para que as pessoas não deixassem aquilo se perder por conta de mesquinhas, fuxicos, rivalidades e toda essa gama de questões mezinhas que contaminam as relações das pessoas neste mundo de meu deus. Ao fim da assembleia rezamos a oração *Pai nosso* com grande compenetração, e as “palavras de ordem” em apologia à “luta pela terra” foram gritadas com um vigor que há muito não se via nas assembleias da comunidade.

A Raízes da Praia<sup>55</sup> é uma *ocupação-comunidade* composta por oitenta e cinco famílias. São cerca de trezentas pessoas vivendo (com alguma sazonalidade, além das que só transitam) em um terreno ocupado em julho de 2009. Fica na Praia do Futuro, entre a faixa de praia e a avenida César Cals, que vem do Cais do Porto. Fica próximo, como já dito, ao Serviluz e às *comunidades* do Morro, entre as quais o Morro da Vitória, onde algumas moradoras, junto a outras de *comunidades* vizinhas, organizaram-se em um grupo “animado” por pessoas ligadas à Associação de Moradores do Morro da Vitória, Comunidades Eclesiais de Base – Cebs e Movimento dos Conselhos Populares – Mcp. Estas pessoas já haviam participado de outras lutas por terra para moradia, como a própria ocupação do Morro da Vitória em 2001. No ano de 2005 houve o despejo do terreno conhecido como “Morro do Caic” – que depois viria a ser ocupado novamente, em 2012, originando a *comunidade* “Alto da Paz”, que também foi despejada, dando lugar à construção de um conjunto habitacional no terreno, pela Prefeitura Municipal, visando a “remoção” de moradores do Serviluz e outras áreas do *Grande Mucuripe*, gerando outro conflito na região<sup>56</sup>. Daquele conflito de 2005, em um terreno vizinho ao Morro da Vitória e com muitas pessoas deste participando, surgiu a iniciativa de criar uma organização permanente para seguir na luta pela moradia daquelas pessoas. A forma de organização foi um *núcleo de luta por moradia do Mcp*, que vinham sendo criados em bairros da cidade e no qual participavam as principais *organizadoras* do Morro da Vitória. Assim, a ocupação Raízes da Praia é fruto da *caminhada* de pessoas que participaram da luta do Morro e de arranjos coletivos que foram sendo gestados, além da caminhada da própria luta por moradia na região do Grande Mucuripe e na cidade.

Essa organização dos núcleos espalhados e articulados numa “coordenação regional” e em “plenárias regionais” convergiu para a constituição de uma nova *comunidade* que nasceu por decisão e ação das pessoas ao ocupar o terreno, resistir ao despejo, ao conflito, acampamento precário e fundar a Raízes da Praia. Pois, logo no primeiro dia de ocupação, houve uma violenta tentativa de despejo, sem ordem judicial, impetrada por “seguranças particulares” do grupo familiar-empresarial proprietário, que na verdade eram policiais “fora do serviço”. Apontaram arma, viraram panelas, arrancaram marcações e tábuas... quando foram derrubar o “Barracão” recém-erguido, as pessoas foram para baixo. Um deles sacou uma arma.

---

<sup>55</sup> A título de ilustração, a Raízes da Praia tem um blog ([raizesdapraia.blogspot.com.br](http://raizesdapraia.blogspot.com.br)) o qual foi criado e administrado por uma integrante do Movimento dos Conselhos Populares, e alimentado com conteúdos (fotos, textos) produzidos por pessoas engajadas ao Movimento no dia a dia da ocupação, até setembro de 2012.

<sup>56</sup> Veremos na Parte 3: Assembleias Populares e Lutas Existenciais.

Outro bateu em pessoas com pau. Derrubaram o Barracão, mas as pessoas continuaram no terreno. Tiveram que parar a ação quando chegaram advogados, um parlamentar e a polícia “fardada”.

Durante os meses que seguiram, os ocupantes acamparam em parte do terreno, e os seguranças em outra. Com o tempo estes saíram. O terreno foi parcialmente desapropriado pela prefeitura. O conflito continuou em relação ao restante do terreno – uma parte está sob ação de reintegração de posse, outra parte, a *comunidade* entrou com ação de usucapião coletivo. As moradias se dividem em seis vilas de paredes conjugadas, algumas ainda de madeira, devido à *provisoriidade* do arranjo atual, outras já construíram de alvenaria mesmo assim. O impasse fundiário faz com que não se viabilizem projetos habitacionais no terreno – apesar de persistentes negociações com o poder público municipal nesse sentido<sup>57</sup>, notadamente com a Secretaria Municipal de Habitação – Habitafor. A comunidade constituiu uma parceria com o Pet-Dau-UFC<sup>58</sup>, para um projeto de *autoconstrução*, que passou meses sendo trabalhado e discutido entre estudantes, professores e moradores, mas que é inviável de ser executado pela falta de condições estruturais no terreno – arenoso, sem drenagem, sem saneamento básico (com fossas artesanais), irregularidade topográfica etc.

Quanto mais o tempo passa mais a ocupação se consolida, mais seus agentes se articulam na cidade, mas mais sofridas ficam as condições de existência. Voltaremos a esse assunto em outro momento.

## ***2.1 Uma comunidade que se cria***

Antes de ser título de um tópico desta tese, “uma comunidade que se cria”, é parte do título de um tópico do livro “Vivências comunitárias: superando o que nos paralisa”, no capítulo 04 – “Comunidade” – em seu tópico de abertura: “Narrativa da comunidade que se cria”.

Nossa ocupação foi feita por famílias de pessoas que vinham do interior do Ceará e moravam perto daqui. O pessoal ocupou pelo direito de ter moradia e construiu seus barracos. Teve os mutirões. Fruto da organização e da luta. Teve momentos em que a gente ia ser expulso desse local, muita luta, a gente foi se ajudando (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2022, p. 49).

---

<sup>57</sup> “Resistir é persistir”, “o governo tenta vencer a gente no cansaço”.

<sup>58</sup> Projeto de extensão do Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, coordenado pela professora Clarissa Freitas.

O parágrafo acima foi fruto de uma compilação de falas da Cícera e do Francisco<sup>59</sup>, proferidas durante a “Vivência” realizada no Planalto Pici, em sete de dezembro de 2019. É àquela *ocupação*, do início dos anos noventa, hoje um território considerado Zona Especial de Interesse Social<sup>60</sup>, onde ambos moram e *militam* até hoje, que a narrativa acima refere-se. E o texto ressalta: “(...) modelo semelhante às histórias de tantos territórios criados por nossa gente na cidade” (idem, p.49, *nota 3*).

Poderia ser, por exemplo, uma narrativa sobre o Morro da Vitória, não só o trecho acima citado, como outros aspectos similares. Mas a *ocupação-comunidade* Raízes da Praia tem algumas singularidades em relação às outras que referi antes. A começar pela minha posição de participação e observação: no caso da Raízes da Praia vivenciei diretamente suas *gênesis* socioespacial e política. De uma perspectiva engajada, pude apreender formulações estratégicas e agenciamentos práticos, cuja riqueza transformou minha cognição política. Espero, nos tópicos que seguem, demonstrar a profundidade de tais formulações e agenciamentos.

### 2.1.1 O terral em três de julho de 2009

O vento terral sopra no litoral cearense ao fim das madrugadas. Por isso é relacionado ao amanhecer, o início dos dias. Conhecido de surfistas que gostam de entrar no mar bem cedo, quando o terral ainda sopra a face das ondas, e, antes deles, dos pescadores que aproveitam seu sopro nas velas de jangadas e canoas para superar as ondas e avançar mar adentro, além da *risca*, quando o horizonte de terra se perde e tudo é marzão.

Era o terral que soprava rumo ao mar quando os ocupantes adentraram o terreno à beira da praia, onde constituíram a “comunidade Raízes da Praia”. Na barra da noite com o dia o vento para de soprar, uma das características do terral é sua intermitência. Nem sempre sopra ou o faz de forma contínua. Na sua ausência – os madrugadores dos litorais cearenses sabem bem – é como se o ar congelasse nos instantes precedentes e iniciais do alvorecer. Foi nesse instante que vi as pessoas, após descerem de um ônibus algumas (outras já estavam lá esperando), paralisadas diante do terreno, olhando para o mato *brabo* que iam adentrar (fortalecido pelas ricas chuvas do *inverno* cearense de 2009), até que uma delas toma um facão e começa a atacar a vegetação crescida – *bora, bora!* ela grita. Outras pessoas fazem o mesmo,

<sup>59</sup> Moradores do Planalto Pici, participam do movimento comunitário local, das Cebs, Mcp, Frente etc.

<sup>60</sup> Plano Diretor de Fortaleza, veremos mais sobre isso ao longo da tese.

e o terreno começa a ser roçado com poucas ferramentas, muitas pessoas arrancando mato com as mãos.

Mas a *ocupação* como *movimento* - organização e ação coletiva - começou antes da entrada no terreno. Pelo menos desde 2007, quando o Movimento dos Conselhos Populares começou a organizar os “núcleos de luta por moradia” em diversos bairros da cidade. Como mostrei na minha dissertação (PINTO, 2017), aquela região do litoral leste de Fortaleza tem uma longa trajetória de conflitos socioespaciais, com remoções, despejos, reassentamentos, conjuntos habitacionais, mutirões, ocupações etc. E foi naquela região onde se organizaram alguns vigorosos “núcleos de luta por moradia” do Mcp, notadamente no Morro da Vitória, Serviluz e Praia do Futuro. Foi desse arranjo coletivo que saiu, após dois anos de reuniões, manifestações e outras iniciativas, a proposta de realizar a *ocupação* que deu origem à *comunidade* Raízes da Praia. Nesse sentido, uma diferença fundamental em relação ao Morro da Vitória: se muitas práticas, estratégias, experiências compartilhadas comunicam *organicamente* uma *ocupação* à outra, no caso da Raízes da Praia há um arranjo anterior, no qual participei, planejando e preparando a ação coletiva, mobilizando justamente o acúmulo de experiências práticas e o repertório de estratégias apreendido e compartilhado naquela *comunidade existencial*, que se forjaram em anos de *caminhadas*. Essa existência prévia agenciou e sistematizou a experiência de constituição da *comunidade política* do Morro da Vitória, bem como as práticas de ocupação e criação de território, ou seja, desde como lidar com a divisão de lotes entre ocupantes e táticas de resistência ao despejo, à criação de uma “comissão organizadora” e representativa – que no caso do Morro da Vitória se deu após o conflito da “derrubada” estalar –, também a prática de “assembleias” constantes para tomar decisões e concertar as ações coletivas, sendo a “assembleia” e a “comissão” as duas instâncias políticas da *ocupação-comunidade*. No caso da Raízes da Praia, essas instâncias foram criadas e já operaram antes mesmo da entrada no terreno, que por sua vez foi planejada no limite do acontecimento, decidindo, por exemplo o nome da *ocupação-comunidade* (o quê caso do Morro da Vitória se deu meses depois). Naquela *comunidade existencial* que criou a Raízes da Praia havia, além de estreitas relações de afeto (amizade, comunhão), uma convergência de experiências políticas, concretizadas nas pessoas que a compunham, e de *caminhadas* coletivas que ali se encontraram e engendraram as instâncias políticas, as arenas públicas e os acontecimentos que este texto registra.

Em termos de coletivo, houve uma convergência de tradições que vêm de comunidades eclesiais de base, associações comunitárias, educação popular, direitos humanos, movimentos sociais por moradia e direito à cidade... Nesse sentido, a Raízes da Praia se conecta, a um jeito

de *fazer* “ocupação” que difere da “invasão”, a começar pelo conteúdo político que o termo carrega, mas também pelo agenciamento coletivo que faz mais um *movimento* concertado de agentes do que uma “orquestra sem maestros”, como diria Bourdieu (2011), noção que melhor se aplica ao surgimento do Morro da Vitória até a reação à “derrubada”. Em uma metodologia comparativa, no que tange à essa organização política e concertação estratégica, bem como às inspirações e motivações ideológicas (do direito à cidade e comunitarismo, à autogestão e anticapitalismo), é mais compreensivo conectar a ocupação Raízes da Praia a experiências em outro espaço-tempo, do que às “invasões” mais próximas territorialmente<sup>61</sup>. É o caso, por exemplo, das experiências de ocupações no Centro e Zona Portuária do Rio de Janeiro vivenciadas e pesquisadas por Fernandes (2013). Ao ler sobre preparação para a *ocupação* Machado de Assis, percebo similaridade explícita, quase padrão, com o que vi na Raízes da Praia, como por exemplo quando ela conta:

Antes da entrada no imóvel, era necessário achar um advogado afeito à causa e disposto a dar suporte jurídico à ocupação. Em nosso caso, o advogado era conhecido dos militantes do chamado operativo. Este grupo [*assemelhado à “comissão”, no caso da Raízes da Praia*] era formado por militantes e moradores que iniciaram o processo de composição da ocupação, viabilizando um prédio público desabitado, além de convocar pessoas dispostas à ação. Com estas, realizaram um curso de formação política, cuja presença era uma das condições para garantir a vaga na ocupação que então se delineava. (FERNANDES, 2013, p.56).

Fazer cadastro prévio com base em entrevistas de possíveis ocupantes, fazer reuniões, realizar “formação política<sup>62</sup>”, estabelecer de critérios para ser ocupantes na condição de morador, o perfil político-militante dos ocupantes não-moradores ou apoiadores, bem como a justaposição de ambas condições, de morador e militante em pessoas concretas que são agentes chaves para o sucesso da experiência; estabelecimento de padrões éticos e organizativos, entre outros dispositivos que veremos ao longo do texto, são fatores que conectam experiências de

---

<sup>61</sup> Podemos compreender a Raízes da Praia por meio de conexões em “*double bind*”, de proximidade com as práticas socioespaciais (representada no Morro da Vitória) e, além no espaço-tempo, com estratégias e visões políticas (representada na ocupação Machado de Assis).

<sup>62</sup> “No caso da Machado de Assis, o operativo fez um curso preparatório de dez meses, as aulas eram realizadas uma vez por semana, durante a noite, na ocupação Chiquinha Gonzaga (próxima à Estação Central do Brasil). Durante o curso, foram tematizados assuntos relativos à moradia e, aos poucos, ampliou-se o foco do debate. Um primeiro tópico mostrava a diferença de sentido entre os termos ocupação e invasão: ‘Por que o termo correto é ocupação?’, ‘Por que é legítimo ocupar um prédio público abandonado?’, ‘Por que ocupar não é invadir?’. E outras questões: ‘Por que há interesse do governo em transferir a população pobre do centro para a zona oeste?’ (FERNANDES, 2013, p.56–57). Temas muito semelhantes às “*formações*” que fizemos no Barracão do Morro da Vitória, no processo de preparação para a *ocupação* Raízes da Praia.

ocupações espalhadas pelo país, articuladas por uma miríade de *coletivos* que fazem da cidade sua *arena*<sup>63</sup>.

Essa situação e esse arranjo coletivo que culminou na *ocupação*, e mais ainda o fato de eu ter participado de ambos, permitem definir alguns marcos e uma certa cronologia dos acontecimentos constituintes da Raízes da Praia, algo que sempre é muito difícil de captar e precisar nesse tipo de acontecimento.

## **2.2 A ação de ocupar: agenciamentos coletivos, conflito e criação**

**Dois de julho de 2009.** Após a Assembleia de domingo (28 de junho), que não foi como o esperado, pois participou uma boa parte das pessoas que estavam fechadas com a *ocupação*, mas não todas, que era o objetivo, houve várias reuniões para ir acertando os detalhes da ação: uma no Serviluz, outra no Caça e Pesca e umas três ou quatro no Morro. Tudo estava certo: sexta-feira todos iriam ao Barracão no Morro da Vitória às dez horas da noite, de lá sairia um ônibus à meia-noite – nesse ínterim acertaríamos detalhes finais, principalmente quanto às *regras e organização*<sup>64</sup>. Na terça-feira, aconteceu uma reunião, à noite, no Morro para acertar os detalhes quanto ao pessoal de lá, na quarta-feira, reunimos à tarde novamente no Morro, e à noite estávamos reunidos no Serviluz para fechar quem ia de lá, quando recebi a ligação: um grupo de pessoas do Castelo Encantado<sup>65</sup> se preparava para entrar no terreno antes. Voltei ao Morro naquela mesma noite, reunimos na casa da Lucirene – ela, eu, Graça e Liduina. Cansados, conversamos por mais de uma hora, na parte da frente da casa, onde funciona o bar do Souza (marido de Lucirene), separada da parte propriamente residencial por uma parede com uma porta. O boteco formado por dois quadrados divididos pelo balcão: o da frente, que dá para a rua Farol Novo no topo do Morro, estava a esta hora fechado ao público; o segundo onde estávamos sentados com a porta que dava pra dentro da casa às nossas costas, entreaberta, deixando entrar a pouca luz que nos iluminava. A tensão invadia a sonolência e entoava a

---

<sup>63</sup> MCP (Movimento dos Conselhos Populares) no caso da ocupação Raízes da Praia, em Fortaleza; FLP (Frente de Luta Popular), no caso da ocupação Machado de Assis, no Rio de Janeiro.

<sup>64</sup> “É significativo como certas práticas quanto à governança da ocupação se aproximavam de modos e discursos do estado ou de práticas disciplinares um tanto rigorosas: ‘Não pode beber na ocupação’, ‘Não pode ter vícios’, por exemplo, são regras comuns aos prédios com orientação da FLP (assim como em ocupações ligadas a outros grupos) e que funcionam, principalmente, no momento mais delicado da invasão, em seus meses iniciais, quando a ameaça de despejo e de reintegração de posse é algo que pode ocorrer a qualquer momento” (FERNANDES, 2013, P. 171). Dinâmica e conteúdo semelhante ou coincidente com o que observei na ocupação Raízes da Praia.

<sup>65</sup> Comunidade no Morro do Mucuripe, das mais antigas, constituída a partir de um “mutirão” para assentar famílias removidas da Beira-Mar, para a abertura da avenida e gentrificação da orla, a partir dos anos 60–70.

conversa. A informação era segura, a Taciane<sup>66</sup> ouvira o pai da Valnélia – que participava das reuniões do *movimento* no Morro, mas desistira na véspera de participar da *ocupação* – bradar na rua que faria aquilo, ele e outros, muito seguros de que seria moleza, “bancando os espertos”. E o pior, descrevera perfeitamente o “nosso terreno”. Como é que pode? Ninguém sabe. A Valnélia não sabia qual era o terreno, poucos sabíamos, ademais, ela não tomaria parte nisso, era o que as *meninas* do Morro avaliavam. Porém, nos últimos dias, um círculo maior tomou conhecimento da escolha do terreno, no afã da *coordenação* ouvir mais opiniões que afixassem a certeza daquela opção, mesmo assim ainda era um grupo restrito. Enfim, alguém deve ter batido com a língua nos dentes para quem não devia, talvez para se exibir – informação é poder – talvez por ingenuidade. O fato é que, por veredas tortuosas, a informação chegara aonde não devia. Ou talvez a opção fosse tão óbvia que os “garapeiros” deduziram. Eram essas as avaliações e a questão, agora, era solucionar o problema. Não podíamos de forma alguma arriscar ter presenças não programadas ou indesejadas entre os ocupantes. A escolha e preparação das pessoas era decisivo para a organização e, conseqüentemente, para a vitória.

Nos últimos dias que antecederam a ação, percebi que todas estavam mais preocupadas com esta possibilidade de outros “pobres como nós” quererem pegar carona na ação organizada pelo *movimento*, do que com o próprio proprietário, quem assim se apresentasse a confrontar os ocupantes. A grande questão nesse momento era não permitir que pessoas da *região* quisessem forçar a entrada no terreno, já que era costume nas “invasões” quem chegar pegar seu canto até saturar o imóvel ocupado. A preocupação com o *proprietário* era no segundo momento. Era preciso usar os recursos necessários para não prejudicar “nosso movimento”, nossa meta era demonstrar organização e seriedade, dando-nos autoridade moral e desmontando o discurso cínico dos proprietários daquelas terras *griladas* da Praia do Futuro (loteamento Antônio Diogo). Então, foi resolvido: para evitar a perda do controle, seria antecipada em vinte e quatro horas a ocupação. “Quando os malas vierem com caju já vamo tá assando a castanha”, uma delas comentou. Uma vez dentro, montaríamos um esquema de “segurança”, enquanto a turma limpava o terreno e os responsáveis mediam e dividiam e sorteavam os lotes. Ao fim do dia, o terreno estaria todo dividido e não teríamos mais esta primeira preocupação. A preocupação era tanta, que Graça, Fátima, Lucirene e Liduína passariam a noite na “casa de costura” (próxima ao Barracão), alegando que para atender uma encomenda, na verdade inexistente, pois uma vez vistas saindo de suas casas, poderiam alarmar “oportunistas”.

---

<sup>66</sup> Que era uma das pessoas que participava ativamente, a partir do núcleo no Morro da Vitória, e hoje é muito ativa, participando da diretoria da Associação Comunitária Raízes da Praia, e das instâncias e ações do Movimento dos Conselhos Populares na cidade.

Ao sair da reunião na casa da Lucirene, a rua vazia estava banhada pela noite gostosa do Morro. O ar dentro da casa (do boteco na verdade) encharcado de tensão e aromas fortes em um ambiente pequeno e fechado, fora substituído pela brisa noturna, perfumada pela maresia do mar próximo misturada ao aroma de flores notívagas, na imensidão da noite no Morro, onde estamos mais perto do céu, noite calma e lampejante de estrelas e postes esparsos. Os peitos encheram-se de certezas quanto aos rumos que traçávamos.

Decisões tomadas à noite, ações executadas ao dia. Logo, a quinta-feira foi de trabalho intenso, pois tínhamos de escolher e contatar, no mínimo, cinquenta pessoas da maior confiança para entrar antecipadamente no terreno. Tínhamos também de agilizar os preparativos. Fui ao Caça e Pesca, dia ainda nascendo. Cheguei à casa da Beth, em uma duna ocupada, chão de areia, balancei o chocalho, abri a porteira e, no terraço de terra do seu barraco, sentei em um banquinho, ela em outro e conversamos. O clima da conversa foi negativo. Eu estava tenso pela expectativa e pelos obstáculos enfrentados – antes mesmo de ocupar, estávamos gastando uma energia enorme e não era enfrentando o proprietário, mas sim “oportunistas” que podiam usar a força para embarcar na ocupação difícil de controlar – era o que se especulava temerosamente, baseado nas experiências de “invasões” na região, o padrão que o *Movimento* se propunha a mudar. Por trás dessa preocupação, há uma racionalidade<sup>67</sup> típica daquele tipo de arranjo coletivo que o Mcp-Praia agenciava para a ocupação Raízes da Praia, e que a diferencia de outras “invasões” na região, inclusive aquela onde Beth morava, em uma duna do Caça e Pesca, próxima ao rio Cocó. Beth participou de todo o processo de formações, reuniões, mobilizações do Movimento por alguns anos, vivenciou experiências difíceis na luta por moradia (inclusive na ocupação onde mora), por isso entendia tal preocupação.

Ela estava com um ar oblíquo enquanto eu falava e, em tom grave, disse: “não vai dar pra eu ir pois pedi uma visão e veio um sonho mostrando muita água, lama, nós atolados nessa lama, escuridão, essa ocupação não vai dar cosia boa, eu vi você e a Jacqueline, a Lucirene, todos atolados, muita água, muita lama, vai acontecer coisa ruim<sup>68</sup>”.

---

<sup>67</sup> À qual Birman, Fernandes e Pierobon (2014) captaram e refletiram tão bem quando analisaram um arranjo semelhante no movimento da ocupação Nelson Mandela, também na região central e portuária do Rio de Janeiro: “Os vínculos entre moradores e os chamados apoiadores tiveram contornos variados e expandiram a ocupação, dando-lhe um perfil distinto das invasões: era uma comunidade social e moral cuja agência foi pouco a pouco ganhando reconhecimento público na cidade, dignificando a causa dos sem-teto e obtendo certa legitimidade. (...) Estes estavam inseridos em uma trama de relações que dava eficácia e legitimidade à luta pelo direito à cidade daqueles considerados indesejáveis, no plano jurídico e político em diferentes âmbitos do Estado. Os moradores que se misturavam a essas redes de apoio tinham suas falas e intervenções públicas amplificadas.

<sup>68</sup> De fato, choveu muito nos primeiros dias e semanas, dificultando a situação dos ocupantes sob lonas que resgavam ao vento com as tempestades na beira da praia, mesmo não sendo época de chuvas no Ceará – julho foi o mês escolhido justamente por isso, além das férias escolares, o que facilitaria para as mulheres (maioria,

Silenciei, baixei a cabeça e traguei com força. Aquele aviso corroborava as dificuldades que enfrentávamos e reforçava um nó que eu trazia no peito, que vinha crescendo ao longo da semana. “É Beth, não vai ser fácil, estou sentindo que será muito dura, mas não temos como voltar atrás, senão outro pessoal ocupa e nós perdemos este terreno que é o ideal para nossas pretensões”. Ela ouve e responde: “Pois é, mas eu não vou”. Pergunto pelo filho dela: “Nem o Mikeias?”. A resposta é negativa, e ela completa: “Nem o Mário [companheiro dela], nem o Sérgio [amigo íntimo da família]”. Este recuo nos tiraria pelo menos oito pessoas, a maioria homens, todos com bom nível de *organicidade*. Era um duro golpe. Por dentro, sentia que o aviso dela deveria servir para abandonarmos de vez o projeto, mas ao mesmo tempo algo me dizia que deveria recolher o resto das forças e insistir. E insisti, disse que precisava do pessoal do Movimento no Caça e Pesca, precisávamos de cinquenta pessoas de confiança para entrar no terreno, precisávamos da ajuda deles. Outras pessoas chegaram e se abancaram: Augusto, Mikeias, Sergio, Rita. E o assunto continuou. Era certo que a gente dela não iria ocupar, mas já se falava em ir ajudar na ação de entrada no terreno, limpeza etc. Augusto, que havia adentrado ao terreno escolhido disfarçado de catador, começou a falar do mato que estava alto. Beth, rindo, perguntou se não tinha cobra. Tais dificuldades eram tratadas na conversa como algo superável, mas havia um problema: a escuridão. O mato era fechado e seria muito complicado passar a noite roçando no escuro e com poucas ferramentas. A Beth enfatizava que a escuridão era um problema. Eu argumentava que não podíamos entrar em plena luz do dia. Então, o Augusto sugeriu: “por que não entramos umas quatro horas da manhã, assim quando amanhecer já estaremos dentro e trabalhamos com luz”. Simples assim, o Augusto teve uma ideia simples, que ninguém tinha pensado, a qual resolvia um dos principais *nós* da equação que nos atormentava. De repente, saímos da escuridão e a alvorada nos alumiou. O ambiente se tornou mais claro, quente e leve, discutimos os preparativos, todos iriam, mas só o Biba, irmão do Augusto, ficaria em definitivo morando na ocupação.

Fui ao Morro da Vitória satisfeito e com ânimo, tratei de contagiar o pessoal. Reunimos na casa de costura: Liduina, Graça, Fátima, Lucirene, Assis, Rose (do Serviluz). Nas contas, vinte pessoas entre Serviluz e Caça e Pesca estavam fechadas. Bastava umas trinta do Morro, elas listaram quarenta. As *meninas* foram articular as pessoas, com maior cuidado para não vazarem, e eu fui cuidar de questões estruturais. O ônibus não subiria o Morro para não chamar

---

principalmente na coordenação). Ademais, metaforicamente pode-se dizer que a situação da ocupação Raízes da Praia, em meio aos conflitos, tornou-se um “atoleiro” para a coordenação do Movimento dos Conselhos Populares na “regional praia”, pois passou a consumir grande parte do esforço político na organização interna e mediações externas, ambas repletas de conflitos, e na busca de um projeto habitacional planejado e bem estruturado que até hoje não aconteceu.

atenção, o pessoal sairia em pequenos grupos a partir das três horas da madrugada, até a entrada do Serviluz onde todos se encontrariam em frente à escola Godofredo de Castro. As mulheres da coordenação passariam a noite na “casa de costura”, pois o clima era meio de paranoia e elas não queriam ser vistas saindo de casa na madrugada, pois podiam estar sendo observadas, o terreno também, por isso a necessidade de entrar na madrugada, dando tudo certo, às quatro horas estaríamos dentro de terreno, pois o ônibus sairia nesse horário da entrada do Serviluz que fica a cinco minutos do destino. E assim foi.

**Três de julho de 2009.** Era madrugada, quase quatro horas, quando eu e Jacqueline chegamos ao local combinado em nosso carro. O ônibus já estava saindo, íamos em sentido contrário, fizemos menção de parar, mas atrás do ônibus vinha uma viatura, por isso passamos direto. A viatura seguiu a sua rota, o ônibus seguiu o seu caminho, dobrou na rua do armazém de contêineres (no limite da zona portuária do Mucuripe, fronteira com a Praia do Futuro), entrou na avenida Zezé Diogo, onde passei a segui-lo. A lentidão tensa com a qual esses momentos transcorreram é indescritível, é como se uma represa de adrenalina se armazenasse no peito e as comportas tivessem quase a estourar, e se estourassem na hora errada, quando cruzamos com a viatura por exemplo, seria problema. Quando chegamos em frente ao terreno, estava com o coração a mil. No canteiro central da avenida de paralelepípedos, estava a Liduina e sua filha, o que deu uma impressão tranquilizante de normalidade. A Jacqueline entrou correndo e se deparou com o impasse das pessoas diante da altura do mato, tomando a iniciativa. Depois da paralisia inicial, homens e mulheres começaram a arrancar o mato avidamente com as próprias mãos, pois as ferramentas eram muito poucas: uns três facões, umas duas enxadas, algo mais, muito pouco para a necessidade – e esta foi a primeira falha na organização, pois o terreno estava, realmente, com o mato alto, era um terreno completamente abandonado e naquele *inverno*<sup>69</sup> que já durava meses... Mas o fato era que, apesar deste percalço, as coisas estavam dando certo, inclusive o mato alto era a prova de que o terreno estava abandonado, por isso foi escolhido, além do muro caído, o tamanho não era muito grande, o suficiente para a demanda dos ocupantes, e sua localização na área falida da Praia do Futuro<sup>1</sup>, próximo à favelas morro acima, quase limítrofe com o Serviluz, o que além de desvalorizar o terreno foi de fundamental importância no apoio ao *acampamento* que viria pela frente.

---

<sup>69</sup> Que na linguagem cearense designa o período chuvoso.

A adrenalina dissolveu-se nas veias e o corpo distensionou: ocupamos o terreno e a entrada ocorrera conforme o planejado, quase como se tivesse sido tudo ensaiado. Primeira vitória alcançada.

Esse primeiro dia de ocupação foi longo e intenso, muito trabalho no terreno, muito movimento entre Morro, Serviluz e o terreno, as coisas estavam dando certo. Os ocupantes que não tinham ido na primeira hora começaram a chegar após receber ligações de pessoas da Coordenação ou sabendo por outro meio. Rapidamente a notícia se espalhou, mas os “oportunistas” já não podiam fazer nada, pois levaram um “belo dribble”, logo essa preocupação se dissipou, até porque além da “comissão de segurança da ocupação”, cuja maioria dos homens estava ocupado no roçado, arrumamos um reforço de apoiadores do Serviluz. O muro virado para avenida César Calas (avenida asfaltada que nasce na avenida Cais do Porto e segue rumo à praia do Futuro), onde o fluxo é bem maior, estava com uma parte arreada (talvez pelas chuvas), então, o pessoal tapou com pau, mato e entulho, dois homens montaram guarda ali. Na brecha quebrada do muro da avenida Zezé Diogo (via da praia, onde o movimento é bem pequeno ali) foi montado o controle de entrada, por onde os ocupantes entravam e saíam. A *organização* conseguira e que tanto queria: garantir que só entrariam as pessoas organizadas no Movimento dos Conselhos Populares. Essa era uma questão fundamental, pois essa ocupação tinha de ser uma referência em termos de critérios, regras e organização, para não seguir o padrão de “invasões” onde nem todos estão no perfil de déficit habitacional, onde alguns “mandam e desmandam”, onde os lotes são desiguais e há exploração e desigualdade interna, onde há venda de terrenos, onde não nasce nenhuma organização comunitária *contra-hegemônica*. Frequentemente, antes e durante todo o processo de ocupação, era comum ouvir as pessoas envolvidas na *organização* falar: “queremos fazer uma comunidade modelo”.

No final da manhã, observou-se o primeiro movimento suspeito de carros com vidro fumê. Também começavam os boatos vindos dos vizinhos que ocupavam as duas laterais da quadra do terreno e parte das vias públicas, fazendo as ruas de calçamento que ligam as duas avenidas ficarem bem estreitas – vizinhos que variavam entre apoio à ocupação (poucos, como a mulher que fornecia água), hostilidade ou colaboração com o “outro lado” (como o que era acusado de ligar pro pessoal do proprietário, ou de uma pousada com quem houve alguns conflitos), ou aparente indiferença. A versão mais corrente, segundo a “rádio-fofoca”, era que o terreno pertencia à família e grupo empresarial Otoch.

Ao longo do dia, o trabalho foi intenso. A maioria das pessoas dedicaram-se ao trabalho de dar combate ao mato alto e espesso. As ferramentas eram poucas, por isso o nascer do sol iluminou dezenas de homens e mulheres agachados, arrancando o mato com as mãos. Depois

de algumas horas, já dava para transitar no terreno e então começou o trabalho de medição e divisão dos lotes. Do Morro começaram a enviar material – sobretudo madeira. O frete do Mazinho, uma pampa velha, deu três viagens, lotado de material que nós pegamos no Barracão do Morro da Vitória e carregamos a pampa. Com esse material foi erguido um “barracão” no terreno, que é o pilar, o marco original da ocupação.

A entrada do terreno ocupado era pelo muro caído virado para a avenida Zezé Diogo (praia), já que havia sido fechada a parte do muro caída na frente que dá para a avenida César Cals. O terreno vai de uma avenida a outra, contudo havia um quadrado murado no vértice esquerdo da extrema com a av. Cesar Cals. Decidiu-se não derrubar este muro e o usamos como escora para a estrutura do “barracão”. No final da manhã, os lotes estavam medidos e foram distribuídos por meio de sorteio.

Tudo ia bem. No meio da tarde, os lotes estavam divididos em tamanhos iguais e com posições sorteadas, o matagal já tinha sido abatido em considerável parte. Porém, desde cedo carros suspeitos foram vistos rodeando a ocupação. E às quatro horas da tarde veio a reação. Chegaram policiais do 9º DP, bairro Vicent Pizon, ali próximo, acompanhando um representante da família Otoch. Fiquei no semi-erguido barracão, no fundo do terreno, e acompanhei de longe a pequena multidão em torno das autoridades. Logo em seguida chegaram policiais da polícia militar, estes sugeriram que as pessoas se “desarmassem”, não havia armas e sim ferramentas, mas a proposta foi acatada e o Decinho passou a recolher facões, enxadas, foices, e tudo foi amontoado no fundo do terreno ao lado do barracão. Foi muita conversa, queriam que as pessoas saíssem, as pessoas diziam que não sairiam, ainda mais sem mandado judicial. Os policiais pressionavam e intimidavam. Queriam saber quem era a “liderança” – “não tem liderança, todos somos lideranças aqui, diziam as pessoas”. Aí propuseram levar uma comissão para a delegacia, o que foi recusado. Estabeleceu-se o impasse. Os policiais argumentavam, as pessoas mantinham-se firmes. A esta altura ligamos para o advogado do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar. Dissemos, então, aos policiais, que o advogado poderia ir à delegacia, mas eles queriam naquele instante e queriam representantes entre os ocupantes. Depois de um bom tempo de impasse, vendo que não iam demover os ocupantes, um policial disse: “Se vocês não querem resolver numa boa, então não podemos fazer mais nada, aguentem as consequências”.

Do lado de fora havia grande movimentação de curiosos, familiares dos ocupantes, um carro *parati* branco da polícia civil, viaturas da polícia militar, e outros carros com homens não-identificados. Assim que os policiais saíram, seis desses homens entraram. O dia ia findando e o crepúsculo testemunhou esses homens agindo de forma agressiva, arrancando estacas e linhas

de barbante que demarcavam os lotes, derrubando o pouco que se havia iniciado de barracos, ameaçando quem se dirigia a eles. No meio do terreno estava fincada, entre duas estacas, a bandeira vermelha do Mcp, quando foram arrancá-la me interpus e disse que a bandeira era minha e eles entregaram. Passei a acompanhá-los, as pessoas olhando de longe, todos já se achegando ao barracão. Continuei acompanhando-os. Quanto mais íamos ao fundo, mais a discussão engrossava – o mercúrio subia e o termômetro estouraria assim que chegassem ao barracão. Para evitar isto, falava do advogado que estava chegando, mas ele nunca chegava (o tempo é relativo). Então chegou a hora do “pega pra capar”. Todos sabíamos o que fazer: defender o barracão com força total, não deixar derrubar, se derrubassem, não se deixar tirar do terreno. Foi o que todos fizeram, como roteiro ensaiado de um drama inevitável, ao mesmo tempo, memória prática ativada de outras situações similares vividas por muitas pessoas ali.

Ficamos embaixo do precário barracão de pau e lona, frente a frente com os agressores. Começou a discussão, falas dos *ocupantes*: “você não podem fazer isso, você não têm mandado judicial, você estão cometendo um crime, você não tem consciência?”; falas dos *capangas*: “você não podem ficar aqui, esse terreno não é de você, bóra, sai!”; os *ocupantes*: “ninguém vai sair, você estão ganhando quanto para fazer isso? não têm família?”; *capangas*: “isso aqui tem dono, sai fora! o que eu ganho aqui você não ganham em um ano, bóra, sai porra!; *ocupantes*: “ninguém vai sair”!

Um deles começa arrancar uma “linha” (como uma estaca grande) enfiada no chão, um dos nossos segura, os dois agarram o pau um puxando para cima, outro para baixo e a linha sendo sacoleja com violência ainda cravada na terra. Vem daí a primeira agressão física, outros vão ajudar o Assis e a linha fica enterrada. Não adiantava para eles “sair no braço” porque éramos muitos e estávamos juntos, em um bloco compacto. Então um deles, o mais alterado e agressivo, um homem alto e forte, sacou uma pistola e apontou para nós, gritando: “vamo, sai porra!”; *ocupantes*: “ninguém vai sair”. Ameaças em vão, eles recuaram. Voltaram até o começo do terreno. Um deles ficou conversando ao telefone celular. Quando desligou, eles voltaram com o dobro de violência: “vamo, vai ter que sair”!

O homem saca a arma novamente, aponta de forma mais agressiva, ameaça atirar: “vamo, sai porra, vou atirar”; *ocupantes*: “se você atirar é pior, vai se dar mal, vai ter consequência”. Ele não atira, recua, pega um barrote grosso no chão e taca na lona sobre o barracão com extrema violência. O agressor segurou o barrote com as duas mãos, transtornou as feições, armou a madeira para cima e a desceu com grande violência... *chuuu*, o pau sobre a lona preta e, logo em seguida, pau e lona, *poc*, na cabeça do Damião, que recuou com o tronco curvado, as mãos na cabeça e a cara retorcida de dor. Então, ele armou para mim que, lendo os

seus olhos, vi que ele desferiria o golpe. Ele armou e ameaçou descer o pau, eu ergui a guarda para proteger a cabeça, sempre olhando-o nos olhos, ele hesitou por um segundo, então desferiu um golpe lateral atingindo-me o lado esquerdo do tronco. Damião caído, gritos, umas pessoas puxando outras que queriam enfrentar – era como se correntes marinhas movessem o bloco ora para frente, ora para trás.

À base de pauladas e com a arma em punho, eles conseguem nos tirar debaixo do barracão. Mas a discussão continua, ninguém sai do terreno, ameaças, xingamentos, gritos. Então um deles saca a arma e aponta para a Fátima (do Morro da Vitória e da coordenação do Mcp) que estava um pouco desgarrada do grupo, enquanto tentavam nos tanger para fora do terreno. Nesse momento o risco de uma tragédia era grande, a Fátima poderia ser a vítima a servir de exemplo para os outros, talvez o capanga pensasse assim. Ela era valente, encarava o agressor e gritava com muita emoção, uma voz alta, dissonante, misturando choro de revolta, a filha, também a chorar, mas de desespero, segurava e puxava a mãe, esta gritava cada vez mais alto sua indignação, o homem parecia cada vez mais disposto a atirar.

Gritos, choros, recuos, desafios... tudo já durava deus sabe quanto tempo ou para que degradingaria. Nesse momento entraram homens armados de escopeta e farda do Gate (esquadrão de elite da polícia militar), as pessoas começaram a recuar. Por dentro, senti que aquele era o golpe de misericórdia, não conseguiríamos mais resistir, a meta de segurar o terreno a todo custo não seria cumprida, perderíamos aquela luta. Quando, acompanhando o movimento dos demais, comecei a mover o corpo no sentido da avenida César Cals, o recuo parou e as pessoas se viraram no sentido contrário, então reparei que os policiais apontavam as armas para os agressores, rendendo-os. Em fração de segundos a verve dos ocupantes, que se diluía, voltou a pulsar com toda força, e fomos com resolução e firmeza em direção a eles, gritando: “eles estão armados, bateram e ameaçaram matar”. Logo uma multidão os cercou, os policiais transpareciam em suas feições estar confusos, alguns capangas escaparam, o que estava apontando arma para Fátima e mais dois estavam rendidos, deitados com cara para o chão, e não tinham como escapar, pois a multidão cercava-os. Atônitos os policiais que rendiam os capangas, mandaram-nos afastar, insistimos que o homem estava armado e tinha que ser preso em flagrante. O policial que parecia no comando, disse que não os deixaria sair, mas pediu que nos afastássemos. Nos afastamos e ficamos observando a movimentação. Eles conversavam, um dos agressores começou a chorar. Conversa vai, conversa vem, nenhuma movimentação no sentido de revistar ou algemar os agressores. Cheguei ao policial e cobre a busca de armas, o policial militar disse que não poderia fazer isso, pois o homem era policial civil. Nesse momento

chegaram advogados, um parlamentar, jornalista (“como demoraram”, pensei). Já não havia como escaparem.

Uma coincidência de fatores, convergência de aleatórios, acontecimento imprevisível, fez com que aquele começo de noite, de trágica, passasse a ser um marco da vitória daquela gente simples, em uma luta assimétrica. “Providência divina”, foi assim que muitos explicaram o que aconteceu. Tecendo as linhas narrativas que correram no *terreno*, preenchendo o bordado com fragmentos de memória e imaginação, eis o que se passou:

Um dia antes da ação dos *ocupantes*, um policial militar fora morto em um confronto com bandidos, cujo contexto desconheço ou esqueci. No outro dia, todas as companhias da polícia militar e representantes da polícia civil assistiam ao enterro com honrarias. De repente, o chamado: assaltaram um carro forte que acabara de se abastecer no Detran da Santos Dumont. O ambiente no ritual fúnebre é tomado de indignação: certamente os bandidos aproveitaram que a corporação se reunia em peso para enterrar um dos seus, o que provocara inevitável esvaziamento das unidades policiais, assim interpretaram. Nesse clima de revolta, certos da perfídia dos bandidos, provavelmente da mesma quadrilha ou, pior, os mesmos que mataram o colega... os policiais transferiram todo o seu ódio para os assassinos que, sem rostos, confundiam-se com os assaltantes em uma figura nebulosa única a ser combatida. Assim, todas as companhias saíram desembestadas a fim de fazer *justiça*, não ao subtraído Detran, mas ao camarada morto.

O Gate desceu a avenida Santos Dumont, rumo à praia, em quatro caminhonetes, pegou a Avenida César à esquerda, duas viaturas desceram para a avenida Zezé Diogo e seguiram rumo ao Serviluz<sup>70</sup>. Poucos quarteirões antes de chegar, já bastante tensos e certos de que lá poderiam encontrar os bandidos, os policiais foram surpreendidos por uma pequena multidão gritando e sinalizando para eles. Eles pararam e, como os populares apontavam para um terreno baldio, adentraram este de armas em punho. Mas se depararam com uma cena insólita: uma pequena multidão de *esfarrapados* acuada por uns seis homens, sendo que dois apontavam armas. Sem titubear, os soldados apontaram suas escopetas para os homens e os renderam, fazendo-os largar as armas. Algumas pessoas vieram em sua direção gritando em tom acusatório aos homens rendidos. Os soldados afastaram, enquanto o chefe foi junto aos agressores que imediatamente se identificaram: “somos policiais”. Então, o sargento entendeu tudo e fez uma expressão pensativa. Sem poder simplesmente virar as costas, ele ligou para um superior, que ligou para o gabinete da secretaria de segurança, que por sua vez orientou-os a lá ficar até chegar

---

<sup>70</sup> Estigmatizado como lar de bandidos, favela, lugar perigoso etc. (SÁ, 2010).

uma viatura enviada pelo gabinete. A contragosto, o sargento acatou. De uma hora para outra começou a chegar uma ruma de gente, incluindo advogados dos ocupantes e do proprietário. Ambos cheios de razão. O do proprietário queria que os ocupantes saíssem imediatamente do terreno, ao que o sargento achou muito de conforme. Então ele se dirigiu aos “invasores” e disse: “vamos sair todo mundo do terreno, seus representantes já chegaram e tudo será resolvido”. Em um primeiro momento, algumas pessoas atenderam, baixaram a cabeça e se dirigiram rumo à calçada. Mas antes que saíssem, outros ocupantes agiram em contrafluxo: “não sai ninguém do terreno”! Então, o sargento abordou um dos que falavam para não sair e disse para ele: “vocês têm que sair, o advogado de vocês concordou”. O ocupante respondeu: “Aqui não tem negócio de advogado não, ninguém vai sair!”

Dos seis agressores, três se evadiram. Mas todos estávamos de olho mesmo era no altão violento. “Ah é policial, muito bem, grande policial esse, tamo muito bem mesmo”, disse uma das ocupantes olhando para ele, que agora baixava os olhos. Eu, Damião e padre Álvaro (como testemunha) fomos em uma viatura à delegacia. Lá descobrimos que os homens eram, na verdade, policiais militares em estágio probatório.

**Quatro de julho de 2009**, uma assembleia é realizada na ocupação Raízes da Praia. Foi um dia depois da entrada e confronto no terreno. Eu estava nesse evento, mas só me lembro dele quando vejo imagens de um pequeno trecho filmado à época. É no filme “Areia Loteada”, do coletivo Nigéria Audiovisual<sup>71</sup>. A partir do minuto vinte do referido filme, o *terreno* e a *comunidade* Raízes da Praia entram no enredo da narrativa. Parte das imagens que ali sequeciam são “imagens de arquivo da comunidade”. E ali vemos recortes de cenas filmadas na já referida assembleia realizada no Barracão do Morro da Vitória (29 de junho de 2009), antes da ocupação, na qual definiu-se, entre outras coisas, o nome Raízes da Praia. Depois, imagens já dentro do terreno ocupado no primeiro e segundo dias, inclusive aquela assembleia. Vou ao material original, filmado a várias mãos, e que forneci ao pessoal do Nigéria, de onde eles recortaram pequenos trechos para o filme. Assisto atentamente às duas assembleias gravadas, a de poucos dias antes e a do dia seguinte à ocupação do terreno. Há, por óbvio, conexões entre ambas, já que a primeira era preparatória para a ação da entrada no terreno e para a possibilidade, muito provável, de confronto, e a segunda se dá um dia após este acontecer. Na primeira o clima é bom, de coletivo convicto, falas de orientação e animação. Na segunda, o clima é de ato público e celebração. Na primeira há apenas pessoas ligadas ao Movimento,

---

<sup>71</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=X2EGPbKAOkQ&t=256s> (acesso em 19.01.2022)

suas coordenadoras e pessoas que participariam da ocupação. Na segunda, além dos ocupantes, muitos “aliados” prestando solidariedade e hipotecando apoio à luta que seguiria. Enquanto na primeira tomavam-se decisões, discutiam regras, procedimentos, afinavam-se discurso e planejavam atividades necessárias à ação, a segunda foi uma plataforma de enunciação dos ocupantes. Segue abaixo um relato da assembleia no terreno, com base na filmagem e preenchimentos da minha memória:

Um círculo no terreno, pessoas sentadas no chão de terra forrada por resquícios de vegetação que fora roçada. Outras em pé, ao lado ou por trás dos que estão sentados. Rose, moradora do Serviluz, originária de um povo indígena do Piauí, com boné vermelho com símbolo do Mcp (como alguns outros participantes), integrante da coordenação do Movimento, ler uma espécie de manifesto da ocupação Raízes da Praia. Cansaço, tensão e alerta. Rose para a leitura, ergue a cabeça e fixa o olhar na direção da entrada do terreno, no sentido da praia, buscando perceber o que está acontecendo ali, para onde quase todas as pessoas se viram, de onde vem um burburinho. Algumas pessoas que estão sentadas, jovens e crianças (mas também adultas, maioria destas em pé, quase fora do enquadramento da câmara) levantam-se, viram-se e se movem agitadas. Aí a voz de Lucirene invade o áudio: “Pessoal, não sai ninguém!”, uma jovem que está se levantando, volta a sentar, outras que já se moviam, voltam à posição na roda. Outra informa: “foi nada não, foi o cachorro que levou a mistura<sup>72</sup>”, todos riem. A roda se recompõe. Fora da filmagem, além da reunião, há pessoas começando a preparar a janta, era final de tarde, o fogareiro a lenha aceso ao ar livre, bem em frente ao Barracão, do qual pedaços de lona e tábuas aparecem na imagem.

Rose retoma a leitura em voz alta do texto, que fala em “déficit habitacional”, critica o “governo” e sua política habitacional, diz que por isso não adianta esperar, fala em “ilusão” e justifica: “não adianta esperar pelo governo, devemos partir para a luta”. Justifica a ocupação do terreno: “ocupamos no dia três de julho um terreno que estava abandonado há mais de vinte e cinco anos na Praia do Futuro, que não cumpria sua função social”. A câmara vai girando na roda, vemos muita gente em pé, muitas com papel na mão acompanhando a leitura. Até o giro completar trezentos e sessenta graus e a câmara fechar novamente na Rose, que prossegue: “as setenta e cinco famílias que participam da ocupação estão organizadas no Mcp há pelo menos um ano, muitas há quatro anos”. Lucierene aparece, com semblante compenetrado. Ao lado dela o padre Álvaro, Graça e Marilene lendo no mesmo papel, Jacqueline, o finado Biba, a finada Verence. Ao fundo, o terreno descampado, montes de mato roçado, uma barraca com

---

<sup>72</sup> Expressão que designa a proteína da refeição: carne de boi, frango, peixe, porco, linguiça, ovo etc.

lona laranja – onde ficavam os seguranças do grupo Otoch – e o amontoado de lonas pretas que cobriam o “barracão”, erguido em outra parte do terreno, após o primeiro ser derrubado no confronto do dia anterior. Álvaro puxa, com apoio da voz potente da Lucirene, o refrão: “nosso direito vem, nosso direito vem, se não vem nosso direito o Brasil perde também”.

### 2.3 A Raízes da Praia vive! A Raízes da Praia existe!



Figura 4 Ocupantes da Raízes da Praia à frente do terreno para impedir a entrada de “seguranças” do grupo Otoch, 31 de julho de 2009. Fonte: raizesdapraia.blogspot

Quando da ocupação do terreno da Raízes da Praia (julho de 2009), nos primeiros dias surgiu o seguinte *grito* ou *palavra de ordem*: “A Raízes da Praia vive! A Raízes da Praia resiste”! Muitas vezes, ao longo de meses e até anos, podíamos ouvir algum militante do “Movimento”, ou o pessoal da “Comissão”, ou ocupantes que gostavam de agitar os momentos coletivos (assembleias, reuniões, manifestações, celebrações) lançar o grito: “A Raízes da Praia vive!”, e vários moradores responderem em coro: “A Raízes da Praia existe”!

Passados mais de dez anos convivendo com essa experiência de luta coletiva, percebo que a existência da *ocupação*, da *comunidade*, do *terreno*, encarna cada vez mais a resistência<sup>73</sup> pela posse do espaço e pelo direito à moradia naquele território, pelo direito a existir e ser reconhecidos, em um contexto de forte segregação socioespacial e de *marginalização* (sujeição violenta). A **ocupação** *versus* a **dispersão** (muitas vezes com uso da força): nisso consiste o cerne da *luta* desencadeada quando pessoas agem em coletivo lançando mão da ação *ocupar*

<sup>73</sup> Há uma “relação ontológica” entre *existência*, *sujeição* e *resistência*, que articula as dimensões social, psíquica e corporal, como pude ler em Butler (2017), na introdução e nos capítulos nos quais dialoga com Freud, Nietzsche e Foucault. Leitura que fiz durante o curso do professor João Paulo Pereira Barros na disciplina Produção de Subjetividades, ofertada no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFC, da qual participei em 2018.2; a referida leitura, entre outras da mesma autora, e as discussões em sala de aula, fizeram-me pensar várias vezes no que observava e sentia acontecer cotidianamente na Raízes da Praia.

como forma de protesto contra o que lhe é negado ou de produção de vida comum transformada. E não só em *ocupações por moradia*. Veremos ao longo desta tese que a ação de ocupar um espaço (um terreno, uma escola, um equipamento público, uma praça etc.) carrega sempre um conjunto de práticas acionadas pelos ocupantes no decorrer do processo, bem como de práticas dispersoras dos mecanismos de poder desafiados pela ocupação.

A existência resistente da Raízes da Praia pode ser expressa em uma polissemia tridimensional:

A “*ocupação Raízes da Praia*” – as ações e acontecimentos que fazem o ocupar e que tramam as singularidades da *caminhada* coletiva da ocupação instituída e, permanente ativada, em meio à precariedade do espaço e da posse, a cada dia sobrevive e mantém a posse, ainda que com rotatividade de pessoas, a coletividade que faz a ocupação persistir. “Resistência é persistência”, como diz o Pedro Fernandes.

A “*comunidade Raiz da Praia*” – é a coletividade que faz a ocupação, que a rebatiza singularizando<sup>74</sup>. As pessoas, os cachorros e gatos e ratos e parasitoses, os *barracos* (inclusive sua transição da madeira para a alvenaria), a areia, os canos, fios, luzes, os mutirões, as brigas, o Barracão, os arranjos socioespaciais e políticos que configuram o território e enunciam sua existência, plataformas de enunciação, produções, constituições, atos. Sempre em metamorfose, tem suas instituições e referências – aquelas que persistem, a linha da caminhada que transcende as individualidades e, por isso mesmo, segue mesmo quando a pessoa concreta já não está entre nós (no terreno, na cidade, nesse plano). A comunidade é, ou forja, o equilíbrio agonístico das relações de quem vive no terreno e os coletivos que agem e aparecem para o mundo afirmando sua existência, levando adiante a luta da ocupação-comunidade, suas reivindicações, demandas, alianças, realizações – constituição e representação política da comunidade.

O “*terreno Raízes da Praia*”: materialidade física comum a ambas as categorias anteriores. Materialidade linguística também, é como os moradores frequentadores designam o socio-espaço onde vivem: “vou para o terreno”, “estou no terreno”, “me encontra no terreno”, “confusão no terreno”, “problema no terreno”, “a reunião é no terreno” e por aí vai. O terreno é o solo ocupado, é onde se constrói, as áreas comuns, o bem comum sem propriedade, aquilo que se possui. O terreno é palco dos conflitos e agente nos acontecimentos. O terreno é onde fazem as intervenções estruturais, culturais e políticas. Compõe a cena, a estética, o discurso

---

<sup>74</sup> Apesar do nome no plural “Raízes da Praia” constar no estatuto da Associação Comunitária Raízes da Praia, dos documentos oficiais em processos na prefeitura, nas companhias de energia e água, nos processos judiciais e audiências públicas, matérias jornalísticas e discursos políticos, é o nome “Raiz da Praia”, no singular, que é usado cotidianamente, em falas, mensagens, em letreiros pintados nos muros.

falado e imagético da ocupação, da comunidade. É o espaço e o chão onde se ergue o “Barracão”.

### 2.3.1 O Barracão: do Morro da Vitória à Raízes da Praia

O Barracão é a história do Morro! É como se ele fosse, assim, um patrimônio. Porque ali foi acolhimento, um acolhimento mesmo, das pessoas necessitadas está lá dentro, de acolher a família, a fome, desespero, entendeu? Então ele foi uma, ele é uma lenda, pra quem conhece a história do Barracão, é uma lenda! (Liduina, presidente da Associação do Morro da Vitória até 2021, quando faleceu vítima da pandemia de covid-19, entrevista concedida em 2015)

Ao pesquisar a *ocupação urbana* que deu origem à *comunidade* Morro da Vitória, percebi que no decorrer do conflito uma questão central era a *dispersão* ou *não-dispersão* dos ocupantes. Todas as ações do governo estadual (proprietário do terreno ocupado e gestor das forças policiais) eram no sentido de dispersar: o despejo, as tentativas de transferir para outro terreno, as propostas nas negociações que sempre incluíam a desocupação do terreno. Mas essa questão também foi a primeira preocupação da “Comissão”, que começou a se formar no início da “derrubada”, e dos aliados que começaram a chegar a partir da repercussão. Não dispersar foi também a motivação para erguerem um “barracão”, após o quarto dia de “derrubada” – período no qual o governo do estado do Ceará executou uma violenta reintegração de posse nas oito quadras ocupadas e que seriam destinadas à construção de um conjunto habitacional para reassentar famílias *removidas* de áreas próximas à Praia do Futuro. Foram dias de grande dramaticidade, sofrimento e demonstrações de coragem por parte de ocupantes que reagiam à derrubada. Ações estas que tendiam a contagiar outros ocupantes, provocando espirais de resistência que envolviam ações e práticas de enfrentamento como: “cordões humanos” contra o avanço de tratores e da polícia (que os desfazia com uso da força, principalmente tiros com bala de borracha, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo), barricadas, gente se amarrando a botijões de gás e ameaçando explodir, grupos contra-atacando com pedras e paus, reconstrução de barracos durante as noites e madrugadas. Também as entrevistas na mídia e a circulação de imagens em larga escala fortaleceram a solidariedade à resistência. Tudo isso, conjugada à ação da “Comissão” e de apoiadores diversos – religiosos, advogados, parlamentares, militantes de “movimentos sociais” – culminou em uma ordem liminar de suspensão da reintegração de posse, no quarto dia de confronto. No dia seguinte, ao amanhecer, o Barracão estava erguido e lá foi servido um desjejum para os ocupantes que pernoveram ao relento e para os que começavam a voltar.

Começa a “era Barracão”, como diz Liduina, uma das fundadoras da Associação. O Barracão marca uma nova etapa na luta dos ocupantes – com práticas, simbologias, estética, objetivos e perspectivas estratégicas semelhantes ao que Sigaud (2000) nomeia “forma-acampamento”, o que também veio a ocorrer na Raízes Praia<sup>75</sup>. Qual o seu papel nessa nova fase do conflito, passando do confronto direto e da ação-reação imediata para uma luta prolongada e desgastante? Quais agências giram em torno do Barracão?

Além da **comensalidade**, pois a primeira função de um “barracão” é de cozinha comunitária e despensa para a os alimentos trazidos por apoiadores como forma de materialização da solidariedade<sup>76</sup>, podemos identificar os seguintes agenciamentos ligados ao Barracão: **acolhimento** – pessoas passam a viver nele. **Convivência** – além das pessoas que moravam no Barracão, muitas por lá circulavam diariamente, pois era o ponto de referência, lugar das reuniões, informações, celebrações, cadastramentos, é a “sede da comunidade”. **Símbolo** de resistência – corporificação da decisão de resistir pelo tempo que for necessário, não dispersar, manter-se ocupando até a conquista da posse do terreno.

Assim, o Barracão é fundamental para sustentar as ocupações do Morro da Vitória e da Raízes da Praia, fazê-las existir ou continuar existindo, dar a impressão e ser a expressão dessa existência. Conforme o tempo passa, os ocupantes se fortalecem politicamente. O decorrer do tempo fortalece a posse. Por outro lado, permite passar da prática de resistência reativa à formulação de estratégias (Bourdieu, 2011) como a que culminou na decisão da Comissão do Morro da Vitória de ocupar o terreno todo com o máximo de moradores, após meses de “acampamento” e negociações.

A *ocupação* do espaço físico é *ocupação* de espaço político na sociedade. Coextensivamente, o Barracão além da estrutura física é uma *entidade* política. Criado como despensa e cozinha comunitária – “só os paus enfiados na areia e um pedaço de lona em cima”, como diz Lucirene<sup>77</sup> –, o Barracão se torna sede da Associação, um centro comunitário. Mas

---

<sup>75</sup> Semelhança a qual, talvez, ajude a entender por que muitos moradores da região (das *favelas*, inclusive) refiram-se aos ocupantes da Raízes da Praia com os “sem-terra”, o “terreno dos sem-terra”, “mora lá nos sem-terra”, já que os acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e afins, na zona rural como a que Sigaud (2000) estuda (Zona da Mata pernambucana, no caso dela), projetaram na sociedade a “forma acampamento”, como acampamento de *sem-terras*, sua estética e mensagem política.

<sup>76</sup> Observei muito isso na Raízes da Praia, nos primeiros dias de acampamento, após o confronto na *entrada*, todo tipo de apoiador assim se manifestava por um ato de enunciação acompanhamento da doação de alimentos, bem como da mobilização para arrecadá-los, atos simbólicos de entrega, sobretudo quando vinha de entidades sindicais, ou ligadas a igrejas, partidos, universidades etc. A despensa do Barracão era farta e sua gestão uma importante função na comunidade.

<sup>77</sup> Lucirene, 48 anos, participou da primeira formação da Comissão e das primeiras gestões da Associação do Morro da Vitória, mas passou a se dedicar mais à Ceps e ao Mcp. Participou de outras ocupações e hoje já não

muitas vezes, quando as pessoas falam “Barracão” não estão se referindo apenas à sede física, mas à própria *entidade*. “O estatuto do Barracão”, “a Comissão do Barracão”, “os projetos do Barracão”, “as reuniões do Barracão”. Se externamente o grupo de mulheres à frente da Associação do Morro da Vitória é chamado, às vezes, “as meninas do Morro”, dentro da comunidade são chamadas de “as meninas do Barracão”.

O Barracão marcou a passagem para uma nova fase da ocupação. A morada e o comer coletivo, as constantes reuniões e assembleias, a coordenação da ocupação no dia a dia e a consolidação de uma mediação política a representar os ocupantes nas negociações com o governo e nas articulações com aliados. Também o recebimento e gestão das doações que chegam. Ainda hoje, no Morro da Vitória, é servido diariamente almoço para mais de cem crianças no Barracão, além da oferta de cursos, esportes e outros projetos sociais. Fazem festas nos dias das crianças, das mães, natal<sup>78</sup>. Para que tais coisas aconteçam Liduina precisa “correr atrás”. O Barracão e as pessoas que o fazem agem nas transformações ali ocorridas durante os conflitos e constituições, bem como na *produção biopolítica* cotidiana que caracteriza o trabalho comunitário<sup>79</sup>.

Outras pessoas além de Liduina ou Lucirene, no Morro da Vitória, e várias na Raízes da Praia, envolvem-se no trabalho comunitário para fazer acontecer aulas de capoeira, de artes marciais, dança, cursos de informática, reforço escolar, atendimentos de saúde... São muitas as articulações com diversos agentes de diferentes esferas que fazem acontecer todo esse investimento *biopolítico* nas crianças e jovens do território. Liduina me disse uma vez que a coisa que a deixa mais triste é quando morre um “menino do Barracão”, assassinado na adolescência ou juventude. Além dos que são encarcerados, feridos... O Estado (além de organizações paraestatais e criminais) age aqui como gestor de uma *necropolítica* (MBEMBE, 2016) que destrói a produção *biopolítica* comunitária e familiar, agenciada pelo pessoal do Barracão, da Associação, do Movimento, de grupos ou projetos sociais (esportivos, culturais, educativos), de educadores sociais, de apoiadores da comunidade, e pelas mães e avós, irmãs e tias, eventualmente pais, irmãos, parentes, vizinhas... que fazem “se criar” um vivente para

---

mora no Morro da Vitória, onde mantém relações de parentesco e amizade; ativa nos movimentos relatados neste artigo, foi uma das organizadoras da ocupação Raízes da Praia.

<sup>78</sup> Práticas comuns entre diversas organizações comunitárias na cidade. Sobre isso e o trabalho comunitário como forma de produção biopolítica agenciada na resistência cotidiana, ver o *paper*: “Natal do Morro da Vitória: conflito, resistência e constituição de uma comunidade” (PINTO, 2016).

<sup>79</sup> “Nesse trabalho imaterial, a produção ultrapassa os limites da economia tradicionalmente entendida para investir diretamente a cultura, a sociedade e a política. O que é produzido, nesse caso, não são apenas bens materiais, mas relações sociais e formas de vida concretas. Chamaremos esse tipo de produção de ‘biopolítico’, para enfatizar o caráter geral de seus produtos e a maneira como ele investe diretamente a vida social em sua totalidade”. (HARDT; NEGRI, 2014, p. 135).

virem e matar, prender ou arrebentar. Algo como a oposição percebida por PELBART (2015) entre “biopoder” e “biopotência”, esta articulada na “Multidão” como resistência aos mecanismos daquele.

### 2.3.2 Aniversários da Raízes da Praia



Figura 5 Convite para o aniversário de dois anos da Raízes da Praia (julho de 2011). Fonte: raizesdapraia.blogspot.com  
Convite para o aniversário de três anos da Raízes da Praia (julho de 2012). Fonte: raizesdapraia.blogspot.com

A cada ano que foi se passando desde julho de 2009, os aniversários da Raízes da Praia foram se tornando marcos da sua existência, sendo celebrados sempre em eventos que mobilizam a comunidade e aliados. Cada aniversário nos primeiros dez anos, foram celebrados em atos políticos e culturais realizados no *terreno*, símbolo da sua posse, da continuidade cada vez mais irreversível da *ocupação*, bem como da aliança entre *comunidade* e o *movimento* que lhe conecta a arenas públicas e esferas institucionais na cidade<sup>80</sup>.

Para o evento do aniversário de três anos da Raízes da Praia, foi produzido um vídeo – “# Raízes da Praia 3 anos<sup>81</sup>” – protagonizado por crianças que participavam de “projetos” na comunidade. Enquanto vão desenhando representações da comunidade que ajudavam a criar, pois as crianças são sujeitas ativas nas ocupações por moradia, como o próprio vídeo mostra, uma menina vai dizendo uma narrativa sobre a criação da Raízes da Praia:

No ano de 2009, ocupamos um terreno cheio de lixo, matos e espinhos. Mais tarde esse terreno se tornaria a comunidade Raízes da Praia. No momento da ocupação, as pessoas limpavam o terreno e faziam planos para construir seus barracos. Não

<sup>80</sup> “Afirmar que um grupo de pessoas continua existindo, ocupando espaço e vivendo obstinadamente já é uma ação expressiva, um evento politicamente significativo...” (BUTLER, 2018, p. 24).

<sup>81</sup> Disponível em um link youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=nKPNfqulqg> (acesso em 19.01.2022)

contavam que os então donos do terreno... os guardas Otoch mandaria pela manhã os seguranças e aterrorizaram os ocupantes, derrubando os poucos barracos que estavam levantados...” (trecho de fala de uma criança da Raízes da Praia em vídeo produzido em 2012, para o aniversário de 3 anos da ocupação).

Após o texto cantam uma música de exaltação à comunidade, que conclui com a frase: “desistir nunca jamais!”.

Enviei, recentemente, o vídeo para o amigo e parceiro Chicão Oliveira – ativista, poeta e contador de histórias – e ele me respondeu, em um áudio, assim:

Que coisa linda macho, essa criança aí que narrou é uma contadora de história já nata, narrando a história da própria vida, a história do seu cotidiano, história de enfrentamento e de garantia pelo direito à moradia. Lindo, muito bonito, isso aí vale muito mais do que milhões de discursos de político, vale mais do que qualquer colocação de adulto na Câmara Municipal, em assembleias em defesa da moradia, é o próprio testemunho vivo de uma criança que cresceu ouvindo tudo isso, que viu tudo isso, que presenciou a violência física e psicológica que os pais sofreram, que ela também sofreu. Muito bonito, muito legal. (...). Realmente belíssimo, muito bom. Assim, não tenho nem palavras pra dizer, é emocionante. E como ela consegue fazer uma narrativa tão sintetizada, mas ao mesmo tempo diz tudo, explica, faz a denúncia de quem manda os capangas, revela quem são seus parceiros, quem são as pessoas que estão em torno dela, e fechar com a música é realmente brilhante, eu gostei muito, é uma boa inspiração para começar o dia pensando em teatro, pensando em contação de história, pensando em uma vida diferente, valeu. (Chicão Oliveira em áudio enviado em aplicativo de mensagens, em janeiro de 2022).

### *2.3.3 Relato sobre a relação corpo, persistência, dor e resistência*

*Raízes da Praia dia 12 de maio de 2018 – Reunião de integrantes da diretoria da Associação Comunitária Raízes da Praia:*

Chego à comunidade Raízes da Praia pouco antes de quatro da tarde.

Na luz branda da tarde vejo o quadro: dona Rosa à janela<sup>82</sup>, a pequena Vitória à sua frente sentada sobre o balcão, Índio atrás penteando os cabelos molhados da companheira. Depois é ela, Rosa, quem penteia os cabelos da pequena, enrolando cachos. Encosto-me em companhia da Luciana, que havia chegado para a reunião, e um homem que chegava para participar de um jogo no campo da *Areninha*, que fica em frente ao barraco dela e à frente do

---

<sup>82</sup> Conheci dona Rosa, ou tia Rosa, ou simplesmente Rosa – seu nome de registro é Ângela – na ocupação Raízes da Praia. Tia Forte, como algumas pessoas também a chamam, estava lá debaixo da lona, no Barracão, quando todos moravam e se reuniam e faziam quase tudo no nele. A primeira vez que a vi, e a ouvi, foi em uma reunião de apresentação do “Movimento” para pessoas que ingressaram na ocupação no decorrer do processo do primeiro mês de ocupação, substituindo outras que desistiram de ficar no terreno. Desde o começo muito engajada, com um tempo entrou na “Comissão” e até hoje está na diretoria da Associação Comunitária Raízes da Praia.

terreno da Raízes, o lado que dá para a praia. O clima é fresco e Rosa conversa com o homem que pergunta sobre algo que aconteceu com a criança, se ela teria ingerido um líquido químico (algum produto de limpeza, acho) e ela explica que não, que só cheirou, mas passou mal: “ela pegou a garrafa numa ligeireza, essas mãozinhas parecem um gancho, aí entrou, quando a Jéssica (*sua neta*) viu ela tava cheirando... tava noiadinha (*risos*)... o tanto que essa póbi se noiou no bucho da mãe”. Mas agora a mãe era ela, Rosa, que pegara a criança para criar (*ver narrativa no texto “Vitória”, próximo tópico*).

O homem comenta sobre uma *blitz* em frente à comunidade no dia anterior que apreendeu várias motos, que “revirou” o carro de um conhecido. Ela diz que quase todo dia estão fazendo essas *blitzes* ali, quando não ali na frente, lá na pista (av. Cesar Cals). Fico preocupado, porque fui em um carro emprestado (é ruim ir de ônibus dia de sábado, ainda mais para voltar à noite) e estava com minha habilitação vencida – “eita!”, ela diz. “Pois é, vamos começar logo essa reunião”, digo. “Índio, traz aí o telefone pra eu chamar o Assis”. Não precisa, ele chega logo em seguida. O seu pé está enfaixado até a altura do tornozelo. Ele passou mais de um mês no hospital, e já está há um mês se tratando em casa – “porque o buraco é muito fundo, a bactéria comeu a carne até o osso deixando essa ferida que demora a fechar”, diz respondendo a Luciana que a causa de não cicatrizar não é diabetes, que ele não tem essa doença, ao contrário de Cláudia que também é da diretoria da Associação (como as outras três pessoas) e chegou para a reunião e disse estar doente, com diabete, por isso não poderia continuar na Associação porque: “não posso ter raiva”.

A reunião não havia começado quando Assis falou aquilo, mas esse seria o tom das falas. Cláudia falou, já na reunião, para justificar porque não entraria na nova chapa para compor a diretoria, uma das pautas da reunião da qual participamos: eu, Rosa, Índio, Assis, Claudia, Luciana e Ju. Por enquanto só digo uma coisa: escrevo esse texto<sup>83</sup> sob o impacto das falas que ouvi ali. Sofrimento, desgaste, cansaço... sentimentos que me fazem chorar um dia após a reunião, quase nove anos após a madrugada que ocupamos o terreno da Raízes da Praia.

Assis<sup>84</sup> contraiu uma “ferida muito feia” na perna, que foi se agravando ao ponto de ser hospitalizado. A canela ficou preta, me explicou Rosa pelo telefone. Índio, seu *companheiro*,

<sup>83</sup> No dia seguinte à reunião, em sua versão original, com algumas poucas alterações posteriores.

<sup>84</sup> Assis é originário do Mucuripe, onde sempre viveu como pescador, e onde morava “de aluguel” quando começaram a ocupar o “Morro”, “...aí eu vim e fiz um barraquinho pra mim”. Subiu pela escadaria, fugindo do aluguel, fincou seu barraco no Morro da Vitória, depois virou casa, à qual acrescentou a bodega, no início dos anos 2000. Assis já não pescava, um acidente com uma hélice do motor de uma embarcação quase arranca-lhe o braço na raiz do ombro (o braço ficou, mas o ombro nunca se recuperou plenamente apesar da placa metálica implantada nele), peixes então só na banca que botou por um tempo em frente à sua casa-bodega no

havia adquirido o mesmo problema meses atrás, abriu uma “ferida feia” na sua perna: “mas graças a deus consegui sarar aqui em casa, passou mais de mês aquela ferida, mas sarou, só ficou aquela marca preta”, Rosa explica. Eu vi a mancha que cobre mais da metade de canela do Índio. Ju tinha me confirmado por *whatsapp* a gravidade do quadro e a internação por determinação médica. Também vi pessoas *de fora* comentarem – *apoiadores* ligados a universidades, companheiros de coletivos de outros bairros, até mesmo em duas “Assembleias Populares da Cidade” sua situação foi comentada ao microfone por pessoas desses dois *campos* de relação, sempre em tom de indignação e solidariedade. Foi um mês de internamento, e já está há um mês em casa, mas a ferida não sara. Percebo as pessoas nestes espaços preocupadas. A sensibilidade em relação à doença do Assis é ampliada pela forma como foi contraída, pois incorpora e externa uma situação de *precarização* contra a qual essas pessoas lutam.

Rosa fala para mim, em tom de bronca preocupada: “ele foi inventar de entrar numa fossa...”. Militantes do movimento e apoiadores, como Clarissa e Manu, professora e estudante de arquitetura, falam em tom de tristeza e denúncia seja nas “assembleias populares”, plenárias da Frente de Luta por Moradia Digna e em reuniões com representantes do “poder público”, atribuindo a contração da bactéria que infeccionou seu membro à omissão da prefeitura e governo do estado em implementar um projeto de saneamento básico, drenagem e estruturação do terreno que permita aos moradores construir casas definitivas, atualmente vivem em “barracos” (apesar da alvenaria, chamam assim), pois na situação atual do terreno, arenoso e com relevo irregular, é impossível, inclusive por causa das fossas artesanais. Assis confirma, já sentados dentro do “Barracão”, que esperou um homem vir para fazerem o serviço, ele não veio e Assis foi “desbotar a fossa” sozinho - “tava cheia demais, pela tampa!”. Depois, admite reticente que estava com uma “feridinha” no pé, perto do tornozelo, “mas já tava sarada, assim com a casquinha”, ele diz – pensei em dizer que se estava com a casca ainda não tinha sarado, mas calei.

Ju falou do desânimo, de pessoas que saíram do terreno e, o pior, a vontade dela mesma de sair, vontade que vai crescendo com a desesperança de melhorar a situação. Luciana já saiu do terreno, porque seu filho, de uns dez a doze anos, estava sendo interpelado por “gente errada” dentro do terreno, aproximação “desses meninos que fazem coisa errada”, sem ter como impedir, mudou-se com o filho para o Caça e Pesca. Mas continua na luta, vai para as reuniões e continuará na diretoria da Associação, “ajudando no que puder”. Ju, apesar do pessimismo e

---

Morro da Vitória, onde se engajou na Associação e no Movimento dos Conselhos Populares. Atualmente é morador da “comunidade Raiz da Praia”, para onde transferiu sua bodega (na casa do Morro ficou a, doravante, ex-esposa), e é da diretoria da Associação Comunitária.

das críticas às relações no “grupo”, disse o mesmo. Mas o seu depoimento, assim como vi ela fazer em duas ou três ocasiões em público, é de doer o coração, de brotar lágrimas, sobretudo para quem acompanha aquela *caminhada* coletiva – a forma como ela exalta os primeiros tempos, o espírito de comunidade que foi criado, mas como muito vai se perdendo, em uma condição de vida que, como ela fala:

Quem aguenta? morar uma família num espaço pequeno, sem compartimentos, feito de tábuas, dormindo com os ratos, que já de tão abusados já não temem pessoas nem cachorros ou gatos, doenças de pele, viroses, epidemias de zica e chikungunha... Pior, valer menos que um cachorro para policiais que invadem o terreno, porque quando tem assalto na praia eles correm é pra cá que tem beco é favela, e humilham todo mundo, invadem os barracos, agridem pessoas, ninguém está livre de ser humilhado, no mínimo. (Ju, durante reunião no Barracão da Raízes da Praia)

Foi o que aconteceu, por exemplo, quando no começo do ano assaltaram uma policial (delegada ouvi alguma vez, mas não dá para confirmar nem se era policial civil ou militar) de outro estado, que estava de férias. Sofreu o crime na praia e invadiram o “terreno”, e invadiram barraco por barraco e tiraram todos os homens de dentro para ela fazer o reconhecimento... tanto fazia se estava deitado, comendo, dormindo, vendo tv, tomando banho, fazendo algo, foram todos levados até o muro – o Pescador estava tomando banho, “levaram foi de toalha, mas a única arma que tinha era a que toalha escondia”, ele conta rindo. “Maior escarcéu no terreno”, até que ela reconheceu um rapaz – antes disso muita gente já tinha apanhado por falar (reclamar) ou para falar (informar), mas nada parecido com o suplício público a que este rapaz, o reconhecido, foi submetido, provocando revolta, não só para a mãe. E as reações indignadas começaram e a violência se espalhou para mulheres, o Assis quis intervir, se apresentando como presidente da Associação e foi agredido verbalmente – “viado, filho da puta, envolvido com facção” – e só não foi agredido fisicamente porque algumas mulheres se meteram no meio e evitaram<sup>85</sup>.

“Vidas são, por definição, precárias: podem ser eliminadas de maneira proposital ou acidental; sua persistência não está de modo algum garantida. (...) essa é uma característica de todas as vidas” (BUTLER, 2015, p. 46). As “entidades políticas” e “instituições econômicas” lidam com as necessidades geradas pelos riscos inerentes a essa precariedade da vida. Mas Butler diferencia “precariedade” e “condição precária”, ainda que se “intercruzem”. A última, “...designa a condição politicamente induzida na qual certas populações sofrem com redes

---

<sup>85</sup> Sobre a convergência, que recai sobre populações periféricas nas cidades brasileiras, entre precarização socioeconômica (trabalho, renda, serviços essenciais), precariedade estrutural (moradia, infraestrutura urbana e social) e vulnerabilidade civil (violação cotidiana de direitos civis), ver Kowarick (2009).

sociais e econômicas deficientes e ficam expostas de forma diferenciada às violações, à violência e à morte (...) a doenças, pobreza, fome, deslocamentos e violência (...). Outra característica da condição precária politicamente induzida, é que essas populações que sofrem a violência arbitrária do Estado, muitas vezes só podem recorrer a ele: “... elas recorrem ao Estado em busca de proteção, mas o Estado é precisamente aquilo do que elas precisam ser protegidas” (BUTLER, 2015, p.47).

Parece-me que é bem nesse quadro de “condição precária” que as “populações periféricas” das grandes cidades brasileiras lutam contra a precariedade da vida. E é nesse contexto sócio-político que se organizam os *coletivos* e são desencadeados os processos que constituem os *movimentos sociais*. Estes lutam por condições de vida que diminuam a potencialidade dos riscos da precariedade. Mas em suas *caminhadas* enfrentam, simultaneamente, a “condição precária” politicamente induzida, ou seja, lutam por reconhecimento político para realizarem suas demandas junto a um Estado que por omissão ou por ação reforça a precariedade de suas vidas. Buscam também alternativas para realizar seus projetos coletivos, e às vezes se insurgem, em menor ou maior escala, com maior ou menor adesão, contra os *poderes* estatais e privados. Os *coletivos* lutam por uma distribuição mais justa das condições estruturais para lidar com a *precariedade* da vida e contra a *precarização* desta, bem como contra a *vulnerabilização* dos “corpos periféricos”, violentáveis e matáveis.

#### 2.3.4 Vitória e a ética do certo

Dona Rosa pegou um bebê para criar, já não é um bebê quando escrevo estas linhas, mas era quando eu e Jacqueline nos encontramos com ela numa “barraca de praia” (na Praia do Futuro, próximo da Raízes da Praia), em meados de 2017. Jac ficou na barraca quando dona Rosa me ligou para ir lhe buscar na *comunidade*. Peguei o carro e andei uns três quarteirões na via paralela à faixa de praia. Chegando lá, ela já tinha atravessado as duas pistas da avenida e me esperava ao lado da *Areninha*. Era um sábado pela manhã, umas dez horas. Ela não queria reunir no *terreno*, mas sim nos encontrar para conversar informalmente longe do “povo dali”, das “falações”.

Isso, da criança que ela pegou para criar, fazia em torno de um ano, Vitória era, então, uma agitada menina de um ano e poucos meses. Em uma reunião alguns dias antes no “Barracão”, como chamam o centro comunitário da Raízes da Praia, a menina não parava, de um lado para o outro, em meio a uma roda formada por algumas moradoras ligadas à “Comissão” (como chamam o grupo organizador, atualmente diretoria da associação

comunitária). Já naquela época quando Rosa a assumiu, era uma bebê agitada, uma criança esperta e cativante – e ela contava histórias de como ela cativa o Índio (companheiro de Rosa), a Jéssica (neta) e a filha dela que morava no *terreno*. E sobre essa esperteza toda, misto de inteligência e energia física, disse naquela manhã: “praticamente um milagre”. Se hoje essa menina é uma criança saudável, agitada e carismática é graças à luta de dona Rosa e dos seus entes mais próximos. Naquela manhã, na barraca de praia, ela me disse: “peguei uma menina pra criar, tô criando outra filha, olha que doidice (*risos*)”, ela que participava ativamente da criação dos três netos, principalmente de Jéssica. “É, é irmã da minha filha né, e ela também tá apugada que só à bichinha, todo mundo gosta dela. Ela é filha do traste do meu ex-marido, o que é pescador, até ele trouxe isso aqui quando chegou do mar esses dias” – e nos aponta a embalagem fria com o peixe, a lagosta e o siri-guajá, cuja dádiva era a motivação inicial daquele encontro. E nos conta que ele não mora agora na Raízes, que ela arrumou um “barraco” para ele, pois ele se meteu com uma “bicha véia que é noieira” (usuária de *crack*). Ela engravidou, ninguém sabe se dele, porque quando ele vai pro mar ela faz programa pra sustentar o vício: “eu digo que num é dele não”, Rosa especula. “Mas eu não podia deixar a bichinha, ela não tem culpa pelas fraquezas da mãe né, e é tão lindinha, gostei na hora que vi, todo mundo fica doido por ela na hora que vê”, ela fala cheia de carinho. Diz que “bichinha” estava doente, “largada”, foi lá com a filha – “que é irmã dela né” – e a levaram para um hospital: “a bichinha quase morre, agora eu quero é que tu veja”.

Ela conta que teve medo de a menina ficar surda ou deficiente da cabeça, por causa da “irresponsável da mãe”. Sobre esta, Rosa diz: “eu quero que tu veja, só os osso, já vendeu tudo do barraco do abestado, ele vai pro mar ela vende, ele deixa dinheiro ela gasta num instante, não dura dois dias, aí vende as coisas que tem, quando o infeliz chega não tem onde sentar nem como cozinhar nada”. E foi nessa situação de sustentar o vício que ela cometeu o grave erro: “pegar o que é dos outros”. Disseram que ela forçou uma porta, “que sumiu não sei o quê, que viram ela vendendo ali na pracinha no Serviluz”. Consequência, veio no disciplinamento violento que as “facções criminais” estavam impondo, fazendo as vezes de estado *pacificador*. “Pois uma ruma desses meninos não se juntaram pra dar nela? Cortar a mão, raspar o cabelo e expulsar! Eu quero que tu veja. Diz que é do comando, tudo agora é esse comando, que fulano que tá na cadeia, o pessoal do comando decretou que não pode roubar na comunidade...”, Rosa fala das novas configurações do mundo do crime como vinham se apresentando na realidade

daquele território<sup>86</sup> (e outros espalhados pelas cidades cearenses). E ela continua: “eu quero que tu veja, um monte de menino, que num é nem aqueles bichão lá de cima” – do Morro ou da hierarquia do crime, ou as duas coisas? “Uma ruma de menino se junta aí querem fazer maior arrumação, eu quero que tu veja, que a ordem é cortar as mãos, ou então raspar o cabelo, dar uma surra e expulsar”. Dona Rosa fala em certo tom de crítica, contra a arbitrariedade e, creio, falta de legitimidade para exercer aquele poder, afinal, um “bando de menino” – mas violentos.

“Já iam começar a linchar ela, eles eram bem uns quinze, aí me subiu aquela coisa, sabe? Eu pensei: não, não posso deixar! Aí eu tomei uma coragem que eu não sei de onde veio e me meti no meio abrindo os braços”. Dona Rosa é uma mulher gorda que fala alto e é espalhafatosa nos gestos, por isso é também apelidada de Tia Forte. Mas para além da compilação física, foi a autoridade moral que possibilitou a agência de dona Rosa: “Eu disse que não podia aquilo, que é isso?! Vocês, a maioria são homem, peguei por aí sabe?, uma ruma de homem querendo bater numa mulher, vocês não tem vergonha?!”

A maioria ali conhecia a “Tia Rosa”, pediam água para ela, ela às vezes dava um refrigerante “espoca bucho” quando faziam algo de útil no “terreno”, muitos já fizeram pequenos serviços por algum dinheiro ou comida, outros foram ajudados de alguma forma pelas suas ações comunitárias, crianças que eram até dia desses, ela uma pessoa bastante gregária nos lugares onde viveu, sempre naquela região do Grande Mucuripe, e mais ainda na Raízes da Praia onde se envolveu no *movimento*, na *comunidade*, assumindo responsabilidades como membro da “Comissão”, depois Associação. Então, contiveram-se, mas disseram que ela não se metesse, que era proibido roubar na favela: “a senhora sabe Tia Rosa, o certo é pelo certo”. Mas ela insistiu no argumento: a maioria era homem, seria uma covardia “aquela ruma de homem pra dar numa mulher”. Tal afirmação me fez pensar e perguntar: mas havia mulheres também no grupo? “Sim, umas meninas, mas era umas poucas, era mais homem”. E dona Rosa conta que conseguiu reverter a situação às custas desse e de outros argumentos, entre eles a garantia da mulher de não voltar para lá, evitou a surra e o raspar o cabelo, restou a expulsão da comunidade e um último ritual de humilhação que constrangeu também a Rosa, como ela disse ao relatar o que eles ordenaram: “se ajoelhe aí e agradeça a tia Rosa!”, que a mulher só estava saindo dali inteira graças a ela: “me senti mal com aquilo, sabe?, uma coisa assim dentro de mim”.

---

<sup>86</sup> Sobre os rearranjos nas dinâmicas e coletivos criminais em Fortaleza, com forte incidência das “facções” ou, como aparece mais nas falas deste texto, “comandos” – feixes de práticas e mecanismos de ordenamento hierárquico criminal – ver o artigo “Aqui não tem gangue, tem facção: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil”, do professor e pesquisador vinculado ao Lev-UFC, Luiz Fábio Paiva (2019).

Essa não foi a primeira vez que dona Rosa se deparou com a *justiça* do “comando”. O caso ocorreu alguns meses antes, quando Dinha, usuária de *crack*, ficou devendo a uma varejista de droga que morava na mesma comunidade. O valor: quarenta reais. Acontece que Luiza<sup>87</sup> decidiu cobrar a dívida de uma forma inusitada, tomando o barraco da Dinha em pagamento, algo que nunca tinha ocorrido no terreno da Raízes da Praia. A ocupação já ia no seu sétimo ano de existência, mas a questão da posse do terreno ainda não se resolvera e, apesar de morarem em barracos individualizados com paredes conjugadas e não mais no barracão coletivo<sup>88</sup>, ainda estavam em luta pela posse do terreno. Este era gerido coletivamente por meio das relações interpessoais e de duas instâncias da política comunitária: a Assembleia e a Comissão, e, como elemento de legitimação externa, o Movimento corporificado em pessoas de fora que vinham à comunidade como apoiadores, ou pessoas da comunidade que se relacionam com o *fora* conectando-se ao Movimento. Por essas relações e instâncias sempre passaram as discussões e deliberações sobre quem assume um barraco quando alguém desiste da ocupação, sendo que esta pessoa, e suas redes familiares, vicinais, de amizades e coleguismos, muitas vezes influenciam, indicam parentes, pessoas próximas, que muitas vezes têm outras relações que a credenciam – soluções privadas que houveram, quase sempre foram trazidas à discussão nas relações interpessoais e nas *arenas políticas* da comunidade. As pessoas da Comissão eram muito influentes nesses processos, umas mais outras menos – com o tempo a intensidade dessas discussões nos arranjos comunitários foram afrouxando, acompanhando a diminuição da intensidade da participação das pessoas nessas arenas ou instâncias: Assembleia, Comissão, Movimento e, hoje, a Associação. Debates intensos foram travados em torno de acusações de venda de barraco, sempre houve um forte controle coletivo, e mesmo hoje, quando as soluções apenas são aprovadas pela Associação (que move uma ação de usucapião coletiva, fato que reforça o poder do controle cadastral), passando mais pelas relações interpessoais, mesmo assim continua muito mal vista a prática de venda, passível de questionamento a qualquer momento naquelas arenas de discussão – Comissão e Assembleia. A frequência destas hoje<sup>89</sup> é bem menor do que já foi, mas os membros da Comissão, agora diretoria da Associação, continuam sendo referência para mediação, arbitragem e representação.

---

<sup>87</sup> Nomes fictícios.

<sup>88</sup> O processo se deu mais ou menos assim: durante o primeiro ano de ocupação do terreno as pessoas, nos meses iniciais, viviam num “barracão” montado no terreno, com o tempo começaram a dividir o espaço interno, onde “pedaços” eram marcados com móveis, madeirites, lonas em pedaços “puxados” com as laterais do da estrutura germinal, às vezes pedaços eram juntados por conveniência familiar, amorosa ou de amizade. Depois de um tempo outro Barracão foi feito em outra parte do terreno, depois mais outro e assim por diante, formando seis barracões que foram compartimentados em barracos conjugados formando seis “vilas”.

<sup>89</sup> O original desse texto foi em escrito em abril de 2018.

Por isso mesmo, a confusão foi bater na porta da Rosa. Ela se queixa que só procuram ela: “só vêm aqui pra minha frente, quero que tu veja”. E ela não ia ficar parada – “não consegue”, como diz o Índio – teve que dizer que aquilo não podia. “Mas a Luiza tava cheia de pala, que a Dinha tava devendo e ela é que tá certa”. Dona Rosa então questionou a Luiza: “quem que deu direito de tu tomar o barraco dela? Aí tu sabe o que ela disse? ‘O comando, agora quem manda é o comando!’ Mas olha?! Ó Igor, eu te juro, essa mulher tava irredutível”. E diz que foi preciso “a menina se meter, a que é casada com aquela outra, ela conhecia uns bicho lá que tão no presídio. Tu acredita Igor, no presídio?! Pelo celular! Foram julgar (*fala com tom de ironia*)! queria que tu visse”. E aí dona Rosa? Pergunto curioso, e ela responde: “aí, a menina lá argumentou contra o que a Luiza disse, explicou como é que essas coisas funcionam lá no terreno, que é uma luta, tá na justiça, tem o Movimento e tal”. Então, os *juízes* decidiram que a Dinha pagava os quarenta reais e pronto. “Porque não é certo tomar o barraco por causa de quarentas reais né? A Luiza se acha cheia de poder, sabe o que ela disse? Que a miserave não tinha nada, só o barraco... só que o barraco não é dela, ninguém ainda é dono de nada ali, cansei de dizer.”

A “menina” de quem Rosa falava era uma mulher perto dos trinta anos, “junta” com outra mulher da mesma faixa etária, sendo que a primeira vive na Raízes da Praia desde o primeiro dia da ocupação – tendo participado da Comissão e do Movimento alguns anos. Ela, como boa parte das pessoas ali, vem do Morro: Castelo Encantado, Buraco da Gia, onde cresceu, Morro da Vitória, onde eu a conheci. É “lá de cima” que ela conhece algumas pessoas que formavam o “comando” responsável pelo *crime* (agentes, práticas e arranjos) naquela “área”.

Uma noite fui para uma assembleia na Raízes da Praia, poucos dias após o evento que dona Rosa me narrou. E a “menina” de quem falava acima, me abordou do lado de fora, sempre nos cumprimentamos efusivamente, animados pela memória e cumplicidade dos dias mais intensos, agitados e criativos da luta da ocupação Raízes da Praia – ela também passou a participar de outras lutas do *movimento*, como a *luta contra o estaleiro* no Serviluz<sup>90</sup>, ou em inúmeras manifestações, como a que aconteceu em frente da prefeitura, em abril de 2014, e aparece nas imagens às quais fiz referência no filme *Areia Loteada*; ela também aparece em imagens da ocupação no início, tendo ido morar no terreno desde primeiro momento e muita ativa na vida da comunidade. Foi quando ela me contou sua versão sobre aquela situação perigosa, pois implicaria em um avanço de “podres poderes” sobre a autonomia da comunidade

---

<sup>90</sup> Ver tópico 4.2.1 – “É o Serviluz contra o estaleiro!”.

e o poder da organização comunitária. Ela, que andava meio afastada da comunidade, disse que quando soube da situação não achou certo, e acabou indo em defesa da Dinha, entrou em *debate* no *terreno*, muita gente falando, mas como já dito, a varejista dizia que não, que estava “no direito dela” e “quem manda agora é o comando”, aí a outra rebateu que aquilo estava “errado”, botar a pessoa na rua, tomar um barraco por quarenta reais, ali num “terreno que ainda tá em questão, não tava certo, e o comando não é pelo certo? não é o que dizem?”, falou em tom de provocação. E acionou o seu contato, conhecido desde a infância na vizinhança onde cresceu, *comunidade* ou *favela* Buraco da Gia, no Morro.

“A Luiza tá pensando que é assim! uma fulerage daquela, cheguei pra ela e disse: tu que é do crime?! Tu é do creme, porque do crime mermo não...”. E foi ela quem acionou o *debate* e demonstrou ser *considerada* pelo “comando da área”, ou pelos encarregados da ordenação do crime na região<sup>91</sup>. O cara lá de dentro disse: “Eu conheço a menina aí desde pivete, e ela tá certa”. Ao fim, foi resolvido que a credora não podia tomar o barraco, mas a devedora tinha que pagar. Dona Rosa e outras pessoas da comunidade deram os quarenta reais – não tenho notícia que tenha agido assim antes, afinal todos sabem que dívidas de viciados são problemas sem fim, mas o fez ali naquela situação para resolver logo, conter o ímpeto de Luiza e outros como ela, e evitar abrir um perigoso precedente na *ocupação*. Deu certo.

### 2.3.5 Aniversário dos nove anos de ocupação: Assembleia Popular da Cidade na Raízes da Praia

No dia catorze de julho de 2018 aconteceu a 9ª Assembleia Popular da Cidade, no Barracão da comunidade Raízes da Praia<sup>92</sup>. O evento coincidiu com o aniversário de nove anos da ocupação do terreno, ocorrida em julho de 2009. Então, uma parte significativa das falas ali proferidas se conectavam a isso: a ocupação, o enfrentamento, a resistência, as conquistas, o exemplo. Para os visitantes que tomavam a palavra, a Raízes da Praia era um “modelo de resistência para a cidade” – sobretudo nas falas de ativistas ligados às entidades de direitos humanos, universidades e movimentos sociais. Chamou a atenção, entre as falas de moradores de outras comunidades ou bairros populares que enfrentam ou enfrentaram conflitos

<sup>91</sup> À época da “união”, que já se desfez e o cenário hoje (outubro de 2018, mas na verdade já há mais tempo) é outro, não há mais um “comando” e a disputa entre “facções” enfraquece as tentativas de ordenação do crime sobre a vida comunitária (inclusive seus conflitos) nas áreas onde atuam. Sobre o dispositivo do *debate*, e suas dinâmicas, nas relações dos “comandos” criminais e as populações dos territórios onde atuam, ver: Feltram (2010b),

<sup>92</sup> Sobre Assembleia Popular da Cidade (ou pelo Direito à Cidade), ver Parte 4.

socioespaciais nos últimos anos, sobretudo naquela região da cidade, um certo tom de agradecimento. Pedro Fernandes, morador do Serviluz (“somos vizinhos”, ele disse no começo de sua fala), ativo em vários coletivos no bairro e na cidade, esteve na linha de frente da luta contra a construção de um estaleiro naval na praia do Titanzinho<sup>93</sup>, afetando todo o bairro<sup>94</sup>. Foi ele quem falou primeiro sobre a importância da Raízes da Praia para outras “lutas”, como foi o caso na “resistência ao estaleiro”; falou em “relação”, “parceria”, “aprendizado”, “ajuda mútua”, falou das pessoas que conhece lá da Raízes, seja por relação de “movimento” com algumas, ou outras provenientes “das mesmas áreas” dele, conhecimentos antigos, familiares, vizinhança etc. Destacou que recentemente havia convivido de perto com a comunidade lá, por conta de um trabalho como agente de um projeto social e viu como a luta deles é “sofrida”, ao mesmo tempo que conseguem “se organizar, resistir e driblar várias dificuldades – temos que apoiar!”, ele disse.

Outra fala foi da Terezinha Fernandes, moradora da *comunidade* Rio Pardo, também conhecida como “Favela dos Índios”, próximo à Via Expressa e avenida Alberto Sá<sup>95</sup>, em uma zona de fronteira entre quatro bairros da zona leste da cidade (Mucuripe, Varjota, Papicu, e Vicente Pizón). Fica às margens do trilho que corta aquela região, vindo do Porto do Mucuripe. Acontece que, paralelo a esta via férrea, o governo estadual resolveu fazer o ramal Mucuripe-Parangaba do Veículo Leve sobre Trilhos-VLT, dentro do pacote de obras previstas no protocolo com a Fifa para realização da copa mundial de futebol no Brasil, sendo Fortaleza uma cidade sede<sup>96</sup>. Milhares de famílias teriam de ser “removidas” nos diferentes bairros por onde o trilho passa, quase sempre margeado por assentamentos populacionais. Houve resistência ao projeto. E é nesse contexto que Terezinha fala sobre a relação com a Raízes da Praia, ou pessoas dessa “comunidade” e do “movimento”, que ajudaram “a gente da Rio Pardo a se organizar”.

E Terezinha continua:

Eu não sabia de nada disso, sobre movimento, se organizar, reivindicar nossos direitos... a gente nem sabia que tinha direito, achava que se o governo disse que era assim tinha que aceitar. Quando conheci o pessoal aqui da Raízes da Praia, a Rose, o Assis, a gente começou a se reunir né, eu, seu João, algumas vizinhas, aquele pessoal que estava mais revoltado, reclamando, e nas reuniões conhecemos melhor nossos direitos, que podemos questionar o pessoal do governo sim, e aí conhecemos outros

<sup>93</sup> Um conflito que se prolongou pelo ano de 2010 até meados de 2011, a partir do anúncio pelo governo estadual da construção de um estaleiro (privado) para atender uma demanda da Petrobras, e que seria financiado pela Transpetro (subsidiária da Petrobras). Sobre o assunto ver teses de Nogueira (2014) e Sousa (2018).

<sup>94</sup> O Serviluz é um grande assentamento humano dividido em dezenas de microterritórios – “comunidades”, “áreas”, “quebradas” – cravado na zona portuário-industrial do Mucuripe, à beira mar (Sá, 2009; 2010).

<sup>95</sup> Hoje, Terezinha mora no Conjunto Alto da Paz, no alto do Morro do Mucuripe, onde foram reassentado parte dos moradores atingidos pelas obras do VLT naquela região.

<sup>96</sup> Sobre os impactos da Copa do Mundo de 2014 na cidade Fortaleza, inclusive nas “comunidades do Trilho” em razão da construção do VLT, ver Costa, Pequeno e Pinheiro (2015).

grupos de outras comunidades do Trilho que também estavam querendo resistir, não sair de suas casas né. E até hoje é essa luta. Eu tive que sair, fui morar no Vila Velha [*conjunto habitacional e ocupações numa área de dunas e mangue do rio Ceará, litoral oeste de Fortaleza*], mas minha filha ficou no que restou da casa, foi derrubada uma parte só né, mas continuo participando da comunidade, vou sempre lá, vou pras reuniões com a Defensoria, Ministério Público, essas coisas, ajudo no que posso, e participo do movimento, porque cresci muito, aprendi muito, sou outra pessoa, e isso foi também graças ao pessoal aqui da Raízes que foi lá estimular a gente, dar outros exemplos que o povo foi vitorioso né, no Morro da Vitória, no Serviluz, a ocupação de vocês aqui, uma grande luta, que inspirou nós lá do Trilho. (Terezinha Fernandes, ex-moradora da comunidade Rio Pardo, 14 de julho de 2018)

Nas falas de moradores da Raízes da Praia havia elementos de celebração, narrativas de memórias da “luta”, mas também relatos de sofrimentos ligados à condição atual. Porém, houve lugar para agradecimentos, motivados pela presença de Liduina e Graça, moradoras do Morro da Vitória que participaram ativamente da ocupação da Raízes da Praia desde seus primórdios, decidida e planejada que foi em reuniões no Barracão do Morro da Vitória, e conectada aos conflitos que marcaram a *caminhada* do Morro da Vitória, podendo-se dizer que a Raízes da Praia é parte dessa caminhada, mas que seguiu trilha própria, abrindo uma nova *picada* na disputa socioespacial que marca aquela região da cidade, ao criar uma nova comunidade, avançando sobre um terreno de propriedade de um grupo empresarial, ou seja tomando terreno à especulação imobiliária, servindo de incentivo para novas ações similares (e reações, como a proliferação de muros nos terrenos vazios da Praia do Futuro), formando uma nova geração de *lutadores sociais* (e ampliando a experiência dos mais antigos) e rearranjando os agenciamentos coletivos do *campo popular* naquela região, fortalecendo-os em muitos momentos de conflitos.

Nove anos depois da ocupação do *terreno* (em julho de 2009), Liduina e Graça eram saudadas, naquela 9ª Assembleia Popular da Cidade, quando dezenas de moradores e visitantes acorreram ao Barracão da Raízes da Praia, como duas das “fundadoras” daquela comunidade. Ambas continuaram morando no Morro da Vitória após a ocupação do *terreno* da Raízes, mas participaram ativamente do “acampamento”, principalmente Graça: “praticamente eu me mudei pro terreno”, ela conta, acrescentando que foi uma das melhores fases da sua vida, quando se sentiu “mais útil”, “mais capaz”, naqueles meses nos quais fez parte da primeira formação da “Comissão Organizadora” da Raízes da Praia. O epicentro do acampamento era o Barracão. Assim como foi no Morro da Vitória oito anos antes. E no Barracão do Morro da Vitória foi gestada a ideia e ganhou corpo o coletivo que *ocupou o terreno*, fundando a *comunidade* Raízes da Praia, de frente para o mar.

## ASSEMBLEIAS POPULARES E LUTAS PELA EXISTÊNCIA – O FLUXO DA AÇÃO COLETIVA GERANDO RESISTÊNCIAS E PULSANDO VIDA

### 3 A migração dos sapos<sup>97</sup>

Nove de abril de dois mil e dezenove, mês do aniversário (treze de abril, levando em conta a data oficial da celebração) dessa cidade de signo astrológico *ariana*, Fortaleza. Quando fui almoçar no restaurante universitário, passei pedalando ao lado da praça João Gentil (erroneamente chamada praça da Gentilândia, pois esta fica a poucos metros da outra, proximidade que as confundem) e vi a estrutura de um palco médio, com coberta, sendo montado ali. Era a mesma praça onde, um mês antes desse dia, presenciei a manifestação do Dia das Mulheres a oito de março (após passeata que partiu do Centro rumo ao Benfica). Alguns dias depois foi a vez do ato de protesto<sup>98</sup> pelo um ano de assassinato da Marielle Franco; vi também, em algum dia desse mês de março, uma concentração para manifestação de estudantes secundaristas que fizeram um passeata na avenida Treze de Maio. Praça onde diariamente encontro o poeta Raimundo Cassundé (músico e compositor), acompanhado de outros “poetas gentílicos”, entre moradores de rua, estudantes, taxistas, transeuntes que atravessam rumo à avenida Treze de Maio para seguir seu curso em um dos dois sentidos, atravessá-la ou parar no abrigo do ponto de ônibus à borda da praça – na qual acontecem ainda feiras de produtos orgânicos, bazares, a Feira Negra... além de blocos carnavalescos e outras convergências festivas, culturais, artísticas etc.

Nesse dia nove de abril, eu já sabia de qual evento se tratava, pois vi cartazes no facebook e em paredes da universidade convidando para o “Ato público contra a reforma da previdência”, no começo da noite daquela terça-feira – o chamariz para o evento era a presença de um “líder” do Movimento de Sem-teto que fora candidato a presidente nas últimas eleições. O evento era promovido pela denominada Frente Povo Sem Medo<sup>99</sup>. Encontrei o Chicão, após

---

<sup>97</sup> Título de uma narrativa do “contador de histórias” Chicão Olilveira, a qual terá um trecho transcrito neste tópico.

<sup>98</sup> 15 de março de 2018. <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/fortaleza-realiza-protesto-contra-a-morte-da-vereadora-marielle-franco-1.1908938> (acesso em 26.01.2023)

<sup>99</sup> Sobre esse evento, ocorrido 09/04/2019, ver como referência vídeo postado na perfil no facebook do Sindifort (<https://www.facebook.com/watch/?v=2041829602789505>), Sindicato dos Servidores Municipais de Fortaleza que faz parte da Frente Povo Sem Medo, composta por *entidades, movimentos, organizações políticas*. Coincidentemente, o Sindifort era o mesmo sindicato no qual Chicão atuou e foi diretor, vinculado à Empresa Municipal de Limpeza Urbana–EMLURB, antes de “romper com a política” e deixar a diretoria do sindicato, além de sair da Emlurb e ser lotado na Biblioteca Municipal Dolor Barreira, após se tornar “contador de histórias”.

ele sair da Biblioteca Municipal Dolor Barreira (na avenida Universidade, vizinha ao restaurante universitário), passando por dentro do campus do CH-1<sup>100</sup> para ir até a sede do “grupo” Crítica Radical, na rua homônima à praça João Gentil. Ele ia buscar sua bicicleta, a qual havia deixado lá mais cedo. Fui junto. Eram umas seis horas, começo de noite. Como a casa fica na rua ao lado da praça, pude observar a aglomeração que se iniciava, a decoração com faixas e bandeiras, uma a duas centenas de cadeiras brancas de plástico dispostas defronte ao palco, vendedores ambulantes de bebidas e comidas – “basta verem montando algo na praça que espalha igual rastro de pólvora, um comunica outro, aí eles vêm”, comenta Chicão sobre a presença dos ambulantes com suas barracas e isopores – havia também barracas de *organizações políticas* que fazem parte da Frente Povo Sem Medo. As cores lilás, vermelho e amarelo ou laranja preponderavam nas barracas com camisas e outros adereços à venda, ou nas pessoas que as vestiam, nas faixas penduradas e algumas bandeiras. Também comentamos sobre um banner ao fundo do palco com uma grande imagem do orador paulista que discursaria ali. Comentários críticos, fizemos. “É ruim estética e politicamente”, comento, “aquela foto com uma imagem tipo líder de massa, gritando ao microfone, com dedo em riste”.

“Um culto à personalidade velho, ultrapassado”, comenta Chicão, enquanto empurramos as bicicletas pela lateral da praça. “Isso aí é o espetáculo condensado! Tu leu a sociedade do espetáculo do Debord?”, ele me pergunta. “Existe o espetáculo difuso, que é a mercadoria, e o espetáculo condensado, que é a representação. É isso aí! Os partidos e sindicatos reproduzem a mesma lógica”.

Por falar em sindicato, havia uma faixa acima do “palanque”<sup>101</sup>: “Não ao esvaziamento dos sindicatos”, estampava a faixa em letras garrafais. Comentamos sobre isso também, a “fatalidade de tal esvaziamento diante da crise do trabalho e da representação, a própria crise existencial do sindicalismo brasileiro, fruto das práticas e lógicas que burocratizam, corrompem e estagnam o movimento sindical”. Acomodamo-nos em um bar próximo, numa margem da praça, de onde deu para ouvir partes dos discursos, as músicas etc. Naquela noite não nos aprofundamos muito no debate sobre sindicatos, mas é um assunto que frequentemente aparece em nossas conversas, seja em narrativas nas quais Chicão aparece agindo no movimento sindical (quando era trabalhador da Emlurb, militante sindical da categoria dos garis, dirigente do Sindifort), seja em análises sobre a “crise do trabalho” e, conseqüente, do “mundo do trabalho”, em vias de “extinção”, ou seu caráter de aprisionamento e alienação das pessoas,

<sup>100</sup> Centro de Humanidades da UFC.

<sup>101</sup> “Comício fora de época”, ironizou Chicão, comparando ironicamente aos “carnavais fora de época” ou pré-carnavais que às vezes acontecem ali, entre outros locais da cidade.

seja, ainda, criticando práticas e formas do sindicalismo contemporâneo: “burocratizado, engessado, partidarizado, aprisionado à lógica do capital e à lógica da política, da representação, do Estado”, dissemos em falas intercaladas e justapostas.

Sentamo-nos à uma mesa do bar, em frente à Casa do Estudante<sup>102</sup>. Poucos metros, e uma quadra com alambrado, nos separava das costas do palco. Uma apresentadora falava ao microfone enquanto o público ia chegando e se acomodando. Reparámos a repetição de “velhos slogans” partindo das pessoas ao microfone – “slogans despontecializados porque não fazem mais sentido, não têm mais o mesmo apelo que tinham em outras épocas, o conteúdo é ultrapassado”. A sensação de uma “estética velha”, que apesar de espasmos de novidade, resiste a mudanças e mantém as mesmas formas e fórmulas que já não ecoam na gente, que já não nos diz nada. Em um determinado momento toca uma música (“Apesar de você”) e Chicão comenta quase irritado: “Você veja, os caras como que chamam a ditadura. Pra que essa besteira dessas músicas melancólicas do Chico Buarque na época da ditadura militar?! Pra que isso?!” Falamos sobre os saraus, batalhas de mc’s, reggaes, rodas de dança etc. sendo reprimidos nas praças e ruas dos bairros de Fortaleza, “a moçada sendo reprimida e essa galera ainda no tempo da invasão da peça Roda Viva”, comenta Chicão<sup>103</sup>, e fala sobre um vídeo que viu recentemente na internet de um “menino” falando da repressão que sofreram quando faziam um “sarau” no bairro José Walter, com polícia militar e guarda municipal pondo fim ao encontro de forma ostensiva e violenta. Falo de cenas que presenciei, e tantas narrativas que ouvi a respeito de situações desse tipo. Ele fala da omissão dessas e outras “questões fundamentais da atualidade” em eventos como aquele, nenhuma referência, as falas passam ao longe da realidade cotidiana de quem luta, cria e resiste ou “enfrenta” (ele prefere “enfrentamento a “resistência) hoje em dia, e arremata: “Essa esquerda tá mofada”.

O público era formado por estudantes e pessoas de diferentes idades, a maioria servidores públicos – especulamos –, além de *militantes* ou simpatizantes das *organizações* que compõem a Frente Povo sem Medo. Tinha um forte teor de defesa da “educação” e dos “serviços públicos”. Bem como dos direitos dos trabalhadores que vinham sendo afetados por medidas como reforma trabalhista, reforma previdenciária etc. Esse era o tom das faixas e das *falas*, tanto as preliminares: uma mulher apresenta como do “movimento feminista” e outra

<sup>102</sup> Bonito prédio horizontal de arquitetura moderna onde funciona uma residência estudantil para alunos da UFC oriundos de cidades do interior do Ceará ou de outros estados.

<sup>103</sup> Não se trata aqui, na crítica de Chicão, de desprezar a “memória” da ditadura, muito pelo contrário, ele faz parte do grupo Crítica Radical que tem no seu *dna* a luta contra ditadura militar, pela anistia e pela memória – mas não uma memória nostálgica, passiva (incapaz de acompanhar o movimento de inovação simbólica das resistências ativas na contemporaneidade), mas uma memória agenciadora de lutas contemporâneas, como veremos no Capítulo 14

representando os “movimentos de juventudes”, além das intervenções de teor sindicalista da apresentadora do evento, discursos de poucos minutos; como, depois, a fala do orador principal, de uns trinta minutos mais ou menos. Este discurso consistiu em uma longa “análise de conjuntura”, logo percebemos o formato, estrutura discursiva das mais tradicionais na *esquerda* (partidos, “movimentos sociais” etc.). Ouvíamos partes e comentávamos sobre o tom professoral, como a ajudar as pessoas a organizar o entendimento sobre os temas: reformas, governo etc.; e as estratégias: “unidade da esquerda”, denúncia do “governo fascista”, das “medidas neoliberais”. “Lutas” para defender direitos cada vez mais distantes da realidade de tantas pessoas, questionávamos: quem vai se preocupar com a Previdência Social quando os seus estão morrendo jovens ou lutando para sobreviver, alimentar-se, ter onde morar, não adoecer, ser morto ou torturado? quem vai defender direitos trabalhistas dos quais nunca gozaram? como salvar o futuro das pessoas defendendo um modelo de produção industrial e consumo que está destruindo o planeta?

Até que nossa atenção se desviou de vez do evento na praça. Variamos o assunto. Passamos a conversar sobre a estória da “migração dos sapos”. Relembro aquela noite chuvosa de março de dois mil e dezoito, há pouco mais de um mês antes deste dia: eu, Chicão e Cassundé naquela mesma praça, sentados a beber entre conversas, poesias e risos. Chicão sacou um caderno e começou a ler a primeira versão, a criação em processo, do conto “A migração dos sapos”. Pergunto, agora, se ele está com o caderno onde anotara a estória. Ele responde que não, “mas grava aí cão”, ele diz:

Uma perereca subiu a pedra e falou, se dirigindo à grande reunião dos sapos que chegaram à conclusão que com o aquecimento global era impossível viver naquela lagoa, eles tinham que migrar para outra lagoa. E aí a discussão foi infernal, é verdade! Mas voltando para a perereca em cima da pedra, ela meio que gritou e disse: ‘tudo bem que os senhores doutores sapões cururus, alguns não acreditem no aquecimento global, mas o fato é que os girinos quase não nascem mais, quando nascem, nascem tudo torto’. Aí começou a discussão total (...). ‘mas não é disso que se trata, se trata que nós descobrimos a solução do problema, temos que arribar, não dá mais pra ficar!’ Menino foi tanta da discussão, porque talvez quem esteja nos escutando não entenda, mas uma lagoa que abrigava cerca de trinta mil sapos, cururus, jias, rãs, girinos, tiveram que tomar uma decisão radical, abandonar a lagoa onde moravam e que tem todos os seus ancestrais (...), a lagoa estava secando literalmente, e eles iam para uma lagoa à beira de uma serra, que essa lagoa era relativamente confortável do ponto de vista de anos e anos que eles pudessem ficar ali até que, sei lá, algum bicho pudesse encontrar, talvez, alguma solução pro aquecimento global. Mas tinha um detalhe, a travessia era longa para chegar na próxima lagoa. E mais grave ainda era a situação porque elas teriam de passar numa autoestrada (Chicão Oliveira, 09.04.2019)

Intervenho, lembrando daquela noite na qual ele contou a primeira versão da estória, e digo: “voltando à fala da perereca, ‘as razões porque teremos que abandonar a lagoa’, essa

parte é importante, ‘o aquecimento global (...), a ganância dos homens que provocaram o aquecimento global e a ilusão de vocês de que um dia vão ser beijados e virarão príncipes’, mangava a perereca dos sapos”. E Chicão retoma: “mas veja, o aquecimento global se dá por dois motivos de fato: um é pela ignorância, não é isso?” E eu: “o deslocamento dos sapos acontece por dois motivos, um é a ganância dos homens que provocou o aquecimento global (as últimas três palavras falamos junto) e a outra é a ilusão (de novo juntos) de vocês sapos”. E ele: “não! a ilusão de muitos sapos que se beijar a boca de uma princesa vai se tornar um príncipe. Bem, a história acontece a partir desse questionamento, mas tudo se multiplica, porque quem quer ir embora da lagoa? Quem garante que do outro lado vai ser melhor do que aqui? E as pessoas que não acreditam no aquecimento global? Pessoas que já têm toda sua vida desde girino estruturada? E a sapinha que acabou de encontrar o amor da sua vida, vai casar daqui a um mês? vai largar tudo para atravessar a estrada, a autoestrada onde passam os bois?” – “a rota dos mamíferos”, intervenho. Ele continua:

A rota dos mamíferos. Olhe, o maior pesadelo de um sapo é morrer debaixo do pé de um boi, se isso é uma palavra bombástica eu não sei, mas a verdade é que é. Olhe, a rota dos mamíferos para os girinos era terrível [*voz com tom de terror*]. Era o anúncio da morte, então muita gente não queria sair. Alguém gritou: ‘ora, nós temos amigos em comum, os jacarés estão na mesma situação, a lagoa deles ao lado está na lama, poderíamos atravessar com eles’. E aí foi toda uma discussão, como é que atravessa, alguém gritou de lá: ‘e os girinos? os nossos filhos? vão dentro da boca dos jacarés?!’. E alguém disse: ‘é claro só eles conseguem armazenar água durante tanto tempo nessa jornada! quem mais faria isso? têm que ir na boca do jacaré!’. ‘Eles são cruéis, eles têm espírito de assassino’. ‘Não com os sapos, mas com os humanos, com outros mamíferos’ Meu amigo [*ele fala em tom conclusivo*], a discussão é longa, mas a caminhada se deu! (Chicão Oliveira, 09/04/2019)

#### 4 O microfone está aberto

Expressão significativa da substância em fluxo das assembleias: a *fala*, a participação ativa, o desafio ao falante, ainda que falar ao microfone (quando há) não seja a única forma de participar ativamente nas “assembleias populares” que veremos ao longo do texto (em oposição ao público passivo). As conversas paralelas, os gritos, gestos, a estética ambientadora e seus símbolos, músicas, teatro, dança e outras formas de performances corporais compõem o repertório expressivo das assembleias populares. Além da escuta, que não é apenas o outro lado (receptor) da fala, como em uma palestra, mas um *continuum* com as falas, ou mais do que isso, uma conexão indissolúvel e mutuamente relativa, tal qual tempo-espaco: fala-escuta, não fala e depois escuta em uma sucessão, mas fala e escuta ocorrendo e se influenciando sincronicamente.

A escuta também é ativa: do deslocamento corporal à assistência atenta (e suas respectivas apreensões), o ouvinte é parte ativa da assembleia<sup>104</sup>. Mesmo aquele que não assume em nenhum momento o papel de *falante ritual* que se inscreve, vai ao microfone ou assume a palavra. Na maioria das assembleias pelas quais percorreremos neste texto, o microfone está presente, junto ao equipamento de som (normalmente simples, às vezes mais complexo) – o que denota a existência de um coletivo de agentes empenhados na produção da assembleia, também o desejo de amplificação das vozes e irradiação do conteúdo que elas carregam (a mensagem, a estética, o clamor...) por parte de quem se empenha na produção do evento, ainda que não muito além da roda da assembleia, muitas vezes só uma amplificação para os sentidos dos agentes que ali estão reunidos, a depender da situação e motivação da assembleia, de quem a promove. Nas assembleias populares realizadas na rua Titan, promovidas pelo “Conselho Popular do Serviluz” e, depois de criada nas próprias assembleias, pela “Comissão Titan”, as falas ecoavam na rua além da roda de participantes da assembleia, levando mensagens e informações relacionadas à resistência contra a remoção de moradias naquele território.

#### ***4.1 Assembleia Popular TITAN NÃO SAI***

Ao andar pela rua General Titan, que nasce ao pé do Farol Velho no final da avenida do Cais do Porto (que acaba naquela ponta de praia na “esquina de Fortaleza”), e outras ruas e becos na *comunidade* do Titanzinho, no Serviluz<sup>105</sup>, próximo ao porto do Mucuripe e sua zona industrial, a praia e o mar como “quintal”, sobretudo na área da “favela” (correspondente à ocupação mais recente, mas que já tem umas três décadas), vemos pintadas em várias paredes e outros anteparos (como pranchas de surf, pois estamos adentrando em um dos picos de surf mais importantes do Ceará), a spray e em *stencil* expressões “trazendo mensagens como: ‘Titan não sai’, ‘Titan não se vende’, ‘Titan é Zeis’” (Associação de Moradores do Titanzinho, postagem na figura 6).

E tais mensagens se difundem para além do bairro, fotografadas e compartilhadas em redes sociais, como forma de denúncia e chamamento à ação de resistência contra as ameaças de remoção da comunidade:

---

<sup>104</sup> Discorrerei mais sobre a escuta como ação nos capítulos sobre os “saraus da periferia”, a partir da minha própria experiência e reflexão realizada no fluxo da ação de me deslocar e participar como ouvinte (nunca só isso, pois há os gritos, vibrações etc.) daquelas assembleias populares poéticas.

<sup>105</sup> “Bairro popular” do litoral leste de Fortaleza, cujo território físico está distribuído em dois “bairros oficiais”, Vicente Pizón e Cais do Porto, onde fica a área do Titanzinho (praia e comunidade) delimitado pelo espigão que dá forma a esta praia “artificialmente constituída” devido às obras do porto, chamada Titanzinho. Ver mais sobre esse território e sua gente em Nogueira (2006, 2014) e Sá (2010).



Figura 6. Print de post no perfil da Associação de Moradores do Titanzinho em 16/04 2019

Cinco meses após a postagem acima, a luta contra a remoção de moradias no Serviluz seguia sua caminhada. Fui lá algumas vezes nesse período. Participei de assembleias, eventos artísticos, duas audiências públicas e, enfim, uma festa de confraternização no final daquele ano de 2019, que também foi uma comemoração pela vitória conquistada. Chegaremos lá, percorreremos esse trecho da *caminhada* mais lá à frente.

Mas antes, foquemos no dia 05 de julho 2019, na “Assembleia Popular da Comissão Titan”, realizada na rua General Titan – não dentro de uma casa como as frequentes reuniões da Comissão Titan, mas no leito da rua, estreita qual um riacho, mas apinhada de gente.

Participar de uma assembleia é ação que começa no ato físico de se deslocar. A assembleia é um encontro de “corpos aliançados” em agenciamentos coletivos de discursos (retóricos ou artísticos) e performances corporais, como diria Butler (2018) – mas, para que tal “corpos em aliança” aconteça, é essencial que eles se desloquem. Essa etapa, aparentemente prosaica do agir coletivo (deslocar-se), é na verdade uma das mais difíceis de ser vencidas e mais decisivas no processo, possibilitando-o – ação individual definidora do sucesso da ação coletiva. Mistura de agências e corpos que produz o acontecimento<sup>106</sup>.

Eu fui mobilizado pelas minhas relações com aquele agenciamento coletivo que organizava a assembleia, as pessoas que o fazem, o conteúdo da luta, a *caminhada*. Mas também motivado pela pesquisa – pesquisar é agir, e pesquisar *movimentos* exige se deslocar na cidade.

<sup>106</sup> Sobre o *acontecimento* como efeito da mistura de corpos (humanos e não-humanos, incluindo ideias incorporadas) a afetarem-se, agindo uns sobre os outros e gerando efeitos incorpóreos, como o *acontecimento*, singulares e aleatórios, ver Brèhier (2012).

Por isso, saí da biblioteca do Centro de Humanidades e fui para o ponto de ônibus na Avenida da Universidade, em frente às Casas de Cultura da UFC. Peguei um ônibus da linha Parangaba-Mucuripe. No percurso, já perto do Mucuripe, na avenida Abolição, em um muro logo após o Labomar<sup>107</sup> (cujo muro também é grafitado: “ciências ambientais”), vejo um grafitti com o nome DIMZA. Mais na frente, depois da Igreja de Nossa Senhora da Saúde, coração do antigo Mucuripe, cuja praça a esta época do ano está tomada pela feira da quermesse do mês da santa, vejo de novo grafitado: DIMZA, e em letra menores, na nuvem colorida e psicodélica de fundo, vejo escrito, um pouco acima do nome, a expressão: “Serviluz no ar”. Aproximo-me do meu destino. Os grafitis do Dimza são parte dos signos que despertam no meu espírito os sentimentos de chegada e familiaridade quando vou para aquela região da cidade. Uma cartografia bem minha conhecida. Mergulho em um território de vivas memórias – sinto pertença<sup>108</sup>. Na entrada da escondida “Praia dos Botes”, boca de uma viela entre grandes muros de um prédio e uma concessionária de carros, após o fim da avenida Beira-Mar, outra assinatura grafitada do Dimza, cujos marcos cartográficos do seu grafite voltarão a aparecer nesta tese.

Comento com o Pedro sobre os grafites, desgastados já pelo tempo. Ele diz que Dimza morou seis meses no Serviluz alguns anos atrás – já me havia falado sobre ele e seu papel na *gênese* do Servilost, que sempre teve no grafite uma das suas ações, e em um coletivo de grafiteiros, um dos seus *rizomas* criadores. O Serviluz foi o lugar onde ele passou mais tempo, gosta de dizer o Dimza, a quem encontrei em outra cidade, um mês e meio depois daquele dia<sup>109</sup>, tarde de julho de 2019, na qual descii do ônibus próximo ao Farol Velho do Mucuripe para ir à Assembleia Popular na rua Titan. Andei um pouco pelo início da avenida Zezé Diogo (a “principal” do bairro), dobrei em um beco, poucos metros, cheguei à rua General Titan, encontrei o Pedro, aliás os dois Pedros (o Fernandes e o Rocha), vindo da casa do André (onde costumavam acontecer as reuniões), carregando coisas como caixa de som e outros equipamentos para montar o aparato da assembleia na rua, em um espaço um pouco mais alargado da estreita via apinhada de casas e gentes.

Na rua, vão organizando o espaço: mesas de plástico com *laptop* e projetor sobrepostos, caixa de som em suporte alto, microfone – faltam as cadeiras e o telão. Organizar é agir. Assembleia é uma ação que, ao ato, precede a organização, o agir organizativo de quem participa do coletivo que a promove. O que eu quero mostrar aqui são essas atividades que

---

<sup>107</sup> Instituto das Ciências do Mar da UFC, localizado no Mucuripe, próximo à Beira-Mar.

<sup>108</sup> Sobre essa relação de afetação entre o olhar de quem “caminha” pelas ruas e a *poesis* urbana (LEFEBVRE, 2004) inscrita nos muros da cidade em forma de pixo, grafitti, estêncil etc., ver Silva, L. (2021)

<sup>109</sup> Ver tópico 14.2 A Ocupação Centro Cultural na Rua do Ouvidor.

partem dos esforços individuais e coletivos, além da assembleia como ação em si e de suas enunciações políticas, estéticas, os acontecimentos que podem nela, ou partir dessa mistura que a constitui, suceder e se desdobrar. A própria assembleia é um desdobramento dessas atividades organizativas, esse esforço: uma pessoa dedicar energia e tempo para fazê-la acontecer já é um acontecimento gerador.

Após nos encontrarmos e inventariarmos o que faltava e tinha de ser buscado, fomos andando até a Associação de Moradores do Titanzinho, na rua do Paredão, a algumas centenas de metros dali. Enquanto andamos pela rua Titan, no *microterritório* conhecido no bairro como “Favela”, ouço algumas pessoas ao longo do trajeto gritar: “ó o óleo” – uma viatura vinha avançando lentamente, alguns metros atrás de nós. Entramos na rua do Paredão, o mar sapecado de surfistas no nosso campo visual, andamos mais alguns metros até chegar à sede da Associação. Pegamos cadeiras, alimentos para a cesta básica do bingo que aconteceria ao final da reunião, e a tela de anteparo para a projeção de imagens. Pedro (o Fernandes), com ajuda de um morador, colocou as cadeiras em uma espécie de empilhadeira improvisada, com rodas e empurrada a mão por ele. Spote, que nos encontrou na Associação, levou os alimentos na sua bicicleta, e eu saí andando com a haste e o telão enrolado sobre o ombro. Como sempre, várias pessoas cumprimentam Pedro no caminho.

Quando chegamos de volta ao local onde ocorreria a reunião, Dudé e Valdir (moradores da rua General Titan) pegaram a tela, subiram em escadas para armá-la no muro de uma casa. Outros moradores organizaram as cadeiras, nas duas bordas da estreita rua, liberando seu centro para carros, sobretudo viaturas policiais, que passaram dez vezes, contadas, no período que antecedeu e durante a assembleia, além de uma composição do Raio<sup>110</sup> com três motos que passaram aceleradas, atropelando o rabo de um cachorro mais lerdo.

Dudé e Valdir são membros da Comissão Titan. Esta foi criada no decorrer do processo de realização das Assembleias Populares Titan Não Sai, promovidas pelo “Conselho Popular do Serviluz” (reunião de pessoas ligadas aos coletivos que Pedro citará mais abaixo), e de todo o processo de “luta contra a remoção” – reuniões, mobilizações, articulações, busca por informações e por poder interferir no desenrolar do conflito. Conflito este estabelecido pela própria existência-resistência que a Comissão Titan representa. “Resistência para mim é persistência, é persistir”, disse o Pedro certa vez. Convencer outros a persistir com você é resistir com eficiência, é “ir além da resistência” diria o Chicão, é “enfrentamento”. A Comissão Titan é efeito e fonte de uma resistência ativa, de uma resiliência coletiva que contra-ataca,

---

<sup>110</sup> Batalhão motorizado da polícia militar, conhecido pela agressividade performática e de abordagem.

“enfrenta”, constituindo instâncias novas. Ao mesmo tempo é fonte a alimentar coletivos mais estabelecidos, como a Associação de Moradores do Titanzinho – Amotitan. Dudé, Valdir, Kátia e outras pessoas que, após se engajar na “luta contra a remoção”, passaram a ser presença forte nas ações da *rede de coletivos*, entre quais a Amotitan e o Servilost são *nós* a firmar a *malha*.

Tela fixada, som instalado, cadeiras dispostas em um semicírculo intermitente, pessoas chegando, a Assembleia terá início. Mas antes de começarem as falas, enquanto mais moradores e convidados<sup>111</sup> vão chegando, são projetadas cenas do filme “Areia loteada”, do Coletivo Nigéria<sup>112</sup>. Pedro aparece falando no filme, depois aparece uma moradora chamada Socorro, dizendo que vive ali desde 1974, denunciando que a prefeitura, em 2010, “marcou” as casas e fez um “cadastro”, falando sobre o desejo dela de não sair da casa onde mora na rua Titan, e arremata: “porque não é só os ricos que pode morar na praia não! o pobre também tem o direito!”, Socorro afirma no filme. Mas me causou surpresa que, logo que a imagem dela apareceu projetada na tala, alguém entre nós na reunião gritou: “ó a traíra aí, traíra!”. Surpreendeu-me porque, à época do filme, ela participava das reuniões do “Movimento” e da “luta contra a remoção”, lá pelos idos de 2011 a 2014 (outro arranjo nessa longa linhagem). Conheci a Socorro e participei de várias reuniões com ela, audiências, atos e outras ações. Por isso mesmo estranho a reação do público. Pedro me percebe aturdido e explica que ela aceitou receber a indenização oferecida pela prefeitura, alegando que estava “cansada”, “demora muito”, “não dá em nada” Acontece.

Pedro fala ao microfone, agora na reunião lá na rua: “Daqui a pouco vamos começar nossa Assembleia Popular da Comissão Titan, está todo mundo convidado pra chegar, se informar, tirar suas dúvidas, falar o que pensa”. A presença de uma advogada (do Escritório Frei Tito) já vinha sendo anunciada desde a divulgação do evento.

Mas antes das falas na assembleia, o recurso audiovisual volta a ser utilizado. Agora é projetado na tela um vídeo com as imagens, filmadas e editadas por Priscilla Sousa (que é moradora do Titanzinho e integrante muito ativa do Coletivo Servilost), de uma audiência pública convocada pelo Ministério Público do Ceará, no auditório da sede da Procuradoria Geral de Justiça<sup>113</sup>, ocorrida em vinte e um de maio de 2019. No vídeo projetado, ouvimos gritos da Priscilla proferidos durante a audiência pública, enquanto ela estar na ação de filmar,

<sup>111</sup> Estudantes extensionistas e pesquisadores de universidades (arquitetura e direito), advogada e estagiária do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, mais alguém que eu não tenha registrado.

<sup>112</sup> Ver o filme no link: <https://www.youtube.com/watch?v=X2EGPbKAOkQ> (acesso em 26.01.2023)

<sup>113</sup> Filme da Priscilla “Titan não se vende”: <https://www.youtube.com/watch?v=UzunxEK7cJE> (a referida audiência aparece a partir de 9min12ss). Sobre a audiência pública, ver também: <https://www.youtube.com/watch?v=7yTdN1lhtbk&t=6s> (acesso 26.01.2023)

irrompem e atravessam a filmagem, no momento em que uma representante da Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Fortaleza fala sobre o projeto “Aldeia da Praia”. “Projeto da prefeitura que não coincide com o nosso”, afirma o Pedro quando fala novamente ao microfone na assembleia na rua, após a exibição do vídeo. Ele critica a ação de agentes da prefeitura na “comunidade”: “atitudes criminosas da prefeitura (...) porque vão contra a lei do Plano Diretor”.

Ainda nessa “fala de abertura”, Pedro informa sobre a participação em um evento em São Paulo, chamado “Planejamento Alternativo”, promovido pelo Instituto Polis: “... tem tudo escrito, saiu um livro, um e-book, tá na internet, se você for lá no site do Instituto Polis, você encontra lá ‘Planejamento Alternativo’, esse livro é composto por várias falas de luta do Brasil todo, o Brasil atual, e essa luta do Titanzinho, o Titanzinho tem uma fala lá, da gente aqui, muito legal, falando sobre essa luta, essa resistência<sup>114</sup>”. Veremos mais adiante que tanto o evento em São Paulo ao qual ele se refere, como a referida publicação promovem uma interessante conexão entre Serviluz e Vila Autódromo, Rio de Janeiro.

Na sequência ele fala sobre os vídeos que foram projetados no início da reunião:

(...) falar que esses filmes que a gente tá passando aqui são filmes que estão sendo produzidos através dessa luta, tem um [*filme*] aqui que não está concluído, a gente está trabalhando nele, eu faço parte do Coletivo Audiovisual do Titanzinho, lembrando que a Comissão Titan tem vários apoiadores, um é a Associação de Moradores do Titanzinho, que é composta por vários coletivos: Servilost, Coletivo Audiovisual do Titanzinho, pessoal do Instituto Trêsmares, o Lamur, o Núcleo de Base do Serviluz, são muitas parcerias. Essa luta é feita por muitas mãos. A gente se alegra muito porque a gente tem uma sinergia, tem uma sintonia muito legal, então está todo mundo de parabéns, e o **microfone está aberto** pra quem quiser falar, a comunidade, tá aqui gente. (Pedro Fernandes 05 de julho 2019, na Assembleia Popular da Comissão Titan).

Uma mulher grávida pega a palavra e diz: “fui numa reunião que o pessoal da prefeitura fez, só tinha quem queria aceitar [*o projeto da prefeitura*], mas fui me informar, perguntar...”. Nesse momento ela aponta para uma mulher sentada na calçada, ao meu lado, dizendo que ela era a favor de aceitar a proposta do governo municipal, que ela é das que quer sair, e cita uma resposta que ela recebeu do advogado da Habitafor, falando com ênfase, umas três vezes, que ela era a favor da proposta, em um tom acusatório.

Antes disso, Dudé (operário que trabalha na zona industrial do Porto do Mucuripe, mora no Serviluz desde que nasceu e é membro bastante ativo da Comissão Titan) fez uma fala

<sup>114</sup> A publicação referida por Pedro – “Planejamento Alternativo: propostas e reflexões coletivas” (Instituto Polis, 2019). Pode ser baixada no endereço eletrônico: <https://polis.org.br/publicacoes/planejamento-alternativo-propostas-e-reflexoes-coletivas/>. (acesso 26.01.2023)

conciliatória em relação às pessoas que desejam aceitar a proposta governamental: “a gente apoia também”, ele disse, pregando união. Mayara, advogada do Escritório Frei Tito de Alencar, foi na mesma linha, e disse que ambos (os que aceitam e os que rejeitam o projeto) lutam pela mesma coisa: “moradia digna”, que são “pobres, trabalhadores contra a prefeitura rica e poderosa”. Valéria, integrante Lehab e da Frente de Luta por Moradia Digna (assim como outras pessoas presentes na reunião), disse que a “resistência” de quem não quer sair não atrapalha quem quer ir para o conjunto habitacional Alto da Paz, construído pela prefeitura no Morro, após o despejo da ocupação de mesmo nome<sup>115</sup>. Ambas explicaram que são os procedimentos da própria prefeitura que têm atrasado a implementação do conjunto habitacional, e não a resistência dos moradores que rejeitam sair das suas casas.

É importante entender que nesse tipo de situação provocada pelos chamados *projetos de requalificação urbana*, as propostas de desapropriação, indenização, reassentamentos são percebidas de formas diversas pelas pessoas atingidas<sup>116</sup> – vimos há pouco, como uma mesma pessoa se mobilizou contra a proposta de desapropriação da sua casa em um tempo e, em outro momento, aceitou a proposta de indenização e aderiu ao projeto da prefeitura. Há ainda as pessoas que moram de aluguel e veem a possibilidade de adquirir uma casa em um conjunto habitacional. A Priscilla mora em uma casa alugada na rua General Titan, tendo “a praia como quintal”, não aceita a ideia de sair dali e está na linha de frente da luta contra a remoção, entre outras ações das quais participa na *comunidade* e na *cidade*. Ela é uma das poucas que levantou a mão quando foi questionado ao microfone quais das participantes da reunião moram em casas alugadas. Havia outras pessoas naquela condição, as quais não levantaram a mão, eu percebi, participavam mais passivamente ou discretamente da assembleia na rua – estão ali em busca de informações.

Nos chamados conflitos fundiários, a informação é algo valioso. Há um padrão de *governamentalidade* baseado na desinformação. Padrão que se repete, como podemos ver, entre outras pesquisas, na tese de Fernandes (2013), que percebe esse mesmo modo de agir no processo de remoção de ocupações no centro e zona do portuária do Rio de Janeiro (e que veremos ser denunciado pela Sandra, da Vila Autódromo, mais adiante). Ela soma nesse “padrão de intervenção”, além da desinformação, outros mecanismos que compõem esse feixe de uma *governamentalidade* baseada em uma espécie de “exceção ordinária” (2013, p.99), agenciada por

---

<sup>115</sup> Ver capítulo 1, tópico 1.2 desta tese.

<sup>116</sup> Recorrência em diferentes tempos e espaços: observada por mim várias vezes, em diferentes situações, ao longo de vinte anos de *caminhada* nesse *campo* dos conflitos urbanos em Fortaleza, mas também registrado em pesquisas realizadas em outras cidades, como em Fernandes (2013, p. 32), em relação a projeto de *requalificação* da zona portuária no Centro do Rio de Janeiro

agentes estatais e mercadológicos que intervêm em um território para remover populações, por eles, indesejada. “Criminalizar as práticas de moradia e as atividades dos trabalhadores precarizados da cidade” (2013, p. 107) é outro exemplo daqueles mecanismos, assim como o “entulho jurídico autoritário” (2103, p. 96), baseado em normas infralegais e práticas administrativas que remontam a décadas de gestão autoritária do socioespaço urbano, mobilizado para destituir a posse das populações que se busca desalojar<sup>117</sup>. Em um cenário desses, uma das forças do *movimento popular* e do poder de atração de uma assembleia como aquela, reside na capacidade de trazer e fazer circular informação – ainda que esta nunca seja neutra, ou por conta das convicções e motivações de quem as transmite, ou pelas desconfianças de quem ouve.

A mulher grávida que estava ao microfone faz uma fala nesse sentido: buscar esclarecimentos. Como vimos, ela fora a uma reunião promovida pelo pessoal da prefeitura, ouviu coisas e agora, desconfiada, traz o que ouviu para a reunião na rua, cuja posição de seus articuladores se expressa no próprio nome: “Assembleia Popular Titan não Sai” – um nome enunciador e performador (BOURDIEU, 1996), “palavra de ordem” (DELEUZE; GUATARRI, 1995). O que por sua vez gera desconfiança, ou mesmo descrença, em quem é mais ou menos simpático ao projeto da prefeitura. Vejam que em sua fala durante durante a assembleia, Pedro não usa aquela nomeação acima, mas “Assembleia Popular da Comissão Titan”, diferente do que foi postado no *instagram* e que é enunciado em diversas ocasiões. Pedro, como o Dudé e outros, sabia que em uma assembleia na rua, e naquela rua especificamente, o público é mais amplo, com posicionamentos divergentes, diferente de quando é na casa do André. A interação face a face exige muito mais performances discursivas mediadoras do que as postagens *on line*, por isso valia à pena adotar uma nomeação mais neutra ao enunciar presencialmente, ao microfone, na rua.

Ali na rua, há mais pessoas indecisas ou a favor do projeto da prefeitura. Mas a mulher grávida não. Ela desconfia, descrer mesmo no que ouviu na reunião com os funcionários do poder público municipal. Ela já tem uma opinião, aparentemente, mais convicta em não aceitar a proposta da prefeitura. Mas o bombardeio de (des)informações, de dúvidas, atrapalha o firmar de tal convicção, por isso ela está ali, por isso ela está ao microfone, com a palavra, primeiro em tom de denúncia em relação à reunião realizada pelos funcionários da prefeitura, e a alguns moradores também por terem postura conivente com aqueles, depois, em tom interrogativo. Diz que na reunião com os representantes da prefeitura, perguntou se precisava ter o “nome limpo”

---

<sup>117</sup> Diálogo com Foucault, referidamente “Segurança, População e Território” (FOUCAULT, 2008b).

para fazer o cadastro que a Habitafor (Secretaria Habitacional de Fortaleza) estava realizando. Segundo ela, o “advogado da Habitafor” disse que sim, pois era uma exigência da Caixa para aprovar o “dossiê” do beneficiário no programa habitacional financiado por aquele banco público, por meio do qual estava sendo construído o conjunto Alto da Paz, onde seriam reassentados os moradores “removidos” do Serviluz. Ela então disse ser “proprietária” da casa onde mora e, por isso, não faria sentido a questão do “nome limpo”, se estaria trocando a casa da qual é “proprietária” por um “apartamento da prefeitura no conjunto”.

Valéria Pinheiro (do Lehab e da Frente de Luta por Moradia Digna) pega a palavra e cita a Sandra, da Vila Autódromo, no Rio de Janeiro, que algumas semanas atrás esteve ali mesmo no Serviluz, em uma atividade para trocar experiências, conhecimentos, reflexões e estratégias em relação às lutas contra remoções Brasil afora. Pois bem, ela disse que Sandra, naquela ocasião, falou sobre essa modalidade de “golpe” no jogo de convencimentos e desinformações: “a prefeitura diz que não, mas a pessoa depois tem que pagar parcelas à Caixa, por isso tem que ter o ‘nome limpo’ para ter o tal ‘dossiê’ aprovado pelo banco” – isto também ocorrera no processo conflituoso de remoção da Vila Autódromo pela prefeitura do Rio de Janeiro.

O encontro do qual a Sandra da Vila Autódromo participou deu-se na casa de um morador, membro da Comissão Titan, ali naquela mesma rua onde acontecia a “Assembleia Popular”. Naquele evento, promovido pela Comissão Titan em articulação com a Frente de Luta por Moradia Digna, uma das contribuições que Sandra trouxe, na rica troca de experiências que o evento na manhã-tarde de sábado proporcionou, ela as táticas de desinformação e engodo dos agentes políticos, as “trapaças da prefeitura”, como Fernandes (2013) também destaca em várias passagens de sua tese e em um comentário que fez na minha banca de qualificação. Ambas falando das práticas da prefeitura do Rio de Janeiro em processos de “remoção” ou “desalojamento”, por lá, mas que podiam estar falando prefeitura de Fortaleza ou do governo estadual do Ceará, pois as estratégias (projetos de “requalificação” a serviço de mercados gentrificadores), as táticas (desrespeito de direitos ligados a posse, intimidação, “trapaças”) e as práticas (de *convencimento* impositivo) são recorrentes em ambas as cidades, e em outras Brasil afora<sup>118</sup>.

---

<sup>118</sup> Como pude ouvir no Encontro Nacional dos Atingidos por Megaeventos, ou como se apreende de registros feitos em outras pesquisas sobre o tema. Ver a “Carta do I Encontro dos Atingidos por Megaeventos – quem perde com os Megaeventos e Megaempreendimentos”, em <https://br.boell.org/pt-br/2014/06/03/carta-do-i-encontro-dos-atingidos> (acesso 26.01.2023).

Mas também podemos ver semelhanças e recorrências nas estratégias e práticas de quem resiste aos projetos mercadológicos-estatais. Há comunicação, em diferentes tempos-espacos, dos *coletivos* que lutam nessa seara dos conflitos socioespaciais urbanos. A participação da Sandra no evento no Serviluz é um exemplo de fio comunicante. Pessoas concretas tecem essas malhas por meio de suas *caminhadas*. Territórios também. Assim como ideias e práticas que transcendem locais e datas, são acionadas aqui e acolá, ontem-hoje-amanhã. Vi duas vezes, pessoalmente, aquela conexão entre Serviluz e Vila Autódromo materializada em pessoas, coletivos e ações que constituem as *comunidades políticas* desses territórios. Naquela noite mesmo da Assembleia Popular da Comissão Titan na rua, antes da Valéria, Pedro já tinha feito referência a uma articulação e uma publicação nas quais ele e Sandra se expressam, porta-vozes dos seus territórios, ou de um campo mais crítico neles<sup>119</sup>. Vemos muitas semelhanças nas configurações formadoras de ambos os territórios: pescadores – “ilha de pescador”, trabalhadores migrantes, pessoas reassentadas de áreas removidas. Também semelhantes são os conflitos socioespaciais, fundiários, as recorrentes ameaças e ações de “remoção” (termo compartilhado nos textos de ambos), bem como as práticas do “poder público”, seus agentes políticos. Mas, como disse no começo do parágrafo, também as ideias, estratégias e práticas de “resistência”, “luta”, “enfrentamento”. Sandra, quando esteve no Serviluz, falou sobre a “memória” como mecanismo de resistência, assim como o faz na publicação – tanto na reunião como no artigo publicado, ela propõe a criação de um “Museu das Remoções”, apresentando-o como uma das “...ferramentas que tornam possível a vitória, pois ajuda as pessoas a perceber que não estão negociando sua casa, mas sua história de vida, que essa é maior perda de quem é removido, perdeu sua história de vida” (Sandra Teixeira, Vila Autódromo -RJ, no Serviluz em 27 de julho de 2019). No Serviluz, também veremos agenciamentos diversos da memória como instrumento de luta e produção de vida presente em devir – “não podemos deixar que a nossa dor seja maior que nossas lembranças [*das lutas, realizações etc.*]”, falou o Pedro Fernandes, naquele evento no qual a Sandra animou o debate sobre a “memória como instrumento de luta” (tópico 5.2).

Mas antes, continuemos com o caso da Assembleia Popular Titan Não Sai. De onde veio a ideia e o *saber-fazer* político que a engendraram? Sem muitas pretensões, tomemos apenas sua linhagem imediata, já que, a rigor, a prática ali acionada pode remeter a tempos, digamos, imemoriais.

---

<sup>119</sup> Sandra (TEIXEIRA, 2019) e Pedro (FERNANDES, P. 2019), possuem textos publicados no livro Planejamento Alternativo (KLINTOWITZ; MOREIRA; NISIDA, 2019), do Instituto Polis.

#### 4.2 Conselho Popular e arranjos comunitários na luta do Serviluz

“Assembleia Popular ‘TITAN NÃO SAI’. (...) O **conselho popular** convida os/as moradores(as) a participar das assembleias nas quintas, Rua Titan 261, a partir das 18:30”.

A convocatória acima, compartilhada, como vimos, no perfil no *instagram* da Associação de Moradores do Titanzinho (figura 6), mas também em outros perfis e por outras mídias, inclusive o “boca a boca” no bairro, denuncia a ação da Prefeitura Municipal de Fortaleza em pressionar com intuito de “remover” moradores, tendo inclusive pintado as casas com a marca “pmf” e números, e estar fazendo “cadastros” e reuniões para explicar o processo, impondo seus termos, como denunciam. Moradores que participam das reuniões, assembleias, bingos e outras atividades mobilizadas por integrantes da Associação de Moradores do Titanzinho, do Coletivo Servilost, do Núcleo de Base do Serviluz e outros coletivos, reunidos em um denominado “conselho popular”, que realiza “assembleias populares”, sobretudo na rua General Titan (próximo ao Farol Velho), mas também na rua do Paredão (olhando para a praia do Titanzinho) e, mais esporadicamente na praça da Estiva e na pracinha São Francisco – veremos mais sobre essa itinerância de assembleias em diferentes microterritórios do Serviluz, adiante.

Uma coisa que me chama a atenção é a recorrência (com algumas variações) de motivações, práticas e formas daqueles arranjos coletivos reunidos – as assembleias populares, os coletivos e suas reuniões, os conselhos populares. Mas novas práticas, linguagens, estéticas também são agenciadas, como o uso de projeção de vídeos nas reuniões, conectando o bairro e a “esfera pública” onde seus “representantes” vão buscar informações, expressar-se, confrontar - como no caso de uma reunião ocorrida em meados de 2019, na Comissão de Direitos Humanos da Câmara Vereadores, filmada pela Priscilla e que à noite já estava sendo projetada em uma assembleia na casa de um morador na rua Titan, membro da Comissão Titan. Priscilla, assim como Pedro e outros integrantes do Servilost fazem parte de uma *geração*<sup>120</sup> no bairro que esteve, direta ou indiretamente, ameaçada por “projetos” com impactos como a remoção, ao longo das suas vidas.

A maioria dos meus interlocutores no Serviluz nasceram entre as décadas de oitenta, noventa e dois mil. Alguns são netos dos removidos da Praia Mansa, todos já passaram por

---

<sup>120</sup> Para um diálogo sobre as transformações dos contextos políticos, incidindo nas conflituosas realidades periféricas, e das agências mediadoras de quem age politicamente em arenas públicas à margem da esfera pública oficial – “câmbio geracional nas periferias e favelas” –, a partir de experiência político-antropológica em um bairro da zona leste de São Paulo, ver Feltran (2010)

ameaças de remoção. Alguns já participaram de *lutas* contra tais ameaças, e mantêm-se conectados até hoje, compondo coletivos como o Servilost e redes como o Conselho Popular do Serviluz, envolvidos em teias de afeto que conformam *comunidades existenciais*: vidas compartilhadas, entre o apoio mútuo (em diferentes dimensões) e a ação coletiva. Agora, em 2019, estão novamente a participar de uma *luta* nas suas *caminhadas*, outros arranjos coletivos, mas novamente ligada a ameaças de remoção ou outras formas de desrealização existencial no território. Fazem-no assumindo, na maioria das vezes, papéis e performances diferentes, e são elas mesmas pessoas tornadas diferentes, transformadas pelas experiências das suas *caminhadas*, em uma espécie de *sociogênese do ser resistente e criativo do urbano periférico*<sup>121</sup>.

O termo “conselho popular”, por exemplo, nomeou diferentes arranjos dos quais Pedro e outras pessoas participaram em suas trajetórias de lutas no Serviluz. Participa há quinze anos do Movimento dos Conselhos Populares, que reuniu muita gente no Serviluz entre 2005 até a luta contra a construção de um estaleiro na Praia do Titanzinho, entre meados de 2009 e de 2010. Pedro participava das reuniões do “Conselho Popular” ou do “Movimento Popular”, como muitos chamavam as reuniões do Mcp no Serviluz. Hoje não acontecem mais tais reuniões, mas ele continua participando desse *coletivo* na cidade e de outras configurações de *conselho popular* no Serviluz.

#### 4.2.1 “É o Serviluz contra o estaleiro!”

À época da luta contra o projeto de instalação de um estaleiro na praia do Titanzinho, um arranjo daquele tipo (conselho popular) foi constituído por *coletivos, ativistas e lideranças comunitárias*<sup>122</sup> que promoveram o enfrentamento ao projeto. Uma ampla aliança foi forjada no território e na cidade, indo mesmo além desta, como registra o historiador André Aguiar Nogueira, que participou ativamente daquele processo (à época era membro da Associação de Moradores do Titanzinho e da *ong* Serviluz Sem Fronteiras):

Dos meses de outubro de 2009 a abril de 2010, a abrangência da luta contra o projeto estaleiro se ampliou consideravelmente, num crescente processo de adesão. A resistência foi protagonizada pelos próprios moradores da comunidade, mas envolveu

<sup>121</sup> Ver diálogos com conceito de *sociogênese* em Fanon (2008), nas páginas 21 e 29 desta tese, texto e notas de rodapé (19 e 29).

<sup>122</sup> Uso esse termo, desgastado, mas persistente, para designar pessoas que participam à frente de organizações do bairro como associações comunitárias, esportivas e de outras naturezas, que atuam no Serviluz e são referidas ou auto-referenciadas pelo termo “liderança comunitária”.

diversos segmentos, instituições e pessoas, inclusive contando com a participação de diversos ativistas e personalidades de fora da cidade. (NOGUEIRA, 2015. p. 228)

O próprio Movimento dos Conselhos Populares, com atuação no Serviluz desde 2005, como vimos, reforçado em sua capacidade de mobilização pela ocupação Raízes da Praia, iniciada em julho de 2009, participou desta aliança, ajudando a articulá-la e intensificando suas mobilizações. Os coletivos de surfistas também foram centrais na resistência ao estaleiro. Associações de moradores, esportivas e culturais, todo um amplo espectro de coletivos e redes do *movimento pelo direito à cidade* (que atualiza o antigo campo de movimentos pela reforma urbana), que haviam composto o “campo popular” no processo do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (2006-2009): setores das universidades, comunicadores, associações profissionais de arquitetos, geógrafos, advogados, entre outros atores da sociedade civil e agentes políticos se somaram à luta contra o estaleiro.

Essa “luta” ou “movimento contra o estaleiro” é marcante na memória recente da comunidade do Serviluz. Sendo inclusive agenciada em movimentos de enfrentamento a outros “projetos”, notadamente ao “Aldeia da Praia”, com seu pacote de remoções, de um lado, e a resistência do movimento Titan Não Sai, do outro.

“Lembram da luta contra o Estaleiro no Titanzinho”? Esta interpelação é feita em letras brancas sobre o fundo preto na abertura de um vídeo que foi produzido por *videomakers* ligados ao Coletivo Audiovisual do Titanzinho<sup>123</sup>, com o objetivo declarado de mobilizar moradores e aliados do Serviluz – “Todos que querem lutar por um Serviluz melhor e que se importa com a vida das pessoas<sup>124</sup>” – para uma “audiência pública” convocada pelo Ministério Público Estadual, tendo sido esta instituição provocada pelo *movimento comunitário* do Tiatanzinho.

Tal audiência pública, realizada em vinte um de maio de 2019, e recortes filmados de imagens e falas nela produzidas, são muito utilizadas tanto em conteúdo produzido para o ciberespaço, como em filmes produzidos pela rede de apoio ao movimento “Titan Não Sai” (inclusive o filme homônimo) e reproduzidas em reuniões com moradores<sup>125</sup>. Estive presente naquela audiência. Cheguei atrasado. Consultando as anotações de campo daquele dia, vejo que quando adentrei ao auditório na sede da Procuradoria Geral de Justiça, a audiência já havia iniciado e, quando sentei, a primeira coisa que ouvi, ou anotei, foi: “o estaleiro, nós fomos pra

<sup>123</sup> vídeo postado no perfil @associacaotitanzinho em 20 de maio de 2019:  
<https://www.instagram.com/p/BxsachOIEUG/>

<sup>124</sup> Frase escrita em branco sobre fundo preto no minuto 4’30” do referido vídeo:  
<https://www.instagram.com/p/BxsachOIEUG/>.

<sup>125</sup> Como vimos na Assembleia da Comissão Titan, na rua Titan.

cima! corremos atrás, não foi feito”, dita pela minha vizinha de assento, em meio a uma balbúrdia de reações na plateia formada majoritariamente por moradores *atingidos*, provocadas por algo que foi dito ao microfone.

No vídeo-mobilizador, postado nas redes sociais chamando para a citada audiência, a memória daquele episódio de luta, que faz parte da história do Serviluz e de Fortaleza, é mobilizada em música e imagens. A música que toca durante os dois primeiros minutos do filme, entre imagens do bairro e da luta contra o estaleiro, chama-se “Décadas Passadas”, do grupo Farol Rap:

Velhos, homens, nós viemos relembrar,  
 Não só aqui, como em qualquer lugar.  
 Revolta, tristeza, posso imaginar,  
 que o povo falava que o nosso bairro ia mudar.  
 Hoje, passando perto da sociedade  
 foi quando escutei conversa de populares.  
 Uma grande movimentação  
 falando que na nossa praia iam construir um calçadão.  
 Com um pouco de pressa, não prestei muita atenção,  
 mas percebi que o papo era sobre indenização.  
 Várias pessoas começando a discutir,  
 falando que das suas casas não iam sair.  
 O tempo passou, nunca chegou indenização  
 é só pra cabeça do povo, que gera confusão  
 Não querem deixar as maravilhosas praias  
 porque o Serviluz é de décadas passadas  
 (“Décadas passadas”, Farol Rap)

Tal música é presença recorrente nas produções do Coletivo Audiovisual do Titanzinho e de outros aliados da luta Titan Não Sai. Em relação às imagens, as que aparecem logo na primeira sequência do vídeo são de outras duas “audiências públicas”, realizadas quase dez anos antes daquela: uma na Câmara Municipal de Fortaleza, em dois de março de 2010, e outra na Assembleia Legislativa do Ceará, dois dias depois. O tema: a construção do Estaleiro Promar Ceará na praia do Titanzinho e a forte oposição a tal projeto. Participei de ambas. Na primeira, vemos o auditório lotado, uma multidão gritando: “o Titanzinho é nosso!”. Mas também é possível perceber – a memória aqui ajuda a não passar despercebido, já que filmagem é rápida – algumas pessoas sentadas e uniformizadas com camisas brancas com palavras pintadas em verde: “Sim ao estaleiro”. Ouvi, no dia-local da audiência, a acusação de que teriam recebido dinheiro de políticos para estar ali. Não sei, não vi, mas a diferença de comportamento era perceptível.

Os moradores contrários ao estaleiro comportavam-se, ao longo da audiência, como manifestantes: gritavam palavras de ordem, vaiavam representantes do governo e vereadores

favoráveis ao projeto, conflitavam com as pessoas que vestiam as camisas favoráveis ao estaleiro. Estas, por sua vez, estavam mais na postura de espectadores e foram, aos poucos, retirando-se do auditório, conforme o ambiente foi esquentando mais e mais pelas atitudes combativas dos manifestantes contrários ao estaleiro. Estes moravam no Titanzinho, muitas das pessoas com a camisa favoráveis moravam em comunidades do entorno, alguns de comunidades no Morro, logo não seriam diretamente impactados no seu cotidiano socioespacial. Os moradores do Titanzinho, e de todo Serviluz, sofreriam enormes impactos urbanos, ambientais, culturais, econômicos. A pesca, o surfe, a paisagem e o usufruto da praia do Titanzinho estavam em jogo. Certamente, haveria remoções, fora todas atribuições de ter uma indústria pesada na sua vizinhança – em ambas situações, os moradores do Serviluz eram “gatos escaldados”, já que foram removidos da Praia Mansa e sofrem fortes impactos da zona industrial petroquímica com a qual convivem (NOGUEIRA, 2006).

Então, todo o *movimento social* atuante naquele território se envolveu na luta contra o estaleiro – uma situação rara, provavelmente única, de unidade de visão, posição e ação das variadas associações, projetos, coletivos em geral, nas duas décadas que convivo com a comunidade política do Serviluz<sup>126</sup>. Essa convergência pode ser observada nas assinaturas das “notas de repúdio” contra o estaleiro e nas declarações públicas de representantes de coletivos diversos do bairro, bem como nas reuniões, as quais pude acompanhar à época, que reuniam dezenas de participantes de diversos arranjos coletivos que atuavam no bairro. E que muitas vezes rivalizavam entre si – algo perceptível naquelas reuniões que juntavam algumas pessoas que, em condições “normais”, não estariam juntas no mesmo espaço ou defendendo a mesma posição. O movimento contra o estaleiro forjou esse bom nível de articulação comunitária que, depois, foi importante para o processo de implementação da Zeis<sup>127</sup>, sua primeira tentativa, antes dos *fiôs* irem se rompendo e uma certa dispersão ou rivalidade de atuações voltar a ser a tônica nas organizações da “sociedade civil do Serviluz”. Atribuo à essa convergência, uma parte significativa da vitória na luta contra a implementação do estaleiro no Serviluz. Ainda que tenha havido alguma divisão no território sobre a questão do estaleiro, aquelas pessoas que tinham experiência de ação, em diferentes escalas de arenas públicas, forjaram a percepção na cidade de uma posição da “comunidade do Serviluz” contra o estaleiro, o que foi fortalecido

---

<sup>126</sup> Essa multiplicidade e alteridade de associações e outras organizações comunitárias no território do Serviluz é constatada em trabalhos como do historiador André Nogueira (2006), pesquisador originário do Serviluz, engajado no movimento comunitário do bairro como membro da Associação de Moradores do Titanzinho, colaborador em projetos sociais, muito ativo na luta contra o estaleiro, entre outras. Também na pesquisa *engajada* de Sá (2010; 2010).

<sup>127</sup> Zona Especial de Interesse Social, prevista no Plano Diretor Participativo, sobre a qual (processo político de implementação) veremos mais no próximo tópico (4.2.2).

pelas demonstrações em manifestações coletivas, com participação plural, no período do conflito. Outro aspecto significativo foram as alianças forjadas com diversos setores da sociedade além do bairro. A configuração do atual *movimento* Titan Não Sai tem parte das suas raízes aí, nessa produção de alianças em diferentes escalas, na experiência de uma luta vitoriosa, na formação de arranjos coletivos e *malhas* de práticas, estratégias e ideias em ação no Titanzinho, no Serviluz, no Grande Mucuripe, na cidade.

Voltando às audiências públicas realizadas em março de 2010, ambas convocadas em meio a intensos debates que ocuparam fortemente as *esferas públicas* da cidade, estiveram presentes autoridades dos governos estadual e municipal, representantes do consórcio de empresas privadas responsável pela construção do estaleiro, parlamentares, representantes da comunidade do Serviluz e da *sociedade civil* fortalezense. Para ambas as audiências, houve um grande esforço de mobilização, assim como no caso da audiência pública em 2019, sendo que o próprio vídeo que citei há pouco, é uma peça de mobilização, divulgando inclusive local de onde sairia um ônibus no Titanzinho: “em frente a Barraca da Regina”. Para aquelas duas audiências, nove anos antes, também foram alugados ônibus que saíram do Titanzinho e da ocupação Raízes da Praia, com parada na Praça São Francisco, rumo às casas legislativas.

Outras mobilizações aconteceram, além das audiências públicas. Foi um dos períodos mais intensos que vivenciei na *caminhada*. Um conflito que afetou e mobilizou intensamente os envolvidos – lembro do professor de surfe e ativista comunitário Carlos Fera, em uma fala pública proferida em uma das audiências, dizer que há meses era como se estivesse “vivendo um pesadelo”. Além de convicções ideológicas, visão de mundo, razões práticas, havia muita emoção envolvida na série de acontecimentos e nas ações que enredaram a luta contra estaleiro. Se o mar e as práticas marítimas (como pesca, surfe, lazer), a praia e sua paisagem, o ecossistema no qual estão inseridos os moradores do Titanzinho são mobilizados nas lutas contra projetos de remoções no Serviluz, como veremos adiante, imagine a ameaça tangente de destruição e perda daquele pedaço de mar e praia do Titanzinho<sup>128</sup>. Tangente porque, uma vez anunciado pelo governo, muitos acreditavam ser irreversível, lembro bem de ouvir várias falas nesse sentido, bem como do esforço discursivo-estratégico, por parte de quem estava engajado na luta contra o estaleiro, para desconstruir tal sentimento ou percepção.

---

<sup>128</sup> O projeto previa uma área do mar aterrada para instalação da fábrica de 300 mil metros quadrados, podendo ser ampliada para 500 mil metros quadrados, conforme explicado pelos responsáveis do projeto nas audiências públicas: <https://oestadoce.com.br/politica/estaleiro-e-assunto-de-mais-uma-audiencia-polemica/> (acesso em 07.08.2022)

Então, foi uma luta travada com muita garra – expressa na cena do Zé Coco (surfista, professor de surfe e ativista comunitário), vestido com a fantasia do homem-aranha, em cima do ônibus que trazia o pessoal para o Serviluz, de volta de uma audiência pública, a gritar<sup>129</sup>: “É o Serviluz! contra o estaleiro! contra o estaleiro!”. Ainda mais convicta porque a *malha* de coletivos, pessoas e movimentos que compõem a *luta pelo direito a cidade* havia vivenciado o denso e conflituoso processo do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, finalmente aprovado no final de 2008, em um processo que durou mais cinco anos<sup>130</sup>. Muitos moradores dos territórios que viriam se tornar Zona Especial de Interesse Social, participaram de eventos diversos ligados àquele processo. Em julho de 2009, o Movimento dos Conselhos Populares organiza a ocupação Raízes da Praia, perto da *fronteira* entre Praia do Futuro e Serviluz, com muitos ocupantes vindos justamente desta comunidade. Na mesma época, surfistas, *surfe-ativistas*, e integrantes de coletivos comunitários diversos da *área* do Titanzinho, começavam a se preocupar e a reagir ao anúncio da instalação do Estaleiro Promar Ceará na “ponta do Mucuripe” – anúncio feito por representante do governo do Estado<sup>131</sup>, que promoveu o projeto articulado junto à Transpetro – subsidiária da Petrobras, responsável pelo transporte de combustível, chefiada à época por um político cearenses indicado pelo governo federal.

Mobilizações como um “cortejo” contra o estaleiro<sup>132</sup>, realizado em doze de setembro de 2009, que saiu da ocupação Raízes da Praia e foi atravessando o Serviluz pela sua “avenida Principal” (av. Zezé Diogo), após uma parada na Praça São Francisco, onde recebeu adesões e seguiu até rua do Paredão, no Titanzinho. O objetivo naquele dia era levantar a denúncia no bairro, despertar o debate, com viés de oposição, sobre o projeto do estaleiro. Nas calçadas,

---

<sup>129</sup> Filmada por Raimundo Cavalcante: surfista “das antigas”, professor de surfe, ativista comunitário e *videomaker*, precursor no bairro, sendo inclusive considerado um “mestre” por Priscilla Sousa e outras pessoas envolvidas com o audiovisual e o engajamento comunitário no Titanzinho. Ela inclusive usa essa sequência, do homem-aranha (Zé Coco) contra o estaleiro, no filme Titan Não Sai. No vídeo mobilizador da Associação de Moradores do Titanzinho que comentamos no início, a cena aparece no minuto 0’30” a 0’36” <https://www.instagram.com/p/BxsachOIEUG/> (acessado em 07.08.22). Para acessar a produção audiovisual do Raimundinho (como é conhecido na comunidade), ver seu canal no *youtube* “Raimundo Cavalcante”: <https://www.youtube.com/channel/UCN18yXjIW1dSy1Ckr-Xu-lw> (acessado em 07.08.22). Para ver cenas da “luta contra o estaleiro” filmada por Raimundinho, ver em seu perfil no *you tube* o filme: “Coisa Fina 2 o Filme”: <https://www.youtube.com/watch?v=d0UC96sAVNU>.

<sup>130</sup> Desde as mobilizações contra a aprovação do chamado Legfor (pacote de leis que incluía plano diretor e lei de uso e ocupação do solo) apresentado no final da última gestão do prefeito Juraci Magalhães (2001–2005), e retirado da pauta de votação da Câmara Municipal (também questionado na Justiça, por falta de participação popular determinada no Estatuto da Cidade, pelo Ministério Público Federal e Federação de Bairros e Favelas, esta assessorada pelo Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, ambas entidades integrantes da Rede Nuhab), quando da eleição da prefeita Luizianne Lins, no final de 2004.

<sup>131</sup> Ver LIMA (2018, p.122).

<sup>132</sup> Ver: <http://inventarioambientalfortaleza.blogspot.com/2009/09/moradores-do-serviluz-fazem-protesto.html> (acesso em 07.08.2022)

soleiras de casas, estabelecimentos comerciais e esquinas era possível ouvir falas de apoio aos manifestantes e contra o estaleiro, mas também a favor do estaleiro e contra os manifestantes, outras pessoas simplesmente querendo se informar, entender do que se tratava. Era um sábado de manhã, havia muitas pessoas nas ruas, casas e comércios do bairro. E a pequena manifestação com umas duas dezenas de pessoas fazendo brotar ali uma *arena pública* vibrante, periférica mas potente, com repercussão na cidade. A foto de jovens batendo tambor e carregando uma faixa com o dizer: “O Titanzinho é da Comunidade”, estampou a matéria *on line* de um jornal que noticiou a manifestação, e circulou bastante à época, sendo ainda hoje presente em vídeos que os coletivos produzem e fazem circular, bem como em trabalhos acadêmicos sobre a luta contra o estaleiro (NOGUEIRA, 2014; LIMA, 2018).



Figura 7 Foto da primeira manifestação de rua, realizada no Serviluz, contra o estaleiro no Titanzinho. (12.09.2009)

Entre setembro de 2009, quando ocorreu aquela primeira manifestação de rua, e março de 2010, quando ocorreram as duas audiências públicas com grande repercussão política na cidade, muita coisa aconteceu. Gosto sempre de ressaltar a dimensão do dispendio de energia e tempo em atividades, reuniões, encaminhamentos, conversas, articulações, produção de conteúdo, como um trabalho político que faz gerar as arenas, ações e acontecimentos que aparecem publicamente.

Semanalmente, ou mesmo várias vezes por semana, no auge da luta contra o estaleiro, reunia-se aquele “conselho popular”, composto por organizações associativas locais. Além de representantes desses coletivos, outras pessoas foram se agregando ao *movimento* contra o estaleiro. Aquelas reuniões eram um espaço de convergência e articulação, onde eram analisados os cenários, notícias, desdobramentos, onde eram discutidas estratégias e ações, e os coletivos e pessoas engajadas encarregavam-se das atividades necessárias para fazer as coisas acontecerem. Lembro que, certa vez, chegou para participar da reunião, na Barraca do Luiz, a surfista multicampeã Tita Tavares, ilustre moradora do Serviluz, que participou de várias ações, manifestando-se contra a vinda do estaleiro, com destaque às matérias e entrevistas televisivas

e em mídias impressa e *on line*. Ela e toda a comunidade do surfe local, e até nacional, cavaram vários espaços e fizeram circular discursos de oposição à construção do estaleiro, de defesa da praia do Titanzinho, da prática do surfe, sua cultura e agenciamentos de produção biopolítica de vida comum (PELBART, 2003; 2015).

A presença do *surfe-ativismo comunitário* na luta contra o estaleiro (NOGUEIRA, 2014) é evidenciada na lista de “organizações populares do Serviluz” que assinam as “cartas de repúdio” contra o estaleiro, seja através das “escolinhas de surfe”, como de duas associações comunitárias (Vila Mar e Moradores Titanzinho) e uma *ong* (Serviluz sem Fronteiras) que possuíam alguns surfistas entre seus integrantes.

São, pelo menos, duas cartas assinadas pela aliança de coletivos que formaram o aquele “conselho popular” articulado para lutar contra o projeto do estaleiro. A primeira, em janeiro de 2010, “Carta Aberta das Organizações Populares do Serviluz de Repúdio a Instalação de um Estaleiro no Bairro Serviluz”, foi assinada por: Escolinha Beneficente de Surf do Titanzinho, Escola de Surfe Aloha, Associação dos Moradores do Serviluz, Associação Comunitária Vila Mar, Associação dos Moradores da Comunidade do Titanzinho, Associação dos Moradores do Farol do Mucuripe - Asmofam, Associação Beneficente Povo de Deus Casa de Nazaré, Ong Serviluz Sem Fronteiras, Movimento dos Conselhos Populares – MCP Serviluz.

A segunda carta pública, no final de fevereiro de 2010, intitulada “Carta Aberta dos Moradores do Serviluz: Porque Somos Contra a Instalação do Estaleiro no Serviluz”, assinada pelos mesmos coletivos, acrescidos dos que seguem: Associação Atlética Combate, Titanzinho Surfe Clube.

Além das cartas de repúdio e das audiências públicas, protestos de rua fizeram parte do repertório do movimento contra o estaleiro no Tianzinho. Como a manifestação realizada em vinte e sete de março de 2010 (percebe-se que aquele período em torno do mês de março foi de intenso trabalho e ações coletivas na luta contra o estaleiro), que reuniu entre cento e cinquenta a trezentos manifestantes – a depender da fonte<sup>133</sup> – em frente à sede da Transpetro, anexo à empresa Lubnor, subsidiária da Petrobras, localizada no Mucuripe, nas proximidades do Serviluz. Recordo de, naquele dia, ter partido cedo da manhã com um grupo de dezenas de pessoas saindo em passeata da ocupação Raízes da Praia rumo ao Serviluz, ao som de batuques, palavras de ordem, carregando faixas e bandeiras. Algumas centenas de metros, chegamos na

---

<sup>133</sup> Ver matéria do jornal Diário do Nordeste (<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/paywall-7.100?wall=0&ald=1.39077>) reproduzida no link: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/ind-naval-e-offshore/aproposta-e-inadequadaa-conclui-iab-ce> (acesso em 07.08.22).

Praça São Francisco. Lá se concentravam pessoas vindas de outras partes do bairro e da cidade para participar do “ato contra o estaleiro”. O finado Michel Platini (“líder comunitário” que faleceu ainda jovem), representante da Associação do Rastro, falava alto ao microfone de um carro de som e saudou a chegada do pessoal do Mcp e da comunidade Raízes da Praia, enquanto discursava contra o estaleiro. Pessoas de diversos coletivos, ligados ao *movimento popular* da cidade, chegaram para participar. Também jornalistas, pois como tudo que dizia respeito àquele conflito em torno do projeto do estaleiro, gerava interesse e repercussão. Os manifestantes seguiram em passeata pelas ruas do bairro até chegar em frente à empresa da Petrobras, fechando o fluxo de caminhões-tanque até ser recebidos por representantes da estatal e entregar um documento repudiando a instalação do estaleiro no Titanzinho. Pouco mais de dois meses depois da manifestação, em julho de 2010, o projeto do estaleiro seria finalmente abandonado, diante da negativa da municipalidade em autorizar a realização do empreendimento que, além de necessitar de licenciamento da prefeitura, precisava de mudanças na legislação municipal, notadamente a lei complementar 062/2009, que institui Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza.

Relendo os documentos produzidos pelos coletivos contra o estaleiro e as matérias jornalísticas que ainda consigo encontrar no ciberespaço, percebo discursos que já vimos ou voltaremos a ver sendo agenciados em diferentes partes desta tese. Como o instrumento jurídico-urbanístico das Zonas Especiais de Interesse Social – Zeis sendo utilizado como “arma” pela resistência contra projetos de remoção, pela primeira vez após a então recente aprovação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, justificando a luta ferrenha do “Campo Popular” pela aprovação do Plano Diretor com a criação e demarcação das poligonais das Zeis. Isso porque, uma vez em vigor a lei complementar do Plano Diretor, definindo a área do Serviluz como Zeis, seria necessário alterar tal lei para construir o estaleiro, em um contexto político de forte mobilização contra tal projeto na cidade<sup>134</sup>. Vimos também aparecer pela primeira vez naqueles debates em torno do estaleiro, o projeto da prefeitura chamado “Aldeia da Praia”, que seria uma “alternativa” ao projeto do estaleiro, apresentado em um contexto de tensão política entre o então governador do Ceará (Cid Gomes-PSB, grande patrocinador político do projeto do estaleiro) e a prefeita de Fortaleza à época (Luizianne Lins-PT) que acabaria, depois de um ano de conflito, definindo pela não autorização do instalação do estaleiro no Titanzinho, uma vez que, além de um questionável licenciamento ambiental, haveria de

---

<sup>134</sup> <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2010/01/31/para-construir-estaleiro-sera-preciso-mudar-lei.htm> (acesso 07.08.2022)

promover junto à Câmara Municipal uma alteração da lei do Plano Diretor de Fortaleza, no que tange ao zoneamento especial da Zeis, em defesa da qual foram realizadas as maiores mobilizações populares durante a construção e aprovação do Plano Diretor Participativo. Mas depois, o projeto Aldeia da Praia tornou-se a nova ameaça a atingir os moradores do Serviluz, principalmente do Titanzinho, e a mobilizar as pessoas e seus arranjos e rearranjos coletivos na luta pelo território, contra *remoções*, pelo seu direito à cidade. Mais uma vez, a Zeis do Serviluz seria agenciada para enfrentar uma intervenção não negociada com os moradores e que ameaçava a população com uma grande quantidade de remoções.

#### *4.2.2 Implementação da Zeis no Serviluz, primeira tentativa, e o Conselho Popular como alternativa ao falhado Conselho Gestor*

Também foi chamado de “conselho popular”, a reunião de coletivos que lutaram pela implementação da Zona Especial de Interesse Social do Serviluz, instituindo seu “Conselho Gestor” e que, depois do fracasso nesta tentativa, mantiveram o Conselho Popular como instância alternativa àquela<sup>135</sup>. O Conselho Gestor das Zeis é uma instância de cogestão entre prefeitura e comunidade, com membros de ambas. Sendo que os representantes da prefeitura são indicados por secretarias do poder executivo municipal, e os da comunidade deviam ser eleitos em um processo organizado conjuntamente por representantes da prefeitura e de organizações do bairro, o que vinha ocorrendo, tocado por uma “comissão eleitoral”, também híbrida, da qual participei representando o Mep, enquanto Pedro integrava a chapa de candidatos a compor o Conselho Gestor. Outros atores da luta contra o estaleiro participaram desse novo arranjo, que na verdade é meio que uma linha de continuidade ou desdobramento em curto prazo dos arranjos e processos ligados ao movimento contra o estaleiro.

Como dito antes, o projeto Aldeia da Praia surgiu naquelas audiências públicas sobre o estaleiro, adjetivadas na imprensa com termos como “polêmica” ou “confusão”. O alvo das manifestações ferrenhas de oposição era o Estaleiro Promar Ceará no Titanzinho, mas o projeto Aldeia da Praia, apresentado pela prefeitura como alternativa, já começava a ser criticado, ao mesmo tempo em que a Zeis surgia como instituto jurídico que traria segurança fundiária para a população do Serviluz<sup>136</sup>. Quando integrantes do Movimento dos Conselhos Populares,

---

<sup>135</sup> Sobre os impasses e desafios para implementação das Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza à época, ver Pequeno (2012)

<sup>136</sup> Ver um pouco sobre essas polêmicas na primeira, e mais conflituosa audiência pública, realizada na Câmara Municipal: <http://blogs.diariodonordeste.com.br/egidio/estaleiro-ceara-confusao-na-audiencia-publica/> (acessado em 08.-8.2022). Correções em relação ao texto da matéria: Movimento dos Conselhos Populares

muitos dos quais vindos da ocupação Raízes da Praia e, alguns do Serviluz, ocuparam a Secretaria de Finanças do Município em quatro de maio de 2011, uma de suas reivindicações era:

Instalação imediata do Conselho Gestor da Zeis do Serviluz, e controle deste sobre o projeto Aldeia da Praia, cuja versão apresentada pela Prefeitura não satisfaz aos interesses da Comunidade, pois prioriza abertura de avenidas em uma comunidade que quer moradia digna, infraestrutura urbana e turismo de base comunitária<sup>137</sup>. (Nota do Movimento dos Conselhos Populares: Ocupação da Sefin. 04 de maio de 2011)

Como resultado da negociação gerada pela ocupação da Sefin, foi combinada uma data – treze de maio de 2011 – para envio para assinatura pela prefeita do decreto de regulamentação do Conselho Gestor da Zeis do Serviluz<sup>138</sup>. Em nove de julho de 2011, foi realizada, no Cras-Serviluz, a Assembleia da Comunidade para instaurar a Comissão Eleitoral da Zeis do Serviluz. Em 06 de agosto, a Comissão Eleitoral realizou, no Centro Comunitário Luiza Távora, o evento: “Formação para Mobilizadores ZEIS”. Entre 8 e 13 de agosto foram realizados seis encontros em diferentes pontos do Serviluz, denominados: “Reuniões de mobilização, divulgação e conscientização”, preparando o terreno para a eleição do Conselho Gestor da Zeis. Dia 27 de agosto deu-se a “Assembleia Geral ZEIS Serviluz”, como evento de culminância da mobilização e deliberações relativas à eleição do Conselho Gestor da Zeis. Foi definido que, entre 29 de agosto e 04 de setembro, dar-se-ia o “cadastramento dos eleitores”, que deveriam comprovar a condição de moradores do Serviluz, 05 e 06 de setembro e, finalmente, a eleição ocorreria em 18 de setembro. Foi aí que o processo desandou, como podemos aferir do documento transcrito abaixo:

#### **COMUNICADO COMISSÃO ELEITORAL ZEIS-SERVILUZ.**

A **Comissão Eleitoral da ZEIS do Serviluz**, eleita em Assembléia da Comunidade realizada no Cras-Serviluz no dia 09 de julho de 2011, resolve e comunica que:

1 – Os membros da Comissão Eleitoral declaram não ser possível realizar o processo eleitoral da Zeis do Serviluz pelos seguintes motivos:

1.1 – Não foi garantido o devido suporte estrutural e logístico para o processo de divulgação e realização do cadastramento e votação por parte da Prefeitura;

1.2 – As sucessivas reuniões que a prefeitura tem feito na comunidade para apresentar e convencer os moradores a aceitarem o projeto Aldeia da Praia tem baldeado o processo eleitoral, confundindo a população e criando repúdio entre esta. Além das reuniões, está em andamento a marcação das casas e cadastramento dos moradores pela Prefeitura, o que tem aumentado ainda mais as dúvidas e conflitos.

---

(MCP) e não “Movimento dos Conselhos Tutelares (MCT)”; o MCP nunca teve o cargo de “presidente”, sendo uma estrutura organizativa horizontal, coordenada por “comitês executivos”.

<sup>137</sup> Ver “Nota Movimento dos Conselhos Populares: ocupação Sefin”:

<http://raizesdaPraia.blogspot.com/search?updated-max=2011-07-18T14:34:00-07:00&max-results=3&start=9&by-date=false> (acesso em 08.08.2022)

<sup>138</sup> As datas e eventos descritos neste parágrafo constam de documentos do arquivo pessoal do autor – ver ANEXO A

- 2 – Entendemos que empurrar o projeto Aldeia da Praia goela abaixo da comunidade é um atentado contra a ZEIS e inviabiliza o trabalho do Conselho Gestor.
- 3 – Por tudo isso, decidimos dissolver a Comissão Eleitoral e apoiar a criação de um **Conselho Popular** eleito em Assembléia, com representantes de todas as áreas do Serviluz, a fim de representar e defender os direitos da Comunidade.
- 4 – Encaminharemos esta resolução para as autoridades competentes.
- Fortaleza, 12 de setembro de 2011

A motivação para o cancelamento foi um crescente desacordo com aquilo que a prefeitura já anunciava como seu “projeto” para o bairro, chamado Aldeia da Praia, que se inscreve naquele modelo de “requalificação urbana” com remoções, e que é o *embrião* do conflito urbano-fundiário que se prolonga até hoje, ainda que tenha tido desfechos em tempos recentes, como veremos mais na frente. Nas reuniões organizadas para mobilizar a população do bairro a participar da eleição do Conselho Gestor” eclodiram as críticas, pois a Prefeitura Municipal de Fortaleza estava pintando casas com numerações seguidas à marca: “pmf”. Indício de remoção! todos logo interpretam, já que não é a primeira vez, nem será a última, que moradores daquele território convivem com tal ameaça. No filme Farol de Luta <sup>139</sup>, vemos o Dudé narrando procedimento semelhante levado a cabo oito anos depois:

“No começo do ano, agora de 2019, veio um pessoal da prefeitura marcando, mas não chegou as pessoas cadastrando ainda, vinha só marcando e explicando que era a prefeitura que estava fazendo uma contagem de quantas pessoas tinha nessa área”. Percebemos que do início de 2019 até setembro, quando acontece a Assembleia da Comissão Titan que descrevemos anteriormente, muita coisa aconteceu: o cadastro já avançava para “dossiês” daqueles que seriam reassentados no Conjunto Alto Paz, propostas de indenizações para proprietários etc. Dudé, por sua vez, tornou-se um morador muito ativo na Comissão Titan, depois também na Associação de Moradores do Titanzinho, participando e ajudando nas atividades dessa rede de coletivos.

Esses “projetos de remoção”, essas práticas de *governmentalidade*, os seus desdobramentos, bem como a renovada *socicogênese* de um ser Titan, morador do Serviluz que resiste, luta, permanece e cria, tudo isso vem de décadas passadas<sup>140</sup>, como diz a música do Farol Rap. A postagem mais antiga que encontrei da música “Décadas passadas”, do grupo de rap Farol Rap, data de treze anos atrás<sup>141</sup>, ou seja, 2009. Mas a primeira vez que a ouvi, quando

<sup>139</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=A8ipb10A-bs> (acesso em 13/07/2022)

<sup>140</sup> “Neste sentido, os jovens das favelas à beira são os herdeiros de movimentos sociais da década de 1980, mobilizados por seus pais, avós e bisavós, e protagonistas de novos movimentos juvenis, mais ou menos organizados, que também investem, mesmo em situação de subalternidade, contra os limites, as divisas e as fronteiras de uma faixa litorânea disputadíssima de quase quarenta e quatro quilômetros de mangues, praias, lagoas, dunas e rios” (SÁ; BARREIRA, 2011).

<sup>141</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Kk7CgXHNMWg> (acesso em 15/07/2022)

conheci o pessoal do Farol Rap, foi pelo idos de 2006. Me impressionou como aquele rap narrava estórias que compõem a história do bairro, um universo mnemônico que depois eu iria reencontrar no trabalho do historiador André Nogueira (2006), originário do Serviluz, assim como os compositores do Farol Rap – os marcos, os eventos, os acontecimentos, as personagens, as referências, os afetos. Mas também percebi como tal narrativa se fazia presente no que eu via ser vivido naquele território.

Foi ali que começou a tal democracia  
que reunia o povo da periferia.  
Tinha senhores, jovens, idosos e crianças  
com o sangue no olho e o peito cheio de esperança.  
Foram expulsos do suposto paraíso  
pois quem veio de lá disseram que era muito lindo  
Numa ilha deserta, cheia de magia  
Morar em uma ilha, diz aí quem não queria?  
(Décadas Passadas, Farol Rap)

A remoção da Praia Mansa (NOGUEIRA, 2006; SÁ, 2010), a “ilha cheia de magia”, foi o início de uma longa caminhada coletiva (com seus conflitos e criações), da qual as pessoas e coletivos, sobre quem esta tese trata, são continuadoras, desde que “começou a tal democracia”.

A mobilização para informar e “instigar” a participação dos moradores no processo de criação da Zeis-Serviluz – um dos *nós* desta *malha* de conflitos-criação – deu-se através de reuniões mobilizadas em diferentes pontos do bairro, uma itinerância que visava cobrir todos os *microterritórios* do Serviluz, sua *cartografia comunitária*. Essas “Assembleias de Mobilização” para a criação da Zeis e instituição do seu Conselho Gestor, às vezes, aconteciam na rua (como a vindoura Assembleia Titan Não Sai, 2019), às vezes em locais fechados, como a Barraca do Luiz (esquina da rua Odalisca com a Pontamar), onde o Mcp promovia suas reuniões desde 2005. A frequência variava entre uma dezena a uma centena de participantes. Quantidade e intensidade de participação que foram ampliando conforme casas foram sendo “marcadas” pela prefeitura e (des)informações circulavam sobre o tal “projeto da prefeitura”. A “rádio-fofoca” estava a todo vapor, e ajudou a emanar a divulgação e intensificar o interesse nas “Assembleias da Zeis”.

Tais assembleias, bem como todas as reuniões elencadas alguns parágrafos acima, eram mobilizadas pelos coletivos que atuavam no território, mas eram acompanhadas e “validadas” por representantes da prefeitura, e acabaram constituindo-se em *arenas públicas* para expressar insatisfação e discutir aquela intervenção da prefeitura e a ameaça de remoção. Os representantes dos coletivos envolvidos com a criação da Zeis assumiram o discurso contrário àquela ação do poder público municipal, afirmando nas assembleias que qualquer intervenção

urbanística no bairro teria de ser aprovado pelo Conselho Gestor da Zeis – agenciando isto como motivação para as moradoras participarem da eleição do mesmo – e isso teria de se dar nos marcos de um “projeto de regularização fundiária e urbanística” formulado com participação popular.

A Zeis passou, mais uma vez, a ser agenciada como dispositivo jurídico-político de resistência para barrar ou alterar projetos estatais-mercadológicos, assim como foi na luta contra o estaleiro. Os agentes da prefeitura perceberam isso, a contradição estava posta. Sendo que os agentes da prefeitura que atuavam no bairro eram ligados a diferentes secretarias, que reproduziram nessa situação uma divisão que perpassou todo o processo de construção do chamado Plano Diretor Participativo de Fortaleza<sup>142</sup>. Dois polos que opunham agentes das secretarias que conduziam o ambíguo processo: tocando a instituição da Zeis, a Secretaria de Planejamento – Sepla, Coordenadoria de Participação Popular e a Secretaria Habitacional de Fortaleza - Habitafor e, à frente do projeto Aldeia da Praia, a Secretaria de Infraestrutura - Seinf, a Secretaria de Meio Ambiente – Semam e a Secretaria Executiva Regional 2. O primeiro polo era composto por secretários, assessores, servidores e consultores de trajetórias mais ou menos ligadas ao que se chamava de “campo da reforma urbana”, com diálogo mais aberto ao que foi denominado, à época do processo de elaboração e aprovação do Plano Diretor Participativo, de “Campo Popular”. No outro polo, secretários e assessores com relações com setores do empresariado ligado ao mercado imobiliário e servidores públicos que, como me disse algumas vezes à época o secretário de planejamento José Meneleu<sup>143</sup>, “possuem a memória” da gestão urbanística da prefeitura, *técnicos* responsáveis por inúmeros projetos e intervenções na cidade ao longo de anos e até décadas. “Projetos” que muito mais atendem demandas mercadológicas do que respondem a um planejamento urbanístico da cidade (PEQUENO *et al.*, 2018). Na gestão desta contradição atuava o núcleo político da administração municipal, o “gabinete da prefeita” Luizianne Lins.

Foi mais ou menos essa configuração – nítida no processo do Plano Diretor (no decorrer de 2005-06 ao final de 2008), quando o “Campo Empresarial” era contrário à demarcação das Zeis na lei do Plano Diretor, e era acompanhado pelo segundo campo de agentes políticos da gestão municipal supracitados, argumentando que tal demarcação “engessaria” os territórios

---

<sup>142</sup> Baseio a descrição e análise que seguem na minha própria participação no processo de construção do Plano Diretor Participativo, quando participei de diferentes arenas como o Núcleo Gestor do PDP-For, o Congresso do PDP-For, audiências públicas na Câmara Municipal etc. Para aprofundamento sobre o processo sociopolítico de revisão do Plano Diretor Participativo de Fortaleza, entre 2003 e 2008, inclusive com a citada formação do “Campo Popular” e suas intervenções nas arenas públicas que constituíram o processo e culminaram no produto final da lei, ver Machado (2010).

<sup>143</sup> A Secretaria de Planejamento foi a encarregada de coordenar o processo de elaboração do PDP-For.

que entrassem na poligonais das Zonas Especiais de Interesse Social – a qual entrou em cena no conflito entre o projeto Aldeia da Praia e a implementação da Zeis no Serviluz. E o referido núcleo político da gestão decidiu pelo projeto Aldeia da Praia, abandonando a instituição da Zona Especial de Interesse Social do Serviluz naquela gestão, que se encerraria ao fim de 2012. Tal decisão foi anunciada em uma reunião para qual foi chamada parte da comunidade, na escola Álvaro Costa, onde estiveram presentes os secretários municipais de todas as secretarias envolvidas e representantes do gabinete da prefeita. O projeto Aldeia da Praia foi questionado, principalmente no que diz respeito à remoção para o conjunto em cima do Morro. O representante do gabinete da prefeita defendeu, alegando que não havia terrenos no próprio Serviluz, no que foi corrigido por moradores que pediram a palavra.

Frustradas na criação do conselho gestor da Zeis do Serviluz, e seu respectivo “plano de regularização fundiária e urbanística”, as organizações comunitárias mobilizadas no processo resolveram criar um “conselho popular”, alternativo ao “conselho gestor” cancelado pela prefeitura. Como *plano-programa* alternativo adotado pelo Conselho Popular do Serviluz, as propostas definidas no “Seminário Popular: O Serviluz que Queremos”, realizado em vinte e sete de fevereiro de 2010, no auge das mobilizações contra o estaleiro (ver Anexo C).

Organizado pelos coletivos do Serviluz que vinham fortalecendo uma aliança em meio à luta contra o estaleiro e ao crescente movimento pela implementação da Zeis do Serviluz: “o 1º Seminário Popular: O Serviluz Que Queremos nasce da necessidade de a própria comunidade dizer quais as demandas do Bairro em diversas áreas” – lemos em uma carta de convocação para o evento. Estive presente naquele seminário-assembleia que foi dividido em “câmaras temáticas”, onde as pessoas apontavam problemas e possíveis soluções em cada tema. O seminário também serviu para divulgar a campanha pela implementação da Zeis, no contexto de enfrentamento ao projeto do estaleiro. Além de representantes de diferentes coletivos ligados a movimentos sociais na cidade, agentes do poder público municipal também estiveram presentes no evento, que foi realizado no auditório do Cras-Serviluz. Os participantes se dividiram em rodas no largo pátio-auditório daquele equipamento municipal ligado ao serviço de assistência social, onde discutiam sete temas: saúde; emprego, trabalho e renda; cultura esporte e lazer, educação, moradia e infraestrutura (Anexo C). Sendo que nesta última “câmara temática”, foram listados “terrenos vazios a serem utilizados para realização das demandas”, um total de oito áreas apontadas, terrenos vazios em Zona Especial de Interesse Social.

Memo assim, a prefeitura seguiu adiante com o projeto de remover moradores da comunidade e levar para um conjunto habitacional, a um quilômetro e meio de distância, em uma Zona de Interesse Ambiental – os moradores deveriam sair do entorno do Farol Velho do

Mucuripe, entre o porto e a praia do Titanzinho, para serem reassentados nos arredores do Farol Novo, no topo do campo de dunas fixas, o Morro do Mucuripe. Mais conflitos pela frente, novas lutas, arranjos e rearranjos coletivos postos em movimento. Luta que teve desenlaces, comemorados como vitória pelo *movimento* Titan Não Sai, nos fins de 2019 – longa *caminhada...* que segue.

## 5 “Essa luta é feita por muitas mãos”

(...) lembrando que a Comissão Titan tem vários apoiadores, um é a Associação de Moradores do Titanzinho, que é composta por vários coletivos: Servilost, Coletivo Audiovisual do Titanzinho, pessoal do Instituto Trêsmars, o Lamur, o Núcleo de Base do Serviluz, são muitas parcerias. (Pedro, na Assembleia da Comissão Titan em 05 de julho de 2019)

Em relação à Comissão Titan e suas mobilizações, o Coletivo Servilost é uma espécie de *núcleo denso*, fundamental no impulsionar ou animar ou, como Pedro me disse em uma conversa que tivemos sobre isso, a “instigar” as pessoas e as ações da Comissão Titan. Priscilla, Pedro, Bruno Spoteink, Georgiane, Rubênia, entre outros moradores que compõem o Servilost e aliados *de fora*, são veias vitais a bombear as pulsações da Comissão Titan, assim como da Associação de Moradores do Titanzinho – e são muitas as ações e produções geradas nesse pulsar. Na mesma conversa, constatando aquele papel exercido pelo Servilost, Pedro me diz “É porque a gente faz cinema, várias ações, circulando pelo bairro, sempre discutindo essa coisa do direito a cidade, da nossa história, o território da gente”.

### 5.1 - *Mostra Audiovisual do Titanzinho*

Entre os coletivos que compõem essa malha resistente e criativa do agir coletivo no Serviluz (e além, pois transcende fronteiras territoriais), o Coletivo Audiovisual do Titanzinho é bastante significativo, pois carrega em si elementos representativos das características que compõem essa rede de ação coletiva da qual estamos falando. É uma articulação entre moradores ligados aos coletivos do bairro e que já atuam, por exemplo, no Servilost e na Amotitan, com pesquisadores universitários (notadamente do Ica-Ufc<sup>144</sup>), com cineastas ligados

---

<sup>144</sup> Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará, como forte presença de pesquisadores ligados ao Laboratório de Artes e Micropolíticas Urbanas – LAMUR (<https://www.lamur-ufc.com>), tendo à frente das intervenções no Serviluz a professora Deisimer Gorczewski, muito ativa em projetos de pesquisa e ação como o Cine Ser Ver Luz (GORCEZEWSKI *et al.*, 2019) e no Coletivo Audiovisual Titanzinho, sendo uma importante colaboradora da Associação de Moradores do Titanzinho – Amotitan.

à cena de *cine-ativismo* da cidade, moradores que estudam ou praticam audiovisual. Suas atividades consistem em produção de conteúdo audiovisual e cineclubismo itinerante, engajados à ação comunitária, ou seja, à reflexão e mobilização em relação às questões que afetam a vida das populações do Serviluz e suas interações com a cidade. Além disso, há uma frequência de atividades que culminam em ações-aparições públicas, dentre as quais a Mostra Audiovisual do Titanzinho é a que mais condensa os esforços coletivos, uma espécie de culminância de reuniões, trabalhos, articulações, ações-exibições no bairro ao longo do ano. Esses esforços são dirigidos para produção e curadoria do conteúdo a ser exibido, articulação com organizações locais, com universidade, produção e difusão conteúdo de divulgação em mídias diversas, organização e produção de eventos. Estive presente em alguns desses eventos. Como na VIII Mostra Audiovisual Titanzinho, que teve como tema: “Construção de um Plano Popular Coletivo com a Comunidade”.



Figura 8 Cartaz digital divulgado no perfil instagram @mostratitanzinho, postado 12.12.2019 (acesso em 27.01.2023)

Junto ao cartaz acima, foi postado o texto:

Sexta, dia 13: tem mais um dia da VIII Mostra AudioVisual do Titanzinho, esse ano a mostra tem como tema: Construção de um Plano Popular Coletivo com a Comunidade. Agora iremos compartilhar com o pessoal da Praça São Francisco através dos filmes afetos com o bairro, alegria de viver, brincar e juntas construirmos um Serviluz bom de morar, pertinho do mar. Sinta com a gente também essa a alegria feliz presença, presente do tempo!” (@mostratitanzinho, 12/12/2019).

É desse tipo de ação itinerante e substância discursiva que Pedro me falava em uma conversa, dois anos e meio depois daquele evento, ao dizer: “É porque a gente faz cinema, várias ações, circulando pelo bairro, sempre discutindo essa coisa do direito a cidade, da nossa história, o território da gente”.

Essa oitava edição da Mostra de Audiovisual do Titanzinho foi construída durante o auge da luta encarnada pela Assembleia Popular Titan Não Sai, ao longo do ano de 2019. A ideia de um “Plano Popular Coletivo com a Comunidade” enfrenta o projeto da prefeitura – Aldeia da Praia – concebido sem participação da “Comunidade” e imposto com fortes impactos, principalmente a remoção de casas. Mas reage também em relação aos limites e impasses que estavam vivendo em relação à construção do Plano Integrado de Regularização Fundiária – Pirf, no âmbito do Conselho Gestor da Zeis do Serviluz – que além de “empacado”, ou seja, com dificuldade de avançar, ainda tinha o problema de não abranger todo o território do “bairro”, excluindo, por exemplo a rua General Titan<sup>145</sup>.

Outra característica significativa da *prática-movimento*, que pode ser percebida na postagem acima, é a itinerância espaço-temporal. A Mostra Audiovisual do Titanzinho não é apenas um evento, mas um *movimento* que se desloca no bairro em diferentes dias, gerando séries de acontecimentos. Também a articulação com outros coletivos é uma ação prática significativa:

Nossa programação para o dia 13 é pura potência e movimento! Nessa sexta – feira além dos filmes feitos com o Serviluz e da apresentação do Pastoril com crianças e jovens do Núcleo de Base do Serviluz, também vamos contar com os Coletivos Convidados: Pode Crer, Acervo Mucuripe, Cine no Brejo e os poetas do Sarau da B1. (@mostratitanzinho, 12/12/2019)

A VIII Mostra Audiovisual do Titanzinho – em sua ação de aparição, pois é sempre bom lembrar que há todo um processo de atividades, reuniões, criações, articulações que culminam na Mostra – ocorreu em três dias de dezembro 2019, em três locais diferentes do Serviluz: av. Leite Barbosa/ rua Titan (Titanzinho), Praça da Estiva e Praça São Francisco (dias seis, sete e treze de dezembro de 2019). Mais uma vez, a importância do movimento itinerante na

---

<sup>145</sup> “O Serviluz é um bairro popular, não possui existência oficial reconhecida. Não pode ser divisado nos mapas da divisão política e administrativa do município. É um bairro nascido de uma ocupação irregular, cujas famílias estão lutando há décadas pela regularização fundiária das moradias. Sem receber a chancela da prefeitura, o conhecimento e o reconhecimento simbólico dos limites do Serviluz é motivo de controvérsias, divergências, opiniões diversas, que envolvem tanto os atores sociais em lutas simbólicas no plano local e interno, entre os moradores, quanto agentes públicos e privados que transacionam e se relacionam com o lugar com seus repertórios e recursos discursivos próprios” (SÁ, 2011, P.17). Foi nessa indefinição conveniente que o poder público municipal operou a fragmentação da Zeis do Serviluz, sendo esta com uma delimitação, e a Zeis Cais do Porto/Titanzinho com outra, ou seja, duas Zeis diferentes, sendo que uma foi regulamentada e a outra não, justamente a parte do “bairro” mais afetada pelo projeto Aldeia da Praia. Em seu texto publicado no livro Planejamento Alternativo, Pedro explica e denuncia: “A ZEIS do Serviluz que fica ao lado da ZEIS do Cais do Porto, a mais ameaçada de remoção, é uma das que não está regulamentada. Na visão de quem vivencia o local em seu cotidiano como morador, ambas as ZEIS ficam dentro de uma mesma comunidade de nome Serviluz, formada por vários outros pequenos territórios como: Titanzinho, Farol, Estiva, Pracinha, entre outros” (FERNANDES, P., 2019, p. 100).

cartografia comunitária do bairro, constituindo arenas públicas em seus microterritórios<sup>146</sup>. Estive na primeira, no Titanzinho, na mesma esquina onde também ocorre, às vezes, as Assembleias Populares promovidas pela Comissão Titan. As produções exibidas mostram imagens, discursos, recortes dessas assembleias realizadas ali e em outros pontos do bairro. O próprio evento da Mostra é uma *assembleia*, na forma e na substância – talvez a maior diferença seja as intensidades ou modulações entre discursos retórico e cinematográfico, mas tanto na Assembleia da Comissão Titan, ou do Conselho Popular (em outras partes do bairro, como Estiva e Praça São Francisco), como na Mostra Audiovisual, ambos estão presentes, interagindo e se fortalecendo mutuamente. No mais, o ritual, o público, os temas e afetos são muito semelhantes, assim como são as mesmas pessoas e coletivos que as fazem acontecer – “a galera que faz gerar”, produzem o acontecimento que irrompe nas ruas do bairro: “é o gera”.

Estive na Praça São Francisco no dia treze de dezembro de 2019. Quando cheguei, no começo da noite, pessoal estava organizando o espaço: telão, equipamento de som, cadeiras. Na quadra crianças e jovens se preparando (chegando, vestindo, ensaiando) para a apresentação do Pastoril<sup>147</sup>, ação cultural-comunitária promovida pelo Núcleo de Base do Serviluz. Na praça, já movimentada aos sábados, o evento chama atenção e atrai gente. Vejo caras conhecidas. Primeiro, Augusto José<sup>148</sup>, que ali se abanca costumeiramente para vender milho cozido. Depois o Rai, trazendo sua filha “para ver o movimento”.

Aqui faço um parêntese sobre minha perspectiva nessa cartografia de microterritórios no Serviluz. Comecei a participar da vida comunitária do bairro em meados de 2004 para 2005. E a área que eu frequentava, onde aconteciam as reuniões do Mcp, onde morava a maioria das pessoas ligadas ao Movimento, onde eu fazia visitas, ia à praia etc., era esta conhecida como da “Pracinha São Francisco<sup>149</sup>”. É a parte do bairro que fica mais próxima da *fronteira* com a Praia do Futuro. É onde fica a igreja de São Francisco, da qual meu amigo Álvaro<sup>150</sup> foi pároco, onde muitas mulheres e homens (menos) do Mcp eram fiéis. É onde fica a “rua da Senzala”, onde mora o Augusto José e outros “quilombolas” – o próprio Augusto assim se autodefine,

---

<sup>146</sup> Essa itinerância, esse deslocar produzindo movimentos por diferentes cartografias do bairro, pode ser constatada nas produções de conteúdo e registros e divulgações das atividades nos perfis do Coletivo Audiovisual do Titanzinho nas *mídias sociais*:

[https://www.youtube.com/channel/UCA\\_LiAIH6AxDTG1qAqKrdSg/videos](https://www.youtube.com/channel/UCA_LiAIH6AxDTG1qAqKrdSg/videos);

<https://www.instagram.com/mostratitanzinho/>; <https://www.facebook.com/cineclubeserverluz>

<sup>147</sup> Dança tradicional do período natalino no Ceará.

<sup>148</sup> Participou durante anos do Mcp–Praia, mais no Caça e Pesca do que no Serviluz, irmão do finado Biba, muito ativo na ocupação Raízes da Praia

<sup>149</sup> Comecei a me relacionar mais com o território do Titanzinho a partir da luta contra o estaleiro em 2009. Hoje, e já há alguns anos, é a área do Serviluz que mais frequento.

<sup>150</sup> Ativo no Mcp–Serviluz e apoiador na ocupação Raízes da Praia.

originários da Lagoa dos Ramos, comunidade quilombola situada no município de Aquiraz, a qual tive oportunidade de visitar com o próprio Augusto, o finado Biba e um sobrinho deles. É onde fica a rua Odalisca, no final da qual, já fronteira com a rua Pontamar, de frente para a praia, ficava a Barraca do Luiz (o imóvel ainda está lá, mas virou espaço de quitinetes para moradia), onde ocorria as reuniões do “Movimento Popular” às noites de sexta-feira, entre outras atividades ao longo da semana – reuniões, oficinas, até uma rádio comunitária chegou a ter lá. Aos sábados, o “forró do Luiz” era famoso e vinha gente do bairro todo e *de fora* também. Em 2020, Luiz morreu de covid-19.

Mas naquele sábado de 2019, ele estava vivo, Augusto me deu notícias dele, disse que ele queria me ver, prometi fazer uma visita – não fiz a tempo, poucos meses depois estourou a pandemia que o matou. Quando conheci Luiz, Rai e Augusto, eu morava naquela região do litoral leste de Fortaleza e passava muito tempo com o pessoal do *movimento* e das *comunidades* de lá. Nos anos de doutorado (2017 a 2022), e mesmo antes, distanciei-me tanto geograficamente como na frequência da convivência. E quando vou ao Serviluz é, quase sempre, na área do Titanzinho. Então, é a pesquisa que me impulsiona a estar ali na Praça São Francisco, e aproveito para me atualizar com Augusto. Converso com ele sobre coisas do passado e do presente, pergunto, entre outras pessoas, pelo Rai. Conheci o Rai antes mesmo de conhecer o Augusto, ele era um dos mais jovens de nós que participávamos do *movimento* iniciado em 2005, na luta por solução do problema da areia a cobrir as casas na rua Pontamar, que liga, pela beira da praia, o “Paredão do Titanzinho” à *fronteira* com a Praia do Futuro. Depois, veio a luta por moradia que culminou na ocupação Raízes da Praia, na qual Rai foi muito ativo. Era um assíduo participante das reuniões, plenárias, cursos de formação, das audiências públicas e das manifestações<sup>151</sup>. Ele fez parte da primeira formação da “Comissão da Raízes da Praia”, em 2009, muito ativo nos “mutirões”, nas assembleias, nas mobilizações, no dia a dia da comunidade<sup>152</sup>. Rai gostava de ler, eu passava livros de literatura para ele e conversávamos sobre eles – lembro da gente conversando animadamente sobre o romance São Bernardo, do Graciliano Ramos. Mas Rai não saiu bem da comunidade, alguns anos atrás – a precariedade da vida e a vulnerabilidade da saúde física e mental o atingiram em cheio, em um momento difícil da vida dele, e foi perdendo potência no agir, respeito no cotidiano, afastando-se mais e mais até sair da Raízes da Praia, “terreno” e “comunidade”, em uma má situação.

---

<sup>151</sup> É ele quem aparece em primeiro plano, batendo tambor, em uma das fotos mais difundidas da luta contra o estaleiro, em uma passeata, a primeira, batendo tambor ao lado uma faixa que diz: “O Titanzinho é da Comunidade”, que cito no tópico 4.2.1.

<sup>152</sup> Ele aparece falando no filme *Areia Loteada*, do coletivo Nigéria Audiovisual.

Então, Augusto me atualiza: “O Rai tá bem, tá limpo, trabalha na praia, tá morando aqui perto, vejo sempre ele com a filha aqui na praça...”. Depois, já estou sentado em uma das cadeiras de frente ao telão assistindo um dos filmes da Mostra, quando Augusto me cutuca pelas costas: “num tava falando do Rai? ele tá ali ó”. E vou conversar com ele, que está com a filha, não a que eu conheci anos atrás, ele me diz: “já é outra, aquela tá grande, tu precisa ver”.

Mas antes do Rai chegar, o evento inicia. E nesse momento, é Pedro quem faz a fala de abertura daquela ação da Mostra Audiovisual, em tom de assembleia comunitária ali na Praça São Francisco:

(...) de todos os dias a gente querer um bairro melhor pra viver, pra morar, onde tenha menos sujeira, tenha menos lixo na praia, a gente tá numa tristeza muito grande porque os lixões estão voltando, esse bairro cheio de lixões, não é o que nós queremos, nós queremos o bairro limpo e a gente tem que lutar por isso, não é gente? A gente está trazendo isso nos vídeos, o nosso mar maravilhoso, essa relação com o mar, com tudo. E nós queremos agradecer mais uma vez a presença de todas as pessoas que se disponibilizaram pra vir aqui: o pessoal do Cine no Brejo, pessoal do Acervo Mucuripe, pessoal do Pode Crer que infelizmente não pôde vir mas vai ter um filme exibido aqui, o pessoal do Sarau da B1, que houve imprevisto também não vão conseguir vir, infelizmente, mas a gente quer agradecer a presença de todas e a nossa sessão vai continuar. É isso aí gente! (Pedro Fernandes, VIII Mostra Audiovisual do Titanzinho, praça São Francisco, 13.12.2019).

Dessa vez ele não concluiu a fala com o usual: “o microfone tá aberto”. É no telão, por eles montado na praça, que os discursos e imagens se projetam, enunciando posições políticas, mobilizando agências como a memória, a natureza, a paisagem, as práticas marítimas (pesca, surfe, contemplação) e sentimentos ou emoções como a pertença, o orgulho, a indignação, o apego... Um dos filmes exibidos que traz tudo isso, e transmite muito do universo territorial e político que tenho buscado transmitir nesses últimos tópicos, é: “**Titanzinho Não se Vende**. Priscilla Sousa – Servilost. 2019”, conforme apresentação no material de divulgação da Mostra<sup>153</sup>.

É um filme com dezessete minutos de duração, que inicia com uma narração da “audiodescrição” situando o território, a Zeis, o Titanzinho, a Comissão Titan e as pessoas que falarão ao longo do filme – a fala se dá justaposta à imagem, uma foto de pedaço de muro com tijolo aparente grafitado com o estêncil: “Titan Não se Vende”. O fluxo de paisagens, o mar, o pescador, os surfistas uma sequência de imagens para mergulhar no território afetivo, o

<sup>153</sup> Nos créditos do filme: realização COMISSÃO TITAN, ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO TITANZINHO; imagens PRISCILLA SOUSA, RAY LUZ; captação de som JARDEL FELIPE, AFONSINO ALBUQUERQUE; montagem PRISCILLA SOUSA; audiodescrição: roteiro FERNANDA BRAHEMCHA consultoria LUCAS BORBA locução LUIZA BRAHEMCHA; mixagem LEONARDO BRAHEMCHA; acessibilidade em libras INCLUIÇÃO CONSULTORIA intérprete JOSÉ BEZERRA. Filme disponível no perfil de Priscilla Sousa: <https://www.youtube.com/watch?v=rMrOkdrR0ts&t=32s> (acesso em 25/07/2022)

ecossistema em movimento que é o Titanzinho. Sua beleza agenciadora. Sua estética legítima, justifica e potencializa a *palavra de ordem*: “Titan Não Sai!” Por que sairiam?

“**Este é um filme-convite**”, irrompe na tela e no áudio, palavras inscritas sobre o mar ondulante, onde um pescador pratica sua atividade em pé sobre um pequeno bote, ao pôr do sol – é um *filme-interpelação*, penso. Na tela segue o fluxo de ações na luta contra a remoção, a rua Titan, as pessoas grafitando em muros, com estêncil, palavras de ordem que também aparecem em faixas em assembleias na rua: Titan Não Sai; Titan Não se Vende; Titazinho é Zeis. No áudio, enquanto a sequência de imagens flui, toca a música “Décadas Passadas”, do grupo Farol Rap. Em outra sequência, durante uma festa de São João, o “Arraiá da Comissão Titan”, um morador integrante da referida Comissão, com o Farol ao fundo e um forró antigo tocando no som da festa, faz uma fala contundente, dirigida ao prefeito de Fortaleza<sup>154</sup>, na qual, após denunciar e atacar o projeto de remoção, conclui assim: “(...) quero deixar uma mensagem pra você, bem clara: que a Comissão Titan não vai se cansar de lutar, o povo da comunidade Titan não vai se cansar de lutar pelo que é dele!” (André, membro da Comissão Titan).

Há uma simbiose estética e política entre *discurso-imagem*, *discurso-música*, *discurso-retórica*, convergentes na denúncia, na afirmação, na emanção de uma visão de mundo, valores e palavras de ordem de uma luta pelo território, pela existência. Resistência, enfrentamento, superação, através da ação coletiva, e das criações singulares articuladas (como é o caso do próprio filme), cujas variações ali implementadas vão sequenciando no filme: mutirão de limpeza e manutenção do Farol Velho, assembleia na rua Titan, reunião na casa de um morador integrante da Comissão Titan, assembleia na Praça da Estiva. Nesta, um discurso muito significativo do Pedro. Projetado em telão ao seu lado, um mapa, e ele em pé explicando o projeto da prefeitura, denunciando, “instigando”, “passando a visão”:

(...) então, a Estiva está ameaçada, tem uma parte da Pontamar que também está ameaçada [*além da rua Titan*] de remoção. A prefeitura quer fazer aqui, alargar vias, quer fazer um padrão de vida aqui pro local que não contempla pessoas pobres, pessoas que tem baixa renda, infelizmente. Pessoas que são empobrecidas, que são sabotadas não podem morar perto do mar. Mas só que a prefeitura vai ter que entender que a cidade é pra todas, pra todas as pessoas, não é só pra quem tem um milhão ou um bilhão no banco não. É pra todas as pessoas que nasceram aqui e vivem aqui. Então, a gente está puxando o Conselho Popular do Serviluz, que é a reunião de várias comissões, (...) a gente quer fazer aqui a Comissão da Estiva (...) pra gente pensar o Plano da Estiva: o que a Estiva quer? o que os moradores querem pra Estiva, e não a prefeitura chegar com um projeto já pronto e dizer: ‘vai ser isso pra Estiva, pro Serviluz, pro Titanzinho’. Isso não existe! Já pensou, eu vou lá no condomínio do prefeito, onde o prefeito mora e vou dizer: ‘prefeito, aqui no seu estacionamento não vai ter mais carro, a gente vai fazer aqui uma feira pra a gente vender nossos produtos de artesanato’. Você acha que ele ia aceitar isso?! É uma lógica parecida, ele querer

<sup>154</sup> Em junho de 2019, Roberto Cláudio–PDT

dar pitaco, uma pessoa que está administrando a cidade por oito anos quer dar pitaco aqui na nossa vida e quer remover as pessoas! É muito grave isso. O Roberto Cláudio, e o outro que entrar, tem que respeitar o plano dos moradores do local. A cidade, o Serviluz, a Estiva é pra quem nasceu e se criou e pras futuras gerações. (Fala do Pedro, gravada entre os 6'39'' a 8'30'' do filme *Titan Não se Vende*)

## 5.2 Memória como “instrumento potente de luta” e outras estratégias e práticas de resistência

Esse ano a gente trouxe vários convidados de vários locais da cidade e um deles foi aqui o pessoal do Acervo Mucuripe, o Diego. Queria que o Diego viesse aqui pra falar desse projeto também que apareceu aqui [*aponta pro telão*] um pouquinho, muito bonito. E é isso gente, nós temos vários parceiros, vários convidados, e várias pessoas bonitas que fazem aqui o Mucuripe acontecer, o Grande Mucuripe, o Serviluz é o Mucuripe, nós somos o Mucuripe! (Pedro na Praça São Francisco, VIII Mostra Audiovisual do Titanzinho, em 13.12.2019).

Escolho essa intervenção do Pedro, em meio à atividade da VIII Mostra Audiovisual do Titanzinho, para destacar quatro aspectos sobre os agenciamentos coletivos dos quais estou a falar: itinerância, aliança, memória e territorialidade.

Já deu para perceber que a itinerância, deslocar-se gerando acontecimentos e produzindo arenas em diferentes *nós* da malha territorial do Serviluz, é uma das estratégias fundamentais, constantemente reativada por diferentes arranjos coletivos ao longo da história do bairro. Vemos, que além de uma estratégia e prática de ação, o deslocamento é elemento constituinte do ser-fazer *movimento*, tanto na escala pessoal como coletiva.

Também o filme “Titan Não se Vende” é atravessado e agencia aqueles quatro aspectos. Em algumas sequências do filme, aparecem imagens de uma *assembleia-oficina* realizada na casa de um morador da rua Titan. Uma entre tantas atividades realizadas ali naquele movimentado ano de 2019. O evento foi nomeado como “oficina de Planejamento em Situações de Conflito<sup>155</sup>”. Organizado pelo Conselho Popular do Serviluz em parceria com o Laboratório de Estudos da Habitação-Lehab, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC, mobilizou a rede de pessoas, coletivos e comunidades que compõem a Frente de Luta por Moradia Digna ou que vinham se mobilizando junto a ela desde o processo de Assembleias Populares pelo Direito a Cidade (2017-18) e do “Curso Produção Capitalista das Cidades” (PEQUENO; PINHEIRO, 2019, p. 83-85), as primeiras impulsionadas pela Frente de Luta por Moradia Digna, e o segundo promovido pelo Lehab.

A *assembleia-oficina* (espaço de fala, de formação e de exercício prático-político) no Serviluz ocorreu em vinte e sete de julho de 2019. Teve como motivação um “intercâmbio de

<sup>155</sup> <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/intercambio-fortaleza-rio-de-janeiro-estrategias-de-planejamento-em-situacao-de-conflito/> (acesso em 26/07/2022)

experiências”, potencializado pela participação da Sandra Maria, moradora da comunidade Vila Autódromo no Rio de Janeiro, participou da linha de frente da luta contra a remoção da Vila Autódromo, é ativista das causas ligadas ao direito à cidade e, também, do que ela chamou de “museologia social”. O “Museu das Remoções”, que estampava sua camisa e do qual ela falou bastante, nasceu na luta contra a remoção da Vila Autódromo e é agenciado como “arma” para combatê-la. Na noite anterior à assembleia-oficina no Serviluz, Sandra deu uma palestra no auditório da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Abaixo, transcrevo parte da sua fala sobre o Museu das Remoções:

Dentro desse processo todo de construção e realização de eventos, surge a ideia de fazer o Museu das Remoções. Essa ideia é trazida por um museólogo, Thainã de Medeiros, que na época era um dos nossos apoiadores, que nos ajudava a construir pautas de reunião de ações e tudo mais, e aí ele faz essa proposta: ‘por que vocês não constroem um Museu das Remoções aqui, porque vocês estão vivendo aqui em meio aos escombros né’. E a gente como assim, tudo sendo removido, aí ele: ‘pois então se é um museu das remoções, dos removidos, a gente ainda usa isso como um instrumento de luta, imagina: o museu das remoções foi removido’. Aí a gente falou: é, é mesmo, é um instrumento de luta, vamos fazer isso! E aí a gente faz o museu das remoções, o museu das remoções nasce a partir dos escombros, ele nasce dos escombros da Vila Autódromo e ele traz dois objetivos principais. Um é a preservação da memória dessas populações removidas, porque no processo de resistência, a gente começa a aprofundar a pesquisa de remoção e a gente percebe que a cidade do Rio de Janeiro tem um histórico de remoções e um histórico de várias populações que foram removidas, e toda sua documentação, material histórico perdido, porque eles além de remover as comunidades, eles removem a geografia do local, eles removem a história das pessoas. Eles investem no apagamento da nossa memória, porque a memória ela é uma ferramenta, um instrumento muito potente de luta. Quando a gente tem uma memória adequada, a gente sabe nossos direitos, as conquistas que já foram feitas e de que forma tudo aquilo ali se desenvolveu. Isso é uma ferramenta, é um instrumento, ter consciência disso é uma potência. Porque as leis, infelizmente no nosso país, isso cada dia fica mais claro e evidente, elas só são cumpridas quando a gente berra, grita e exige o cumprimento delas, porque do contrário elas não são cumpridas, elas são completamente arquivadas. E aí a gente constrói o Museu das Remoções, ele é inaugurado dia 18 de maio de 2015, no processo de remoção. (Sandra Maria Teixeira, 26 de julho 2019, auditório da Reitoria da UFC)

Não foi só nas lutas contra remoções que registrei a *memória* sendo agenciada em prol da mobilização comunitária, suas performances, representações e afetações coletivas. Por volta de um ano antes do evento referido acima, participei de um encontro no qual, outra vez, vi esse agenciamento da *memória*, expressa em narrativas e personagens, por coletivos envolvidos em lutas territoriais, reunidos no curso “Produção capitalista da cidade”, promovido pelo Lehab. Vi e ouvi mais de uma vez, expressado por pessoas de diferentes coletivos de territórios periféricos. Como o Lagamar, um conhecido *bairro-favela* em Fortaleza, assim como o Serviluz, que pode ser chamado de “periférico” no sentido de marginalizado sócio-político-economicamente, mas que não se situam nos *subúrbios* da cidade, como o Bom Jardim ou o

Palmeiras, que também marcaram presença naquele encontro, como em muitos outros registrados nesta tese, por meio de pessoas engajadas na “luta do território”, no “movimento comunitário”, seus arranjos e rearranjos coletivos.

Assim, naquela noite de outubro de 2018, ouvimos a narrativa de Francisco sobre a ocupação e constituição da comunidade do Planalto Pici, focando mais na sua gênese, personagens que dela participaram, acontecimentos etc. Já a fala do pessoal do Lagamar, focou em um período mais avançado da constituição territorial “a luta pela urbanização do Lagamar”. Renan, um dos mais jovens entre moradores do Lagamar a participar do curso, apresentou a ideia:

Projeto Lagamar luta e resistência: Resgatar e difundir por meio de lambes, fotos e relatos de mulheres referências na história de resistência do Lagamar e distribuir esses lambes nas ruas da nossa comunidade. Resgatar as narrativas de enfrentamentos da comunidade do Lagamar e visibilizar essas mulheres que foram protagonistas nesses conflitos pela permanência na terra e pela moradia digna, e incentivar os novos atores dessa luta. Cinco nomes.

Adriana, então, pegou a palavra, em sua fala sobre as mulheres a ser homenageadas:

A gente traz a história da Edna, que é uma grande inspiração na luta do povo do Lagamar porque ela deu sua vida militando pela urbanização do Lagamar. (...). Ela é um marco dessa urbanização, as pessoas contam que ela não tinha medo de nada, que ela enfrentava qualquer pessoa e que ela tinha o poder de trazer as pessoas pra essa luta. A gente colheu as informações da Edna através de uma filha dela que ainda mora no Lagamar, e ela é uma inspiração concreta para nossa luta. (...). Ela morre no ano dois mil, que ficou marcado como o ano da urbanização do Lagamar e foi por causa dessa luta que Edna doou sua vida. Após discutir com o antigo secretário de desenvolvimento territorial, teve ataque do coração. Há inclusive uma teoria da conspiração que ela teria sido envenenada. Muito lembrada por conseguir aglutinar as pessoas para a luta.

Rita que marca nossa caminhada porque o símbolo dela é a alegria e a acolhida, ela acolhe todo mundo. Chegou ao Lagamar em setenta, com vinte e oito anos, minha idade. Foi integrante da Cebs, o Lagamar foi um berço das Cebs aqui em Fortaleza. Conta que sua primeira casa foi um curral de cavalos, e com muito trabalho conseguiu erguer uma casa com mais dignidade. Através da Cebs viveu experiências profundas de solidariedade, trabalhou arduamente pela urbanização do Lagamar, ela junto... [*‘o que é Cebs’, alguém pergunta*]... Comunidades Eclesiais de Base, é um movimento da igreja mais ligada à teologia da libertação, Cristo libertador, amoroso... [*‘é o nosso jeito de ser igreja’, emenda Cícera*]... é um exemplo concreto de militância por direitos. A dona Rita foi uma das primeiras mulheres que começou a comprar os canos pra trazer água do bairro pro Lagamar, então a urbanização foi forçada através das mãos dela também.

Dona Rosa é a nossa poeta. Nascida em Uruburetama. Veio pro Lagamar em setenta e dois com o marido, aqui nasceu o seu quarto filho. Ela era muito tímida, por isso usou seu talento pra compor e expressar tudo aquilo o que sentia, as composições iniciaram com a luta pela urbanização, antes da militância dela ela não compunha, começou a compor a partir da organização na comunidade, e através do seu engajamento houve esse despertar para a música e para a poesia, assim nasceu o grande hino do Lagamar, que marcou os primeiros anos de luta pelo Lagamar, inspirado na letra da música ‘Quando o dia da paz renascer’, do Zé Vicente. Ela é nossa poeta.

Tem a Ana do Lagamar que também é outra figura marcante do nosso território porque não tem quem não conheça a Ana do Lagamar, porque realmente ela foi histórica. A gente trouxe sobre ela uma fala que ela fez em determinado momento na luta pela Zeis, ‘a prefeitura perdeu a oportunidade de nos fazer justiça criando no Plano Diretor de Fortaleza a Zeis do Lagamar, mas as nossas lideranças estão vivas e têm muita propriedade do direito conquistado porque não é de agora que estamos nessa luta pela terra e nós em~toa fomo para a luta com garra e organização, a nossa população se convenceu que não poderia perder essa oportunidade’. E Ana ela foi eleita pelo povo do Lagamar, a comunidade se uniu, fez campanha por ela e a gente teve pela primeira vez uma vereadora do Lagamar.

Uma liderança atual, mas que também é um marco na nossa comunidade que é a Jaqueline. Ela tem trinta e seis anos, nasceu e cresceu no Lagamar com seus dois irmãos, é filha de mãe solteira, é uma liderança comunitária dos dias atuais. Desde 2009, quando se engajou nesse processo, ela é conhecida por ter o rosto da Zeis, porque as pessoas olham pra Jaqueline e dizem: ‘ô é a menina da Zeis, é a Zeis’, a Zeis parece concretizada nela. Ela conversa, tira as dúvidas e anima as pessoas a lutar por um novo Lagamar. Mãe da Sofia, catequista membro da organização Marcos de Bruim, estudante de psicologia, e que entende que doar a vida pela melhoria do outro é (...) que Jesus veio pra dar vida em plenitude para todos, em especial aos excluídos. Realmente, ela tem dedicado a sua vida, agora no nosso tempo contemporâneo. (Adriana Gerônimo, no curso “Produção Capitalista da Cidade”, novembro 2018)

Quatro anos depois de gravar essa fala da Adriana, que na verdade foi construída coletivamente e ela foi a porta-voz, presenciei um discurso dela, já na condição de vereadora de Fortaleza (a segunda do Lagamar) no auditório Luiz Gonzaga, no Centro de Humanidades, departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará<sup>156</sup> e a ouvi dizer a frase: “eu sou porque nós somos”. Atribuída à filosofia Ubuntu, de matriz africana, e que ficou famosa no Brasil por ter sido proferida pela vereadora carioca Marielle Franco antes do seu assassinato. Juntando uma fala dela à outra, esse enunciado faz todo sentido.

### **5.3 O mar, o farol e a luta**

A memória foi uma questão relevante nas falas de Sandra Maria e Priscilla Sousa, na noite de vinte e seis de julho de 2019 na Universidade Federal do Ceará, bem como na atividade do dia seguinte. O próprio ritual de abertura da *assembleia-oficina* na manhã de sábado no Serviluz, já trouxe a memória como protagonista. Volto a dialogar com o filme da Priscilla, “Titan Não Se Vende”. Entre os recortes da filmagem naquele evento que aparecem no filme referido, vemos uma sequência filmada de objetos sobre uma faixa estendida no chão, focados pela câmara e exibidos na tela<sup>157</sup>, enquanto ouvimos uma fala da Sandra proferida naquela mesma manhã. Tais objetos conectam memória e território, da perspectiva de quem o depositava sobre a faixa de protesto contra a remoção no Titanzinho. Como as pessoas que

<sup>156</sup> Evento de lançamento do livro: “Aprendizados e desafios da participação: a experiência Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF)” (BARREIRA, GONÇALVES e DANTAS, 2021)

<sup>157</sup> 10’36” a 11’36’

trouxeram os objetos eram, na maioria, moradoras do Serviluz, o mar era constantemente ativado nesse memoriar.

Pedro Rocha deposita uma colher: “Essa colher é do meu avô, meu avô era pescador. A moradia não é só espaço físico (...) as memórias que guardamos aqui, isso é muito importante, e nós temos um vizinho maravilhoso que é o mar<sup>158</sup>”.

Pedro Fernandes leva um troféu do campeonato Cultura Surfe de Tábua 2015, esculpido em madeira e com material reciclado:

Isso aqui ó representa muita coisa aqui pro nosso território, isso aqui foi um campeonato, uma confraternização eu costumo dizer, que tem todo ano, que é surfe de tábua, Cultura Surfe de Tábua. Surfe de tábua aqui no Serviluz, no Titanzinho, muito antiga, desde os anos setenta, oitenta que se surfa de tábua. A tábua, a gente não tinha prancha na época era mais difícil conseguir prancha (...). Cada comunidade é bem particular, e assim, o Serviluz, uma de suas particularidades é o marzão bonitão e a nossa relação com o mar. Isso aqui [*mostrando a escultura-troféu*] representa tudo isso. Também a nossa capacidade de reinventar a vida, isso aqui é uma reinvenção de muitas coisas que não tinha perspectiva de ser isso, mas se tornou uma coisa tão bonita né, tão particular. (Pedro Fernandes, no Serviluz, 27.07.2019)

Na sequência de objetos registrados no filme “Titan Não Se Vende”, vemos uma camisa com as letras da sigla AMOTITAN (Associação de Moradores do Titanzinho) formando duas fileiras de casas que convergem para o Farol. Farol que desponta como imagem-símbolo de coletivos variados naquele território desde “décadas passadas”, como na música do Farol Rap, que também tem o Farol Velho na sua identidade visual.

Diêgo di Paula, do Acervo Mucuripe<sup>159</sup> trouxe, àquele balaio de objetos agenciadores de memória e território, uma foto antiga, em preto e branco com o Farol do Mucuripe sobre a pequena duna, ao lado o trilho que ainda existe, alguém na reunião grita: “é a rua Titan” (que ainda não existia na configuração atual), e ao fundo um guindaste trazido para ser usado no porto, segundo Diêgo explicou na reunião: “(...) começou a funcionar aqui [*e aponta para a foto*] na ponta do Mucuripe, enseada do Mucuripe, a partir de 1939”.

Na filmagem aparece também um tipo de búzio. Foi a Priscilla quem, tendo de parar “o corre da filmagem” ao qual estava dedicada naquela assembleia-oficina, trouxe e explicou o significado do símbolo que depositou ali<sup>160</sup>: “Em 2016 a gente construiu um coletivo chamado Servilost e no símbolo desse coletivo tem o ermitão igual esse aqui”, e ela aponta para o búzio, que protege caranguejo-ermitão, muito comum na praia do Titanzinho – “e a gente pegou ele

<sup>158</sup> Transcrição de áudio gravado no dia do evento em 27.07.2019, assim como as falas seguintes.

<sup>159</sup> <https://www.instagram.com/acervomucuripe/>

<sup>160</sup> Além das imagens do filme Titan Não Sai, utilizo nesses parágrafos, para reconstituir aquele momento, anotações e áudios que captei presencialmente no encontro.

como símbolo porque, de alguma forma, ele representa (...) ele é nativo desse local então a gente encontrou essa relação pra dizer da gente, que a gente é nativo desse local”.

O mar, a praia e o farol são agentes constituintes do *ser Titan, ser Serviluz*. São componentes do universo estético-criativo e mobilizadores da luta política no território do bairro e além. Na luta contra o estaleiro, a praia, o mar, as ondas foram protagonistas junto aos surfistas, pescadores, moradores e aliados. Hoje, o Farol Velho vem sendo uma *trincheira* da luta entre *apagamento x existência*. Depois de ser ocupado de diversas formas em mobilizações artísticas-políticas-festivas do Servilost, como veremos mais adiante, o Farol Velho do Mucuripe está em uma situação degradada que ameaça sua existência. E isso vem sendo notado e denunciado. Na audiência pública no Ministério Público, que aparece no filme “Titan Não se Vende” e em vários outros registros, a promotora de justiça que toma a palavra afirma em seu discurso e, após ouvir várias denúncias e questionamentos dos moradores, arremata: “essa precariedade serve para alguma coisa, a precariedade do Farol do Mucuripe serve para justificar uma possível demolição, e a precariedade da comunidade serve para justificar uma possível remoção”.

Na *assembleia-oficina* no Serviluz, a Sandra falou sobre esse agenciamento do Farol na luta pelo território, atravessada pela agência da memória como “instrumento de luta”. É como se a permanência ou inexistência do Farol Velho e da comunidade estivessem conectadas, fossem coextensivas, e de fato são – “comunidade de destino”, afetação mútua, memória, presente e futuro ligados em uma existência comum, comunitária.

Vocês já têm aqui todo um resgate de memória, vocês têm esse farol, isso é um patrimônio, ter um patrimônio histórico no seu território é uma potência. Não abram mão disso, não permitam que esse farol seja destruído, pelo abandono do poder público, porque convém ao poder público que ele se acabe, que ele caia, porque isso vai tirar valor deste território. Isso tem um valor histórico (...) isso tem que ser utilizado por vocês. Se apropriem do território que foi construído por vocês, seus ancestrais. Então restaurem o Farol (...). Façam do Farol um instrumento de luta de vocês. (Sandra Maria Teixeira, no Serviluz, 27.07.2019)

E de fato, a mobilização pela restauração do Farol é uma das principais ações dos coletivos do Serviluz hoje. A Comissão Titan criou uma petição *on line*, que se soma a outras ações da campanha “Restauração do Farol Velho Já!”, cujo texto diz:

O Farol Do Mucuripe começou a ser construído em 1840 e desde então se tornou parte fundamental da história da nossa comunidade. Todos que aqui vivem ou já viveram têm alguma lembrança boa dele pra contar. O farol é um patrimônio histórico tombado e deveria estar recebendo todos os cuidados e atenção. Mas,

infelizmente, o prédio está abandonado há muitos anos pelos órgãos responsáveis. Laudos da defesa civil indicaram o risco iminente de desabamento, colocando em risco a vida de quem frequenta o espaço e também de toda a história do nosso povo. Porém, nós da comunidade, há muitos anos, ocupamos, cuidamos e mantemos a memória do Farol sempre viva. Mas essa última intervenção foi diferente. O preto da parede significa o luto pelo abandono do Farol e de todo o restante do bairro. As mensagens deixadas são de reivindicação pela restauração do Farol e pela revitalização de todo o seu entorno. E esse é um manifesto de toda a nossa comunidade. Juntem-se a nós. E peçam a restauração do Farol JÁ.

Mais uma página dessa história de simbiose entre o Farol do Mucuripe e o Serviluz, sua existência e a permanência de quem faz o território pulsar. Veremos mais adiante como o Farol é importante na *caminhada* do Coletivo Servilost. Mas antes, algumas palavras mais sobre práticas e estratégias de resistência, a partir daquele “intercâmbio de experiências” ocorrido nos dias vinte e seis e vinte sete de julho de 2019.

#### ***5.4 Outros afetos, estratégias e práticas nas lutas contra remoções: a experiência dos “planos populares”***

Por um lado, é verdade que o Farol e o mar são peculiaridades do Serviluz, com sua população permeada por surfistas, pescadores, estivadores, operários da zona industrial portuária; também artesãos, vendedores ambulantes, garçons, cozinheiras etc. que trabalham na Praia do Futuro, e tudo isso fortalece certas lutas de resistência no território. Por outro lado, relações de afeto, de trabalho, de vizinhança existem em todas as *comunidades* ameaçadas ou vítimas de remoção ou outros conflitos. Como nas “comunidades do trilho atingidas pelo vlt<sup>161</sup>”, que tiveram representantes naquela *assembleia-oficina* no Serviluz, em vinte e sete de julho de 2019:

Graça, da comunidade Jangadeiros (Mucuripe): “moro numa região muito ameaçada, eu quero permanecer onde moro porque eu amo minha comunidade, amo meu bairro, eu quero permanecer porque lá eu tenho minhas raízes, as amizades”;

Lúcia que foi removida da comunidade João 23: “não moro mais na minha comunidade, fui expulsa pelo vlt. Sempre que vejo falar alguma coisa sobre isso eu me emociono, porque eu queria permanecer na minha comunidade, fiz vida lá, tive filhas lá, eu criei três filhas lá, então eu tenho raízes lá, eu moro em outro canto, mas meu sentido tá lá”.

Adriana e Jacqueline, do Lagamar (também atingido pelo vlt e outras obras da Copa), levaram um estandarte com o escrito: “ZEIS Lagamar”. Já vimos como as Zonas Especiais de

---

<sup>161</sup> Veículo leve sobre trilhos, previsto no pacote de obras para a Copa da Fifa de 2014.

Interesse Social, instituída em Fortaleza pelo Plano Diretor Participativo - 2009, trata-se de um instrumento jurídico-político recorrentemente mobilizado nos conflitos socioespaciais no Serviluz, mas também em outros territórios de Fortaleza. O *bairro-favela* Lagamar é um deles<sup>162</sup>. No Rio de Janeiro existe um instituo congênere: Área de Especial Interesse Social, e a Vila Autódromo é uma AEIS, conforme Sandra nos explicou. Isso não impediu a imensa remoção que houve lá. Também não impediu impactos como remoções e outras intervenções em territórios como o Lagamar, Mucuripe, entre muitos outros. Nem no Serviluz, a bem da verdade, já que o projeto Aldeia da Praia sempre correu paralelo à Zeis, seu Conselho Gestor e Plano de Regularização Fundiária<sup>163</sup>. São os limites das políticas governamentais de *participação popular*. Por isso mesmo o chamado “Plano Popular” tem sido agenciado em vários territórios, como na Vila Autódromo no Rio de Janeiro, bem como em Fortaleza no Serviluz, Bom Jardim, Lagamar – só para citar casos relatados na *assembleia-oficina* em vinte e sete de julho de 2019.

**“Planejamento urbano em situação de conflito”** era o tema dos eventos de “intercâmbio de experiências” – “lutar para planejar, planejar para lutar”, dizia o texto lido pela representante no Laboratório de Estudos da Habitação da UFC na abertura do evento, na noite de vinte e seis de julho de 2019. Fortalecer a construção dos “Planos Populares” era o principal objetivo declarado. Que se tenha partido da centralidade da *memória* no processo de resistência a remoções e outras formas de segregação socioespacial, mostra como, nesse feixe de práticas de resistência, as estratégias para a ação estão interligadas e se influenciam mutuamente – além da formação teórico-ideológica dos agentes, no que diz respeito a categorias como *memória, território, resistência*.

Os Planos Populares elaborados por diferentes comunidades Brasil a fora possuem objetivos e dinâmicas de construção semelhantes<sup>164</sup>. Nos objetivos, a intenção de enfrentar

<sup>162</sup> Ver luta pela ZEIS do Lagamar em Gomes (2013)

<sup>163</sup> “O fato é que, não respeitando a lei do Plano Diretor que foi votado em 2009 e fez do Serviluz uma ZEIS, a prefeitura executa o projeto Aldeia da Praia/Serviluz de forma criminosa, passando por cima da lei da ZEIS e da transparência, omitindo várias informações sobre os projetos para a área”. (FERNANDES, P., 2019. p.100)

<sup>164</sup> Antes de vivenciar a prática dos “planos populares” em comunidades urbanas, testemunhei ela ser agenciada, com várias nomeações, quando assessoriei o Conselho Pastoral dos Pescadores e Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais, acompanhando (como assessor jurídico-político) comunidades pesqueiras no litoral do Ceará e participando de encontros nacionais, nos quais aprendi muito com experiências de pescadores e marisqueiras do nosso litoral nordestino (onde sertão chega no mar), da extensa bacia do rio São Francisco (uma civilização que serpenteia os sertões às margens do Velho Chico, do norte de Minas Gerais ao litoral de Alagoas), de diferentes partes da Amazônia (com forte tradição de planejamento local autônomo, pioneiros nas Reservas Extrativistas que, como as Zeis e afins nas áreas urbanas, espalhou-se por todo o país

projetos estatais-mercadológicos que envolvem remoções e outros impactos nos territórios, ou omissões e ausências onde deveria haver planos e intervenções de infraestrutura, o que também configura uma espécie de *plano* para territórios *periféricos* relegados à “precarização” e “vulnerabilização<sup>165</sup>”, como tantas vezes denunciados (veremos logo mais o caso do Bom Jardim).

O “Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo”, por exemplo, como Sandra explicou: “Ele já é construído no processo de luta contra a remoção”. Na palestra que deu no auditório da Reitoria<sup>166</sup>, ela explicou o contexto dos jogos olímpicos, “jogos de exclusão”, que em todas as cidades onde se realizam há remoções de populações em processos de transferência de terras para a iniciativa privada: “privatização de terras públicas”, registrando casos que ela conhece, e com os quais se comunicou, em Londres (cidade-sede anterior ao Rio de Janeiro) e em Tóquio (cidade-sede posterior). Essa generalidade torna o caso da Vila Autódromo uma “luta emblemática”, segundo ela: “a primeira que conseguiu resistir e permanecer ao lado dos jogos olímpicos” – no caso, ao Parque Olímpico, cuja construção era o que justificava a remoção: “uma grande mentira!”, ela acusa, “isso fica muito evidente hoje quando se chega lá, pois o Parque Olímpico foi construído ao lado da comunidade, entre o Parque Olímpico e a Vila Autódromo tem um hotel de uma rede privada, então vemos que Vila Autódromo não precisava ser removida em função dos jogos olímpicos”.

Ela conta como a comunidade foi interpelada por agentes do poder público municipal:

Logo no início, quando o prefeito começa um processo de diálogo com a comunidade, argumentando que era preciso remover, que não era possível urbanizar a comunidade devido a uma série de mentiras que ele atribuía a questões geográficas, problema do solo, do entorno ter sido urbanizado e ali não, enfim, argumentos falsos. E nós dizíamos que não aceitávamos que nenhuma família fosse removida, apenas realocada para dentro da própria comunidade<sup>167</sup>. (Sandra Teixeira, 26.07.2019, auditório da reitoria da UFC)

Contestado pela “comunidade” quanto à necessidade de remoção, o prefeito reage:

E aí o prefeito faz uma espécie de desafio pra gente, numa tentativa de desqualificar os moradores: que se nós apresentássemos um projeto de urbanização assinado por

---

como estratégia na dura luta em defesa de territórios tradicionais), do Rio de Janeiro (pescadores urbanos), do litoral do Paraná Guarani.

<sup>165</sup> Como discutido no tópico 2.3.3 *Relato sobre a relação corpo, persistência, dor e resistência*

<sup>166</sup> Que terá trechos da gravação que realizei no dia (26/07/2019) transcritos neste e nos próximos parágrafos, assim como do evento no dia seguinte realizado Serviluz (27/07/2019)

<sup>167</sup> Assim como vimos no Serviluz, a preocupação no Conselho Popular, ao levantar no Seminário Serviluz que queremos e apontar, em reunião com representantes da prefeitura, terrenos vazios dentro ou próximo do território da Zeis (tópico 4.2.2), em um contraponto discursivo, com desdobramentos na realidade social da comunidade e na produção dos territórios, entre os termos “remoção” e “reassentamento”.

arquitetos que demonstrasse que aquilo que a gente estava falando era possível, ele aceitava o nosso projeto e urbanizava a Vila Autódromo. E aí nós procuramos essas universidades<sup>168</sup>, pedimos apoio pra elas. E aí a universidade foi para a Vila Autódromo, eles formam uma equipe de professores e alunos e aí fizemos uma série de reuniões, nessas reuniões é construído o Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo. (Sandra Teixeira, 26.07.2019, auditório da reitoria da UFC)

Tal Plano chegou a ser “premiado internacionalmente”, ela conta orgulhosa:

Logo em seguida que nosso Plano fica pronto, a Alemanha anuncia um concurso de planos populares de urbanização na cidade do Rio de Janeiro. E a Vila Autódromo, nós inscrevemos o nosso. E aí a entrega do prêmio era para ser feita pela prefeitura, porque eram projetos da cidade do Rio de Janeiro. Quando falta alguns dias para o evento de premiação, o prefeito cancela a cerimônia e adia sem previsão de data para realização. E aí a gente fica naquela sensação (...). Aí fica aquele silêncio. Dois meses depois, a Alemanha, o banco alemão que realizou o concurso, vem ao Brasil para fazer a entrega do prêmio, e aí confirma nossa suspeita: nós ganhamos primeiro lugar. O plano da Vila Autódromo é reconhecido internacionalmente como um bom projeto [*palmas irrompem no auditório*]. Mas esse projeto foi ignorado pela prefeitura completamente! (Sandra Teixeira, 26.07.2019, auditório da reitoria da UFC)

A prefeitura carioca age, então, semelhante ao que a prefeitura de Fortaleza fez no caso do Serviluz, quando cancelou a eleição do Conselho Gestor da Zeis, ignorando esse instrumento, convoca parte da comunidade para uma reunião e anuncia o projeto Aldeia da Praia. Em ambos os casos, é apresentada pela prefeitura uma área demarcada no território da comunidade, as famigeradas “poligonais”, dentro das quais quem estiver morando terá de sair e as casas serem derrubadas. Junto a isso, também em ambos os casos, é apresentado um projeto de conjunto habitacional, aliás, “condomínio”:

Ele apresenta em seguida outro projeto pra comunidade, um projeto que ele chama de um ‘condomínio de alto padrão numa área nobre próxima da vila autódromo’, que é a forma dele resolver o problema. Cada morador que tivesse que sair faria uma troca de chaves, receberia um apartamento. Na verdade, outra mentira, porque o que ele estava apresentando era um projeto do *minha casa minha vida*. (...) e aí ele começa a fazer um trabalho de divisão interna da comunidade, começa com o fato que uns foram chamados pra reunião, outros não, uns estão na área demarcada, outros não, e a negociação passa a ser individual. (Sandra Teixeira, 26.07.2019, auditório da reitoria da UFC)

Vemos grandes semelhanças no padrão de discursos, e outras práticas, com o que aconteceu no Serviluz, em dois momentos distintos, já relatados anteriormente. Propostas semelhantes e linha de argumentação quase igual. Vimos inclusive como esse intercâmbio com a experiência na Vila Autódromo, ajudou na formulação de estratégias e difusão de informações

---

<sup>168</sup> Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro

da Comissão Titan, em situações nas quais a desinformação e a cizânia são estratégias de *governmentalidade* sobre as populações removíveis.

Nas “trocas de experiências” realizadas em vinte e seis e vinte e sete de julho de 2019, foi ressaltada algumas vezes a ideia estratégica, que se desdobra em práticas interacionais no bairro, de quem estar engajado na Comissão Titan não se chocar com aqueles moradores que querem, por algum motivo, aceitar a proposta da prefeitura e sair para o conjunto habitacional ou receber uma indenização. Na já referida assembleia realizada na rua Titan, vemos isso refletir em falas de pessoas, moradoras e aliadas, da Comissão Titan. Busca-se assim neutralizar a estratégia recorrente dos agentes governamentais de “dividir a comunidade” ou “jogar moradores uns contra os outros” – a estratégia da cizânia.

São muitas as estratégias e práticas recorrentes em ambos os lados dos conflitos dessa natureza. Os “planos populares” se circunscrevem nessa recorrência de estratégias agenciadas para a ação coletiva de enfrentamento a remoções, ou outras intervenções ou omissões estatais-mercadológicas em territórios de populações empobrecidas – “sabotadas”, como o Pedro costuma dizer. Ele também é um entusiasta do “plano popular”, ao qual gosta de acrescentar a palavra: “alternativo”:

(...) a gente sabe que a pauta do governo não contempla nossa existência, nunca vai contemplar, por isso que planejar e fazer o plano, a gente tem que fazer esse plano, independente se o plano diretor vai sair ou não, a luta é lá também, a luta é aqui, mas o plano alternativo tem que ter e tem que ser vivido, não é só no papel, é um mapa do futuro que a gente tem que gastar muitas energias. (Pedro Fernandes, “Planejamento em Situações de Conflito” 27 de julho 2019)

Falas do Pedro sobre esse assunto se acumulam entre discursos em arenas públicas e conversas cotidianas. Falas que refletem uma visão de “plano” que vai além do plano de caráter mais urbanístico, tal qual estamos discutindo aqui. “Precisamos ter um plano”, ele costuma dizer, “um plano que abarque tudo isso que a gente conversa, que a gente quer”. Um “plano” para se contrapor ao que os “podres poderes” planejam para nós. Um “plano” que tenha a “favela” como seu centro – seu território, as formas de ocupá-lo, sua população, seu estilo de vida, apoio mútuo. Ao falar das crises que afetam nosso tempo (social, política, econômica, ambiental), ele diz que a favela já convive com isso há muito tempo e por isso é um modelo de resiliência e uma plataforma para a superação dessas crises com seus efeitos de escassez, precariedade, autoritarismo, violência. Certa vez, em uma conversa<sup>169</sup> com Pedro e Priscilla (e outras pessoas), ela falou assim: “é porque tipo assim, tem gente que tá passando por perrengue agora com esse governo aí e vai atrás da gente pra ver como a gente sobrevive, porque a gente

<sup>169</sup> Ver tópico 14.2, visita à Ocupação Cultural na rua do Ouvidor, São Paulo

já passa por perrengue ó... [estala os dedos repetidas vezes], faz tempo meu filho, faz tempo...”. Ao que Pedro emenda: “nós somos um laboratório vivo”. E Priscilla conclui: “... não é questão de se acomodar, mas a gente vive isso todo dia, como é que a gente vai passar por cima disso? Não é se acostumar com o caos, mas a gente tá lá convivendo com ele então como é que a gente faz? Supera ele, tem que superar o caos diariamente”.

Para “superar o caos”, sempre ouço Pedro dizer que “precisamos ter um plano”. E esse plano, que na verdade é múltiplo e não-estático, tem de abranger várias dimensões da existência. Tivemos inúmeras conversas sobre isso ao longo dos anos, porém, houve um período que intensificou esse esforço reflexivo, quando discutíamos e preparávamos os encontros articulados via Movimento dos Conselhos Populares, que chamamos “Vivências Comunitárias”, no segundo semestre de 2019 e início de 2020 (até a pandemia estourar), processo que rendeu uma publicação de autoria coletiva<sup>170</sup> (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2022). Pedro condensou essas discussões e reflexões, especificamente sobre essa questão do “plano popular alternativo”, em uma fala que fez na “vivência” realizada no Planalto Pici, em sete de dezembro de 2019. Relato-a abaixo.

Ele inicia falando sobre a ação que estão fazendo no Serviluz, referindo-se à VIII Mostra Audiovisual do Titanzinho, que naquele mesmo dia (07 de dezembro de 2019) haveria uma sessão à noite, uma das três programadas, e diz que o tema da Mostra naquele ano é: “a construção de um plano popular coletivo com a comunidade”. E Pedro prossegue em sua fala:

Eu penso, e nós estamos construindo lá, nós pensamos isso, que cada comunidade tem que ter seu plano alternativo que envolve saúde, alimentação, tudo isso que a gente debateu hoje. Como é que vou ter saúde se eu estou comprando veneno? Gente, não tem outra coisa, é a gente produzir nossa própria alimentação. (Pedro Fernandes, encontro Vivências Comunitária, Planalto Pici, 07.12.2020)

A questão da produção de alimentos de forma autônoma nas comunidades se tornaria, a partir das “Vivências”, uma ação prioritária do Movimento dos Conselhos Populares e outros coletivos aliados, com o conhecimento e implementação da tecnologia social chamada “sisteminha”, de produção de proteína animal e de vegetais, que teve no Pedro um dos principais articuladores tanto no Serviluz, como na Raízes da Praia e no Palmeiras, onde foi implementado desde 2021<sup>171</sup>. Sua fala prossegue, com um misto de indignação e empolgação, em uma espécie de definição de *autoidentidade coletiva* e chamado para o *empoderamento*:

<sup>170</sup> Encontros e publicação sobre os quais falarei no último capítulo: “O que nos move e o que nos paralisa”.

<sup>171</sup> “O ‘Sisteminha’ constitui-se em um sistema integrado para produção de alimentos, desenvolvido para gerar segurança e soberania alimentar para seus usuários. O elemento central da solução tecnológica é a criação de peixes, em um tanque, com sistema de recirculação e filtragem. O sisteminha tem como principais vantagens o

Por que é que nós fazemos tudo no país e somos os mais humilhados? Gente, não entra na minha cabeça, nós construímos esse Brasil, nós construímos São Paulo, nós construímos Brasília, nós construímos Fortaleza, quem é que eu falo? Nós povo da periferia, o povo do sertão. Por que é que a gente está sendo humilhado, sendo esmagado gente? A gente precisa tomar a rédea da nossa vida. Como é que a gente vai tomar rédea da nossa vida, de qualquer jeito? Temos que ter um plano, temos que ter um projeto. Cada favela tem que ter um projeto e esse projeto tem que estar integrado num projeto maior com todas as favelas. A favela, gente, não é casebres, não é isso, a favela é um modo de vida. É não à carestia, é união. Favela é o contrário do capitalismo, porque o capitalismo não tem união, não tem compartilhamento, tem dinheiro, tem apartamento, condomínio, não tem isso aqui, não tem essa malha linda que a gente tem de pessoas juntas vivendo. As favelas estão contaminadas com capitalismo também, as pessoas estão vivendo separadas, o capitalismo separa as pessoas, mas nós temos uma união muito forte que dá, a partir desse plano popular, a gente ver nossas potências e construir. Lá no Serviluz, desde fevereiro, toda quinta-feira nós estamos nos encontrando para debater esse plano, não só isso, mas outras coisas também. A gente faz esses encontros na quinta-feira, e já fizemos várias intervenções de limpeza, de melhorar o farol, de melhorar algumas ruas, de fazer escadaria. A gente está fazendo, é um plano alternativo, porque a prefeitura não vai atender as nossas demandas, vocês sabem, vai atender um pouquinho das nossas demandas. Se a gente planta, se a gente produz tudo... a gente sabe muito bem, o nosso corpo a nossa saúde é o que nós comemos. Eles pegaram a gente porque a favela atualmente come muito o quê? salsicha, mortadela [outros dizem: 'linguiça, pizza, ovo'] ovo, esse ovo de granja a gente não sabe como é produzido... esses ovos de granja, esses frangos de granja, a gente não sabe. A gente tem tudo isso né, essa cultura de produzir, a gente tem tudo isso, só que estão roubando, estão botando o dinheiro para intermediar a nossa vida. Gente, a mazela do mundo, eu não tenho medo de dizer isso, é o dinheiro, é o capitalismo, que o maior representante é o dinheiro. Se não tirar o dinheiro das nossas relações, a gente vai continuar perdido, temos que tirar o dinheiro das nossas vidas! plantar, colher, viver mais a vida. O dinheiro, precisa ter pouquíssimo, como já é né, ninguém aqui nunca vai ter muito dinheiro, é uma ilusão. Além de não servir para nós, ainda é uma ilusão que plantaram na nossa cabeça. Como é que a gente vai se livrar disso? Através de muito esforço, não vou... a gente sabe que isso aqui vai exigir muitos encontros e um plano que é dinâmico, que é alternativo, que muda direto porque a vida não é parada, a vida é dinâmica, está em movimento. (Pedro Fernandes, encontro Vivências Comunitária, Planalto Pici, 07.12.2020)

E esse *movimento*, tal qual as *caminhadas* de quem está ali, é feito de ameaças coletivas, mas possibilidades também, sendo o “plano alternativo” um catalisador e potencializador para o “enfrentamento” e a “superação” dessas situações impostas pelos “podres poderes”. Pedro prossegue:

E se faltar água?! Porque a gente sabe que tem uma crise hídrica se anunciando [*está se aproximando*’, diz Francisco]. Gente, toda comunidade tem que ter seu plano alternativo de sustentabilidade. Se faltar água? Gente, a chuva está aí. Até quando? A gente não sabe. Os poços estão aí, vamos fazer poços. A energia está aí, vamos tirar o dinheiro da nossa relação, a energia fotovoltaica tá aí. Como é que a gente produz essa energia? vamos atrás. O plano alternativo é um plano de sustentabilidade. Como é que

---

baixo custo de investimento inicial; É uma solução integrada, que pode ser facilmente adaptada às necessidades, experiência, preferências do produtor e condições edafoclimáticas e de mercado local; É apropriada para pequenos espaços (a partir de 100 m<sup>2</sup>), em áreas urbanas e rurais; e é uma solução dimensionada para atender às necessidades nutricionais de uma família de quatro pessoas, no atendimento às recomendações nutricionais da Organização Mundial da Saúde (OMS)”. <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/1251/sisteminha-embrapaufapemig->

a gente vai se cuidar mentalmente numa guerra? Tem que estar nesse plano também. Todas as nossas carências, todas as nossas potências têm que estar nesse plano, é um plano alternativo que é feito dentro da comunidade. É importante o pirf<sup>172</sup>? super importante, mas o Pici tem que ter seu plano alternativo, que é a comunidade que faz, o governo vem fazer... vem como um captador de recurso que a gente tem que ir lá e dizer: ‘ó nós precisamos disso e você...’, e ver também o que é pauta do governo, porque tem coisa que não é pauta do governo, o governo não vai atrás de botar placa fotovoltaica na sua casa não, nem vai fazer cisterna pra pegar água não. Isso é a comunidade que tem que fazer. Plantação? o governo vai querer lhe alimentar? Jamais! Lá no Serviluz a gente tá fazendo horta, a gente tá com essa ideia... tudo isso que tô falando aqui a gente tá botando no plano. (Pedro Fernandes, encontro Vivências Comunitária, Planalto Pici, 07.12.2020)

Essa parte final desse recorte da fala do Pedro, é importante entendê-la dentro de uma das preocupações daquela “Vivência”, do próprio tema do encontro, de parte dele: “os limites da participação popular junto ao estado”, era um do temas em debate. Os limites das chamadas políticas públicas de participação popular também fazem parte do rol de preocupações que impulsionam a necessidade de construção dos “planos populares” por coletivos em diferentes territórios.

Já são muitos anos refletindo e lançando mão dessa ideia-ação, e prática-estratégia, chamada “plano popular” (ainda que com outras nomeações), tendo-se incrementado e complexificado tanto no conteúdo como no processo prático-metodológico de construção. Desde fevereiro de 2010, por exemplo, quando em plena luta contra o projeto de construir um estaleiro na praia do Titanzinho, foi feito o “1º Seminário Popular: O Serviluz que queremos”. Entre este e os processos de produção de “planos populares” mais contemporâneos que têm acontecido em Fortaleza, houve uma grande complexificação de parcerias, tecnologias de participação (como cartografias sociais) e procedimentos levados a cabo em territórios como Serviluz, Lagamar, Planalto Pici, Bom Jardim, entre outros.

Nem sempre tais processos de construção de planos populares se dão em contexto de lutas contra as remoções de favelas em regiões centrais e/ou valorizadas da cidade. Também em outros contextos de conflitos territoriais, lutas por melhores condições em situações de precarização da vida provocadas por omissões ativas, como é o caso em *periferias* que, diferente do Serviluz, são territórios periféricos tanto dos pontos de vista sociopolítico e econômico, como também geograficamente, no sentido de distante dos *centros* das cidades. Sobre um caso deste tipo, transcrevo abaixo trechos da fala do Rogério Costa, proferida como parte da programação da *assembleia-oficina* “Planejamento em Situações de Conflito”, realizada no

---

<sup>172</sup> Plano Integrado de Regularização Fundiária, construído no âmbito das Zonas Especiais de Interesse Social, conforme a lei do Plano Diretor de Fortaleza – PDPFor.

Serviluz em vinte e sete de julho de 2019. Rogério que é membro do Centro de Defesa da Vida Hebert de Souza, organização local do Bom Jardim, articuladora da Rede Dlis, por meio da qual foram promovidas boa parte das ações do Plano Popular do Bom Jardim.

Ele começa sua fala, previamente preparada, explicando que eles, no início do processo, estudaram as propostas da prefeitura municipal e do governo estadual para o território do “Grande Bom Jardim”, contidas, respectivamente, no plano “Fortaleza 2040” e no projeto de intervenção na bacia do rio Maranguapinho, ambos com “remoção de moradores de áreas verdes ou de risco para blocos de prédios com apartamentos de quatro andares”. Rogério segue explicando:

Então, a partir disso a gente foi construindo pro nosso território uma proposta que tivesse a nossa cara, que servisse como contraponto a essas propostas feitas em gabinetes sem consultar ninguém, sem consultar os moradores. E aí o Plano Popular teve três etapas, no nosso caso. Teve uma etapa de mobilização, que seria uma etapa preliminar, que no caso de vocês [*do Serviluz*], pela própria urgência da ameaça de remoção nos projetos discutidos, a gente naturalmente cria um clima favorável à mobilização. Mas no nosso caso lá foi como um exercício de construção de um plano popular, preventivamente, pra gente entender melhor qual proposta a gente tem para confrontar com a proposta do Estado. Não havia a iminência de se ser removidos. No caso da periferia é o descaso, é o abandono, é o não investimento em políticas públicas, é um pouco diferente de áreas disputadas no litoral que aí se confronta com outro tipo de problemática. Mas no nosso caso teve a primeira etapa, que foi essa etapa de mobilização, depois teve mais duas etapas: ‘a comunidade que temos’ e ‘a comunidade que queremos’. Na ‘comunidade que temos’, aí a gente consultou as comunidades, levando pros moradores identificarem os problemas (...) identificar onde tem alagamento, aqui tem rua estreita, aqui tem moradia precária, aqui se vive bem... Pra gente fazer esse mapeamento em torno de quatro eixos: as áreas verdes e as áreas livres; a infraestrutura urbana, se tinha saneamento, pavimentação, se não tinha esse tipo de situação; os espaços livres que poderiam ser usados pra construir equipamentos comunitários, e a própria situação da moradia. ‘A comunidade que temos’ se transformou na ‘leitura comunitária’, essa parte de diagnóstico né; e ‘a comunidade que queremos’ se transformou em propostas, em proposições. (Rogério Costa, oficina Planejamento em Situações de Conflito, Serviluz, 27 de julho de 2019)

Sobre as fases de produção do Plano Popular do Bom Jardim, ele explica que a “mobilização” começou em novembro de 2016. Depois:

(...) gastamos todo o 2017 com o diagnóstico, consultando as comunidades, porque essas consultas tínhamos não só reuniões, mas tinha medição de casas, entender qual é o padrão de lotes que são maioria na Zeis (...) importante debater recuperação ambiental, soluções pra isso; fizemos também mapeamento dos terrenos livres dentro da própria Zeis (...) a gente mapeou terrenos vazios que podem receber reassentamentos dos próprios moradores sem perder vínculos familiares, sem perder sua história, sem perder os vínculos comunitários<sup>173</sup>. (Rogério Costa, oficina Planejamento em Situações de Conflito, Serviluz, 27 de julho de 2019)

<sup>173</sup> Novamente a contraposição do “reassentamento” à “remoção”.

Vemos nos casos do Bom Jardim, Serviluz e outros em Fortaleza, bem como no caso da Vila Autódromo no Rio de Janeiro, que algo fundamental nas dinâmicas de produção dos “planos populares” tem sido um recorrente padrão de alianças envolvendo setores universitários – notadamente laboratórios de pesquisa e núcleos de extensão – e organizações não-governamentais que atuam nos territórios onde tais planos populares são produzidos. Uma aliança baseada fortemente no *ativismo* dos agentes envolvidos. Diferente, nesse sentido, do processo de produção dos Planos Integrados de Regularização Fundiária das Zonas Especiais de Interesse Social, que terão envolvimento mais amplo e institucional das universidades em convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Fortaleza. Contudo, vale ressaltar a conexão entre ambos os processos de planejamento participativo, como destaca o próprio Rogério:

O processo de construção do Plano Popular do Bom Jardim durou de novembro de 2016 até o final de 2018. Logo em seguida veio o processo de mobilização para eleição do Conselho Gestor da Zeis. Então foi muito importante para manter as comunidades mobilizadas, participando, tentando entender como é esse instrumento, como funciona na prática, buscando soluções para suas comunidades e tendo um contraponto para quando, agora [*julho de 2019*], que vai começar discutir o Pirf, a gente tá com mais segurança, tá com mais autonomia, tá com mais entendimento pra fazer propostas, pra não aceitar propostas prontas e pra ter o Plano Popular como referência para o que vai entrar no plano oficial. (...) uma costura politicamente pedagógica de exercitar, de fazer o debate de ideias. (Rogério Costa, oficina Planejamento em Situações de Conflito, Serviluz, 27 de julho de 2019)

Assim, as alianças são parte estratégica da ação coletiva de quem faz luta comunitária na cidade, afetando os rumos que esses processos, mais ou menos conflituosos, tomarão. Foi assim no Bom Jardim, no Serviluz, na Vila Autódromo, dentre muitos outros casos. Inclusive servindo de fio condutor da troca de experiências entre as comunidades, como já vimos algumas vezes nesta tese e que a fala do Rogério ilustra:

(...) nesse processo de mobilização [*do plano popular Bom Jardim*], a gente mostrou a experiência da Vila Autódromo, o que tinha acontecido no processo lá (...) estudantes de arquitetura que tinham conhecimento do que aconteceu na Vila Autódromo e tinham participado de encontros lá e que trouxe para a discussão pra inspirar os moradores do Bom Jardim pra participar do nosso plano. (Rogério Costa, oficina Planejamento em Situações de Conflito, Serviluz, 27 de julho de 2019)

Seja pela ação de estudantes e professores de arquitetura ou direito, ou de profissionais dessas e outras áreas que atuam em ongs e outros coletivos, seja em eventos promovidos por esses coletivos acadêmicos, como os citados neste texto, essa troca de experiência é agenciada e fortalece a performance dos coletivos que atuam nos territórios. O que é ainda mais notório em situações de conflito, quando a circulação de estratégias e práticas fortalece a ação de quem resiste. Quando há ameaças de remoções, por exemplo, envolvidas em projetos de intervenções

estatal-mercadológicas nos territórios, os repertórios de estratégias, práticas e ações se multiplicam e se intensificam, desencadeando acontecimentos e desdobramentos em séries, que performam as caminhadas dos agentes envolvidos, bem como os arranjos coletivos nos diferentes tempos-espacos dessas trajetórias coletivas.

Rogério, em outra fala que fez naquele vinte e sete de julho de 2019, destacou o repertório agenciado no caso da Vila Autódromo, tão bem narrado pela Sandra em suas falas naqueles dias “intercâmbio de experiências”. Rogério condensa:

(...) numa memória desde ontem, a partir do que anotei [*das falas da Sandra*], o pacote de maldades da prefeitura do Rio contra a comunidade. Conteí, dos pontos que eles lançaram mão, que é muito parecido com o que a gente vê aqui também, dezesseis estratégias, aí eu pensei estamos lascados, tipo: cortar iluminação pública, parar de colher lixo, até esburacar casas que não podiam ser demolidas totalmente, cortar uma casa ao meio – o que é isso gente?! – deixar animais abandonados, ou seja, dezesseis pontos contra a comunidade. Aí eu pensei: puxa vida! Depois a Sandra começou a falar do outro lado, da resistência, da criatividade da resistência: rede de apoiadores, *ocupa* Vila Autódromo, venda de camisas, café da manhã servido na rua, parquinho de crianças construído colaborativamente etc. Dezessete coisas! [*gritos e aplausos da plateia*]. Então é isso, se eles vêm com oito, a gente reage com oitenta. (Rogério Costa, oficina Planejamento em Situações de Conflito, Serviluz, 27 de julho de 2019)

Entre elas, a arte e a mobilização cultural, a realização de eventos festivos etc. Veremos mais sobre isso adiante.

## A FESTA E A ARTE COMO AÇÃO POLÍTICA

### 6 O Coletivo Servilost e o Sarau Farol Roots

“Atualmente a gente está fazendo festas, algumas festas que movimentam a economia local, mas não é festa por festa, tal hora a gente pega o microfone e anuncia o que é que está acontecendo, da nossa luta”. (Priscilla Sousa, auditório da reitoria da UFC, 26 de julho de 2019).

Sandra já havia falado sobre os eventos artístico-festivos como ação na luta da Vila Autódromo. E esse perfil de ação foi o ponto inicial da fala de Priscilla na mesma noite, ao falar das estratégias e ações na luta da contra as remoções no Serviluz.

A festa, arte e cultura como ação política é a cara do Servilost. Tal coletivo, desde o seu surgimento em meados da década passada, promove ocupação de espaços públicos, constituindo-os em arenas políticas e cenas artísticas. Realiza intervenções na paisagem, ressignificando-a criativamente. Cria *arenas públicas*, por meio, também, da festa: reggae, poesia, rap, dança, teatro... No Farol, no Paredão, na Praça Tiago Dias, na Praia do Titanzinho, na Praça São Francisco, na Praça da Estiva, na Favela. *Estivela* – líamos pichado no Farol ou na voz de um *mc*, celebrando a paz de dois territórios outrora envolto em rivalidades violentas.

A ocupação do Farol Velho do Mucuripe, o “Farol Roots”, foi um ponto alto desse movimento de ocupação festiva-artística-política dos espaços comuns no Serviluz. E que se conectava a um movimento nesse sentido em vários territórios *periféricos* da cidade – *é o gera!* Deixemos que alguns dos seus idealizadores e realizadores, do Farol Roots e outros *geras* no Serviluz, falem-nos a respeito. Instada a falar sobre “ocupação do espaço público”, durante o curso “Produção capitalista da cidade: poderes, conflitos e resistências”, promovido pelo Laboratório de Estudos da Habitação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC<sup>174</sup>, quando as pessoas participantes do Serviluz, todas componentes do Coletivo Servilost, foram narrar sua experiência naquele sentido, Priscilla Sousa começa:

A gente mora lá no Serviluz ( ), falar da ocupação do espaço público. A gente, enquanto coletivo, ocupamos o Farol do Mucuripe, num movimento de cultura, arte, saraus. E ocupamos por um ano, semanalmente, enfrentando repressões policiais. E foi, não sei se é importante destacar, que foi no ano da **pacificação** onde estava sendo muito possível os encontros de os territórios lá do bairro são divididos né, então a galera tava ”

<sup>174</sup> Para saber mais sobre o Lehab e o processo do referido curso, que ocorreu entre 30 de agosto e 06 de novembro de 2018, ver o *paper*: “Curso a produção capitalista da cidade: a legitimação da universidade pública pela pesquisa-ação com os movimentos sociais urbanos” (PINHEIRO, 2019).

Bruno Spote emenda: “As fronteiras sumiram né”. Priscilla continua:

Não sei se foi isso o que possibilitou ser muito forte na época. E destacar que iniciamos muito motivados, muito... muita indignação com o bairro, mas também com o que estava acontecendo com o Cuca Roots [*no Jangurussu*], e acho que foi assim uma motivação pra estourar esse movimento de ocupação de espaço público, praça, com o reggae, com os sarais, e em muitas periferias estourou mesmo, e estourou também a repressão policial nesses lugares tudinho. Não sei se alguém quer destacar ainda alguma coisa sobre nós, porque eu quero falar depois sobre a rede que se formou.

Joseane, então, pega a palavra:

Eu sou a Jose, sou do Servilost. Eu não peguei muito o início de como se configurou o Servilost, eu já faço um trabalho há dezesseis anos lá na comunidade com crianças e adolescentes através da ong Núcleo de Base do Serviluz. E aí me chamou a atenção o movimento do Servilost que reunia a galera lá no Farol, fazia os sarais, e eu comecei a me aproximar. Só que quando eu comecei a me aproximar foi justamente quando a paz acabou novamente...

Pedro atravessa: “A paz entre aspas...”. Joseane continua:

...é, a paz acabou e aí ficou quase impossível ocupar o Farol. Mas aí a gente começou a se encontrar assim mesmo pra fortalecer outras coisas, a gente começou a fortalecer os encontros na Associação, pensar em outros projetos que poderiam fazer com que a gente juntasse a galera, aí dentro da comunidade, não só no Farol, mas na praça Tiago Dias que fica no Titanzinho, em outros pontos do bairro né, levando ainda o sarau e junto com o cinema e depois outros projetos surgiram como o Surfe das Manas, que foi muito do que a gente ouviu né, o Surfe das Manas foi muito do que a gente ouviu durante os sarais que aconteceu no Farol, da vontade da galera se reunir, no caso das mulheres que tem essa ligação com o surfe. Então as ocupações foram diminuindo, a questão dos sarais, e a gente foi fortalecendo um grupo menor fazendo outras articulações, que é o que a gente faz hoje.

Pedro pega a palavra:

Deixa só eu falar na questão da ocupação dos espaços públicos na periferia, na favela a gente não difere rua de casa, é tudo a mesma coisa, então a gente tá na rua tá na casa tá na Praia Mansa tá dentro do mar, a gente tem uma ocupação bem massa como se fosse um organismo vivo, uma teia bem forte, e assim eu sempre digo que vivo muito na rua, aqui todo mundo é de rua viu gente [*rir*], todo mundo gosta de tá na rua: o Bruno, a Priscilla, todo mundo. E fortalecer tá na rua, nessa ocupação permanente é muito massa porque a gente começa a ter várias conexões, não tem como, conexão com o mendigo com o cachorro, várias conexões e a gente acaba conhecendo as pessoas tudinho e isso cria um respeito. **E lá no Serviluz sempre teve várias fronteiras, vários limites, na mente, barreiras físicas, mas a gente nunca se limitou**, o Bruno como grafiteiro nunca se limitou porque ali é tal e não ir lá fazer o seu grafite, e eu também na área da arte nunca me limitei de não ir ali porque o fulano tem aquela birra e tudo. A gente sempre conseguiu fazer essa mediação (...) ser esses mediadores, porque a gente sempre tá lá na rua fazendo essa mediação muito forte, é tanto que até hoje a galera... o sarau foi muito forte, o sarau foi uma expressão bem

massa de toda a energia que tinha na cidade nessa época, não era só o Serviluz, a gente nem avisava nada, a gente não divulgava o sarau, quando dava fé...

Spote reforça: “... é interessante isso porque foi feito no boca a boca, a gente limpou o Farol aí fez o primeiro, aí na outra quarta fez o segundo, aí na outra foi o terceiro... agente não usou de rede social nem nada e acabou juntando um montão de gente, e a polícia bateu lá...”

Priscilla continua:

Chama atenção e aí como que... é isso, **um bocado de pobre reunido num lugar não pode né, fazendo festa** e tal. E aí eu queria falar um pouco dessa relação porque foi também na época do ‘Ceará Pacífico’ que estava se instaurando [*programa de segurança do governo estadual que buscou interfaces com a cena de arte e cultura nas periferias, os coletivos ativos nesse campo*], a gente quis diálogo, então fomos nos articulando com outras periferias que estavam passando por repressão, querendo perguntar que ‘Ceará Pacífico’ é esse? Ceará Pacífico pra quem<sup>175</sup>? Mas nunca dá jeito, o diálogo não dá em nada, não deu em nada, aí a gente tentou fortalecer a **rede de juventude das periferias**. O que hoje ainda está se construindo, assim, esse fortalecimento, porque parece que a gente é muito ocupado com nossas atividades em cada bairro que a gente parece não tem tempo pra se reunir. Mas a gente viu que a importância disso do (...) de a gente tá... assim como essa grande rede da Zeis e tal, a juventude também já tá se articulando há algum tempo desde depois desse impacto da polícia e tal acabar com o movimento. O movimento dos saraus diminuiu, mas criou-se estratégias para poder estar ocupando de outras formas né, de formas que **nosso corpo é uma arma** que... como é que eu posso dizer... que chama atenção, então como é que a gente que o nosso corpo tá ali, chama atenção sem a gente ser atingido<sup>176</sup> né, de certa forma...

Pedro: “A gente acaba tendo essa discricção para se preservar viu gente, a gente não deixa de fazer, a gente acaba criando...”

Priscilla: “Criando outra estratégia”

Pedro: “... outras estratégias e formas para não ficar tão exposto ali na favela”.

Eu não quis interromper o fluxo da fala coletiva daquele núcleo tão representativo do Servilost, fala proferida em encontro de *ativistas* de diferentes *coletivos* em diferentes territórios da cidade, em uma troca de experiências instada por depoimentos sobre como tais ativistas e coletivos ocupam o “espaço público”. Tal fluxo funciona bem como uma prenúnciação das problematizações que seguirão. Todas as questões que serão tratadas nos próximos tópicos interagem com as falas acima transcritas. O primeiro desafio é selecionar o que tratar primeiro

<sup>175</sup> Veremos essa palavra de ordem, em crítica a um programa da política de segurança pública estadual, ser repetida várias vezes por jovens ligados aos coletivos artísticos-políticos que promovem ocupações festivas dos espaços públicos periféricos, entre outras ações

<sup>176</sup> “por sua vez, a poética do martírio usa o corpo como disfarce, a malandragem como pólvora, portanto, fumaça como disfarce-para-fuga. Corpo-poeta-máscara que esconde uma arma que em breve – e já – será detonada nos ônibus, nos encontros-saraus, nas bibliotecas livres” (SILVA, 2022, p. 129)

diante de tantas coisas faladas, tão significativas, já que as falas acima trazem condensadas várias formulações ricas e registros valiosos. Meu objetivo inicial era falar do Sarau Farol Roots mobilizando narrativas a partir das minhas vivências de campo naquele período do final de 2015 a meados de 2017 e seus desdobramentos, refletindo sobre a **prática festiva como ação política**, conectando com o “movimento de saraus das periferias” de Fortaleza, constituinte de verdadeiras *assembleias poéticas* que marcam fortemente a cena artística-política-cultural da cidade desde então. Mas uma contextualização se faz necessário, como vimos acima atravessando as falas das quatro integrantes do Servilost.

### 6.1 Guerra, paz e pacificação

Era um domingo em novembro de 2015, se não fosse domingo seria feriado, quinze de novembro, proclamação da república, mas foi outro acontecimento proclamado naqueles dias que me chamou a atenção – a “paz no Serviluz”. Eu e Jacqueline fomos ao Titanzinho encontrar o Pedro no Paredão, beber cerveja e comer peixe assado, ao meio-dia – uma guaiúba pescada naquele mar para o qual olhávamos, tendo próximo, no alcance da vista, inúmeros surfistas, alguns botes boiando, meninos pulando das pedras na água, *tchibum*. Mas antes de encontrarmos Pedro no fim da rua do Paredão, paramos logo no início – onde desponta a vista do mar, da praia, do molhe de pedras, na esquina do qual vimos “irmão” Zé acenar. Ele participou conosco, por um tempo, do acampamento na ocupação Raízes da Praia (de onde saiu afastado por decisão da maioria dos moradores, insatisfeitos com certas condutas). Vestia calça, como sempre, apesar de estar a poucos metros da praia, para a qual muitos dos moradores transeuntes na movimentada rua costumavam passar ao largo, não descer a ela, e por isso mesmo estava estranhamente lotada àquele dia.

O Zé comentou: “estão vendo essa multidão de gente, já viram a praia cheia de gente assim”? Diante da resposta negativa, ele continuou: “é o povo da Estiva que nunca vieram pra praia aqui, hoje vieram em peso, sabe por que?” – “não”, respondemos. “Eles fizeram um acordo”. “Acordo?”, pergunto “É, eles se juntaram”, disse o *irmão*, “os da Estiva e os da Favela, agora é paz, fizeram um pacto, cada um vende seus negócios no seu canto e acabou-se a guerra, ninguém mata ninguém, tá proibido, eles lá decidiram né... estão junto agora”. E como efeito disso, ele nos explicou, a população da Estiva que não podia vir à praia do Titanzinho, pois era território proibido para eles (no mínimo arriscado), nesse dia vieram “em peso”, pois era o primeiro domingo da “paz”. E o que se via era uma multidão de mulheres com crianças e grupos de adolescentes a usufruir a praia.

Pedro confirmou o acontecimento, só se falava disso no bairro, ele disse, mas nós não conversamos muito sobre o tema, variamos para outros papos, mas lembro dele ter falado do “acordo” entre a *Estiva* e a *Favela*, “estão falando *Estivela*”, ele conta rindo – depois eu veria tal nome grafitado no Farol. “A Pracinha também?”, pergunto – “todo mundo!”, ele responde. “Que notícia boa”, comento, sentindo-me de fato feliz com o que ouvi e o com o que via. Mas Pedro mostrou-se reticente, meio que ainda incrédulo, esperando para conferir os desdobramentos daquilo, efeitos imprevisíveis, que com o tempo iríamos observando: novos acontecimentos, constantes rearranjos. Enfim, a conversa derivou para outros assuntos. Mas nos meses que seguiriam, retomariamos o tema da “paz no Serviluz” com frequência.

Já no sábado seguinte, vinte e um de novembro de 2015, voltamos a nos encontrar em uma aula de campo na qual acompanhei uma turma de alunos de arquitetura, de uma disciplina ministrada pelo professor Renato Pequeno, quem articulou aquela atividade. Pedro nos recebeu no Farol Velho. Quando descemos do Farol, andamos pela rua contígua, a rua General Titã – documentada no filme “Atrás do Farol tem uma rua”, do Coletivo Audiovisual do Titanzinho<sup>177</sup> – movimentada rua naquela área chamada “Favela”. Apesar da nomeação estigmatizante e de ser considerada por autoridades como “área de risco”, devido ao fato de parte das casas estarem rentes à faixa de praia do Titanzinho, todas as casas ali são de alvenaria e grande parte dos moradores rejeita ser transferida para um conjunto habitacional em cima do Morro, próximo ao Farol Novo, vizinho ao Morro da Vitória. Pedro, na visita guiada, chamou a atenção para a criatividade dos moradores em organizar os “becos”, que ligam a rua à praia, permitindo a moradia de muitas famílias, pois onde caberia duas casas com a frente para a rua e o fundo para a praia (como muitas na rua Titan), constroem vários compartimentos com frente para os becos (que parecem longos corredores, de no máximo um metro e meio de largura, entre quitinetes) onde moram várias famílias.

Chegamos à faixa de praia do Titanzinho. Certamente chamando atenção, um grupo de quase duas dezenas de estudantes e dois professores de arquitetura. Andamos alguns metros quando ouvi alguém gritando meu nome – era o Tranquedo, da sacada da laje em uma casa de frente para o “pico” do Titanzinho. Alegrou-me vê-lo, fiz sinal que descesse, veio ele a Rosinha, com quem vivia em relação conjugal à época. Tranquedo é integrante do Farol Rap, grupo que teve intensa e profícua atuação no bairro e na cidade em meados da primeira década de dois mil e início da segunda. Hoje, o grupo está disperso. Só restou Tranquedo morando no Titanzinho e na ativa, compondo e cantando rap em diversos eventos no Farol, no Paredão, na praia do

---

<sup>177</sup> <https://www.youtube.com/@cineserverluz>. (acesso em 28.01.2023)

Titan, na praça Tiago Dias. *Mc Quedão* é presença frequente nos eventos do Servilost, inclusive quando acontece fora do Serviluz, como no Afro Sarau no Dragão do Mar (veremos no tópico 9.1). Lembro que sua participação foi logo depois da cantora Jeicy Viana, que apresentou uma música composta por ela, inspirada no seu bairro, o Bom Jardim: “que é lindo, a vista da serra, o pôr do sol mais bonito da cidade”, ela disse. Tanquedo, como bom bairrista que é, a primeira coisa que disse ao pegar o microfone foi que ia ter que discordar dela, porque o pôr do sol mais bonito da cidade é no Titanzinho. Ele também circula em outras áreas do próprio bairro onde, antes de novembro de 2015, não podia circular – em um encontro meses depois daquele novembro, ele me disse que andou pela primeira vez nas ruas da Estiva, andando por quase todas elas, com exceção de uma, a qual ele evitou “por respeito à família do finado”, em referência a uma *treta* do passado.

Tranquedo participou das relações de *socialidade* violenta<sup>178</sup> das *gangs* do Serviluz e suas *guerras*<sup>179</sup>. Já cometeu crimes, e “puxou cadeia” para pagá-los, e narra suas experiências nas músicas que compõe<sup>180</sup>. Quando conheci o pessoal do Farol Rap, ele estava preso. Lembro de um show de grupos de rap, lançamento da revista Farol<sup>181</sup>, em outubro de 2006, na avenida Cais do Porto, próximo ao Farol Velho, o Farol Rap se apresentou sem ele, que foi homenageado no palco, alguém disse ao microfone: “aguenta firme Quedão, por mais longa que seja a pena, ela não dura pra sempre”. Foi nessa época que conheci o Maurício, integrante mais veterano do grupo, composto por jovens mal saídos da adolescência, menos ele, sobrevivente do seu próprio ciclo de *guerras* nos anos noventa – uma vez ele me disse: “As guerras aqui são como maré que enche e seca, a cada dez anos estoura uma guerra, passa uns dois a três anos e já morreu um bocado de um lado e de outro os que escaparam são sobreviventes, aí desistem de continuar, cansa”.

<sup>178</sup> A antropóloga britânica Marilyn Strathern (1999, p. 169), ao discutir a noção de “socialidade”, demonstra que as relações sociais não são apenas de solidariedade e empatia (como o termo “sociabilidade” dá a entender, destacadamente na língua inglesa, segundo ela), pois os conflitos também possuem forte conteúdo “relacional”.

<sup>179</sup> Relações de socialidade pesquisadas em profundidade socioantropológica por Sá (2010), inclusive às noções e narrativas das “guerras” que, de tempos em tempos, eclodia em ciclos encadeados de ataques entre rivais.

<sup>180</sup> Diógenes (2008), mobiliza as enunciações poéticas do hip hop como expressão do universo sociocultural da juventude periférica em Fortaleza, bem como das experiências relacionadas à violência e seus significados, na perspectiva das *gangs* e galeras juvenis, nas letras de rap e outras expressões artísticas-políticas no movimento hip hop. Nesse universo, há vários casos como do Tancredo em seu deslocamento expressivo e existencial: “A ideia apontada pela dinâmica dos grupos juvenis de periferia, tendo em vista que vários integrantes do Hip Hop foram de gangues, é de percebê-los, distintamente, dentro da dinâmica juvenil nos bairros de periferia urbana. (...). Entendem-se as práticas das gangues e do Hip Hop dentro da perspectiva de *continuum*, como partes entrelaçadas do imaginário sobre a violência e o sentimento de exclusão que pontuam a vida dos jovens na periferia da cidade de Fortaleza” (DIÓGENES, 2008, P.110–111).

<sup>181</sup> <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/metro/paywall-7.100?wall=0&ald=1.742839> (acessado em 04/09/2022)

Pois bem, conheci Maurício por meio da Meire, integrante do Movimento dos Conselhos Populares no Serviluz. Ele procurava, justamente, um advogado para cuidar do caso do Tranquedo. A partir daí estabelecemos várias parcerias com o grupo organizado por Maurício, tendo em primeiro plano ou vocal, à época, o Jean, com Rafael e Pulga fazendo segunda e terceira voz, Maurício produzia. Então, estabelecemos uma parceria, conseguimos montar um pequeno estúdio por meio de um projeto que aprovamos, um edital da Secretaria de Desenvolvimento Econômico municipal, chamado “credjovem cultura”. Montamos o estúdio, mas não no Serviluz, e sim na galeria Pedro Jorge, no Centro, por decisão do Maurício. E Tranquedo continuava preso, mas participava compondo. Ele riscava as letras das composições com facas de plástico em tampas de papel-alumínio das marmitas nas quais serviam as refeições no presídio. Maurício as guardava como troféus – conversávamos, tínhamos o desejo de realizar uma exposição com aquelas tampas riscadas com poesias do Tranquedo, as quais Maurício guardava. Mas nunca aconteceu, e hoje, já há alguns anos, quase uma década, essa relação, ou melhor, aquela trama de relações não existe mais. Quando encontrei o Tranquedo naquele vinte e um de novembro de 2015, ele veio à praia com a Rosa, percebi nela com uma cicatriz inchada, escura e cumprida, descendo do ombro pelo braço esquerdo, ele com duas cicatrizes redondas e pequenas como caroços nas costas, que pareciam tumores murchos e escuros.

Encontrei Tranquedo quando participei daquela Assembleia da Comissão Titan em setembro de 2019, a qual já relatei, na rua homônima, rua na qual ele continuava morando, mas em outra casa e separado da Rosa, com quem teve um ou dois filhos. A novidade naquele começo de noite de setembro de 2019, na qual ele passou por nós e não parou, era que estava indo para a igreja, devidamente trajado, como evangélico que havia se tornado. Não sei se a conversão durou, pois não voltei a encontrá-lo<sup>182</sup>. Soube que ele passou a trabalhar com os pescadores do bairro. Antes disso, trabalhou como segurança de galpão da Feira da José de Avelino, feira de confecções que ocorre, entre outras, na rua José Avelino que se estende do Centro ao Centro Cultural Dragão do Mar, na Praia de Iracema. Também Rafael e Jean trabalharam com a feira de confecções. O primeiro, encontrei-o – alguns anos antes daquele encontro com Tranquedo em 2015 – em um restaurante que atendia os viajantes que vêm à feira se abastecer de mercadorias para revenderem pelos bairros, cidades e até outros estados; Jean, encontrei em meio às barracas, no fuzuê da feira, ele trabalhava para um fabricante de confecção e comerciante, com loja na região e várias barracas na rua.

---

<sup>182</sup> Recentemente (setembro de 2023), voltei a encontrá-lo, cantando em rap e dizendo poesias em um evento do Slam Entrelinhas ([https://www.instagram.com/slam\\_entrelinhas/](https://www.instagram.com/slam_entrelinhas/)), realizado na avenida da Universidade, bairro Benfica, em frente à Biblioteca Municipal Dolor Barreira.

Na conversa ali na praia do Titanzinho, quando fazia muito que não o via, as coisas a contar eram muitas. Mas a grande novidade, tema dominante, era a “pacificação” entre as *galeras* da Favela e da Estiva. Ele e ela começaram a narrar fatos, intercalada e atropeladamente, pois além de conversar lateralmente comigo, havia um grupo com alguns dos visitantes universitários, para quem dirigiam suas performances – principalmente ele. Percebi que o casal sentia, além da excitação que o assunto provocava, algo como, digamos, orgulho. Esse era um dos afetos que eu sentia circular por lá naqueles tempos, um certo orgulho – orgulho bairrista, mas também orgulho de si, para quem de alguma forma se sentia partícipe daquela ação coletiva que culminou com o acontecimento da “paz no Serviluz”.

Antes de continuar a digressão temporal, botando a memória para agir na construção desta trama e na produção de reflexões que seguem, faço um registro coetâneo à escrita do texto. Estamos no início de setembro de 2022. Em uma festa que encerrava um encontro de pessoas e coletivos integrantes da Rede Jubileu Sul, em um pequena roda conversa, escuto o seguinte de um morador do Serviluz que a “pacificação” entre os *coletivos criminais* nas diferentes *intraterritorialidades* no Serviluz continua; após um período de dissidência “na área da Pracinha São Francisco”, voltaram todos a integrar a mesma *facção*: “noto pela pichações, pessoal pichou ‘gde’ lá na área da Pracinha e ninguém riscou ou contrapôs a pichação ‘cv’, como acontecia durante um tempo ali”, ele me explicou.

### 6.1.1 “No Serviluz a guerra não existe mais”

Podemos pensar a guerra como algo que divide as populações entre aquelas pessoas por quem lamentamos e aquelas por quem não lamentamos. Uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou de verdade como vida. Podemos ver a divisão do mundo em vidas passíveis ou não passíveis de luto (...). A distribuição desigual do luto público é uma questão política de imensa importância. (BUTLER, 2015, p. 64-65)

Era o Sábado de Aleluia de 2016. Começo da noite quando cheguei no Titanzinho, na rua do Paredão, fervilhante de gente, descí à praia, onde o palco estava montado. Uma festa organizada pelo Servilost, dentro da programação de um campeonato de surfe que acontecia na praia do Titazniho naquele final de semana. Noite de sábado agitada, multidão de gentes se movimentando como cardumes pela rua, calçadas, concentrando na “seresta<sup>183</sup>”, no show na

<sup>183</sup> “Seresta” é um tipo de festa muito popular nas comunidades do litoral leste de Fortaleza e outros territórios da cidade, pois é uma prática festiva muito arrigada na cultura popular da cidade. Festa de público predominante adulto, com mesas e cadeiras espalhadas e gente em pé dançando, outras sentadas bebendo e

praia, em outro ponto da praia onde um enorme boneco de Judas é queimado. Juntei-me, no primeiro momento da noite, à pequena multidão na praia do Titanzininho, de frente para um palco (este de frente para o mar), cuja parede de fundo amparava afixada uma bandeira do Coletivo Servilost. Quando cheguei à praia, depois de passar pelo grande público da seresta e descer os degraus para a areia, vi um público formado por crianças, adolescentes e adultos jovens, muitas mulheres, às vezes jovens mães com seus filhos. Quando cheguei ao ambiente, a música que tocava, selecionada por um *dj*, era da banda pioneira do *rap* estadunidense *Public Enemy*. Depois, teve uma apresentação teatral do coletivo local Teatro Dito e Feito, reunindo muitas crianças junto ao *palco* assistindo a peça, o mesmo espaço que, anos antes, foi palco do assassinato de Tiago Dias: “enquanto conversava em uma roda de amigos, os caras saíram daquele beco ali, ele foi morto com a prancha na mão. Por quê? Porque naquele tempo podia matar por qualquer coisa”, me contou um amigo do surfista morto, que virou uma espécie de *mártir* na comunidade, como veremos mais à frente.

Mas os tempos eram outros, no início de 2016. Naquela noite, entre as apresentações de artistas locais, teve uma muito significativa do que estava acontecendo, performance de um jovem que começou a cantar um *funk* cujo conteúdo da letra me fez sacar o celular e gravar:

Abaixo a todas as armas, agora é só paz e amor  
 a pacificação demorou, mas já chegou  
 E o barulho do tiro, não vamos ouvir mais  
 acaba a violência entre as facções rivais [*gritos na plateia, uhuuu*]  
 Antes era demais, perigo era constante  
 chega de tanta briga, derramamento de sangue  
 Tentar recuperar esse tempo perdido  
 que todos os problemas eram resolvido a tiro  
 Com várias mães chorando, ninguém se conformava  
 mas dar tiro nos outro, o de menor já atirava  
 Com roubo na favela, ninguém mais se tocava  
 [*inaudível*] chegou rimando, Serviluz minha quebrada.  
 Vamos viver a vida sossegado e só na paz  
 no Serviluz a guerra não existe mais [*plateia se agita de novo e agora bate palmas marcando a batida do funk*]  
 Vou viver a liberdade sem treta e sem as brigas  
 o Serviluz agora é bairro da alegria [*uhuuu, assobios*].  
 É nós, o Serviluz, tamo junto  
 Servilost, Estivela, Pracinha, [*inaudível*], Sardinha, todo o Serviluz, é a pacificação  
 irmão, demorou mas já chegou!  
 Quem aí fecha com a pacificação levanta a mão – [*Público se agita, vejo pessoas de diferentes idades e gêneros batendo palmas e vibrando*].

---

conversando, todas curtindo as músicas altas, tocadas geralmente a base de teclado eletrônico, com cantores com repertórios dos estilos *brega* e *farró*, com suas muitas variantes.

Daquela noite lembro, e vejo nas imagens e áudios que gravei e anotações que fiz, o pessoal do Servilost bem ativo na produção do evento: o Pedro Fernandes, o Igor Cavalcante, a Priscilla Sousa. Esta, como quase sempre em eventos públicos, com a camisa do Servilost e com uma câmara fotografando e gravando o máximo que pode. Foram várias apresentações, além do funk acima transcrito. Uma série de performances em meio ao vento e areia na beira da praia. Muita animação no público, formado por jovens de diferentes áreas do bairro, o que era impensável antes, mas também pessoas de diferentes idades e perfis, como fossem representantes de diferentes segmentos da sociedade civil do Serviluz, mais especificamente do Titanzinho, acrescentadas por pessoas ligadas à cena do surfe do bairro, da região e da cidade, entre outros visitantes.

Tal hora me é apresentado alguém, ali na praia, a quem atribuem a condição de um agente decisivo da “pacificação” no Serviluz – não parecia ser *mais um* entre muitos que vi se colocando nessa condição, foi a impressão que tive. Ele falou que não faz “aquilo [*a pacificação*] por dinheiro, é pela comunidade, todo mundo ganha”. Diz que a ideia é que as pessoas possam desfrutar a “comunidade”, seus comerciantes possam se beneficiar disso também, diz que gosta de “receber bem”: “você não gosta de vir aqui? não é bom ser bem recebido?”, ele me perguntou – “sim, sempre fui muito bem recebido no Serviluz”, respondi – “pois é, é assim que queremos que todos sintam, comentem, é o nosso marketing”. A *hospitalidade* sempre foi uma característica da população no Serviluz, principalmente ali no Titanzinho, um território com tendências cosmopolitas e que recebe muitos visitantes. O que percebi naquele momento foi essa hospitalidade, essa disposição à acolhida, sendo agenciada como discurso e outras práticas na “pacificação”. Um agenciamento entre outros, como podemos perceber, por exemplo, na letra da música acima transcrita. Ou na potência afetiva do filme que foi projetado como parte da programação daquele evento. Filme sobre Tiago Dias<sup>184</sup>, amigo do Igor Cavalcante e discípulo do Raimundinho Cavalcante (pai do Igor), e que foi morto, assassinado, um *acontecimento-crítico* nos ciclos de violências do bairro, catalizador do sentimento de esgotamento da população para com a “guerra”. A mãe de Tiago Dias aparecendo no filme<sup>185</sup>, ela representa todas as mães vitimadas e que tanta empatia geram na comunidade: “Com várias mães chorando, ninguém se conformava”, diz o “rap da pacificação”. A roda de

<sup>184</sup> O filme é uma realização Titanzinho Surf Clube: TSC Vídeos. Em uma postagem no perfil do seu produtor ([https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9_o)), vemos a informação: “uma pequena versão do Filme ‘Tiago Dias para sempre em nossos corações’, filme que é uma pequena homenagem para Tiago Dias que deixou muitas saudades Um filme de " MAXWELL FERREIRA e RAIMUNDO CAVALCANTE ". imagens: RAIMUNDO CAVALCANTE e MAXWELL FERREIRA. roteiro, produtor e editor: MAXWELL FERREIRA narração: AÇUCENA SILVA. (acesso em 09.09.2022, postada há 11 anos).

<sup>185</sup> 4’55” e ss.

companheiros surfistas no mar em oração por ele, o absurdo do extermínio de um jovem potente e promissor.

Por volta de dez horas da noite, o show é encerrado, ainda que o público e quem estava se apresentando (uma banda de reggae) quisessem continuar. A produção, à cargo do pessoal do Servilost, também queria prosseguir, mas tinha a pressão policial sobre o horário, e o som foi desligado. Depois de um tempo, começaram a se espalhar, cardumes em movimento, na noite festiva que continuava com a seresta em um bar no Paredão – local onde futuramente aconteceriam algumas reuniões, assembleias populares da Comissão Titan – e outros focos de aglomeração na rua, calçadas, praia, espigão, onde outros dois bonecos de judas foram queimados. A rua estreita estava apinhada de gente de todas as idades, músicas, barulhos, comércio e consumo de bebidas e comidas. Eu e Pedro, após irmos na Associação para guardar o material da produção, ficamos ali no Paredão, compramos uma lata de cerveja cada e ficamos conversando em pé na calçada, em frente à seresta, no lado oposto da rua, olhando no sentido da praia. Brindamos ao sucesso da festa que eles produziram. Priscilla juntou-se a nós, à conversa, que se tratava, é claro, do evento que acabara de findar, seus acontecimentos.

Conversamos descontraidamente durante um tempo, eles naquela euforia de organizadores pós-evento, quando tudo sai bem. Ou quase tudo. Falamos sobre o problema do som baixo, uma caixa de som precária, depois que tiveram de desligar o equipamento principal por causa da hora, só podia ir até nove horas, mas a festa continuou mais um tempo, tocando com uma caixa de som simples, na qual o jovem *mc* cantou novamente o “rap da pacificação”. Também falamos com raiva das imposições da polícia, da “encheção de saco”. Mas no geral estavam muito animados com o sucesso que o evento atingiu. Pedro, empolgado nos elogios à companheira de Coletivo, diz que tinham de fazer uma camisa com o rosto dela. E ela: “meu?! Por quê? Nam!”. E o Pedro insiste, rasgando elogios que a deixam meio encabulada. Pelo que tenho observado ao longo desses anos de convivência, percebo que ela está muito bem contemplada com a estampa do Servilost que ela veste em camisas e bonés, e divulga com tanto orgulho e pertença – certamente vê uma parte de si naquela identidade visual que representa um coletivo do qual ela é membra ativa, com o qual se identifica e se engaja, e cuja representação estética, ela ajuda a fazer.

Ainda naquela conversa na rua do Paredão, Priscila expressou satisfação pela forma como o garoto que cantou o “rap da pacificação” se referiu ao Servilost: “Eu acho que ele percebeu, assim, o Servilost como se fosse a comunidade”, afirmou Priscila na rua cheia de gente. Ele, ao finalizar sua performance, agradeceu: “... por estar cantando aqui no Servilost”. Já havia citado este coletivo ao lado dos nomes de “comunidades” ou “quebradas” que

compõem a malha territorial do Serviluz, como Pracinha, Sardinha, Estiva, Favela – “Estivela”, ele falou referindo-se à celebrada união entre as “quebradas” rivais. Rivalidade que vitimou, entre outros, o Tiago Dias, homenageado àquela noite do Sábado de Aleluia – 26 de março de 2016, exatamente cinco anos depois do seu assassinato.

Conheci Priscila, Igor, Spote e outras pessoas integrantes do Coletivo Servilost (geralmente mais jovens que eu uns dez a quinze anos, eu com meus trinta e tantos à época), quando comecei a participar de atividades do Servilost a convite do Pedro (a quem conheço desde 2005): filmes nas ruas, teatro, música... Lembro bem de um evento bem movimentado na “Praça Tiago Dias”, meses antes daquele Sábado de Aleluia de 2016, ainda em 2015, no qual foram exibidos filmes, *curtas* realizados no Serviluz, e teve também uma peça encenada por um grupo teatral formado por jovens do bairro, o Grupo de Teatro Dito e Feito, articulado pelo meu amigo Gleison Cruz. Foi uma noite de reencontro com ele e outros, como o Clayton do Vilamar, o Fera da Escolinha Beneficente de Surfe, ambos professores de surfe e *ativistas comunitários*, “veteranos da luta contra o estaleiro”, assim como Raimundo Cavalcante, *fundador* da *cena* do surfe no Titanzinho (sua conexão com os agentes e circuitos da comunidade do surfe local e nacional), onde também é *ativista comunitário*, *fotógrafo* e *videomaker*, e que é pai do Igor, meu xará, também integrante do Coletivo Servilost.

A Praça Tiago |Dias, onde ocorreu aquele evento em meados de 2015, entre dezenas de outros desde que fora criada, foi batizada assim por aquelas pessoas e outros atores do *movimento comunitário* no Titanzinho, ou mais, criada por elas, que limpam e organizaram o espaço, constituíram-no com bancos, ornamentações e colocaram a placa: “Praça Tiago Dias”. Desde então, é um ambiente cheio de vida, onde realizam eventos os mais variados, e que é ocupado no cotidiano, principalmente pela *meninada*, mas também por jovens, adultos ou idosos, bem como por visitantes, tão frequentes ali no Paredão do Titanzinho.

Tiago Dias era um jovem surfista muito talentoso e promissor, já com alguma participação e títulos em circuitos de campeonatos<sup>186</sup>, que foi morto aos vinte e dois anos, no dia vinte e seis de março de 2011, em uma emboscada no Titanzinho, surpreendido por um grupo armado que saiu de um beco e o alvejou em um alpendre de frente para a praia, de onde ele vinha saído do mar para se juntar a um grupo de amigos. São muitas as narrativas especulativas que ouvi sobre esse episódio: a polêmica de sempre nesse tipo de caso, apontando para algum nível de “envolvimento” ou não, outras estórias apontando situação de ciúme, outro

---

<sup>186</sup> Ver tal trajetória, no filme “Tiago Dias para sempre nos nossos corações”: [https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9_o). (acessado em 09.09.2022)

me contou que era o verdadeiro alvo da emboscada e “mataram ele pra não perder a viagem”, outros me disseram que foi gente “da própria área”, que foi por “inveja”... Todas narrativas derivadas do fato que pessoas armadas, partícipes de algum arranjo coletivo criminal atuante no bairro, atiraram contra o jovem surfista. As histórias, nesse caso, pouco ajudam a entender a dimensão do acontecimento, cuja significância é notável no sentimento coletivo que aquele assassinato gerou no bairro<sup>187</sup>.

Tal morte comoveu a comunidade, e um dos filmes exibidos naquela noite de 2015 na Praça Tiago Dias era sobre ele e sobre essa comoção. O mesmo filme que eu veria ser exibido meses depois na praia do Titanzinho, em outro evento do Servilost, naquele Sábado de Aleluia em 2016, ao qual me referi pouco antes, promovido como noite festiva-cultural na programação de um campeonato de surfe. Priscilla estava lá, sempre com a máquina a fotografar e filmar, e ao mesmo tempo fazendo parte da própria estética dos eventos do Servilost, sempre lá a jovem com uma máquina fotografando as crianças, os grupos que cantam e dançam, grupos de amigos, os *chegados*, os símbolos do Servilost, os grafites nas paredes, a lua, o mar, as casas, as pessoas... muitas pessoas.

Certa vez ela me disse que nessa caminhada de fotógrafa e *videomaker ativista*, ela é discípula do Raimundinho, como ele é carinhosamente chamado por ela e outras pessoas. Tiago Dias, na sua curta e potente caminhada como surfista “titânico” também foi discípulo do Raimundinho, como muitos outros no Titanzinho. Além disso era amigo muito próximo do filho dele. O seu assassinato foi um duro golpe para eles. “Considero ele como meu filho”, diz o Raimundinho no filme<sup>188</sup>, e eu já o ouvi repetir algo semelhante várias vezes em diferentes ocasiões. Inclusive naquela noite na praia, quando me contou de toda a comoção gerada por aquela morte violenta – “ele tinha vinte e dois anos, um grande talento, muito querido por todo mundo”, ele me disse ao pé do ouvido, enquanto o filme era projetado em um pano estendido no palco, vizinho ao alpendre onde o assassinato ocorrera. A mãe do Tiago, Geane Dias, vemos no filme, foi devastada, até se mudou do bairro, como Raimundinho me contou enquanto assistíamos o filme em pé na areia, a mesma onde a homenagem que aparece no filme aconteceu. Os parceiros, amigos, vizinhos não cansam de homenageá-lo, querido como era. Desde o dia seguinte ao acontecimento – “o primeiro dia sem ele”, como ouvimos Raimundinho dizer ao tentar narrar por trás da câmara, a voz embargada pelo choro enquanto filma pessoas e

<sup>187</sup> Sobre o impacto coletivo e sua manifestação nas pessoas que o conheciam, sugiro ver o relato do surfista Pedro Michel, amigo do Tiago Dias, em um vídeo postado no canal *cearasurftv*: [https://www.youtube.com/watch?v=ypsiLzU\\_1OU](https://www.youtube.com/watch?v=ypsiLzU_1OU) (acessado em 09.09.2022, postado onze anos antes)

<sup>188</sup> “Tiago Dias para sempre nos nossos corações”: [https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9_o) 8’50”

pranchas reunidas em círculo na areia da praia, em um dia cinza e chuvoso, 27 de março de 2011, mulheres, homens e crianças da comunidade do Titanzinho e da comunidade do su rfe cearense em homenagem a Tiago Dias<sup>189</sup>. Depois, na sequência do filme, vemos uma roda de surfistas boiando sobre as pranchas no mar, em oração.

Tiago Dias virou um símbolo do desejo de paz no Serviluz, seu nome é uma constante interpelação pela paz. Sua história, um fio forte na trama de estórias que compõem o enredo da “pacificação” no Serviluz.

### 6.1.2 “Paz” ou “pacificação”?

“Até hoje o bairro tá triste, até hoje o Titanzinho tá triste, pela perda de um grande talento, surfava pra caramba, os moleques se inspiravam nele, eu também...” – vemos Pedro Michel, surfista morador do Serviluz, da comunidade do Titanzinho, falando da tristeza que a morte do Tiago Dias provocou<sup>190</sup>.

À dor, geralmente, é atribuída a agência desmobilizadora: a prostração pela tristeza, o ensimesmar de quem a está sofrendo. E se a dor é provocada pela violência, ainda mais, porque soma-se à impotência. Ouvi isso de Pedro e Juscelino em uma “Vivência”, realizada no Planalto Pici em sete de dezembro de 2019<sup>191</sup>.

Mas no caso do assassinato de Tiago Dias, houve um efeito diferente, o que o faz um acontecimento singular. Ainda que o efeito sobre pessoas individualizadas tenha confirmado a regra, ao ponto de a mãe dele se exilar do bairro amputando-se daquele corpo coletivo, tamanha a dor do sofrimento, dor que de alguma forma deve acompanhá-la até hoje, tal coletividade reagiu através da ação, uma pulsação de vida em homenagem e desagravo à morte, como a tentar preservar-se viva como coletivo antropológico, a comunidade Tiatanzinho transfigurou a morte pela ação coletiva, transformou Tiago Dias em entidade presente na vida comunitária, em forma de homenagens e interpelações. E com isso alterou os rumos da “guerra” e da “paz” no Serviluz – esta é minha **hipótese**, formulada em um diálogo coletivo com atores e autores dessa história.

<sup>189</sup> Ver no filme a partir dos 6’10”, as pessoas reunidas e a legenda: “Domingo, 27 de Março, 2011. Surfistas e amigos fazem homenagem para Tiago Dias”.

<sup>190</sup> Aos 2’ do vídeo já citado: [https://www.youtube.com/watch?v=ypsiLzU\\_10U](https://www.youtube.com/watch?v=ypsiLzU_10U) (acessado em 09.09.2022, postado onze anos antes)

<sup>191</sup> Debate registrado na publicação “Vivências Comunitárias I: superando o que nos paralisa” (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2019)

Hipótese que também derivo de reflexões a partir das leituras de pesquisas que têm naquele coletivo antropológico seu *campo*. Como a tese de Sá (2010), cuja pesquisa teve a fase intensiva de campo realizada no Serviluz, especificamente no Titanzinho, entre 2008 e final de 2009, uma ano e pouco antes da morte do Tiago Dias, ou seja, a configuração conflituosa e violenta que produziu a morte do jovem surfista está ali apresentada, bem como a configuração sociopolítica comunitária que produziu o ícone Tiago Dias como um agente mobilizador e transformador no Serviluz e que metamorfoseou a dor produzida pela *pulsão de morte*, em acontecimento gerador de *pulsão de vida*.

O assassinato de Tiago Dias foi um acontecimento-crítico. Vemos na tese de Leonardo Sá como a rotina da guerra oprimia a comunidade do Serviluz nos finais da primeira década do século. Como podemos apreender do balanço que ele faz ao final de 2008, ano que passara imerso na comunidade do Titanzinho:

Foi mais um ano que não terminou bem para os jovens na comunidade. Para desespero dos moradores, mais um final de ano fúnebre, marcado por ameaças, confrontos e hostilidades entre as facções de jovens armados que afligem com suas guerras intestinas a vida local. A série de homicídios parecia não ter fim e enchia de medo, de tristeza e de terror os sentimentos das pessoas residentes no lugar. Além de Marco Antônio, pude contabilizar mais 48 jovens que tombaram em doze meses. O cotidiano estava sendo considerado como de guerra aberta. Aliás, cotidiano de guerra e de prisão. As palavras guerra e prisão são as chaves do objeto de discurso dos jovens sobre a vida na favela, formulado entre as rodas de conversação e os grupos de fofoca dos moradores, que cada vez mais se dedicam a lamentar o contexto de confinamento, insegurança e extrema violência. (SÁ, 2010, p.124)

Mais de trezentos foram mortos em uma década, “... em um universo de aproximadamente nove mil jovens residentes” (SÁ, 2010, p.109). Mas que não se pense que essa proliferação de mortes se desdobra em uma espécie de *normalização*. Em primeiro lugar, não há esquecimento: “... pelas estimativas dos jovens da comunidade, que desfiam de memória os nomes de todos os que já tombaram, uma média de 30 jovens mortos por ano, esta seria a estimativa da média local de mortos da guerra” (SÁ, 2010, p. 109).

Cada morte é um acontecimento que marca a comunidade em diferentes escalas, com efeitos apreendidos em diversas modulações pelas individualidades. As formas como as mortes são apreendidas e suas narrativas circulam, vão intensificar ou despontencializar as ondas a repercutir o acontecimento – como as estórias são contadas, como são sentidas, a escala da circulação, o julgamento de personalidade da vítima e dos executores, os motivos declarados ou imaginados, uma mistura de trajetórias de vida e de narrativas que influenciam os efeitos ou desdobramentos dos acontecimentos.

Acontecimentos conectados, inclusive em seus efeitos: “O extermínio físico desses três jovens, num intervalo de dois meses, foi o estopim para o início de uma nova guerra aberta entre as gangues rivais” (SÁ, 2010, p.109). Não se trata de uma soma da quantidade de mortos necessários para gerar efeitos em ondas que impactam a coletividade, mas de um amontoado de qualidades: das circunstâncias, motivações, personagens, outras contingências e emoções individuais e coletivas emaranhadas. No caso acima relatado, as três mortes seguidas de jovens moradores de um território específico na cartografia das *gangs* do bairro, fez com que a reação produzisse uma guerra que matou mais de cinquenta pessoas<sup>192</sup>.

É possível que a morte de Tiago Dias tenha se dado no rescaldo daquela onda, ou embrumada por ela, já que as narrativas variam entre um *acidente* – “morreu no lugar de outro” – ou crime passional – “por ciúme” – ou, simplesmente, “inveja”. Categorias ambíguas, que operam também a incerteza da origem territorial dos autores do ataque. Porém, tais questões foram mais embrumadas ainda pela enorme onda que aquele acontecimento gerou. O ataque não atingiu apenas o corpo de um jovem, mas a autoimagem coletiva – da ancestralidade, viva em práticas e cosmologias contemporâneas, aos desejos e investimentos possíveis de devir. Aquilo que a comunidade, e as pessoas que a compõem, orgulham-se de ser, ter sido ou vir a ser. Experiências coletivas que viram corpo e performances em pessoas concretas – as famosas sempre citadas Tita Tavares, Fabinho Silva, Pablo Paulino... ou as que só as comunidades, a local e a do surfe, conhecem. E era nesse tráfego entre o sucesso local e ganhar o mundo com seu talento individual e estilo coletivo “titânico”, que Tiago trafegava quando foi abatido. Isso é muito *significativo* e, juntamente com o carisma do Tiago, pode ser facilmente captado no simples ato de assistir o que sobre ele está postado, vídeos com ele, sobre ele<sup>193</sup>. Mas também podemos buscar a genealogia dessa *significância* na rica produção acadêmica realizada na imersão no universo socioambiental que constitui o Titanzinho como comunidade e o Serviluz como bairro, sua população, seu ecossistema, seus coletivos. A relação com o mar, com a praia, com a maritimidade. Destacadamente, a pesca artesanal<sup>194</sup> e o surfe (SÁ, 2010; 2011. NOGUEIRA, 2014; 2017).

---

<sup>192</sup> “Eram três jovens mortos em uma mesma guerra. Três famílias silenciadas pela força das armas inimigas de jovens rivais com praticamente a mesma idade de seus filhos. Quando eles tomaram sem vida, fecharam uma série de mais de quase quarenta assassinatos ao longo de doze meses e inauguraram outra série com número superior a cinquenta mortes” (SÁ, 2010 p.108–109).

<sup>193</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=RJmSV8d92\\_Q](https://www.youtube.com/watch?v=RJmSV8d92_Q); [https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9\\_o](https://www.youtube.com/watch?v=9DQxfnmh9_o); <https://www.youtube.com/watch?v=4RlhbkZG4KA>; [https://www.youtube.com/watch?v=ypsiLzU\\_1OU](https://www.youtube.com/watch?v=ypsiLzU_1OU). (acessado em 24/09/2022)

<sup>194</sup> Ver filme do Raimundo Cavalcante sobre a pesca artesanal: <https://www.youtube.com/watch?v=6E1fJMMxfMI&t=79s> (acessado em 24/09/2022)

Surfistas e pescadores são categorias que se destacam entre aquelas que sobrevivem do mar. Surfar é andar sobre as ondas da criação. E a profissionalização, uma das conquistas, ou melhor, ‘bênçãos’, mais almejadas pelos jovens, é uma porta para a saída da exclusão sócio-econômica. Os surfistas são como os pescadores, são trabalhadores do mar. O Titanzinho é um ‘berço’ de campeões mundiais de surfe. Na base dessa evolução profissional da comunidade no mundo do surfe, está um sentimento de que o surfe expressa uma sensação básica do existir como pessoa por parte dos jovens”. (SÁ, 2010, p. 217)

Nos vídeos sobre Tiago Dias o destaque é sempre suas performances nas ondas, na rotina do ofício de surfista, nos pódios em premiações de campeonatos. A maior parte das produções têm o selo TSCvídeos – Titanzinho Surfe Clube. Na postagem feita no perfil Raimundo Cavalcante, no *youtube*, “Primeiro filme de Tiago Dias 2009”, vemos, logo no início, uma sequência na qual Tiago é chamado a um palco, montado na praia do Titanzinho, para receber a premiação como campeão da “expression session”, categoria de estilo livre onde a “radicalidade” das manobras é o centro da competição. O que é a cara do estilo de surfar dos surfistas do Titanzinho e que, como vemos nos vídeos, é encarnado significativamente nas performances de Tiago Dias.

No ritual daquele pódio, para além de celebrar uma consagração<sup>195</sup>, evidenciou-se uma *linhagem*: Tita Tavares é chamada para entregar o prêmio ao jovem surfista, o locutor destaca a condição dela de quatro vezes campeã brasileira. Ela, por sua vez recebe uma homenagem das mãos do Raimundo Cavalcante, um pioneiro na inserção da comunidade de surfistas do Titanzinho nos circuitos dos campeonatos e do surfe profissional:

Na praia do Titanzinho, o surfista Raimundo Cavalcante, conhecido como Raimundinho, foi o primeiro atleta a participar de um circuito competitivo e receber patrocínio regular. Com seu desempenho nas competições, o primeiro título de um atleta oriundo da comunidade foi conquistado, o campeonato cearense de surfe em 1987. A partir daí institui-se uma tradição de vitórias e conquistas dos garotos do Titanzinho. (NOGUEIRA, 2014, p.192).

Já vimos da profunda relação que Raimundinho demonstrou ter com Tiago Dias<sup>196</sup>. Ele é também um grande propagador da sua memória e da simbologia interpeladora que Tiago Dias, sua vida e morte, tornou-se. Mas não é o único. No filme, vemos outra *liderança* da comunidade ligada ao surfe falar sobre a perda e homenagear o jovem surfista, é o professor João Carlos, o

<sup>195</sup> “O surfe constitui seus ritos de sacralização dos seus heróis e ao fim de todo campeonato de surfe há um momento especial, o pódio. Sonhado por todo surfista profissional, o pódio é o momento potencial da evidência dos processos de diferenciação e hierarquização dos vencedores”. (NOGUEIRA, 2014 p. 189)

<sup>196</sup> Na postagem “Primeiro filme Tiago Dias 2009”, em seu perfil no *youtube*, Raimundo Cavalcante escreve: “4 Anos Sem TIAGO DIAS ! Um Cara Simples Alegre que Nas Ondas... Detonava e Fora Era Só Alegrias.. Boas Lembranças Das Basquetadas dos Surf das Filmagens das Gargalhadas... Sinto a Sua Presença Sempre Q Chego no Titanzinho.. Todos os Dias Vejo A Sua Face em Auguem e Tenho A Certeza que VC Esta Bem ao Lada do Pai Nosso DEUS Q Ti Ama Assim Como Nós Ti Amamos Tbm !! Tiago Dias.. Para Sempre em Nossos Corações” – [https://www.youtube.com/watch?v=RJmSV8d92\\_Q](https://www.youtube.com/watch?v=RJmSV8d92_Q) (acessado em 24.09.2022, postado há sete anos)

Fera, tão presente nos trabalhos acadêmicos (também jornalísticos) sobre o Serviluz, Titanzinho, surfe, luta contra o estaleiro, presente nas arenas públicas do bairro e da cidade:

Essa é a prancha do Tiago Dias, um talento que nós vimos crescer e vimos morrer aqui na praia do Titanzinho. Nasceu com o desejo de evoluir, morreu por conta da violência e sem ter a mínima noção do porquê estar morrendo. Mas está aqui o exemplo, essa prancha vai ficar em luto para que os meninos possam ver que a união que eles têm que ter é com o pai, a mãe, a família em si, a educação e deus. (João Carlos Fera)

Enquanto ele fala, após o foco nele e na prancha-monumento, são imagens de Tiago que desfilam na tela, ele manobrando nas ondas, andando na praia, boiando na piscininha entre as pedras, e volta para o ambiente da Escolinha Beneficente de Surfe, Fera em pé, assim como a prancha ao seu lado, que é focada de cima a baixo, na qual vemos pintada uma mulher com traços e adereços indígenas, a parte das quilhas da prancha para baixo, junto a um vaso com flores amarelas. A *mágica social*<sup>197</sup> de transmutação para o sagrado ou, simplificada, do individual para o coletivo – transcendência. Sagrado que age em um terreno no qual já está plantado: o universo do mar, do surfe, da praia.

A violência, o medo e o risco fazem da experiência dos jovens do Titanzinho uma aventura desde a infância até a idade adulta. O fato de estarem num ‘canto’ praiano é visto como a principal dádiva divina. O portal para deus se abre a partir da relação com o ambiente natural. A relação das crianças com o meio ambiente, com os animais, com os peixes, com a memória da pesca artesanal, com a relação com o mar, são os pontos principais de uma experiência que se deixa adivinhar como sagrada, pois centrada no valor da vida humana que é redobrado por causa da sensação de fragilidade advinda com as adversidades de cunho natural e social do lugar. (SÁ, 2010 p. 213).

Mas a coletivização do sentimento que o acontecimento-crítico gerou, afetando decisivamente as disposições emocionais da comunidade, operou-se também na dimensão mundana e pragmática da vida concreta de Tiago, sua trajetória e experiências narráveis, encarnando desejos individuais e projetos coletivos, em uma comunidade que tem o mar como provedor e ver o surfe como oportunidade ou “arma” contra a precariedade das condições existenciais. Na narração durante o filme ouvimos:

Sábado, vinte e seis de março, o Titanzinho perde um dos seus melhores surfista-local, Tiago Dias (...). Tiago vem de família simples. Começou a surfar bem cedo na praia do Titanzinho. Aos sete anos deu seus primeiros passos, e muitos já viam talento no garoto (...) Aos dezesseis anos começou a se destacar nos campeonatos locais e, aos dezessete, teve a oportunidade de competir no Rio de Janeiro. (Do filme “Tiago Dias para sempre em nossos corações”)

<sup>197</sup> Tão presente na tradição do pensamento socioantropológico, de Marcel Mauss a Pierre Bourdieu.

De volta a Fortaleza, com dezoito anos, “sofreu com a falta de patrocínio<sup>198</sup>”. A adversidade ajuda a produzir o guerreiro, sua imagem<sup>199</sup>. Tiago tinha no talento e suas performances, suas armas para a sobrevivência, realizando na sua *caminhada* um imaginário coletivo – surfar bem, sustentar-se (Tiago morava só e ajudava a mãe), realizar o sonho de comprar uma casa para a mãe – “mas infelizmente não se realizou”, diz a voz de criança que narra o texto no filme “Tiago Dias para sempre em nossos corações” (5’15”).

Surfe e pesca artesanal são as peças de um mosaico imaginário local que produzem a intimidade cultural e a distintividade pública das pessoas do lugar. De modo coerente, são os temas mais assíduos da esfera pública popular local que se desenrola sob as castanholas, na frente das casas e nas esquinas dos becos onde as pessoas se reúnem todas as horas do dia para conversar, observar e avaliar as atividades do povo do mar que são eles próprios. Surfar e pescar são expressões simbólicas de um imaginário social da vida pacífica. São duas atividades que remetem ao modo de se imaginar como pessoa e coletividade. Expressam uma compreensão e vivência local da forma do humano, ou seja, da forma da socialidade humana concebida pelo coletivo antropológico a que pertencem. (SÁ, 2010, p.240)

Tiago encarnava com talento o estilo de surfar do Titanzinho, realizou o projeto de muitos ao viajar para o Rio de Janeiro para competir, conseguiu morar sozinho (meta de qualidade de vida em um bairro onde a quantidade de pessoas coabitando é um problema em várias dimensões para os moradores), enquanto alimentava o sonho de comprar uma casa para a mãe, tendo o mar e o surfe como provedores – não estamos mais falando de um indivíduo, mas de um *ser-devir coletivo*. Sua morte, um acontecimento-crítico agenciador do desejo de paz, da concretização desse desejo.

Vemos em Venna Das (2015) que entre os sofrimentos do dia a dia e os eventos dramáticos, com impactos históricos, há um fluxo de sentimentos e representações que se movimenta entre o sofrer e resistir cotidiano e grande eventos ou reformas sócio-políticas. E é aqui que é preciso estar atento à volúvel gramática emocional que atravessa pessoas, coletivos e populações.

---

<sup>198</sup> Nogueira (2014, p.140) fala sobre a importância do “patrocínio” para processo de profissionalização dos surfistas do Titanzinho ou, pelo menos para o acesso básico a equipamentos: “Atualmente, muitos atletas sobrevivem exclusivamente do patrocínio. Para os pioneiros da comunidade, porém, o acesso ao equipamento profissional foi durante muito tempo um sonho”. Mas, também, sobre o problema do patrocínio (falta e insuficiência) na trajetória dos surfistas do Titanzinho, que se queixam do “abandono” dos empresários: “O exemplo claro desse desinteresse são as competições locais cujas premiações resumem-se a *kits* de roupas e artigos surfweares, geralmente sobras de estoques de marcas patrocinadoras dos eventos” (NOGUEIRA, 2014, p. 189).

<sup>199</sup> “A atividade simbólica própria ao guerreiro é a luta pela vida. Guerreiros são os que fazem as lutas pela vida acontecer”, afirma Sá (2010 p. 225), em seu diálogo sobre a noção de “guerreiro” com seus interlocutores no Titanzinho.

Não quero estabelecer uma relação de causa-efeito entre a morte do Tiago Dias e a “pacificação”, mas afirmar que o Tiago Dias transmutado pela morte, sua dor, revolta, homenagem e memória, é um símbolo-agenciador da “paz”. Por que essa morte, entre tantas? Porque não foi só uma pessoa como indivíduo, corpo e trajetória que foram ceifados, mas dimensões muito caras para existência coletiva que foram atacadas – e houve uma reação dessa coletividade.

E por que “paz” e “pacificação” no mesmo parágrafo? Voltemos à problematização do título deste tópico, porque as duas expressões são usadas no fluxo discursivo no *campo*, e percebo nuances de sentidos em suas enunciações. A “paz” é o que se almeja, desejo, devir que se realiza no caminhar em sua busca – “a paz é uma caminhada”, no sentido que é algo pelo qual lutar, estado situacional que se busca performar no território, na vida coletiva. A “paz” é um estado existencial que se busca constituir, pessoal e coletivamente. A paz é, também, o estado de espírito do “guerreiro”:

A fabricação da pessoa guerreira, da experiência de estar ‘na paz’, o exercício de técnicas de reflexão do eu e as Epifanias dos jovens surfistas, os marcadores cosmológicos e ecológicos da localização corporal da experiência religiosa, como a praia Mansa (Ibioara), o paredão, o outside, caminhar na areia da praia, o parentesco espiritual, a partilha de afetos corporais e a relação com Deus... (SÁ, p. 221).

Sentar-se em um banco na Praça Tiago Dias, ou em qualquer outro ponto do Paredão, e mirar no sentido do mar, seu horizonte, agentes e adornos, é “estar na paz”. Para uma população atingida por uma “guerra”, a “paz” é um acontecimento de grande relevância sociopolítica. É um acontecimento gerado por uma mistura de agências. Um emaranhado de agências e relações de poder é “pacificação”. A “paz” como efeito de ações “pacificadoras” vindo de diferentes polos agenciadores.

Então, a “pacificação” é ação. Ações discursivas, simbólicas ou violentas. Motivadas por diferentes emoções e racionalidades. Mas não é uma soma de todas elas, e sim mistura, com efeitos mais ou menos imprevisíveis ou aleatórios. É o caso das influências de conjuturas nacionais, ou seja, configurações de poder mais ou menos centralizadas que influenciam as dinâmicas locais de *guerra e paz*. O crime e o estado são interdependentes nas mais diversas escalas. E afetam a vida concreta das mais variadas comunidades. Na tese de Sá (2010, p.125) vemos, por exemplo, como as discussões sobre o estatuto do desarmamento, influenciou os circuitos criminais e incrementou a violência no Serviluz: “...levando a uma enxurrada de armas de fogo modernas, como pistolas, comercializadas entre 2003 e 2005”. Ele prossegue:

A possibilidade de proibição fez com que traficantes de armas e traficantes de drogas buscassem atualizar os valores de seus estoques. As armas mais modernas e mais caras ficaram mais baratas e acessíveis. Os traficantes de drogas puderam renovar seus acervos e os traficantes de armas puderam se livrar de estoques ameaçados pelo recrudescimento das ações da polícia federal, ao se anteciparem ao resultado do plebiscito os traficantes de armas puderam auferir lucros com o volume de vendas e os traficantes, por sua vez, obtiveram armas sofisticadas a preços derrubados pela concorrência e puderam aquecer o mercado de aluguel de armas para assaltos e outras ações armadas, incrementando lucros para suas atividades de tráfico de entorpecentes”. (SÁ, 2010, p.125-126)

Sobre essa influência de conjuntura em ampla escala sobre as configurações, podemos dizer que, em relação à “pacificação”, é notório que houve um acordo, um pacto pacificador entre coletivos criminais com atuação em diversos territórios no país, inclusive no Ceará. E isso influenciou as dinâmicas de *guerra e paz* no Serviluz.

A “paz no Serviluz” é efeito do encontro entre uma configuração de sentimentos e ações nas *comunidades* ou *quebradas* do Serviluz, e de um arranjo político-econômico entre os coletivos criminais atuantes no Brasil e no Ceará. Como isso se manifestou no Serviluz, passa pela reconfiguração das *gangues* em *facções* – na verdade, “comando” (referindo-se a diferentes arranjos coletivos criminais) foi o termo que mais ouvi. Mecanismo de centralização *versus* a dispersão das *gangues* e, principalmente, a guerra improdutiva entre as *facções* armadas. A transformação do *guerreiro* em *soldado*, operação típica estatista, passa a ser agenciada pelo “mundo do crime”, seus “comandos”.

Entre 2013 e 2016, há vários indícios desse processo de pacto e centralização de comando no mundo do crime operante na região do Serviluz, Vicente Pizón, Grande Mucuripe – em alguns momentos em toda Fortaleza. A crônica jornalística conta isso em fatura de matérias mais ou menos imprecisas. O assunto é complexo e o *campo* é sombrio, apenas frestas iluminadas – pedaços de narrativas, propagação de *palavras de ordem* observáveis. Ao contrário da ação coletiva que busca a luz das arenas públicas, constitui espaço público, enuncia discursos e imagens, recende ideias das pessoas e das coletividades.

E é da *luta pela paz*, através da ação coletiva, que quero e posso falar, pois observei, dialoguei, vivenciei. Da ação violenta “pacificadora”, como sempre quando o assunto é violência, estórias e mais estórias circulam com frequência, pois, sabe-se lá por que, a narrativa violenta fascina. Mas não explica. Observei e, em alguma medida, refiro nesta tese, a ação “pacificadora” violenta em suas manifestações mais ou menos públicas. Ouvi a história do aleijado, posto na condição cadeirante por um tiro em meio à guerra, que não aceitou o “pacto de paz” e teve o carro queimado e a casa alvejada, um prazo de vinte e quatro horas para siar ou morrer, incluindo parentes entre os ameaçantes. Isso no período inicial de implementação

da “pacificação”. Uns dois anos depois, soube da família que foi expulsa e teve a casa derrubada, inclusive uma idosa, a avó do “elemento” junto, a casa destruída, porque o fulano “rasgou a camisa” e mudou de lado, ou de *facção*... foi expulso ele e a família, deportados, e a avó, que passou duas décadas contruindo aquela casa, ainda a viu derrubada em minutos.

Nesta tese, tenho trabalhado a categoria da *ação* como dimensão coletiva, logo capaz de agenciamentos políticos, lutas de poder e resistências. A violência armada, quando usada, dá cabo da ação política, põe a ação em outra dimensão. Não que haja, obrigatoriamente, disjunção total entre a ação violenta armada e a política<sup>200</sup>. Mas a violência suspende a política enquanto rito e prática. Digo que a “pacificação”, tal qual observei ocorrer no Serviluz, foi sim ação política envolvendo diversos atores e autores. Até o momento que a violência armada é usada para impô-la – aí há o protagonismo exclusivo dos *coletivos criminais*, ainda que com desdobramentos para o conjunto da comunidade no território, ou seja, com efeitos políticos. Mas quando isso acontece, foge ao campo analítico desta tese. O quanto de política se pratica nos *coletivos criminais*, em seus diversos arranjos e redes, é algo que me escapa. Porém, sigo a intuição de que negar existência de agenciamentos políticos entre eles é parte da operação de *desumanização* dos atores desse universo social<sup>201</sup>. O fato é que a violência utilizada para agenciar a “pacificação” é uma prática de estado, ação com pretensão de racionalidade legitimadora, implementada diversas vezes no Serviluz, inclusive na última “guerra”, quando em 2008, houve uma intensa ocupação policial-militar do Serviluz, a tática da “saturação”, tão usada pelas forças policiais na sua imposição da ordem estatal, em reação aos acontecimentos provocados pela “guerra aberta” entre gangues do bairro (SÁ, 2010, p.112). Na imposição violenta da “pacificação” estatal, a política democrática como campo de solução de conflitos na comunidade foi negada:

Os policiais militares para conter conflitos na comunidade e evitar confrontos entre as gangues estabeleceram uma rotina de demonstração de força, terror e imposição que mais sugeria uma espécie de totalização pelo Estado da força, do terror e das imposições freqüentemente promovidas pelas gangues. O objetivo dos policiais militares era manter a “ordem ordeira”, a palavra como mediação não existe nesse processo. Tentativa de palavra era tapa na cara. (SÁ, 2010, p.113).

<sup>200</sup> A guerra é continuidade da política, ou a política é a continuidade da guerra? (FOUCAULT, 2010)

<sup>201</sup> “Já ouviu falar de política dos insetos? Nem eu. Insetos não têm política. São totalmente brutais. Sem compaixão. Não aceitam o meio-termo. Não se pode confiar em nenhum inseto” – trecho do filme “A mosca” (do cineasta David Cronenberg), proferido pelo personagem que, metamorfoseando-se em uma mosca, busca usar vestígios de racionalidade discursiva para afastar de si uma pessoa querida, antes que virasse totalmente inseto e cometesse uma violência contra ela.

Claro que se pode sempre argumentar que a força usada pelos agentes estatais é uma violência autorizada, logo, fruto de uma operação política de legitimação da autoridade. No caso concreto, tal *legitimidade* advinha da sociedade mais ampla da cidade, horrorizada com as notícias da guerra entre *gangues* no Serviluz. Mas tal legitimidade operava justamente na desumanização daqueles para quem a ordem violenta devia ser imposta (BUTLER, 2015). E assim era percebida por eles, os moradores do Serviluz (SÁ, 2010).

Mas para a *comunidade* do Serviluz, a *favela* segregada pela cidade, a coisa passava-se diferente. Do ponto de vista daquela população naquele território, a coisa toda, como se dava, parecia mais uma invasão militar externa do que um arranjo autorizado e legitimado pelos cidadãos locais, que aliás estavam tendo elementos básicos da sua cidadania desrespeitado cotidianamente – agressões, suspensão de direitos como ir e vir, inviolabilidade do lar etc. (SÁ, 2010)

Se por um lado, tal ocupação militar visava conter o terror da guerra entre gangues, sendo assim em alguma medida desejada (pelo menos em seus efeitos pacificadores) por parcela da população local, por outro lado a insatisfação ia se alastrando com a vida cotidiana em “estado de exceção”, o qual “supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (MBEMBE, 2016, p.133). A *cidade* tentando domar a *favela*<sup>202</sup>. Lembro quando eu visitava o Serviluz naquele tempo, normalmente à noite para reuniões do Movimento dos Conselhos Populares, a impressão que dava era, de fato, a de estar entrando em um território militarmente ocupado. Sequer podíamos aglomerar fora do local de reunião, se isso acontecesse provavelmente as pessoas estariam sujeitas a passar por uma constrangedora revista policial, como aconteceu uma noite com alguns que ficaram sentados no meio fio da calçada na rua Odalisca, quase esquina com a rua Pontamar, de onde veio uma composição da cavalaria e os policiais rapidamente os cercaram, um grupo de quatro homens e uma mulher, foram abordados e revistados pelos policiais. Quando entraram no local da reunião, a Barraca do Luiz, ainda receberam uma admoestação de uma moradora participante do Movimento, dizendo que eles sabiam que isso iria acontecer, que não era porque estavam indo para “reunião da comunidade” que podiam se

---

<sup>202</sup> Dicotomia relacional entre cidade e favela percebida por Sá (2010), em diálogo com seus interlocutores no Titanzinho: “As categorizações da cidade para nomear a favela como favela enquanto lugar não desejável para o habitante da cidade, como os sentimentos negativos de medo, raiva e desprezo pelos moradores da favela, do qual a polícia é o braço armado, pode ser usada contra a própria cidade pela comunidade que se veste com a força do medo, raiva e desprezo de que é objeto para revidar como sujeito indesejável e ‘perigoso’, quando a comunidade faz isso ‘a gente usa como arma, favela como arma’. Mas a cidade leva uma vantagem nessa relação de poder, uma vantagem considerável, a ordem da cidade concentra recursos, ‘eles puxam pra cidade’, a cidade tem como deixar a comunidade ‘trancada’”. (SÁ, 2010. P. 178–19)

comportar daquela forma, que podiam ter prejudicado todos os presentes. O clima era tenso. Algumas vezes as reuniões foram canceladas, geralmente quando de alguma forma a “pacificação” era desafiada, como na noite em que estávamos reunidos no Centro Comunitário Luiza Távora e ouvimos tiros serem disparados – uma semana sem reunião. Outras vezes me ligaram para dizer: “vamos cancelar a reunião”, pois algo acontecera e não era seguro ou conveniente reunir.

O fato é que, com toda violência e constrangimento, a “pacificação” estatal não conseguia entregar o que prometia: paz. A saturação militar meio que condensou os problemas que viera resolver, e ainda trouxera outros – violência indiscriminada contra jovens, aumento da desqualificação moral dos moradores perante si e a cidade, aumento da atuação de “grupos de extermínio”. Na tese de Sá (2010), ele enumera vários acontecimentos e situações nesse sentido. Ele relata como, no auge das discussões que dividiam “lideranças comunitárias”, comerciantes e moradores em geral, sobre os benefícios e malefícios da “ocupação militar da favela”, dois jovens foram assassinados em três dias (SÁ, 2010 p. 114-115). Isso resultando em mais prisões e recrudescimento da violência policial, principalmente contra os jovens da comunidade, que iam mostrando crescente revolta e rancor contra os policiais – o fato de estes não distinguirem os “envolvidos” dos “não-envolvidos” potencializava ainda mais o sentimento de injustiça e a revolta.

Começou a se dividir as opiniões entre comerciantes que, inicialmente favoráveis, principalmente por causa da ojeriza a furtos e assaltos, começaram a ver os prejuízos acumularem-se diante das constantes ordens de fechamento do comércio local. Policiais também começaram a criticar a operação (inclusive em declarações à imprensa), a se dividir sobre sua eficácia ou em termos de satisfação, seja por pessimismo de alguns, seja por envolvimento de outros com os comércios ilegais na favela (SÁ, p.116). Novos acontecimentos iam intensificando as situações.

A polícia realizou a prisão de cinco membros de uma gangue, inclusive um possível líder, dois dias depois, três membros do mesmo grupo foram assassinados por um ataque rival, provavelmente aproveitando o *desequilíbrio militar* que as prisões provocaram. A polícia, então, aumentou ainda mais a ocupação militar, incluindo na operação o Comando Tático Motorizado (Cotam) e o Grupo de Ações Táticas Especiais (Gate). O estresse na comunidade com a situação chegou ao ápice:

As famílias assustadas começam a impedir suas crianças e adolescentes de frequentar as aulas nas escolas locais. O esvaziamento culminou na determinação tomada por decisão das diretorias das escolas em suspenderem as aulas. A favela estava em estado de sítio. A vida civil foi completamente anulada. A cidade desconhecia o cotidiano de guerra, ou só tinha notícias vagas e imprecisas através da imprensa. (SÁ, 2010, p.119).

A oposição na *sociedade civil* do Serviluz à ocupação militar foi aumentando:

O desgaste dessa relação parecia ter esgotado a ponte de comunicação entre os dois segmentos, as lideranças e os policiais, só algumas lideranças francamente militaristas, que mantêm projetos com exercícios de ordem unida, com adolescentes e jovens fardados, como se militares fosse, colaboravam com a ocupação pareciam sustentar as decisões arbitrárias e ilegais do comando da ocupação. (...) O modo discriminatório como os policiais militares agiam, distribuindo agressões de modo indiscriminado, uma contradição entre termos, afetava o conjunto de relações de poder entre lideranças e comandos policiais. (SÁ, 2010, p.122)

A insatisfação começou a invadir a *esfera pública* da cidade quando mães de jovens mortos começaram a denunciar a ação de “grupos de extermínio”, lideranças comunitárias procuraram a imprensa para reclamar da “forma estigmatizante” que se vinha tratando o Serviluz, prejudicando o conjunto da população (SÁ, 2010, p. 122), bem como para apontar dívidas sociais para com o bairro, precariedade estrutural, ausência de políticas públicas. Ou seja, mais uma vez o problema da legitimidade da ação pacificadora estatal por meio da ocupação militar: esvaía-se rapidamente no Serviluz e ia sendo trincada nas *esferas públicas* da cidade.

Na prática, qualquer projeto de “pacificação” teria algumas questões fundamentais a resolver para se considerar bem-sucedido no Serviluz (e em outros territórios, por certo): condições de normalidade na vida cotidiana, “sem medo de bala”; livre circulação por todas as “áreas” do bairro; paradeiro a roubos e furtos no território; fim do luto constante e do sofrimento das “mãezinhas” e demais parentes com a proliferação de homicídios. Nada disso foi resolvido pela “pacificação” estatal. A guerra prosseguiu.

Guerra é um termo muito utilizado entre os jovens no Serviluz. Guerra não é apenas uma metáfora. É uma metonímia e uma performance. É um modo de expressividade da revolta que os jovens guardam, quando narram as histórias dos conflitos entre as facções e a polícia e as facções entre si. Eles se referem às guerras do Serviluz como se estivessem situando-as no universo de uma guerra maior, uma guerra que transborda as fronteiras do bairro, uma guerra do ‘sistema’. (SÁ, 2010, p.123)

### 6.1.3 “*Serviluz é o meu lugar*”

Lembro quando cheguei ao Serviluz no dia dezesseis de março de 2016, ao Titanzinho, no Paredão, e sentei em um banco na Praça Tiago Dias, olhando para o mar é claro, era um fim de tarde. A poucos metros, a casa sede da Associação dos Moradores do Tiatnzinho – Amotitan, umas das principais “máquinas de agenciamento coletivo” (DELEUZE; GUATARRI, 2011) daquele território. Foi de lá que um amigo veio. Durante a conversa que tivemos, ele me contou

sobre uma passeata que ocorrera há alguns dias: “muita gente mano, a comunidade em peso, as crianças tudo com camisas inscritas: ‘Serviluz é o meu lugar’, adultos também, pessoal das igrejas que fez as camisas, os comerciantes patrocinaram, pessoal das associações fez faixas, envolvimento grande da comunidade toda”. “E aquele *pessoal*?”, perguntei. “Esse *pessoal* foi atrás, a distância, maioria de moto”. Era uma reação à “quebra da paz”, aquela passeata. A reação coletiva, comunitária, sem medo, constituindo arena pública nas ruas do Serviluz, passando por todas as “áreas” do bairro, levando não só uma mensagem, mas uma interpelação: o desejo de paz; o projeto da “paz” que se havia conquistado em um equilíbrio de forças tão tênue e plural.

Antes de desfiar a narrativa sobre o acontecimento gerador desse grande movimento que foi a passeata, vale fazer um parêntese *genealógico* sobre a prática-forma política de manifestação contra a violência naquele território. Falar sobre conexão de práticas, símbolos, ritos, linguagens e ideias ligadas por agentes concretos. Para ilustrar essa conexão, cito um registro de uma colega pesquisadora, quando iniciava seu trabalho de campo no Serviluz em 2014 e, em fevereiro daquele ano, participou da “Passeata pela Paz no Serviluz” (AGUIAR, 2014, p.69). Ela nos conta:

A passeata tinha como objetivo protestar contra a violência na comunidade. Se alastrava, segundo os membros organizadores da passeata e alguns discursos, uma onda de violência e de homicídios no bairro. [...] No primeiro momento da passeata eles tentavam se organizar para que as crianças ficassem atrás do carro que puxava a passeata. Elas foram instigadas a cantar: ‘Serviluz, Serviluz, esse é o meu lugar. Se eu puder, se eu puder ele eu vou mudar’”. (AGUIAR, 2014, p.70).

Tal canto é o refrão de uma música do grupo de *rap* Salmo 23. Os integrantes de tal grupo são membros da igreja presbiteriana Vila Mar. Um de seus *líderes* é o Bebeto, um dos principais interlocutores (um parceiro na produção de conhecimento, com suas ricas narrativas, reflexões e análises) da tese de SÁ (2010) que, por sua vez, foi orientador de Aguiar (2014; 2017). Ela destaca a presença de crianças naquela passeata em fevereiro de 2014, muitas ligadas ao Projeto Vila Mar, que mistura surfe, educação e evangelização (SÁ, 2010; NOGUEIRA, 2014). Assim como registrado na passeata dois anos depois: as crianças como protagonistas, segurando cartazes, cantando, caminhando, protestando e celebrando a vida.

Conexão de atores e autores entre as duas passeatas (e outras), mas também entre acontecimentos e emoções motivadores. Atos de violência produzidos no contexto de “guerra”, do qual já falamos, causando mortes e um sentimento coletivo que se movimenta entre a tristeza, a injustiça, o fatalismo e a revolta. Cada situação gera um arranjo entre esses sentimentos com modulações e intensidades variáveis, bem como disposições morais e

atitudinais para encarar cada acontecimento que a guerra produz. No caso da passeata de 2014, ela se deu em reação a um tiroteio que matou um jovem e feriu uma criança atingida por uma “bala perdida” (AGUIAR, 2014, p.70). Talvez esse último fato tenha sido o elemento a mais a fazer disparar a reação coletiva, após mais uma série de mortes, nessas ondas de violência que afetam o Serviluz, de tempos em tempos. Atingir uma criança foi a gota d’água para a que a comunidade reagisse por meio da mobilização, tendo justamente as crianças que povoam os projetos sociais no Serviluz, inclusive o Vila Mar, como protagonistas.

A configuração da passeata de 2014 foi semelhante à de 2016. Alguns de seus organizadores e muitos dos participantes eram os mesmos, assim como os arranjos coletivos. Acontecimentos conectados de uma mesma *caminhada*. A frase tirada da música do grupo de *rap* Família Salmo 23 é um dos fios visíveis a ligá-los:

Nasci, cresci e vivo no Serviluz  
 E os meus sonhos entreguei nas mãos de Jesus  
 Quando criança queria ser jogador  
 Mas hoje eu entendo por que deus me criou  
 Eu sonho com as crianças brincando nas calçadas  
 Sem precisar correr, com medo das balas  
 Eu sonho em ver uma boa educação, Serviluz em paz sem nenhuma divisão.  
 Eu sonho de ver pessoas transformadas  
 Contribuindo para o bem da nossa quebrada  
 Eu sonho de ver um povo em união  
 Sem precisar brigar em tempo de eleição. Eu sonho em ver comida na panela,  
 daqueles que não tem nem dinheiro para uma vela  
 Eu sonho em ver famílias em harmonia, longe dos vícios que destroem as famílias.  
 Existem outros sonhos que eu poderia falar  
 Agora dá licença que eu quero realizar.  
 Serviluz, Serviluz esse é o meu lugar, se eu puder, se eu puder ele eu vou mudar!

Mas as singularidades de cada acontecimento também marcam as diferenças entre ambas as mobilizações. Dois anos podem parecer pouco, mas muda coisa aconteceu entre uma manifestação e outra. Na dissertação de Aguiar (2017), vemos o registro de um desses acontecimentos-críticos que mexem com a vida coletiva do bairro: a “chacina da Estiva”, na qual cinco pessoas foram assassinadas por homens vestidos de preto, com botas e capuzes, que chegaram em motos e usaram armas de grosso calibre. Era um período de baixa intensidade, digamos assim, na produção de letalidade pelos conflitos armados no Serviluz. Esse conjunto de circunstâncias atçou os circuitos de fofocas e especulações, além da repercussão midiática, acendendo mais uma vez o debate sobre a *guerra* e sobre a *paz* no Serviluz. A chacina da Estiva aconteceu em agosto de 2015, em meio a outras na cidade atribuídas a policiais naquele período, com destaque à chacina da Messejana/Curió, com enorme repercussão e que gerou um forte movimento social de mães, parentes, amigos e solidários das vítimas por justiça. A chacina na

Estiva provocou especulações na comunidade, do tipo: “foi o pessoal da Favela”? Mas o que escutei, à época, foi descrença em relação a essa opção. Aguiar (2017) registra esse cenário de especulações:

Segundo algumas falas sociais, o fato de terem sido assassinados dois traficantes [*alguns dias antes da chacina*] do segmento da Favela (inimigos da Estiva) não justificaria ou não seria ocasião para se iniciar uma ‘guerra’, como forma de retaliação, gerando uma chacina na Estiva, pois a Favela, inclusive, não teria poder de fogo suficiente para invadir a Estiva. Dessa maneira, boa parte das explicações estava diretamente relacionada à ideia de extermínio cometido pela polícia, mas também, havia boatos, dizendo que as execuções foram perpetradas por um grupo de extermínio contratado para ‘fazer o serviço’, havendo supostamente uma briga interna à facção da Estiva, ou entre a Favela e a Estiva, ou entre a Estiva contra a Estiva. Um emaranhado de versões conflitantes que acompanha a trama dos conflitos. (AGUIAR, 2017, p.50-51).

Outra questão que se especulava com preocupação: “Uma nova guerra vai estourar?”, como desdobramento daquele acontecimento na Estiva. Não que não houvesse homicídios ocorrendo no bairro antes, mas há uma diferença entre a violência das *gangues*, no seu cotidiano agonístico, e a “guerra” que, além da progressão geométrica de homicídios que produz, enlutando dezenas de famílias, mexe com o cotidiano, os arranjos, a vida de todos na comunidade, como Sá (2010) registrou no trabalho etnográfico que realizou no período de uma das “guerras” que, como ondas, irrompem, de tempos em tempos, durante décadas no Serviluz:

Além dos assaltos a mão armada, dos roubos seguidos de morte e acertos de contas do tráfico de drogas, os confrontos armados, tiroteios noturnos nas ruas e becos da favela, protagonizados pelos grupos de jovens encapuzados, atirando contra os postes de iluminação pública, preparando o ambiente de penumbra para facilitar posições de ataque e defesa, criaram um clima de terror na comunidade. O medo estava generalizado. As pessoas do bairro estavam receosas de sair de uma situação de guerra fria para outra de guerra aberta. E foi o que aconteceu.

Quando a guerra aberta estourou novamente, o terror foi implantado no cotidiano. Esquinas de ruas, entradas de becos e postes quebrados de iluminação sendo utilizados como pontos táticos de posição avançada de tiro. A possibilidade de levar um tiro esvaziou as ruas. Os moradores estavam trancados em suas próprias casas, vivendo no bairro como se estivessem numa prisão. (SÁ, 2010, p.110)

E se a “chacina da Estiva” provocasse esse tipo de efeito, os desdobramentos de uma *nova guerra*? Mas, pelo que vi um mês depois, o que aconteceu foi o oposto, não só os grupos armados da Estiva e da Favela não entraram em “guerra”, como decretaram um “pacto de paz”. Um novo arranjo territorial foi constituído, expresso em uma nomeação que passou a ser muito difundida no bairro: “Estivela”.

Então, dois anos depois da “Passeata pela Paz no Serviluz”, quando se realizou a “Passeata Serviluz é o Meu Lugar”, a situação no território era muito diferente. Em fevereiro de 2014, uma mobilização movida pelo desejo de paz, em março de 2016, uma interpelação

coletiva da comunidade para manter a “paz” conquistada. O nível de adesão da segunda em relação à primeira foi mais significativo, não só pela quantidade de pessoas a praticar as passeatas, mas em todo o envolvimento dos mais diversos atores comunitários na mobilização, uma reação imediata à possibilidade de “quebra da paz”, um protesto contra a ação de quem assim procedeu, a aceitação ritual dos membros dos *coletivos criminais* (acompanhando de moto, metros atrás, a passeata) à posição hegemônica da *comunidade*, os seus circuitos de interação interna vibrando a mil diante do acontecido, e isso expresso na quantidade e qualidades de pessoas mobilizadas na passeata a interpelar: “Serviluz é o meu lugar”!

*“Nunca vi defunto pagar dívida”*

Mas vamos ao acontecido, conforme me foi narrado, que desencadeou a referida manifestação no início de 2016. Dois ou três sujeitos – há controvérsias quanta e esta quantidade também – “quebraram a paz”. Por conta de uma alegada dívida de drogas, sequestraram e torturaram dois jovens do bairro. Mataram um. O outro escapou. O que escapou contou o que houve. A história *viralizou* no Serviluz e estremeceu as rodas de conversas e os espíritos dos moradores. Aconteceu a manifestação já referida. Dois acusados foram presos. No presídio foram mortos pelo “comando”.

As duas vítimas que foram raptadas e torturadas estariam devendo, mais de uma pessoa tinha me falado isso, garantindo que “todos no bairro” sabiam – “mas ó, vou te dizer uma coisa, nunca vi defunto pagar dívida”. Ouvi esse comentário sobre o ocorrido partir de uma pessoa que, já tendo sido *envolvido* com tais comércios ilegais e participado da “pacificação”, questionou a falta de racionalidade dos “pilantras que quebraram a paz” em uma cobrança de dívida contra os dois jovens do bairro. Todos na comunidade mais ampla do Serviluz repudiaram a violência infligida contra os rapazes – em uma clara mudança de “enquadramento” (BUTLER, 2015), em relação a esse tipo de episódio, envolvendo aquele perfil de vítimas e de algozes. Com base no depoimento do sobrevivente, a polícia prendeu os dois acusados, que na cadeia viraram vítimas de execução por meio da ingestão de veneno de rato, tudo filmado, eles espumando e os executores falando coisas como: “ó aí pessoal, os pilantra que quebraram a paz estão sendo cobrados”. Foram “decretados” e executados pelo “comando”, uma espécie de *comité* que reunia lideranças dos *coletivos criminais* atuantes nas áreas do Serviluz, Vicente Pizón, Mucuripe, organizado no sistema penitenciário, de onde a filmagem com a execução dos “decretados” foi enviada, com falas para a “comunidade do Serviluz”, coisa do tipo: “podem comemorar, podem soltar fogos...”. Eles, que compunham o tal “comando”, afirmavam-se então como os “pacificadores”. Não vi a filmagem, me contaram,

algumas pessoas, em narrativas sempre acompanhadas de diferentes formas de condenação moral ou repulsa. Assunto pesado, conversa que não se estica.

## 6.2 “*Servilost, baile de favela*”

“Você precisa vir aqui ver como as coisas estão no Serviluz”. Pedro quer mostrar a cena no início de 2016 no Serviluz, principalmente no Titanzinho (mas não só), depois que a “paz” chegou. Certa vez, cerca de dois anos depois, quando o clima voltou a ficar tenso em um recrudescimento do conflito entre polícia e traficantes, após estes abrirem novas “biqueiras” em uma via importante, ele me falou que o Titanzinho estava “uma tristeza, (...) uma vergonha”, pois a animação noturna que o caracteriza sumira<sup>203</sup>: jovens se recolhendo cedo para não ser vítimas da violência policial que se intensificara, adultos de diferentes idades se recolhendo das calçadas e espaços públicos, receosos que algo de ruim pudesse acontecer. Mas ele contou que, mesmo naquela situação tensa e adversa, haviam conseguido fazer uma festa na praia, um *reggae* no encerramento de um campeonato de surfe – “foi massa! muita gente, muita energia (...) parecia aquela vibe de 2016”. O clima estava tenso, mas eles seguiam agindo nas *brechas* dos “podres poderes”, como ele me disse. No caso, o campeonato de surfe – o evento e o movimento que ele gera – abriu a *brecha* e eles agiram ocupando o espaço público, o bem comum, a sua praia.

Também foi um evento durante a programação de um campeonato de surfe, que aconteceu aquela festa na praia dois anos antes, naquela noite em vinte e seis de março de 2016, o jovem *mc* cantando o “rap da pacificação”. O jeito que ele se referia ao Servilost chamou atenção da Priscilla – “como se o Servilost fosse a comunidade”. Uma dessas enunciações foi quando ele emendou o canto “baile de favela” com os nomes de diferentes “quebradas” ali da região do Serviluz, Vicente Pizon, Grande Mucuripe. Referências a territórios – para além dos espaços e das populações, territórios festivos, “bailes de favela”. E aí, nessa trama de territórios festivos, ele emenda e conclui: “Servilost, baile de favela”.

---

<sup>203</sup> “O ato da conversação é tão querido entre os jovens que alguns relutam em se recolher para dormir. Sentem um prazer imenso de se deixarem levar pelos rumos das conversas, de tal modo que sempre um núcleo de três, quatro ou cinco rapazes acaba permanecendo firme e fiel ao propósito da troca de ideias, motivados pela prática da boa conversação, o que os leva a ficar acordados até altas horas, se a violência da polícia, com seus toques de recolher, e as guerras entre as facções juvenis armadas, cujos tiroteios recomendam busca por abrigo, deixarem. Mas isso não é sempre. Há períodos de calmaria no Serviluz e períodos de guerra aberta. Nos períodos de calmaria, o Serviluz vira uma vila com várias rodas de conversação, convivendo pacificamente com o mundo circundante” (Sá, 2010, p. 260)

Territórios de festa porque territórios de paz, ainda que também se faça festa em meio à guerra, mas o contexto ali que o *mc* ressaltava era o da “pacificação entre as facções rivais”, que por sua vez permitia a circulação de corpos a povoar esses territórios festivos, ocupando espaços e produzindo cenas. O Coletivo Servilost faz justamente um movimento de circulação, gerando ocupação criativa e constituição de espaços-arenas-cenas – *é o gera!*

Naquela noite de março de 2016 na praia do Titanzinho, como meses antes na Praça Tiago Dias, apresentaram-se grupos de reggae, funk, rock, break e teatro, além das apresentações audiovisuais e poesia. Era esse tipo de produção que o pessoal do Servilost, variando os conteúdos, *gerava* toda semana, às vezes mais de uma vez na semana, entre meados de 2015 e de 2017. Não que tenham parado após isso, mas com outra intensidade ou modulação, menor frequência, rearranjos – como vimos os próprios integrantes do Servilost explicarem na abertura deste capítulo.

Eles nunca pararam de produzir eventos artísticos-políticos-festivos no seu território, e além dele também. “Produzir” – lembro do Pedro me falando naqueles tempos que era isso o que eles faziam, que era assim que ele queria ser visto, como um “produtor”. Um ofício -ação que passou a defini-lo. Certamente ele já participou de centenas de produções, entre cineclubismo e suas mostras audiovisuais, festas na praia (inclusive em muitos campeonatos de surfe), eventos na Praça Tiago Dias, na praça da Estiva ou na de São Francisco, assembleias populares nas ruas e praças do bairro, alhures Mas, talvez, a ação produtora mais expressiva do Servilost tenha sido o “Farol Roots”.

O Farol Roots foi uma *ação-total*, no sentido dos agenciamentos da *ação coletiva popular-comunitária* que buscamos mostrar nesta tese: organização de moradores e aliados para ocupar o Farol Velho do Mucuripe, a partir de uma ação em mutirão de limpeza; depois, as oficinas de grafite dando cores, vibração e mensagens ao muro de contenção da duna embaixo da escadaria, às muretas desta, às paredes do Farol; a discussão coletiva para decidir realizar a primeira festa, um *reggae*; a produção do evento, ornamentação, instalações de som e luzes, mobilização e condução do *gera*. A cada evento, e nos seus respectivos processos de produção, a resistência da ocupação contra as agências dispersoras dos “podres poderes”. Além de tudo isso, as alianças para além do território.

É difícil definir por onde começar a falar do Farol Roots, que virou Sarau Farol Roots. A melhor opção é começar com um reggae – foi o que definiram, em reunião, os participantes do Coletivo Servilost, depois de terem ocupado e *revitalizado* o velho Farol do Mucuripe. E o *gera* foi tão bem-sucedido que decidiram repetir na semana seguinte. E semana após semana. A regularidade é uma importante qualidade para um coletivo produtor, e o pessoal do Servilost

conseguiu implementá-la por meses a fio, desde o início de 2016. Porém, uma regularidade não-estática, ao contrário, o Farol Roots era uma metamorfose constante em termos de programação, estilos, expressões artísticas e políticas a performar no Farol Velho renovado, quarta-feira após quarta-feira, às vezes, eventos extras aos sábados. Mas o abre alas, e carro-chefe durante os primeiros meses, foi o reggae. Isso foi, como já disse, uma decisão coletiva, discutida em uma reunião entre umas dez pessoas integrantes do Coletivo Servilost, com idades variando entre uns dezoito a trinta e poucos anos. Mas o reggae no Serviluz não tem idade. É uma prática cultural que está na *sociogênese* da população do Serviluz, parte de uma cultura de resistência<sup>204</sup> que molda a identidade coletiva do(s) ser(es) do Titanzinho.

Por causa dessa resistência histórica, eles adotam um estilo de vida e propõem, através de suas práticas culturais, como surfe, pesca, banhos de mar, passeios, reggaes e festas de beira de praia, uma distintividade cultural frente àqueles jovens de periferia que moram afastados ou com poucas oportunidades de usufruir os circuitos culturais das praias” (SÁ, 2010, p.18).

Mas o reggae, além de um estilo musical e dançante, é movimento cultural que extrapola as fronteiras do Serviluz e conecta as juventudes periféricas de Fortaleza. E antes do Coletivo Servilost realizar o primeiro Farol Roots, o Coletivo Jangu Vive havia estourado com o *gera* Jangu Cuca Roots, reunindo centenas de jovens na periferia sul da cidade. Depois, no Bom Jardim, na praça Santa Cecília começou acontecer o reggae do Coletivo Bonja Roots. Este último, desdobramento direto do movimento de ocupação da escola Caic do Bom Jardim. Esses *geras* e os coletivos que os produziam formaram uma teia pulsante a constituir cenas culturais e arenas políticas em Fortaleza. E no Serviluz, o Coletivo Servilost é um nó dessa teia produtora de cenas, geradora de acontecimentos e constituidora de articulações para ação coletiva na cidade. O Farol Roots (que ainda acontece, anos depois, em forma de edições esporádicas do Sarau Farol Roots) foi um dos *geras* a compor uma nova cena artístico-política na cidade – como tão bem captou Raimundo Cavalcante, um cara que é predecessor, mestre e, literalmente em relação a um dos integrantes, pai daquele Coletivo potente e cativante.

Em seu perfil no *youtube*, Raimundo Cavalcante tem postado vários vídeos que ele fez em diferentes edições do Farol Roots. Podemos conferir lá três vídeos postados em 2016. O primeiro deles é uma filmagem do Farol Roots *raiz*, no começo do movimento dos *reggaes* às noites de quarta-feira. Estive lá naquela tarde-noite quando o vídeo foi gravado e vou relatar a experiência. Mas antes, quero registrar o texto que Raimundinho agrega à postagem do vídeo:

---

<sup>204</sup> Sobre “Reggae” como prática cultural de resistência das juventudes da periferia colonial, “afro-diáspora” contemporânea, manifestando-se em “bailes de rua” em Fortaleza, especificamente nos territórios do *Grande Jangurussu* e Grande Bom Jardim, ver Melo (2018)

Coletivo Servilost Mudando Nosso Cenário... e A Galera Servilost Não Param.. Na Luta Por um Bairro Mais Unido e Com Áreas de Lazer Para os Jovens da Nossa Comunidade (Serviluz) Arregaçaram as Mangas e Deram um Show de Cidadania Social Com O FAROL ROOTS Todas as Quartas no Velho FAROL do Mucuripe.ce! Saibam Mais Seguindo a Galera do Servilost nas Redes Sociais.. Apoio: Ceará Pacífico, Realização: Pedro Fernandes, Bruno Spot, Priscila, Igor Cavalcante, Rubenia Santos, Eduarda Marques, Dandara, Ramone Matias, e a Todos Que Fazem a PAZ Fluir em Nossa Comunidade SERVILUZ!! (Raimundo Cavalcante, em postagem realizada no youtube: <https://www.youtube.com/watch?v=yfID9Ylc-UA>).

A “paz” como ação: “fazer fluir”. A “paz” como acontecimento que flui na comunidade, pela ação da “Galera do Servilost”, entre outras pessoas, coletivos, eventos – inclusive ele, Raimundinho, os coletivos dos quais participa e impulsiona, como Titanzinho Surf Club, os eventos que organiza (campeonatos de surfe, festas na praia), as ações comunitárias cotidianas através do surfe, da fotografia e do audiovisual, entre outras ações (como colaborar com o Servilost, a Associação de Moradores do Titanzinho etc.). Um recorte bem ilustrativo dessas ações comunitárias agenciadas no *movimento pela paz*, mas que, como já vimos, são parte da *sociogênese* renovada cotidianamente no Titanzinho, produzindo vida, criando arenas, gerando acontecimentos – podemos ver nos próprios *perfis* do Raimundo Cavalcante nas *redes sociais*, através, principalmente, da sua produção audiovisual, registrando um cotidiano de práticas “titânicas”: ser Titan, fazer o Titanzinho, em uma perspectiva cultural e política. Práticas culturais e políticas agenciadas em diferentes movimentos de luta pela existência no Serviluz: o movimento contra o estaleiro, a luta contra as remoções, o movimento pela paz, sempre vemos o surfe, as festas, as expressões artísticas (reggae, rap, poesia, teatro, audiovisual), as assembleias populares, como práticas de resistência mobilizadas em lutas existenciais.

Assim, reforço a hipótese-perspectiva da “paz” no Serviluz como acontecimento produzido pela ação coletiva, um movimento gerador de paz. Esta, como fluxo, e os coletivos comunitários como agentes a tecer (ou participar da tessitura) a complexa e volátil trama “pacificadora”, através da ação coletiva nas *brechas* dos “podres poderes”. A ação artística-festiva como agência fundamental para fazer a “paz” acontecer, “fluir”.

A prática-ação artística ou festiva já existia em várias manifestações, inclusive como estratégia de ação coletiva, como vimos na “luta contra o estaleiro”. e continua sendo ativada até hoje pelos *coletivos* no Serviluz e em outros territórios. Mas aquele período foi um ponto alto do *movimento*, inclusive da articulação entre territórios, como Priscilla falou no início deste capítulo: “uma rede de juventude das periferias”.

## 7 Fazendo festas em meio aos “podres poderes”

“A gente está vendo eles lá, os podres poderes, e nós no meio fazendo festas, por isso botei diversão aí”, disse-me Pedro na noite de primeiro de setembro de 2018, explicando o porquê ter escrito na tarjeta a palavra “diversão”, para responder à pergunta sobre o que “desejava para seu bairro ou comunidade”, em uma *dinâmica* de participação coletiva em um curso sobre direito à cidade promovido pelo Lehab<sup>205</sup>. Seus parceiros de Servilost responderam assim: Priscila – “organização para desorganizar”; Bruno – “ser útil”. Adriana, do Lagamar disse: “Liberdade”; dona Fátima, da Vila Vicentina: “moradia garantida”; e assim se amontoaram ao centro da sala umas duas a três dezenas de tarjetas com respostas desejanças. Pedro, ao meu lado, vai explicando que eles estão vivendo no Serviluz, mais especificamente no Titanzinho, uma situação complicada, constrangidos tanto pela polícia como pelo crime, ao mesmo tempo em que uma nova ameaça de remoção paira sobre a comunidade. Os negócios do crime e o controle policial confluíram para estabelecer um velado toque de recolher, deixando desertas ruas que outrora fervilhavam de gente a interagir no frescor da noite. “O Titanzinho está uma vergonha, oito horas da noite você não ver mais ninguém na rua”, ele se queixou. Riscos de tiroteio e baculejos violentos afugentam as pessoas. Mas no último final de semana houve um campeonato de surfe, evento grande, “gente de fora”, então eles aproveitaram e fizeram uma festa com variados artistas do bairro, e com o discurso comunitário de sempre: “valorização das áreas...”, “paz...”, “resistência...”. “Foi muita gente, parecia aquela *vibe* de 2016”, Pedro comentou.

E foi pelo início de 2016 que começou minha relação com as ações festivas do Coletivo Servilost, o Farol Roots e, na sequência, com o “movimento de saraus das periferias”. Ainda estava no mestrado pesquisando a *ocupação* e constituição da comunidade Morro da Vitória, próxima ao Farol Novo do Mucruipe, em frente do qual ficava a o Barracão (centro comunitário e sede da associação) e as casas das minhas duas principais parceiras ali naquela época – Liduina e Graça. Então, ia com frequência para rua Farol Novo, fosse para eventos no Barracão ou para visitas, conversas e entrevistas. Em um desses dias, era uma quarta-feira, desço o Morro e adentro o Serviluz, onde vou me encontrar com Pedro, na rua do Paredão, Praça Tiago Dias. Lá chegando, deparei-me com um final de tarde belo como sempre no Titanzinho. Olhando para o mar de enseada, salpicado de surfistas, conversamos sobre muitas coisas. A “pacificação” era

---

<sup>205</sup> Laboratório de Estudos da Habitação do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará. O Lehab é um forte agente coletivo a atuar na Frente de Luta por Moradia Digna.

um tema frequente entre nós, desde aquele domingo quando ouvi os primeiros relatos e vi a praia cheia de gente,

Na *brecha* que a “pacificação” abriu, foi visível no Serviluz um intenso movimento de ocupação festiva, com criação estética, intervenções artísticas, ação política. Sempre conversávamos sobre essa *cena*, os eventos que estavam acontecendo, como estava mexendo com a vida no bairro, sobretudo junto à população mais jovem.

E naquela quarta-feira teria edição do Farol Roots. Fomos à Associação de Moradores do Titanzinho, a poucos metros de onde conversávamos, no Paredão, pegar equipamentos de som, de iluminação, toda a tralha, botamos no bagageiro do carro no qual eu fui para lá, e levamos ao Farol. Foi a primeira de uma sequência de quartas-feiras nas quais fui para várias edições do Sarau Farol Roots. Na maioria das vezes, não havia carro, e os equipamentos de som, iluminação, decoração etc. – adquiridos ao longo do tempo por meio de *projetos* e parcerias – eram carregados e levados em uma espécie de “carrinho” do tipo usado por recicladores ou vendedores ambulantes, que eles deram uma estilizada e, às vezes, iam empurrando, às vezes puxavam acoplado a uma bicicleta que eles montaram – “isso é que é ser *lost*”, disse-me o Pedro uma vez sobre as improvisações *estruturadas*, como um poema dito em *livre fluxo*, mas no qual há “versos sedimentados”, explicou-me certa vez Chicão Oliveira, acostumado a improvisar nas ações poéticas e contações de história, assim como o pessoal do Servilost em suas ações festivas, assembleias poéticas, ocupações artísticas, grafites e outras ações estético-políticas.

Aquela engenhoca, batizada “carrim das artes”, e parte do equipamento nela transportada, era usada nas ações cineclubistas do Cine Ser Ver Luz, que faz parte da *genealogia* do Coletivo Servilost e do Sarau Farol Roots. Entre o Servilost e o Coletivo Audiovisual do Titanzinho, podendo incluir também a Associação de Moradores do Titanzinho, há entrelaçamento de pessoas, práticas, ações e alianças. A itinerância, em livre circulação pelos microterritórios do Serviluz, era uma ação política em si, enfrentando as ordenações territoriais proibitivas, ação que o Pedro e o Spote destacam em suas falas no início do capítulo 6, e, além da fala, em suas práticas não-discursivas: andar, grafitar, montar cenas mambembes, projetar imagens, pintar casas, limpar a praia... Os mutirões de limpeza e decoração ou ambientação de espaços comuns, eis outra linha tecida nessa rede de práticas-ações coletivas. Assim como a ocupação e realização de eventos em espaços públicos. Algo que as pessoas que compõem aqueles coletivos, promovendo aquelas ações, gerando acontecimentos, constituindo *arenas públicas* no bairro e compondo a *cena* na cidade, adquiriram *nohall*, fazendo frequentemente ao longo de anos. Se olharmos os filmes do Coletivo Audiovisual do Titanzinho, postados em

seus perfis em redes sociais<sup>206</sup>, o que mais veremos, além de encontros e memórias e paisagens, é a ocupação afetiva das ruas e praças, além do Farol, no Serviluz, movimento que se mostrou engajado à *luta pelo território*, tanto nas suas produções como nas ações cineclubistas – isso também é o Cine Ser Ver Luz: “uma ação pelo direito à cidade”, ouvi dizerem mais de uma vez.

No canal do Coletivo Audiovisual do Titanzinho no *youtube*, vemos vários filmes curtos registrando sessões do Cine Ser Ver Luz. Sessões também são registradas, em meio a textos de pesquisadores de diferentes áreas, na publicação “Nossas ruas com cinema: cine ser ver luz” (GORCEZEVSKI *et al* org., 2019), organizada por Deisimer Gorczeski<sup>207</sup>, Gerardo Rabelo, Maria Fabíola Gomes, Pedro Fernandes, Priscilla Sousa e Sabrina Araújo, pessoas que são autoras também de muitas das produções do Coletivo Audiovisual e das ações do mesmo. Uma publicação na qual vemos como tal experiência avançou no Serviluz e suas articulações com a cidade. Suas criações, ações, repertório, itinerâncias... e essas relações e criações são linhas que tecem a constituição do Coletivo Servilost.

Naquele vídeo do Raimundinho<sup>208</sup>, que abre com a logomarca do Sservilost e mostra a festa na perspectiva de quem está no Farol, vemos como o público ia aumentando conforme a noite avançava. E assim também foi semana após semana, o público crescendo, pequenas multidões se formando, cada vez maiores. E aí começou também a surgir problemas para os organizadores. E o primeiro foi a repressão policial. Sei que as juventudes das favelas e/ou periferias provocam medo, são associadas a violências cometidas e imaginadas. Mas devo dizer que os muitos momentos que vivenciei ali foram cem por cento pacíficos. Na verdade, a *paz* compunha a energia, ou conjunto de sensações, daquele ambiente no Farol, um agenciamento múltiplo de motivações que me levava lá quarta após quarta-feira. Era uma energia incrível: a música, a dança, a estética visual, o encontro, as conversas, a produção. E que levava mais e mais gente, com mais motivações, um movimento cada vez mais intenso de jovens ocupando o Farol Velho do Mucuripe – o mesmo que fora abandonado por décadas pelo poder governamental, agora presente, através da polícia, com agenciamentos repressivos-dispersores.

---

<sup>206</sup> [https://www.youtube.com/channel/UCA\\_LiAIH6AxDTG1qAqKrdSg/videos](https://www.youtube.com/channel/UCA_LiAIH6AxDTG1qAqKrdSg/videos) (acessado em 12.10.2022)

<sup>207</sup> A referida publicação, lançada originalmente como “livro–catálogo” em versão impressa em 2017, contém – entre textos, fotos e fichas técnicas – os temas e programações das sessões (com respectivos filmes exibidos e suas sinopses), no período entre novembro de 2015 a maio de 2016, pode ser acessada no link: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45943/1/2019\\_liv\\_Nossas%20Ruas%20com%20cinema.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/45943/1/2019_liv_Nossas%20Ruas%20com%20cinema.pdf) (acesso em 29.01.2023)

<sup>208</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=yfID9Ylc-UA> (acesso em 29.01.2023)

Festas com público ainda maior do que vemos no vídeo do Raimundinho. Gente vinda de diferentes partes do bairro e de outros territórios da região, muitas motos estacionando. Muita gente na calçada, na escadaria, no entorno e dentro do Farol. Como disse Priscilla: “um bocado de pobre reunido num lugar não pode né, fazendo festa e tal”. E não demorou para que houvesse os primeiros episódios hostis por parte da polícia, agregando uma certa tensão à mistura de sensações das noites de reggae do Farol Roots. Foi para distensionar, como estratégia para poder manter a *ocupação*, que decidiram “dar um tempo no reggae”, intercalá-lo com outros tipos de festas, apostando nas performances ao vivo, de diversas naturezas, atraindo públicos diversos, sob marca do, agora, Sarau Farol Roots. É o que vemos nos outros dois vídeos a que me referi, postados por Raimundo Cavalcante naquele 2016<sup>209</sup>.

Na postagem intitulada “Farol Roots Surf nossa Praia”, ele registra a data: “Muita Vibe no Sarau Farol Roots 10 de Agosto 2016. Farol Velho do Titanzinho”. No vídeo, vemos uma banda de rock realizando performance na entrada do Farol, quando a câmara se movimenta e enquadra o portal de entrada em frente ao qual baterista toca seu instrumento, vemos ao fundo, dentro do farol, sobre a parede um pano branco grafitado em vermelho, amarelo e verde: “Sarau Farol Roots”. Na parede externa, grafites e, no seu cume, cenas de surfistas performando são projetadas. O público – vestindo bermuda ou short, blusa ou top, calçando chinelos, às vezes bonés, colares e outros adornos – coberto pela gostosa noite mucuripense, é numeroso, ainda que em quantidade e configuração diferente das quartas de reggae. Não que tenha faltado tal estilo musical naquela noite de dez de agosto de 2016, uma quarta-feira. Um show ao vivo de uma banda é o que vemos no outro vídeo postado por Raimundo Cavalcante, outro evento. em ambos vemos imagens dele, produção Servilost, Coletivo Audiovisual Titanzinho e T.S.C.

O Sarau Farol Roots é uma ação política-artística de ocupação de um bem público abandonado pelo estado e agenciado de diversas formas como bem comum, inclusive nas festas produzidas pelo Servilost e suas parcerias. Registros de tais eventos pululam nos *perfis* em redes sociais do Coletivo Servilost, Associação de Moradores do Titanzinho, Coletivo Audiovisual do Titanzinho e Mostra Audiovisual do Titanzinho, além de perfis pessoais. Uma teia de pessoas e coletivos que gera a ação coletiva constituidora de espaços, cenas, arenas, performances, e que teve de vivenciar conflitos também – confirmando, pela ação repressora dos agentes estatais e paraestatais, o caráter político da ação.

---

<sup>209</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=9SGAMLCvok8>, <https://www.youtube.com/watch?v=gMpgvQX-DX4> (acesso em 29.01.2023)

Que aquela ocupação do Farol Velho do Mucuripe através do Sarau Farol Roots era política, eu sentia no ambiente, eu sentia na forma como me afetava. Lembro de chegar em casa uma noite – o Farol Roots acabava às dez ou um pouco mais – e ouvir: “tu viu?! O Brasil parou”. Era como se uma crise terminal se abatesse sobre o país, depressão política profunda com a revelação pelo juiz Moro dos áudios do Lula conversando com a Dilma e outras pessoas. Era isso que tentavam me explicar diante da gravidade da notícia e das reações desencadeadas. E eu, depois de ouvir, falava sem parar, empolgado, tomado pela excitação da ação no Farol, confiante no devir e com vontade de participar: “onde eu tava não tinha nada disso, foi massa, multidão, reggae, liberdade, animador, uma juventude que tu precisa ver, ninguém comentou nada disso aí não, e o astral lá em cima, o tempo todo, até o final do evento”.

Mas não era só uma questão de *sensação*. Para começar, aquele acontecimento era produzido por um arranjo coletivo agindo para que aquilo acontecesse, o pessoal do Coletivo Servilost e seus aliados. Coletivo que se articula com outros agentes, tanto na comunidade como na cidade. A ocupação do Farol foi uma ação pensada em coletivo e executada a partir do dia no qual foi realizada a limpeza do Farol por membros do Servilost e aliados, naquele sábado no início de março de 2016. Foi uma ação coletiva, planejada e mobilizada. E realizada na intenção da *ocupação* vindoura. Já tinha ouvido várias vezes o Pedro falar em relação ao Farol, se estava abandonado pelo “poder público” eles podiam “assumir”, discutimos até possibilidades jurídicas de concessão, enfim, era pauta corrente entre o pessoal do Servilost e Associação de Moradores do Titanzinho. E que se realizou com a ação de limpeza do Farol e a primeira de incontáveis edições do Farol Roots – ações registradas em postagem realizada no *perfil* do Coletivo Servilost no *facebook*, em seis de março de 2016, com cento e sete fotos em um álbum batizado o “Farol é nosso”, *palavra de ordem* que intitula o texto na postagem:

#### O FAROL É NOSSO

Nós da comunidade do Serviluz realizamos, com muita **paz** [*grifo do autor*] e união, a limpeza do Farol e à noite teve confraternização com muito roots.

Sabemos que é um patrimônio esquecido pelas autoridades públicas, mas nunca foi abandonado pelos moradores do Serviluz onde fazem do local um ponto de encontro para muitas diversões. São várias gerações que já frequentaram e frequentam o Farol, nossos avós, nossos pais, nós jovens, nossas crianças. A LIMPEZA DO FAROL juntamente com uma PROGRAMAÇÃO CULTURAL quer estimular o encontro dessas gerações e também da cidade com nossa comunidade.

Que venha o FAROL ROOTS e muito mais

#OCUPEOFAROL”

(<https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1670772443205892&type=3>, acessado em 15.10.2022, postado em 06.03.2016, dia seguinte ao evento)

Na sequência de postagens, desde a acima referida, vemos o sucesso total da iniciativa. Não estive naquele primeiro Farol Roots, ocorrido em cinco de março de 2016, um sábado. Mas

estava no dia dezesseis de março, uma quarta-feira, senti o cheiro de spray no ar enquanto o muro rente a calçada, em baixo, muro de contenção da areia e depois, em cima da duna, as paredes externas do Farol eram grafitadas e, na interna, pano de fundo do arco na entrada do prédio do Farol, a marca grafitada: “Sarau Farol Roots”, como vemos nas fotos no álbum “SARAU FAROL ROOTS - 16.03.16<sup>210</sup>”, junto a centenas de imagens ali produzidas desde então.

Outro dia, outra quarta-feira na sequência, saí para o Serviluz com o ânimo meio para baixo com o cenário político brasileiro, tinha gasto parte do dia assistindo uma sessão da comissão do impeachment na Câmara Federal – sentia que o cenário da política estatal brasileira era adoecedor. Naquele dia, indo para o Sarau Farol Roots senti algo sobre o qual só fui refletir tempos depois: o *movimento* como um ambiente de *cura*<sup>211</sup>, constituído pela ação coletiva agenciando a paisagem, os encontros, o lugar, a música, o clima – as fotos e vídeos postados no perfil do Servilost (postagem citada acima), assim como fotos e vídeos postados por diferentes pessoas e coletivos (como os vídeos do Raimundo Cavalcante que citei anteriormente), dão a dimensão da alegria, do bem-estar que aqueles encontros proporcionaram, atravessados por músicas, danças, discursos e outras performances. E também as interações, conversas, *trocação* de ideias, às vezes regadas a vinho, o velho São Braz, presença obrigatório nas reuniões festivas das juventudes populares de Fortaleza.

Certamente havia muito mais dores afligindo as pessoas que frequentavam o Farol Roots do que o cenário político no Brasil, esse na verdade afetava pouca gente ali. Conversávamos sobre isso nas escadarias ou na calçada em torno do Farol enquanto ouvíamos reggae, mas havia muitos outros assuntos, estórias – havia violências e trapaças políticas, opressões e golpes muito mais sentidos pelas pessoas ali, pelos seus corpos, pela comunidade, pelo psicológico individual e pelo coletivo também. Lembro que, depois do evento já ter começado no Farol, saí com meu xará Igor e sua companheira, fomos comprar águas e vinho. Enquanto o aparelho de televisão do mercadinho na avenida Principal (Zezé Diogo), transmitia reportagem sobre a defesa que o advogado-geral da União fazia da presidenta na comissão do impeachment da Câmara, ninguém

---

<sup>210</sup> <https://www.facebook.com/media/set/?set=a.1675080412775095&type=3>, acessado em 15.10.2022, postado em 16.03.2016

<sup>211</sup> Ver tópico viagem a São Paulo, no Capão Redondo reflexões com Lincoln, e o processo de cura do Pedro pela morte da mãe; ver reflexões em Vivências. Também o encontro da FLMD no Poço da Draga. Uma concepção de movimento como arranjos coletivos que constituem comunidades existenciais, tem a cura como uma de suas agências – se a *política* enquanto disputa de poder estatal e práticas de *governamentalidade é adoecedora*, chegando ao limite da *necropolítica*, o movimento como ação coletiva que constitui comunidades existenciais, faz fluir uma política da vida, capaz de cuidar e, no limite, curar quem participa, em algumas dimensões da existência emocional e corporal.

no estabelecimento olhava para o aparelho de tv, nem parecia escutar o que dele saía – eu revia trechos do longo debate que assistira mais cedo, ouvi os argumentos da defesa, pareciam -me muito sólidos, principalmente quando chocados com os argumentos expostos no relatório favorável ao impedimento da presidenta. Mas também percebi que pouco importava o conteúdo das argumentações, era um jogo de cartas marcadas, já se conhecia o desfecho, não havia nada que o advogado ou os deputados favoráveis à mandatária dissessem ou fizessem que pudesse reverter a sentença ali anunciada – e se eles nada podiam fazer para reconfigurar o resultado ali projetado, imagine eu assistindo em casa, imagine nós ali naquela bodega no Serviluz. Em relação ao que se passava ali na tv, éramos impotentes, mas há poucos metros dali, para onde já voltávamos abastecidos, emanava *potência* da atmosfera no Farol, e nós participávamos daquilo, aliançados na ação coletiva, fazíamos acontecer a *assembleia-festiva*, e mais ainda aqueles que a produziam. Seria essa a diferença entre a *macropolítica* e a *micropolítica*: uma a gente assiste (ou nem isso), a outra a gente faz, pratica, age? Em relação à primeira, sente-se os efeitos das disputas e decisões, e já na segunda, interferimos, participamos?

Não que ali no Farol houvesse alienação ou consentimento com o que estava acontecendo na cúpula da república brasileira. Muito pelo contrário, inclusive houve ali mesmo, próximo ao Farol, uma manifestação “não reconheço governo golpista”, quando da passagem da “tocha olímpica” por lá, em um evento oficial da programação do megaevento Jogos Olímpico Rio-2016 – podemos ver as imagens registradas no perfil do Servilost em uma rede social<sup>212</sup>. Naquela mesma quarta-feira cujas observações registrei no parágrafo anterior, conversamos sobre aquele cenário político, antes do evento começar e as falas, de Pedro, do Igor e de quem mais somava no assunto, eram falas de pessimismo com a situação na cúpula do Estado brasileiro e revolta com suas ações e omissões cotidianas, que os afetam no território onde vivem.

E sempre que falávamos do Estado enquanto governo ali, era a polícia que estava quase sempre no protagonismo da ação. Sua evocação era constante em narrativas, como de um jovem contando o local onde os policiais levavam as pessoas para suas sessões de tortura, outro que levou um tiro no pulmão quando já rendido e algemado, por isso teve de largar o hábito de fumar, e isso foi o de menos... mas ainda pode beber e rir e dançar. Ainda outra ocasião, faziam uma festa na praia, grupo reduzido, fogueira, instrumentos musicais, quando policiais militares encapuzados chegaram de surdina e atacaram o grupo para render e dispersar – um dos

---

<sup>212</sup> [https://www.facebook.com/photo/?fbid=1709113146038488&set=pb.100069048230903.-2207520000](https://www.facebook.com/photo/?fbid=1709113146038488&set=pb.100069048230903.-2207520000;);  
<https://www.facebook.com/photo/?fbid=1709121666037636&set=pb.100069048230903.-2207520000>.  
(acessados em 17.10.2022, postados em 07.06.2016)

organizadores do Servilost, ao tentar argumentar, foi agredido com socos e chutes... na guerra não há lugar para a palavra, a violência a nega, silencia, tenta quebrar o espírito daquele que quer falar, agir, ainda que para mediar, mas não cabia mediação ali, não em uma praia periférica à noite, com homens armados, uniformizados, encapuzados.

Cada história dessas, ao ser narrada, faz sentir seu peso. Mas todas essas evocações em forma de lembranças se esvaíam, dissolvidas pela atmosfera de encontros e alegria, como pude testemunhar e vejo captado, em algum nível, nos inúmeros vídeos e fotos postadas pelo Servilost a partir de março de 2016<sup>213</sup>. Vemos que as pessoas começavam a chegar ainda dia, final da tarde, montando a cena, vemos a paisagem, vemos o pôr do sol, vemos os abraços, as poses para as fotos, vemos a noite cair, e como caía fresca e confortante, vemos Raimundinho com sua câmara, vemos casais, amigos, jogo de luz, os *djs* botando o som, músicos tocando, poetas dizendo ou cantando, gente feliz de diversas idades, gente sorrindo e dançando – e olhe que não ouvimos as conversas, não se sente nas fotos o cheiro da maresia – hálito denso do mar, vento e poeiras – e perfumes e suor e fumaças, o frescor úmido da noite, uma áurea feliz no ar. Tudo isso era *cura* para os espíritos de quem estava ali, naquela *comunidade existencial*. Fosse as dores causadas pela vida cotidiana ou pelas lembranças de ações violentas contra os corpos e espíritos, os dissabores esvaíam-se ali naquele ambiente.

Mas a coisa era diferente se a presença da polícia não era só uma evocação da memória trazida por uma narrativa, quando seus agentes se faziam presentes em corpo e aparato – aí a tensão também tomava corpo no ambiente de sensibilidades partilhadas. De cima da escadaria – o farol fica em cima de uma duna fixa – bastava ver uma viatura diminuindo a velocidade para sentir a primeira corrente de tensão; se ela parava, a tensão aumentava; se homens fardados saíssem do veículo, é como se os corpos individuais e o corpo coletivo se aprumassem em alerta; se eles subissem a escadaria, era problema na certa. E essas situações indesejadas aconteceram algumas vezes. Ao ponto de ter de haver revisões estratégicas da ação Sarau Farol Roots.

Estive lá em uma quarta-feira na qual viaturas fizeram uma espécie de performance diferenciada, interpretada como intimidatória, na avenida do Cais do Porto em frente ao Farol Velho. Era o início de uma sequência de eventos geradores de tensões, mas tensões que eram dissolvidas pela positividade subversiva do ambiente do Sarau Farol Roots. Mesmo no dia que policiais decidiram subir e interpelar a *assembleia festiva* reunida no Farol Velho do Mucuripe.

---

<sup>213</sup> <https://www.facebook.com/servilost/videos>; <https://www.facebook.com/servilost/photos>. (acessados em 17.10.2022)

Eu não estava naquele dia. Naquela noite, na verdade. Porque a coisa sempre começava a acontecer no fim da tarde, ou seja, umas cinco horas, e ia até umas dez horas, ainda que tenhamos visto na postagem, parágrafos atrás, afirmar-se que a festa iria até sete horas da noite – mas era uma estratégia para que o grosso do público não chegasse depois desse horário. Pelo que me contaram, eram umas oito horas, no máximo nove, quando os três policiais subiram ao farol, enquanto outros dois ficaram de armas em punho fazendo a “contenção” em baixo, e em cima o que aconteceria seria um ataque, mas os *produtores-mediadores* conseguiram converter em uma situação de, *somente*, hostilidade. O gatilho da hostilidade, e também estratégia para a neutralizar, foi a ação de um dos organizadores que ao microfone leu o nome gravado na farda, talvez por esquecimento do policial em tampá-lo, talvez não. Um dos produtores do evento, afastou o *dj* que botava as *pedras* de reggae para tocar, e ao microfone deu as boas-vindas aos agentes da lei que certamente estavam ali para protegê-los, buscava assim acalmar os ânimos, talvez, mas o do oficial ainda estava agressivo, ele interpelou o produtor quanto ao horário – estava sendo cumprido conforme combinado no *gpm*<sup>214</sup> em reunião do Ceará Pacífico, explicou o produtor. Então o policial acusou haver ali jovens usando drogas – foi quando o produtor, ainda ao microfone, agradeceu a presença dele ali, que ali só havia pessoas agindo dentro da lei e que se ele tivesse alguma coisa contra alguém ali por alguma ilegalidade que fosse direto na pessoa – e ele foi direto foi no produtor, gritou com ele, ameaçou, e o produtor reagiu: “o que é isso oficial fulano de tal”, conforme o nome no uniforme, e este, o homem no uniforme, reagiu em tom ameaçador dizendo que ele, o produtor, estava expondo o nome dele, o policial dispensor, questionou se ele, o produtor, estava querendo deixar ele, o policial, mal diante da comunidade, algo que soava como ameaça. E o produtor: “não, de forma alguma oficial *fulano de tal*, queremos é agradecer, somos parceiros no Ceará Pacífico”.

“Ceará pacífico pra quem”? Muitas vezes ouvi esse questionamento ser proferido por agentes do “movimento de saraus das periferias”, geralmente jovens, como os integrantes do Servilost. Talvez fosse isso, por outra perspectiva, que o policial tenha pensado naquela noite ao ouvir a invocação do nome do programa do governo estadual, ou talvez ele tenha pensado algo mais na linha: “ceará pacífico teu rabo”, acho até que foi isso que ele disse, se me lembro bem como me contaram, antes de sair chispando pelo canto da boca e pelas bordas nervosas das botas. Abria-se ali, mas se bem que deve ter sido antes, o longo capítulo de conflitos e mediações entre o Servilost e a polícia militar, em relação ao Sarau Farol Roots.

---

<sup>214</sup> Uma espécie de sede da polícia militar no Serviluz.

Depois do episódio acima narrado, houve outros, tipo uma escalada. E em resposta era necessário reagir – agir na brecha dos “podres poderes” é uma arte que envolve a habilidade de evitar choques com os agentes dos podres poderes, ou pelo menos diminuir a intensidade deles ao mínimo, ou ao se chocar não quebrar, ou se quebrar um pedaço, recompor-se e seguir adiante. O Ceará Pacífico era um programa do governo estadual e se propunha articular uma política de segurança pública que incentivasse os coletivos juvenis e culturais, entre outras organizações comunitárias, indo além da repressão policial apenas. Isso permitiu abrir um canal de interação mínima entre os coletivos que promoviam eventos no bairro, como o Servilost, com o comando policial local – que no Serviluz é sediado fisicamente no gpm -grupamento policial militar, situado na Avenida Principal, não longe do Farol. E era ao gpm que integrantes do Servilost e aliados (ligados à universidade, principalmente) acorriam cada vez que a tensão eclodia em agressões ou ameaças contra eles. O assédio ao evento Sarau Farol Roots prosseguiu e veremos outros episódios a respeito, mas acontece que o coletivo Servilost e seus integrantes passaram a sofrer agressões, como a física que mencionei mais acima, também de outras naturezas, como veremos abaixo.

Lembro quando Pedro me contou aquela situação ocorrida em abril de 2016: era um dia de semana, pela manhã, e eles estavam fazendo divulgação de um evento do cineclube Cine Ser Ver Luz, no Farol. Estavam distribuindo material impresso, pregando cartazes e conversando com as pessoas – atividade de mobilização essencial à realização do evento. Estavam ele e mais algumas pessoas do Servilost e algumas parceiras ligadas ao projeto. Ao final da manhã resolveram almoçar um peixe com baião. Mas a comida não entrou direito porque alguém veio mostrar-lhes no aparelho celular uma publicação atacando o Servilost, os eventos no Farol, acusando-os de envolvimento com crime etc. E tudo isso se tornava mais grave porque era postado em um *perfil* no *facebook* atribuído a policiais, com muita repercussão no Serviluz. Como fosse uma espinha que atravessara a garganta ou um punhado de areia no baião, aquela notícia lhes atrapalhou o almoço. Decidiram levantar e seguir naquele instante ao gpm interpellar o representante do comando local da polícia militar e ativaram os canais que possuíam na burocracia governamental, notadamente via Ceará Pacífico, mas foram além e agenciaram todo um emaranhado de alianças na cidade. Era necessário enfrentar a situação por meio da denúncia pública e da articulação política com toda a teia de coletivos e pessoas com quem se relacionam. Vale a pena transcrever a seguir, para compor nosso mosaico textual, a “Nota de Apoio”

divulgada à época nas redes sociais do Servilost e do Cineclube Ser Ver Luz<sup>215</sup>, e a partir de ambas compartilhada por inúmeros aliados:

O Cine Ser Ver Luz e o Sarau Farol Roots são algumas das ações artísticas e culturais realizadas no Farol do Mucuripe, no Serviluz, em Fortaleza. O Coletivo AudioVisual, a Associação dos Moradores do Titanzinho e o Servilost, organizações constituídas por jovens que atuam no bairro, promovem encontros com o cinema, o audiovisual, o graffiti, stencil, lambe, performance, teatro, dança, poesia, música e a educação ambiental ocupando o Farol, abandonado pelo poder público, com o desejo de criar e fortalecer espaços e práticas coletivas e colaborativas, afirmando o exercício estético como ato político e social.

No dia 15 de abril, às vésperas da Sessão temática Democracia e DiverCidade do Cineclube Ser Ver Luz, fomos surpreendidos com a imagem da capa do Zine de programação e uma "recomendação" postada na página "Polícia em ação", no Facebook, sem o nome de quem escreve, direcionada aos moradores do Serviluz com o objetivo de desmobilizar a participação nas atividades, no Farol. A postagem recebeu vários comentários de apoio às nossas ações, contrariando o propósito da mensagem e, em uma postura antidemocrática, muitos destes comentários foram apagados. A sessão, no dia 16, aconteceu com a forte presença dos moradores - crianças, jovens, mães e pais - do bairro e da cidade.

Repudiamos toda a ação de "polícia" que não assume a autoria da denúncia e atua como propagadora de preconceitos e discriminação. E mais, questionamos o fato dos órgãos de polícia, ao serem procurados pelos coordenadores dos projetos, se esquivarem de uma atitude mais contundente em relação às páginas do Facebook que noticiam, com documentos e imagens, informações exclusivas.

Estamos em conversação com os coordenadores do Programa Ceará Pacífico, no bairro, desde as primeiras ações do projeto Sarau Cultural | Farol Roots, promovido pelo Coletivo Servilost. Solicitamos que o Programa - que afirma a ação de uma polícia comunitária - reconheça a atuação dos jovens do bairro, apoiando as iniciativas com uma postura e abordagem policial condizente com a proposta.

As ações no Farol do Mucuripe e nas ruas e praças do Serviluz são acompanhadas por pesquisa e intervenção amparada no Programa de Pós-Graduação em Artes da Universidade Federal do Ceará, em especial, no Laboratório de Artes e Micropolíticas Urbanas – LAMUR em parceria com o Grupo de Pesquisa da Relação Infância, Juventude e Mídia - GRIM|UFC. O projeto do Cine Ser Ver Luz – Farol das Invenções conta com o apoio do Edital de Cinema e Vídeo da Secretaria de Cultura do Ceará. Também contamos com o Edital “Nossa ação muda a cidade” da Coordenadoria da Juventude na Prefeitura Municipal que aprovou o projeto “Serviluz das Artes”, realizado com crianças e jovens, no bairro, em 2015. A Associação dos Moradores do Titanzinho, o Coletivo AudioVisual e o Servilost contam ainda com a colaboração do Coletivo Aparecidos Políticos, Bar do Surf, Vini Cópias e inúmeros colaboradores no bairro e na cidade de Fortaleza – Ceará.

O texto acima é muito significativo em várias dimensões que interessam fortemente a esta tese – tanto no sentido de visualizar o emaranhado de ações e agentes coletivos que enredam esse trecho da tese, como para compreender os sentidos das ações políticas praticadas por tais agentes. Nas assinaturas, vemos a teia de coletivos e pessoas, a qual me referi no

---

<sup>215</sup> <https://www.facebook.com/photo/?fbid=637565563062762&set=a.571682996317686;>  
[https://www.facebook.com/cineclubeserverluz/photos/a.571682996317686/637565563062762/.](https://www.facebook.com/cineclubeserverluz/photos/a.571682996317686/637565563062762/)  
 (acessados em 17.10.2022, postados em 27.04.2016)

parágrafo anterior à nota, materializando-se em identidades, tanto dos coletivos como de personalidades que os compõem.

A tensão crescente levou a uma redefinição estratégica das ações: “dar um tempo no reggae”. Mas não no Sarau Farol Roots, esse seguiria acontecendo quarta após quarta-feira e em outros dias, eventualmente uma sexta-feira ou um sábado, com outras programações. Aí, algumas semanas depois, sem divulgação prévia, bumba! seria o reggae com o s *djs* conhecidos da galera, as “pedras do reggae” que as juventudes de diferentes territórios de Fortaleza tanto apreciam. Sem aviso, de repente, entre um evento e outro surgiria o *reggae roots*. Mas vejam só, o estilo musical reggae nunca deixou de estar presente. Não era uma questão do estilo reggae, era um segmento dentro do estilo, era um segmento musical, populacional, era um tipo de festa e reunião juvenil periférica que, por algum motivo, os agentes policiais não conseguiam permitir ver reunidos ocupando aquele espaço. E por mais que os produtores-ativistas do Servilost e parceiros tivessem motivação resistente para persistir e desafiar a sanha dispersora da *govermentalidade* policial, ainda mais porque eram impulsionados pela energia da juventude regueira reunida, tiveram de pensar de forma estratégica a *economia-política* do enfretamento e da mediação, dos avanços e dos recuos, da exposição e da preservação dos seus corpos.

Manter a festa regueira-juvenil era essencial na ação-prática do Servilost e seus aliados como agenciadores da *paz* no Serviluz – aquela assembleia festiva era uma instância essencial do *movimento pela paz*. Aqueles integrantes do Servilost que já estavam na casa dos trinta anos e os aliados mais antigos no bairro, sabem e contam para os demais o papel r que as festas de reggae sempre tiveram como agenciamentos pacificadores em meio às *guerras* ou *tretas* no bairro. Todos conhecem a fama dos reggaes no Clube Jamaica, onde ninguém entrava armado e nunca houve uma confusão ao longo de anos, no início da década de dois mil, produzidas pelo Maurício, que viria a ser fundador e produtor da Farol Rap, presença constante nos eventos Sarau Farol Roots. As festas de reggae são parte do que se pode chamar de “re-existência<sup>216</sup>” do Serviluz, parte da vida cultural da comunidade naquilo que ela tem de comunhão, por isso agenciadora da *paz* – como o surfe, as igrejas, a organização comunitária, a memória etc. Logo, não fazia sentido o Servilost abrir mão daquela prática-ação político-cultural, quando tal Coletivo desempenhava um papel tão importante na constituição da *paz*, parte essencial do *movimento social pela paz* no Serviluz. E mais ainda se levamos em conta que a juventude do

---

<sup>216</sup> Veremos mais sobre a conexão dessa categoria com os coletivos de juventudes periféricas e o seu fazer artístico-político, criando espaços de enunciação poética, criação artística, performatividade decolonial, espaço de cuidado também, quando for dialogar com Silva (2019) sobre o “movimento de saraus da periferia”, nos próximos capítulos.

bairro é o segmento populacional mais vulnerável à violência das *guerras e tretas*, seja para serem recrutados por *coletivos criminais* – com a expansão das chamadas *facções* ou *comandos* surgiu ali a figura dos “soldados”, geralmente adolescentes ou pouco mais que isso – seja para serem selecionados para ter seus corpos supliciados ou suas vidas exterminadas.

Mas a proposta do Sarau Farol Roots era ir além nos territórios físicos e geracionais, não ficar restrito àquela *segmentaridade* geracional-territorial e de estilo a qual me referi. E para isso, para continuar agindo e expandindo, era necessário um certo “jogo de cintura”. Me lembro de um final de tarde, nós no Farol nos preparando para um Sarau Farol Roots, o equipamento de som já instalado tocando, nós na calçada embaixo, de frente para a avenida, quando dois meninos param uma moto e perguntam para o Pedro: “vai ter reggae hoje?” – ele responde: “vai ter festa, vários estilos!” – “Mas vai ter reggae?” – “Tá ouvindo não o reggae tocando?” – tocava ao som uma música da banda Natiruts – “Não mah, isso aí não, tô falando aquele reggae rocheda, tu sabe né!”. Depois de muita insistência, Pedro os alegra: “vai ter *dj*, mas só entre seis e sete horas, depois é uma apresentação de rap. Os rapazes se agitam, o que está na garupa pega o aparelho celular e liga ou grava um áudio para alguém: “ei vai gerar no Farol, vai ter *dj* mandando as pedra daqui a uma hora, vai, cuida!”, e o outro já partia acelerando a moto.

Pedro me explica que se divulgar antes vem muita gente, vem gente de outros territórios, lembro a quantidade de motos que via estacionar rente a calçada do farol. Ele diz que estava ficando meio tenso, a tensão da multidão, a tensão com a polícia. A iminência de uma situação que não desse para administrar, algo negativo, isso fez com que eles fossem evitando as festas de reggae que ficaram mais e mais esporádicas até pararem de vez. Foram resistindo nessa maleabilidade resiliente por mais de um ano, sem que deixassem de realizar os reggaes, mas intercalando-os entre uma grande variabilidade de e performances, de estilos e de conexões com a cidade. Até que outras situações críticas fizeram o Servilost parar com as festas de reggae, mas o Sarau Farol Roots perdurou.

A primeira situação, já em 2017, foi a seguinte: era uma quarta-feira de reggae e o Farol estava lotado; como sempre nessas situações, muita gente fica na calçada em frente, e foi aí que a confusão aconteceu – quem estava na produção lá em cima não pôde ver como começou, ouviu que a viatura encostou, policial falou algo para um rapaz que respondeu algo que o policial não gostou de ouvir, este agrediu aquele, ameaçou prender, população reagiu, uma confusão se formou e tiros foram disparados para o alto por policiais. Tiveram de parar a festa naquela noite, “para que algo pior não acontecesse”.

E então, o Sarau Farol Roots seguiu seu fluxo, mais uma vez dando um tempo no reggae, mas reunindo muita gente, pessoal vindo da “cidade” para a “quebrada” para participar daquelas *assembleias-festivas*<sup>217</sup>, que aquela *comunidade existencial* estava a promover a partir da ocupação do Farol Velho do Mucuripe. Inclusive pessoas de outras *quebradas*, também partícipes das cenas artísticas e das arenas políticas dos seus bairros e da cidade, integrantes de coletivos similares ao Servilost – uma nova geração de ativistas comunitários que despontaram na cidade, agenciando expressividades artísticas e ação política.

A segunda situação, acontecimento que gerou sua paralisação, ocorreu no dia trinta e um de maio de 2017, o Sarau Farol Rotos teve uma participação especial de um artista famoso na cidade. Era comum músicos, poetas, atores estabelecidos nas cenas artísticas da cidade performarem no Sarau Farol Roots. Um acontecimento marcante nesse sentido foi produzido na noite de treze de julho de 2016. O que vemos nas fotos é uma multidão diversa ocupando o Farol, uma conexão *cidade-favela* realizada em alta potência, foi o que se viu ali no encontro ativo do público e nas performances dos artistas, postadas em recortes, em uma série de postagens no perfil do Servilost entre treze e quinze de julho de 2017, sendo que na primeira, vemos um texto que cita os nomes dos artistas que “colaram”:

Ocupar:

Encher um lugar de espaço e de tempo, habitar, tomar posse de, e pode ser também resistir. É isso que o povo sem medo da cidade de Fortaleza tem feito nos espaços como o Farol do Mucuripe.

Dia 13 de julho 2016 vai ficar na memória de muita gente como o dia em que ocuparam um lugar, até então por eles, nunca habitado antes. A Cidade Marginal e seus habitantes estão de parabéns por mais esse enchimento de tempo e espaço que causaram por aqui e em vidas.

Muita gratidão à todxs que fizeram o evento. Fernando Catatau, Dangelo Feitosa e Vítor Colares, Banda EterNaMente, Edivaldo Ferrer, Gabriel Peixe, Baticum, Antonio Viana..vocês são massa.

Aos participantes e colaboradores dos coletivos Servilost e Audiovisual do Titanzinho muita força.

E as pessoas da Cidade marginal<sup>218</sup> que aqui estiveram presentes venham sempre que puderem. #ocupareresistir.

Na tarde-noite de trinta e um de maio de 2017, quem esteve presente foi o cantor de reggae Shalon Israel, cujo hit “Cabeça de Gelo” estava *bombando* na cidade e além, fazendo dele, provavelmente, o grande nome, em termos de fama, da cena do reggae cearense. Não estive presente, lamentavelmente. Contaram-me depois o que aconteceu. Formou-se uma

<sup>217</sup> Assembleia porque aliança de corpos ocupando espaço, performando e gerando acontecimento político-resistente (BUTLER, 2018); assembleia porque o público é ativo, e porque as diversas práticas discursivas e performances corporais estão engajadas em expressividades políticas de auto-afirmação, denúncia, criação e resistência.

<sup>218</sup> Referência à música “Cidade Marginal” de autoria do Fernando Catatau e da banda Cidadão Instigado.

multidão regueira no Farol. Disseram que a participação Shalon Israel no Sarau Farol Roots foi um sucesso e correu tudo bem, até que, já acabado o show, aconteceu um tiroteio “nas pedras” que ficam na praia ali próxima, entre a base do Corpo de Bombeiros e o mar. Contaram-me que foi assim: dois homens passaram em uma moto indo para “as pedras”, depois de alguns minutos só um voltou, sem o garupa; o pessoal do “movimento” percebeu e dois “soldados” foram enviados para averiguar, foram lá armados, é claro, pouco tempo depois, ouviu-se os tiros; por coincidência (na qual ninguém acredita), a cavalaria estava passando e entreviu – “foi muito tiro, mais de trinta”. Saíram feridos os dois garotos (“soldados”) e o estranho. Este era policial à paisana, segundo me afirmaram, cheios de certeza. O que ele estava fazendo ali? De duas, uma: ou queria armar um flagrante para acusá-los de envolvimento com o tráfico de drogas no local, ou foi preparar uma chacina tipo na saída da atividade, quando os jovens se dispersam em grupos. De qualquer forma, fosse uma ou outra hipótese a correta, o perigo era grande e acharam melhor dar um tempo no Sarau Farol Roots. E quando voltar, fazê-lo sem divulgação prévia, não querem multidão: “só pra galera que está ali no fluxo”.

### ***7.1 “Pra quem é artista só falar é pouco”***

“Eu não vim pra me curvar / Eu vim para conquistar”, diz um verso da música “Cabeça de Gelo” do cantor de reggae cearense Shalon Israel. Com trinta e quatro anos em 2017<sup>219</sup>, este “filho da Barra do Ceará” – “favela à beira-mar assim” como o Serviluz, mas na costa oeste (SÁ, 2011, p. 3-4) – conquistou grande público com aquele *hit* com centenas de milhares, talvez milhões, de acessos na internet, levando-o a fazer shows em várias cidades país afora. Em Fortaleza, a música tornou-se uma *febre*, e ele um regueiro prestigiado. Imagino o frisson que deve ter sido o show dele no Sarau Farol Roots, principalmente quando cantou a referida música, uma espécie de hino para aquela juventude regueira periférica. Se tivesse sido planejado que aquele seria o último reggae Farol Roots, não poderia haver escolha melhor. Mas não foi planejado. Aconteceu. Também não foi o fim da ocupação do Farol e outros espaços comuns no Serviluz com ações festivas, artísticas e políticas – aquela galera do Servilost e seus aliados não vieram para se curvar. E, além de constituir a *cena* no bairro, conquistaram a cidade e além.

---

<sup>219</sup> Ver a reportagem com ele publicada no jornal O Povo, sobre sua trajetória, relação com o movimento regueiro, estilo e visão de mundo: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/02/o-grito-de-resistencia-de-shalon-israel.html> (acessada em 20.10.2022, publicada em 03.02.2017)

Alguns meses depois daquele acontecimento-crítico que provocou a paralisação do Sarau Farol Roots, estive em uma ação no Farol, no dia quinze de setembro de 2017. Tal atividade foi produzida para celebrar o lançamento de publicações baseadas nas vivências realizadas na ação coletiva Cine Ser Ver Luz, tendo sido registrada em fotos e texto publicadas nos *perfis (facebook)* Cine Ser Ver Luz e Servilost (25.09.2017).

Foi um tarde-noite feliz aquela – feliz a vivência por seus encontros e performances, e feliz a oportunidade de vivenciar a *ocupação* do Farol, ouvir e ver as expressividades que ali se desenrolaram: discurso comunitário, poesia marginal, teatro denúncia, música rap e rock, produção audiovisual local. Tratou-se de uma *assembleia popular artística-festiva-política*, e sintetizava em suas expressividades e conteúdos o ser-fazer *movimento* no universo social pelo qual esta pesquisa caminha.

Os participantes eram numerosos e diversos, formando um público-amálgama dos diferentes *segmentos* que as ações daquela rede de coletivos afetam, e as conexões sociopolíticas que conseguem articular. Muitas crianças da comunidade (público mais frequente nas ações cineclubistas, bem como nos projetos sociais da Associação), também jovens (saudosos do Farol Roots) e adultos, mais ou menos, engajados com o *movimento comunitário*. Também jovens e adultos da *cidade*, gente *de fora* do bairro mobilizada a partir das relações político-culturais dos coletivos produtores daquele evento. Mistura de pessoas diversas e, também, de variados estilos de expressividades discursivas e não-discursivas.

A assembleia aconteceu na escadaria do Farol, com este ao fundo de quem estava ao microfone, formando em sua grandeza, com sua arquitetura e cores grafitadas, o cenário diante dos nossos olhos e emoldurando a performance de quem discursava, cantava, dizia poesias, às vezes tudo isso em uma mesma intervenção – “pra quem é artista só falar é pouco”, ouvi alguém dizer naquela noite. Foi assim na intervenção do João Carlos Fera:

Vocês estão, simplesmente, tratando de um local que eu amo muito. E quando eu vejo o Pedro, a Deisimer e toda essa galera juntando um grupo de pessoas aqui, nesse local que faz parte da minha infância [*ele diz apontando, com o braço, a mão, o dedo e meio giro de corpo, o farol atrás dele*], eu fico emocionado e não dá pra ficar calado ali. Então eu quero agradecer muito vocês por estarem aqui no nosso bairro. Nós, realmente, amamos vocês porque vocês passam a fazer parte da nossa vida quando vocês vêm aqui e fazem... poemas lindos como esse que ouvi que eu me emocionei ali. Também quero dizer pra vocês que isso é nosso, esse pedacinho é nosso! nós temos que nos apropriar dele, porque esse pedacinho é nosso! Amo muito vocês, porque esse local [*ele diz apontando, com o braço, a mão, o dedo e meio giro de corpo, o farol atrás dele*] é a demonstração do que o poder público faz com a cultura, mas vocês são a resistência, isso é maravilhoso, vocês estão de parabéns, viva a resistência! [*entre aplausos e gritos*] viva a resistência! Amo vocês! Deisimer, Pedro, amo vocês. Pedro te amo, beijão. (João Carlos Fera, Farol Velho, 15 de setembro de 2017)

Pedro se aproxima subindo quatro degraus da escadaria do farol, de onde estava operando o som, Fera o abraça, um beijo estala ao microfone, e Pedro fala: “bote aquele rap aí João!”, e Fera, mudando o ritmo da fala, diz:

Somos seres humanos, no túmulo somos iguais. Fazemos guerras, e corremos atrás da paz. Que a encontremos antes do jaz, em algum lugar do planeta, onde desde gameta, somos seres iguais. Na periferia, esquina de Fortaleza, o ar é mais puro, sal surfe e sol, e o visual de rara beleza. Berço de grandes atletas, estrelas internacionais, gente simples, gente humilde, gente capaz. Extrema radicalidade, surfe na veia – viva Silvana, campeã, arreventou hoje!!! [*aplausos fortes*] (...) muitos quebram no outside até chegar à areia. E o surfe é um esporte nobre criado para os reis, mas que alcançou os pobres. Pobre  gente, sai da frente, somos guerreiros. Abaixo então com a discriminao do Titanzinho, Vizinho, Havaizinho e Porto. Pois em todo lugar tem gente ruim... no Serviluz também  assim. João Carlos Fera, Farol Velho, 15 de setembro de 2017)

Quando ele acaba de dizer a poesia, o público estoura em palmas e gritos, em uma reao vibrante muito comum nas *assembleias populares poéticas* promovidas pelos coletivos que compõem a *movimento de saraus da periferia*. Um *movimento* que, s vezes é considerado de forma segmentária como um “movimento de juventude”, mas que na verdade são coletivos que agenciam formas, expressividades e conteúdos que estão na genética dos movimentos de resistência e enfrentamento das comunidades, favelas, periferias. O João Carlos Fera, por exemplo, já é um veterano dessa *caminhada*, professor de escolinha comunitária de surfe, ativista comunitário reconhecido dentro e fora do bairro, uma das referências políticas do Titanzinho, como o Raimundo Cavalcante que, também constituiu sua *caminhada* agenciando, entrelaadamente, o surfe, a luta comunitária e a arte.

Raimundinho também estava naquela assembleia e foi ao microfone falar. Quem o cerimoniou e chamou ao microfone foi Priscilla Sousa: “t intimado!”, ela disse, após falar da importância dele para a trajetória dela, mestre na arte-ofício audiovisual – “meu deus do céu, como esse homem tem imagens desse bairro (...) há vinte anos faz imagens nesse bairro” – e inspirador no agir comunitário – “me inspiro muito no trabalho que ele faz aqui”, entregando o microfone.

Naquela noite, o ambiente, para além da beleza paisagística e clima agradável de sempre, estava um pouco hostil, dando um quê de resistência àquela assembleia ali reunida. Quando cheguei no farol ao final da tarde, percebi logo algo diferente: a vegetao no entorno da edificao, ou seja, sobre a duna fixada, foi suprimida – o morro estava nu. “A prefeitura roçou”, disseram-me diante da minha surpresa, fazendo questão de ressaltar autoria do ato: “a prefeitura”. O resultado foi que o forte vento litorâneo carregou rajadas de areia no ar. A mim

parecia uma relação de causa-efeito das mais óbvias. “Quem entende de permacultura sabe que isso não pode”, disse o Pedro, que já vinha se introduzindo nas artes do manejo da terra (o que só veio a se aprofundar, como veremos). Areia invadindo a escadaria, os equipamentos, nossos corpos e vestes. Mas, quanto à responsabilidade pela situação já não era tão óbvia assim – “a culpa é da prefeitura”, o Tranquedo comentou, ao que um morador que estava na roda conosco respondeu: “culpa nossa também”, e ficamos um instante reflexivos.

Talvez tenha sido isso, esse ato de degradação ambiental, provocado pelo mal manejo da terra e da vegetação, que tenha ativado uma dimensão da memória do Raimundinho para ele ilustrar, em sua fala, o quão intensa é a agência da areia na vida dos moradores do Serviluz, na *sociogênese* resistente da população dali, dos seres que a performam e são performados. Raimundo falou assim:

Cara, brigadão pelas palavras da Priscilla [*que o filmava enquanto ele falava*], ela é uma grande amiga e eu me inspiro muito nela também, o trabalho que ela faz, um trabalho maravilhoso junto com a associação, trabalho de fotografia que ela vem fazendo, vem se desenvolvendo muito no audiovisual também. E como eu sempre falei pra ela, a gente faz uma brincadeira e a galera gosta, não é nada profissional, é tudo amador, mas é uma coisa do coração que a gente faz, e quando a gente faz com gosto, as coisas saem bem melhor. E só tenho que agradecer a essa galera que está aqui no nosso bairro, eu que moro aqui há vários anos, não sei mais nem quantos anos já que moro aqui (...). Gosto muito do meu bairro, amo esse bairro aqui. Quando eu vim pra cá, eu lembro que quando cheguei aqui comecei a chorar, que eu não queria morar aqui com a minha mãe, que a gente morava ali debaixo da areia... não parecia uma casa, era um túnel, a gente via só a frente e atrás a gente não via, era uma duna, a duna cobria a casa, e eu comecei a chorar, como é que a gente ia viver ali. Com poucos dias a casa arriou, a areia comeu a casa, a gente teve que fazer outra. E onde eu moro ali, acho que tem três casas embaixo e se eu falo isso a galera diz que é mentira, tem três casas embaixo, aterradas [*na casa da minha vô também*], diz um jovem ao meu lado]. Isso era casa de taipa, a gente desmontava e fazia em cima do morro. É uma resistência muito grande, a gente vem vivendo aqui. Eu fui um competidor de surfe, fui um dos primeiros competidores de surfe a trazer troféus pro Titanzinho, fui campeão cearense em 86 pra 87, fui campeão amador e profissional, sou professor de surfe aqui do projeto ipom. Inventei esse t.s.c. no começo dos anos noventa, quando a gente brincava de tábua, anos oitenta inventei o t.s.c. E em noventa comecei a fazer campeonatos de surfe, em 94 fiz o primeiro campeonato de surfe, através de um cara que morava no Titanzinho que ele fez um campeonato de tábua, eu até ganhei uma categoria, carretilha, e ali me inspirou a fazer um campeonato de surfe, eu pensei ‘o cara faz, então eu também posso fazer’, isso sem maldade, vi que eu podia fazer e deu certo, todo mundo gostou e até hoje faço campeonatos de surfe. (Raimundo Cavalcante, Farol Velho, 15 de setembro de 2017)

Ele também falou, já demonstrando incômodo com o vento arenoso nos olhos, dos projetos que toca com crianças – uma das *práticas de resistência biopolítica* mais frequentes nas comunidades, quase todos os coletivos que aparecem ao longo dessa tese praticam -na de alguma forma. E falou que, “uma semana sim, outra não”, levava as crianças até o farol: “eles se amarram, se fosse por eles todo dia vinham pra cá”, naquela semana elas pintaram as “pedrinhas” das muretas que ladeiam a escadaria onde estávamos.

“Eu tava aí nessa pintura”, diz uma criança apontando uma atividade semelhante que apareceu em uma filmagem projetada no farol. Essa menina estava sentada junto ao Tancredo e o acompanharia em um rap na sequência – “Décadas Passadas”. Mas antes, era a galera do Coletivo de Audiovisual do Titanzinho que estava com a palavra, e com as imagens, claro. Fabíola Gomes foi quem falou em nome do Coletivo, logo após a exibição do filme “Sessão Afeto e Amizade<sup>220</sup>”, que mostra uma sessão do Cine Ser Ver Luz. Desde a movimentação rumo ao local da sessão, avisando às pessoas e o “carrim das artes” sendo empurrado pela rua, enquanto toca a música do Farol Rap, “Décadas Passadas” (trilha sonora frequente nas produções do Coletivo Audiovisual do Titanzinho), depois aparece a montagem do telão no muro de uma casa, as cadeiras na rua estreita, com crianças sentadas, rindo ao ver cenas com Chales Chaplin, também adultos e idosos, alguns visitantes convidados do coletivo, que puderam assistir um filme que vi várias vezes ser exibido em sessões nas ruas e praças do Serviluz, produção do Coletivo Audiovisual do Titanzinho: “Atrás do Farol tem uma rua<sup>221</sup>”.

Também houve uma performance teatral denunciando a problemática da violência doméstica contra a mulher (o marido bêbado e violento, o filho revoltado com a situação), promovida pelo coletivo Teatro Dito e Feito, composto por jovens lá do Titanzinho, articulado, principalmente, pelo Gleison Cruz, já mais experiente na cena cultural do bairro, que também é vocalista da banda de punk-roque Éter na Mente, que se apresentou ao final do evento.

Antes do roque, o rap. *Mc* Quedão mandou as músicas do Farol Rap: “Discriminação” e “Décadas Passadas”, além de outra mais recente, não sei o título, as outras duas conheço bem, foram gravadas quando conseguimos montar um estúdio mais de dez anos atrás, em relação àquela noite de setembro de 2017.

Dois meses antes, encontrei o mesmo *Mc* Quedão, também o Gleison, o Pedro, o Spote, a Priscilla e outras pessoas ali presentes, em vinte um de julho de 2017. Presenciei o Servilost em ação, dessa vez, fora do Serviluz, no Centro de Cultura e Arte Dragão do Mar, no AfroSarau, produzido pelo que a Priscilla chamou de “rede de juventude das periferias”, ao se referir ao esforço de tecer uma teia orgânica de coletivos que geraram o *movimento de saraus das periferias*.

---

<sup>220</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=8aa-PPRTQyA> (acessado em 23/10/2022, postado há dois anos)

<sup>221</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=sXSeHb2WR\\_I&t=2s](https://www.youtube.com/watch?v=sXSeHb2WR_I&t=2s) (acessado em 23/10/2022, postado há dois anos)

## ASSEMBLEIAS POPULARES PELO DIREITO À CIDADE E SARAUS DAS PERIFERIAS

### 8 Itinerâncias e encontros gerando movimento na cidade

Quero neste capítulo, e nos que seguem, jogar luz a três dimensões do *movimento*: o deslocamento, o encontro e a expressão. Três das várias dimensões do agir coletivo, em verbo – deslocar: ação subjetiva que possibilita a mobilização coletiva – encontrar: ação que possibilita a reunião, a aliança e a enunciação dos corpos, vozes e ideias – expressar: difundir, ampliar, irromper, enunciar estéticas, ideologias, denúncias, cosmovisões, utopias, criações – inclusive a autocriação de quem se expressa, participa do encontro, desloca-se, é afetado e afeta outros, em um processo de partilha que constitui *comunidades existenciais*, entrelaçando pessoas e coletivos.

Digo “jogar luz” porque se trata de realçar linhas que estão perpassando toda a tessitura desta tese. Formas de ser e fazer *movimento* que vão sendo ativadas em diferentes agenciamentos de variados arranjos coletivos, nas caminhadas que estamos seguindo. É o caso das *assembleias*, mais especificamente, as chamadas “assembleias populares”. No plano inicial para a escrita desta tese, “assembleias populares” seria um capítulo, mas o que acontece é que esta categoria atravessa o texto, reaparecendo em diferentes tempos-espacos na caminhada dos sujeitos e da pesquisa. Notadamente no capítulo 4, no qual a noção e prática de “assembleia popular” serviu como *picada* para trilhar a densa discussão sobre lutas coletivas pela existência, a partir das experiências concretas em um dado território, o Serivluz que, por sua vez, transcende as delimitações espaciais e temporais, inclusive as “fronteiras internas” do território, através das ações coletivas que pudemos acompanhar – agindo nas brechas dos “podres poderes”, transbordando.

Nesse sentido, o *deslocamento*, ou a *itinerância*, também é uma categoria perene a atravessar esta tese. Tanto no sentido das ações das pessoas e suas produções coletivas – constituições de arenas e cenas, ocupação de espaços, produção *biopolítica* para a resistência e superação – para tudo isso, circular no bairro, e se articular além, é prática essencial. Como também na dimensão cognitiva dos sujeitos, na *sociogênese* dos que são e fazem *movimento* e nos seus processos de produção de conhecimento – deslocar-se por fronteiras novas, viajar para participar de ações coletivas diversas (de encontros formativos e organizativos a manifestações) é como um rito de passagem para quem é e faz *movimento*. O deslocamento é fundamental nas

*caminhadas* das pessoas, dos coletivos e nos processos que eles animam, inclusive as pesquisas como esta.

Outras categorias caminham por diferentes trechos desta tese, não como reificações, mas em ação. Como a categoria *ocupação*, o ato de ocupar espaços, gerar arenas e produzir vida, enunciando e constituindo formas-desejos de existir, seja na efemeridade de uma assembleia ou manifestação, ou se prologando em um protesto continuado como nas ocupações das escolas e outras ações tipo *acampamentos*, ou ainda na longa duração de uma ocupação por moradia que constitui uma comunidade em um terreno outrora “vazio”. A própria categoria *comunidade*, como ato de constituição constante, em sua multidimensionalidade, atravessa a tese.

Todas essas categorias, entre outras, perpassam boa parte dos textos narrativos e descritivos desta tese, são elementos constitutivos do *campo* da pesquisa. Assim, se a categoria *ocupação* recebe algum realce no capítulo 2, ela prossegue presente e decisiva nos seguintes. A categoria *assembleia popular*, planejei inicialmente ter um capítulo em torno dela, no qual as Assembleias Populares pelo Direito à Cidade teriam protagonismo narrativo-descritivo.

Porém, como vimos, não foi o que aconteceu. Ao iniciar pela Assembleia Popular Titan Não Sai, que tem uma *linhagem* com a Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, *tecida* por agentes concretos (os mesmos, em parte, que a ligam ao Sarau Farol Roots), no sentido de se constituir como desdobramento prático-político daquela, aproveitando e potencializando alianças ali forjadas, agenciando estratégias comuns para a o enfrentamento. Também, uma reivindicação de *direito à cidade* que acionou as alianças constituídas em torno desse campo de lutas sociopolíticas, herdeiras dos antigos *movimentos sociais urbanos* e sua ideologia-projeto de *reforma urbana*, com práticas comunitárias e estratégias de ocupação e produção de espaços físicos e simbólicos. Algumas pessoas do Serviluz participaram intensamente do processo de construção da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, não à toa sua segunda edição foi realizada no Mucuripe, em doze de agosto de 2017. Pois bem, ao escolher aquela *picada* da Assembleia Popular Titan Não Sai para falar das assembleias populares, acabei me embrenhando na densa mata das lutas existenciais no Serviluz e suas conexões além do território, ao invés de seguir a itinerância das Assembleias Populares pelo Direito à Cidade por diferentes bairros e *centralidades-periféricas* da cidade.

Pude perceber que, se era fácil notar a ligação entre agentes e práticas que constituíam a Assembleia Popular Titan Não Sai com a Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, também havia outras *linhas* que, uma vez seguidas, mostraram muitos arranjos coletivos, processos de lutas, práticas e estratégias a participar da criação da Assembleia Popular Titan Não Sai, da

Comissão Titan e dos sujeitos protagonistas desses agenciamentos coletivos de *luta*. Vimos, por exemplo, como assembleias e conselhos populares são formas-práticas constantemente ativadas em diferentes momentos dos conflitos socioespaciais e lutas existenciais no Serviluz: contra remoções, contra extermínios, pela paz, produzindo vida, constituindo arenas, ocupando espaços, performando cenas. Também assembleias poéticas, artísticas, dançantes, festivas sendo agenciadas como ação de *ocupação* e constituição de *cena* no território e, muitas vezes, *arena* de enfrentamento contra ameaças de *remoção*, ou no agenciamento da *paz*, na perspectiva comunitária. E aí foram se destacando, na trama dos arranjos e acontecimentos, textualizados nos dois capítulos, o Coletivo Servilost e o Sarau Farol Roots.

Acontece que ambos, o *coletivo* e a *assembleia artística-política-festiva*, são frutos da ação de pessoas que também participam de outros coletivos no bairro, como a Associação de Moradores do Titanzinho ou o Coletivo Audiovisual do Titanzinho, por exemplo, coletivos que promovem muitas outras ações e que se articulam em *redes de coletivos* na cidade. O primeiro efeito disso para a pesquisa foi borrar de vez certas fronteiras classificatórias clássicas nos estudos sobre *movimentos sociais*: moradia, cultura, juventude, comunidade, meio ambiente, raça, gênero... Operação de esboroamento que, já vinha se dando pelas práticas e estratégias agenciadas (ocupações, assembleias, festas etc.), bem como pelas denúncias (enfrentamento) e desejos (superação) enunciados, passou a se realizar também nos sujeitos concretos das ações coletivas. Multiplicidade de pertencimentos coletivos, arranjos e redes pluritemáticas nas quais as pessoas participam é característica contemporânea do ser-fazer *movimento*.

Essa percepção é nítida na convivência com variados ativistas no Serviluz e na cidade. No bairro, convivendo com as pessoas que venho citando no texto e outras mais, pude vivenciar a variedade de arranjos coletivos que elas tecem em suas *caminhadas* e de acontecimentos, arenas e cenas que produzem. Fora do bairro também convivi com algumas dessas pessoas em *redes* ligadas ao *movimento popular* e à luta pelo direito à cidade, como Movimento dos Conselhos Populares, Frente de Luta por Moradia Digna e a Assembleia Popular pelo Direito à Cidade – três agenciamentos coletivos emaranhados.

Passei a encontrá-las também, até mais pessoas participando, em outra malha de acontecimentos produzidos por outro feixe de coletivos a ocupar espaços e produzir arenas públicas na cidade. É aí que o *movimento* de Saraus da Periferia irrompe nesta pesquisa. Tal irrupção se deu coetânea à realização das Assembleias Populares pelo Direito à Cidade. Contudo, no caso desta, na minha perspectiva, não se tratara bem de uma irrupção, mas algo que aconteceu fruto de um esforço coletivo de criação do qual participei ativamente. Aqui, entre o que *irrompe* e o que é *construído*, o que há de fato é uma modulação na imprevisibilidade ou

aleatoriedade do *acontecimento*, a partir da perspectiva do envolvimento com os agenciamentos coletivos que o gera (planejamento, articulação, preparo), fazendo com que tal aleatoriedade-imprevisibilidade se manifeste mais nos discursos, performances e desdobramentos da ação, do que na irrupção do encontro-ocupação. Na perspectiva de quem participou da mistura de corpos e atividades que fizeram as *assembleias populares* acontecerem, o acontecimento (imprevisível e aleatório) foi a intensidade da participação e da repercussão não imaginada (ainda que desejada) por quem agia para urdir aquele processo e forjar a Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, uma aliança geradora de arenas públicas para a resistência de comunidades e coletivos da *luta urbana*.

Talvez, esse nível de envolvimento com um processo tenha embrumado minha cognição em relação ao outro, na dimensão das conexões entre ambos – nos territórios e itinerâncias, nas práticas e estratégias, nas causas e arenas. A partir de meados de 2017 vivenciei a itinerância das *assembleias populares* e dos *saraus das periferias*. Senti no primeiro instante no qual vivenciei um “encontro-sarau” (SILVA, 2019), que se tratava de expressividades variadas do mesmo universo social e campo político que eu acompanhava. Até porque, meus primeiros contatos com os saraus, como *assembleias populares poéticas-festivas*, deram-se no Serviluz, e – levando em conta as pessoas, espaços e discursos que faziam o Sarau Farol Roots – nem percebi direito que se tratava de algo *novo*. Fui percebendo lentamente, conforme me embrenhava pelos saraus em praças e ruas de outros *territórios periféricos* da cidade, e vendo as pessoas e os coletivos que os geravam, ocupando espaços *centrais* na cidade também, que se tratava do mesmo sumo das assembleias populares – os *saraus das periferias* são *assembleias populares poéticas*.

Por que afirmo isso? Pelos lugares onde acontecem (espaços públicos em *bairros populares*)? Sim. Pelo perfil dos participantes (moradores daqueles territórios e ativistas político-culturais)? Sim. Mas também pelos métodos de mobilização: da tomada de decisão e planejamento em coletivos, à difusão interpeladora do chamado ao encontro, e a motivação e deslocamento das pessoas para fazerem acontecer – “é o gera”! Muitos dispositivos ritualísticos, digamos assim, também se assemelham e se alinham. O público ativo, a disposição horizontal e aberta representada pelos participantes em círculo, o “microfone aberto”, as conversas paralelas, multiplicidade de falas e falantes ou cantantes ou dançantes ou escrevinhadores. Algumas falas e performances previamente preparadas, outras não, provocação a constituir a enunciação coletiva da *assembleia*. As expressividades não-discursivas – às vezes previamente preparadas, como na ornamentação do espaço que ajuda a constituir o ambiente de encontro e enunciação: faixas com mensagens, cartazes, bancas com

camisas ou artesanatos ou impressos, bandeiras dos coletivos, varais com fotos ou poesias impressas, fanzines – outras, performadas de pronto, em gritos, gestos, grafites, rascunhos, palavras, abraços...

E para além das *formas*, também semelhança no *conteúdo* dos discursos e outras expressividades – como se derivassem de uma linhagem de origem comum, tanto em *nós* de entrelaçamentos próximos (tempo-espço) e visíveis (verificáveis) como distantes, imemoriais, que se sente, sabe-se que está ali, mas não se ver – como o mar sob o manto da noite na metáfora na da Introdução Uma utopia que é desejo de futuro e passado no presente: “nossos sonhos” (como disse Rogério naquela noite) e ancestralidades (invocada pela fala de Adriana no mesmo encontro) agenciados nos caminhares coetâneos do ser-fazer movimento popular, poesia marginal e cultura periférica, constituindo comunidades inscritas nos territórios e nas existências coletivas aliançadas – *comunidades existenciais*.

E é essa espécie de existência comunitária, desejada e performada nos lugares e deslocamentos vivenciados pelos agentes que acompanhamos nesta pesquisa, que é representada nas assembleias populares e saraus de periferia, como “...figuras de comunidade esteticamente desenhadas”, para usar uma expressão de Rancière (2009), a qual penso exprimir bem o ritual e o conteúdo que une assembleias populares e saraus de periferia, com suas teias de coletivos aliançados a produzir arenas para a livre expressão, plataformas de enunciação onde as práticas políticas e os discursos são linhas de longas *caminhadas* das *classes populares* em seus bairros, favelas, cidades, nas quais a arte tem sido mobilizada como dispositivo eficaz e potente de “partilha do sensível”. Seja pela energia criadora que anima o circuito de corpos em assembleia, seja como arena pública para ecoar além os protestos e reivindicações através das ondas e desdobramentos dos acontecimentos que os encontros produzem: “O importante é ser neste nível, do recorte do sensível do comum da comunidade, das formas de sua visibilidade e de sua disposição, que se coloca a questão da relação estética/política. A partir daí pode-se pensar a intervenção política do artista...” (RANCIÈRE, 2009, p.26).

Nas assembleias poéticas dos saraus de periferia, arte e política convergem na ação constitutiva de uma arena-cena que não só representa a comunidade desejada, mas a realiza. Nesse sentido, os saraus e afins acrescentaram muito às assembleias populares. A primeira percepção disso aos meus olhos, a qual eu partilhei nos capítulos anteriores, deu-se nas práticas de assembleísmo no Serviluz, nas quais os coletivos, com seus deslocamentos e encontros, agenciam além do discurso retórico (ativista e acadêmico, com diferentes modulações), expressividades artísticas como cinema, poesias, teatro, música, dança, indo da assembleia

político-comunitária à assembleia festiva, passando pelo cineclube e o sarau e, principalmente, misturando-as, como pudemos ver, por exemplo, quando a produção audiovisual era agenciada na Assembleia Popular Titan Não Sai, entre outras reuniões motivadas pela luta comunitária contra a remoção ou por melhorias; ou quando vimos o discurso comunitário e pelo direito à cidade atravessar a Mostra Audiovisual do Titanzinho em vários momentos, realizadas em diferentes áreas do bairro, suas praças e ruas; ou ainda quando o pessoal do Servilost usava o microfone para “passar a ideia” nas festas de reggae, ou quando “a ideia” é enunciada nas letras de rap e poesias ou outras performances nos saraus. O encontro-ocupação no Farol Velho que relatei no final do capítulo passado (lançamento da publicação *Nossas Ruas com Arte*) é significativo por amalgamar tudo isso: cinema, discurso comunitário, rap e outros estilos musicais, teatro, poesia.

Saindo do Serviluz, pude aprofundar essa percepção nas itinerâncias entre as “assembleias populares” e os “saraus de periferia”, e nas conexões ou tramas entre essas duas teias de coletivos. Essa tessitura, como já falei, dava-se por ação de integrantes dos *coletivos* e suas respectivas *redes*, por coincidência de territórios e segmentações sociais (econômicas, culturais e políticas), também por práticas e estratégias compartilhadas, além das estéticas e mensagens partilhadas pela produção das cenas, ritos e enunciações. Nas assembleias populares, nas quais eu estava mais envolvido com a construção, por fazer parte de um coletivo (Movimento do Conselhos Populares) e uma rede (Frente de Lutas por Moradia Digna) que ajudavam a impulsionar a articulação da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, pude perceber a presença de jovens artistas dos bairros onde as assembleias aconteciam, participando e intervindo com diferentes performances, com destaque à poesia, mas também performances teatrais. Também comecei a notar presença de participantes dessas assembleias, e dos coletivos que as organizavam, nos saraus – além do fato de haver pessoas que participam da produção tanto destes como daquelas.

Mas para além dessa intersecção de agentes, coletivos e redes, conforme fui frequentando mais saraus, fui sentindo e compreendendo a genética sócio-política comum dessas formas de assembleias: as assembleias populares articuladas pelo *movimento popular urbano* e as assembleias poéticas e festivas produzidas pelo *movimento de saraus da periferia*.

É o que veremos nos tópicos que seguem. *Assembleias populares e poéticas*, comuns na tridimensionalidade da itinerância-encontro-acontecimento, produzindo arenas públicas nos territórios periféricos ou irrompendo na cena artística-política da cidade. Em ambos os processos constitutivos, vemos a prática política da ocupação criativa de espaços na essência

da ação coletiva, como estratégia e conteúdo de *lutas* difusoras de valores, visões, denúncias, ideologias, reivindicações, desejos, estilos.

Mas para além das difusões que a ocupação potencializa, das ondas que o acontecimento discursivo ecoa, tais ações-encontros acionam um circuito interno ao ambiente extremamente significativo, a afetar os participantes. Afetação que vai além dos, digamos assim, processos mentais de apreensão, aprendizados, concordância ou incômodo com o que é ouvido e visto – palavras ditas e expressividades não-discursivas agem em nossos corpos, excitam-nos, uma torrente de arrepios percorre-nos, pequenas explosões no peito, compressão do estômago, altera-nos a expressão em sorriso ou choro, ou quase um ou quase outro, escapole pela garganta em gritos, estoura em aplausos efusivos. São essas sensações, também, que buscamos quando vamos para tais encontros. E que nos toca de forma singular em meio ao coletivo, como se pelas palavras e outros estímulos sensoriais, o mundo invadissem nosso corpo, estremecendo-o.

Estremecimentos e vibrações que afetam profundamente quem fala e quem escuta, transformando as pessoas que participam e sentem efeitos de potência que as fortalecem nas suas existências – do crescimento pessoal e formação política à terapêutica comunitária, cuidado consigo e com o outro, cura para a alma e o corpo. Dimensões que aprendi serem super relevantes nos arranjos contemporâneos de *movimento* popular, comunitário, periférico ou marginal.

Veremos nos deslocamentos e encontros, como esses movimentos constituem assembleias onde a voz dos participantes ecoa e esse acontecer discursivo afeta a pessoa, transformando-a à medida que ela transforma o mundo ao redor, participando daquele movimento coletivo constituinte e enunciador. Participa da geração de acontecimentos cujos desdobramentos não se destinam apenas ao mundo externo, esse amplo horizonte sem fim, mas rebate para dentro da pessoa que participa, fala, canta, declama, escuta, grita, agita, abraça, chora...

Então, temos nas ocupações-encontros, assembleias e saraus, uma *tridimensionalidade de agenciamentos coletivos*: constituição de espaços-arenas-cenas, representação e difusão de comunidade como ideia-desejo e realização, transformação do mundo e da pessoa que participa da ação coletiva criadora e transformadora. A fronteira entre coletivo e indivíduo se esboroa no processo. Memória, território e cosmovisão são agenciadas nessa mistura, motivando a ação daqueles que fazem o *movimento*, como vimos nas lutas existenciais do Serviluz.

O que talvez não tenha ficado tão claro, mas já aparece desde a Introdução – naquele primeiro relato de uma assembleia popular: o encontro da Frente de Luta por Moradia no final de 2018 –, é a força intrínseca que tais assembleias têm de, ao constituir arena-cena política-

cultural, irradiar energia potente na atmosfera através das falas e performances (e seus conteúdos e formas), compondo com os ambientes onde se realizam, sendo um acontecimento em si, com desdobramentos políticos e emocionais afetando todos que participam e as realidades nas quais atuam. Então, quero destacar neste capítulo a importância da produção de espaços de fala-escuta em si, além de ajudar a partilhar algo do que lá foi dito e feito, e pude presenciar, participar e registrar.

A percepção dessa importância já foi significativa na criação mesma da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, foi uma força motivadora da ação coletiva: constituir *arenas públicas* para que as pessoas das comunidades em luta pudessem se expressar e se articular, fortalecendo-se, forjando alianças, produzindo ações coordenadas e apoio mútuo – como vimos em algumas falas naquele encontro da Frente de Moradia no final de 2018, época à qual fundavam os encontros da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, que ajudou a forjar justamente a aliança e apoio mútuo ao qual as pessoas se referem em suas falas. Aliança entre moradores e apoiadores de comunidades atingidas por remoções-omissões-violências, aliança fortalecedora das lutas coletivas e das pessoas nelas engajadas. Lutas desgastantes (às vezes trágicas às vezes apoteóticas) para quem delas participa, pois envolve ameaças e desrealizações existenciais de coletividades, mas que podem gerar como desdobramentos vitórias, além das criações-transformações produzidas ao longo das *caminhadas* pessoais e coletivas.

Conforme as assembleias populares foram sendo realizadas em diferentes territórios da cidade e fui participando dos saraus de periferias, e testemunhando suas incursões além dos territórios *periféricos* ocupando *centros* (culturais, políticos, geográficos, simbólicos), fui reforçando essa apreensão da importância de criar, pela ação coletiva, esses *espaços* de encontro de corpos em movimento, de circulação dos discursos, de afirmação de identidades e construção de convergências, de protesto, enfrentamento e transformação.

Quem pensa quer falar e ser ouvido, quem cria quer emanar sua criação – eis o princípio gerador de toda mobilização, com seus deslocamentos, encontros e criações, que vemos nas assembleias e saraus. Porque nossos pensantes-falantes não têm parlamentos, tvs, rádios, estúdios e *podcasts*, nem público-mercado cativo. Trata-se de ativistas à margem do poder estatal, e muitas vezes em oposição a ele, como de artistas que estão à margem da indústria cultural, sua matéria-prima e público é o *refúgio* de todas as fases da revolução industrial – é porque produzem às margens e para quem nelas habitam e circulam que são artistas marginais, ativistas periféricos, revolucionários do cotidiano.

### **8.1 A criação da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade: “fazer a cidade ficar com a cara da gente”**

A Assembleia Popular pelo Direito à Cidade foi engendrada a partir de uma discussão que desencadeou uma série de ações na Frente de Luta por Moradia Digna. A motivação central para tal iniciativa era gerar arena(s) pública(s) na cidade, a partir das periferias, de maneira a fazer enunciar suas lutas por direito à cidade<sup>222</sup>. No texto-convite postado no *evento*<sup>223</sup> “Assembleia Popular Pelo Direito à Cidade de Fortaleza”, podemos ler:

A organização da Assembleia Popular Pelo Direito à Cidade foi uma das deliberações do Encontro das Resistências, promovido pela Frente de Luta Por Moradia Digna de Fortaleza. A primeira Assembleia ocorreu no dia 3 de junho de 2017, na Vila Vicentina, no bairro Dionísio Torres, símbolo de resistência popular em um dos bairros mais ricos da cidade. Foi bonito de ver o potencial de uma Assembleia que reuniu diversos segmentos sociais da cidade como pessoas em luta por moradia, ecologistas, artistas, cristãos comprometidos com o povo, moradores de comunidades atingidas por grandes projetos, movimento por mobilidade, juventude, feministas, setores das universidades etc. Queremos mais! É por isso que as Assembleias Populares vão ocorrer mensalmente e de forma itinerante. A segunda vai ocorrer no dia 8 de julho, no Mucuripe e a terceira já tem local! Será no Bom Jardim, em agosto. Participe das Assembleias Populares, convide seus amigos, familiares e venham construir uma cidade voltada para as pessoas em bom convívio com a natureza!

A II Assembleia Popular pelo Direito à Cidade ocorreu em 29 de julho de 2017, no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora Saúde, no Mucuripe. Na abertura, Diêgo di Paula, organizador do Acervo Mucuripe, e Pedro Fernandes, do Coletivo Servilost e do Conselho Popular do Serviluz (entre outros coletivos e redes no bairro e na cidade), deram as boas-vindas, abrindo a Assembleia Popular, como anfitriões do território onde ela se realizou, e falaram um pouco das lutas que lá se desenrolavam. Foi uma assembleia com forte caráter de *memória* – reforçado pela participação de dona Mundinha, que teve também um poema seu sobre o riacho Maceió lido pela Eugênia Siebra (*performer*, parceira do Chicão Oliveira no coletivo de contação de histórias Os Trambecantes, ela também fez uma performance no evento): “A súplica do riacho Maceió”.

Diego, na sua fala de abertura, diz que o Mucuripe foi uma “vila de pescadores”, mas que hoje é uma “vila de hotéis e pousadas” – destruição física e imaterial. A igreja da Saúde tinha a frente virada para o mar, hoje é virada para a avenida, entre ela e o mar há prédios altos.

<sup>222</sup> Sobre a concepção de “direito à cidade”, bastante influente no campo dos movimentos populares urbanos, como uma espécie de programa-ação que atualiza o que nos anos oitenta e noventa nomeava-se “reforma urbana”, ver Lefebvre (2008), Maricato (2003).

<sup>223</sup> [https://www.facebook.com/events/437926879903652/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/437926879903652/?active_tab=discussion) (acessado em 22.12.2022)

Fala que toda aquela região é Mucuripe: “Tudo isso é Mucuripe, há uma certa confusão, hoje está meio fragmentado”. Reclama da “criação” de novos nomes como forma de ir acabando com o Mucuripe, com a identidade mucuripense; reclama por exemplo da “invenção” do bairro Vicente Pizón.

Pedro fala: “minha mãe morou aqui na Varjota (...) o Mucuripe vai além dos arranha-céus, é as comunidades. (...) A gente vive nessa eterna ameaça de remoção no Serviluz: o medo no Serviluz, como em todo o Mucuripe, é o medo de perder a comunidade”. Esse risco constante para as comunidades é intensificado pela vizinhança com os prédios ricos e as diversas atividades capitalistas ligadas ao turismo, ao lazer e ao mercado imobiliário. A mesma proximidade ameaçadora que a Fátima Moura, da Resistência Vila Vicentina relatou viverem. Disse que há vinte e dois anos que mora lá, e já viveu várias tentativas de tirá-las de lá. De agosto do ano passado (2016) para cá, essa pressão veio mais forte. Luta muito grande frente à “especulação imobiliária”. Fátima diz: “Descobrimos que somos Zeis. A Zeis nivela ricos e pobres morando lado a lado. A Vila Vicentina é uma favela na Aldeota, e pros ricos aceitarem isso...”. Fala dos apoios que tem recebido e a importância da articulação e da Assembleia Popular. “Da mesma forma que somos apoiados, queremos apoiar”.

Após a fala do Pedro, o Chicão fez uma performance na qual imita um narrador futebolístico de rádio, em um “jogo diferente: comunidades *versus* capitalismo”. E citava os nomes das comunidades na narração, entre jogadas de futebol e disputas da vida real desses territórios: Mucuripe, Castelo Encantado, Serviluz, Morro da Vitória – “onde foi peia muita, mas venceu!” – Praia do Futuro, Raízes da Praia, Barra do Ceará, Jardim Iracema, Vila Vicentina, Conjunto Palmeiras, Pici, Bom Jardim, comunidades Marrocos e Nova Canudos, ocupação Gregório Bezerra, Sabiaguaba... aí ele puxa um coro: “e a torcida grita: ‘capitalismo é um horror, destrói a vida, a natureza e o amor’ [*e todo mundo na assembleia canta junto*]”. A plateia está animada com a narração, cada uma reage de forma especial quando sua comunidade é citada passando a bola, chutando, indo pelo meio, pelas pontas, sofrendo falta, as pessoas riem, batem palmas, até que enfim: “e é gol! Gooooool”, e todo mundo vibra animadamente; Chicão conclui: “e agora chamem outro doido que esse aqui já tá quase sem voz”, entre aplausos e risos.

Rogério Costa fez uma fala destacando a importância que a Assembleia Popular seja realizada no território onde os coletivos se organizam, mas também esse trânsito na cidade, para que os coletivos que estão em luta possam se reconhecer e se articular – “fazer a cidade ficar com a cara da gente”. E a próxima, seria no seu Bom Jardim, onde mora e age.

Mas como algo assim surge, é gerado? A Assembleia Popular como evento, como rede de articulação, espaço de convergência e arena de enunciação? Muito esforço é mobilizado para um agenciamento coletivo que produz alianças e gera acontecimentos nessas dimensões. Muitas reuniões e comunicações, muita fala, muitas atividades – desde conseguir e organizar o espaço à programação, os contatos realizados, a criação da página do evento na rede social e outras divulgações no ciberespaço, os conteúdos que as alimentam, os textos que buscam sintetizar e expressar os significados relevantes da convergência e esforço de síntese. O texto-convite acima transcrito traz um relato sintético do processo: sequência de encontros, abrangência plural da mobilização, periodicidade planejada. Planejamentos que nem sempre dão certo, ajustes necessários, que uma leitura atenta do texto revela: na duplicidade de datas – 8 de julho e 29 de julho de 2017 – que se dar porque a primeira data foi a definida no referido Encontro das Resistências na Vila Vicentina, apontado pelo texto como marco gerador da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, mas as “comissões” responsáveis precisaram adiar, ao avaliar que as atividades necessárias para fazer acontecer o evento não se realizariam a tempo da primeira data definida. Quantas reuniões e encaminhamentos aconteceram entre o Encontro das Resistências (11 de março de 2017) e a primeira Assembleia Popular pelo Direito à Cidade (3 de junho) e desta para a segunda (29 de julho de 2017)? Quanta articulação? E quando esse processo começou? Perguntas retóricas, na verdade, pois tudo isso é impossível mensurar. O que posso é, tendo cruzado a minha *caminhada* com a desse processo, mobilizar para esta pesquisa o que conseguir em termos de memórias e dados registrados, relatos e narrativas.

O mais antigo dado registrado que encontro é a gravação de uma reunião da coordenação do Mcp<sup>224</sup>, feita em meados do segundo semestre de 2016. Era justamente sobre a iniciativa de tentar criar uma “assembleia popular autônoma” na cidade, ou de lançar mão da forma-prática “assembleia popular” para mobilizar um esforço de criação coletiva e “fortalecer a luta”, que se conversou na dita reunião, a qual, por acaso, decidi gravar (o meu *duplo* pesquisador se fazendo lembrar que existe), coisa que não costumava fazer em reuniões do tipo, seja por não lembrar ou por decidir não fazer. Naquele dia fiz, após pedir autorização aos outros participantes, quatro ou cinco pessoas. O clima não era dos mais animados, reflexo dos tempos que vivíamos então, bem como do ponto-situação que nossa caminhada coletiva se encontrava. O contexto político era muito ruim, tanto ao nível nacional como local – retrocessos

---

<sup>224</sup> Movimento dos Conselhos Populares, coletivo do qual participo desde sua criação em meados de 2004 para início de 2005 (impossível precisar, datar o nascimento), o qual se metamorfoseou muito ao longo dos anos (rearranjos), mas teve como forma-prática fundamental de gênese um processo de “assembleias populares” ocorridas naquele período na cidade de Fortaleza.

institucionais e fadiga no *movimento popular urbano*, pelo menos no nosso caso era visível, diferente dos estudantes secundaristas que ocupavam escolas e das *cenais* político-artísticas que já se desenrolavam em alguns bairros periféricos de Fortaleza (como vimos no Serviluz) e que ia se intensificar com a desocupação das escolas, tendo como desdobramento a ocupação artística-política-festiva de praças ruas e outros espaços públicos.

Como vimos nos no capítulo 1 e 4, a segunda década do século XXI foi muito difícil para comunidades urbanas atingidas por uma série de projetos segregadores, ainda mais impulsionados pelos *megaeventos* como a copa da Fifa em 2014, trazendo destruição de casas, de equipamentos sociais e de tecido comunitário, provocando desolação e até mesmo tragédias na vida urbana periférica. As *remoções* de famílias e comunidades representou o ápice dessa política voltada contra os pobres que, somada à política de violência e extermínio contra as juventudes periféricas, fez com que muitos dos nossos territórios virassem algo parecido a *zonas de guerra*, com toda destruição e dor que isso traz. A vida nas comunidades atingidas se tornou muito difícil e passou a pautar com muita força o *movimento popular urbano*. Se antes os despejos de comunidades originadas de ocupações de terrenos sempre foi a situação mais crítica a desafiar quem está nessa luta, os projetos de remoção de comunidades já consolidadas, muitas vezes há décadas, elevaram as crises à enésima potência. Some-se a isso, o fato que ao nível municipal houve um esvaziamento das esferas de participação na gestão urbana da cidade, participação que havia chegado ao ápice no processo do Plano Diretor Participativo, lei aprovada no final de 2009, mas muitas das políticas e mecanismos lá previstos não saíram do papel – o caso mais emblemático era questão das Zonas Especiais de Interesse Social, principal conquista do “Campo Popular” naquele processo. Vale ressaltar que, às remoções e despejos judiciais, a prefeitura intensificou os chamados “despejos administrativos”, levados a cabo por um batalhão da Guarda Municipal de Fortaleza chamado Grupo de Operações Especiais. O diálogo com a gestão municipal era quase zero, e a violência contra as populações em “condições de precariedade” só aumentava. A cereja do bolo do desânimo, que beirava a depressão política, era o cenário nacional pós-impeachment e com ascensão do governo Temer. Naquela reunião, o que se discutia era lançar mão de “assembleias populares” para mobilizar, animar e sair do isolamento. Havia uma ideia-proposta que vinha sendo debatida a partir de uma iniciativa do grupo Crítica Radical de se lançar uma Assembleia Popular Autônoma como alternativa à crise da política estatal, e o Movimento dos Conselhos Populares foi procurado e participou de reuniões e discussões sobre o tema. Por outro lado, a prática de realizar “assembleias populares” já foi estrategicamente agenciada em nossa *caminhada*, inclusive na própria criação do Mcp, mas em outros momentos também, seja ao nível de cidade ou em

bairros. Transformar a *ideia* da “Assembleia Popular Autônoma”, que vinha sendo discutida em um campo político-ideológico autonomista e anticapitalista, em ação concreta, agenciando a prática político-cultural do movimento popular de realizar assembleias comunitárias, plenárias de coletivos e redes etc.

É nessa reflexão coletiva que se dão as falas na reunião daquele reduzido grupo da coordenação do Movimento dos Conselhos Populares. A primeira que ouço na sequência é a do Wayne, morador do Conjunto Palmeiras e militante do Movimento dos Conselhos Populares desde sua criação, com longa caminhada na luta comunitária do bairro e da cidade desde meados dos anos oitenta<sup>225</sup>. Sua fala reflete bem o espírito da discussão:

Então, se isso acontecer dentro dessa Assembleia Popular, eu creio que, como ideia nova pra gente alavancar as lutas a nível de cidade, a nível nacional, a nível de comunidade, como positiva, dá pra gente tentar isso daí, essa proposta, e ir acompanhando pra ver se ela vai acontecer de fato ao menos um pouco parecida com o que foi nosso movimento, o Mcp, com o que é o Mcp, e com que foi a Frente de Moradia na luta, e aí ver se outros grupos na cidade vão encarar isso (...), mas até agora nenhum outro grupo está se agregando, não tem ninguém lá que diga que é Cebis (...), não vi ninguém da Frente de Luta por Moradia como, por exemplo, o pessoal do Lehab né, e por aí vai. Então, se a gente conseguir agregar esse povo, esse povo aceitar essa proposta dessa Assembleia, e isso der certo, eu acho que vai ser legal pra gente alavancar as lutas, pra continuar as lutas e tudo. Porque a gente precisa disso, a gente precisa desse pulmão, a gente precisa desse coração batendo, desse estímulo pra gente continuar, porque se não a gente vai curtir o início da velhice mesmo e tal, cada um no seu mundinho lá e acabou-se. Então, a gente tem que, pelo menos inicialmente, acreditar nessa proposta de Assembleia Popular (Wayne Tiago, reunião coordenação Mcp, outubro de 2016).

Na mesma linha foi o Francisco, com *caminhada* parecida com a do Wayne, mas morador do Planalto Pici, onde é muito ativo no movimento comunitário, e na cidade participando das Cebis e pastorais sociais, do Mcp e da Frente de Luta por Moradia, e muito atuante na luta das Zeis. Ele falou:

Eu vou pegar as palavras finais do Wayne: ‘a gente tem que acreditar nessa proposta de Assembleia Popular!’ (...) Eu tava me lembrando do Comitê Popular da Copa, foi tão legal né, aglutinou várias pessoas. Porque a ideia central, acredito é ‘assembleia popular’, aonde as forças da cidade possam se encontrar, e refletir e discutir e apontar caminhos e rumos pra luta, pro embate, se vai ser uma manifestação, pra tirar também coisas concretas, pra negociar também (...). Eu acho que nós do mcp temos que incentivar os companheiros da Frente de Moradia ao menos conhecer a ideia [*Wayne fala: os estudantes também, a questão educação, infraestrutura do bairro, não se centralizar só em moradia*]. Eu acho que é um caminho que a gente tem que acreditar, pra gente ganhar esse fôlego novo, ter mais pessoas aglutinadas pra isso, porque só nós mesmo, eu tava pensando, a gente não vai porque a gente tem força, porque o sistema tá... aí com esse governo Temer que vai cada vez mais retirar direitos dos trabalhadores e do povo em geral. Eu acho que essa ideia da Assembleia Popular é

<sup>225</sup> Um trecho da trajetória do Wayne Tiago na política comunitária do Conjunto Palmeiras – com participação nas Cebis, na rádio comunitária Santo Dias, numa disputa eleitoral – é registrada em Mattos (2012).

interessante. Não vai ter essa tentativa de planejamento da Frente de Moradia? acho que a gente devia já incluir alguma coisa a respeito dessa assembleia popular, uma conversa... (Francisco Fernando, outubro de 2016)

Então, além de pôr em marcha a “assembleia popular” como forma e prática de encontro e discussão, tratava-se também de constituir um espaço político de convergência na cidade, fortalecer as alianças existentes e ampliar as conexões. Foi nessa linha que a discussão se deu no âmbito da Frente de Luta por Moradia Digna, que realizou um encontro no final de 2016 para planejar ações para 2017, além de refletir sobre a própria organização da *rede* em si, o cenário adverso que vivíamos então, percepção de enfraquecimento daquela articulação e dos atores que a compunham, que diminuía em quantidade e frequência. Como vimos no encontro da Frente ao final de 2018, relatado na Introdução, a situação desse arranjo de coletivos transformou-se muito em dois anos, fortalecendo as pessoas, os coletivos, suas lutas e suas tramas aliançadas. E a Assembleia Popular pelo Direito à Cidade foi essencial nessa transformação, com desdobramentos em lutas locais (como da própria Vila Vicentina), na questão das Zeis e da capacidade de incidir na gestão urbana da cidade, em novas iniciativas como o curso Produção Capitalista da Cidade promovido pelo Lehab com a Frente, agregando pessoas que dela não participavam então<sup>226</sup>, a Assembleia Popular Titan Não Sai etc.

Como vimos na postagem da 2ª Assembleia Pelo Direito à Cidade, a criação desta *arena pública popular* “... foi uma das deliberações do Encontro das Resistências, promovido pela Frente de Luta Por Moradia Digna de Fortaleza”. Tal Encontro se deu, na verdade, em dois momentos, nos dias onze e dezoito de março de 2017, na Vila Vicentina, uma vila cravada em um bairro de alto padrão imobiliário. Ameaçada de *remoção*<sup>227</sup>, alguns moradores criaram o *movimento* Resistência Vila Vicentina, que se aliou à Frente de Luta por Moradia Digna<sup>228</sup>. Recorro às minhas anotações daquele dia (11 de março de 2017) para tentar relatar um pouco como foi, quem participou e o que foi discutido.

<sup>226</sup> Segundo Valéria Pinheiro, do Lehab, em um encontro da Assembleia Popular da Cidade, realizado em 11.08.2018 (ver p. 18 – 19): “Noventa por cento das pessoas que estão neste encontro, estão no curso Produção Capitalista da Cidade”.

<sup>227</sup> Ou *despejo*, já que se tratava de um conflito com um agente privado, um imbróglie em relação à *propriedade* do terreno a ameaçar a *posse* dos moradores – já o termo “remoção”, usamos mais frequentemente para referir a conflitos fundiários ou socioespaciais protagonizados pelo poder estatal no bojo de projetos de “requalificação urbana”, a partir de interesses mercadológicos, em uma *governamentalidade* segregadora, híbrida quanto ao envolvimento de agentes e interesses privados e estatais. Sobre o caso da Vila Vicentina e o movimento de resistência lá criado, ver Rocha (2021)

<sup>228</sup> Na assembleia–confraternização da Frente em 2018, a fala da Fátima Moura, uma das principais caras da resistência da Vila Vicentina, foi uma das mais emocionadas ao falar da importância daquela aliança e apoio mútuo, trazendo forças para ela lutar, motivando-a quando, às vezes, isso falta dentro da própria comunidade, alguns moradores que mais desmotivam a luta do que o contrário – ela desabafou em sua fala.

O próprio Encontro das Resistências, como foi chamado na sua convocação, foi uma *assembleia popular*, do ponto de vista prático-formal, na disposição horizontal em círculo, no dispositivo da *fala aberta* a todas as pessoas presentes, no espaço ritualístico de deliberação de ações coletivas que comprometem todos os presentes e que recendem além, desdobrando-se em novos acontecimentos. Tenho registradas, em meu bloco de notas, trinta e sete falas e, certamente, houve mais, pois são falas da primeira parte da assembleia, falas de apresentação e de referência aos pertencimentos coletivos e “resistências” presentes no Encontro<sup>229</sup>. Houve depois falas de discussão, propostas e encaminhamentos. Foi daí, dessa mistura de falas em assembleia, que foi apresentada a proposta de criação de uma “assembleia popular autônoma” com participação de todas as pessoas e coletivos ali presentes e outras que se agregariam – no encontro seguinte, deliberou-se pela criação daquela iniciativa e que ela se chamaria “Assembleia Popular pelo Direito à Cidade”. Foram criadas “comissões” para organizar e realizar as atividades essenciais à eficácia daquele empreendimento coletivo, à construção de um novo e potencializador *espaço político* na cidade, capaz de constituir arenas e gerar acontecimentos para fortalecer as lutas de quem, de várias formas, “resiste” na cidade gerida pela *lógica do capital*, os interesses mercadológicos e agentes políticos não comprometidos com o “bem comum”, com uma “cidade democrática, inclusiva, ecológica”.

Fátima Moura falou da Resistência Vila Vicentina, da qual é personagem ativa. Explicou que a Vila existe há setenta anos, e há vinte anos sofre pressão constante da especulação imobiliária. O atual estágio do conflito foi desencadeado pela ação de uma construtora ligado a um empresário rico e poderoso da cidade (Beto Studart), que se diz proprietária do terreno e abordou os moradores da vila: “foram de porta em porta, aterrorizando, depois, oferecendo cinquenta mil reais ou um apartamento no Maracanau, porque na Vila as casas seriam derrubadas”. E quando aconteceu a derrubada de três casas foi um acontecimento-crítico: “vinte e oito de outubro será um dia inesquecível para nós (...) três casas foram demolidas, teve muita mídia, muito desespero, muitos apoiadores”, ela conta, destacando que a partir daí foi fortalecida a Resistência Vila Vicentina: “três pedidos de tombamento junto a órgãos públicos de patrimônio cultural, um foi aceito, provisório”. Depois disso a Vila Vicentina conquistou a condição de Zona Especial de Interesse Social. A situação já não é mais de “insegurança constante”, como Fátima se referiu àquela época, hoje há alguma segurança na posse, um conselho gestor da Zeis do Dionísio Torres, um Plano Integrado de Regularização

---

<sup>229</sup> E mesmo nessa rodada de apresentação não registrei todas, pois quando mais de uma pessoa do mesmo coletivo falava eu só registrava uma, além das que me escaparam ao registro anotado.

Fundiária, ou seja, outros caminhos e instrumentos de resistência no permanente conflito que ameaça a existência da Vila Vicentina.

Sobre essa questão das Zonas Especiais de Interesse Social, muito se falou, em tom de denúncia e interpelação para ações estratégicas a fim de sair daquela situação de letargia em relação a algo para o qual se investiu tanta energia coletiva ao longo de anos, e que pode servir como um instrumento relativamente poderoso para as comunidades e *movimentos* em situação de conflitos socioespaciais (inclusive por omissão precarizante e segregadora).

Foi nesse sentido a fala do Assis, do Mep e da comunidade-ocupação Raízes da Praia. Falou dos inúmeros conflitos com “proprietários de terras” na Praia do Futuro, o enfrentamento que foi a ocupação do terreno e a resistência da Raízes da Praia, há sete anos, mas que implementação da Zeis era necessário para garantir moradia na região: “complicada a questão da moradia lá (...) a Zeis está há mais seis meses parada”.

Outras pessoas também falaram sobre a questão da Zeis, não só para denunciar a paralisia, mas também para discutir estratégias, partilhar experiências como a ação de “construção do Plano Popular da Zeis do Bom Jardim”, em uma parceria entre o Pet-Arquitura da Universidade Federal do Ceará e o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza mais Rede Dlis Bom Jardim. Representando o Pet-Arq, falou a professora Clarissa Freitas – “precisamos juntar forças para construir um projeto estrutural”, ela disse – e representando o Cdvhs, falou o Rogério Costa, que além dessa questão da Zeis, apontou como eixos da atuação do Cdvhs: “direitos humanos, direito à cidade e protagonismo juvenil”.

Também o Nonato, do Pirambu, falou nessa linha, denunciando o “genocídio da juventude negra e periférica”, e divulgou a “campanha nacional contra o genocídio”, interpelando: “precisamos reagir ou será pior”. Benimar, da Pastoral do Menor, também divulgou uma “campanha nacional” ligada à questão da juventude, no caso, “contra a redução da maioridade penal”. Outras falas, também tendo a juventude como protagonista, focaram em ações de resistência e superação, entrelaçando arte e política, como a fala do Lucas, estudante envolvido com um “projeto de arte e cultura” no Tetro Universitário: “queremos desenvolver questões sobre a cidade e direitos humanos no teatro”. O Pedro Fernandes falou sobre as experiências que desenvolviam no Serviluz:

... fazer formação para a comunidade despertar, temos uma ação de cinema itinerante para mostrar a comunidade para si, denunciar os projetos de reforma urbanística da prefeitura que não se preocupam com a questão da moradia, temos uma densidade populacional grande e muito déficit habitacional, especulação imobiliária, conflitos. Então, nesses enfrentamentos lá no território temos que nos mobilizar de várias formas, fazemos seminários na comunidade, também movimentos culturais, o

Coletivo Servilost com a ocupação Farol Velho, por exemplo. (Pedro Fernandes, Encontro das Resistências, Vila Vicentina, 11/03/2017)

A Adriana Gerônimo, do Lagamar, também falou sobre a questão da violência que oprime o território onde vive, sobretudo as juventudes. Falou também sobre as dificuldades da Zeis no Lagamar, mas trouxe outro elemento agravante lá, como em outros territórios com representantes presentes ao Encontro: os impactos da construção do Veículo Leve sobre Trilhos que, dois anos após a Copa de 2014 (megaevento ao qual o projeto do vlt estava vinculado), continuava a atingir negativamente as populações das comunidades ao longo do trilho, ramal Mucuripe-Parangaba.

Outras questões foram trazidas, como mobilidade urbana e cicloativismo<sup>230</sup>, questões ambientais, cultura e *ativismo*... Nesse sentido, o plano de ir além da Frente de Luta por Moradia Digna, com suas pautas e atores, foi alcançado com sucesso, o que possibilitou e se refletiu nas Assembleias Populares pelo Direito à Cidade. Tanto que naquele Encontro em de março de 2017, vejo nas minhas anotações, entre os “encaminhamentos” definidos, o seguinte: “realizar assembleias itinerantes para conhecer e formular propostas – ver e ouvir. Planejar um calendário. Quem: comissão da Frente de Moradia que organizou o Encontro, mais pessoas presentes na plenária”. E assim foi feito em três de junho de 2017:

Atendendo ao convite da FRENTE DE LUTA POR MORADIA DIGNA, pessoas de várias comunidades, movimentos e coletivos que lutam, cada um do seu jeito, pelo direito à cidade como bem comum, construíram o Encontro das Resistências, em dois momentos. No segundo, realizado em 18 de março, foi decidido propor a diversos atores a constituição de um espaço comum de encontros, trocas, discussão e articulação em forma de assembleia popular autônoma em relação ao poder público. Convidamos todas as pessoas e coletivos que lutam em diferentes pautas e formas a participar da ASSEMBLEIA POPULAR PELO DIREITO À CIDADE, construída pelo Encontro das Resistências que vem se articulando em Fortaleza com intuito de fortalecer nossas lutas por direitos e liberdade. Queremos discutir o que e como pode ser este espaço, e continuar nos encontrando com permanência.

Deu-se início à *caminhada* que se desdobrou em nove assembleias realizadas em territórios diversos, além de “encontros de formação” e vários desdobramentos *concretos* nas existências das pessoas, dos coletivos, dos territórios e da cidade. Sobre isso, recorro a um balanço realizado em agosto de 2018 (mais de um ano após a primeira Assembleia Popular pelo Direito à Cidade). Encontro um documento chamado: “Relato Assembleia Popular da Cidade – 11/08/2018. Local: Centro Pastoral”. Tal relato diz respeito ao evento “Assembleia da Cidade

---

<sup>230</sup> Com a presença do coletivo de feministas cicloativistas “Ciclanas” (MACIEL, 2020).

– Encontro de Articulação”<sup>231</sup>. Lendo os nomes de quem falou, vejo que, apesar do título, aquele encontro estava mais para uma reunião plenária da Frente de Luta por Moradia Digna, do que uma Assembleia Popular da Cidade nos moldes que vimos, e veremos mais, sendo realizadas em diferentes territórios de Fortaleza. Contudo, uma Frente de Luta por Moradia Digna transformada, em relação ao que era antes de desencadear o processo das Assembleias Populares – como se a ampliação a partir do núcleo denso que originou o processo, depois de se realizar em uma intensidade maior do que imaginada, com todos os esforços e percalços de tal ação coletiva, tivesse tido o efeito de, além de agregar novos componentes, condensar mais e fortalecer o núcleo gerador da ação coletiva. No relato que segue, ainda se debate como levar adiante as Assembleias Populares, mas é a configuração política-afetiva que vemos no encontro-confraternização da Frente de Luta por Moradia Digna em dezembro de 2018 (relatado Introdução), quando já não se realizavam mais as Assembleias Populares da Cidade<sup>232</sup>, que melhor reflete o resultado organizativo daquele processo, o arranjo coletivo transformado que ele produziu. Quem começa avaliando o processo das Assembleias Populares é o Wayne:

Tivemos nos primeiros momentos mais fartos com representantes de comunidades, as últimas deixaram a desejar. Com os muitos encontros há saturação natural. No todo, a Assembleia é importante, tem que continuar, mas tem que ser algo que se direcione às cobranças pelas quais lutamos. Senão povo vai desistindo. Reagregar todo mundo, as comunidades em si, como cobrar isso dos órgãos públicos, sem preocupação em ser multidão senão... (Wayne Tiago, 11/08/2018).

A Graça, da comunidade Jangadeiros, atingida pelo vlt, fez referência positiva à Assembleia ocorrida no Mucuripe, disse que foi boa a discussão que aconteceu na Assembleia para dar visibilidade para as questões da região. No mesmo sentido falou o Francisco, do Pici:

Mesmo diante das dificuldades de articulação (...), na história recente da nossa luta por moradia, a Assembleia e a Frente são muito importantes. A Assembleia Popular da Cidade é sinal de resistência. A do Pici foi uma força na luta pelo posto de saúde e na questão da Zeis. Mas acho que o resultado maior foi encontro das comunidades que estavam dispersas, sem discutir problemas locais nem gerais umas com as outras. Tem que acreditar nesse espaço da Assembleia Popular, tem potência, fortalece a luta. A Zeis só saiu do papel por causa da Assembleia Popular e da Frente de Luta por Moradia, e outras lutas pequeninhas também né. Poderia fazer mais, mas tem que ter paciência histórica” (Francisco Fernando, 11/08/2018).

<sup>231</sup>[https://www.facebook.com/events/263448474478224/?acontext=%7B%22event\\_action\\_history%22%3A\[%7B%22mechanism%22%3A%22search\\_results%22%2C%22surface%22%3A%22bookmark\\_search%22%7D\]%2C%22ref\\_notif\\_type%22%3Anull%7D](https://www.facebook.com/events/263448474478224/?acontext=%7B%22event_action_history%22%3A[%7B%22mechanism%22%3A%22search_results%22%2C%22surface%22%3A%22bookmark_search%22%7D]%2C%22ref_notif_type%22%3Anull%7D) (acessado em 28.12.2022)

<sup>232</sup> Houve uma mudança de nomeação das Assembleias Populares no meio da sua caminhada, por isso ora vemos “Assembleia Popular pelos Direito à Cidade”, ora “Assembleia Popular da Cidade” (a partir da sexta edição).

A Cícera, também do Planalto Pici, irmã do Francisco, continuou:

Refletindo sobre nossa caminhada, apesar das dificuldades tem que ter esperança, fizemos muita coisa. O fato de não ter tanta visibilidade não quer dizer que não tenha avançado, nesse contexto difícil da cidade. Eu tô aprendendo muito com a participação na Assembleia Popular da Cidade, junto ao pessoal das universidades e coletivos que buscam direito à cidade. A Assembleia impulsionou a luta pela ZEIS, que é uma luta difícil, de anos. Por que a gente luta tanto por Zeis? luta até sangrar! (...) Não precisamos de multidão, o importante somos nós, temos que nos manter juntos fortalecendo as nossas lutas. A Assembleia Popular e a Frente de Luta por Moradia nos têm garantido muita coisa, não pode deixar morrer, nem que seja cinco pessoas, nem que seja arqueado, porque deixar morrer: é isso que eles querem (Cícera Martins, 11/08/2018).

### 8.1.1 *A Assembleia Popular pelo Direito à cidade e a luta pelas Zonas Especiais de Interesse Social*

É muito difícil, para não dizer impossível, mensurar os resultados de um processo recheado de acontecimentos, cujos efeitos são *fiôs* incontáveis, os quais o máximo que podemos fazer é seguir aqueles que temos às mãos, que agarramos de um ponto de partida mais ou menos aleatório e buscamos seguir metodicamente, mas sabendo que em algum momento ele se esboroa e temos de encontrar novas *picadas* na caminhada da pesquisa e do texto.

Sem dúvida, como vimos nas falas, a questão das Zonas Especiais de Interesse Social se destaca como uma *luta* que avançou com o fortalecimento organizativo e a injeção de ânimo mobilizador agenciado pelas Assembleias Populares pelo Direito à Cidade, desde o primeiro Encontro em março de 2017 e. O grande esforço à época era que o poder público municipal avançasse no processo de regulamentação e efetivação das Zeis – para isso as assembleias discutiram estratégias e serviu como espaço para articulação de mobilizações, seja nos bairros, seja nas instituições públicas: audiências públicas, reuniões com gestores e manifestações, além de estratégias de comunicação para pautar a Zeis na cidade: uso do ciberespaço, artigos e reportagens em jornais, entrevistas em rádios, eventos em universidades etc.

Finalmente, em vinte um de maio de 2018 foi publicado Decreto Municipal nº 14.221 criando o Conselho Gestor das Zeis: “...com objetivo de acompanhar a elaboração, a implementação e o monitoramento do plano integrado de regularização fundiária – PIRF da Zona Especial de Interesse Social, tendo por base o Plano Diretor Participativo de Fortaleza” (BARREIRA e GONÇALVES, 2021, p.24). Algo que foi não um marco de chegada, mas de passagem para um novo estágio de agenciamentos coletivos que partem da *caminhada* percorrida até então e seguem. Como percebido pelas professoras Irllys Barreira e Danyelle Gonçalves (2021, p.27): “Sim, os moradores não eram iniciantes e tinham um capital simbólico

acumulado. A suposição de que os moradores portavam experiência e conhecimento de sua história enriqueceu as entrevistas e depoimentos”.

A publicação do decreto não esfriou a luta pela Zeis, ao contrário, era necessário pressionar. O problema da “descrença nas instituições” (BARREIRA e GONÇALVES, 2021, p.31), alimentada pela lentidão em implementar uma política pública em vigor desde o início 2010, não levaria à letargia dos coletivos envolvidos na luta pela Zeis. De fato, essa questão se arrastou por todo ano de 2018, desde a formalização dos convênios com as universidades até o início dos trabalhos:

... um relatório preliminar com a produção bibliográfica disponível sobre a comunidade; a aplicação de questionários de visita domiciliar com os moradores; o mapeamento rua a rua; e entrevistas. O uso de tais ferramentas, contudo, pressupõe uma relação próxima e de confiança com a comunidade, algo que precisou ser construído desde o início nas primeiras reuniões promovidas pela equipe da Universidade com os moradores, lideranças comunitárias e representantes do poder público a partir de dezembro de 2018, quando ocorreu a primeira reunião com os Conselheiros, seguindo nessa primeira fase (antes da aplicação dos procedimentos) até a apresentação dos planos de trabalho para as três ZEIS entre junho e julho de 2019. (LIMA FILHO e LOPES, 2021, p. 63)

Tal citação oferece apenas uma pequena dimensão das tantas atividades necessárias para o trabalho de elaboração dos Pirfs, pois a atividade de pesquisa da “equipe de Sociologia” foi um primeiro passo “... para subsidiar os diagnósticos socioeconômico, físico ambiental, urbanístico e fundiário” (LIMA FILHO e LOPES, 2021, p.61), que foram desenvolvidos por “equipes” das áreas departamentais da Economia, Geografia, Arquitetura e Direito. Porém, as comunidades, movimentos e assessorias não ficaram esperando, ao contrário. Se as temporalidades do poder público são por demais elásticas diante das necessidades das comunidades e os anseios dos coletivos a elas ligadas, agora havia algo concreto, depois de muito tempo, então 2018 foi um ano para aumentar a pressão para que as Zeis de fato avançassem. Já vimos como no Serviluz foi criado o Conselho Popular e desencadeada a discussão de um Projeto Popular Alternativo, autônomo à gestão pública, agenciando inclusive a expressividade do audiovisual e a prática-ação cineclubista para isso. Uma visita à página *facebook* da Assembleia Popular da Cidade também nos mostra algumas iniciativas de mobilização pelas Zeis naquele período. Como a divulgação da “aprovação” do Plano Popular da Zeis do Bom Jardim”, postado em vinte e três de junho de 2018:

Moradores e Movimentos Sociais aprovam o Plano Popular para a ZEIS do Bom Jardim! Reunindo movimentos populares, de juventude e de moradores, o sábado (23) foi marcado pela finalização do Plano Popular da ZEIS Bom Jardim, construído em parceria pela Rede DLIS, pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza e pelo Programa de Educação Tutorial do curso de Arquitetura da Universidade Federal do

Ceará. (<https://www.facebook.com/profile.php?id=100064690903150>, postado em 23.06.2018, acessado em 27.12.2022)

O processo de construção do Plano Popular da Zeis do Bom Jardim não só antecedeu ao Plano Integrado de Regularização Fundiária, que viria a ser elaborado no âmbito do convênio entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza com a Universidade Federal do Ceará, como serviu para mobilizar e preparar a população do território na perspectiva de sua efetivação. Já vimos o Rogério falar sobre esse processo naquele encontro ocorrido no Serviluz<sup>233</sup>.

Em julho de 2017, ou seja, quase um ano antes do evento acima divulgado, participei de uma atividade no Bom Jardim relacionada àquele processo. A “Mobilização pela Zeis Bom Jardim” foi realizada para impulsionar a sensibilização e participação de moradores no processo de construção do “Plano Popular da Zeis do Bom Jardim”. Fui para lá em um ônibus com estudantes e professores ligados ao Programa de Educação Tutorial de Arquitetura (ArqPet) da Universidade Federal do Ceará. Chegando ao bairro, reunimo-nos na sede de uma das associações que compõem a rede Dlis, a Associação Nova Canudos, cuja presidente, dona Antônia, fez uma fala de acolhida. Rogério, em sua fala destacou: “Nova Canudos é o coração da luta pela Zeis no Bom Jardim, devido a uma luta por regularização fundiária, aí na época do plano diretor...”, e desde então o Dedé Alves, morador da Nova Canudos tem sido uma referência da luta pela Zeis, participando de reuniões, assembleias, audiências, manifestações, conselhos etc. Outras comunidades e entidades que participam da Rede Dlis tinham representantes presentes: Comunidade Marrocos, Comunidade da Paz, Comunidade Belém, Centro de Cidadania e Valorização Humana, “jovens militantes” do Jovens Agentes da Paz, projeto do Centro de Defesa da Vida Herbert de Sousa junto a escolas do Grande. Escutei que o Grande Bom Jardim é composto pelos bairros Bom Jardim, Granja Portugal, Granja Lisboa, Canidezinho, Siqueira, “uma articulação de cinco bairros, articulados politicamente pelas Cebs e agora pela Rede Dlis”.

Enquanto eu ouvia as falas e tomava notas, reparei nos cartazes que seriam colados pelas ruas do bairro durante a caminhada: “Zeis é saneamento”. “Zeis é moradia digna”. “Zeis é regularização fundiária”. “Nossa comunidade está na luta pela Zeis do Bom Jardim”. Cartazes em folha A3, fundo preto e letras brancas em caixa alta. Depois das falas seguimos em cortejo pelas ruas de algumas das comunidades mais precárias do bairro, *ocupações* mais recentes, o que torna mais premente a luta por regularização fundiária e infraestrutura urbana e social, como as acima citadas. Durante a caminhada pelas ruas estreitas, muitas vezes de terra batida,

---

<sup>233</sup> Ver tópico 5.4

falas explicativas eram feitas a microfone, enquanto os participantes da caminhada iam entregando panfletos, conversando com moradores e pregando cartazes. Essa ação foi registrada em um vídeo postado no perfil no *facebook* do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza<sup>234</sup>.

Outro exemplo de iniciativa de mobilização pelas Zeis, mesmo após a publicação do decreto de regulamentação, que podemos ver na referida página *on line* da Assembleia Popular da Cidade, é a postagem de um filme curto<sup>235</sup> com objetivo de divulgar, explicar e mobilizar a demanda das Zonas Especiais de Interesse Social, no estágio de implementação dos conselhos gestores, em vinte de junho de 2018:

VAMOS FAZER AS ZEIS SAIREM DO PAPEL? As Zonas Especiais de Interesse Social, conhecidas como ZEIS, foram uma conquista do campo popular no processo da última revisão do Plano Diretor de Fortaleza, o PDPFor, aprovado há 10 anos atrás. A atual gestão da Prefeitura de Fortaleza até hoje não implementou as várias ZEIS, reduzindo o poder das comunidades de determinar a produção do seu próprio espaço e, com isso, facilitando a vida dos especuladores imobiliários da cidade. Apoie essa luta, as ZEIS são um instrumento de construção da democracia em nossa cidade!.  
<https://www.youtube.com/watch?v=QXTHIMMEIII> (postado em 23.06.2018, acessado em 27.12.2022)

No vídeo, vemos imagens dos territórios e de pessoas das dez Zeis definidas pela gestão municipal como prioritárias, ou seja, as quais teriam seu processo de efetivação disparado a partir do Decreto Municipal nº 14.22/2018. Das dez Zeis “prioritárias”, oito possuem pessoas que participam da Frente de Luta por Moradia Digna, e isso não é coincidência, tem a ver com o protagonismo dessa rede de coletivos no processo de pressão que levou a esse estágio. Protagonismo que se personifica em pessoas como as que aparecem no referido vídeo mobilizador, com as faces em close: Fátima da Vila Vicentina, Francisco e Cícera do Planalto Pici, Dedé do Bom Jardim, Ribamar do Serviluz, Jaqueline do Lagamar, Graça do Mucuripe, a Ana da Praia do Futuro (Raízes da Praia), a Ponte Velha representando o Poço da Draga, mais uma nona pessoa que se aliou no processo, o Michel, morador da Zeis Moura Brasil, também conhecida como favela do Oitão Preto<sup>236</sup>.

<sup>234</sup> “Realização: Rede DLIS do GBJ – CDVHS. Imagens: Marly Pereira. Trilha Sonora: Pedras que Cantam (Dominguinhos). Edição: Rogério Costa. Julho 2017”.

<sup>235</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=QXTHIMMEIII> (acessado em 27.12.2022)

<sup>236</sup> A décima Zeis é a do Pirambu que, no vídeo, é *representada* por um grupo de crianças, isso, provavelmente, porque não há uma “liderança” no bairro participante da Frente, ainda que haja aliados – lembro-me do José Maria Tabosa, figura histórica do movimento popular no Pirambu e em Fortaleza, que já vi participar em várias reuniões de redes ampliadas em relação à Frente, como o Campo Popular do Plano Diretor e da própria rede de Zeis que se arranhou nesse processo de regulamentação e efetivação que avançou em 2018.

O mesmo Michel que voltaremos a ouvir na mesa-redonda sobre redução de danos<sup>237</sup> e que vi no IV Sarau Natorart<sup>238</sup>. Naquela ocasião, conversando com a Valéria Pinheiro, que também faz parte da Frente de Luta por Moradia Digna, ela me disse que o Michael mora no Oitão Preto, que o Moura Brasil é uma Zeis, que ela conversou sobre isso com ele, ele não sabia o que é, ela falou rapidamente, mas ali não dava pra explicar, que podíamos depois conversar com ele, que ele disse que prefeitura, através da Habitafor estava começando uma intervenção com reformas de algumas casas. Ela disse para ele que sem regularização isso pode ser um risco, que lá é um território colado ao Centro, com vista para o mar, de frente para o hotel Marina Park e tal. Ela lembrou que Moura Brasil foi escolhida como uma das Zeis “prioritárias” pela prefeitura sem que o “movimento” demandasse, e disse que às vezes vai um homem, que trabalha em algum setor da prefeitura e mora lá, e diz que é “liderança”. Ela perguntou sobre ele para o Michel que confirmou que ele mora lá e que é uma “liderança”, dessas de perfil “paternalista”.

Essa preocupação que Valéria levanta – que se trata de uma disputa corriqueira na política comunitária e suas conexões, mas importante porque influencia desfechos de muitos processos políticos mais ou menos amplos – aparece no filme do qual falei acima, justamente em um texto narrado pelo Michel, do Moura Brasil, junto com a Adriana, do Lagamar, o que demonstra o sucesso da operação da qual Valéria falava, de agregar um aliado com visão política convergente com a da Frente para o processo político de efetivação das Zeis em uma comunidade estratégica. Essa era a abordagem do texto no filme-mobilização: “Vamos formar conselhos fortes, participativos, e com gente da gente pra não dar espaço para a politicagem”. Nessa mesma linha, ou seja, um discurso coletivo que ganha vida cada vez que uma pessoa o profere, em performance singular, veremos na fala do Pedro na 3ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, realizada em vinte e seis de agosto de 2017, no Centro Cultural do Grande Bom Jardim, ou seja, um ano antes do referido filme ser postado. O que infere um campo político em comum – identidade, enfrentamento e estratégias partilhadas.

## ***8.2 A potência da fala e de ser escutada***

Para além dos desdobramentos ou efeitos da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade para as “lutas concretas” de quem a concebeu e quem participou, as assembleias populares

---

<sup>237</sup> No tópico 9.3 *Rede de Redução de Danos: o cuidado como ação*.

<sup>238</sup> Ver capítulo 10 IV Sarau Natorart

foram acontecimentos transformadores em si: ao mobilizar os deslocamentos nas suas irrupções itinerantes, ao promover a mistura de corpos e agenciamentos coletivos nos encontros, ao constituir espaços de fala para quem não costuma ser escutado. Arena de visibilização, plataforma de enunciação.

“Somos donos da cidade também...” – disse dona Lúcia no segundo Encontro das Resistências em dezoito de março de 2017, e prosseguiu: “... precisamos nos somar para mostrar que somos donos da cidade também, mostrar pra esse povo que a cidade também é nossa, não é só deles não, mostrar pra esse povo que nós temos direito à cidade” (Lúcia Pereira, 18 de março de 2017).

Na mesma linha, foi uma fala da Jaqueline, do Lagamar, na 7ª Assembleia Popular da Cidade, realizada no próprio Lagamar, em sete de abril de 2018: “Nós estamos dentro dessa cidade também! quando eles pensam os projetos parece que nós não existimos” (Jaqueline Silva, 7 de março de 2017).

Ambas têm em comum, entre muitas coisas, viverem em territórios atingidos por *projetos* que provocam vários impactos negativos, sendo a “remoção” o pior deles (PEQUENO; ROSA; SILVA, 2018). O Lagamar já tem um longo histórico de conflitos socioespaciais, sendo um território símbolo da segregação e da estigmatização que atinge populações pobres que moram próximo a populações com maior poder econômico, em territórios de médio e alto valor imobiliário. Também o território onde Lúcia vivia tem essa relação de proximidade segregadora, a “Favela do Trilho”, como é conhecido, mas que na verdade é composto por várias comunidades ao longo do trilho que corta vários bairros – a da Lúcia é a comunidade João XXIII, no bairro Dionísio Torres, próximo ao Lagamar, que é um território maior, um *bairro-favela*, nos moldes do Serviluz, que tem várias comunidades no seu território *isotópico*, ocupando espaços em três bairros com *heterotopias*<sup>239</sup> segregadoras em relação ao Lagamar: Dionísio Torres, São João do Tauape e Aerolândia – lembro agora de uma fala da Adriana que ilustra bem essa *heterotopia*: “A dona Rita foi uma das primeiras mulheres que começou a comprar os canos pra trazer água do bairro pro Lagamar, então a urbanização foi forçada através das mãos dela também”<sup>240</sup>. Heterotopia segregadora que está na gênese constituinte da ação coletiva que forma as lutadoras dessas comunidades – formação que é um processo de transformação pessoal da pessoa que participa da ação coletiva, como no caso da dona Rita e a urbanização do Lagamar.

<sup>239</sup> Ideia de isotopias e heterotopias inspirada em Lefebvre (2004)

<sup>240</sup> Ver tópico 5.2 “Memória com ‘instrumento de luta’ e outras estratégias e práticas de resistência”

Porém, há uma diferença nas caminhadas de Jacqueline e Lúcia que é significativa para a discussão a ser feita neste tópico. Diz respeito à *sociogênese* do ser *lutadora* e fazer *movimento* de ambas. O Lagamar é um território político relevante no “meio popular” da cidade desde a ascensão dos chamados “movimentos sociais urbanos” nos anos setenta e oitenta (DIÓGENES, 1989), que tiveram papel significativo na configuração sociopolítica pós-ditadura. Mas essa tradição política, digamos assim, também é narrada nas histórias que compõem a memória sociopolítica da comunidade, memória que é vivenciada e agenciada pelos coletivos que fazem *movimento popular* contemporâneo no Lagamar e na cidade. Vimos no tópico *Memória com ‘instrumento de luta’ e outras estratégias e práticas de resistência*, como os participantes do Lagamar no curso *Produção Capitalista da Cidade* (PEQUENO; PINHEIRO, 2019. PINHEIRO, 2019), propuseram: “Resgatar as narrativas de enfrentamentos da comunidade do Lagamar e visibilizar essas mulheres que foram protagonistas nesses conflitos pela permanência na terra e pela moradia digna, e incentivar os novos atores dessa luta”. Mulheres como a Edna: “... uma grande inspiração na luta do povo do Lagamar porque ela deu sua vida militando pela urbanização do Lagamar”; a Rita: “símbolo de a alegria e acolhida (...) trabalhou arduamente pela urbanização do Lagamar”; a dona Rosa: “é a nossa poeta”, compôs “o grande hino do Lagamar, que marcou os primeiros anos de luta”; a Ana: “não tem quem não conheça a Ana do Lagamar, porque realmente ela foi histórica (...) a comunidade se uniu, fez campanha por ela e a gente teve pela primeira vez uma vereadora do Lagamar”. Por fim, Adriana, que é quem faz a fala sobre essas mulheres, cita a Jaqueline: “Uma liderança atual, mas que também é um marco na nossa comunidade (...) ela é conhecida por ter o rosto da Zeis, porque as pessoas olham pra Jaqueline e dizem: ‘ó, é a menina da Zeis, é a Zeis’, a Zeis parece concretizada nela”.

Então, podemos dizer que Jaqueline, como a Adriana, faz parte de uma *linhagem* de mulheres lutadoras do Lagamar, lideranças comunitárias, prosseguidoras de uma caminhada coletiva – que, já vimos, transcende às pessoas que dela participa e segue mesmo após sua morte – cujo percurso ou existência (território sociopolítico, sentido ético, motivações materiais e ideológicas, visão de mundo e linguagem partilhadas) vem antes delas e seguirá depois.

Lúcia partilha muitos elementos de uma realidade próxima a delas no Lagamar, inclusive espacial, antes de ser “removida”. Realidade material e cosmologia comuns, campo sociopolítico também, história de vida e formação cultural semelhantes: mulher trabalhadora, mãe, católica, favelada, resistente: “Então eu digo que sou uma das maiores resistências...”, ela disse em uma das falas mais marcantes ouvida nas Assembleias Populares. Foi na 6ª Assembleia Popular da Cidade, realizada na comunidade Aldaci Barbosa, fortemente atingida pelas obras do Veículo Leve sobre Trilhos”, ramal Parangaba-Mucuripe. Foi essa intervenção urbanística

agressiva a atingir Lúcia, a comunidade na qual ela morava, que a fez “entrar na caminhada”, marcando sua existência, compondo sua identidade:

Eu me chamo Lúcia Pereira, sou moradora... fui moradora da comunidade João 23, sou uma das atingidas indiretamente pelo vlt. É, o meu endereço agora é de Parangaba a Mucuripe, somos todos os que são atingidos pelo vlt é o meu endereço, porque agora eu estou morando em outro bairro (Lúcia, 4ª Assembleia Popular da Cidade, 6.5.2018)

Desde que conheci Jaqueline foi como a “moça da Zeis do Lagamar”, quando ela esteve no Seminário Serviluz que queremos<sup>241</sup>, realizado em 2010, no qual ela foi e falou sobre a experiência de criação do Conselho Gestor da Zeis do Lagamar naquele ano. Já a Lúcia, conheci quando estourou o conflito das “remoções nas comunidades do Trilho”, por conta do famigerado vlt. Ela era uma das representantes das atingidas na comunidade João XXIII. Dona Lúcia, como chamávamos, era então uma jovem senhora, digamos assim, tímida, pouco falava, mas muito presente e atenta a tudo, além de sagaz nas observações que fazia. Atenção e observações marcadas pela preocupação que a situação de ameaça que ela vivia trazia. Ao contrário de muitos moradores, ela se recusava a aceitar resignada a realidade, atitude de muitos moradores, meio sem querer crer na ameaça, meio sem disposição para questioná-la, e a sua recusa era ao projeto que ela sabia existir, tinha noção da sua materialidade eminente, e contra o qual estava disposta a lutar, uma dupla recusa condensada na ação.

Quando aconteceu a 6ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, em maio de 2018, eu já conhecia Lúcia na *caminhada* há uns seis ou sete anos, e ela continua até hoje. Sempre muito participativa, esteve em todas as outras cinco Assembleias Populares, como nos dois momentos do Encontro das Resistências, conforme já registrado anteriormente, em sua fala demandando visibilidade e reconhecimento<sup>242</sup>, e sua interpelação à ação coletiva nesse sentido. Com o tempo, fui cada vez mais ouvindo Lúcia falar nas reuniões, não só nas conversas de intervalo ou comentários ao pé do ouvido durante a fala de alguém, mas falando para a plenária, com alguma dificuldade no começo, mas sempre com o conteúdo forte, falas maios ou menos curtas, com a *gagueira* de quem não tinha experiência com oratória, mas com nitidez, precisão e verdade – falas significativas. “Quando o assunto é se posicionar, o conteúdo do que é dito é mais importante do que os atos discursivos”, definiu tão bem bell hooks (2019, p.18), em prefácio ao seu livro “Erguer a voz”, cuja leitura me fez pensar várias vezes em Lúcia, em outras

---

<sup>241</sup> Ver tópico 4.2.

<sup>242</sup> Para Honneth (2009), essa demanda por “reconhecimento” estaria no cerne, de cunho moral, dos conflitos e movimentos sociais contemporâneos; já Butler (2018), destaca o problema da “aparição” de determinados sujeitos invisibilizados, em “condição de precariedade politicamente induzida” e “vulnerabilização”, vidas não apreendidas socialmente nas “esferas públicas”, como condição para poder lutar por reconhecimento.

mulheres da *caminhada* também, mas principalmente nela, na relação entre fala, autoestima e transformação.

Nesse sentido, fui vendo Lúcia se transformando na caminhada, quanto mais ela desafiava a si (falar em público) e aos adversários nas arenas que conseguia ocupar, inclusive reuniões e audiências públicas com autoridades estatais – “erguer a voz, uma forma de rebelião consciente contra a autoridade dominante” (HOOKS, 2019, p.20). E as Assembleias Populares da Cidade foram um trecho intenso nesse processo de *levante* político-existencial, pela ação, pela fala em arena pública. Lúcia, que se mobilizava mais para escutar – na verdade escuta-fala é tão indissociável como tempo-espço, escuta e fala compõem o mesmo eixo da ação, onde uma não existe socialmente dissociada da outra – passou a ser cada vez mais escutada. Sua fala foi marcante na 6ª Assembleia Popular da Cidade, em seis de maio de 2018, realizada em um território assolado por uma agressiva intervenção (des)urbanística<sup>243</sup>, a Aldaci Barbosa foi uma das comunidades mais atingidas pelas obras do vlt – quem foi de ônibus teve que atravessar barreiras de areia e entulhos do canteiro de obras para chegar ao local da reunião, quem foi de carro teve de dar voltas para contornar um muro erguido a dividir o território da comunidade; do local da reunião, uma quadra coberta que também viria ser derrubada, podia-se ver os escombros de casas e do antigo centro social urbano, um equipamento da própria prefeitura.

Fazer brotar uma arena pública pulsante ali, foi um dos maiores feitos daquela articulação da Assembleia Popular da Cidade, e a fala da Lúcia foi um ponto alto da produção discursiva que fluiu naqueles encontros. Em uma assembleia composta por moradores de diversos territórios, atuantes em variados coletivos que convergiam ali na luta pelo direito à cidade, estudantes e professores de arquitetura e direito, pesquisadores de sociologia, geografia, economistas, advogados, jornalistas e muitos moradores da comunidade Aldaci Barbosa. E foram alguns desses moradores que fizeram as primeiras falas:

Meu nome é Silvana, desde 2006 eu moro aqui. [*ruído no som amplificado, depois silêncio, passarinhos ao fundo*]. Amo essa comunidade. Também não gostaria de sair. Eu tenho comércio e o que eu gostaria de saber, de vocês que já estão nesse movimento, se vão construir uma passarela porque, assim, a gente com o comércio do lado de cá ficou muito ruim, a gente perdeu muito cliente por conta desse muro aí, tá dificultando muito a vida da gente, dos comerciantes de cá. A gente até realmente chama as pessoas para vir pra reunião, aí o povo alega que não adianta virem. Adianta! se todos vierem e reclamarem um pouco acho que adianta sim, o que não adianta é ficar sentado na sua casa esperando que alguém vá lá né. Então, eu gostaria de saber disso, se tem alguma previsão, se vão construir essa passarela pra gente, porque tá ruim pra quem mora do lado de cá, quem comprava desse lado de cá não vem mais, acham ruim ter que fazer essa volta toda, então eu queria saber de vocês aí dos

<sup>243</sup> Lefebvre (2004) contrapõe a lógica dos planejadores estatais-mercado-lógicos e seus projetos urbanísticos ao “urbano” como criação da “sociedade urbana” pelas pessoas que a fazem no cotidiano.

movimentos, das pessoas que estão lutando por nós, e obrigada por essa briga de vocês, eu não sou muito de participar não, porque assim, como eu trabalho fora, eu tenho meu comércio mas tem semanas que eu fico fora, às vezes quando eu vou saber já tem acontecido, muitas vezes eu nem fico sabendo das reuniões e tudo, porque eu também gostaria de participar, viu? Obrigada. (Silvana, 6ª Assembleia Popular da Cidade, 06 de maio de 2018)

#### Em seguida:

Bom dia para todos. Eu me chamo Marcos, eu moro nessa comunidade aqui há 35 anos, a minha bisavó foi uma das primeiras moradoras dessa comunidade, quando ela chegou nessa comunidade aqui só tinha cinco casas. Então, conhecemos bem a história que aconteceu aqui dentro dessa comunidade, participamos de muitas coisas, de muito desenvolvimento que aconteceu aqui. E hoje nós estamos passando uma das lutas mais difíceis dessa comunidade. Na minha própria casa eu estou passando por uma grande dificuldade, por quê? Devido ao impacto que causou as obras do vlt, praticamente todas as paredes da minha casa racharam, certo? Então, já fui na Seinf<sup>244</sup>, já fui na defesa civil, já procurei em muitas coisas, bati em muitas portas e as respostas que eles nos dão é: ‘tenha paciência que vai chegar, nós vamos chegar lá’. Semana passada, o rapaz da Seinf, o Márcio foi lá, falou comigo e disse: ‘olha, nós estamos esperando uma verba pra que possa resolver esse problema’. E a minha casa lá foi uma das primeiras que ele foi visitar, bateram em muitas portas lá, levaram laudo, fizeram isso e aquilo. Só que até o presente momento não foi dada resposta favorável daquilo que nós estamos precisando, até o presente momento. Então hoje, a nossa comunidade infelizmente, tá certo?, tá desassistida realmente de todos contextos, da questão de uma liderança que possa atuar, de uma liderança que possa realmente lutar pela comunidade. Eu tenho visto o esforço da Socorro, corre prum lado e corre pro outro, mas infelizmente não tem uma aliança, não tem uma unificação pra que as pessoas possam lutar sobre isso, porque o nosso maior problema hoje... tá aqui, muitas comunidades representadas, muitos movimentos aqui representados, certo? Então hoje se nossa comunidade, num contexto geral, num modo geral, nós nos uníssemos pra batalhar, pra brigar pelos nossos direitos por aquilo que é direito nosso, nós teríamos voz mais ativa na nossa comunidade. Eu quero passar pra vocês aqui é o seguinte: nós estamos precisando verdadeiramente da ajuda de vocês, vocês que já estão mais organizados, vocês que já estão na luta há mais tempo, vocês que já estão batalhando por essas obras que estão acontecendo, nós precisamos da orientação para saber como nós vamos resolver essa situação. Na última reunião que eu estive lá na Defensoria Pública, o rapaz lá da Habitafor<sup>245</sup>, ele disse que o projeto para a construção dos apartamentos estava pra ser assinado, a resposta que ele tinha dado é que ia ser marcado outra reunião outro momento pra falar sobre esse processo, e até lá, nós da comunidade, temos que correr atrás disso aí, saber o que está acontecendo, cobrar realmente dessas pessoas que estão aí pra que a gente possa ter certeza do que está acontecendo, porque o espaço que antes era nosso, todo mundo aqui sabe que aqui era um centro comunitário, estava um pouco defasado mas era nosso, tinha os aparelhos, tinha as coisas que a gente participava, infelizmente foi arrancado daqui da nossa vida essas coisas. E infelizmente todo mundo ficou desatento, as coisas aconteceram, promessas e mais promessa, e nós deixamos as coisas acontecerem. Então o que eu quero deixar pra essa comunidade é: nós vamos nos unir, vamos lutar, vamos correr atrás. Eu participei muito tempo de movimento, corri atrás, lutei lutei lutei e tô aqui, eu procuro ajudar na medida do possível, corro atrás, se for preciso ir pra uma reunião, vamos correr atrás pessoal, não adiante dizer ‘isso não vai resolver’, vai! A única coisa que não vai resolver, é enquanto nós estivermos calados. Infelizmente, nós estamos num país, nós estamos numa nação que para as pessoas nos ouvir nós temos que gritar, nós temos que fazer coisas, foi o que eu disse pro Márcio: ‘Márcio, para que você possa me ouvir eu tenho que ir lá no Cambéba fazer uma zoadá, fazer arruaça, ameaçar alguém, falar alguma coisa pra que vocês possam nos

<sup>244</sup> Secretaria de infraestrutura do governo estadual.

<sup>245</sup> Secretaria de habitação municipal de Fortaleza

ouvir?!’ Que é isso infelizmente que tá acontecendo, o povo só vai ser ouvido hoje, infelizmente, no contexto social que nós estamos vivendo, se a gente for pra rua, se a gente for lutar, se a gente for batalhar, enquanto nós ficarmos nas nossas casas esperando a boa vontade deles, esperando: ‘ei, eu vim resolver teu problema’, não vai acontecer! então nós temos que nos esforçar temos que batalhar, correr atrás mesmo. Tá tendo manifestação popular? pessoal vamos batalhar lutar pelos nossos direitos, lutar pelos direitos dos nossos filhos. (Marcos, 6ª Assembleia Popular, 06.05.2018)

Trazer essas falas é importante por três motivos: entender o impacto concreto na vida das pessoas atingidas por esse modelo de intervenção governamental-mercadológica; mostrar como a constituição de uma arena pública pode influenciar as disposições individuais e coletivas, movimentando o terreno do conflito, fortalecendo a resistência da população atingida; ajudar a entender o ambiente, a mistura de corpos (humanos e inumanos) e emoções na qual aconteceu a fala da Lúcia. Fala que é um *manifesto*, que condensa e enuncia tanta coisa que as pessoas naquele tipo de situação, “atingida”, querem falar, que os agentes que fizeram a Assembleia Popular da Cidade querem mostrar, que eu também quero fazer compreender com esta tese. Já vimos o começo da fala dela naquela manhã, quem estava ali a ouvir e ver sentiu o tom do que viria, um leve estremeamento coletivo, silêncio e compenetração no círculo com dezenas de pessoas e alguns metros de diâmetro (outras fora do círculo, espalhadas rente ao alambrado da quadra). Com a fala seguindo, fez-se perceptível pessoas a chorar, inclusive eu, que me surpreendi logo no início da sua fala ao saber que ela havia se mudado (informação que eu ainda não tinha), saindo da casa onde morou por quase duas décadas. Retornando à fala da Lúcia:

(...) estou fazendo o sacrifício, enquanto estou podendo trabalhar, pagando um aluguel de quinhentos reais, por enquanto né, já vai já aumentar, e eu não tenho aluguel social porque eu morava de aluguel<sup>246</sup>, a casa ainda está indecisa se vai pegar ou não, pra eu poder ter esse direito, que é também o que eu não queria, eu queria era continuar no meu bairro, mesmo morando de aluguel. Eu não gosto nem de falar muito sobre isso porque eu me emociono [*a voz começou a embargar*], porque é a comunidade que eu morei, que eu fiz vida, que eu fiz minha família, criei minhas filhas lá, hoje tem duas que estão casadas, ainda tenho uma que mora comigo. É por isso que em muitas reuniões, às vezes, eu não gosto muito de falar, porque eu me emociono [*a voz treme*], com esse descaso de ter essas obras da gestão, e eles querer entrar na casa da gente como se fosse o dono do mundo, é chegar na sua casa e dizer: ‘eu vou precisar da sua casa porque aqui vai ser uma avenida’, aí você tem que sair por qualquer mixaria: ‘eu vou precisar da sua casa! [*tom severo*] você vai ter que sair porque aqui vai ser um túnel ou vai ser uma ponte, ou vai ser um prédio, um prédio do M Dias Branco, um prédio C Rolim<sup>247</sup>, aí você vai ter que sair’. Por quê? Só porque você é pobre? Só porque você é humilde [*pausa*] e não tem dinheiro que nem eles? Só porque você não teve muita oportunidade, que eles tiveram e hoje querem olhar para baixo e cuspir?! Então eu digo que sou uma das maiores resistências! Eu não tinha minha casa lá, eu morava de aluguel, mas enquanto eu tava pagando aluguel a casa era minha. Mas se

<sup>246</sup> Pelas regras do governo só teria direito se fosse “proprietária”, o que é contraditório já que o mesmo governo só reconhece a posse do imóvel, negando que os moradores tenham direito à propriedade, logo, recusando-se a pagar o valor da terra na qual vivem, indenizando apenas o valor da construção.

<sup>247</sup> Dois grupos familiares–empresariais identificados fortes no mercado imobiliário de Fortaleza, entre outros ramos capitalistas.

eu tivesse a minha moradia lá, a casa minha, no meu nome, eu ainda hoje, podia derrubar por cima de mim, mas eu não saía... a casa não era minha e eu saí há pouco tempo, mas ainda estou na luta, continuo resistindo, porque se a casa pegar [*for atingida pela obra*] eu vou ter direito ao menos ao aluguel social e a moradia próxima. Aí é uma dica que estou dando a vocês: a gente somos donos de nós, somos donos da onde a gente mora, não é possível o governo ou o prefeito chegar na sua casa e dizer que vai precisar, de qualquer maneira, sem ter feito antes um alicerce, sem ter colocado primeiro ali naquele projeto: ‘esse pessoal aqui são gente, eles vão ter aonde morar, a gente tem primeiro que cuidar da moradia deles’. Então, eles têm primeiro que chegar, fazer uma grande reunião em cada comunidade, chegar pra vocês e dizer: ‘gente, a gente vai ter uma obra, vai ter uma melhoria pra cidade, vocês têm o direito à cidade, então vocês têm o direito de opinar e dizer: eu quero isso, vai ser bom pra mim? eu não vou ser prejudicada? então eu aceito’. É um direito nosso! Vocês não têm noção tanto direito que a gente tem e está sendo violado pelo estado, sendo violado por toda essa gestão que tá aí, essa quadrilha que tem na Brasília, que isso é uma quadrilha. Pra poder mudar, não é só dizer: ‘vocês têm que aprender a votar’. Certo, a gente tem que aprender a votar, não votar trocando seu voto por um tijolo ou por cem reais, porque o dinheiro se acaba, e eles vão continuar extorquindo dinheiro da gente, do povo, vão continuar lá em cima e cuspidos no povo. Eles estão na cadeira e se sentem como se fosse proprietário – gente, não é! Você vota numa pessoa pra ele ser o representante do nosso país, representante da nossa cidade. Do mesmo jeito é o prefeito, é o governador, ele não é o dono do mundo, ele não é o dono da gente, ele é apenas o nosso representante. Então, tudo que vai ser feito na cidade, a gente tem o direito de opinar, não é só eles chegar e dizer: ‘tá aqui o projeto pronto e vocês vão ter que aceitar de qualquer maneira, o projeto já tá feito, você vai ter que vender a casa pelo tanto que eu der, e vai morar lá no’... lá onde Judas perdeu as botas, lá no Zé Walter, Maracanaú, Alameda das Palmeiras, quer dizer, lhe tirando dum lugar que você já criou raiz, que você tem o convívio com vizinhos, que vocês tem tudo, então, eles estão lhe tirando o direito da cidade. A gente tem o direito à cidade. Eu... eles fizeram um cadastro meu no Zé Walter, se eu quisesse já era pra mim tá lá no Zé Walter<sup>248</sup>, eu não tenho casa. Agora, eu vou ter que aceitar, porque o governo tá sendo bonzinho, porque eu morava de aluguel, não tenho casa, então eu tenho que ir de qualquer maneira pra lá e ainda dá graças a deus? Não! é um direito meu. Se eu vou pagar, eu tenho direito de escolha. Eu creio que o meu direito é morar na cidade, e não ir lá pros confins do mundo e quando a cidade for chegar lá eu já não existo. Aí eu tenho que pensar também nos meus netos, meus bisnetos, na minha continuação. Então o que eu não quero pra mim, eu não quero pra eles [*voz emocionada*], entendeu? Então, eu tô dando esse exemplo pra vocês que ficam dentro das suas casas que, uns já saíram, outros vão ficar, mas quem for ficar não é pra se acomodar e ficar de qualquer jeito. Você tem que ir à luta, e pra ir à luta **não é preciso ser líder, eu não sou líder, eu lutei pela minha comunidade e ainda hoje luto, mas eu não sou líder**, eu luto como moradora, eu luto como cidadã, porque o líder, ele não tá sabendo da minha dificuldade, eu falo pra ele da minha dificuldade, ele vai resolver sozinho? Não. Então vocês não têm que esperar pelo líder, vocês têm que se unir, se reunir, a **gente está trazendo essa assembleia pra cá** não é porque a gente vai resolver o problema de vocês. A gente quer **ouvir** o que está acontecendo nas comunidades pra juntos, a gente encontrar uma solução, e a gente só encontra essa solução se for todos juntos. Se for uma ou duas pessoas, vai pra reunião e traz as respostas, aí uns acreditam outros não acreditam. Então pessoal vocês têm que sair da casa de vocês e tem que ir à luta pra poder ficar, mas ficar com dignidade. Porque esses que estão ficando, o governo é bem estratégico, eles estão comendo a comunidade de pouquinho, em Parangaba ao Mucuripe. Foi diminuído o impacto? Foi. Por que foi diminuído o impacto? Porque a gente junto com cinco a dez gatos pingados de todas outras comunidades atingidas fomos à luta, diminuí o impacto, um pouquinho, pra mim ainda é pouco, porque dava pra ele fazer o empreendimento dele sem mexer com as pessoas. Então, e eles continuam ainda amedrontando o povo, do vlt, continuam nas comunidades fazendo pressão psicológica, ‘a minha casa vai sair, a do fulano não vai sair’, e quando é

<sup>248</sup> No Conjunto Habitacional Cidade Jardim, construído no bairro José Walter, e que abrigou grande número de famílias removidas pelo vlt e outros projetos.

amanhã ou depois ele vem e diz: ‘a sua não ia sair mas agora já vai sair’. Quer dizer, tá tudo torto. Márcio? Márcio não sabe de nada, só tá há dois anos na seinf. Eu fui lá na Seinf: ‘Márcio tá acontecendo isso, negócio de rachamento na minha comunidade’. Ele: ‘que comunidade, essa comunidade já foi indenizada’. Eu digo: ‘foi não, desde quando tu tá aqui?’ ‘Vai fazer dois anos’. Eu digo: ‘ah meu filho então você não tá sabendo de nada não!’ Então, esse pessoal, eles são treinados pra poder pressionar os moradores das comunidades. Eles não dizem coisa com coisa, numa comunidade eles dizem uma coisa, em outra comunidade eles já dizem outra coisa. Então, eles não sabem de nada e pra gente conseguir, a gente tem que botar o pé na frente e ir atrás, a gente tem que fazer igual eles fazem, eles não fazem pressão, a gente também tem que pressionar eles. E a gente só consegue isso unido, se unindo, porque se vocês que ficam e não vão à luta, eles vão comer de pouquinho em pouquinho. Por que que na minha não começaram nenhum empreendimento? Vocês acham por quê? ‘ah é porque não tem verba’, ‘ah é porque faltou isso ou aquilo’. Não! isso aí é estratégia. Eles querem matar o povo no cansaço. Aí pra depois, amanhã chegarem na sua casa: ‘só vai ficar dez casas, não tem condição’. Ou então deixa os lixos... lhe pressiona tanto que você se cansa e vai lá e diz assim: ‘agora eu quero sair, eu não aguento mais’. Então, a gente tem que ir à luta, sem precisar esperar por líder, sem precisar ser líder. Eu tô ainda na luta, eu tô pagando meu aluguel enquanto eu tô podendo trabalhar, porque eu tenho problema de saúde. Quando eu não puder mais pagar meu aluguel, se não tiver resolvido, eu preciso de moradia, mas eu queria a do alto do Morro<sup>249</sup>, viu? Porque eu tenho direito à cidade, a cidade é pra todos, não é só pra eles. E é isso aí, eu convido vocês pra quando tiver essas reuniões, assembleias, quando tiver um ato, se vocês puderem, acompanhem. Porque dentro das suas casas o que vai acontecer é eles vir e derrubar. Sem fazer nada vocês não vão conseguir não. Tá aí o terreno, diz: ‘tá assinado; não tá assinado’, isso é eles que dizem pra gente quando a gente chega lá e perguntar como é que tá os terrenos, ‘não, terreno de fulano de tal tá assinado, esse terreno aqui é de herança, ainda tá resolvendo’. Isso daí é pra matar a gente no cansaço. Então a gente não tem que esperar isso, a gente tem que ir atrás porque a gente tem direito, a gente tem direito a morar na cidade, a gente tem direito a dizer onde quer morar, não é onde o governo ou prefeito quer que a gente fique não. Gente, ele não é dono do mundo, dono do mundo é deus. E é isso aí que eu peço a vocês, obrigada (Lúcia Pereira, 6ª Assembleia Popular da Cidade, 06 de maio de 2018).

O ambiente silencioso e concentrado explode em palmas, ouve-se um grito: “uhuuu”, outros gritos, e mais palmas, aplauso denso e longo. A fala mais aplaudida daquela Assembleia. “Pra mim, a dona Lúcia é quem vai abrir todas as assembleias, ela vai fazer a abertura e as boas-vindas” (ouço Valéria, do Lehab, dizer). O advogado do Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, que coordenava a reunião, diz ao microfone:

Foi uma fala muito emocionada e forte né, porque a dona Lúcia, assim como milhares de outras famílias do vlt, estão nessa luta há muitos anos, vendo suas vidas despedaçadas e tentando reconstruí-las né, e estamos juntos nessa construção. A Frente de Luta por Moradia e a Assembleia Popular se propõem também a fortalecer e ser um encontro dessas comunidades, dessas famílias, dessas pessoas pra estarmos juntos e lutarmos contra esse estado opressor que é pra promover direitos, mas na verdade faz é retirar direitos. O estado e a prefeitura dizem que tem uma política habitacional, mas se vocês forem olhar o tanto de casas construídas, elas nem batem com o tanto de remoções que foram feitas, o número é bem menor, então o que existe é política de remoção em Fortaleza, não existe política habitacional em Fortaleza. É

<sup>249</sup> Conjunto Alto da Paz, no bairro Vicente Pizón, no Grande Mucuripe, vizinho à comunidade Morro da Vitória, próximo ao Farol Novo.

isso, vamos continuar com nossa Assembleia Popular da Cidade (Miguel, advogado do Efta, 6ª Assembleia Popular da Cidade, 06 de maio de 2018).

Aprendi com Foucault (2014), que todo discurso é um *acontecimento* e, aprofundando-me nesta categoria, que se dão em diferentes escalas de efeitos e repercussão. Desde *acontecimentos* em “quadros (*frames*) interacionais face a face” (GOFFMAN, 2012), com poucas pessoas, influenciando suas performances<sup>250</sup>; até acontecimentos em grande escala, afetando coletividades, seus efeitos e desdobramentos como ondas no tempo-espaço, entrando no terreno da histórico (FOUCAULT, 2010; DOSSE, 2013). A imprevisibilidade e aleatoriedade do *acontecimento* é algo a ser controlado pelos mecanismos de *govermentalidade* (FOUCAULT, 2008), que buscam eliminar práticas e fluxos não controlados onde os discursos possam ser proferidos, bem como quem pode enunciá-los (FOUCAULT, 2014). Por isso, constituir arenas autônoma onde sujeitos silenciados, vozes periféricas, marginais, insurgentes possam se fazer ouvir é uma grande potência transformadora. Cada vez que uma mulher como Lúcia fala em uma assembleia popular, ou uma jovem poeta declama em um sarau periférico, um acontecimento insubmisso se realiza, seus efeitos afetam quem as ouve e, eventualmente, vai além. Todas as falas que ouvi nas Assembleias Populares da Cidade, mas também em outras assembleias populares que se realizam sob diferentes nomes em diferentes contextos, assim como todas as poesias e performances que vi e ouvi nos saraus de periferia, escutei consciente de estar vivenciando um acontecimento, assim como os são o próprio encontro que os possibilita, “o gera”, como dizem os jovens dos saraus, reggaes, batalhas de *mc*’s etc.

Mas também tinha consciência que cada acontecimento discursivo que nessas arenas fluem, têm potências diferenciadas. Sentia isso – anterior mesmo à consciência – na intensidade com a qual eu era afetado e percebia os outros serem, na forma como reagíamos em gritos e palmas, choros ou risos, bem como na repercussão que atingiam para além das assembleias (populares e poéticas) onde eram performados. Como aquela fala da Lúcia, cuja reação do

---

<sup>250</sup> Segundo Goffman, qualquer acontecimento pode ser descrito num espectro amplo ou estreito, com o enfoque em primeiro plano ou distante. Em todo caso, a imprevisibilidade o caracteriza, e só a fraude dos “vigaristas” ou as “maquinações” dos “maquinadores” podem antecipar o resultado do que vai acontecer, ou os ficcionistas e atores no “quadro teatral” (GOFFMAN, 2012, pp. 165–170). “No mundo da atividade real, cotidiana” (GOFFMAN, 2012, p. 176), o indivíduo deve “aguardar algo que irá acontecer, mas ainda não aconteceu”, acontecimentos que não são roteirizados como no “faz-de-conta”. Só “os maquinadores têm a oportunidade de ‘passar o mundo de trás pra frente’, ou seja, providenciar agora para que mais tarde aconteçam certas coisas que normalmente estariam fora do controle de qualquer um e seriam questão de destino ou acaso” (GOFFMAN, 2012, p. 176). Em outro “quadro” de interação, o do jogo de cartas: “os materiais não são imitações da vida real, mas acontecimentos por direito próprio, ainda que, em certos aspectos, triviais”. Isto porque, “a não ser que haja trapaças, cada jogador não apenas pode, mas deve ignorar as cartas do oponente e o resultado final da partida” (GOFFMAN, 2012, p. 179).

público no momento já descrevi, mas que depois vi repercutindo em diferentes *perfis* no ciberespaço<sup>251</sup>, ouvi ser citado em outras falas em outros encontros, sei que inspirou e motivou ações de várias pessoas, ainda que não o possa mensurar. E, claro, repercutiu para a própria Lúcia em sua relação com os outros, na coisa do reconhecimento, da valorização, bem como na condição pessoal, na *caminhada* (onde o pessoal e o coletivo se encontram na ação). Na superação do sofrimento pessoal pelo levantar-se contra o que lhe oprime, bem como no estar junto com quem ela admira e se sabe admirada também, uma *comunidade existencial* que fortalece mutuamente quem dela participa, na qual o dispositivo de fala-escuta cumpre função essencial.

Fazer a transição do silêncio à fala é, para o oprimido, o colonizado, o explorado, e para aqueles que se levantam e lutam lado a lado, um gesto de desafio que cura, que possibilita uma vida nova e um novo crescimento. Esse ato de fala, de ‘erguer a voz’, não é um mero gesto de palavras vazias: é uma expressão da nossa transição de objeto para sujeito – a voz liberta (HOOKS, 2019, p.38-39).

Constituir espaços-tempos de fala-escuta capazes de fazer fluir esses dispositivos de libertação e cura, é um dos grandes méritos dos agenciamentos coletivos periféricos, populares, marginais, insurgentes que fazem a as *assembleias populares* e os *encontros-saraus*.

## 9 A irrupção dos Saraus da Periferia

Como expliquei no início do capítulo anterior, a minha relação com o processo constitutivo com os arranjos coletivos que geraram as Assembleia Populares pelo Direito à Cidade, coloca-me em uma perspectiva diferente em relação ao “movimento de saraus” e outras formas de ocupação artística-política-festiva de espaços na cidade por coletivos que podemos chamar, adotando a uma classificação *segmentar, juventudes periféricas*.

Assim, o primeiro processo, eu vi se formar na mistura de esforços – reuniões e atividades múltiplas – que geraram as assembleias. Os saraus, eu vi irromper e, só então, passei a vivenciá-los, a me relacionar com seus agentes, a apreender seu conteúdo, a participar do seu *circuito-cena* na cidade. Isso, ao nível de cidade, pois no Serviluz vivenciei a coisa sendo gerada em um estágio mais inicial – de qualquer forma, estava tão emaranhado em um conjunto de práticas de resistência que configuram as ações coletivas e suas respectivas arenas no Serviluz, que era difícil operar a separação cognitiva também. Ademais, quando o Sarau Farol Roots

<sup>251</sup> Por exemplo, o vídeo a seguir com um trecho da fala da Lúcia:  
<https://www.facebook.com/watch/?v=2090366907888859> (acessado em 30.12.2022)

estourou no Serviluz, minha ação e pesquisa estava mais deslocada para o Morro da Vitória (pesquisa mestrado) e à ocupação Raízes da Praia (ação militante). Naquela época de meados de 2016 para 2017, ir para o Serviluz estava mais para uma atividade de lazer, relaxamento, fruição do que para a ação tensa da luta ou para atenção disciplinada da pesquisa (ainda que tudo esteja misturado). O que foi mudando, como já vimos na Parte 2 desta tese.

O que liga as Assembleias Populares pelo Direito à Cidade e os Saraus da Periferia no mesmo capítulo desta tese é, além da coetaneidade, o **deslocamento** como prática de ser-fazer *movimento*, o **encontro** como constituição de arenas públicas e o “**microfone aberto**” como dispositivo de participação livre e horizontal para a produção da cena e geração de acontecimentos discursivos e não-discursivos a performar a comunidade que se deseja e que se faz em ato. Percebi identidades e utopias<sup>252</sup> partilhadas, realizando-se na itinerância e no encontro, geradas pela ação coletiva com visão similar de métodos e objetivos. Por isso chamei os saraus das periferias de *assembleias populares poéticas*, pois, com diferentes modulações nos discursos retóricos e poéticos, percebi a mesma potência libertadora na constituição das arenas e da ação da fala, bem como a importância da escuta – por isso nos dois casos o deslocamento é uma ação em si, a possibilitar não somente o encontro para a fala, mas também a ação da escuta. Nos saraus, percebi que ir até uma praça na costa oeste da cidade em uma terça-feira à noite, ou para outra na periferia sul, ou a um evento que esses mesmos coletivos realizassem em algum *centro*, apenas para escutar era uma ação política – inclusive com aquela sensação vibrante que quem age sente.

“O microfone está aberto” – que vimos a mesma pessoa pronunciar em uma Assembleia Popular Titan Não Sai e em um Sarau Farol Roots – define a dinâmica de ser e o jeito de fazer ação coletiva, práticas do tipo de comunidade política, cultural, afetiva que seus sujeitos querem ser na comunhão do encontro que realizam e dos acontecimentos que geram.

O microfone aberto...”, escreve Rômulo Silva, “... como dispositivo de re-existência é uma manifestação da *palavra aberta* e do *saber* experiência. O dispositivo *microfone aberto* aciona a espontaneidade dos saraus da periferia a sua imprevisibilidade inerente. A abolição da ‘lista de inscrição’, de uma ‘ordem’ quase litúrgica preservada na história dos saraus rompe e ao mesmo tempo recria outro modo de ser e fazer saraus. (...). O ‘microfone aberto’ como palavra aberta subverte e ressignifica a própria noção de ‘sarau’, criando relações entre as pessoas e o espaço de forma não hierarquizada e descentralizada (SILVA, 2019a, p.51-52).

---

<sup>252</sup> No sentido concreto de uma trilha que se constitui no caminhar, e não como uma ideia no horizonte que se deseja alcançar, como uma ilusão de ótica e não algo concreto como o mar que está logo ali, mesmo que a noite não nos deixe vê-lo – como refletido na Introdução.

Essa passagem me faz pensar no conjunto de práticas e disposições nos fluxos das *assembleias populares*, que desconstruem o ritual da reunião política hierárquica, pois naquelas todos podem *pegar a palavra* pelo exercício da *fala* e, se for o caso, participar das deliberações – como tentei demonstrar, nos capítulos 3 e 4. A disposição circular e horizontal (geralmente sem palco), a informalidade para falar, a participação ativa do público, são características tanto das *assembleias populares*, como dos “encontros-saraus” (SILVA, 2019a). Como pesquisador, esse poeta e educador popular com atuação no território do Grande Jangurussu, que viu surgir o Cuca Roots e participa do arranjo coletivo que promove o Sarau da B1, percebeu a constituição de uma: “Rede de afetos e práticas de resistência que objetivam recriar *coletivamente* outras formas de vida”. Essa rede é tecida pelos agenciamentos coletivos que geram os “encontros-saraus”

Os encontros-saraus das periferias, como o que acontece na Avenida Boulevard 1, têm se multiplicado na capital cearense. Tratam-se de uma *multilinear* e em constante movimento – um complexo e móvel *emaranhado* de fios [in]visíveis em que os participantes e protagonistas se visitam e fortalecem o movimento uns dos outros a favor do encontro, da fala e, principalmente da existência decolonial ( ), a exemplo: Bonja Roots, que acontece em diferentes espaços do Bairro Grande Bom Jardim; Servilost, coletivo juvenil do Bairro Serviluz que organiza diversas atividades ligadas à arte, cultura e lazer, além da ocupação do Farol do Mucuripe; Sarau-Rizoma: O Corpo sem Órgãos, que acontece uma vez por mês, às sextas-feiras no Conjunto Ceará; o Sarau Okupação, no Antônio Bezerra, sempre na última sexta-feira do mês; o Sarau da Filó, na comunidade Santa Filomena, a cada três meses, no terceiro sábado do mês; o Sarau da Companhia Bate Palmas, no Conjunto Palmeiras, no segundo sábado do mês; Sarau Natorart, no ‘Pirulito’ (entre os bairros Pirambu e Carlito Pamplona), ( ), dentre outros. Estes eventos juvenis são movimentos inventivos, sem fins lucrativos que visam inclusive, o lazer feito pela própria juventude e suas respectivas comunidades. Uma poética da diáspora que cultiva a relação mais que uma via de mão única (SILVA, 2019, p.32).

Mais na frente, seguindo o texto, ele definirá: “A este emaranhado de práticas poéticas em constante movimento, sem começo e fim, chamo de Rede de Afetos, uma das atuais formas de resistência e re-existências nas periferias e favelas de Fortaleza” (SILVA, 2019a, p.36).

Sobre a potência da *fala* (e sua relação como o conceito de “re-existência”), agenciada no dispositivo do “microfone aberto”, o poeta-militante-pesquisador, em um texto que escreveu para uma coletânea de poemas de poetas ativos no movimento de saraus das periferias <sup>253</sup>, escreveu:

Quando o poeta fala, quando ele ou ela grita no microfone aberto, passa a existir – para si mesmo e para os que estão ali a sua volta. O ato da fala é para os e as poetas, portanto, uma *política de re-existência* contrária ao regime político do silenciamento. *A política de re-existência*, por sua vez, é a política da palavra aberta e da sobrevivência, da fuga criadora e da invenção nas existências enquanto potência. A palavra-relato, a palavra dita, lida e falada é a manifestação de uma maneira específica

<sup>253</sup> RUMA – Poetas de Saraus (AZIGON org., 2019)

de expressar “o mundo” e agir sobre ele por meio do uso das gírias locais, do “estar juntos”, existir e re-existir na fala do outro (SILVA, 2019b, p.98).

## 9.1 Afro Sarau

Em meados de 2017, meu primeiro ano de doutorado – emendado com o mestrado cuja dissertação defendi em fevereiro daquele ano, logo ainda estava meio perdido quanto ao que seria de fato meu *objeto* de pesquisa na nova empreitada –, andava meio distante das atividades do Coletivo Servilost, no Serviluz, ainda que encontrasse alguns de seus integrantes em outras atividades, como reuniões ligadas ao processo de construção da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade. Perdi as últimas edições do Sarau Farol Roots, e fiquei sabendo do fatídico episódio que levou à sua paralisação, através de conversas nas quais me contaram o que houve e as motivações para a decisão de parar. Recorrendo às minhas anotações, vejo um registro sobre uma dessas conversas, o Pedro me contando o que aconteceu e me explicando os desdobramentos, quando nos encontramos no centro cultural Dragão do Mar, em um evento para o qual ele me convidara e no qual voltei a ver o pessoal do Servilost em ação. Mas dessa vez junto com outras pessoas de outros *coletivos* que, percebi ali, estavam constituindo um novo arranjo e tecendo um novo (aos meus olhos) *movimento* na cidade.

Andava meio desligado do *facebook*, que à época era um relevante instrumento no *ciberespaço* para me conectar ao meu campo de ação e pesquisa. Mas daquela vez, Pedro me salvou de perder uma informação tão importante. Mandou-me uma mensagem no *whatsapp* com um cartaz da atividade:

AFRO SARAU dia 21/07/2017, 18h às 21h, local: Dragão do Mar, Espaço Patativa do Assaré – informações escritas sobre um fundo amarelo com um punho negro erguido ao centro. Nessa divulgação apareciam, como organizadores do evento, os “coletivos”: BonjaRoots, Servilost, Natora, Mirart, Coletivo Motim, Polarizar, Aqui tem Sinal de Vida; com apoio do Porto Iracema das Artes, Dragão do Mar, Balanceará, Secult, Governo do Estado do Ceará.

Uma das primeiras pessoas que encontrei, ao chegar no Dragão do Mar, foi o Tancredo – surpresa legal, era a primeira vez que, tantos anos conhecendo-o, eu o via sem ser no Serviluz ou na rua Baturité, onde morou um tempo com outros integrantes do Farol Rap, no Centro, imediações da Feira da José Avelino (pertinho do Dragão do Mar), na qual trabalhou. Logo vi também a Priscilla Sousa, com sua câmara pendurada ao pescoço ou nas mãos, registrando o acontecimento. Vi Bruno Spote ao microfone discursando, Mc Quedão cantando, Pedro conversando. E vi muito mais: gentes vindas de diversos territórios, deslocando-se para fazer

acontecer, para *gerar* aquela ação de vários *coletivos*, constituindo aquela *arena*, aquele ambiente onde encontros, performances e práticas discursivas e não-discursivas desenrolaram-se carregadas de conteúdos políticos e estéticos vibrantes. E senti irradiar potência, positividade. Sensações que me fizeram vislumbrar uma nova *picada* que se abria no terreno da minha ação-pesquisa.

Deslocar-se é o início individual de toda ação coletiva – é a ação viabilizadora do encontro. Uma vez interpelado pelo Pedro, senti-me mobilizado a seguir rumo àquele “encontro-sarau” promovido por uma aliança de coletivos, da qual o Servilost fazia parte. Então, peguei um ônibus da linha Parangaba-Mucuripe na Avenida da Universidade e cheguei ao Dragão do Mar no começo da noite, entre seis e sete horas. Logo o evento começou<sup>254</sup>.

O evento aconteceu no Espaço Patativa do Assaré, uma espécie de praça sem banco, em um ponto de interseção e passagem entre diferentes ambientes do centro cultural e comercial (bares e restaurantes), a céu aberto. Sentei-me em uma das esteiras estendidas ao chão, de frente para o microfone e equipamento de som, olhando para a estátua do poeta cearense ali homenageado, imaginei se ele vivo ali contemplando de pertinho as performances daqueles seus descendentes, certamente orgulhoso o Patativa, por ver que versos e rimas continuam brotando rebeldes da vida social árida de sua gente.

Dois jovens assumiram a animação do evento e coordenação das apresentações – um rapaz e uma moça, aparentemente com algo entre dezoito e vinte anos, ela parecia mais nova, apesar do cabelo *black power* emprestar uma aparência de maior maturidade; ele de cabelo curto, alto e magro, um grande brinco parecido a uma pena pendurado na orelha, muito performático, Sal é o seu nome, “foi sal” é uma das expressões<sup>255</sup> mais ouvidas ali. Ela é a Cel Lemos, integrante do Coletivo Natora, que atua entre os bairros Carlito Pamplona e Pirambu, e promovem o Sarau Natorart. Ele participa do Coletivo Bonja Roots, composto por jovens do bairro Bom Jardim, que produzem festas de reggae na praça Santa Cecília<sup>256</sup>, próxima ao Centro Cultural Bom Jardim<sup>257</sup>, onde também promovem ações artísticas-políticas. E ambos puxavam o “grito de paz”, como ele dizia: “Aaaaafro saraaauu pow pow pow”. Se bem que ela dizia mais era “grito de guerra” mesmo, lá para as tantas, após uma dizer uma coisa e outro outra, ele meio que justifica: “é pra depois não dizerem ”; ela só sorrir e seguem em frente.

<sup>254</sup> <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=dragaodomar&set=a.1417299578306567>

<sup>255</sup> Gíria para expressar positividade.

<sup>256</sup> Sobre o reggae Bonja Roots, em conexão com Cuca Roots, ver Melo (2018)

<sup>257</sup> Equipamento da Secretaria de Cultura do governo estadual do Ceará, vinculado ao Centro Dragão do Mar de Cultura e Arte, onde aconteceu o Afro Sarau.

Muitos jovens *artistas* que vi performarem àquela noite, vi agindo em outros eventos, como Ângelo William, a quem encontrei semanas depois na Assembleia pelo Direito à Cidade no Centro Cultural Bom Jardim (realizada em vinte e seis de agosto de 2017, e sobre qual veremos mais adiante), e outras vezes mais, em performances marcantes, tanto na dimensão do discurso poético como do movimento e expressão corporal. Naquela noite do Afro Sarau ele, logo no começo, apresentou-se dizendo uma poesia, depois, mais para o final do evento, foi chamado pelo Sal para “apresentar uma performance corporal”. Entre uma apresentação e outra, conversei com ele, que me disse fazer parte do Coletivo de Expressão Corporal Laboral Crew. É do bairro Bom Jardim, como a maioria dos integrantes, mas não todos. Pergunto onde estão os outros, ele diz que não são muitos, uns doze, que estavam em outras atividades, individuais (trabalho ou estudo) ou representando o coletivo em outro evento que acontecia na mesma noite, que ele estava “mais nessas atividades do Coletivo junto aos movimentos sociais”. Ao ouvi-lo falar isso, aquela *picada* na pesquisa, à qual me referi alguns parágrafos atrás, alargou-se consideravelmente – e cada elemento do ambiente produzido, dos discursos, das estéticas, atitudes, motivações, ideologias e experiências práticas em um universo social compartilhado, faziam a *picada* aprofundar e eu compreender que ali se constituía mais um *trecho* da *caminhada coletiva* que eu estou a perseguir.

A poesia que Ângelo William disse no Afro Sarau foi a mesma que eu o ouviria dizer na Assembleia Popular realizada no Bom Jardim, um mês depois. Naquela noite, antes mudar o ritmo da fala e dizer os versos rimados de um poema de sua autoria, ele preambulou um fala inicial:

(...) às vezes a gente tá num lugar e a gente não vive nossa realidade, a gente tá fora do problema, eu acho que uma das soluções é a gente encarar o problema de peito aberto, dar a cara pra bater, pôr a cara ao sol. Pensando em pôr a cara ao sol eu escrevi o seguinte: ‘Aqui, tem sinal de vida. Aqui, o céu é azul. Aqui, a arte também nasce na margem<sup>258</sup>. Aqui, a poesia não é alheia ao seu poeta. Aqui, as pessoas são gente, indigente é a indiferença que nossa gente sente. Tratem os livros de coração pois não é por acaso que contos e histórias tiram jovens da mira da alienação. Não importa se é preta, branca ou roxa a cor de um preconceito, preconceito não faz bem pro coração. Que o amor ao outro não exista só no mundo das ideias, só aqui [*aponta para a cabeça*]. Não é utopia querer ensino e conhecimento pros meninos da favela. Chega um tiro e não chega ninguém pra levar a vida ferida para um pronto socorro. Chega mais um tiro, sem endereço. Salve criançada de cara nos livros e de pé no pé dos professores. Do que adianta eu falar de tudo isso se eu guardar isso só para mim’. Eu [*novamente falando*] queria mandar uma mensagem que pudesse alcançar as pessoas, e a poesia é muito importante como essa ferramenta. De nada vale a minha poesia, a minha arte se ela me isola de vocês. A minha arte é para atravessar as pessoas. [*retomando o ritmo poético, o tom declamatório*]. Põe a cara no sol, põe a cara pra bater, põe a cara na rua, põe nos livros, põe a cara pra bater se tua causa é justa. Como em um ônibus lotado, põe a cara pra ser poesia... extra extra! jovem é detido por

<sup>258</sup> Atribuição de sentido à expressão “poesia marginal” ou “poeta marginal”, com a qual os artistas que compõem aquele movimento político-cultural se identificam

desordem, eles não detiveram a poesia do peito daquele poeta, que alcançou Maria, Camila, João, Francisco e seu Tião, o ônibus inteiro. Põe a cara sem agá, põe a cara para amar, para poetizar, para se empoderar sem medo, igual ao menino que solta pipa num sol mermo que fogo [*uhuuu, palmas muitas palmas*]. (Ângelo William, Afro Sarau, 21 de julho de 2017)

A “performance corporal” que ele desempenhou mais tarde, muito expressiva e cativante em seus movimentos assertivos, como a desenhar no ar com seu corpo, deu-se ao som de uma música de Liniker. Já o pessoal do grupo Bocada Lírica, apresentou outro referencial poético-musical-político com quem dialoga, o grupo de rap Facção Central, citando a música “A Voz Periférica”, onde em um trecho fala em “crime líricio”. O estilo e a linha política (música de protesto, denúncia do estado, crítica à cooptação por este e pelo mercado de representantes do movimento hip hop) do grupo paulistano, uma referência significativa do rap brasileiro, também parece inspirar outro grupo que se apresentou no Afro Sarau, o Pesadelo do Sistema, o qual eu voltaria a assistir em outros saraus, como no Sarau Natorart.

Se duvidasse do conteúdo político daquele “movimento social”, como Ângelo definiu, daquele acontecimento gerado por uma *teia* de coletivos a ocupar espaços públicos, se há alguma dúvida, aqueles jovens do Pirambu (*bairro-favela à beira-mar, litoral oeste*) tratam de afastá-la decididamente na contundência e clareza dos seus versos. Como nos que transcrevo abaixo:

*[falando]*... uma vaia também aí pros programas policiais, que ficam todo dia maiando as áreas, falando mal e criminalizando a juventude negra, e aqui vejo vários negros, vejo vários irmãos, nossa etnia reunida. *[versando]* Poeta favelado. Os ricos querem que eu me cale. Eu falo contra o sistema, e isso não é só um detalhe. Eu sou o pesadelo do empresário, a insônia do burguês. Sistema capitalista sou o cozeiro de vocês. Sistema capitalista sou o cozeiro de vocês. Se liga no meu verso. É letra de protesto. Música de preto do que penso me revelo, não amarelo nunca gélo. Na hora agá, não desespero. Pratico a paz o amor o bem. Eu quero ver um mundo novo e belo, um mundo novo e belo. Sem racismo. Sem homofobia. Um outro mundo sem a repressão policial cotidiana. São quinhentos anos de colonização, e tu acha que tá justo pro nêgo a situação?! Eu vim aqui falar da repressão que chega na favela direto, camburão todo dia lá na escuridão da periferia. É, numa manhã de sábado eu acordei e vi a chuva cair, pensei numa rima legal pra falar, falar da beleza do ar, do céu. Mas tudo que minha vinha à cabeça era o jovem que morreu na última terça. Como? Foi tiro de escopeta. A cor, preta. Eu não quero que você se esqueça. Também não enlouqueça. Ergue tua cabeça. Vamo pra rua, a luta continua. Não terminou, a história é um processo em aberto, com possibilidades de transformação, de rupturas. Poetas favelados. Os ricos querem que eu me cale. Eu falo contra o sistema, não é só um detalhe. Sou estudante, luto pela educação. A gente tava lá nas escolas, fortalecendo a ocupação [*parte do público reage com aplausos e grito*]. Quando os professores entraram em greve, a gente deu apoio. Ninguém aqui é bobo, do pavio, somos o fogo. Camilo eu meditei e já tô interado, a luta é contra o estado e não dentro de sindicato. [*pessoas reagem com gritos de apoio*] A apeoc é governista, são todos seu capachos, a gente luta pelo piso e eles lutam por seus cargos. É o Pesadelo do Sistema, salve! [*muitos gritos, aplausos*]. (Afro Sarau, 21 de julho de 2017)

Outra referência da cena hip hop nacional citada naquela noite foi o grupo de rap Racionais MCs. Mas também houve referência a outros estilos musicais, como na performance musical de Jeyci Viana<sup>259</sup>, ou na performance poética do Sal – ambos do Bom Jardim. Ela cantou em dois momentos: primeiro, com os rapazes do grupo de rap Sem Saída<sup>260</sup> e, depois, voz e violão, trafegando em um estilo tipo *rock-mpb*, com composições de artistas consagradas na *cena nacional* e composições dela própria. O Sal também agenciou esse estilo musical na sua performance, realizando uma *bricolagem* poética entre pedaços de textos e versos cantados, parte extraída da música “Há Tempos”, da banda Legião Urbana, e parte de autoria dele, Sal:

Tua tristeza é tão exaaaata [cantando melodicamente, baixo e lento,] e hoje o dia é tão bonito (...). [*dizendo*] dois vírgula cem milhões de habitantes, dois mil e quinze, oitocentas e dezesseis meninas e meninos foram mortos, assassinados no Ceará. Trezentos e oitenta e sete apenas, apenas em Fortaleza. Dezesseis anos e meio é a expectativa de vida desses jovens. Sessenta e quatro por cento dos adolescentes mortos tiveram amigos que também foram assassinados. E você me pergunta por que estamos aqui?! Em fortaleza, quarenta e quatro por cento dos homicídios aconteceram em apenas dezessete dos cento e dezenove bairros da Grande Fortaleza [*ele tá toda hora modulando o tom da voz enquanto fala, nestas últimas palavras para baixo, em outros momentos mais alto, e mantém uma cadência arrastada, beirando a melodia com a qual iniciara*]. Em Caucaia, oitenta e sete por cento dos adolescentes foram mortos no bairro onde viviam. E você pergunta por que estamos aqui [*em tomo irônico*]. Sessenta por cento dos adolescentes mortos em Caucaia haviam sofrido ameaças, em Fortaleza cinquenta e três por cento. Ainda em Fortaleza e Caucaia, setenta e três por cento dos adolescentes vítimas de homicídio haviam sofrido violência policial, e você ainda pergunta por que estamos aqui?! Em Horizonte, cem por cento dos homicídios aconteceram por arma de fogo, e você ainda pergunta por que estamos aqui [*tom grave*]? Disseste [*retomando o canto do início*] que se tua voooz, tivesse força igual [*bem lento*] à imensa dor que seeeentes, teu grito acordaria, [*abaixando o volume da voz*] não só a tua casa, mas a vizianhaaança interiraaaaa [*o tom vai subindo, já quase grito, para no verso seguinte abaixar bem de novo*], há tempos nem os santos tem a medida da maldadeee, há tempos são os jovens que adoeeeeceem, há tempos o sorriso está ausente, há ferrugem no sorriso, mas abraços tão queeeentees... você me pergunta o que é que eu tô fazendo aqui [*ainda cantando mas perdendo a melodia, dissonante*], eu vim lutar pelo meu Bom Jardim – [*grita parte do público*], pelo meu Bom Jardim. Você me pergunta o que nós fazemos nessa vida! Eu digo, eu luto pra ter uma vida não sofrida. Você me pergunta, o que eu faço com Belchior? Canto porque eu sei que a vida assim é melhor, canto porque sei que a vida... [*dissonante*] porque sei que a vida, porque sei que a vida, a vida tão bonita tá destruída pela vida, quem digo eu que sou a vida, destruindo a vida

<sup>259</sup> Para conhecer um pouco o trabalho de Jeyci Viana, ver seu canal youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UCn0VuBaDsLVzbQO5dx8duwg> acesso em 01.02.2023

<sup>260</sup> "Grupo SEM SAÍDA Sem Saída é um grupo de Rap formado por residentes e representantes do bairro Bom Jardim, periferia de fortaleza. O grupo se concretizou oficialmente em março de 2016 porém todos os integrantes já se conheciam através das vivências artísticas da rua. Com batidas clássicas que vão do estilo Boombap ao trap, o grupo se expressa e fala sobre assuntos que não têm espaço na mídia popular, se não no Rap, e assim denunciam as dificuldades vividas como moradores da periferia de Fortaleza, tais como abusos, preconceito, desfavorecimento e vulnerabilidade social. Integrantes: Jeyci Viana KsK (Kaska) Beck DG "" "" @oficialsemsaida KSK (kaska) – MC / Beatmaker/ Produtor / Diretor geral / Compositor (Sem Saída). @tioksk Beck DG – MC / Compositor / Beatmaker (Sem Saída). @becklovis Jeyci Viana – Cantora / Compositora (Sem Saída). @jeyciviana” – em <https://www.youtube.com/watch?v=A-5yzkMmnjs> (acessado em 03/11/2022), postagem no canal youtube do Centro Cultura Grande Bom Jardim

todo dia, todo dia, todo dia [voz mortiça]. E você me pergunta o que é que eu faço aqui [assertivo], o que é que eu faço aqui, o que é que eu faço aqui [duas vezes gritando fora do microfone], você me pergunta que é que eu faço aqui [de volta ao microfone, melodia e tonalidade caótica]. Vem falar pra ver se alguém percebe! [já não canta, declama], vem falar pra ver se alguém percebe, vem falar pra ver se alguém percebe... o que todos eles estão cantando, de noite e de dia, pro coelho e pra lebre, vem falar pra ver se alguém percebe essa vida sofrida todo dia, essa vida amargurada que dizem existir na periferia. Oi [volta a cantar], como que vai você, como que vai você, como que vai vocêêêê? Você tem água? Você tem casa? Você tem ouvido e não escuta nada, você tem olho pra veveer? alguém que está morrer [tom melancólico], que não é você, que não é você lerê lerê... não é você [bem baixo... segundos de silêncio, palmas e gritos estouram] (Afro Sarau, 21.07. 2017)

Sal mobiliza na sua performance dados do relatório elaborado pela Comissão de Prevenção ao Homicídio na Adolescência, da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. No chão, à frente de quem se apresenta, aos pés de quem dança (às mãos também, no caso dos meninos que dançaram break) foi grafitado no início do evento: “LUTO (em letras garrafais com os núcleos em um tom azul meio acinzentado e as bordas em amarelo) *pra noiz é verbo!*” (abaixo, com letras menores e mais finas, as mesmas cores, mas com aplicação invertida). O luto compartilhado é reativado em agenciamentos de enfrentamento e busca de superação à pulsão de morte e seus agentes – os “podres poderes” e sua *necropolítica* (MBEMBE, 2016) de controle das populações periféricas nas cidades brasileiras e de extermínio, especialmente nos segmentos jovens e negros dessas populações.

A violência gera sensação de impotência, paralisa. A violência simbólica inclusive – o racismo, por exemplo. A poesia, então, é agenciada como pulsação de vida, arma de resistência, possibilidades de enfrentamento e transcendência.

Esperamos ter demonstrado que os encontros-saraus são uma alternativa ao medo imobilizante que frequentemente opera nas periferias das grandes cidades brasileiras. Os saraus poéticos na região observada são como antros artísticos, zonas de existência contrárias ao *ethos* do medo e da violência retroalimentado pelo Estado e suas instituições (FREITAS; BRANDÃO; SILVA, 2019).

## 9.2 “Vem falar pra ver se alguém percebe”

Nos discursos poéticos que transcrevi até aqui, bem como nas expressividades não-discursivas (mais difíceis de relatar), aparecem elementos significativos das demandas políticas e existenciais expressadas pelos participantes daquela *teia em movimento* de coletivos artísticos-políticos das periferias de Fortaleza. Fosse nos “encontros-saraus”, fosse em participações em outras arenas, vi essas demandas políticas serem reiteradas, por diferentes expressividades – discurso poético, discurso retórico (*falas*), música, dança, dramaturgia, *grafite*, *fanzine* etc. Denúncia e desejo de superação das segregações impostas aos territórios e

corpos periféricos, do racismo, da violência contra as juventudes, violência contra a mulher, *lgtfobia*, desigualdades sociais na cidade, exploração. Por outro lado, as afirmações: identidades, territórios, atitudes, lutas, ideologias. Criação. Realização existencial *emancipadora* na própria ação coletiva de ocupar e performar, produzindo acontecimentos e criando arenas públicas, gerando desdobramentos, afetando indivíduos e coletividades.

O sarau, portanto, é um espaço de fala e escuta. Estas zonas de re-existências em Fortaleza materializam a possibilidade de uma forma de vida mais democrática. Para Mbembe (2017a, p.241), a palavra e a linguagem “transformam-se em ferramentas, em nanoobjectos e em tecnologias” que se autonomiza e relata à história presente, o e a poeta com seus poemas inscrevem na tábua do nosso espírito as memórias individuais e coletivas (SILVA, 2019a, p.55).

Ângelo William, em meio ao *dizer* o poema que transcrevi algumas páginas atrás, *fala*<sup>261</sup>: “...queria mandar uma mensagem que pudesse alcançar as pessoas, e a poesia é muito importante como essa ferramenta. De nada vale a minha poesia, a minha arte se ela me isola de vocês. A minha arte é para atravessar as pessoas”.

O mote daquela poesia do Ângelo, como vimos é “põe a cara ao sol”, coisa que os/as poetas das periferias fazem dizendo poesias nos ônibus (poetas de busão), nas praças ocupadas pelos encontros-saraus, nos centros culturais. Trata-se de dizer, falar, gritar, cantar “pra ver se alguém percebe” (Sal). Percebo esse emaranhado de pessoas, coletivos e eventos, tanto os da *poesia marginal* ou *arte periférica* quanto os do *movimento popular*, como “constituição de coletivos políticos de enunciação” (Rancière, 2010, p. 98). Fazem dos deslocamentos, ocupações e assembleias político-artísticas-festivas, ações coletivas produtoras de acontecimentos que possuem agenciamentos transformadores nos próprios encontros, performances e seus desdobramentos – imprevisíveis, imensuráveis, mas *concretos* como as ondas.

Reencontrei Ângelo no dia vinte e seis de agosto de 2017, um sábado pela manhã, na 3ª Assembleia Popular pelo Direito a Cidade, realizada no Centro Cultural do Bom Jardim. No palco, para um auditório lotado de mulheres e homens de idades variadas, moradores de diferentes bairros da cidade, engajadas em diferentes comunidades, movimentos, associações, ongs, ligadas a diversas lutas (moradia e infraestrutura, mobilidade urbana, meio ambiente, agroecologia, juventude, economia solidária, movimentos culturais etc.), ele fez duas

<sup>261</sup> O discurso poético é dito: *dizer* o poema; o discurso retórico é falado e costuma ser designado no substantivo *fala*.

intervenções ao longo do evento, em uma delas, disse a mesma poesia que havia dito no Afro Sarau: “põe a cara ao sol”!

Em todas as sete Assembleias Populares da Cidade (o nome mudou a partir da sexta assembleia) das quais participei, cruzei com pessoas que participam dos saraus promovidos por “coletivos” e “redes de coletivos” na cidade. Em todas houve intervenções poéticas e/ou teatrais, com exceção da primeira, realizada na Vila Vicentina, as outras seis foram em: Mucuripe, Bom Jardim, Planalto Pici, Lagamar, Aldaci Barbosa e Raízes da Praia (houve uma, de “formação”, realizada na Universidade Federal do Ceará). Na quinta, eu não fui. Foi no Conjunto Ceará, mais precisamente na *ocupação* Gregório Bezerra, que é organizada pela Unidade Classista Luta por Moradia, *movimento* que faz parte da Frente de Luta por Moradia Digna. Não fui para aquela Assembleia, mas já tinha acompanhado vários desses “coletivos de jovens da periferia”, uns que se articulam mais proximamente (Natora, Servilost, Bonjaroots, Pesadelo do sistema, Sarau da B1 entre outros), em uma visita de solidariedade à referida *ocupação* por moradia. Depois, diante de uma ameaça de despejo, tais coletivos organizaram um Sarau em solidariedade à *resistência da Gregório*, e articularam um vídeo de uma jovem carioca do Complexo do Alemão, *Mc Martinha*, que tem se destacado em um *movimento* semelhante de intervenções artísticas com forte conteúdo social e político, com quem se articulam por meio da articulação Periferia e Escambau<sup>262</sup>, em apoio à ocupação Gregório Bezerra, no Conjunto Ceará, e criticando a ameaça de despejo por parte da prefeitura.

### 9.2.1. *Entre o dito, o falado e o feito*

Seria prazeroso para mim seguir o texto só transcrevendo as poesias que registrei nos saraus que percorri (além dos *slam*, batalhas de *mc's* e outras ações poéticas). Mas como se trata de uma tese, seria tentado a desandar a analisar os poemas ditos e transcritos, para espremer seus conteúdos políticos, visões de mundo, denúncias e desejos, e conectá-los aos discursos proferidos nas *falas* das assembleias populares. Mas antes de seguir por esse caminho, um incômodo me atravessou e dei uma travada. Foi quando coincidiu de eu ser interpelado pelo

---

<sup>262</sup> Integrantes do Servilost e do Natora já estiveram no Rio de Janeiro, assim como *Mc Martinha*, moradora do Complexo do Alemão, já estive em Fortaleza, em intercâmbios realizados por meio do projeto *Periferia e o escambau*. A título de informação sobre esse processo de “intercâmbio”, ver matéria jornalística: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/jovens-da-periferia-de-fortaleza-vao-ao-rj-para-troca-de-experiencias-1.2090027?fbclid=IwAR1NAt3iP1iify3qRbRJKse3e1NclVQc4S2eULDMxiiKPx8pzQQ41bLc7A>

grande poeta Manoel de Barros, ao assistir um documentário sobre ele, em raras entrevistas do poeta<sup>263</sup>, que não gosta de falar pois prefere dizer por meio da poesia: “poesia não é pra ser compreendida, é pra ser sentida”!

Ao ouvir isso, percebi por que não estava conseguindo transmitir toda a potência e os significados que me arrebatavam nos saraus. Mal podia compreender, no sentido da racionalidade científica, muito menos explicar, afinal, é poesia, é a energia dos encontros – não dá para simplesmente relatar, transcrever e analisar. Mas o que mais poderia ser feito? Diante do dilema, a urgência de aprumo, tendo como eixo as próprias estratégias metodológicas que venho mobilizando ao longo da tese. Apostar na narrativa; passar a palavra para os próprios *sujeitos-parceiros* conforme eles elaboram suas ideias, visões, explicações, denúncias etc. e as enunciam; dialogar com os acontecimentos narrados e as falas transcritas. A escrita seguirá percorrendo o fluxo de itinerâncias e encontros que vivenciei entre assembleias, saraus e outros eventos.

Quanto aos sentidos, visões, significados e motivações que atravessam essas ações coletivas, seguirei a expô-las e ajudar a compreendê-las em três dimensões: o relato do *feito-vivido*, transcrição do *dito* e as reflexões com o *falado*. Mas qual é mesmo a diferença entre *dizer* e *falar*? No caso desta pesquisa, é uma diferença de expressividades, conforme é aplicado no campo social da pesquisa-vivência que resultou nesta tese.

A *fala* designa o discurso proferido em assembleias, plenárias, reuniões dos coletivos e redes que fazem movimento social. A “fala do fulano”, “sicrano está com a fala”. A *fala* é o discurso que circula e é assumido por diferentes agentes no circuito da assembleia. A *fala* é discurso retórico proferido para produzir efeitos, acontecimento discursivo. A *fala* é o discurso, mais ou menos, elaborado, pensado e proferido para performar a realidade, influenciar, convencer, interpelar quem ouve. A *fala* é denunciativa. A *fala* é sensibilizadora. A *fala* é explicativa. Por isso é dispositivo discursivo privilegiado para o processo compreensivo – além da conversa. Foi em conversas com Chicão Oliviera – veterano em ações poéticas mobilizadas em assembleias, saraus, performances teatrais, manifestações ou mesas de bar – que aprendi que poesias não são *declamadas*, mas *ditas*: “eu disse um poema na manifestação”, “vou dizer um poema no evento”, “fulano disse um poema no sarau”.

Chicão é bom exemplo de um agente que transita entre as expressividades *falar*, *dizer* e, ainda, *contar*. Várias vezes o vi praticar o que ele mesmo chama de “**poesia-ação**”, um fluxo de ideias que navega da *fala* para a poesia, fluxo poético agregado à performances em

---

<sup>263</sup> “Só dez por cento é mentira”, dirigido por Cezar, 2008.

assembleias, plenárias, shows, não se prendendo ao discurso retórico-militante, como em um ato público, aos dias trinta e um de março de 2019, logo no início do ato em memória-protesto ao golpe militar de 64 e seu respectivo governo-ditadura. Pôr do sol no calçadão da Praia de Iracema. Uma *assembleia-manifestação* com uma a duas centenas de pessoas em círculo, e ele inicia sua *fala*, na verdade, *dizendo* uma poesia, que migraria discurso falado e discurso dito, eu um livre fluxo, “poema livre”, ele chama, “criado na vibração do momento, a coisa vem ali de improviso, na hora, no tempo da ação”, ele diz; mas há “ideias sedimentadas” como, no caso da poesia dita no ato na Praia de Iracema, a ideia da “despetrificação, minha poesia é despetrificação”, ele disse:

Nós somos o que queremos ser. E os outros, e os outros que não querem que sejamos o que nós queremos ser, onde estão? Em que presídio de suas mentes foram aprisionados? Por quê? Por que da sua prisão aponta o dedo do inquisidor para mim? Pros meus seios, pras minhas pernas pra minha alma? Por quê? Acha-se superior? É? Engana-se! Superior são minhas asas que voam além do preconceito. Superior são minhas almas que voam, voam além da tua ho-mo-fo-bia. Maior, muito maior, não só as minhas asas, são todas as asas de poetas, de amantes da vida, de homens e mulheres que nascem para ser livres e não presos, feito o idiota que prende o pássaro na gaiola, na esperança de que ele vai cantar mais afinado. Ele esquece que matou o canto quando prendeu o pássaro. E hoje [*o tom de voz vai se elevando*], nós vamos libertar todos os pássaros, absolutamente todos [*quase grito*], faltará céu e montanhas para recepcionar pássaros que não querem mais os seus porões. Basta de porões! [*a fala já se tornou grito*] Porões nos pés, nas mãos, num... [*baixa abruptamente o tom e cadencia*] tum, tutum pah, tuumm tutum pah... porões no coração. Não queremos mais o silêncio dos mortos. Não aceitamos o silêncio das pedras. Ontem [*o tom volta a se elevar*], ontem minha poesia era medo, ontem minha poesia era dor sofrimento, ontem minha poesia era silênciiii [*cala*]. Ontem minha poesia era calada pelas balas dos canhões, pelas botas dos soldados que não sabem mais o que é carregar uma flor na mão. Minha poesia foi silenciada durante mais... mais de quinhentos anos. A ditadura de ontem não é a ditadura de hoje, mas como diz o poeta: dita-dura, nenhuma. Portanto [*sai da sonoridade declamatória para um tom de fala*], eu finalizo o chamado do poema dizendo que ontem minha poesia era essa agonia, essa tristeza, essa falta de perspectiva de esperança e de tesão. Hoje [*grita, retomando o tom declamatório*], hoje minha poesia é despetrificação! Hoje a minha poesia é puls-ação. Hoje a minha poesia é tesão. Hoje a minha poesia é vulcão em erupção gritando: basta! chega! viva a emancipação [*vozes vibram no público, palmas eclodem*]. Um beijo [*fala em meio a palmas*], chegamos todos aqui pra cantar um novo dia. (Chicão Oliveira, 31 de março de 2019, Praia de Iracema)

Na verdade, Chicão já faz isso, esse fluxo discursivo entre a política e a arte, a fala e a poesia, a ritualística do protesto e do teatro, desde quando agia no movimento estudantil secundarista nos anos noventa. Certa noite, motivado pelo encontro com um contemporâneo daquelas épocas, colega de Liceu, ele desandou a contar como “metia poesia” nas suas intervenções durante “passagens em salas de aula”, ou em manifestações na escola ou fora dela, como eles não se limitavam – “ficar amarrado” – só à “fala”, ou seja, ao discurso retórico tradicional do movimento estudantil, como eles faziam diferentes performances, do teatral ao *grafite*. Aliás, o *grafite* foi o gatilho da conversa, pois Leco, o colega de Liceu, quando chegou

à casa adaptada em bar na ruela por trás da Prédio da Faculdade de Economia, Administração e Contábeis da Universidade Federal do Ceará (FEAC-UFC, cuja frente dá para avenida da Universidade, Benfica), perpendicular à rua Instituto do Ceará, para onde fomos participar da exposição de uma amiga, artista plástica, Juliana Siebra, na Casa Vândala<sup>264</sup>, depois demos aquela fugidinha ao boteco e, assim que chegamos, Leco aponta para uma pequena parede rente à mesa: lá estava grafitado uma muriçoca com máscara antigás, estilo paraquedista da segunda guerra mundial. Diante do olhar atento que Leco dedicou ao grafite, Chicão afirmou, apresentando-o: “esse cara é um dos primeiros grafiteiros do Ceará”. E conta um caso ocorrido naqueles tempos de movimento estudantil, envolvendo a ação do grafite<sup>265</sup>.

Contou como o Leco (que é morador do *bairro-favela* Pirambu e chegou a nós àquela noite porque veio acompanhando um grupo de amigos nossos que moram lá), e mais uns vinte estudantes do Liceu, a maioria com skate, arrancaram a estrutura de um outdoor e trouxeram para dentro da escola, colocando em um espaço vizinho ao grêmio estudantil, para fazer dele um mural para seus sprays “nervosos”. E a conversa girou entre as histórias deles dois, nos tempos de movimento estudantil<sup>266</sup> nos anos noventa, como a da professora de religião da escola Justiniano de Serpa não queria liberar os alunos para ir à manifestação do “Fora Collor” (1992) e os estudantes forçando o portão, Chicão na parte interna da escola sugere que todos parem, pessoal do *movimento* começa a pedir silêncio, e um deles vem com um telefone, arranjado deus sabe onde, e imitando o som da campainha do telefone a tocar, traz o aparelho até o Chicão. Este atende, em meio ao silêncio e olhares curiosos, incluindo da professora (e do diretor da escola, que a tudo assistia): “Alô, sim, sim, certo, vou falar aqui pra ela. Irmã, aqui na linha é Jesus e ele tá mandando abrir os portões e liberar todo mundo” – e eles caem na gargalhada, e continuam rindo ao contar sobre um confronto com a polícia na praça da Sé: “eu pensava que esse bicho ia ser preso”, Leco aponta rindo pro Chicão, e este a mangar da “gravata” que o outro levou de um policial.

Quando fez aquela performance-esquete do telefonema de Jesus, Chicão ainda não tinha feito o curso de teatro do CAD<sup>267</sup>, em referência ao qual o ouvi dizer várias vezes: “mudou minha vida”, não só o curso, mas o teatro<sup>268</sup>, tanto como técnica dramatúrgica – o que o

<sup>264</sup> Referência sobre o referido evento realizado em 21/03/2019: <https://blogtudodenovo.com/casa-vandala-abre-as-portas-para-a-exposicao-barulho-de-dentro/>. Acesso em 06.12.2022

<sup>265</sup> E naquele momento, como agora, lembro com o Coletivo Servilost tem na sua linhagem genética um coletivo de grafiteiros do qual Bruno Spote é um representante significativo.

<sup>266</sup> Sobre essa relação entre pixo ou grafitti e ativismo político, ver Diógenes (2017)

<sup>267</sup> Um curso de extensão de artes dramáticas que era oferecido pela Universidade Federal do Ceará.

<sup>268</sup> Fez também o curso Princípios Básicos no Teatro José de Alencar, e participou de vários espetáculos, como os que marcaram a intervenção do Teatro Radical na cena teatral cearense, e que vemos ter seus processos de

possibilita, por exemplo, hoje exercer o ofício de “contador de histórias” – como influência intelectual, de estilo de vida, ação política e círculo de amizades, ou seja como *comunidade existencial*.

Nos anos 1990, a dilatação da poética foi dimensionada tendo como espaço de criação o Curso de Arte Dramática (CAD), vinculado à Universidade Federal do Ceará desde os anos 1960. Tratava-se de uma escola de formação de atores de nível médio que exerceu durante várias décadas um papel relevante no processo de articular com a cidade o sentido do treinamento e respaldo teórico para a formação do intérprete. Foi fundamental para a formação de vários atores e atrizes. Ao mesmo tempo que enfrentava dificuldades, impasses pela falta de uma política institucional para a arte e a cultura, era o espaço que aglutinava professores, diretores e atores que buscavam formação profissional. (COSTA, G., 2014 p. 68)

Aquele projeto de extensão universitária, que infelizmente não existe mais, permitiu que o teatro atravessasse a formação e a vida de muita gente com diversas *caminhadas* e outros atravessamentos, promovendo misturas transformadoras que influenciaram os agenciamentos populares, periféricos ou marginais em Fortaleza. Posso observar isso nos agenciamentos de um indivíduo como o Chicão, de coletivos como o Servilost ou de *movimentos* como os saraus de periferia. Hoje, após o fim do projeto de extensão Curso de Arte Dramática, o Instituto de Cultura e Arte da Universidade Federal do Ceará – departamento que abriga os cursos de graduação e pós-graduação em filosofia e artes – de algumas formas ainda influencia essa cena política-periférica e artística-marginal, formando algumas pessoas desse universo sociocultural em sua graduação (com acesso mais restrito) ou agindo por meio de projetos de extensão, como vimos acontecer no Serviluz<sup>269</sup>.

Essa relação do pessoal do teatro com movimento comunitário no Serviluz vem de alguns anos, como Gledson me contou naquela noite do Afro Sarau, ele que é organizador do grupo Teatro Dito e Feito, formado majoritariamente por jovens moradores do Serviluz. Falou do projeto da Companhia Pã, com aulas e montagem espetáculo no começo dos 2000, meados daquela década. Ficou animado quando me ouviu falar que dali do Afro Sarau eu iria para o Benfica, onde em um bar estava sendo comemorado o aniversário da Eugênia Siebra, que participou daquele projeto, bem como das ações do Teatro Radical às quais fiz referência há pouco, assim como Chicão. A expressão do Gledson animou quando me ouviu dizer para onde ia, aquele ânimo típico da nostalgia excitada, pois era a oportunidade de reencontrar algumas pessoas que participaram da sua formação teatral inicial – “Bora Pedro”, ele interpelou – fomos.

---

criação e encenação relatados e analisado na tese de Brandão Costa (2014), como os espetáculos: “@”, “Merda” e “Loa”.

<sup>269</sup> Uma dessas experiências motivou a publicação: “Arte que inventa afetos” (GORCEZEVSKI, 2017)

Fluindo entre falas, poesias, grafites, teatro e performances corporais diversas, vamos vendo várias formas de agenciamentos político-artísticos que ajudam a tecer as lutas de resistência e enfrentamento, as experiências de superação que marcam as lutas existenciais na cidade, a partir de suas *periferias, favelas, comunidades, coletivos* – agindo pelas *brechas* dos “podres poderes”.

Pois assumimos, imersos aos múltiplos processos estruturais e subjetivos que operam por meio da destruição, a condição ressurgente capaz de abrir brechas orientadas para o futuro. A transfiguração e conversão dos pilares da morte em capacidade de cura, somos a própria brecha. (SILVA, 2019b, p. 125)

### 9.3 Rede de redução de danos: o cuidado como ação



Figura 9. Foto do evento Afro Sarau, realizado em 21 de julho de 2017. Print de publicação na fan page Priscilla Sousa Fotografia.

A foto acima foi feita por Priscilla Sousa, integrante do Coletivo Servilost, e postada em um *perfil* na rede social *facebook* que já não consigo localizar – um álbum de fotos super significativas daquele “encontro-sarau” ocupando o centro cultural Dragão do Mar. Felizmente, fiz os prints anos atrás, pois me ajudaram a revisitar o ambiente ali criado e a recompor o acontecimento em minha mente. Escolhi o print acima porque a foto dá uma visão panorâmica da arena produzida por aquela assembleia poética: representação imagética da comunidade democrática, aberta, ativa e dinâmica que o sarau da periferia constitui em cena, ao mesmo tempo que propugna como utopia do real, caminhada desejan<sup>270</sup>.

Mas também para falar sobre aquela faixa estendida na curta passarela atrás e um pouco acima do público que forma a cena junto com microfones e som, várias bancas que expunham camisas dos *coletivos*, artesanatos, publicações, impressões, fanzines (*comunidade-feira*). Pois

<sup>270</sup> Sobre a ideia do teatro como forma comunitária, com natureza de assembleia, na qual espectadores se tornem agentes de uma prática coletiva – o que, ao meu ver, os *saraus* aqui relatados realizam como nenhuma manifestação teatral que eu tenha presenciado conseguira fazer – ver Rancière (2010)

bem, a faixa traz inscrito em três cores: “redução de danos”. Um dos fanzines expostos sobre as bancas traz o título: “Redução de danos ... que *porréssa?*”. Cartazes feitos a mão em papelões e folhas trazem a mesma *palavra de ordem* (no duplo sentido de enunciação e interpelação à ação): “Redução de Danos”.

Para mim o Afro Sarau foi uma irrupção, cuja vivência me foi possibilitada pelo pessoal do Servilost, o que me fez perceber que aquele coletivo do Serviluz e suas produções extrapolavam fronteiras daquele território, aliadas a uma teia de coletivos tecida por pessoas concretas, que produzem encontros, assembleias, acontecimentos, coletivos aliançados em diferentes redes que vão conformando em suas caminhadas. Aquele Afro Sarau, por exemplo, que para mim era irrupção, foi produzido pelo trabalho dedicado de uma das muitas “redes” que vi sendo compostas pelos coletivos que fazem o movimento dos saraus de periferia, em seus diversos e constantes arranjos e rearranjos. Uma rede de educadores sociais, artistas, ativistas comunitários, coletivos de juventude, profissionais e acadêmicos da área da saúde (com enfoque psicossocial), que se formou em torno de um Curso de Redução de Danos, do qual o Afro Sarau foi uma espécie de “produto-síntese”, como nos explica um de seus organizadores, Wellington Gadelha:

Como tudo que chega ao fim, mas que não tem final, apresentamos o AfroSarau. Produto-síntese de um grande caldo preparado por mais de um mês em fogo alto no cruzamento de mais de 60 jovens das periferias de Fortaleza na panela de pressão de um curso de Redução de Danos promovido pela Escola de Saúde Pública do Ceará em apoio do Porto Iracema das Artes e do Instituto Dragão do Mar. Com a ousadia de viver que nos faz ser exatamente quem somos, encerramos esse ciclo inicial (e já começamos um outro) com esse espaço aberto de expressividade da nossa juventude, em que a regra é se deixar ser no microfone, no palco, no ar. Compartilhar sentimento, compartilhar arte é um disparo poético de afronta e denúncia contra a violência e extermínio da juventude preta e pobre da nossa cidade. E assim o faremos! Sejam bem-vindos/as e agucem o paladar para provar do que talvez nunca tenham saboreado! (Wellington Gadelha, texto publicado na internet: <https://www.facebook.com/search/top?q=priscilla%20sousa%20afrosarau>)

O texto de Wellington foi publicado em vinte e um de junho de 2017, em uma postagem que veicula também um vídeo produzido por Priscilla Sousa, uma espécie de filme-relato dobre o referido curso de Redução de Danos<sup>271</sup>.

Além do Afro Sarau, houve outra atividade ligada àquele processo de conclusão do curso de Redução de Danos, realizada no Auditório do Dragão do Mar, em vinte de agosto de 2017, uma “mesa-redonda” com tema: “Música, Drogas e Juventude: Cibercultura, Redução de

<sup>271</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=Db9DDiRJG4Y> – “Curso Redução de Danos”, postado no canal youtube Priscilla Sousa, há 5 anos (acessado em 06.12.2022).

Danos e Revolução<sup>272</sup>”. Estive presente nessa mesa-redonda, ouvi e registrei algumas falas. Discursos significativos – elaborados, compartilhados e proferidos por pessoas ligadas ao *movimento* (como processo e teia de pessoas e coletivos) que produziu o Afro Sarau. Por isso, relatar algo do que lá foi *falado*, ajuda a compreender o no Afro Sarau foi *dito*, performado, produzido – a política-estética da arena-cena e o sentimento-cognição da poesia-ação.

Algumas falas eu gravei, outras só fiz anotações. Mobilizando essas duas fontes de dados – minhas notas de campo e os áudios gravados – farei um relato sobre os conteúdos políticos, éticos, ideológicos e práticos que atravessam e aliançam aquela rede de pessoas e coletivos.

Pelas minhas anotações, quem abriu o evento foi o Rafael Baquit, um dos organizadores da iniciativa e “mediador” da “mesa-redonda”, ele é profissional da saúde (psiquiatra), pesquisador e militante da questão da “redução de danos”, membro do Coletivo Balanceará de Redução de Danos. Ele fez uma citação-agradecimento especial ao artista Wellington Gadelha<sup>273</sup>, que não estava presente por razão de saúde, pelo papel importante exercido por ele no processo todo do Curso Redução de Danos – o que podemos perceber no filme-relato realizado por Priscilla Sousa. Alécio, do Coletivo Natora, também fez uma menção especial a Wellington, e atribuiu a ele uma frase que ajuda a definir “redução danos”: **“Redução de danos é produção de vida”**

Aproveitando a deixa, vamos ver como nas falas a noção de redução de danos, sentido e prática, é explicada. Começamos pelo próprio Alécio. Ele conta que foi educador social no Cuca da Barra do Ceará:

... e lá foi onde eu tive uma compreensão, através do contato com o Rafael Baquit, o que é redução de danos. E a gente ficava tipo: ‘redução de danos, temos que chamar o pessoal da redução de danos’, meio que a própria instituição internalizou isso, achando que a redução de danos é uma equipe que vinha salvar os meninos que estavam usando drogas. E aí a gente: ‘meu irmão como é isso?’ nesse processo de diálogo com o Rafael, a gente foi notando que o que a gente fazia, a própria educação popular que a gente tinha no cotidiano é redução de danos, a conversa, o vínculo, a empatia, isso é redução de danos. O nosso companheiro Wellington, foi citado várias vezes aqui (...), ele tem um discurso muito legal que redução de danos é produção de vida, então gente internaliza muito isso também. Nesse processo de educação, enquanto educador social no Cuca, passei uns três anos, saí de lá com alguns movimentos assim, com a galera querendo trabalhar no Morro do Santiago com a intenção de fazer uma biblioteca comunitária (...), vários educadores sociais tentando fazer a construção dessa biblioteca. E aí a gente entende também a biblioteca como redutor de danos, as ações que a gente desenvolve na biblioteca com as crianças com os jovens e com os adultos é um processo de *rd*”. (Alécio, 20 de agosto de 2017)

<sup>272</sup> Ver cartaz do evento em:

<https://www.facebook.com/nuactproductions/photos/gm.135918253677566/1457737607642099> (postado em 21.08.2017, acesso em 06.12.2022).

<sup>273</sup> <https://www.instagram.com/well.gadelha/>

Nesse trecho da fala de Alécio é interessante como a noção de “redução de danos” não aparece como um novo conceito a direcionar as suas ações, mas sim a perceber que o que eles já fazem na prática é, e pode ser agenciado ainda mais, ação de “redução de danos”. E aí, salta aos olhos aquilo que considero um dos principais agenciamentos coletivos contemporâneos no *campo* que se convencionou chamar *movimento sociais*: falo do **cuidado** como ação e a **cura** como efeito buscado dos acontecimentos produzidos nesse agenciamento coletivo. Vemos recorrentemente essa linha da ação coletiva transformadora aparecer ao longo desta tese. Em outro trecho fala do Alécio, ele comenta:

Depois do curso de redução de danos a gente meio que teve essa parada do afeto enquanto uma das principais bases pra gente conseguir ter força, e começar também a ter o lance do cuidado, porque redução de danos é cuidado e aí quando eu olho pro Michel e quando a gente começa a trabalhar o lance da empatia, a gente acaba cuidado do próximo e de si também. (Alécio, 20 de agosto de 2017)

E o Michel, a quem o Alécio se refere, jovem morador da comunidade Moura Brasil (entre o Centro e a orla oeste da cidade), também conhecida como favela do Oitão Preto, ele estava lá também participando da mesa-redonda e comentou:

Quando eu vou falar de redução de danos eu vou falar muito é de amor, de se doar, de cuidar, de se colocar no lugar dessa criança, desse adolescente, desse jovem, desse coroa, enfim... quando eu tô lá na comunidade eu tô pra promulgar a redução de danos no geral, nesse senso de cuidado, a galera já é tão desassistida né, como a gente sabe, o estado é tão negligente. E aí hoje, quem tem se potencializado com essa negligência do estado é o crime, porque lá na comunidade onde eu vivo, a galera mais desassistida entra no crime assim mesmo brincando, com seis anos... seis anos, não é doze nem catorze, seis anos! E é muito fácil a galera se encantar pela ideia de consumismo que é pregada, por essa ideia de capitalismo que... enfim. E a gente como redutor de danos a gente está nessa parada de pregar o amor, amor que falta tanto. (Michel, 20.08 2017)

Na continuação de sua fala, Michel destaca a falta de apoio do estado, mesmo em processos que se dão em parceria com agentes estatais, como aquele curso e algumas ações de redução de danos:

E é algo tão simples. Porque cursos de redução de danos, a gente teve algumas estruturas que foram dadas pelo estado, mas a gente pediu às vezes coisas tão simples, e a gente não foi atendido, e aí, porque a gente não foi atendido, vocês acham que a gente deixou de executar as ações que a gente queria na comunidade? a gente foi pra dentro da comunidade com tudo! (Michel, 20.08. 2017)

Essa questão das relações com as institucionalidades estatais foi recorrente nas falas. Quando faz uma fala mais para o final do debate, Baquit conta como foi sua atuação como psiquiatra contratado pela prefeitura de Caucaia, quando ia periodicamente reunir com a defensoria pública para evitar internações compulsórias, em uma ação política contra uma

medida autoritária que, oposto à ação de cuidar, é uma prática violenta, sobretudo quando implementada por autoridades estatais contra a população negra, pobre, periférica. Ele fala da ação da redução de danos como combate ao fascismo<sup>274</sup> (expressão que antes fora usada por Alécio em uma fala que transcreverei mais adiante), citando um pesquisador da PUC de São Paulo, Rodrigo de Oliveira Feitosa Vaz. Alerta para o “momento político que o país atravessa, com um governo ilegítimo”, fala sobre o risco de “privatização do SUS”, mas ao afinal provoca aplausos ao afirmar que no pior cenário: “... nós não precisamos de políticas públicas para fazer redução de danos, faremos com ou sem...”. Tal afirmação, mais do que algum tipo de desafio político, e longe de ser uma afirmação de desnecessidade de políticas públicas, expressou mais uma síntese do que havia sido falado pelas intervenções antes da dele, baseadas na experiência concreta dos jovens que já atuavam como “redutores de danos” como “militantes”, independentes de haver apoio estatal ou não. Uma relação de tensão, na verdade, entre a institucionalidade estatal e as ações-produções dos *coletivos* que atravessa, não só, as falas naquela mesa-redonda tão representativa: “dizer o quanto é simbólico quatro pretos tá em cima dessa mesa, e uma jovem moradora de periferia, ocupando esse espaço aqui, um espaço bem simbólico, porque a gente sabe o que a gente passa, e a gente vai trazendo pra esse debate aqui pra galera poder entender” (Alécio).

Um relato forte sobre essa tensão se dar na fala de Luana sobre o Cuca Roots, iniciativa pioneira e acontecimento marco daquele *movimento* de encontros festivos-políticos-artísticos a partir das periferias de Fortaleza<sup>275</sup>. Na programação estava anunciada a presença da Livia Roots – artífice da criação e produção do Cuca Roots, bem como do seu conteúdo político – além da Luana Apollinario, mas a primeira acabou não participando, não pôde ir.

Luana, que participou do curso de redução de danos no Cuca do Jangurussu, acabou incumbida de falar sobre experiência do Cuca Roots, mas lamentou que a Livia não estivesse lá para falar “quais desafios colocados” para ela: “porque ela como organizadora tem muitos mais elementos do processo, dos bastidores, porque eu participei como frequentadora, e como pesquisadora<sup>276</sup> depois”. Mas Luana, em sua fala, expressou bem aquela tensão acima referida:

---

<sup>274</sup> Em uma fala anterior, já havia sido destacado que “a redução de danos não pode ser autoritária, vertical”, que não adianta esperar o governo, “a gente tem que fazer”, que à redução de danos, para ser politicamente efetiva, deve ser acompanhada por um processo de desmilitarização da polícia e descriminalização das drogas e, principalmente, do usuário.

<sup>275</sup> Vimos, por exemplo, a Priscilla falar sobre isso, o a acontecimento Cuca Roots e seus desdobramentos – inclusive a indignação compartilhada entre os coletivos – como uma das potências motivadoras da Sarau Farol Roots: “se elas podem fazer lá, nós podemos fazer aqui”.

<sup>276</sup> Ver “Atlântico Negro: o reggae nos bailes de rua” (MELO, 2018), trabalho de conclusão de Graduação em Serviço Social, da Luana Aolinário de Melo, onde ela apresenta alguns resultados da sua pesquisa junto ao Cuca Roots.

O Cuca Roots foi um movimento que durou um ano [2016-2017], que apesar de levar o nome do Cuca, o Cuca Roots foi um movimento totalmente autônomo. E aí o que é pensar a construção do Cuca Roots, no qual jovens, mesmo tendo ali o campo institucional, ou seja, os cursos que estavam sendo oferecidos pela Rede Cuca, não se sentiram absorvidos por aquela programação e pensaram: ‘ cara a gente sabe fazer uma parada aqui muito melhor e que vai conseguir dialogar com aquela galera que nem entra no Cuca, que fica só anfiteatro’, que anfiteatro é um estrutura física que, assim, quando convém à Rede Cuca que a ação que acontece lá tá legal, tá tudo bem até agora, pode vender que foi uma ação da Rede Cuca, mas se deu merda, o anfiteatro nem faz parte da Rede Cuca, é foda [*‘é desse jeito’, ouço outra voz feminina no áudio, alguém sentada próximo*]. E aí como esses jovens começaram né, por eles mesmos, construir um reggae? E aí pensar como reggae é apropriado. O reggae historicamente tem essa coisa da contestação social, dessa coisa de paz e tal, ‘vamo se unir’, que ele surgiu e se desenvolveu na diáspora e durante muito tempo e até hoje é um instrumento de resistência do povo negro, que eles olham pro outro e se reconhecem através daquela cultura. Mas como o reggae tem sido apropriado com os jovens negros brasileiros na diáspora, no urbano? (Luana, 20 de agosto de 2017)

Ela problematiza, fazendo referência aos desafios que a Livia e demais organizadores devem ter enfrentado. O Cuca Roots realizou-se na *risca* da fronteira de tensão entre a ação autônoma da juventude no território e a institucionalidade estatal, um interstício espacialmente dado na estrutura física do anfiteatro, entre o *dentro* do Cuca e o *fora* no cruzamento de *territórios* com agentes armados hostis (estatais e criminais) do Jangurussu, aliás, mais que hostis, conflagrados<sup>277</sup>. A tensão e as contradições eram mediadas, entre o *fora* e o *dentro*, pelos operadores de políticas públicas ligadas àquele equipamento, de cunho cultural e assistencial voltado à juventude, e pelos agentes comunitários que ativam essas políticas públicas e as ressignificam em suas ações além da institucionalidade – como vemos nos exemplos de muitos educadores populares que já eram ou se tornaram militantes do *movimento*. A própria Luana trabalhou um período no Cuca-Jangurussu e se reivindica “militante independente” (não é integrante de um *coletivo organizado*), assim como vi a Livia falar em outra ocasião (em 21 de novembro de 2017, em um seminário realizado no Cuca-Jangurussu, “Territórios do conhecimento”, sobre o qual veremos logo mais). Alécio e outros educadores sociais que se desligaram do Cuca- Barra participaram da criação do coletivo “Aqui Tem Sinal de Vida”, em torno de um projeto de Biblioteca Comunitária no Morro do Santiago (Barra do Ceará), e é um dos artífices do Coletivo Natora ao lado da Cel Lemos, Larissa Paiva e outras. O problema maior é lidar com a conflagração fora da institucionalidade do Cuca, onde a *govermentalidade* (FOUCAULT, 2008a, 2008b) estatal-mercadológica e paraestatal-criminal impõem risco constante aos corpos, operando a *necropolítica* (MBEMBE, 2018) do extermínio. Aqui é

<sup>277</sup> Sobre esse cenário do Grande Jangurussu, a partir da *centralidade periférica* do Cuca-Jangurussu e da perspectiva de “jovens envolvidos nessas práticas culturais coletivas de re-existência” (SILVA, FREITAS, 2018, p.133), ver artigo: “Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza” (SILVA, FREITAS, 2018)

necessário muita sabedoria e habilidade para agir se esgueirando entre as brechas dos “podres poderes”.

Alécio fala desse esgueirar tenso do agir, sintetizando muito das ações, práticas e estratégias dos *coletivos de juventudes nas periferias*:

Aí quando eu saí do Cuca a gente construiu Aqui Tem Sinal de Vida, construímos a biblioteca, tivemos várias dificuldades também (...). Depois, a gente construiu o Coletivo Natora que é no Pirambu, é a ideia também de trabalhar o lance da quebra do conflito territorial, porque como eu sou do Pirambu, porque o Pirambu, as facções, tem conflito com as do Morro Santiago que é Barra do Ceará, e aí a gente começou a fazer ações tanto na Barra como no Pirambu, e aí começamos a conectar os bairros com essa perspectiva mesmo, do encontro do diálogo e da potência de ações: a gente faz sarau, a gente faz oficinas, cinema, trabalha com audiovisual, enfim, existem várias linguagens de cultura, de arte, de ocupação, que a gente usa como uma forma de *rd*. E aí nesse processo, uma das maiores dificuldades que a gente tem é de compreensão das instituições do que é a redução de danos e a falta de diálogo que as instituições têm com os movimentos de juventude. E aí eu queria também aqui fazer uma denúncia da coordenadoria de juventude do governo do estado que veio com um documento, uma parada de extrema mega hiper falta de noção, uma proposta de regulamentação dos rolezinhos (...). a gente teve alguns encontros com o próprio estado pra saber o que era aquilo, dois encontros, foi apresentado de cima pra baixo o documento, ele queria colocar de goela abaixo e a gente meio que não aceitou, enfim, a gente espanou o documento. Trazer esse caso do documento pra mostrar a dificuldade de compreensão do estado pros movimentos de juventude que atuam na periferia, tá muito distante sabe? E isso faz que os termos usados no documento são termos de criminalização, esses mesmos que eu citei agora (...). Eu particularmente, a relação que a gente tem com a polícia é muito difícil, todos os movimentos e coletivos têm uma dificuldade muito grande de diálogo, na verdade o diálogo que tem é da polícia entrar na minha casa e dizer... na verdade não tem! (...)é uma coisa bem da lei deles né. (Alécio, 20 de agosto de 2017)

E Alécio prossegue, ora analisando essa relação tensão, ora em tom de denúncia por situações de conflito desencadeadas:

... muitos gestores entram com o discurso de políticas públicas de juventude, mas na verdade eles não tem mínima noção do que é uma política pública de juventude. Se eles forem lá na quebrada ver o que o Michel tá fazendo lá no Oitão Preto, ver o que o Servilost tá fazendo lá no Serviluz, ver o que a galera do Aqui tem Sinal de Vida tá fazendo no Morro do Santiago, que a aí o que aconteceu no Morro foi uma parada bem difícil, em relação à própria criminalização também do próprio projeto. Esse projeto aí de Ceará Pacífico, que a gente costuma dizer ‘ceará pacífico pra quem’? Veio com uma equipe de polícia super ostensiva fazendo uma invasão, a gente diz que foi uma invasão mesmo, foi lá fez uma ocupação, pintou a biblioteca no Morro simplesmente achando que a biblioteca fazia parte do tráfico, simplesmente sem ter nenhum diálogo. E aí a polícia tá lá ainda, a gente tem a dificuldade das ações, a gente tem dificuldade de fazer o projeto tocar por causa dessas questões, e de ser implementada uma política fascista, se liga? Uma política de higienização social. E outra coisa que querem colocar é dizer que a juventude está em guerra, se liga? E a juventude não está em guerra galera! O que está acontecendo é um extermínio da juventude pobre preta da periferia e querem que fique a gente contra a gente, se liga? E isso na perspectiva também das próprias facções, das organizações criminosas, que aí é um outro movimento, é um outro estado que existe aí, que tá oprimindo também, que tá idealizando uma doutrina de jovens bombas, mas que a gente acaba trazendo esse discurso e alimentando isso, dizendo que a gente está em guerra, mas na verdade

é o estado que está proporcionando todo esse movimento de extermínio da juventude que a gente está vendo no nosso cotidiano. E aí o que a gente tem de potente através do encontro. (Alécio, 20 de agosto de 2017)

A potência político-afetiva e cultural do encontro no interstício da violência e do extermínio foi um dos fios condutores da fala da Luana sobre o Cuca Roots:

O Cuca Roots, ele surge num momento em que estava acontecendo um acordo de paz entre as organizações criminosas que atuam por ali. E o que é louco no Cuca Roots é que tem os grupos de organizações criminosas de um bairro e de outro, só que no Cuca Roots, os grupos que tem esses atritos são em territórios bem próximos, por exemplo, Gereba e Babilônia, tudo muito perto, é só atravessar a rua, aí eu: ‘meu deus, como foi que eles criaram um evento que agregou quase duas mil pessoas toda terça-feira?’ Teve que existir alguma condição pra que aquilo acontecesse. Então, o primeiro aspecto que foi levantado pelo Cuca Roots é que ele surgiu num determinado tempo em que os grupos decidiram fazer um acordo de paz, e ele durou esse tempo. Então, para os jovens da periferia ter lazer foi necessário acontecesse, que algumas condições fossem dadas. Porque, por exemplo, se o Cuca Roots fosse feito hoje, eles teriam que ter cuidado como muitas outras coisas (...) muitas coisas poderiam acontecer, que foi uma das postagens que mais chamou minha atenção foi quando a Lívia falou, no caso o Cuca Roots porque foi na página dele que foi postada, mas eu sei que foi a Lívia porque conheço o jeito que ela escreve, ela disse assim: ‘cara tá surgindo umas coisas que a gente não vai, enquanto organização, não vai mais conseguir controlar, porque são os nossos também’, e assim ‘os nossos também’ porque ela considerou que aqueles meninos dos grupos que estavam atuando naquele território também é nosso povo, é o nosso povo que no pós-abolição é jogado às margens e passa por todo esse processo, entende? É o nosso povo, mas é o nosso povo que agente ainda não consegue dialogar, ela falou: ‘são os nossos que também que estão impossibilitando que isso aconteça, então no momento a gente não consegue chegar neles’, como é que a Lívia, três pessoas, um dj, vai chegar nos caras e dizer: ‘pô cara a gente quer fazer o cuca roots, nesse dia diz que não vai acontecer nada, que não vai rolar morte, que dá pra fazer’, não dá! não dá! Esses diálogos são muito tensos. (Luana, 20 de agosto de 2017)

Luana também destaca o **cuidado** no âmago da ação coletiva Cuca Roots: “A fala da Lívia se apropriou de todo esse discurso de cuidado, de dizer: ‘ó é nós que estamos morrendo então vamos cuidar da gente, é nós que queremos esse lazer então vamos cuidar um do outro’, discursos que ela fazia quando a música parava”. Assim como presenciei tantas vezes falas feitas entre reggaes no Sarau Farol Roots, com conteúdo semelhante, de cuidado com o espaço-ambiente, com a coletividade, consigo.

Também é recorrente nos discursos, tanto retóricos como poéticos, a questão da segregação das periferias e o extermínio contra suas populações, e a compreensão do racismo - classismo estrutural que molda as relações de poder na sociedade capitalista-colonial-patriarcal. Bem como a *identidade* do “nós que estamos sendo mortos”, ou sendo desrealizados pelas remoções, omissões, ameaças, violências, e que se potencializam nos encontros de diversas expressividades, nas práticas de “re-existência” e produção de vida e no cuidado-afeto mútuo. Veremos tudo isso, e mais, nas nossas próximas itinerâncias-encontros.

A noção do *cuidado* como ação prática – que vem sendo cada vez mais refletida e agenciada coletivamente, objetivando, em algum nível, o efeito *cura* – desenvolve-se entrelaçada à noção de autonomia, que de maneira nenhuma se confunde com o individualismo: “é nós por nós”, não eu por mim e cada um por si. Uma noção de *autonomia* que se opõe, justamente, ao individualismo como ideologia e estilo de vida neoliberal-empresário - precarizado. Autonomia que se realiza na ação coletiva, que por sua vez só consegue ser eficazmente movimento criador-transformador das realidades (inclusive no que tange ao cuidado e à cura) quando se faz autônomo. Logo, a **autonomia** é percebida e perseguida. Como Luana nos fala, ainda sobre a experiência do Cuca Roots:

No começo de 2017 aconteceu a morte do garoto, que foi quando a organização disse: ‘não vai rolar mais Cuca Roots porque a gente não vai colocar a vida de ninguém em perigo’. Então, está vendo como é difícil forjar sociabilidade, forjar lazer para essa galera? Porque nossa vivência é atravessada por várias dinâmicas, como a do território, a gente tem que se ligar na dinâmica do território. E por que o Cuca Roots surgiu? Porque aquela institucionalidade do Cuca do Jangurussu, apesar de ter várias ações foda e que tem que continuar, mas tem uma galera que ainda não está sendo absorvida nessa institucionalidade, porque são esses meninos que, justamente, tem relação com outras questões que o Cuca não dá conta. E quem que conseguiu juntar essa galera para uma ação de redução de danos com afeto, com encontro pra escutar reggae, pra escutar outras coisas, pra escutar a Lívia no microfone falando sobre resistência? Foram os próprios jovens, não foi a instituição, não foi a galera de cima, não foi a gestão, não foi de cima pra baixo, foi de baixo pra cima, não foi a institucionalidade, foram os jovens que ocuparam o espaço, que se apropriaram de um discurso... se você escutar um discurso da Lívia no Cuca Roots quando ela parava o som... (Luana, 20 de agosto de 2017)

O ambiente produzido pelos coletivos autônomos (de juventude ou não) tem de ser de cuidado e cura porque o entorno é violento e adoecedor, e é nessas relações de poder, entre a tensão e o risco, que tais coletivos precisam ocupar espaços, gerar acontecimentos em busca de efeitos transformadores, produzir vida e, tudo isso, em uma caminhada de lutas, com situações de conflitos, contextos precários, estratégias e dispositivos *necropolíticos*. Compreender tudo isso, requer e, de fato produz, um esforço teórico coletivo criador de visão de mundo compartilhada, percepção de *inimigos* e desafios comuns, formulação de estratégias e alianças que compõem um campo social-político-cultural compartilhado por *comunidades existenciais* entrelaçadas, conectadas em identidades, estilos de vida, ética e ideais compartilhados – campo de coletivos-movimentos periféricos-populares-marginais-resistentes que povoa esta tese.

E temos visto nas falas a partilha dessa produção teórica. E seguiremos vendo. Mas antes de nos deslocar, seguindo itinerância dos encontros, vamos nos deter mais no esforço teórico compartilhado de compreensão da realidade e municiamento para a ação. Realçar que, nesse existido, existe três categorias-denúncias fundamentais a desafiar a periferia e os

movimentos de resistência e superação, ou seja, três categoria fundamentais para ser compreendidas, combatidas e superadas pelas pessoas e coletividades: **racismo, segregação, extermínio**. Basta ler as falas já transcritas para percebê-las recorrentemente. E é importante perceber isso para compreender as motivações e os sentidos das ações coletivas que estamos acompanhando.

Cel Lemos<sup>278</sup>, por exemplo, em sua fala naquela mesa-redonda, apresentou-se como participante do Coletivo Natora e, também, do Comitê pela Desmilitarização da Polícia e da Política: pertencimentos que a situam no campo do ativismo político-cultural das juventudes periféricas, mas também em uma rede mais ampla de ativismo por direitos humanos, que tem na luta pela desmilitarização da polícia e da política, uma *causa* de convergência e linha de ação – em oposição à lógica e práticas de guerra às drogas, que é compreendida como guerra às classes populares, notadamente jovens das periferias e favelas. E ela conta que no dia anterior esteve na Ocupação Gregório Bezerra (*ocupação* organizada por um movimento por moradia no bairro Conjunto Ceará) com várias outras pessoas do “movimento” desenvolvendo uma série de ações: ela fez uma espécie de “oficina de tranças”, ensinando as meninas a trançarem os cabelos em diferentes estilos, mas principalmente “passando a ideia”, a partir da própria história de vida dela, do quanto foi difícil e, depois, libertador assumir a “negritude”, e como a questão do cabelo foi uma linha fundamental, tanto de pressão, como resistência e superação do racismo, este não mais internalizado, não mais incorporado no “cabelo alisado” – que ela chorava de dor física e emocional quando a mãe alisava – que negava sua *negritude*, da qual hoje ela se orgulha, sabe que é linda, ostenta o cabelo afro, busca conhecer ancestralidades e lutar no seu tempo-espço. Ela se emociona ao contar como sentiu ter feito bem a uma menina na ocupação que admitiu também passar por algo como Cel relatou. E fazer bem àquela menina, e outras que participaram, fez bem a ela, nessa tridimensionalidade transformadora que a ação do cuidado propicia: afeta quem recebe, afeta quem pratica e afeta o mundo ao redor. Como a Cel falou (e anotei), sobre a afetação positiva daquela experiência concreta na ocupação:

“só de estar presente, deixar a menina à vontade, liberta para soltar o cabelo que estava amarrado (...), está ali num compartilhar de ideia que eu sei que faz a diferença, fez pra mim, acho que fez pra elas, talvez chegue nas mães, na comunidade, já tô vendo eu voltar lá e ver um monte de menina com os afros soltos, lindas, conscientes disso”.  
(Cel Lemos, 20 de agosto de 2017)

#### 9.4 “Juventude, violência e racismo de estado”

<sup>278</sup> <https://www.instagram.com/celnegroo/>

Temos visto muitas vezes referências ao Cuca Roots e ao território onde ele se realiza, o Grande Jangurussu, conjunto de bairros e favelas na região sul de Fortaleza, sendo o Jangurussu, o bairro da famosa rampa de lixo da capital, hoje desativada, região de muitas ocupações, remoções, conjuntos habitacionais e loteamentos irregulares. Cuca Roots e Jangurussu aparecem muito no texto, mas nas falas de outras pessoas, pois não cheguei a vivenciar nenhum encontro do Cuca Roots, antes do seu fim precoce, nem tenho muitas vivências no bairro Jangurussu. Se falarmos na região Grande Jangurussu, incluindo o Conjunto Palmeiras, aí sim neste bairro tenho relações desde meados da década de dois mil, por volta de 2005 com a criação do Movimento dos Conselhos Populares, frequentando-o, esporadicamente, para vivências (visitas, atividades, eventos) ligadas ao coletivo do Mcp do Palmeiras, animado pelo Wayne Thiago, e outras aliadas do *movimento popular* no bairro como a Beth e a Manu, ambas da Associação Mulheres em Movimento. Depois, em um período mais recente, participei de algumas edições do Sarau da B1, no Conjunto São Cristóvão, vizinho ao Palmeiras, de uma lado, e o Jangurussu, de outro, fronteira na qual se localiza o Cuca do Jangurussu. Conheci este equipamento da Prefeitura Municipal de Fortaleza, em vinte e três de novembro de 2017, quando fui participar, assistir na verdade, um debate, cujo tema é o título deste tópico. Tal debate foi parte da programação do evento “Territórios do conhecimento: Seminário de pesquisa sobre o Grande Jangurussu e a Grande Messejana”, promovido pelo Laboratório Conflitualidade e Violência (Covio-UECE), com apoio do Laboratório de Estudos da Violência (Lev-UFC).

E quem eu encontrei, logo que cheguei, foi justamente a Manu, Emanuela Matias, da Associação Mulheres em Movimento, do Conjunto Palmeiras, coordenando a mesa de debates. Na condição de mediadora do debate ela fez uma “fala de abertura” e, logo na sequência, passou a fala para Carlos Melo, poeta e um dos organizadores do Sarau da B1. Um encontro de pessoas e falas fortemente significativas das *trilhas* (que se entrecruzam o tempo todo) que venho seguindo nessa caminhada: movimento-popular-urbano-comunitário e movimento-artístico-marginal-cultural-periférico, com suas coincidências e complementaridades de abordagens e visão da mesma luta: resistência contra a segregação em suas dimensões socioespacial, cultural-racial-sexista, econômica e política, e a superação dessa ordem e suas afetações negativas.

Emanuela é moradora do Conjunto Palmeiras, agente comunitária de saúde, militante do movimento popular-comunitário e de redes do movimento de mulheres negras na cidade. Participou ativamente da construção, dos debates e das ações que produziram o ciclo de

encontros Vivências Comunitárias<sup>279</sup>, organizados entre 2019 e 2020 e interrompidos pela irrupção da pandemia de covid-19, sendo que o último encontro em março de 2020 foi justamente no Palmeiras. Durante a pandemia, ela participou da articulação e ação coletiva Emergência: Solidariedade, sobre a qual veremos no próximo mais ao final da tese. No mesmo período das Vivências, passei a participar de edições do Sarau da B1, a conviver com um de seus organizadores, o poeta, livreiro, tatuador, ativista Samuel Denker ou Samuel Em Transe, e a conhecer o poeta, pesquisador e militante Rômulo Silva<sup>280</sup>, além de outros e outras, como a poeta Nona Rizzi, que faziam os encontros de sábado à noite (sempre o primeiro do mês) na praça da avenida Boulevard 1, no Conjunto São Cristóvão.

Mas estávamos em 2017, e eu conhecia apenas um pouco a Manu, com quem estreitaria uma forte parceria mais um ano depois e no período da pandemia. O Sarau da B1, eu só conhecia de nome, nunca tinha ido a um encontro daquela *assembleia poética*, a qual passei a frequentar, curtir e aprender muito, meses depois em diante – mesmo no período do isolamento social pro causada pandemia do coronavírus, por meio das *lives* no ciberespaço Hoje, em perspectiva, aquele encontro e construção enlaçada das falas proferidas é ainda mais significativo para esta pesquisa. Sem saber o quão forte aquelas duas *linhas* de agenciamento coletivo se tornariam na minha *caminhada*, mas tendo noção da representatividade e significância das pessoas que falariam, ouvi com atenção e gravei as falas. Agora, posso compartilhar para mostrar como tais falas, além constructos pessoais, são partilha de agenciamentos coletivos performadores do *campo* que percorremos nesta pesquisa, significativas e representativas das lentes de compreensão e dispositivo teóricos e morais enunciados e praticados em falas e poesias, em ocupações e assembleias, em resistências e produção de vida. Trarei para o texto alguns trechos de falas proferidas no debate, porque ajudarão a compreender o universo ético e teórico, visão do mundo, cultura, ideologias e engajamentos dos discursos poéticos e de seus enunciadores, que veremos logo mais, no Sarau Natorart, no próximo tópico. Agora foco em compreender as ideias e motivações que estofam os *movimentos populares e periféricos* na cidade.

Como disse antes, Emanuela é quem começa a falar, associando segregação socioespacial e racismo, lançando problematizações em um processo coletivo de produção de conhecimento, falando inclusive da pesquisa dela<sup>281</sup>:

<sup>279</sup> Sendo uma das colaboradas da publicação “Vivências Comunitárias I: superando o que nos paralisa”, lançada em março de 2022.

<sup>280</sup> Que tem no Sarau da B1 um *campo-vivência* da sua dissertação de mestrado e de artigos é (SILVA 2015, 2019; FREITAS; SILVA, 2019)

<sup>281</sup> Que culminou na dissertação: “Deus Criou o Mundo e Nós Construimos o Conjunto Palmeiras: Quilombismo Urbano de Populações Afrodescendentes em Fortaleza–Ceará (MATIAS, 2019)

(...) se você for pegar os dados do IBGE, entre negros e pardos, juntando esses dois grupos nós vamos ter essa maioria que representa 53% dos brasileiros. Então, pra mim, esse território está dentro desse universo do que nós chamamos de racismo institucional, o racismo que o estado promove com os nossos bairros né. Eu venho do Conjunto Palmeiras, dos movimentos sociais, (...) e quando entrei na universidade, eu já entrei com vinte e sete anos e não conseguia pensar a universidade sem que isso pudesse... não pensar a minha comunidade, ao ver tantas pessoas fora da universidade e eu fui lá, tentei e pensei: por que que o meu bairro, sendo um bairro que tem toda uma história de luta<sup>282</sup>, uma história de resistência, ele não tá dentro de um patamar dentro da cidade? Porque é um bairro segregado pelo racismo, porque o racismo se configura dentro de toda a estrutura da sociedade, e toda essa localização, quando os primeiros moradores de lá moravam na Beira-Mar de Fortaleza, eles vieram removidos para cá num processo de urbanização de Fortaleza né. Então, me fez remeter a todo um processo que aconteceu no século vinte de urbanização do Brasil, em que os negros também ocupavam o centro no Rio de Janeiro e nas grandes capitais e foram (...). E aí eu pensei em ousar e chamar, fazer um trocadilho entre Palmares, chamando a minha pesquisa de ‘Palmeiras o outro Palmares<sup>283</sup>’, como luta e resistência histórica daquela comunidade como território de maioria negra, pegando toda a luta, diante dos enfrentamentos desde o processo de saneamento-básico, do acesso aos direitos de educação, saúde, então tudo que é negado pra gente dentro de um processo de exclusão social, racial, que é colocado para os bairros mais pobres, e que tudo o que nós conseguimos vem diante dessa luta. E aí entrando num contexto geral, a gente sabe que as maiorias das populações da periferia são de maiorias negras e poucas têm acesso às políticas de estado no que diz respeito a saneamento básico, a educação, a acesso na universidade. Nós sabemos, obviamente, que a população jovem tem morrido né, então temos a campanha ‘Queremos negros vivos’, justamente porque a cada 12 minutos morre um jovem nas nossas comunidades, ontem, por exemplo, morreram três jovens no Conjunto Palmeiras. (...). Então são várias problemáticas que a gente enfrenta, e esse problema da desigualdade social, ela atinge de alguma maneira a todo mundo, mas atinge de uma forma muito cruelmente aos negros né, que são essa maioria nas periferias. E aí, esses acessos é uma das questões que eu venho problematizando também na minha pesquisa: como pensar uma política que esteja voltada pro local e pensar a juventude de um modo geral, sendo que é a que mais morre e é a que mais desiste da escola, o que está acontecendo? Essas são algumas perguntas que eu faço na minha pesquisa. E eu acho que é basicamente isso, no final a gente pode voltar a essa discussão. Então vou passar a palavra e cada pessoa terá quinze minutos de fala, e nossa mesa é: “Juventude, violência e racismo de estado”. (Emanuela Matias, 23 de novembro de 2017)

Ao reler essa fala da Manu, bem como a que o Carlos Melo<sup>284</sup> proferiu no mesmo dia, lembro-me quando estive no V Sarau Natorart, em vinte e oito de setembro de 2017, organizado pelo Coletivo Natora<sup>285</sup>, acontecimento o qual minhas *notas de campo* registram assim:

*Após fala inicial (que eu perdi), apresentação de documentário sobre Rafael Braga, jovem negro em situação de rua preso durante as manifestações de junho de 2013, por portar um*

<sup>282</sup> Sobre parte dessas lutas, em uma perspectiva socioantropológica, e das trajetórias de alguns dos seus agentes, ver também Mattos (2012).

<sup>283</sup> “Palmeiras uma outra Palmares: A Lei 10.639/03 e o contexto de lutas e resistência do Conjunto Palmeiras” (MATIAS, 2017)

<sup>284</sup> Ver a fala de Carlos Melo no APÊNDICE A

<sup>285</sup> “O Coletivo Natora é um coletivo formado por jovens da periferia que tem como objetivo ocupar os espaços naturalmente com arte, cultura e lazer”, como se definiam à época em suas *redes sociais* no ciberespaço.

*frasco de pinho sol, caso que gerou grande mobilização social e política por ser notório episódio de racismo de estado e ter canalizado as demandas por direitos humanos de parte dos manifestantes à época, denunciando o racismo institucional do estado brasileiro, que a repressão às manifestações à época escancarava, mas algo cotidiano nas favelas e periferias do país.*

*Depois do documentário, D’Leste (mestre de cerimônias do evento) faz uma breve fala ressaltando a criminalização e encarceramento dos negros e dos pobres das periferias e favelas – “quantos Rafael Braga tem no país?!”*

*Entre uma performance e outra, novo vídeo, desta vez sobre o “genocídio da juventude negra”, Fundo Brasil de Direitos Humanos.*

*Mais adiante na programação, um vídeo da Sabrina Martina, do complexo do alemão, promovendo a ação “Periferia e o escambau”, que promove articulações e intercâmbios de experiências entre jovens de coletivos periféricos. D’Leste informa: “mês que vem ela estará aqui fazendo um escambo com a gente”.*

*D’Leste fala da “cartilha do Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência”, da qual exemplares estavam penduradas em um varal a atravessar a estreita praça retangular. Este mesmo documento, baseado no relatório final do referido Comitê<sup>286</sup>, foi utilizado em recortes estatísticos na performance discursivo-poética-musical do Sal, no Afro Sara (21 de julho de 2017).*

*Na calçada do outro lado da rua, um grupo de quinze a vinte adolescentes/jovens sentados na calçada; a poucos e metros um grupo de senhores e senhoras sentados em cadeiras na calçada, seis no total.*

*Muita gente sobre o asfalto da rua vai encostando e assistindo, conversando, zanzando; o mesmo na praça, no canto oposto (mas próximo) ao evento, às costas do público em pé assistindo.*

*Palhaço Tristão, diz que não ensaiou por isso tá se apresentando ali: “porque aqui é na tora”. Balão no grafite na parede de fundo do evento, muro alto que que confina a praça estreita, e de onde de vez em quando cabeças surgem das três janelas, uma sobre a outra, de moradias: “Se o governo não investe, nois se diverte... NATORA!!!”.*

*(Notas de campo V Sarau Natorart, 28 de setembro de 2017)*

---

<sup>286</sup> “Cada Vida Importa: evidências e recomendações para prevenção de homicídios na adolescência” (2016), produzido pelo Comitê de Prevenção de Homicídios na Adolescência, criado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Também naquele V Sarau Natorart, vi e escutei uma jovem, chamada Mariana<sup>287</sup>, da Barra do Ceará, a quem já tinha visto performar no Afro Sarau e, depois, veria em uma Assembleia Popular da Cidade, a sexta, realizada no Planalto Pici. Sempre em performances marcantes, muito intensas em seu discurso poético e corporalidade rebelde. Escolho um poema que ela disse no Natorart, para sintetizar poeticamente – atravessamento da realidade social no corpo, mastigada na alma e enunciada com emoção – muito do que ouvi naqueles eventos:

Eu tenho anseios dentro de mim que só o universo sabe. Temo pela humanidade, ou na verdade temo pela falta dela, pela naturalização da miséria, pela marginalização constante de um dos meus. Todos os dias um dos meus mata, todos os dias um dos meus morre. A morte é bem aceita, basta saber de onde o morto vem. É humilhado, é marginalizado, é a doença e nunca a cura, por ter nascido e sido batizado por gente de pele escura. Eu tenho medo, é, eu tenho medo de não fazer o melhor e de perder mais um, é que no Morro do Santiago a gente só escuta patú. O menino tá sangrando, pra a ambulância a dona Nicinha já ligou, mas o socorro não sobe no Morro, e a polícia não pensou nisso quando no menino atirou. [*ela arfa*]. Esse devia ser um poema que fosse completo de rimas e agradasse vocês, mas se a pm não respeita as normas brasileiras por que eu deveria respeitar as normas do português? Filhos dessa pátria mãe gentil, prefiro ser filha da pátria puta, mas que muda o meu Brasil!” (Mariana Maboo, entre aplausos e gritos quando acaba a performance).

---

<sup>287</sup> <https://www.facebook.com/m4boo> (acessado em 03.01.2023)

## OUTRAS ITINERÂNCIAS: NOTAS SOBRE TRANSBORDAMENTOS

### 10. IV Sarau Natorart

Logo após o Afro Sarau, o próximo “encontro-sarau” (SILVA, 2019a) que participei foi o Sarau Natorart. Aconteceu no dia trinta e um de agosto de 2017, dez dias depois daquela mesa-redonda da Rede de Redução de Danos. Lá reencontrei alguns dos artistas que vi performarem um mês antes no Dragão do Mar, como os meninos do grupo Pesadelo do Sistema, além do pessoal do próprio Natorart, como Larissa Paiva, com suas performances corporais dançantes, o Alécio D’Leste e a Cel Lemos na animação e discursos, o pessoal nas banquinhas de artesanatos e impressos, o Don Gordão com sua poesia-*rap*, entre outros. Poucos dias antes – no sábado antecedente àquela quarta-feira, a última do mês, como sempre nos saraus Natorart – havia encontrado outros, principalmente do Bom Jardim, na Assembleia Popular pelo Direito à Cidade realizada naquele bairro. Também havia pessoas do Bom Jardim naquele Sarau Natorart, como o Ângelo William, do Laboral Crew, o Sal e outros integrantes do Bonja Roots, bem como do Serviluz (vi a Priscilla e outra menina do Serviluz). Foram anunciadas ainda pessoas vindas do Jangurussu (como um poeta que se apresentou), que assim como os outros dois bairros citados ficam bem longe do local do Natorart, a Praça da Castanhola, em uma comunidade na fronteira entre Carlito Pamplona e Pirambu – “Pirulito”, designa D’Leste, brincando com a justaposição territorial em situação fronteiriça, tão comum naquela região, da qual também foram anunciadas pessoas vindas do Jardim Iracema, do próprio Pirambu, da Barra do Ceará – subvertendo as delimitações territoriais dos grupos criminais, as “facções”, que atuam contra a livre circulação, dos jovens principalmente.

Fui para lá com um morador da Barra do Ceará, mais especificamente da comunidade das Goiabeiras, meu amigo Paulo Bocão, estudante de Letras e sobrinho do Chicão Oliveira. Paulo me contou que esteve em um Natorart anterior, e conta o acontecimento (mais ou menos aleatório como todos) que o fez ir: diz que desceu do ônibus, vindo do Benfica para a Barra do Ceará, porque ouviu um dos meninos que estava a caminho do Sarau dizendo poesias para os passageiros do ônibus (os típicos poemas de protesto da periferia que a maioria desses jovens ecoa, mas também carregados de valorizações de sentimentos como amor, liberdade, sofrimento, orgulho), e ele se emocionou – “eu chorei”, disse, e teve de descer e segui-los.

Sáimos juntos da avenida da Universidade, foi ele quem guiou o percurso, indicando a *topic* (modalidade de transporte coletivo alternativo ao ônibus) que deveríamos pegar<sup>288</sup>. Onde descer e por onde seguir foi um pouco mais complicado pois, da, outra vez desceu na avenida Leste-Oeste e seguiu o caminho meio labiríntico sem prestar muita atenção pois ia (des)orientado pelos jovens poetas, ouvindo-os e falando enquanto andavam. Dessa vez, tivemos de andar no sentido contrário, na direção da Leste-Oeste, pois descemos em uma parada na avenida Francisco Sá, rente ao muro de uma fábrica (não sei se ativa ou não) que domina dois quarteirões, nos esgueiramos entre um e outro, andamos alguns metros naquele ambiente esquisito e desolado que as indústrias constituem, até encontrarmos a vida abundante da comunidade, com suas gentes, moradas, ruelas e becos. Fomos pedindo informações a pessoas no trajeto, até conseguir encontrar a Praça da Castanhola – travessia tortuosa pela qual os outros participantes que vinham de longe também passaram, por isso (e pelo tráfego pesado nos variados percursos, como sempre ao fim de tarde e começo de noite na cidade) vinham chegando aos poucos e atrasados. No nosso caso, chegamos pouco depois do horário marcado, seis e trinta, conforme a publicação de divulgação do evento<sup>289</sup>: “Sarau com muita arte, lazer, apresentações de dança, teatro, música, arte de rua”!

Chegamos à praça por volta das sete da noite, em uma rua estreita, como a própria praça que é uma espécie de passeio largo rente aos muros de casas de um dos lados da rua. Muros grafitados com frases e marcas do coletivo Natora. A praça estava arrumada para o evento. Abordei uma das meninas da organização a quem já havia visto em outros eventos. Perguntei se já tinha rolado apresentações e ela disse que, na verdade, as pessoas que ficaram de se apresentar não haviam chegado. Ela estava justamente conversando com dois garotos que não estavam na programação, mas iam improvisar uma intervenção. Um deles me mostra a folha de caderno com um poema escrito a caneta. “Fiz ontem”, ele me disse. No calor da revolta com uma ação policial que pôs fim de forma violenta (gás de pimenta) a uma “batalha de mc’s” que ocorria no estacionamento de um supermercado, acompanhada por uma multidão de jovens – “é mais fácil bater do que informar”, era o mote da poesia cantada em rap, criticando a policial. Ambos já tinham vivido, pelo menos, mais uma experiência de violência social. Me contaram que estavam na “ponte da PI” (Praia de Iracema) fumando um “baseado”, quando a polícia chegou e eles “dispensaram o flagrante”, jogando o cigarro no mar. Foram abordados, mesmo

---

<sup>288</sup> Fui para outros dois saraus Natorart na Praça da Castanhola, uma vez de uber (minha primeira vez nessa, então, nova modalidade de transporte) e na outra em um carro emprestado de um amigo, fomos eu e o Chicão, o que foi bom porque na volta pudemos conversar bastante sobre a experiência que acabamos de vivenciar, trarei esse diálogo mais adiante.

<sup>289</sup> <https://www.facebook.com/events/271117393375919/?ref=newsfeed> (acesso em 09.12.2022)

assim. Os policiais quebraram o “dichavador”, jogaram fora as “sedas” e mandaram eles saírem dali – procedimento que, em todos os seus atos, já ouvi ser relatado outras vezes, e outros semelhantes, caracterizando uma espécie de prática de policiamento-bedel que soldados da polícia militar realizam pelas ruas da cidade. Os meninos saíram da ponte e ficaram numa quadra próxima “jogando bola com o pessoal”, os policiais militares voltaram a abordá-los: “já não mandei vocês irem embora, bora, vão pra casa!” (sempre que ouço esses relatos, penso que se os policiais exercem um policiamento comportamental-educativo, deviam ser formados para isso, porque suas abordagens, práticas e técnicas de fazê-lo têm provocado grandes prejuízos para o tecido societário, não há nenhum desses acontecimentos, *maiores* ou *menores*, que não gere efeitos sociais conflituos). Um dos rapazes foi argumentar, “por quê? não estamos fazendo nada, só jogando bola”; um dos policiais sacou o cassetete e começou a agredi-los – eram dois garotos, adolescentes, uns dezesseis anos, ambos *brancos*, um de olhos claros, ambos com ódio da polícia<sup>290</sup>. A primeira apresentação foi justamente desses dois *mc*’s, uma batida rap como base no som e a poesia indignada, escrita no calor da raiva pela dispersão policial violenta contra a “batalha de *mc*’s” no dia anterior ao Sarau Natorart:

Querem nos caçar porque queremos rimar, também queremos fumar uma seeeda. Só pra incomodar vem uma voz que vai jogar, o meu pensamento é operadora sem fronteeira. Mas de frente com um babaca, você sabe que meu som arde na tua cara, entenda canalha que você não é respeitado nas minhas áreas, não não, e sua farda só atesta o quanto você é cuzão! Firmo na interpretação dos mano sim, achou que era ladrão mas na vera era só uns mano mandando um finim<sup>291</sup>. Não quis saber da situação, sem razão pedi pra repressão apoiada pela jurisdição daquele lugar, **é mais fácil bater do que informar**. Quer prender meu rap, mas o abstrato não pode ser encarcerado, rá, perdeu a batalha contra minha rima!

A assembleia popular poética-artística-festiva começou com uma *fala*. Uma representante do Coletivo Natora explicando o nome do coletivo<sup>292</sup>, que expressa a autonomia

<sup>290</sup> Essas situações me ajudam a compreender a grande adesão de jovens ao “movimento social” (como seus organizadores fazem questão de definir em suas falas) da Marcha da Maconha, em suas passeatas anuais realizadas em Fortaleza, como pude observar na 11ª edição, 2019: “Mais de 30 mil manifestantes”, proclamou a organização do evento em sua *fan page* (<https://www.facebook.com/MarchaDaMaconhaFortaleza/>, postada em 26 de maio de 2019). Não sei se tanto, mas certamente havia algumas milhares de pessoas. A referida postagem, traz compartilhada uma matéria do jornal O Povo: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2019/05/26/marcha-da-maconha-reune-milhares-de-pessoas-na-beira-mar-neste-domingo.html>

<sup>291</sup> Segundo me contaram, a polícia teria sido chamada quando três jovens se afastaram da multidão para fumar à porta cerrada de um comércio, e um vizinho achou que estavam tentando roubar, por isso teria acionado a polícia.

<sup>292</sup> “na tora” é uma expressão, um gíria, muito usada de uns anos para cá, gíria surgida nas juventudes periféricas, mas que vem se generalizando, meio que substituindo a já tradicional expressão cearense “na marra”, “fazer na marra”, “fazer na tora”. Algo feito sem autorização, sem muito planejamento ou condições estruturais ou apoio etc.

e o protagonismo, bem como a coragem, iniciativa, capacidade de improvisação, além da organização, em condições precárias e acontecimentos imprevisíveis. Explica que elas são um “grupo de jovens que cresceram na comunidade” e resolveram se organizar para “ocupar aquele espaço” que se encontrava degradado e sem uso. Passaram a organizar, “saraus, desafios de *mcs*, torneio de travinha, limpeza de praia”, entre outras ações. Brinca dizendo que fazem as coisas daquele jeito que estávamos vendo: “natoramente”! (Capacidade de improviso, criatividade na escassez, inventividade e rebeldia são significados carregados também no nome Servilost; outra semelhança é o fato de o símbolo de ambos os *coletivos* referenciar espécies da fauna ligados ao ecossistema e cultura local).

“Se o governo num investe, nois se diverte... Natora!!!”, está grafitado essa frase em um balão, tipo *cartum*, saindo da boca de uma espécie de lagarto verde, com camisa florida, óculos escuro e cabelo *black power*. Este e outros *grafites* – “a pior prisão é a mente fechada”, outra frase grafitada que registrei – coloriam e politizavam a parede traseira de uma casa alta que parece invadir o espaço da praça, mutilando-a, mas agora transformada em uma espécie de fundo de cena, em frente à qual foi montada a estrutura com mesa, computador, som, microfone, a partir da qual abria-se uma roda, formando *arena*. As bancas que ladeavam o círculo e os grupos de conversadoras na praça, formados por pessoas que ora desgarravam do círculo, ora voltavam a compô-lo, completavam a *cena*. As bancas e varais compunham uma exposição que estava na programação evento – “Mesas 1: Sabrina Bruna, Expor: Camisas Mandela; Mesas 2: Sis Martins (Gaiadevenus), Expor: Quadros Aquarela; Varal: Leo Silva: Fotos Simples Cidade Jangurussu”.

Claro que havia outras não programadas, comidinhas, roupas, artesanatos etc., como em geral acontece nos “encontros-saraus” que além da festa artística e da dimensão de assembleia comunitária, é também comunidade nos encontros na praça, na feirinha e nos escambos de afetos. No caso do Natorat havia uma integração bem simbiótica com a comunidade no território, primeiro pela proximidade física provocada pelo aperto de estreitezas físicas e adensamento populacional e, segundo, pelos fluxos de palavras, sons, gentes. Moradoras punham cadeiras na calçada para ouvir e acompanhar o movimento, moradores em pé conversando nas calçadas também ouviam mesmo sem prestar muita atenção, comerciantes vendiam água, vinho, *chilitus*. Crianças corriam para a praça – era sempre grande a presença de crianças e performances voltadas para elas (como palhaços e outros performers circenses). Da comunidade-encontro na praça também ouvíamos os sons e sentíamos os fluxos da comunidade na vizinhança: latidos de cachorros, gritos de mulheres sempre chamando alguém, o som de um culto evangélico próximo – sons que atravessam, por exemplo, os áudios das gravações que fiz

e ouvi e reouvi para transcrever. Grupos de adolescentes e jovens adultos vinham à praça desfrutar o lazer, uns mais atentos nas performances, outros menos, todos mais preocupados em circular na praça, conversar, paquerar etc.

Mas, de qualquer forma, era impossível não ser afetado pelo ambiente, pelas performances poéticas e corporais, as músicas, os gritos, o círculo de corpos aliançados em movimento criativo, em luta para ocupar espaço e produzir arenas para enunciar estéticas, denúncias, ideias e afetos. Como o Rômulo Silva observou em um texto que fez para uma coletânea de poetas dos Saraus da Periferia:

O ‘microfone aberto’ como palavra aberta subverte e ao mesmo tempo ressignifica a própria noção de ‘sarau’, criando relações entre as pessoas e o espaço de forma não hierarquizada e descentralizada; possibilidade não somente de fala, mas, sobretudo, de *escuta*; possui certa espontaneidade no encontro, criando ordenações múltiplas e relações possíveis entre os participantes e a própria comunidade – ele a modifica pelo menos temporariamente – que está inserido por meio da poesia e da literatura (...)” (SILVA, 2019b, p.97)

Para mim, a afetação foi muito forte, do ponto de vista político, anímico, estético. E do ponto de vista cognitivo, epistemológico, minha excitação foi enorme: cada encontro, cada vez que eu via e ouvia um artista se apresentar novamente, uma pessoa discursar novamente, ia conectando, aprofundando o entendimento, cada nova figura que eu via e ouvia performar, cada novo coletivo, cada performance corporal (dançante ou teatral), cada grafite, cada poema, cada palavra de ordem... tudo isso reverberava em mim como ampliação e aprofundamentos, como tessitura e ação de conhecimento, extremamente prazeroso de se apreender por meio daquelas vivências.

Naquele IV Natorart, o primeiro que fui, pude continuar seguindo a linha discursiva e estética do pessoal do Pesadelo do Sistema, vindo do Pirambu, ali perto. Pude ver pela primeira vez a pujante performance poética-teatral de Jadson Remido, vindo do outro lado da cidade, Jangurussu, colaborador da Sarau da B1:

E toda vida que a polícia me para e pergunta se eu tenho passagem, eu respondo que tenho passagem na biblioteca por porte ilegal de inteligência, porque eu prossigo incitando o crime, apologia a leitura, porque a literatura te tira do tiro da viatura. Vocês vão me chamar de Belchior, não por ter sumido mas por ter cortado a carne de vocês, a carne do burguês. Se prepara playboy porque tu é a bola da vez. E avisa lá pro playboy que quem roubou a vaga dele na faculdade federal fomos nós, porque a poesia pausa. pesa. pisa. pausa e pulsa em cada um de nós. que se foda o Barra Pesada e o 190, valeu! [*uooou*, palmas e gritos] (Jardson Remido, IV Sarau Natorart, 31.8. 2017)

É impossível descrever o impacto da performance cênica, além da poética, a personagem, o Poeta Marginal, de bermuda e chinelo, camisa preta mascarando o rosto<sup>293</sup>, livro empunhado qual uma arma de fogo, captura alguém da plateia, faz de refém enquanto vai dizendo a poesia, numa pegada rapper<sup>294</sup>. Do ponto de vista do conteúdo, do “mandar a ideia”, é hora de destacar que nele há uma forte enunciação de *classe*, como na palestra do Carlos Melo, como nos poemas de Tales Azigon, nas performances do Baticum Proletário, da Mariana Badoo, da Larissa Paiva e de tantas outras meninas (presença forte nos saraus em geral, mas achei ainda mais marcante no Natorart), nas falas do Alécio ou do Pedro ou da Cel ou da Lívia, entre tantas outras. O discurso-denúncia, poético ou retórico, à polícia – como ao racismo, ao machismo e à homofobia – não é apenas um conflito entre *disciplinadores* e *indisciplinados*, ainda que envolva disputas comportamentais de estilos de vida, mas está inscrita em uma *luta de classes* na sociedade capitalista-patriarcal-racista, e uma leitura teórica e prática sobre o papel da polícia nesse conflito que, ao fim e ao cabo, é por acesso a oportunidades, direitos, bens econômicos e valorização simbólica, e é também por reconhecimento, por liberdade para ser e para fruir, por poder viver e produzir vida, criação, comunidade. Criar, lutar, transformar como forma de existir. E isso vivendo em um *sistema* segregador, ou em meio a um emaranhado de regimes de dominação, de exploração e de extermínio (físico e cultural).

Não há inocência política nesses poetas marginais, por mais jovens que sejam, muito pelo contrário, como nos mostram explícita e diretamente os garotos do grupo Pesadelo do Sistema. Discurso-manifesto-protesto-programa, percebi assim na hora que ouvi os três jovens assumirem o microfone naquela noite na Praça da Castanhola, um discurso *orgânico*, para usar um jargão da literatura política. Primeiro dito, depois cantado, discurso bem elucidativo do que pensam e dos seus pertencimentos político-militante. Gravei uma parte e transcrevo abaixo:

... várias praças ocupando, vários reggae formando, vários saraus se encontrando. ééé... quem disse que não dava? Quem disse que não ia pra lugar nenhum? Quem disse que não tinha futuro? A hora é aqui e agora [*som de violão começa a entrar no áudio*] eu peço não só para mim, para mim e meus irmãos, salve salve, Pesadelo do Sistema. [*outra voz entra*] Oooh queremos ser alguém, queremos ter dignidade nessa cidade, no trampo ou no sertão. [*agora o violão entra de vez numa batida rock-rap, e*

<sup>293</sup> “... inspirado na estética Zapatista”, segundo Rômulo Silva (2019, p. 64), que relata a performance do Poeta Marginal, no anfiteatro do Cuca no Jangurussu em 19 de maio de 2016, na presença do rapper Criolo, em meio ao movimento de ocupações de escolas – “... a maioria dos presentes era jovens, moradores da periferia, ligados a movimentos sociais, coletivos ou grupos identitários. Muitos deles estudantes e ou ocupantes das mais de cinquenta escolas estaduais ocupadas até aquele momento” (2019, p. 65). Na sequência, ele discorre sobre a trajetória do poeta, *mc* e multiartista Jardson Remido, figura constante na dissertação e outros textos do referido pesquisador, parceiros que são.

<sup>294</sup> Recomendo que assistam: [https://www.youtube.com/watch?v=v3lPjgZo\\_FA;](https://www.youtube.com/watch?v=v3lPjgZo_FA;)  
<https://www.youtube.com/watch?v=irrTBdvcVrQ> (acessado em 15.12.2022).

*também um som de beat box*]. Eu quero ser alguém, quero ter dignidade e atitude também. Na tv a gente vê sem compreender, só depois minha vaga não consigo receber. blábláblá mimimi e nada tem pra mim, em toda eleição é sempre assim [*duas vozes juntas, depois intercalando*] Sou criança, sou adolescente, mas isso não quer dizer que eu não seja inteligente. Eu tô de olho aberto pra sociedade, eu quero o melhor dentro de nossa cidade, nessa democracia eu tinha esperança que todos respeitassem os direitos das crianças, falta moradia, esporte, lazer, falta educação pra gente aprender, eu quero mudar a minha capital com campos, escolas e um bom hospital. Quero tirar o lixo das praias e das ruas, [... *inaudível*] pm não quero viatura (...) falta educação pras nossas crianças, falta educação pras nossas crianças, falta educação pras nossas crianças! E se o filho for gerado com dez anos de idade? [*ao fundo o outro canta no ritmo do violão um refrão da banda Charlie Brown Junior: 'o que dizem sobre o jovem não é sério, o jovem no Brasil não é levado a sério'*], e se o filho for gerado com dez anos de idade, com um três oitão na mão, [... *inaudível*] na minha favela. Trabalhar, ser alguém na vida, estou num túnel fechado sem nenhuma saída. O que eu posso fazer para bem logo mais, se eu nunca encontrei nem tô achando a paz? No meu conhecimento nem estou sempre viajando, porra esse medo já está me escravizando. Sou mais uma criança querendo curtir, brincar de bola, namorar e me divertir, mas se eu sou o futuro da nação, como é que eu posso crescer sem meus pés no chão. Tô me cansando dessa pre-ca-ri-za-ção, essa porra de educação só serve pro patrão, essa porra de educação só serve pro patrão. Diversidade abrangida na grade curricular, é raça gênero feminismo, aí os alunos quem escolhe o que vai estudar, pros professores dignidade no salário, Camilo não somos otários, zero por cento de aumento não dá pra sobreviver, e a merenda? o que é que os pivete vão comer? Se roubarem do nosso dinheiro, então vamos lutar pelos nossos direitos. Ir e vir, gratuitamente, quebrar as hierarquias que prendem a nossa mente. É que a representatividade cai por terra, são coisas ruins do sistema que se herda, mas horizontalidade é questão da mentalidade, é autogestionamento, aluno é resposta e aluno é questionamento, é porque os professores aprendem e o aluno ensina, Apeoc se liga e se intéra, nas ocupação só tem Panteras, Palmares, Zapatistas e Planet Hemp, vocês da Seduc não entende, somos oposição na educação, fora Apeoc, nenhum pilantra nos representa não, porque os pilantra pensa que representa, mas o povo da favela já não aguenta, a minoria ainda lucra e explora, e a maioria reza e se conforma! [*explosão gritos 'ooouu uhuu', palmas e assobios; um pandeiro começa a ser tocado e eles cantam em tom de embolada um repente, na minha gravação inaudível*]". (Pesadelo do Sistema no IV Sarau Natorart, em 31 de agosto de 2017)

Esse discurso, cantado em versos dos jovens do grupo Pesadelo do Sistema, remete, entre outras coisas, a uma das linhagens políticas do *movimento de saraus das periferias* – o movimento de ocupações de escolas estaduais por estudantes secundaristas em 2016. Vemos referências a *pautas* como “passe livre” no transporte coletivo, melhoria estrutural para as escolas públicas, valorização salarial dos professores, reforma curricular. Vemos também referências a personagens políticos da época, como o governador Camilo Santana (Partido dos Trabalhadores) e a Apeoc (Sindicato dos Professores do Estado do Ceará), com quem os estudantes engajados no movimento de ocupações e professores grevistas conflitaram durante processo de lutas envolvendo a educação pública estadual do Ceará naquele ano – conflito que

se acirrou quando Apeoc definiu o fim da greve à revelia de uma grande quantidade de professores e estudantes<sup>295</sup>.

Ao longo desta *vivência-pesquisa* observei várias vezes conexões entre o *movimento de ocupações de escolas* e o *movimento de saraus das periferias* e outras ocupações artísticas-políticas-festivas promovidas por jovens em espaços públicos nos bairros de Fortaleza; bem como a conexão entre este *movimento* e as *lutas* por moradia e direito à cidade, como já vimos no Serviluz. Outro *nó* nesse trançado entre ações-ocupações com motivações e objetivos diversos, mas constituintes de *caminhadas* convergentes na transformação democratizante da cidade pela ação coletiva a partir das *periferias* (socioespaciais, políticas, econômicas, culturais), observei no Bom Jardim, dialogando com agentes daquele território e vivenciando encontros nele realizados, como a III Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, realizada em vinte e seis de agosto de 2017, no Centro Cultural do Grande Bom Jardim.

### 11 III Assembleia Popular pelo Direito à Cidade: Bom Jardim e conexões



Figura 9. III Assembleia Popular pelo Direito a Cidade, CCBJ, 28.08.2017.

A Assembleia Popular pelo Direito à Cidade realizada no Bom Jardim foi um acontecimento, desde o deslocamento de dezenas pessoas, dos mais variados cantos da cidade, até o Centro Cultural do Grande Bom Jardim<sup>296</sup>. Encontramo-nos, alguns, no terminal de ônibus

<sup>295</sup> Silva (2019a, p. 41) registra sobre o movimento de ocupações de escolas – “175 escolas espalhadas pela Capital e diversas outras cidades do Estado –, a partir da ocupação do CAIC Bom Jardim em 28 de abril de 2016, e sua relação com o movimento grevista: “Continuou a crescer e se fortalecer e se fortalecer, mesmo após a greve dos professores ser suspensa pelo Sindicato dos Professores e Servidores da Educação e Cultura do Estado e Municípios do Ceará (Apeoc) a despeito do resultado da votação em plenária no dia 9 de agosto de 2016, em que a maioria dos professores votaram pela continuidade da greve”.

<sup>296</sup> Equipamento sociocultural vinculado ao Instituto Dragão do Mar, do governo estadual, mas com intensa, e por vezes conflituosa, participação da comunidade (jovens, coletivos de juventude e/ou artísticos, organizações comunitárias que atuam no território em diversos segmentos, *redes* que articulam esses vários agentes ativos no território.

do Siqueira. O lugar de encontro era o ponto da linha Bom Jardim I, ônibus indicado pelos organizadores. Lá as pessoas foram chegando.

Primeiro o Chicão Oliveira, depois a Socorro (do Conjunto Aldaci Barbosa), o Ítalo (contemporâneo e parceiro no doutorado). Depois, chegou a dona Rosa – “Tia Rosa da Raízes da Praia”, como se apresentou aos demais, com aquele seu jeito expansivo, carregando um recipiente térmico pela alça, com canja de galinha para a merenda partilhada, o que o ocorre em todas as edições das Assembleias Populares<sup>297</sup>: as pessoas levam frutas, sucos, pães, margarina, patês, bolachas... mas Tia Rosa vinha carregando um peso excessivo em seus braços, conhecida também como Tia Forte. Segurei a pesada garrafa térmica, e ela distribuiu abraços para os homens e beijos na testa das mulheres – sobrou até para uma (vestida como evangélica) que não fazia parte do grupo, só porque estava sentada no banco ao lado da Socorro. Chegaram duas mulheres da Vila Vicentina, que sempre participam das reuniões lá e foram para a Assembleia no Mucuripe, de onde vieram Pedro (Serviluz), o Diego (organizador do Acervo Mucuripe), o Carlos Augusto (“presidente da Associação do Castelo Encantado”), a Graça da comunidade Jangadeiro, também no Mucuripe, só que às margens do trilho, no qual se implementou o projeto de construção do Veículo Leve sobre os Trilhos, causando vários impactos e, o pior, remoções de moradias nas comunidades que se estendem ao longo do trajeto, como a já citada Aldaci Barbosa (no bairro Vila União), ou a comunidade João 23 (no bairro Dionizio Torres), na qual morava a Lúcia (“atingida pelo vlt”, como se apresenta nas assembleias e reuniões diversas das quais participa), que também chegou ao terminal do Siqueira. Chegou um grupo de estudantes do Najuc (Núcleo de Assessoria Jurídica Comunitária, projeto de extensão na faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará), e outros jovens estudantes engajados no Caju (Centro de Assessoria Jurídica popular, também na Universidade Federal do Ceará) e no Saju (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária na Universidade de Fortaleza).

Já éramos umas vinte pessoas, gente que eu nem conhecia, vinda com o pessoal das comunidades ou estudantes, gente que ficou sabendo do evento e viu que teria aquele ponto de encontro no terminal. Era hora de seguir, mas o ônibus da linha Bom Jardim I não chegava. Despontou, então, vindo em nosso sentido, um ônibus com o letreiro “Praça Santa Cecília”, Chicão gritou performaticamente: “este vai”! Freqüentador do Bom Jardim, onde moram seus sogros e cunhados, ele sabia que a Praça Santa Cecília fica próxima ao centro cultural. “Chicão

---

<sup>297</sup> Um costume nos encontros das Cebts assimilado por outros arranjos do *movimento popular*; também esse deslocamento entre *comunidades* em diferentes bairros – lembrança de um amigo que me disse que conheceu Fortaleza assim, desde criança indo para os encontros das Cebts em diferentes bairros da periferia da cidade.

é nosso mateiro”, brincou o Pedro. Descemos e andamos dois quarteirões por aquelas ruas sertanejas do Bom Jardim, cara de interior, ainda mais com a serra tão perto.

Quando vi a referência à Praça Santa Cecília, lembrei logo das tantas vezes que vi ou ouvi aquele nome, como em postagens divulgando os *reggaes* do Bonja Roots, ou narrativas sobre o Bonja Roots na Praça Santa Cecília, a ocupação juvenil-artístico-festiva da praça pelos bailes de *reggaes*, principalmente, mas também encontros poéticos, debates políticos (com diversas abordagens que vão do “direito à cidade” a “redução de danos”). Como quando Lany nos contou sobre a conexão entre aquele coletivo, sua ação ocupante-criadora, e o *movimento de ocupação da escola* Caic do Bom Jardim<sup>298</sup>: “a primeira escola ocupada no Ceará”, ela diz, sem esconder certo orgulho dessa experiência da qual participou ativamente: “A gente fazia sarau de poesia no Caic, a galera vinha e fazia *reggaes* na escola... depois que forçaram a desocupação da escola, passamos a fazer os *reggaes* na praça Santa Cecília”, Lany conta, completando que os encontros são organizados pelo Coletivo Bonja Roots<sup>299</sup>, criado por jovens artistas e ativistas vindos do movimento de estudantes secundarista, da cena artístico-cultural local, do movimento comunitário, do qual passaram a fazer parte e a intensificar essa participação, como no caso dela, Lany<sup>300</sup>.

Após caminhar ao largo da Praça Santa Cecília, concretizando a minha imaginação no espaço físico, finalmente por mim presenciado, daquela praça que é parte viva na cartografia do *movimento de sarau-s-reggaes-rolezinhos das periferias* que se tornam *centro* pela ação coletiva. E foi para o centro cultural localizado ali perto que seguimos, nossa pequena caravana. Chegamos ao Centro Cultural do Bom Jardim. Na entrada, dezenas de adolescentes, que estavam ali para outra atividade, nos saudaram (eles estavam amontoados nos dois lados da entrada) com sonoros bons dias, respondidos por nós com animação. Quando ia entrando, ouvi uma menina falando, em tom meio de brincadeira, “ninguém vai assaltar” – *estigma* verbalizado. Atravessamos o pátio e fomos para uma espécie de hall junto ao auditório, a porta estava fechada, com a reunião recém-iniciada, e nós merendamos ali, onde tinha uma mesa com pães, bolos, biscoitos, sucos, café e a canja da Tia Rosa que estava uma delícia, bem temperada e sortida (além do frango, batata, cenoura e tal).

---

<sup>298</sup> Sobre essa experiência de ocupação da Escola Pública Estadual CAIC – Maria Alves Carioca, e de outras quatro escolas públicas naquela região, em meados de 2016, ver o “Relatório sobre ocupações das escolas no Grande Bom Jardim” (Carlos; Sousa; Braz, 2018).

<sup>299</sup> <https://www.instagram.com/coletivobonjaroots/>. (acessado em 17.12.2022)

<sup>300</sup> Que no seu *perfil* na rede social *instagram*, apresenta-se como “Cearense. Negra. Favelada. Feminista – Militante dos Direitos Humanos” (<https://www.instagram.com/lanymariiaa/>, acesso em 03.02.2023)

Rogério Costa nos recebeu como um anfitrião feliz. Animados, conversamos que finalmente estávamos a conseguir realizar esse deslocamento pela cidade, eles do Bom Jardim indo ao Mucuripe, pessoal do Mucuripe indo ao Bom Jardim, e gentes de vários bairros indo para ambos. Ele me apresenta ao Ângelo William dizendo para o jovem: “ele é seu fã”, referindo-se a mim, por eu ter me expressado várias vezes, quando nos encontramos em reuniões para planejar e preparar aquela assembleia popular, de maneira empolgada sobre as performances (estética e conteúdo político) do rapaz do Coletivo Laboral Crew, durante o Afro Sarau, realizado no Centro de Cultura e Arte Dragão do Mar um mês antes – na Assembleia Popular pelo direito a Cidade realizada no Centro Cultural Bom Jardim, Ângelo disse duas poesias de autoria dele, sendo que uma delas era a mesma que ele disse no Afro Sarau e que eu transcrevi no tópico 9.1.

Já dentro do teatro, cerca de uma centena de pessoas participando<sup>301</sup>, Rogério, em sua “fala de abertura e acolhida”, vai citando vários *coletivos* e algumas pessoas presentes, sempre animadamente aplaudidas. Ele destaca que “a Vila Vicentina desencadeou esse processo, fizemos vários encontros lá e foi lá a primeira Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, fomos sempre muito bem acolhidos lá [*é recíproco*’, *grita uma moradora da Vila Vicentina*], espero que estejam bem aqui”.

Após a assembleia, Rogério postou na página do evento no *facebook*<sup>302</sup>, um registro de todos os coletivos com representantes presentes:

#### PRESENTES NAS LUTAS E RESISTÊNCIA!

3ª Assembleia Popular pelo Direito à Cidade no Bom Jardim

Rede DLIS do Grande Bom Jardim (Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos, A Voz da Periferia, Centro de Cidadania e Valorização Humana, Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, Espaço Geração Cidadã, Fórum de Cultura do Grande Bom Jardim, Jovens Agentes de Paz, Maracatu Nação Bom Jardim, Planalo Vitória/Canindezinho, Associação Espírita de Umbanda São Miguel, Associação dos Moradores do Bom Jardim), Arq PET UFC, GIPPU UNILAB, LEHAB UFC, NAJUC UFC, CAJU UFC, LEC UFC, UNI7 EMAU Beiral, UECE, Escritório Frei Tito de Alencar (EFTA), Escritório Dom Aluísio Lorscheider (EDAL), Movimento Crítica Radical, Trambecantes – Contadores de História, Laboral Crew, Movimento dos Conselhos Populares (Conjunto Palmeiras, Raízes da Praia), ZEIS (Bom Jardim, Vila Vicentina, Mucuripe, Pici, Lagamar), Ocupação Gregório Bezerra/Conjunto Ceará/Unidade Classista, Coletivo A-Braço, Centro Cultural Patativa do Assaré/Conjunto Ceará, SERVILOST (Mucuripe), Movimento de Engajamento Político (MEP) / O Pequeno Nazareno, Comunidade João XXIII (VLT), Aldaci Barbosa, Beira Rio, Fundação Marcus De Bruin, Coletivo Taramela (assessoria técnica)”. (postagem de Rogério Costa, em 28 de agosto de 2017)

<sup>301</sup> No espaço com capacidade para 96 pessoas (<https://ccbj.org.br/acao-cultural-programas/espacos-fisicos/teatro-marcus-miranda/>), havia mais pessoas do que assentos.

<sup>302</sup> [https://www.facebook.com/events/1989942567957732/?active\\_tab=discussion](https://www.facebook.com/events/1989942567957732/?active_tab=discussion) (acessada em 17.12.2022)

O Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, que integra a rede Dlis no Grande Bom Jardim<sup>303</sup>, também compõe a Frente de Luta por Moradia Digna, representado principalmente, à época, pelo Rogério que, por sua vez, tornou-se um ativo articulador e porta-voz da Frente de Luta por Moradia Digna, a partir das pautas do Bom Jardim, mas também da cidade, bem como da perspectiva de um projeto societário que tem no chamado “direito à cidade” um dos seus fios condutores. Tal perspectiva ideológica, que motiva e dar sentido à ação coletiva (junto com a sensibilidade à realidade e o desejo de transformá-la, às relações concretas que envolvem e aliançam as pessoas, e incontáveis outras motivações), pode ser apreendida do texto-convite postado na *fan page* criada para o evento:

Bom Jardim sedia a 3ª ASSEMBLEIA POPULAR PELO DIREITO À CIDADE, no sábado, dia 26 de Agosto de 2017, depois da Vila Vicentina (1ª Assembleia) e Mucuripe (2ª Assembleia).

Será às 8.30h da manhã do dia 26 de agosto, no Centro Cultural Bom Jardim (Rua Três Corações, 400)

Por que participar?

Porque é urgente fortalecer nossas resistências nestes tempos difíceis para os direitos sociais, para os direitos trabalhistas, para o direito de morar e de participar efetivamente dos destinos da cidade, entregue ao conluio poder-público - poder econômico.

Os grandes grupos financeiros, comerciais, imobiliários, têm exercido sua influência no desenho da cidade como nunca se viu. Proteção ambiental se desmancha no ar como areias de dunas. Há espaço para as favelas na cidade? As periferias e minorias cabem no direito à cidade? As expressões culturais poderão enfrentar a lógica da cidade-mercadoria? As juventudes têm conquistado espaços nos territórios? Como vivem as mulheres, os negros e negras em Fortaleza? Qual a parte que nos cabe na cidade? Como resistir?

(<https://www.facebook.com/events/1989942567957732>).

“O microfone está aberto”, disse o Rogério, após sua fala de abertura e acolhida, e então, muitas se seguiram. Tais falas, além de “passar a ideia” (denúncias e visão de mundo), também tinham um forte conteúdo de relatos e trocas de experiência, bem como o agenciamento de conexões entre as realidades e temas que se desdobrem em criação ou fortalecimento de alianças. Naquela teia de coletivos que Rogério relatou, há um encontro de redes com atuações diversas (temas e territórios), mas com muita coisa em comum, a começar o *campo* sociopolítico no qual se situam: “popular”, como enuncia a própria nomeação “Assembleia Popular”. Assim, a assembleia, o encontro e espaço de fala-escuta que ela gera, torna-se uma arena potente de enunciação das lutas, denúncias, projetos etc., mas também por busca de convergências capazes de fortalecer de alguma forma as ações em curso. Trata-se então de um

<sup>303</sup> Sobre a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, ver dissertação do Caio Carlos (2014), ativo militante daqueles arranjos coletivos no Bom Jardim.

acontecimento de partilha, com potencial de fortalecimento de ações coletivas em curso, produzindo outras ações e acontecimentos capazes de incidir na realidade. Assim, ao mesmo tempo, é partilha de ideários, projetos, desejos, experiências e partilha de informações e sensibilidades na busca de construir alianças e fortalecimentos – uma mistura de utopia, que acompanha as caminhadas, e pragmática na tessitura das alianças possíveis, na partilha de informações e construções de estratégias, aumentando a potência e eficiência das ações de resistência, de enfrentamento e produção de vida.

Do ponto de vista da consolidação e aprofundamento de alianças, destacam-se aqueles coletivos que compõem a Frente de Luta por Moradia Digna, que construíram a iniciativa da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade. Buscando constituir um espaço de enunciação, uma experiência de democracia direta na cidade que furasse o cerco silenciador da política representativa e da violência estatal, alcançou-se o efeito prático de fortalecer a própria aliança, ampliá-la e repercuti-la. É exatamente isto que quero mostrar com as narrativas e registros deste tópico.

Vejamos, agora, o que algumas falas enunciadas naquela Assembleia nos apontam daquelas perspectivas. Começemos com o Pedro:

Eu sou do Serviluz, participo de vários coletivos. Dizer que os mesmos dilemas do Bom Jardim nós passamos lá. (...). E dizer que uma das coisas que a gente tem apontado lá como exitosas é a questão do empoderamento da comunidade, a gente faz várias atividades, vários sarais, como a Águeda falou também [*referência a uma fala anterior*], a gente já tá há um tempo com os sarais lá, e a gente tá conseguindo passar para as pessoas a alta estima e o valor que o local tem, que a terra tem, e apontar alguns caminhos interessantes né. Eu acho que cada periferia, cada local tem muita potência e acho que essa Assembleia tem que fortalecer isso. A gente sempre tem discutido (...) a questão dos movimentos juvenis, dos sarais, é importante sempre tá unindo, aliando com a política para esses espaços. E hoje mesmo lá no Farol Velho, a gente faz uma ocupação lá do Farol, a gente vai ter cinema projetado no Farol, vai exhibir o filme do Nigéria, o ‘Areia Loteada’, que fala dessa questão da especulação imobiliária, e a gente vai levantar o debate, o Serviluz tá numa região que vai sofrer várias remoções agora, a gente tá prevista umas quinhentas a seiscentas famílias para serem removidas, vai ser uma luta muito grande, a gente já tá começando a organizar a comunidade, e o apelo é: a gente tentar fazer algum esforço pra gente fortalecer, a gente fazer tipo nosso conselho popular, o Conselho Popular do Serviluz, no sentido de fortalecer a questão da Zeis né, a Zeis tem o conselho gestor e esse conselho popular poder disputar esse conselho gestor né, porque nas comunidades, o que nós vemos? muita gente pelega, gente vendendo a comunidade, se aliando com a prefeitura<sup>304</sup>. E quem tá dentro né, eu tô sempre falando pro pessoal, quem tá dentro da comunidade conhece quem é quem, conhece quem são que tá ao lado da prefeitura, quem tá ao lado do estado, quem é capaz de dizer e de fazer qualquer coisa pra deslegitimar a comunidade. Então uma das sugestões é a gente tentar fortalecer esse conselho popular, eu vejo que as pessoas estão querendo as discussões, elas estão se levantando

---

<sup>304</sup> Mesma preocupação política, com suas respectivas estratégias e ações, levantada no vídeo sobre a implementação das Zeis que vimos no tópico 8.1.1, mas que, na verdade, será postado uma ano após Pedro proferir esse discurso

lá. E dizer, gente, que é fortalecer as comunidades, é fortalecer as periferias, nós é que somos o centro produtor, o centro gerador de tudo, tanto da questão de mão de obra, questão de... se um dia a periferia parar de produzir, a periferia não ir mais ao trabalho, acabou-se o sistema!” (Pedro Fernandes, CCBJ, 26 de agosto de 2017)

Como vimos nos capítulos 4 e 5, a fala do Pedro não são palavras soltas, ao contrário, parte de um agenciamento coletivo com relações bastantes concretas com a realidade no território, e com as constituições de arenas, gerando acontecimentos e produzindo desdobramentos com efeitos nas vidas de muitas pessoas e na própria existência coletiva do Serviluz. O Conselho Popular do Serviluz, ao qual ele se refere, não só influenciou a dinâmica do Conselho Gestor da Zeis do Serviluz, como criou a Assembleia Popular Titan Não Sai e a Comissão Titan, iniciativas justamente do Conselho Popular do Serviluz, como já vimos. A concretude do discurso, manifesta pelo enraizamento na realidade que ele relata e transforma, aparece também na partilha de práticas, estratégias e ações. Como os saraus e outras ações artístico-políticas ocupando espaço e, ao mesmo tempo, gerando “alta estima, empoderamento” e fortalecendo a “luta pela terra”, contra a “especulação imobiliária”, a ocupação do espaço que garante a existência da comunidade.

Pedro não foi o único a trazer à tona a conexão entre ação-criação artística e a luta política socioespacial, bem como as múltiplas potências da ação de *ocupar*: ocupação da terra para morar e constituir território, a ocupação de espaços públicos e comuns para ressignificar o território, constituir arenas e cenas, produzir vida, fortalecendo a resistência e o enfrentamento nos próprios conflitos socioespaciais. Sobre essa relação entre ocupação em contexto de conflito socioespacial (luta por moradia) e a ocupação artística-política de espaços pela cidade por *coletivos de jovens periféricos*, a ocupação Gregório Bezerra formou um *nó* significativo, na medida que conectou as lutas e afetou as pessoas que se envolveram. Ouvi vários depoimentos nesse sentido, afetações potentes. Já vimos o relato da Cel Lemos, do Coletivo Natora, em sua fala<sup>305</sup> baseada em experiência concreta que vivenciou, a partir de sua ação junto a crianças naquela *ocupação*. Já ouvi Carlos Melo, do Sarau da B1, falar algo nesse sentido em uma *live*, a experiência transformadora que vivenciou na ocupação Gregório Bezerra, na relação com aquela *comunidade em luta*. Tenho o registro de uma fala pujante de uma jovem, também envolvida no movimento poético-político de ocupação de *espaços* e produção de *cenas* e *acontecimentos*, a Borboleta, sobre a importância que foi conhecer e vivenciar experiência-luta da ocupação Gregório Bezerra. Mas antes de trazê-la, vamos ver como foi a fala de um dos

---

<sup>305</sup> Naquela “mesa-redonda” no auditório do Dragão do Mar Centro de Cultura e Arte.

organizadores daquela ocupação, durante a Assembleia Popular pelo Direito à Cidade no Bom Jardim:

Bó se acordar pessoal? [*e lança um grito alto e rasgado*] Nós ocupa ou não ocupa? [*ao qual as pessoas respondem: 'ocupa!'*]. Pessoal, bom dia, sou Jefferson, sou militante da Unidade Classista e sou lá da ocupação Gregório Bezerra. E dizer assim, que a gente, só uma questão pra não esquecer pra comissão de formação<sup>306</sup>, a gente tá acompanhando uma ocupação lá na Caucaia, ocupação Terra Prometida e colocar aí uma formação pra ver se a gente consegue uma visita dos técnicos lá. E dizer também que a gente tá lá no Parque Leblon na Caucaia e a gente ficou sabendo que lá tem uma reintegração (...), e a gente tá fazendo algumas atividades lá, inclusive ontem teve o Sarau do Parque Leblon. (...). . Outra coisa, é dizer que a ocupação Gregório Bezerra dia vinte e cinco de setembro ela faz um ano de resistência [*palmas*]. Ocupamos no dia vinte e cinco de setembro, dia vinte e oito de setembro os tratores do Roberto Cláudio [*prefeito à época*] com o pessoal lá do goe [*grupo de operações especiais da guarda municipal, bastante ativo nos despejos*] derrubou os barracos, conseguimos negociar e fizemos um barracão com doze metros de frente e dezessete de fundo, numa rua lá ela não tem fim e tal. Tamo lá. E vinte um de abril a gente ocupou uma escola desativada né, pra fazer a denúncia, um prédio público abandonado há cinco anos, mais de cinco milhões lá investido, tudo abandonado, hoje a gente está nos dois espaços, tá no Barracão e também tá dentro dessa escola<sup>307</sup>, que não entramos no intuito de morar, mas é o que estamos fazendo hoje né, a gente tem mais de oitenta famílias morando dentro desse prédio, mas só aguardando o governo vim e dizer 'oh, nós vamos tocar o trem pra andar nós vamos retomar as obras', aí nós vamos sair de boa, não vamos resistir, óbvio que a gente vai negociar nossa pauta né, e dizer que se o município ou estado não tiver uma saída a gente tem nossa saída, a gente vai ocupar de novo, porque as famílias que tã lá dentro elas não tem pra onde ir, e então a gente vai encontrar algum outro prédio ou alguma outra terra né. (...). E a gente vai tentar, outro pedido também, possivelmente uma Assembleia lá. E dizer assim pessoal, a ocupação Gregório Bezerra fica aqui no polo do Conjunto Ceará, as portas estão abertas, a gente tem negro, negra mulher, bicho, bicha, criança, tem tudo lá, é uma universidade de fato popular né, onde as portas estão abertas, certo? pra quem quiser tá indo visitar, levar formação, levar conhecimento, a gente se organiza internamente por núcleo, tem cozinha coletiva, tem espaço de crianças, a gente tem um clube do livro, lemos agora um livro com a juventude, 'Homens e caranguejos', vamos começar a ler outro livro hoje, 'Fábulas de isopor', e aí a gente tem a contribuição de algumas pessoas da universidade, de alguns alunos, e é isso, as pessoas tã lá e a gente sabe que o que nos liberta e nos revolta ao mesmo tempo é o conhecimento"<sup>308</sup> (Jefferson, ocupação Gregório Bezerra, em 26 de agosto de 2017).

No final da sua fala, ele convida para a celebração do aniversário da *ocupação* e aí fala das atividades que acontecerão ao longo do dia, a importância das parcerias: "... aproveitar que a Flor tá aqui, pegar o palco lá do Patativa, vai ser lá onde a gente começou, não vai ser na escola, vai ser lá no Barracão a atividade". Trago esse trecho para ilustrar que as assembleias populares não só buscam possíveis alianças como as possibilita fluir no próprio encontro que a assembleia proporciona.

<sup>306</sup> Demanda para a comissão de formação.

<sup>307</sup> Lembro de ver a Mariana, uma jovem da Barra do Ceará muito ativa nos saraus, saindo de um evento na prefeitura, assinatura de um decreto de regulamentação das Zeis, considerada uma vitória pelo movimento popular, e ela foi para esta escola visitar a ocupação, iria encontrar com outros jovens de coletivos que iam para lá.

<sup>308</sup> Impossível não pensar na poesia e performance e cênica do Jardson Remido.

### 11.1. “Vamo ocupar”

“*Quem tá na rua é pra ocupar, quem tá na praça é pra ocupar, quem tá na escola é pra ocupar [breque] Se não tem moradia bum... vamo ocupar*”. (Baticum Proletário<sup>309</sup>)

É o encontro e a vivência (experiência compartilhada) que forja as alianças, as conexões práticas e estratégicas, os trançados entre caminhadas, coletivos, acontecimentos, visões de mundo. E são pessoas concretas que tecem essas tramas. E afetam umas às outras, transformando-se, e que são afetadas pelo mundo ao redor, transformando-o.

De todas a experiências que vivi e que ouço narrarem, a ação de *ocupar* é inigualável, as *ocupações* possuem potência imensurável na vida e na modulação do ser de quem as vivenciam. Nesse sentido, trago uma fala significativa, porque traz emaranhadas as formas-práticas-estratégias de *ocupação* que estamos tratando aqui: ocupação de escolas, ocupação artístico-festiva-política de espaços públicos e as ocupações na luta por moradia e direito à cidade. A fala é de Borboleta, jovem nascida e criada na Barra do Ceará, mas que ganha o mundo fazendo poesias em ônibus e em movimentos pela cidade:

Sou Borboleta, sou poeta marginal, faço parte de um coletivo que surgiu na ocupação Gregório Bezerra, chama Amem, Arte Marginal em Movimento. E esse grupo de jovens, grupo de poetas e poetizas, tem o intuito de tá sobrevivendo da arte marginal, que no caso é a poesia, e assim a grande pergunta: de onde nasce essa forma alternativa de tá sobrevivendo? Não sei se vocês lembram da ocupação das escolas que foi em 2013, 2014 2015 [‘2016, a primeira ocupou em vinte e oito de abril de 2016, foi a minha escola’ – *Lany fala*]. Essa forma de intervir, que são os alunos secundaristas né, o movimento secundarista, trouxe pros jovens uma nova forma de subverter essa lógica louca, onde a escola tá sendo sucateada, onde não tem infraestrutura, onde os professores estão sendo desrespeitados. Traz a potência de ocupar a escola e os próprios jovens de forma autônoma pautar: ‘o que eu preciso? o que minha escola precisa? eu tô vivendo essa realidade, então sou eu quem vou pautar o que eu quero’, apesar do poder público ainda não acatar. Na ocupação das escolas nasce a potência do reggae nos espaços públicos, nas praças, nasce os sarais e nasce os cine-debates, que vem com grande potência porque essa era a programação que as escolas usavam mesmo assim durante as ocupações. Aí eu fui pra... Eu digo que a ocupação Gregório Bezerra foi a luz no meu túnel, porque eu era aquela rebelde sem causa mesmo, eu só chutava a porta e nem sabia por que estava chutando. Daí vem vinte e três jovens, e todos poderiam estar sendo sustentados pelos pais, mas preferem abrir mão desse sustento dos pais e vai com setenta e oito famílias e diz assim: ‘a arte é um solo fértil pro senso crítico ser trabalhado, pra gente propor uma nova forma de viver’. E mais ainda, a poesia marginal na minha vida, e na vida dos jovens que eu conheci, é tanto uma forma de criticar, tanto uma forma de convidar pra uma reflexão, mas mais ainda de dizer que no meio de toda essa loucura, nós somos amor! E a arte marginal é muito isso, vem das ocupações dos espaços públicos e critica muito, traz muito essa reflexão

<sup>309</sup> Um dos organizadores do Sarau Okupação (<https://www.facebook.com/okupacao.ab>), no bairro Antônio Bezerra, e da articulação do Encontro de Saraus do Ceará, é um agente muito ativo na cena artística-política da cidade. Ver seu perfil: <https://www.instagram.com/baticumproletario/>. (Acessado em 17.12.2022)

do direito à cidade, e a gente vem nessa tentativa de tentar subverter a lógica que as margens não são solos férteis. Tipo, eu venho da Barra do Ceará e a gente... é muito isso, eu escrevo... eu até falo pras pessoas dentro do busão: ‘eu sei que quem tá aqui é meu pai, quem tá aqui é minha mãe, minha irmã, meu tio... os patrões, os empresários, eu quero que se fodam’. É muito isso, é nós por nós e pra nós: é produzido pra nós, pensado em nós e enviado pra nós. (Borboleta, poeta marginal, no Curso Produção Capitalista da Cidade, novembro de 2018)

Em meio aos aplausos efusivos à fala da jovem, Pedro grita: “Representou toda a favela”!

**A quarta Assembleia Popular pelo Direito à Cidade** aconteceu no Planalto Pici, aos dias trinta de setembro de 2017, conforme deliberado na assembleia anterior, no Bom Jardim. No meu esforço de memória, tenho dificuldade desentrelaçar um acontecimento do outro. São muito próximos no tempo-espaço, político inclusive. Realidades sociais similares e mobilizações político-culturais em comum. Ademais, escrevo esse texto mais de cinco anos após os acontecimentos, com os conhecidos efeitos que tal distanciamento provoca em certas percepções<sup>310</sup> – o tempo é labor contínuo a produzir indiferenciações, confusões, justaposições... Para nos precaver dessas ilusões perceptivas, essas peças que o tempo nos prega, os pesquisadores acumulam *dados*, registros diversos. Recorro aos meus, que são um tanto desorganizados, mas mesmo assim acho algumas fotos e um vídeo da Assembleia no Pici (além de notas de campo). E quem, de cara, vejo nas imagens?

Rogério, do Bom Jardim. Ao microfone, na rua lateral à Capela de São Francisco, onde ocorreria a assembleia do Pici. Ao seu lado, uma formação de sete adolescentes com tambores de lata e um jovem à guitarra. Trata-se do Maracatu Nação Bom Jardim, que teve uma representante entre as falantes na III Assembleia Popular, a Graça, que faz parte, como ela falou, do Coletivo de Cultura do Bom Jardim, Rede Dlis, do Maracatu Nação Bom Jardim. Foi uma fala importante porque trouxe elementos da “política cultural” para a Assembleia Popular. Ela começa convidando: “para o nosso primeiro Seminário de Cultura do Grande Bom Jardim (...) ‘Direito à Cultura nas Periferias: Fazeres e Resistências’, com o objetivo agregar o máximo possível de artistas, coletivos, produtores locais e a própria comunidade para discutir cultura” – iniciativa semelhante à que aquele campo que promovia a Assembleia Popular pelo Direito à Cidade costuma fazer para discutir as chamadas políticas urbanas de planejamento, gestão, intervenções. Também o desejo de “unir forças”, ter autonomia e iniciativa: “Como é que a gente consegue se manter como artista dentro da periferia tão esquecida pelo [governo do] Estado e pelo Município”. E aí ela enuncia denúncias a gestores e políticas públicas, bem como

---

<sup>310</sup> O apuro reflexivo do distanciamento, o embaralhamento ou apagamento na memória de fatos, cronologias, situações etc.

conquistas dos coletivos organizados no Bom Jardim, e a necessidade de “...compartilhar vivências e experiências entre os bairros das periferias”.

A cena apontada no início do parágrafo anterior foi produzida em uma ação de acolhida e abertura da IV Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, no Pici, um mês após à realizada no Bom Jardim. A finalização de uma Assembleia Popular era sempre o ponto de partida para a construção da próxima – da escolha do local e da data, à atribuição de tarefas para “comissões”, bem como propostas de concepção para pautas e dinâmicas. Comissões de comunicação, cultura, articulação e estrutura, por exemplo. Foi nesse processo que o pessoal do Bom Jardim, animando a “comissão cultural”, se propôs a realizar aquela ação performática na rua, sobre a qual falarei mais adiante. O pessoal da comunidade que recebe a Assembleia é responsável por estruturar o espaço do encontro, mas também pela condução da reunião, bem como pela linha discursiva da comunicação, como o texto-convite do evento<sup>311</sup> IV Assembleia Popular pelo Direito à Cidade:

(...) O Planalto Pici sediará a IV Assembleia pelo Direito a Cidade, e como muitas outras comunidades, construiu sua história com muitas lutas. Agora resiste contra a retirada do posto de saúde que se localiza no CSU (Centro Social Urbano), então é preciso discutir o que significa moradia digna.

As semelhanças de realidades, objetivos, visões de mundo, causas, práticas e estratégias, manifestam-se na linguagem, na estética e nas ações das pessoas e coletivos que fazem as assembleias populares. Uma é seguimento da outra, coletivos de diferentes territórios aliançam-se. Além das fronteiras territoriais esboroadas pela ação de deslocamento-encontro, as fronteiras temáticas também o são, como demonstram os discursos – seja o proferido por uma pessoa em sua *fala*, seja por enunciações coletivas em textos escritos.

Dentre as causas em comum a aliançar pessoas e coletivos do Bom Jardim e Planalto Pici, e outros territórios periféricos em luta na cidade, a questão das Zonas Especiais de Interesse Social é muito presente, já temos visto. Na verdade, essa foi uma questão crucial a motivar a própria criação da Assembleia Popular pelo Direito à Cidade. Mas também em relação à política pública de saúde, ao funcionamento dos postos de saúde municipais nas comunidades, os coletivos do Bom Jardim como do Planalto Pici, também do Conjunto Palmeiras, vinham travando lutas em seus respectivos territórios. Em relação ao Planalto Pici, já declaram no próprio texto-convite que o problema do posto de saúde se tratava de uma questão central para a comunidade de lá naquele momento. Logo nas falas iniciais da jovem

---

<sup>311</sup> [https://www.facebook.com/events/1418756821535552?active\\_tab=about](https://www.facebook.com/events/1418756821535552?active_tab=about) (acessado em 20.12.2022)

Jerssiane Alves<sup>312</sup>, que coordenou a reunião, e do veterano Francisco Fernando<sup>313</sup>, que fez uma fala na sequência, a questão do posto de saúde foi colocada com destaque e pautou (não com exclusividade) o debate ao longo das falas: como a Assembleia Popular poderia fortalecer a luta do povo do Pici nesse sentido? Propostas de construir outros momentos de mobilização além daquela assembleia, o desafio de articular, além da troca de experiências, ações em comum dos coletivos em bairros que têm lutas em relação à questão da saúde, notadamente funcionamento dos postos e políticas públicas de atendimento primário. A Jerssiane explicou detalhadamente o conflito que estavam vivendo no Pici: o posto fica dentro de um equipamento público municipal, chamado Centro Social Urbano, que iria ser derrubado para a construção, pela prefeitura, de um Centro Urbano de Cultura e Arte. Mas, e posto de saúde? Não havia espaço para sua reconstrução, nem para a permanência onde estava, gerando descontentamento e mobilização nos diversos arranjos coletivos comunitários no Planalto Pici<sup>314</sup>.

Francisco complementou essa questão do posto de saúde, das estratégias que estavam lançando mão, dos apoios necessários, das ações para conseguir manter ou conquistar outro posto de saúde no território. Mas ele emendou:

(...) além da luta do posto de saúde, temos a questão da regularização fundiária né, essa luta de anos no Planlto Pici, e já faz sete anos que conquistamos a Zeis do Pici né, nós somos uma Zona Especial de Interesse Social, temos direito à regularização fundiária, a um plano de urbanização, a questão do conselho gestor, assim como outras comunidades, mas que nunca foi efetivada. (Francisco, IV Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, 30 de setembro de 2017)

Após a fala de Francisco, é Rogério quem pega a palavra e faz uma fala comparando a luta que eles estavam vivendo ali no Pici, com uma semelhante lá no Bom Jardim: “a luta pelo Posto de Saúde Abner Cavalcante Brasil, na comunidade Nova Canudos”.

Esse entrelaçamento entre as lutas pela efetivação da Zeis e por políticas públicas de atendimento básico de saúde no território – “é preciso discutir o que significa moradia digna”, diz o texto da IV Assembleia – pude presenciar dois meses antes, em uma ação realizada no Bom Jardim, a “Mobilização pela Zeis Bom Jardim”, realizada para impulsionar a sensibilização e participação de moradores no processo de construção do “Plano Popular da Zeis do Bom Jardim”. Naquele dia ouvi que o Posto de Saúde na comunidade Nova Canudos é

<sup>312</sup> <https://www.facebook.com/jerssiane.alves>; <https://www.instagram.com/jerssiane/>. (acessados em 20.12.2022)

<sup>313</sup> <https://www.facebook.com/francisco.fernando.1048>; <https://www.instagram.com/franciscoffm1964/>. (acessado em 20.12.2022)

<sup>314</sup> O desenrolar dessa questão foi um acordo da Prefeitura Municipal de Fortaleza com a Universidade Federal do Ceará para a construção de um posto de saúde dentro da área do campus universitário do Pici, adjacente à comunidade Planalto Pici.

um “símbolo” da luta comunitária no Bom Jardim: “equipamento público que esteve ameaçado pelo próprio poder público e a comunidade segurou”, Rogério disse na ocasião.

A caminhada passou pelas ruas da comunidade Nova Canudos (além de Marrocos e Paz, outras duas ocupações inseridas na mobilização), uma ocupação de poucos anos, ainda muito carente de infraestrutura, mas para qual conquistaram um posto de saúde e lutavam pela sua permanência e melhor estruturação. Quando passamos em frente ao referido posto de saúde o cortejo parou, Rogério fez uma fala sobre a luta por aquele posto, que fora recentemente reaberto, depois de um tempo sem funcionar por falta estrutura e ameaçado de ser fechado para fundir com outro posto em outro local, em um processo de reestruturação da rede de atendimento básico local. Uma mulher da comunidade, usuária do posto de saúde, também falou ao microfone, e explicou que ainda há muitos problemas: “tem funcionário, mas falta material de coleta pra exame de sangue, de urina e até soro falta, e as autoridades não tomam providência” E, em seguida, passa a palavra ao Dedé Alves, morador e *liderança* local, figura muito frequente e querida nos encontros diversos da Frente de Luta por Moradia Digna (reuniões, plenárias, assembleias, seminários, manifestações, celebrações...). Em sua fala, Dedé explica:

(...) a comunidade que foi pra luta, que lutou por esse posto (...) nós conseguimos nosso posto de volta. É uma luta nossa, de movimento, nós somos de luta, o posto de saúde é uma coisa que não podia sair daqui (...) fomo pra luta e até hoje continuamo na luta, porque a gente quer mais, quer moradia digna, queremos saneamento básico da Nova Canudos, a gente quer tudo aqui, aqui a gente merece tudo”! (Dedé Alves, 27 de agosto de 2017)

Mas além de partilhar e se aliançar para aquilo que se busca conquistar, aquilo que todos merecemos ter como diria o Dedé, a Assembleia é um acontecimento em si, no próprio fluxo do encontro que a constitui: “A Assembleia Popular é um espaço onde as pessoas e organizações compartilham as experiências e as lutas que vivenciam por toda a cidade de Fortaleza”, diz o texto-convite da quarta, no Pici. Na mesma linha, o discurso da Graça na Assembleia no Bom Jardim. Um mês depois, tal concepção foi posta em ação pela Nação Bom Jardim na IV Assembleia Popular, realizada no Planalto Pici. A vivência partilhada pela ação do coletivo gerou um acontecimento a partir da performance artística-política que surpreendeu quem chegava para a Assembleia, quando, ao invés, de entrarmos no salão onde ocorreria a reunião, ficamos na rua lateral, onde Rogério, ao microfone, anunciava o que ia acontecer.

(...) o encontro é aberto, a assembleia é popular, é pra nós mesmos, e a gente vai abrir a assembleia na rua que é onde a gente deve tá, a rua é o espaço do povo, é o espaço de quem quer se manifestar. Lutar não é crime, não adianta criminalizar o movimento, nós estamos na rua e vamos ocupar a rua agora com o espetáculo “Sonoridades

Urbanas”, com o Maracatu Nação Bom Jardim e direção de Bruno Sodré. (Rogério, IV Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, 30 de setembro de 2017)

Um som eletrônico distorcido de guitarra amplificada e outros efeitos sonoros vão crescentemente preenchendo o áudio, enquanto as jovens (seis meninas e um menino) ficam paradas com os tambores de lata diante de si. Até que começam a mexer os tambores e batê-los contra o asfalto da rua, compassadamente. Vão acelerando o movimento e as batidas, enquanto a sonoridade também vai ficando mais nervosa, até que uma menina grita e param. O som também para e, logo em seguida, volta a guitarra rasgada, os jovens começam a se mover arrastando o metal dos tambores no asfalto. Depois, deitam os tambores, sacam baquetas e começam a batucar, sempre com o som da guitarra amplificada e distorcida ao fundo. A batida é acelerada e inquietante. De repente, cessa. Agora, os tambores são arrastados como corpos, são largados, levantados e largados ao chão repetidas vezes, em movimento frenético das jovens. Em meio à agitação, que já envolve o público em pé nas laterais da rua (quem estava sentado, levantou-se, são algumas dezenas entre participantes da assembleia e pessoas que residem ou estavam por ali perto), o menino sobe em seu tambor e acende uma espécie de sinalizador a soltar densa fumaça vermelha. Uma menina pega o sinalizador, palavras de ordem começam a ser gritadas. Elas param, ficam em roda olhando uma para as outras, respiração ofegante, ao microfone um rapaz fala palavras de ordem contra o governo e diz: “vamos lutar pelo posto, por essa criançada brincando na rua em paz (...)”.



Figura 10 Assembleia Popular Pelo Direito à Cidade, realizada no Planalto Pici, em 30.09.2017. (Foto do autor)

Depois, ao final uma explicação vinda do próprio criador, Bruno Sodré<sup>315</sup>, integrante do Nação Bom Jardim, que filmava e fotografava a ação: “Essa fumaça vermelha que sobe é pra

<sup>315</sup> Criador e diretor do espetáculo “Sonoridades Urbanas” – que pode ser assistido no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=8LLM2XjBEil> (acessado em 21.12.2022) – cuja performance naquela

lembrar o vermelho do sangue dos jovens que escorre todo dia nas calçadas e ruas do Bom Jardim”.

Os jovens do Maracatu Nação Bom Jardim não ficaram para a assembleia, mesmo assim a IV Assembleia Popular pelo Direito à Cidade foi uma das que teve maior presença de jovens, ao lado da V Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, realizada na ocupação Gregório Bezerra, no Conjunto Ceará, a qual, pude ver nas repercussões, teve a presença de muitos jovens da própria comunidade e de coletivos aliados à ocupação. No caso da assembleia no Planalto Pici, a maioria dos jovens que foram eram ligados, assim como Jerssiane, ao Mep – Movimento de Engajamento Político. Falei lá atrás das falas dela, que coordenou a reunião, e de Francisco, e disse que ela era jovem e ele veterano. E assim o é, já que Francisco possui uma “longa caminhada” que vem desde o final dos anos oitenta nas Cebs e pastorais sociais, e é da coordenação do Movimento dos Conselhos Populares e da Frente de Luta por Moradia Digna. O que há em comum entre a caminhada dos dois? Primeiro, o bairro, ambos do Planalto Pici, e as causas comunitárias de lá. Segundo,

a participação em um setor da igreja católica, inspirada da teologia da libertação, e engajada a causas políticas e sociais – já falei das Cebs e pastorais sociais, mas também o Mep se situa nesse campo, sendo construído majoritariamente por jovens, dos quais muitos foram para VI Assembleia Popular, sendo que algumas eu já havia encontrado em alguns saraus de periferia. Como Mariana, da Barra do Ceará, muito ativa nos saraus e que disse na Assembleia Popular uma poesia, a qual eu já tinha ouvido ela dizer no Afro Sarau e no V Sarau Natorart<sup>316</sup>.

## **12 Os Saraus da Periferia ocupando espaços e gerando cena artística-política na cidade**

Além do IV e do V, estive no VI Sarau Natorart, na Praça da Castanhola (Pirambu), depois disso, as vezes que vi o Coletivo Natora e seus aliados ocupando espaços e *gerando* o Natorart, não foi na *quebrada*. Como o evento abaixo, realizado em vinte e nove de abril de 2018, na Praia de Iracema, promoção do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura:

---

manhã no Planalto Pici, é um extrato – uma filmagem da mesma performance, feita em outra ocasião foi postada pelo Bruno Sodré em seu canal no youtube , acompanhada do seguinte texto: “O espetáculo surge como uma forma de junção entre música e teatro onde os dois se tornam uma só, o de se fazer Música Cênica. Situações do cotidiano e seus sons criando musicalidade percussiva com instrumentos garimpados nas sucatas (Latões, Buzinas de bicicletas, sacos de lixos e carrinho de geladeira). Iniciando na rua com fumaças vermelhas e os sons de protestos de uma periferia que grita ‘A fumaça que hoje o vento leva escorre todos os dias nas calçadas das periferias’ e convidando o público a entrar ao teatro” – <https://www.youtube.com/watch?v=VMD9oH4e5Pc> (acessado em 21.12.2022, postado em 27.03.2018).

<sup>316</sup> Ver final do tópico 9.1

## OCUPA PERIFA / SARAU NATORART – MALOCA 2018

Sair da nossa quebrada e fazer uma edição do Sarau Natorart em um dos maiores eventos da Cultura do Ceará o Maloca Dragão não foi nada fácil, aquele espaço não só pertencente a elite branca e sim à favela, que historicamente sofre uma violência racista estrutural, uma violência que reflete no extermínio da juventude negra, que coloca Fortaleza uma das cidades que mais mata jovem no Brasil, estarmos ali é um ato de resistência, é mostrar que iremos ocupar o que é nosso, é um grito de que estamos vivos. Um evento gigantesco, com alguns profissionais que sim, paravam pra nos escutar, chegava junto pra construir, mas já outros com seus narizes empinados, esbarravam em seu racismo velado, em seu incomodo da favela está ali, uma lista de contradições, e por esse motivo fomos, topamos esse desafio de levar e mostrar para todo mundo, que a favela produz e é de qualidade, que apesar da violência policial que sofremos lá, não iremos nos calar, não iremos deixar de produzir vida”. (postagem em 5.5 2018, em <https://www.facebook.com/coletivonatora>, acesso em 03.01.23).

A postagem transcrita acima traz um link do canal do Coletivo Natora no *youtube*, no qual podemos assistir um filme curto, de seis minutos, com recortes do Sarau Natorart realizado na Praia de Iracema, dentro da programação do Festival Maloca Dragão 2018<sup>317</sup>. O fato de ser um evento promovido pelo governo estadual não arrefeceu a disposição crítica, ao contrário, constituiu-se ali uma plataforma de enunciação das denúncias e críticas. Logo na abertura do vídeo, podemos ver e ouvir o tom crítico de D’Leste na “iniciação das atividades”:

Salve salve meu povo. (...). Mandar aí um alô pra todos os coletivos que vem tocando o seu corre nas periferias aqui de Fortaleza, e mandar aí galera, vamos mandar uma vaia pro Ceará Pacífico, Ceará Pacífico pra quem?! [*participantes na plateia gritam com ele essa frase*]. Aqui Coletivo Natora e vamos dar iniciação às nossas atividades. (D’Leste, Sarau Natorart no festival Maloca Dragão, 09 de abril de 2018)

Eu não presenciei esse momento, quando cheguei o *rapper* Barney já se apresentava. Depois, uma dupla entra no palco – Subconscientes em Pauta – ambos com camisetas com a expressão “Foi Sal”, em cores diferentes, fazem pequenos discursos antes de iniciar as músicas. “Nós tamo aqui é pra falar”, anunciam. Discursos críticos à polícia – “os homens de bota” –, ao racismo: “em meio a tanto preconceito nem sei como estou vivo”, aos “playboys” (privilegiados), aos políticos (“prefeito”, “presidente”). Chamam uma menina do Jangurussu para o palco, que disse poesias e vendia musse e me disse que se chamava Patrícia Alves, ela participa com eles, e segue nas críticas. Antes de iniciar uma música um deles explicou que tinham composto ela em homenagem a um amigo e a todos que se foram, que tiveram a vida tirada por: “gente ruim... é ruim, porque quem tira a vida de outro é ruim né”? Lá para as tantas gritam “Ceará Pacífico pra quem?”. Tal questionamento ao programa do governo do estado foi

<sup>317</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=fxpluxATGeY>. Gravação: Kevila Oliveira Edição: Alexandre Fernandes Alécio Fernandes. (Acessado em 03.01.2023).

uma tônica durante o evento, sendo um mantra repetido por quem estava apresentando o evento, como D’Leste, ou se apresentando como Patrícia. Como já disse, o fato do evento fazer parte da programação do festival promovido pelo governo do estado não inibiu as críticas, que em versos falavam em “combater”, em “destruir o estado”, o “sistema” – denunciados como responsáveis por “misérias” e “violências” a que são submetidas sua gente, suas “quebradas”, “comunidades”, “favelas”. E em falas, criticavam políticas públicas específicas (segurança, moradia, educação, saúde). Nas duas formas expressivas, retórica e poética, sobravam também críticas e denúncias aos comportamentos de autoridades (governantes, policiais, juízes), bem como enaltecimentos às “periferias”, sua gente (os próprios enunciadores, suas mães, irmãos, amigos, vizinhos), suas realizações (aqui destaque à educação, arte, mas também ativismo, “ocupação” de espaços – também *ocupações de luta por moradia* como a Gregório Bezerra). E teve o nosso já conhecido Poeta Marginal, Jardson Remido:

(...) aí ó, todo mundo com a mão pro alto que é um abraço, e quem reagir é poesia a queima roupa, pois eu ando fortemente amado pela minha mãezinha e pela minha coroa, pois foi minha mãezinha que me ensinou que lugar de mulher não é só na cozinha, é onde ela quiser, até na advocacia, é sendo presidente das [*inaudível, gritos a vibrar e rasgar o áudio*], e ninguém vai passar por cima da dona Maria... (Remido, Sarau Natorart, Maloca Dragão, 09 de abril de 2018)

No tema da luta das mulheres, rolou ainda uma performance da Larissa Paiva, integrante ativa do Natorart, dançando ao som de Elza Soares cantando “Maria da Vila Matilde”. Já tinha visto nas edições do Natorart na Praça da Castanhola, Larissa e outras meninas fazendo performances corporais ou teatrais denunciando a violência de gênero: estupro, violência doméstica. Também já vi a Larissa Paiva cantado e tocando violão, mas dessa vez no hall de entrada do Cineteatro São Luiz, em novembro de 2018, um Sarau Natorart na Praça do Ferreira, em frente ao Cineteatro São Luiz, a primeira parte, na praça, recheada de apresentações circenses ou de *palhaçaria* (comum nas edições do Sarau Natorat) e com participação de personagens do cotidiano da Praça do Ferreira, que cantaram, dançaram etc. A segunda parte, dentro do cineteatro, no seu hall de entrada, com apresentações musicais e poéticas. Essa ação aconteceu na programação cultural da “Semana da Consciência Negra” daquele ano.

### **12.1 Espetáculo “Lar”**

Quem eu também vi ocupando a cena teatral *central* da cidade, no caso o teatro do Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, foram os jovens do Laboral Crew. Foi no dia vinte e

sete de junho de 2019. Fui de ônibus, encontrei Fernanda lá, saindo do trabalho, ela quem me deu o toque do que ia acontecer, ficou sabendo na Plataforma Afrontamento<sup>318</sup>, da qual estava participando, uma iniciativa idealizada e animada pelo Wellington Gadelha, a quem encontramos à entrada, junto com a Priscilla Sousa, do Servilost – veremos mais sobre alguns feitos dessa dupla mais adiante. Quem encontramos antes, chegando de bicicleta lá do Bom Jardim, de onde veio pedalando com três ou quatro colegas (um percurso de cerca de quinze quilômetros), foi o Ângelo William<sup>319</sup>. Ele também estava participando do projeto da Plataforma<sup>320</sup>, e falou daquela apresentação para a Fernanda. Trata-se do espetáculo “**Lar**”, produzido pelo Coletivo de Expressões Corporais Laboral Crew, apresentado inicialmente no teatro do Centro Cultural Bom Jardim e, depois, ocupou o palco do Centro Dragão do Mar.

O espetáculo trata das relações intergeracionais no cotidiano de lares dos personagens, interpretados por quatro mulheres e três homens, que vivem situações de conflito em torno de questões da relação-convivência mãe e filha, pais e filhos: a questão das atividades em casa – fazer comida, lavar louça, varrer chão, guardar roupa – representado pelas peças de roupa espalhadas que se amontoam no palco e com as quais as personagens interagem. Mas também conflitantes as visões de mundo, de estilo de vida, a questão do trabalho conflitando com o desejo de liberdade, de criação artística, de atitude política, sexualidade.

*Cena:* Mãe e filha discutem, brigam, estão sempre no limite: “precisamos conversar, querendo resolver... mas se não der cada uma tem que seguir o seu caminho”. A iminência da saída de casa.

Fernanda tinha me contado sobre uma das integrantes do Coletivo que realmente saiu de casa recentemente, vive em condições precárias, morando ora em um canto, ora em outro, com uma amiga... Fernanda disse que perguntou para ela: “como vive, se sustenta? da arte?”. Ela respondeu: “Não dá! A sorte é que eu faço parte desse coletivo, que é reconhecido, consegue trampo”. No dia a dia, faz várias coisas, na rua dança, faz malabares, com o que arrecada na rua compra roupas, incrementa-as artesanalmente e revende: “vou me virando nos corres”!

*Cena:* monólogo de um rapaz sobre as incompatibilidades e brigas com os pais: “por causa das minhas ideias, meu jeito de pensar”. Estilo de vida. Artista. “Artista é profissão”? Essa pergunta é feita várias vezes. Como na cena em que eles estão presos em uma espécie de ciclo vicioso,

<sup>318</sup> [https://www.instagram.com/p\\_afrontamento/](https://www.instagram.com/p_afrontamento/)

<sup>319</sup> Integrante do Laboral Crew, a quem já vimos no Afro Sarau, na Assembleia Popular pelo Direito à Cidade no Bom Jardim e no IV Sarau Natorart.

<sup>320</sup> Projeto Tá Inteirado Né: “O projeto é uma residência e mostra itinerante em arte e performatividades da Plataforma Afrontamento que busca jovens artistas favelados que se proponham a refletir e trazer elementos nos modos de construir e pensar arte periférica na cidade de Fortaleza-Ce”. (<https://www.instagram.com/stories/highlights/17873759684396068/>, acessado em 04.01.2023)

formado pelos corpos agarrados uns aos outros, em movimentos agressivos, de brigas. Hostilidades, ofensas, implicâncias entre personagens. E aí vai saindo um de cada vez da corrente humana, em movimento abrupto, gritando algo como: “E artista é profissão”? “Que tipo de sapatão é essa”? A constante afirmação: “Essa é minha casa”!

*As roupas*: primeiro são jogadas, peça por peça, no palco, abarrotando-o; a partir daí acontecem séries de interações com tais peças. Em uma sequência marcante: a mãe, em um canto do palco, e o filho, em outro canto, dobram roupas e interagem animosamente. Até que a hostilidade tensa estoura em uma batalha de roupas, violentamente jogadas uns contra os outros, porque os outros atores já entraram na guerra de peças de roupas atiradas, panos empoeirados, a poeira a subir iluminada começa a enevoar o cenário, mais espessa do que diáfana.

### 12.2 “*Ei pai, o meu herói é o seu filho, cara*”

Outra vez vi esse debate das relações pais e filhos ser tratada em um espaço *central* ocupado por artistas *periféricos* que performavam nos saraus. Foi na Concha Acústica da Reitoria da Universidade Federal do Ceará. Dentro da programação do Corredor Cultural do Benfica, os jovens do grupo Bocada Lírica apresentaram-se na noite de três de novembro de 2017. Um dos seus integrantes, Don Gordão, ativo no Coletivo Natora, presente nas edições do Sarau Natorart, também o vi no Afro Sarau, sempre com um parceiro, Paulo. Ambos são poetas, gostam de rimar em livre fluxo. No show do Bocada Lírica, revezam músicas rap, com base instrumental de rock, e o dizer poesias, sem instrumento. E é por ela, pela poesia dita que começaram a apresentação na Concha Acústica:

Salve salve Concha Acústica, boa noite aí galera  
 Ei coroa!  
 Ame seu patrão e mate seu padrão  
 por favor seja o funcionário número dez mil  
 Oh, perai, é  
 Mate seu patrão e ame seu padrão  
 que djongo djongo sejamos [*inaudível*] o número dez mil  
 onde gavetas tornam-se meias, gaivotas procuram o nemo  
 eu sou nemo por instinto, com minha cara e uma fita demo  
 no cartaz de desaparecido onde meu cartaz é parecido  
 com esse maldito mar traiçoeiro  
 Ei pai, o meu herói é o seu filho, cara  
 Será que a mãe dá licença pra eu entrar hoje em casa  
 caso se me resta é cantar um samba  
 é seresta em Cochambamba  
 meus amigos da escola é um coala  
 e se eu diminuir a pala e sentar com vocês na sala,  
 será que vocês me aceitam de volta?  
 Eu quero sair dessas terras de volta às trevas com trovões que tragam [*inaudíveis duas palavras*] e futuro, então voltem as trovas

Passando a limpo uns versos mais sujos  
 enquanto eu jogo no lixo uns versos mais limpos  
 Eu tenho tensão por exame de recuperação  
 e não gosto de ler, me dá lesão por esforço repetitivo  
 Fumando e comendo salada  
 me falam coisas em dois mil e vinte que só entendi semana passada  
 Uma linda de bandeja e uma fita de bandana  
 a filha do vizinho é competente e tem pais mais bacanas  
 Meus manos são uns sacanas, sacode os sem conduta  
 E eu digo não às drogas, mas elas nunca me escutam.  
 (Don Gordão, Bocada Lírica, show na Concha Acústica, 03.11. 2017).

Vi essa *galera* em ação pela primeira vez no Afro Sarau, alguns meses antes do Corredor Cultural Benfica, vi também no Sarau Natorart. Chamou-me atenção, desde a primeira vez, pelo estilo de (des)estrutura poética dos seus versos potentes. Me fez lembrar as conversas com Chicão Oliveira sobre a poesia em livre fluxo, mas que tem alguns “versos sedimentados”. No Afro Sarau gravei eles dizendo:

(...) será que tu para de me bater pô? E o problema não é comigo se tu não entender o que eu falo. Minhas áreas é mancuba só uns elemento que é maiado, e eu tomo doses do meu sangue em pílulas é óbvio eu converso sem vírgulas só pra ver se eu fico mais interessante. Pagode é muito triste pra fazer chorar o cavaco. Eu... [Don Gordão, *tipo ajudando*]: sou parabólica igual árvore – [Paulo<sup>321</sup> *retoma*] bíblia e as antena, eu [riso] sou parabólico igual bíblia e as antena. [Don Gordão]: sou adestrador de não sei o quê – [Paulo] não mah, ó isso aqui é texto não é poesia não viu, eu cortei a lua cheia com a Excalibur, e a espada da minha mãe escapuliu [risos *ao microfone*], sou caçador de peixe morto e adestrador de ventríloquo, Zumba vai dominar o mundo e tu não pode fazer nada, dois mil e dezessete é vixe atrás de eita ,valha depois de toma, a ferida sem mertiolate, a diferença do remédio pro veneno é só a dose, se tu fizer tudo antes dos quarenta tu me explica por que de morrer tão tarde”. [Alguns segundos de silêncio e o estouro de gritos *uuu u-hu e palmas*]” (Bocada Lírica no Afro Sarau, Dragão do Mar, 21 de julho de 2017).

Eles explicaram, naquela noite do Afro Sarau, que o texto estava em criação. Depois, ganhou forma e se sedimentou, como pude ver no show do Bocada Lírica na Concha Acústica, cinco meses depois. Na segunda ocasião, gravei o começo que perdera na noite do Afro Sarau. Foi entre uma música e outra, o acontecimento poético. Dom Gordão e o parceiro, em cima do palco, pedem para o *dj* parar a música:

Ei mano, eu vou mandar só uma ideia aqui. [DG:] Segura aí dj, o Paulo vai falar só um versículo rápido pra vocês. [Paulo *dizendo a poesia em fluxo acelerado*:] Vete matinal, tu conhece o meu amigo teletubbies? que dá bom dia e ainda pergunta se tá tudo bem contigo. Santo saturnático para de me bater mano, e eu... [ele *breca e DG entra*:] o problema não é comigo se tu não entender o que eu falo. [Paulo:] A minhas áreas é mancuda, só uns elemento que é maiado. [DG *entra de novo*:] eu tomo doses do meu sangue em pílulas, é óbvio e eu converso sem vírgula [os dois *juntos*:] só pra ver se fico mais interessante. [depois disso, os versos *fluem no jeito gaiato do menino que os declama, Paulo*:] pagode é muito triste pra fazer chorar cavaco, eu sou

<sup>321</sup> Acho que o nome é esse, mas não tenho certeza, só ouvi chamarem-no pelo nome uma vez nos meus áudios, e está meio inaudível.

parabólica igual a bíblia e as antena, isso aqui é texto não é poesia não viu? eu corto a lua cheia com a excalibur, e a espada da minha mãe escapuliu, pufish. Sou caçador de peixe morto e adestrador de ventríloquo, Zumba vai dominar o mundo e tu não pode fazer nada, dois mil e dezessete é vixe atrás de eita, valha depois de toma, ferida sem mertiolate, a diferença do remédio pro veneno é só a dose. Se tu fizer tudo antes dos quarenta [*os dois juntos finalizando:*] aí tu me explica por que de morrer tão tarde. (Bocada Lírica no Corredor Cultural Benfica, Concha Acústica, 03.11.2017)

Aqui os poetas estão dizendo mais pausado do que no Afro Sarau, marcando transições (o “tu” e o “que” nos primeiros versos e tomadas de ar), diferente da performance no Afro Sarau, na qual era quase tudo emendado, com interrupções gaguejadas, perdas do fio. Na segunda versão, há mais interação entre os parceiros, e não só para um ajudar o outro quando engancha, mais entrosados, falam em coro algumas palavras, revezam alguns versos.

### **12.3 Ocupando a Bienal**

Quem também é adepto da poesia de livre fluxo com versos sedimentados é o Jardson Remido. Volto a encontrá-lo, agora na XIII Bienal Internacional do Livro do Ceará, no Centro de Eventos do Ceará, em vinte de agosto de 2019. Ele e o seu parceiro Dali. Vejo-os quando entro em um grande auditório comprido, lotado de estudantes adolescentes com uniformes escolares. Mais à frente, próximo ao palco, pessoas vestidas em suas roupas singulares, algumas mais velhas do que os estudantes, outras nem tanto – trata-se de uma *galera* que acompanha os saraus de periferia na cidade, algumas pessoas desse fluxo. A dupla está cantando raps. A música vai diminuindo, resta uma leve marcação ao fundo, quando o Remido começa sua performance poética:

Aí ó, eu quero saber mesmo é se tu tem a disposição de tirar os menor da facção e colocar na educação, eu quero saber se tu tem força de vontade de tirar o menor do tráfico e colocar na faculdade, tirar o menor da cocaína, a travesti, a puta de esquina, fazer eles voltarem a estudar e passar no curso de medicina. (...) literatura te tira do tiro da viatura. Avisa lá pro playboy que quem tomou a vaga dele na universidade federal fomos nós. E aproveitando o ensejo, e avisa lá pro filhinho de papai que se não aproveitar a faculdade a favela toma a vaga dele e valoriza bem mais. (...) A poesia pausa, pesa, pisa, pausa e pulsa em cada um de nós. Só que Jesus é favelado e o Diabo é playboy (...) Só que minha meta é faculdade, diploma e pós-doutorado, professor, filósofo e quem sabe advogado. A poesia pausa, pesa, pisa, pausa e pulsa em cada um de nós. A favela vai sobreviver. Satisfação galera [aplausos efusivos]” (Jardson Remido, Poeta Marginal, na Bienal Internacional do Livro do Ceará, 20.08.2019).

Quando a apresentação – permeada por intervenções vibrantes do público – acabou, logo depois dos alunos de diferentes escolas se retirarem do espaço ao comando dos professores que até lá os guiaram, apenas uma minoria de estudantes ficou junto à *galera* do fluxo dos saraus que estava ali fruindo aquele momento e prestigiando os *seus*, atendendo ao apelo do

Tales Azigon<sup>322</sup>, que estava na coordenação do evento e subiu ao palco para iniciar um bate-papo com os dois. Começa, ele mesmo, Tales provocando o debate com a pergunta: “como nesse mundo aí vocês descobriram a poesia”? E antes de ouvir a resposta comenta:

(...) quando tu fala ‘avisa lá pro playboy que a gente rouba a vaga dele e valoriza muito mais’, é uma realidade porque eu estou aqui, eu sou da periferia, hoje estou coordenador de juventude da Bienal, e durante muitos anos esse acesso aqui foi só pra quem já era privilegiado e, aos poucos a gente está transformando tudo isso. A gente tem nessa Bienal, uma Bienal muito diferente, muito mais diversa, gente da periferia trabalhando na produção, trabalhando na coordenação, tá na produção, não é só a tiazinha que [inaudível], não é só a pessoa que está na recepção, a gente tá em todos os espaços aqui e vamos estar em todos os espaços desse país, que a gente vai ocupar... [inaudíveis as últimas palavras, pois palmas e assobios tomam o áudio]. (Tales Azigon, na Bienal Internacional do Livro do Ceará, 20.08.2019)

Nesse diálogo de discursos que se conectam, vejamos o que Jardson Remido falou:

E aí população, tá rocheda? Meu nome é Jardson Remido, eu sou poeta marginal, mas eu sou mais marginal do que poeta. Moro lá do Jangurussu, regional seis, a regional mais militarizada de Fortaleza, tem mais polícia do que direito social. Conheci a poesia no ano de 2012, tinha acabado de sair da Febem, do São Miguel, e eu tinha lembrado que eu tinha ganhado um *cd* do Sabotage de presente, e eu comecei a escutar esse *cd* e tal, e aquelas palavras eram muito mágicas, no meu coração principalmente. E aquelas palavras começaram a ficar mais quentes e o fogo tava cada vez mais alto e eu tinha também que botar pra fora. Porque na mesma época que eu tinha saído, eu tinha lido uma frase de uma poetisa que ela fala que ‘angústia é fala entupida’, e eu tava muito angustiado porque o estado quer te matar na unha, não quer fazer que tu se expresse, nem que tu fale, e eu queria falar, só que não sabia como, estava muito angustiado, e comecei a prestar atenção em conversas [inaudível] ônibus, em (...), galera trocando ideias e cada palavra que eu conhecia eu me apaixonava, guardava ela pra mim e tentava aplicar no meu cotidiano. E conheci o Dali, eu estava pulando a catraca, e quando pulei a catraca vi o cara com [inaudível] do Tupac, e eu: ‘pode crer Tupac, rocheda (...), sou Sabotage, pois bora junto’. E o Dali foi o primeiro cara de favela que eu tinha visto que estava dentro de uma universidade<sup>323</sup> e aquilo pra mim já era uma referência, e a gente começou a trocar várias ideias. E primeira vez que eu fui pra Febem eu tava com a algema da *taurus* atolada, acochada, e a segunda vez que eu fui na Febem, eu tava com um mochila, um livro de filosofia e a camisa do Malcom X pra trocar um a ideia, falar sobre educação. E hoje eu trago essa poesia pros ônibus e tento fazer, de forma bem sutil, introduzir isso quando eu chego numa boca de fumo, quando num ponto de prostituição, quando eu chego e os meninos estão na febre, estão falando de pagar aluguel e trocando ideia, e como é que eu vou falar de livro se os caras estão com fome se os caras querem pagar o aluguel, como é eu vou falar do [inaudível] de uma forma diferente? Veio o rap. E o boy não gosta do rap, tá ligado né? o boy criminaliza, rechaça, mas o rap é a força mano! (...). É a força da palavra, que trava o gatilho, que salva o filho, tá ligado? E hoje eu trago essa palavra, eu trafico essa. E graças a deus a poesia me levou pro Rio de Janeiro, pra São Paulo, pra Belo Horizonte, pra Maranhão, e eu tô só devolvendo o que me deram, a força da palavra. **E a poesia que eu escrevi, não foi só eu que escrevi, foi conversas que eu escutei,**

<sup>322</sup> Autor de vários livros, como *Saral #1, #2 e #3* (AZIGON, 2022), Talles Azigon é um dos poetas e ativistas que fazem acontecer o movimento de saraus na cidade, presença frequente nessas assembleias poéticas, mesmo quando não está, é comum ver seus poemas serem ditos por alguém a lê-los. É um dos organizados do Encontro de Saraus do Ceará (<https://www.facebook.com/EncontroDeSarausDoCeara>), bem como da Biblioteca Comunitária do Curió, entre outras ações.

<sup>323</sup> Curso de Ciências Sociais da UFC, hoje formado, Dali é professor da rede pública ensino médio, como ele explicou em sua fala.

**foi troca de ideias**, e essa caneta não foi só eu que coloquei na mão (...) foram várias pessoas”. (Jardson Remido na Bienal Internacional do Livro do Ceará, 20.08.2019)

Ao final daquele debate, segui o fluxo da *galera* dos saraus de periferia pelos corredores meio *kafkianos* do moderno Centro de Eventos do Ceará, de repente, entramos em outro auditório e me deparei com um Sarau Bate Palmas – organizado periodicamente pela Companhia Bate Palmas no Conjunto Palmeiras – acontecendo ali, na Bienal. Aquele acontecimento era significativo, não só pela qualidade artística do Sarau Bate Palmas, já conhecida na *cena* dos saraus periféricos, mas porque quatro meses antes tal iniciativa da Companhia Bate Palmas, que ocorre em sua *casa-sede* no Conjunto Palmeiras, foi alvo da repressão policial que se abateu sobre vários “encontros-saraus”. A repressão estatal sempre assediou essas *ocupações* artísticas-políticas das juventudes nas periferias de Fortaleza, como vimos concretamente na *caminhada* do Servilost e do Sarau Farol Roots. Mas o que sempre foi uma prática policial de controle dos corpos e fluxos daquelas juventudes, parece ter ganhado uma sincronização procedimental por parte da polícia militar, agindo sistematicamente para dispersar os encontros juvenis nas periferias (o que chegou a resultar na morte de um adolescente no Morro do Mucuripe, como veremos). Acontece que os “encontros-saraus” e os agentes que os geram, ganharam uma projeção relevante na cena artística-política da cidade, elevando o enfrentamento político com os agentes estatais. Abordagem policial, ocorrida em treze de abril de 2019, encerrando o Sarau Bate Palmas, ganhou grande repercussão na cidade, obrigando a Secretaria de Cultura do Ceará a emitir uma nota pública sobre o ocorrido – um entre vários. Tal posição da Secult<sup>324</sup> expõe a ambivalência do governo estadual em relação àqueles coletivos periféricos e suas ações. Ambivalência que é exposta – e de alguma forma aproveitada nas

---

<sup>324</sup> “NOTA da Secult CE: A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) reconhece a realização de saraus artísticos e literários como um fenômeno sociocultural importante e legítimo, que acontece principalmente nas periferias das grandes cidades brasileiras. Os saraus são ambientes livres, críticos e criativos promovidos por instituições culturais da sociedade civil e por coletivos de juventude e de artes que estão inseridos nesses contextos sociais. São jovens promovendo o acesso à cultura e fomentando as artes em seus próprios bairros e territórios de forma autônoma e independente. A Secult valoriza essas iniciativas e potencializa suas atividades, não coadunando com qualquer tipo de repressão a essas manifestações ou de criminalização das artes. Nesses termos estamos promovendo o “Prêmio Coletivos de Juventude e de Artes do Ceará”, publicando uma antologia poética organizada pelos próprios autores para ser lançada na Bienal Internacional do Livro do Ceará, que será de novo um ambiente tomado pelos saraus promovidos por esses coletivos. Considerando a abordagem da viatura da Polícia Militar ao Sarau da Cia Bate Palmas no Conjunto Palmeiras, neste sábado, 13 de abril de 2019, acertamos com o secretário André Costa uma reunião entre a Secult, a Secretaria de Segurança Pública e uma Comissão composta por membros dos Coletivos. Essa reunião tem como objetivo construir entendimento e alinhamento em torno da relevância dos saraus literários e artísticos, que contribuem de maneira substancial na melhoria do convívio social em seus bairros e para o protagonismo da juventude através de suas próprias expressões artísticas. Fortaleza, 14 de abril de 2019. Fabiano Piúba, Secretário da Cultura do Estado do Ceará”.

*brechas* dos “podres poderes” – pelos próprios coletivos em seus agenciamentos discursivos quando ocupam algum espaço no circuito cultural oficial, como alguns eventos que vimos, inclusive a Bienal Internacional do Livro. Agenciamentos discursivos alinhados, tanto na clareza política em relação ao papel do estado e suas responsabilidades em diferentes políticas públicas, o que possibilita confrontar seus gestores quanto à eficácia de tais políticas, como alinhados no tom, nas estratégias e práticas-ações desse confronto. É o que temos visto até aqui. Foi o que vi e ouvi na Bienal.

A fala do Remido, também a do Tales, mostra que esse movimento artístico-político, que tem a poesia como *pegada* discursiva potente, é constituído por coletivos que agenciam plataformas de enunciação para os discursos e performances corporais acontecerem, para ocupar espaços e fazer fluir esse discurso poético que, como o Remido ilustra tão bem, é um agenciamento coletivo enraizado, desde sua formulação ou criação, que denuncia e transforma realidades sociais e pessoas. E essa ação coletiva, expressa no discurso singular do poeta que é parte e agente de uma coletividade, também não existiria sem as ações de iniciativa individual e de caráter não discursivo, práticas cotidianas de *enfrentamento*, como “pular a catraca”. A ação do deslocamento, possibilita que o aleatório aconteça, que a mistura se dê, possibilita os encontros, gera. Na ação da “poesia no *busão*”, isso se evidencia expressivamente, sendo esta prática-ação uma espécie de rito de iniciação para tantas e tantos poetas marginais que compõem o *movimento* dos saraus das periferias.

### 13 Transbordamentos e a ciências do deslocar

Na minha *caminhada* de ação e pesquisa percebi que “fazer movimento” é (também) se deslocar, movimentar-se pelas cartografias da cidade, transpassando fronteiras, às vezes, país ou mundo afora.

“Ser movimento” é viver frequentes deslocamentos – do pensamento ao jeito de viver, da circulação cotidiana no bairro e cidade onde mora, às viagens “para fora”<sup>325</sup>. Esse é um aspecto significativo da *caminhada*. Às vezes o deslocamento é a própria ação política, fator constituinte da sua estética e da sua mensagem; quase sempre é condição para ela. Deslocar-se é um rito constituinte do agir. Lembro da Marilene, do “núcleo” do Movimento dos Conselhos Populares no Serviluz, foi assumindo cada vez mais funções de coordenação e representação,

<sup>325</sup> Às vezes, “militantes” podem ser “*deslocados*” para viver períodos mais ou menos longos em outras regiões do país, como detecta Guedes (2011, p.06) em sua pesquisa a partir do Movimento dos Atingidos por Barragens, mas que se desloca, a própria pesquisa, “de um movimento social (...) para uma pesquisa realizada no movimento” (GUEDES, 2011, p.15)

passando a participar de reuniões diversas, seja do próprio Movimento em sua articulação ao nível da cidade (plenárias, encontros de núcleos, coordenação, cursos de formação, manifestações), seja como representante do Movimento ou da comunidade em reuniões com autoridades, audiências públicas, como a ocorrida uma vez na Assembleia Legislativa, tempos da “luta contra o estaleiro”, e ela me disse durante o deslocamento, em um ônibus fretado, para a sede do legislativo estadual, nunca ter ido àquela parte da cidade. A cada deslocamento para cada reunião dessas, uma nova parte da cidade descortinava-se aos seus olhos, pois, como me explicou, pouco tinha saído do Serviluz e adjacências, só para o Centro, seu comércio, então, cada lugar que ia nessas atividades políticas era um espaço-paisagem novo que conhecia.

Deslocar-se na cidade é frequente para chegar aos eventos, e às vezes é constituinte do próprio acontecimento, como nos deslocamentos de corpos e palavras que fazem os *saraus de periferia*, as assembleias e outras reuniões ou manifestações populares, e mais ainda na *poesia de ônibus*. Ser andejo é uma característica identificadora de quem “vive na luta”. Isso aparece claramente na minha dissertação de mestrado, quando da fala das “meninas do Morro” sobre o início de suas *caminhadas*, quando formaram a Comissão do Morro da Vitória, responsável pela representação da comunidade ocupante junto às autoridades e outros agentes externos (ligados à imprensa, igreja, entidades de direitos humanos, movimentos sociais, grupos políticos), como as andanças exaustivas para o Cambeba (centro administrativo e sede do governo estadual, à época) percorrendo uma distância de cerca de treze quilômetros para ir e outros tantos para voltar, ou para a Assembleia Legislativa, por exemplo, marcaram a iniciação delas naquele universo de ação e ocupação de arenas públicas: participação em mesas de negociação, performances em audiências públicas e manifestações etc. “Correr atrás” (GUEDES, 2011, p. 147) é como um *rito de iniciação* na *luta*. Às vezes doloroso, elas contam que se deslocavam a pé (não se dispunham a “pular a catraca” como muitos jovens fazem, *mães de família* que já eram), os pés machucavam, pernas e costas ficam doloridas. Outras vezes amargavam longas esperas, sentiam fome – Liduina e Lucirene me narraram rindo sobre quando comeram carambolas tiradas de árvores no caminho de volta, já meio da tarde e não tinham almoçado, ou sobre a barriga vazia e o café que bebiam nas salas de espera. Tal capacidade de andar, resistir a sacrifícios, não só teve esse papel de *rito de iniciação* delas no *movimento popular*, como agenciou legitimidade, compondo aos olhos dos moradores, aliados e demais agentes, a áurea de “lutadoras”, “lideranças”, parte das competências necessárias para tal.

### 13.1 “A travessia é uma ação”

Em trinta de maio de 2019, fui para uma Audiência Pública sobre a situação da comunidade Raízes da Praia na Assembleia Legislativa<sup>326</sup>. Me deslocuei para lá, saindo do Benfica, de bicicleta. A ida até o bairro Dionísio Torres é tranquila, mas a volta para o Benfica é mais dura, pois o deslocamento se dar, quase o trajeto todo, em subida. Cheguei esbaforido, apesar do sol já ter se posto, pois quando ele vai alto costuma ser inclemente na chapa de asfalto, e me sentei à mesa de um bar nos arredores da praça Gentilândia, com Chicão, Nilza e Eugênia. Comento brincando que pedalei rápido para poder chegar a tempo de tomar uma cerveja com elas, por isso estava tão esbaforido, subida e tal, mas vale à pena para não ficar parado no engarrafamento, como seria caso se tivesse vindo de carro, ainda mais naquele horário de pico no começo da noite – sensação boa, de liberdade, ao passar ao lado, ou entre, veículos parados. Então, Chicão comenta que muitas vezes veio subindo, em trajeto semelhante ao que fiz (sendo mais longo), a avenida Antônio Sales, dez horas da noite, vindo do *acampamento* do “Ocupe o Cocó”, após atividades das quais participava na *ocupação*, principalmente performances artísticas, que deram muito o tom daquele *movimento*. Ele conta que ainda encontrava forças para parar no Benfica, tomar umas cervejas no Gato Preto, antes de seguir a travessia: “era puxado, do Cocó até a Barra do Ceará ... a parada no Benfica era estratégica... meio do caminho, um pouco mais, tomar umas e seguir pra casa, chegava meia noite, sete horas já estava indo pedalar pra deixar a Estrela na escola, e descia de volta pro Cocó”.

“A travessia em si era uma ação” – sempre é nas falas do Chicão. Naqueles tempos de Ocupe o Cocó, fazia a travessia indo para o acampamento de manhã e voltava à noite, algumas vezes por semana. Estava indo para uma *luta*, mas o deslocamento já era parte da ação quando ia, e continuava sendo quando voltava. Ato de resistência, enfrentamento ao trânsito agressivo de automotores, risco, dispêndio de energia, esforço físico, corpo, perseverança, *resistência*. E era disso que ele me falava, o esforço de vir subindo a avenida Antônio Sales em sua bicicleta sem marcha – e faz o gesto do movimento corporal esforçado, pernas encolhidas se movimentando contra o peso condensado no pedal, o asfalto íngreme, a gravidade e o vento contra si.

Mas ir deixar a filha na escola também era ação. Assim como, ir trabalhar cotidianamente no Benfica e voltar para a Barra, às vezes ir mais longe, até o Lagamar, onde *contava histórias* em escolas, em um projeto social que o contratava para tal. Tais travessias para o Lagamar, sempre que feitas, rendiam narrativas recheadas de esforços e causos. “Mais

---

<sup>326</sup> Notícia sobre a referida Audiência Pública, convocada pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da ALECE, no link: <https://www.renatoroseno.com.br/noticias/raizes-da-praia-comunidade-luta-dignidade-direitos> (acesso em 04.02.2023)

de uma hora, hora e meia pedalando, vou ali de boas, na mesma pegada, sem apressar, sem arriscar, quando entro nas quebradas com esses meus trajes, esse *pau de chuva* na frente, já vou dando boa tarde pras pessoas, é desse jeito!”.

A ação de ir deixar a Estrela na escola era puxada, ambos pedalando suas respectivas bicicletas, ele tendo que ter cuidado consigo e com a filha adolescente: “a Estrela é afoita mah!” E as orientações são muitas. **Pedalar pela cidade é uma ciência.**

Primeiro, tem que ter atenção total do começo ao fim da travessia, nada de relaxamentos, principalmente aqueles que acontecem quando se está chegando no destino: “só acaba quando termina!”, Chicão costuma dizer.

Outra coisa: “ficar ligada nos carros”, muitos dobram sem ligar sinaleira, outros arrancam com a traseira ou a frente do estacionamento pra rua, “sem olhar pra quem vem”, alguns não respeitam nem sinal vermelho – aqui destaque para motos que também trazem outros riscos como andar pelas bermas das pistas, enfim, ele sentencia: “motorista não respeita ciclista, carro não respeita moto nem bike, e moto não respeita bike, o trânsito é uma guerra!”

E a bicicleta é o veículo mais frágil, o ciclista é um *guerrilheiro* enfrentando *blindados*. Essa visão do ciclista como uma espécie de guerrilheiro urbano cotidiano é comum em nossas conversas, como também nas que tenho com o Pedro, tema que o empolga, sobre a ação e a liberdade que o movimento do pedalar pela cidade significa: econômica, corporal, ambiental e política. Chicão sempre diz para essa ação do pedalar: “o nêgo tem que ser *cancão*<sup>327</sup>”. Tem que unir resistência, ou disposição física, com sagacidade, certa malandragem, atenção, concentração, capacidade de antecipar riscos e escapar deles.

Dou o toque para a Estrela sempre, se vem um ônibus, se um carro fecha, não adianta enfrentar, dá uma subida na calçada e desce mais na frente. É proibido? É, mas não adianta querer meter os peitos, galera é mal-educada. Agora, também não pode recuar, desistir de fazer a travessia de bike, não! Nós estamos lá todo dia atacando o espaço, avançando enquanto os carros ficam parados no engarrafamento, a galera espremida nos ônibus, e a gente de boa com o vento na cara, curtindo a travessia. Pedalar é massa! (Chicão Oliveira).

Mas nem sempre dá para fazer a travessia de bicicleta. Como quando fomos para a Bienal do Livro de 2019. Eu e Chicão fomos de ônibus. Lá assistimos às ações que narrei mais acima, e ele também fez uma ação de *contação de história* na programação da Bienal. Quando ele acabou sua apresentação, já era final de tarde. Quando pegamos o ônibus de volta, era

---

<sup>327</sup> Ave nativa da caatinga que simboliza, nesse uso, resistência, atenção, astúcia, resiliência.

começo de noite. Ponto de ônibus lotado. **Deslocar-se de ônibus pela cidade é uma ciência**, ainda mais em horário de pico.

Primeiro tem que saber escolher o veículo no qual vai embarcar, às vezes é melhor deixar um passar e pegar o seguinte, da mesma linha ou de outra, a depender da situação, dos trajetos e do seu destino. Ao entrar, tentar se posicionar o mais ao fundo possível, pois no fundo há mais assentos e a rotatividade é maior, além disso menos pessoas passam se espremendo em você para tentar chegar à saída. Deslocar-se de ônibus não é tão livre como de bicicleta, já que há a lotação, quando não se pode esperar o horário mais adequado, fora do pico, e há também o trânsito – ficar parado no trânsito em um ônibus lotado exige grande compenetração mental, para o sujeito manter o equilíbrio e tentar proteger ao máximo algum resquício de bom humor, mas se estiver em dupla ou grupo é mais fácil, pois dá para ir conversando, se não, distraia-se como der, a era dos eletrônicos, internet e nanotecnologia facilita.

Mesmo com tudo isso, movimentar-se pela cidade no transporte coletivo é um exercício da liberdade básica de ir e vir. Mas aí surge uma barreira, para alguns intransponível: a tarifa. Aí a ação do deslocamento, para se viabilizar, tem de ser mais radical, atitude corporal e desafio às regras: pular a catraca! Outras possibilidades baseadas na astúcia, como descer pela porta da entrada sem passar pela catraca, ou na capacidade de produzir um ato de solidariedade, apelando para a caridade dos passageiros com seus bilhetes eletrônicos carregados de passagens. Mas pular a catraca é uma prática já tradicional das juventudes urbanas há gerações, e uma das ações que mais tensiona a política oficial que limita a circulação das juventudes periféricas. Ação que provoca conflitos no cotidiano do transporte coletivo e que vem sendo cada vez mais agenciadas por coletivos, ao estilo Movimento Passe Livre, como prática-ação política de enfrentamento à mercantilização e limitação do direito de ir e vir. Para além de um direito, a livre circulação de corpos carrega a livre circulação de ideias, potencializa as possibilidades de encontros e criações, aprendizados e fruições, produz vida.

Vimos o Remido falando como uma pulada de catraca ajudou a mudar a vida dele. O encontro que ela possibilitou, não só com uma pessoa que veio a virar seu parceiro, mas com a possibilidade da criação e da ação poética e musical, de pertencimento coletivo, de se expressar, um movimento de abertura do seu horizonte de possíveis. Movimento que o levou a transbordar fronteiras existenciais, através da educação, da literatura, da performance coreográfica, da itinerância na cidade, do afetar as vidas de outros e transformar a sua. Mas também transbordamentos geográficos, levando-o além de sua cidade.

Esses transbordamentos marcam as *caminhadas*. Essa expansão na cartografia existencial pela circulação e estabelecimento de relações, primeiro na própria cidade, depois

além, caracteriza o ser-fazer *movimento*. Participar de vivências em outras cidades, estados e, às vezes, países, é como um *rito de passagem* dessa identidade constituída em coletivo – fazer *movimento*, ser parte de *coletivos* e suas *redes*, passa por vivenciar experiências dessa natureza.

### **13.2 *Trasbordando fronteiras além***

O Jardson Remido disse, nós vimos em sua fala na Bienal, que a poesia o levou ao Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Maranhão. Ele esteve na capital carioca, em maio de 2019, em um projeto de intercâmbio de experiências, chamado *Periferia e Escambau*<sup>328</sup>. Antes disso, eu tinha visto pela primeira vez uma referência à essa conexão periférica Rio-Fortaleza, quando diante de uma ameaça de despejo da ocupação Gregório Bezerra, no Conjunto Ceará, coletivos como Natora, Servilost, Bonjaroots, Pesadelo do Sistema, Sarau da B1, entre outros, organizaram um Sarau em solidariedade aos ocupantes, e articularam um vídeo de uma jovem carioca do Morro do Alemão, *Mc Martinha*, que tem se destacado por lá num movimento semelhante de intervenções artísticas com forte conteúdo social e político, com quem se articulam por meio da conexão *Periferia e Escambau*<sup>329</sup>, em apoio à ocupação Gregório Bezerra, Ceará, e criticando a ameaça de despejo por parte da prefeitura. Quem também esteve no Rio de Janeiro, nessa mesma articulação foi a Priscilla Sousa e o Bruno Spote, do Coletivo Servilost. Quando vi as fotos deles, postadas de lá, mostrando ações no Alemão e na Rocinha, pensei: “eita, o Servilost está transbordando”.

Alguns meses depois, em agosto de 2019, eu veria com mais profundidade um *trecho* desses transbordamentos, e vivenciaria mais de perto fios dessas conexões, no caso em São Paulo. Onde vi também o Servilost, bem como o movimento de saraus de Fortaleza (principalmente das *favelas litorâneas*), ocupando o centro da *cena cultural* paulistana, em uma arena teatral na avenida Paulista.

## **14 A ciência do deslocamento longo e a arte da memória criativa: Meta-Arquivo, Gente de Lá, Ocupação Centro Cultural e visita ao Capão Redondo, em São Paulo**

<sup>328</sup> <https://www.instagram.com/periferiaeoescambau/> (acessado em 06.01.2023)

<sup>329</sup> Integrantes do Servilost e do Natora já estiveram no Rio de Janeiro, assim como *Mc Martinha*, moradora do Complexo do Alemão, e outros já estiveram em Fortaleza, em intercâmbios realizados por meio do projeto *Periferia e o escambau*. A título de informação sobre esse processo de “intercâmbio”, ver matéria jornalística: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/jovens-da-periferia-de-fortaleza-vao-ao-rj-para-troca-de-experiencias-1.2090027?fbclid=IwAR1NAt3iP1iify3qRbRJWkse3e1NclVQc4S2eULDMxiiKPX8pzQQ41bLc7A>

### 14.1 Mostra Meta-Arquivo 1964-1985 e o grupo Crítica Radical

“Noites de silêncio, vozes que clamam num espaço infinito<sup>330</sup>”  
(Frei Tito de Alencar Lima)

A viagem para São Paulo, que desencadeou os relatos que seguem, surgiu de uma conversa com o Chicão, que lançou, desprezioso, o convite. Ele ficou surpreso como topei de pronto, decidido. “Sério?”. “Sim, com certeza, me interessa muito, para a pesquisa e como experiência para mim”. Não dava para mensurar tais interesses e motivações, até porque ainda não estava claro no que consistia o tal “evento” que ele falou e, muito menos, as coisas que iam acontecer lá, conexões e experiências não programadas, além da programação oficial para a qual a viagem foi planejada. Um evento no Sesc de Belenzinho, bairro na zona leste de São Paulo. Memória do período da ditadura e de grupos que atuaram em processos de resistência que ocorreram no período de 1964 a 1985. Pesquisa que seria representada em uma exposição com o trabalho de nove artistas. Entre eles, um cearense, cujo trabalho seria sobre o grupo Crítica Radical, em um misto de exposição documental, criação audiovisual e depoimentos de integrantes do grupo que viveram o período: Jorge Paiva, Rosa Fonseca, Maria Luíza. Isso fui descobrindo aos poucos<sup>331</sup>.

Após a conversa inicial, Chicão ficou de se inteirar melhor, estava claro para ele que iria, sairia um grupo de Fortaleza no qual ele se integraria junto com a Nilza, que foi uma das principais organizadoras *logística* da viagem, dedicando seus dias a ir para a sede da Crítica Radical, no Benfica, para operar as tarefas necessárias: acertar pacote em companhia aérea, hospedagem em São Paulo (ficamos em um *hostel* no bairro Belenzinho, zona leste da capital paulista), arrecadação de recursos, confirmação de integrantes da comitiva etc. Iria quem pudesse ir entre os integrantes da Crítica Radical e pessoas próximas, foi uma decisão que tomaram, a homenagem era coletiva e havia ali, além da questão do reconhecimento, uma oportunidade de aparição a ser aproveitada, uma arena a ser ocupada.

<sup>330</sup> Frase gravada em umas das peças gráficas de Ícaro Lira na mostra Meta-Arquivo: 1964-1985 – Espaço de Escuta e Leitura de Histórias da Ditadura. “Do original: São noites de silêncio, vozes que clamam num espaço infinito. Um silêncio do homem e um silêncio de Deus. As provas das torturas trazemos no corpo. Frase escrita em sua agenda poucos dias antes de ser encontrado morto. Tito denunciou as torturas que sofreu na ditadura militar.” (nota do artista).

<sup>331</sup> Meta-Arquivo: Com curadoria e pesquisa de Ana Pato e em parceria com o Memorial da Resistência, ligado à Pinacoteca de São Paulo, a mostra reúne nove obras inéditas, elaboradas por Ana Vaz, Grupo Contrafilé, O Grupo Inteiro, Giselle Beiguelman, Ícaro Lira, Mabe Bethônico, Paulo Nazareth, Rafael Pagatini e Traplev. (texto tirado do material impresso de divulgação da exposição).

Caro amigo, cara amiga,  
 O Crítica Radical recebeu um convite irrecusável. No dia 22 de agosto (2019), no Sesc Belenzinho, em São Paulo, abre-se uma exposição especial sobre a construção da história brasileira. Trata-se da mostra Meta-Arquivo cuja programação contém a trajetória do Crítica com seus desafios atuais. É um momento extraordinário para com você e com demais amigos e amigas daqui, do Brasil e do mundo ampliarmos os horizontes da crítica categorial do capitalismo. Um encontro para fazer brotar o mais amplo e inusitado debate sobre como vamos superar a crise do limite do sistema, com suas expressões políticas, aqui e no mundo, alçando o voo emancipatório. (Trecho de carta-convite do Crítica Radical para participação no Meta-Arquivo, na qual anuncia também o bingo de um carro para arrecadar recursos para a viagem).

Além dos integrantes do “grupo”, resolveram que era importante convidar outras pessoas das suas órbitas de relação. “Um cara como você”, disse Chicão, “que é pesquisador e se relaciona também nas lutas, amigo do grupo”, eu estava nesse perfil. Citou outras pessoas, como a Eugênia Siebra, ou o Pedro Fernandes (que hoje é *militante orgânico* do Crítica Radical). E assim aconteceu. Várias pessoas com diferentes níveis de relação com a Crítica Radical<sup>332</sup> se juntaram à caravana, que somou trinta e três pessoas, contando com os três que falariam no evento.

Quando nos encontramos de novo, Chicão trazia mais informações e um texto sobre a exposição “Meta-arquivo: 1964 a 1985”. Descobri, na conversa e na leitura do texto, que a exposição era uma iniciativa do Memorial da Resistência, ligado à Fundação Pinacoteca do Estado de São Paulo. A sede do Memorial funciona na sede do antigo Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops-SP, e uma das atividades alardeadas desde a primeira conversa era um depoimento que seria dado por Jorge Paiva ali, no edifício onde ficara preso no passado. Chicão me explicou que um dos artistas-pesquisadores é cearense, chama-se Ícaro Lira, e procurou o “grupo”. Não entendiam bem como ele chegou a eles – e essa questão, curiosamente, atravessava todo esse processo, desde as reuniões preparatórias, conversas, desaguando no próprio evento, quando integrantes do grupo não se contiveram em perguntar,

---

<sup>332</sup> Pode-se perceber uma dubiedade linguística no texto, quando ora uso o artigo definido masculino, ora feminino quando me refiro a Crítica Radical. Isso se dá, primeiro, como reflexo do próprio jeito nativo que meus interlocutores do “grupo”, como Chicão, que ora falam o Crítica, ora a Crítica. Além disso, e talvez por isso, Crítica Radical se refere a uma teoria: a *crítica do valor*, que tem como expoentes autores como os filósofos alemães Robert Kurz e Anselm Jappe, ou os brasileiros Marildo Mengatti, Robson Oliveira, teóricos e pesquisadores ligados ao Grupo de Geografia Urbana Crítica Radical, entre outros. E, como uma espécie de intelectual coletivo, parte dessa rede teórica, o grupo Crítica Radical, que já existe, com diferentes arranjos, desde a década setenta, muitas mutações depois, muda de nome e de linha de ação ao descobrir chamada teoria da crítica do valor, “descoberta” esta que é quase um mito fundante, já ouvi Jorge Paiva (importante ideólogo do Crítica Radical) contar como se deu, em uma madrugada, lendo o Grundrisse (MARX, 2011), o grito que deu, depois descobriram que haviam teóricos fazendo a mesma leitura, já ouvi Rosa da Fonsêca falar sobre essa “descoberta” da teoria da crítica do valor e como isso mudou seus paradigmas de pensamento com fortes efeitos na ação coletiva (afastando-se da política representacional estatal, partidária e sindical). Tal “descoberta” e parte dos seus efeitos está relatada em Firmo (2017, p. 152 e ss.).

em uma rápida reunião anterior ao evento de abertura da exposição no espaço Sesc-Belenzinho, ao próprio artista: “por que você escolheu logo o Crítica Radical”?

Entendamos o enredo. O Meta-arquivo foi uma exposição colaborativa envolvendo as obras de nove diferentes artistas ou coletivos de artistas. O processo foi coordenado pela curadora da exposição, Ana Pato:

Esta exposição é sobre imaginar coletivamente os processos de construção da história brasileira, uma inquietação e uma pesquisa sobre a Ditadura Civil Militar brasileira. Parte de seu processo foi a criação, há um ano, de um grupo de trabalho do qual participaram os artistas, a equipe da exposição e as equipes do Memorial da Resistência de São Paulo e do Sesc Belenzinho. Os documentos foram uma fonte primordial para os artistas (Ana Pato, curadora da exposição, em texto apresentando a mesma, encarte impresso sobre a mostra Meta-Arquivo 1964-1985: Espaço de Escuta e Leitura de Histórias da Ditadura).

Esses documentos eram pesquisados em “arquivos da ditadura”, como: Arquivo Nacional (Lutas políticas do Brasil – Memória revelada), Arquivo do Estado de São Paulo (Arquivo do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo), que a curadora cita no referido texto. Mas ela foi em outras fontes e, como explicou na referida reunião antes da abertura da exposição, quando pesquisava no Arquivo do Ceará, deparou com material sobre Rosa Fonseca ou Maria Luiza ou ambas e mais alguém do grupo, que atuaram na época da ditadura. Ana Pato achou o material interessante e mandou para o Ícaro Lira, que por sua vez recebeu com animação: “nossa, vou atrás”, ele disse. Acontece que aquelas “personagens históricas” ativaram uma conexão na sua memória, ele as conhecia. Ele disse que conhecia o pessoal da Crítica Radical desde os tempos da jornada de mobilizações em Fortaleza, em março de 2002, que ficaram conhecidas como Anti-Bid, que tiveram grande repercussão e participação de muita gente, principalmente jovens e pessoas ligadas a “movimentos sociais” – foi um momento de efervescência política e criativa, conectado a um movimento global de contestação à chamada “globalização capitalista neoliberal”, entre Fóruns Sociais Mundiais e manifestações contra intuições governamentais e mercadológicas transnacionais.

Ícaro sabia que a sede do Crítica Radical era no Benfica, na praça da Gentilândia e foi até lá fazer uma visita. Começou, então, a pesquisa para realização do seu trabalho:

Traplev e Ícaro Lira dialogam com textos e depoimentos retirados de materiais produzidos pela resistência – cartazes, panfletos, jornais e cartas. (...). Lira pesquisa a coleção pessoal do grupo Crítica Radical, o Centro de memória Frei Tito de Alencar e o site do Coletivo Aparecidos Políticos em Fortaleza (Ana Pato, curadora da exposição, em texto apresentando a mesma, encarte impresso sobre a mostra Meta-Arquivo 1964-1985: Espaço de Escuta e Leitura de Histórias da Ditadura).

Foi aí que se iniciou a relação que nos mobilizaria a São Paulo – ação de deslocar mais larga no espaço e no tempo, ativando a *ciência* do deslocamento aéreo e a arte da memória criativa – para vivenciar a participação do Crítica Radical no evento no Sesc-Belenzinho, e que se capilarizou em várias conexões significativas.

#### **14.2 A Ocupação Centro Cultural, na Rua do Ouvidor**

Já na primeira conversa, quando me falava da ideia de ampliar a caravana para além dos integrantes do “grupo”, tipo simpatizantes, afinidades de ideias e/ou práticas, Chicão disse que pensou no Pedro Fernandes, do Serviluz. Reagi empolgado: “pensei nele enquanto tu explicava...”. “Pois é”, Chicão estava convicto. E no dia seguinte me disse ao telefone que já tinha ligado para o Pedro e que ele topou na hora, entusiasmado. E assim, uma série de conexões e ações foram se sucedendo, até pegarmos um metrô na estação Belenzinho, descer no Centro de São Paulo, despontarmos no Vale do Anhangabaú, em toda sua amplidão, e tentarmos achar um dos igarapés de asfalto que desaguam ali: a Rua do Ouvidor. Lá encontraríamos a Ocupação Cultural: um prédio ocupado por um coletivo de artistas que viviam na periferia ou não tinham moradia e decidiram ocupar o prédio, com alguns *sem-teto* da região do Vale do Anhangabaú.

Procurávamos uma rua estreita, entre tantas que desembocam no Vale, atravessamos espaços amplos e alguém disse ter localizado, provavelmente o Pedro, quem nos levou ali. Ele foi a conexão com aquela *ocupação*, que ele visitara meses atrás – ele comentou com a gente que esteve em São Paulo, em evento do Instituto Pólis, foi falar sobre “a resistência do Serviluz”, e foi quando conheceu a “Ocupação Cultural da Ouvidor”, a convite de um antigo parceiro do Serviluz, o Dimza. Vi o nome grafitado em um muro de esquina em uma rua estreita e, logo na sequência do olhar, um prédio muito grafitado. Já soube que era ali. O *grafitti* DIMZA me fisionou pela familiaridade, tantas vezes o vi em muros de Fortaleza, principalmente quando estava na rota Centro-Mucuripe-Serviluz, marcando em muros o caminho e a chegada naquele território: paisagem, sensações, relações... existência. Foi essa sensação de entrância num território existencial que senti quando vi o grafite do Dimza indicando-me o sentido e me dando boas-vindas – segui a “trilha” (DIÓGENES, 2017, P. 132).

Dimza é um artista visual, grafiteiro viajante, francês de origem. Passou seis meses no Serviluz, quando vivenciou a cena local com um coletivo de grafiteiros que se batizaram Serviluz. Depois de deixar sua marca nos muros de Fortaleza, e nos afetos com os amigos e

parceiros no Serviluz, ganhou o mundo, mas nunca perderam o contato<sup>333</sup>. E Pedro foi reencontrá-lo naquela ocupação em São Paulo, morando com sua companheira que estava grávida, a Marta, uma das principais organizadoras da Ocupação Artística da Ouvidor.

Primeiro contato e impressão é visual, ainda do Vale, os olhos alcançaram o *grafitti* DIMZA e o velho prédio *moderno*, da antiga Secretaria de Cultura, antes abandonado, agora ocupado, vemos ao longe os *grafittis* dando cores e significados ao concreto – e veríamos muito mais por dentro. Depois, adentramos a rua estreita e curta. O teatro embaixo do prédio. Um sofá no meio da rua, com dois homens sentados. Estacamos à entrada, com eles conversando. Lá dentro se juntaram mais dois, oferecem salgado, chá... ao custo de uma contribuição voluntária para a *ocupação*.

Nesse hall de entrada onde conversávamos, vi nas paredes, pregadas ou penduradas, peças de arte, um banner com a frase: “não vai ser fácil, mas nós vamos conseguir”; um cartaz pintado com tintas vermelha e azul: “Ocupação Centro Cultural. Apresente-se para entrar”. Apresentamo-nos e, depois, um rapaz nos chamou para subir ao encontro do Dimza. Subimos juntos por escadas estreitas com paredes preenchidas com riscos, palavras, desenhos e cores. Cada andar era um ambiente diferente, atelieres ou estúdios variados, mas havia também os que nós não acessamos, como onde Alexa dormia quando chegamos, por isso subimos até a cobertura do prédio, de onde vimos, lá embaixo, o Vale do Anhangabaú, o mar de concreto e floresta de prédios além.

Mas antes de chegar no topo, em um dos andares, o encontro. Tão logo ele acessa a soleira entre a escadaria e o andar, Pedro grita: “volteeeeei”, em uma explosão de alegria tão grande que só entendi quando vi que, além do Dimza, estava a Priscilla naquela sala no segundo andar do prédio. Me encho de surpresa ao vê-la ali, como assim?, tinha-a encontrado em Fortaleza dias antes, agora estava no Centro underground e rebelde de São Paulo, diretamente do Titan, sempre com o boné do Servilost, e a camisa estampando o Farol Velho, por cima de uma malha preta para esquentar. Ela estava em São Paulo para uma exibição do espetáculo *Gente de Lá* (veremos adiante).

Foi um reencontro vibrante. Priscilla, a quem Pedro chama naquele momento de “irmã”, não tinha certeza se Pedro realmente iria para São Paulo, devido a um problema de saúde da

---

<sup>333</sup> Dimza passou outras temporadas em Fortaleza, no Serviluz, veio recentemente com a Alexa e estão há algum tempo aqui. Tenho visto novos *grafittis* DIMZA, inclusive próximo à minha casa, entre Centro e Praia de Iracema, e outros no percurso leste-oeste para o Pirambu, onde trabalho – na volta do trabalho, também perto de casa, vejo diariamente um *grafitti* SPOTE, do Bruno Spote que integra o Servilost. Recentemente, já em janeiro de 2023, perguntei para o Pedro se eles ainda estavam no Serviluz, Pedro disse que sim, mas que Dimza estava planejando ir para o Uruguai.

mãe dele<sup>334</sup>. Pedro vibrou ao encontrá-la, pois ele sabia que ela estava na cidade, mas encontrá-la ali àquela hora era só uma “intuição”. Ao conhecer Dimza pessoalmente, penso na sua assinatura gravada em grafittis em muros da minha cartografia existencial em Fortaleza<sup>335</sup>. E me deparo com um grafite no tampão de um móvel, fundo chapado com tinta vermelha e letras desenhadas em prateado: “*Serivluz no ar*” – expressão que também vejo, às vezes, em Fortaleza, junto ao *grafitti Dimza*.

O Dimza nos chamou para conhecer os outros andares e a cobertura do prédio ocupado, enquanto Alexa dormia. Quando descemos de volta, ela estava acordada e conversou mais de uma hora com a gente. Estávamos em um dos andares cujo ambiente é um ateliê – como o prédio era um órgão público desativado, não tem a divisão entre apartamentos, em sua arquitetura funcional de uma repartição pública de meados do século vinte. Então, era um ambiente sem divisões internas, amplo, ainda que não muito grande, com diferentes trabalhos *em progresso*, obras de arte feitas a partir do que conseguem extrair do centro da cidade e servem de anteparo para desenhos e pinturas penduradas nas paredes, bem como manequins sobre os quais ela pratica sua expressão como estilista.

O próprio ambiente com sua decoração, distribuição de materiais e obras, grafites, plantas, pia, fogão pintado, sofá... em tudo havia alguma intervenção criativa singular, fosse pintura, adereços, arranjos, composições. Lembrei-me da expressão “habitar com *poesis*” (LEFEBVRE, 2004), a própria ambiência de onde se vive como uma expressão da pulsão de criação estética – ali levada a um grau transcendente de potência, no performar artístico e político dos habitantes. Isto devido à própria concepção daquela ocupação e produção de espaço. Ali não era uma ocupação de *sem-teto* como as dos *movimentos* mais destacados no Centro de São Paulo<sup>336</sup>, pois o objetivo não era apenas a moradia, mas uma ocupação de artistas que querem viver, fruir e produzir no Centro. Por isso a Ocupação Centro Cultural, para além do teto, é um espaço de produção e circulação de artes e vivências. O arranjo organizativo também é diferente de onde os ocupantes pagam taxa para a direção do movimento cuidar da manutenção, zeladoria – não é aluguel, mas um processo associativo, onde cada morador é um associado e contribui para financiar as atividades da em interesse comum, tipo condomínio. Ainda que crítica a esse modelo de organização, Alexa se solidariza com Carmem e outras *lideranças do movimento de moradia* no Centro de São Paulo, que vêm sendo perseguidas e

<sup>334</sup> Falarei mais sobre essa situação e o seu desfecho, mais adiante.

<sup>335</sup> Sobre essa relação entre o pixo ou grafitti e o anonimato, entre ser afetado pelas suas inscrições e conhecer o artista que as produz, ver Silva, L. (2021).

<sup>336</sup> Sobre ocupações para moradia no Centro de São Paulo organizada pelo Movimento de Sem-Teto do Centro (MSTC), ver a etnografia do Aquino (2008)

criminalizadas injustamente, pois, independente de diferenças ideológicas ou organizativas, reconhece nelas mulheres guerreiras, corretas e importantes para a luta social na cidade e para a vida das pessoas (“excluídas pelo sistema”) que moram nas ocupações que elas coordenam.

A diferença entre os modelos de ocupação ali contrastadas naquela conversa, reflete diferenças de concepção político-ideológica, mas também de estilo de vida. A maioria das ocupações ligadas à luta por moradia ali no Centro é composta por pessoas trabalhadoras (ainda que mais ou menos precarizadas) que delegam as atividades de manutenção do prédio e de ação política, enquanto cuidam cotidianamente da sua mecânica labor-sobrevivência. Na Ocupação Centro Cultural, não. Para além da moradia, há motivação de criação artística e ação política. Logo, há uma problematização embutida aí em relação ao mundo do trabalho. Não é uma ocupação de “trabalhadores sem-teto”, é uma ocupação de artistas, artesãos etc. comprometida com produção e transformação da cena cultural e das relações políticas. Inclusive na cultura política que media as relações dos *ocupantes* (muitas vezes *andarilhos*, logo, temporários). Para ter espaço na ocupação da Ouvidor, a pessoa deve contribuir com o que sabe e pode fazer para a estrutura física do prédio ou para o bem-estar coletivo, deve participar das reuniões e tarefas políticas também – inclusive além da comunidade de ocupantes do prédio<sup>337</sup>. Por sinal, naquela época da nossa visita, estavam discutindo a criação de uma associação, possibilidade de um “projeto” que daria um apoio material importante, além de possibilitar regularização da posse do prédio para aquela iniciativa de caráter cultural. Dimza falou que estavam acontecendo várias reuniões naquele período, pois havia divergências sobre essa questão de criar ou não uma associação (lembro que vivemos essa mesma questão na ocupação Raízes da Praia, anos atrás).

Alexa possui uma ascendência no coletivo ocupante. Ela é a única remanescente dos “primeiros ocupantes”. Mas antes da ocupação nesse arranjo artístico-cultural-político que conhecemos lá, o prédio já havia sido ocupado por movimentos de sem-teto. Ela fala isso quando nos conta que o compositor, músico e cantor Chico César fez uma apresentação lá na ocupação, passou o chapéu e doou o arrecadado para o coletivo ocupante. Gegê, irmão do cantor, liderança da Central de Movimentos Populares, que agrega alguns “movimentos de moradia”, inclusive em São Paulo, cidade onde ele é radicado, participou da primeira ocupação daquele prédio, como militante do Movimento de Moradia do Centro, no início da década 2000. Foi ali que ele foi preso em 2003. Me recordo do ocorrido, comento que em Fortaleza fizemos

---

<sup>337</sup> Ela falou sobre uma ação que ela faz junto a moradores de rua, um projeto de uma associação chamada Chá do Padre: “vou lá dar oficinas de figurino junto com uma mana aqui que é lá do Amazonas, indígena, ela dá aula de palhaçaria, então a gente se junta, ajuda eles a fazer os figurinos, palhaçaria que é pra ter autonomia de apresentação nas praças, passar o chapéu e sair dessa” (Alexa).

campanha por sua liberdade, foi criado um “comitê”, pessoal da Cmp muito à frente, inclusive “batizaram” uma ocupação em uma antiga fábrica na região da Grande Barra do Ceará como “Vila Gegê” (nome que se perdeu hoje é conhecida como “Gueto” ou “Favela do Gueto”). Encontrei o Gegê em abril de 2014, em São Paulo, conversamos durante almoço do último dia do Encontro Nacional de Articuladores e Articuladoras do Grito dos Excluídos e das Excluídas. Conversa que entrou pela tarde e continuou no seu carro durante a carona que nos dera, nós com bagagens, até a estação de metrô mais próxima, não muito próxima (vários quarteirões, ladeira acima), início das travessias de volta: Fortaleza, João Pessoa, Manaus..., eu iria para Belo Horizonte, o único daquela reunião do Grito que participaria do Encontro de Atingidos por Megaeventos, organizado pela Articulação Nacional de Comitês Populares da Copa e Olimpíadas - Ancop (um a três de maio de 2014). Gegê é um tipo conversador, contou histórias da infância em Catolé do Rocha na Paraíba; bastidores da frustrada aliança entre Haddad e Erundina na última eleição municipal (2012), que ele ajudou a mediar mas que foi frustrada pela aliança com o Maluf (iniciativa do Lula, ele garante); manifestações de 2013; o duro cenário para o “movimento popular urbano”, a degradação das condições para uma “reforma urbana” naquele período de remoções, despejos, avanços do capital imobiliário, dificuldades no cenário político para os “movimentos”, aumento da repressão e da “criminalização”, da qual ele mesmo foi vítima. Mas falava de tudo com muito bom humor, fala alto, rir muito, faz piadas e críticas ácidas sobre atores políticos da “esquerda”. Ele também escutava com atenção as experiências e avaliações que nós fazíamos, sobretudo quando o tema era a onda de manifestações e os conflitos explosivos nas nossas cidades naquele período, e a forma errática como o governo reagia, refém da situação que ajudou a criar quando “inventou” aquela história de *copa e olimpíada*, a falta de política dos governos municipais (inclusive de “esquerda”) para a questão do transporte coletivo controlado por cartéis privados, e por aí vai.

Mas retornemos à rua do Ouvidor, naquela manhã cinza em São Paulo, em agosto de 2019. Respondendo a uma pergunta minha, Alexa diz que aquela é a primeira ocupação da qual ela participa. E ela conta como aconteceu:

Em 2011, a gente teve uma ação de ocupar o Viaduto do Chá, a gente ocupava as praças, quando teve a copa do mundo em 2014, a gente ocupou de novo. Quando nós ocupamos em dois mil e onze e ficamos nove meses... Não sei se vocês já ouviram falar de uma ação mundial ‘ocupa o mundo’, que é em todos os lugares ocuparem, *occupy wall street, ocupa sampa*? A gente fez uma ocupa sampa aqui, a gente ficou nove meses ocupando aqui o Vale do Anhangabaú, a gente foi se conhecendo, os coletivos né, foi se formando, aí em dois mil e catorze, na copa do mundo, a gente ocupou de novo, aí de lá da copa do mundo em dois mil e catorze eu vim direto pra cá, que meus amigos tinham ocupado aqui recentemente, no dia primeiro de maio. [*pergunta se já com essa ideia da ocupação artística*]. Já com a ideia, a mesma ideia.

Aí o pessoal foi chamando os outros coletivos pra vir somar e aí eu vim. Quando eu vim, a ocupação estava com um mês de aberta, e aí a gente foi mantendo. [*pergunta se desse começo ainda tem mais alguém*]. Só eu mesma. Eu e minha filha, a gente está a aqui há cinco anos. Aí foi chegando, foi abrindo espaço, teve uma época que era só boy né. A ocupação foi aberta por uma galera de classe média, então na primeira ameaça de reintegração de posse o pessoal ficou com medo de perder os materiais né, que tinha os estúdios com tudo, aí o pessoal foi embora, aí eu fui chamando na rua, falei: ‘oh aí gente é o seguinte, vamo ocupar, aqui é pra quem tá querendo mesmo!’ (Alexa, conversa na Ocupação Cultural da Ouvidor, agosto de 2019).

Estávamos em oito pessoas vindas do Ceará naquela visita, e o encontro se tornou um rico momento de partilha. Chicão falou sobre a experiência do sítio Brotando a Emancipação:

(...) a ideia é dialogar com as pessoas, levar também essas experiências como permacultura, agrofloresta, e a ideia é ver como a gente cria uma relação com a terra que não seja mediada pelo dinheiro, uma relação de autonomia com o alimento, autonomia na questão energética, são vários os desafios. Assim como tem esse desafio de vocês, lá também temos outros desafios, e o desafio que talvez seja imenso, como vocês também têm, que é construir uma nova relação social entre pessoas sem ser mediada por essa loucura do dinheiro (...). Então acho que dá pra dialogar, como muitas linguagens. Quando forem a Fortaleza o espaço está aberto pra vocês (Chicão, conversa na Ocupação Cultural da Ouvidor, agosto de 2019).

“Ah, eu adoraria ir sim”, Alexa respondeu. Ela fala que quer conhecer, precisa sair um pouco, viajar. Em outros dois trechos da conversa ela volta ao tema: “É, eu preciso sair daqui um pouco e fazer outras experiências e ajudar o pessoal a ocupar outros locais”, ela vocalizou esse desejo, depois de ouvir Chicão falar sobre a experiência da União das Comunidades da Grande Fortaleza, as ocupações por moradia que faziam em terrenos pela cidade nos anos oitenta e noventa, cita exemplos como da ocupação do terreno do Frifort. Ao ouvi-la falar a frase acima, Chicão disse: “conexões são importantes”. E Alexa responde:

Né? A gente sempre fala isso [*apontando pro Dimza*], são cinco anos eu estou aqui, a gente vai se responsabilizando e tem o momento que você se vê muito parado também né, é muita coisa aqui, a gente acaba não saindo, mas quero muito sair agora. (...) Terminar essa associação, deixar no pente agora. Difícil né, essa questão aí do... [*estatuto, imagino*], a gente vai fazer colegiado, não vamos fazer essa com presidente, vice-presidente não (Alexa, conversa na Ocupação Cultural da Ouvidor, agosto de 2019).

Senti em Alexa, um certo desejo de *institucionalização* de um grupo diretivo que pudesse assumir responsabilidades na organização da *ocupação* – o prédio e o coletivo ocupante – bem como uma situação estrutural mais segura (posse e sustentabilidade). Sentia-se sobrecarregada, além disso começava a se sentir meio presa, vontade de viajar, vivenciar outras experiências, mas as responsabilidades advindas do compromisso com aquela luta, aquela

experiência que conseguiram implementar nos últimos cinco anos: uma bela obra<sup>338</sup>. Melhor sair acreditando-a segura de continuidade em sua existência. Pensei na influência de nossas pulsações e desejos, em diferentes momentos da vida, em relação às nossas disposições político-organizativas. Por isso, também, os arranjos coletivos passam por rearranjos.

Priscilla fala sobre o arranjo como se organizam na Associação do Titanzinho: “a gente entende assim, burocraticamente, estrategicamente a gente vai, mas internamente a gente entende a diretoria de outra forma, como coletivo”. E Alexa emenda: “isso, exato! é o que a gente estava conversando”. E Priscilla completa: “o bom é que a gente tem um grupo bom que entende assim todo mundo, se não for isso alinhado, fica meio chato”. Eu falo da Raízes da Praia, que não tinha associação e teve que criar para entrar com ação de usucapião e ficou a dúvida de ter a associação, mas querer funcionar como conselho popular, com comissões, ao invés de diretoria, presidente e tal. E Priscilla fala que “às vezes a gente tem um problema com a rotatividade, que a gente quer que rode mas a galera não quer assumir”.

Ao ouvir Priscilla falar da experiência organizativa lá no Titanzinho, Alexa expressa pela terceira vez o seu desejo de deslocamento: “a gente quer muito ir lá visitar esses lugares, deve ser lindo seu bairro”, fala para Priscilla. Depois pergunta: “e os caras tão marcando cerrado lá?”, e Pedro fala que sim, situações conflituosas, intervenções da prefeitura, reações... Priscilla diz que “a gente sabia que ia vir, agora as pessoas não chegavam tão junto, foi só a prefeitura chegar numa pegada mais incisiva, aí sim chegaram junto...”, em relação à maior participação das pessoas nas mobilizações da luta contra a remoção no Serviluz: reuniões, assembleias, manifestações, audiências públicas etc. 2019 foi um ano bastante movimentado no Serviluz, principalmente no Titanzinho, efervescendo a luta, que teve um desfecho favorável ao final daquele ano, como veremos.

Alexa comenta: “quer higienizar o pessoal”. Então, pergunta se nós vimos o que “eles fizeram aqui no Vale”? Ela conta que “o Vale há muito tempo era um lugar de resistência nosso aqui, as nossas ações, a maioria iniciava aqui no Vale”. Mas agora estava fechado, já há um tempo, para um projeto de “requalificação e reurbanização do Vale do Anhangabaú e entorno”, dizia um panfleto de propaganda da prefeitura que recebemos quando passamos pelo local ao qual ela se referiu. Alexa conta que:

---

<sup>338</sup> Essa tensão, que perpassa a tese de Guedes (2011) e suas personagens desde o início ao fim, entre *mobilidade* e *duração*, entre “pegar o trecho” ou ficar fincada à luta num território dado, longa duração: “ao que dura ou é duro (em oposição ao efêmero e maleável), ao que permanece e persiste, ao que é estável ou estático” (GUEDES, 2011, P.35). Tensão que eu já vi atravessar outras pessoas que estavam ali naquela conversa.

Em 2014, a gente ocupou o Vale pra evitar essa higienização que o banco Itaú e parceiros tão querendo fazer... projeto é uma área de lazer com piscina, barzinho, tudo bem bonitinho, e tirar toda essa galera periférica que cola ali (...) dorme lá a galera, eles não resolvem essa situação. (...). Tem uma história longa ali, o Vale era onde chegavam os escravos, ali eles davam banho nos escravos, avaliavam se estava saudável ou não, aí mandavam pra outro lado, ali pra Liberdade, e aí tinham os que morriam e eles jogavam ali no rio mesmo. Os indígenas também... então, há muitos anos foi um quilombo pesado ali o Vale, então nós afrodescendentes sempre fizemos ações ali pra questionar, a nossa história sempre começou ali. Então os caras, agora, já fizeram um muro em volta, já começou a quebrar, a gente lutou tanto pra isso não acontecer, mas aí esse prefeito entrou e agora esse outro também, já nem falou mais nada, já meteu o muro, fizemos protestos lá mas não adiantou, já tão quebrando e fazendo... vão demorar anos pra terminar, tiraram todo o pessoal, os morador de rua ficavam por ali, tem outros espalhados ali, outros ali e tal, estão morrendo de frio, esses dias morreu um, semana passada morreu mais três (Alexa, conversa na Ocupação Cultural da Ouvidor, agosto de 2019).

Alexa não só deseja se deslocar no espaço, viajar – o que de fato fez, pois a encontrei em Fortaleza, em novembro de 2021, no movimento do dia da Consciência Negra na Paça dos Leões, Centro, estava por aqui há uns meses e passou mais de ano morando no Serviluz, virada de ano novo no sítio Brotando Emancipação etc. Ela também mostra desenvoltura nos deslocamentos temporais que faz, agenciando a memória coletiva para a luta contemporânea, a memória como ação, mas também como obra, a memória como matéria-prima e produto da sua arte. É o que ela nos mostra quando Chicão fala da exposição Meta-Arquivo, “construir essa reflexão sobre a ditadura militar”, e convida: “se vocês que estão aqui na cidade puderem ver, no Sesc Belenzinho”.

Alexa fala que tem interesse em ver e convidar um “pessoal” para ir. Fala que o tema a interessa, que está trabalhando em um material que vem juntando. Então, aproximamos da mesa ao meio da sala para ver ela nos mostrar jornais antigos, do período da ditadura em São Paulo que ela guarda em pastas, os papéis velhos amarelados protegidos por plástico – jornais publicados nas décadas de setenta para oitenta. Ela faz exposições com esse material, estava fazendo um fanzine. E nos oferece: “queria que vocês escolhessem aqui dois jornais pra vocês ir lendo, esses jornais aqui falam sobre São Paulo na época da ditadura, é uma relíquia que eu tenho”.

Uma das duas “relíquias” que ela nos presenteou está comigo. É meia folha grande como a dos antigos jornais, bem amarelada e se deteriorando na margem onde foi separada da outra banda da folha, de uma edição do *Folhetim*, de domingo, 30 de setembro de 1979. De um lado, o título da matéria é: “A mulher já não queima sutiã!”:

Se na década de 60, em sua marcha pela liberação sexual e pela igualdade de direitos, a mulher teve gestos simbólicos, como a famosa ‘queima de sutiãs’, nos anos 70 tais gestos foram substituídos por uma ação mais direta e organizada, alterando a legislação em muitos países, atacando os valores esclerosados da sociedade patriarcal e dando novo rumo a todo o processo social. No Brasil, a violência – tanto a repressão

policial quanto do arrocho econômico – levou a mulher a levantar a cabeça e assumir papéis fundamentais no quadro da mobilização social, sem ignorar seus problemas específicos. Nesta mesa redonda coordenada pela jornalista Cecília Prada, três cientistas sociais analisam a mudança de comportamento da mulher brasileira na década de 70: as antropólogas Mariza Correa e Verena Stolcke, professoras da Unicamp e membros do Coletivo Feminino de Campinas, e a socióloga Rosalina Santa Cruz Leite, diretora da Sociedade Jornal ‘Brasil-Mulher’” (preâmbulo da matéria “A mulher já não queima sutiã!”, Folhetim, 30 de setembro de 1979).

Na outra face da folha, o título do texto-entrevista é: “O negro descobre o seu lugar”:

Nesta década, pela primeira vez desde os anos 30, os negros brasileiros saíram às ruas reivindicando um novo relacionamento entre as comunidades negra e branca no País. Nesses anos, os negros se articularam em instituições, surgiram líderes e ideólogos, o ensino da tradição e línguas africanas foi incrementado. Para Clóvis Moura, presidente do Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, entrevistado nesta reportagem de Marília Fontoura, a luta dos negros recém começou. Sua ação se fará mais forte na próxima década quando, talvez, haja o confronto entre negros e brancos no Brasil (preâmbulo da matéria “O negro descobre o seu lugar”, Folhetim, 30 de setembro de 1979).

É impressionante a profusão de conexões que um encontro pode conter. E seus desdobramentos, como reler o artigo acima e lembrar que a reencontrei, mais de dois anos depois, em um ato do Dia da Consciência Negra. Ou pensar que estávamos em São Paulo para a mostra Meta-Arquivo e, ao visitar uma ocupação no Centro da cidade, por conta de uma conexão com o Serviluz ou, mais especificamente, com o Servilost, iríamos encontrar Alexa com seu próprio *meta-arquivo*, também do período da ditadura, também trabalhado artisticamente e agenciado para lutas contemporâneas, e vemos que somos parte de uma vasta caminhada coletiva, com tantas trilhas ramificadas no tempo e no espaço, e perceber que a pesquisadora (Alexa, Ana, Ícaro, Igor...) é uma seguidora de rastros.

### ***14.3 Gente de Lá: o privilégio branco na encruzilhada da palavra e da ação***

“Gente de Lá é uma ação cênica, preta, favelada, urbana e transversal”  
(Wellington Gadelha)

E por falar em conexões, seguiam acontecendo na velocidade de um metrô e profusão de estações, uma rede de linhas e seus *nós*. Nesse movimento, um dos *nós* foi a *estação* Gente de Lá, para onde iríamos na noite de vinte e cinco de agosto de 2019. Priscilla estava em São Paulo por isso, faz parte da performance. E nós, claro, fomos assistir, também participar, soubemos depois – apesar que, alguns, já sabíamos, por ter assistido em Fortaleza, que o formato da ação abria espaço para a participação do público, mas em São Paulo a coisa foi além.

“O bailarino conta uma história com o corpo”, não lembro quem disse isso, onde ouvi ou li, mas me fez pensar no espetáculo *Gente de Lá*: a narrativa do corpo em movimento, da música, dos objetos, projeção de imagens, luzes:

“ISTO É UMA EMERGÊNCIA!”, frase projetada no cenário a interpelar o espectador, luzes vermelhas, sirene. Composição do ambiente, a luz vermelha piscante (como a dos faroletes sobre as viaturas) reflete com frequência nas peles e roupas de quem está no ambiente daquela “ação cênica”, mas também de quem vive os territórios que inspiram tal ação. Os corpos do público como parte da cena e veículo da mensagem. Público que também é agenciado na narrativa, provocado pelo desafio do “microfone aberto” – investimento no imprevisível (SILVA, 2011, p.51-52). Provocação e imprevisibilidade realçada pela comparação entre as duas vezes que estivemos presentes a assistir ao espetáculo-ação *Gente de Lá*: a primeira no teatro do Cuca da Barra do Ceará, em Fortaleza, a segunda no teatro do Itaú Cultural na avenida Paulista, São Paulo.

“Foi fundamental poder ter assistido as duas vezes”, comentou o Chicão (privilégio que ele, eu e Nilza tivemos), enquanto conversávamos no hall do Itaú Cultural, agitados, umas seis pessoas conversando, umas interrompendo as outras, sob o impacto do que acabáramos de experimentar, ao que nós acrescentávamos sensações, narrações, impressões, interpretações. Duas experiências, ou uma experiência continuada, ainda que deslocada no tempo-espço.

“Lá era como se ele estivesse em casa”, disse Chicão. Mas também “lá”, ou “aqui”, já que escrevo em Fortaleza, saímos instigados do Cuca-Barra e conversamos agitados na casa do Chicão e da Nilza, que fica no mesmo território, *Grande Barra*, próximo ao bairro de Wellington, e da própria concepção da produção, inspirada nos saraus e outras ações político-artísticas das juventudes periféricas litorâneas de Fortaleza<sup>339</sup>. Lá, na Barra do Ceará, ao sair do teatro do Cuca e seguir para a casa do Chicão, havia no percurso e no destino uma continuação da atmosfera do espetáculo *Gente de Lá*, havia uma continuidade existencial, de existências inscritas naquele território. Como, ao nos deslocarmos de *uber* na noite da Barra, sermos parados por uma *blitz* da polícia militar, carros e corpos revistados, e depois chegarmos felizes

---

<sup>339</sup> Conforme o próprio Wellington Gadelha explica em entrevista ao jornal *Diário do Nordeste*: “Comecei a pensar esse ‘corpo roleta russa’ dentro dos circuitos que passo pela cidade, porque circulo entre vários coletivos (de arte). Pelo fato de circular por esses locais todos, sempre tinha um local-útero pra mim, que é onde eu moro. E aí eu trabalho com dois tipos de areia: a vermelha, o barro do meu bairro (Álvaro Weyne), e a areia de praia, porque geralmente esses coletivos estão localizados no litoral de Fortaleza. Durante o desenrolar cênico, essas areias se encontram e produzem a ‘macumbinha’ do trabalho” – “Cearense transforma dura realidade da periferia em dança contemporânea e leva espetáculo para Suíça”, *Diário do Nordeste*, 08 de abril de 2019 (<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/cearense-transforma-dura-realidade-da-periferia-em-danca-contemporanea-e-leva-espetaculo-para-suica-1.2084305>, acessado em 13.01.2023).

na casa deles (com espíritos alimentados pelo encontro e pela arte, conversas regadas a impressões e cerveja), em uma vila de frente para uma praça no bairro Floresta, praça que não estava sendo frequentada naqueles dias, devido a um ataque armado que matou um jovem e feriu outro.

Sim, naquelas ruas por onde fluímos (apesar do *checkpoint*) e na casa para onde fomos depois do Cuca-Barra, estávamos no meio da *gente-território* na qual o espetáculo se inspira e na qual os artistas que o criaram e performam se referenciam – na arena, além do Wellington, também está na ação a Priscilla Sousa, por trás de um equipamento eletrônico projetando imagens e sons, sempre com camisa ou boné (ou ambos) estampado com o nome Servilost. Ali, na Barra e adjacências, é o “Lá” da “Gente” que a performance se inspira e expressa – na expressão corporal, roupas, músicas, elementos cênicos. E isso se evidenciava ainda mais, pelo contraste, quando falávamos a respeito daquela ação performática, ou provocados por ela, na larga calçada da avenida Paulista, na qual andávamos em uma noite fria (ainda mais para nós de cá, ou “de lá do nordeste”, como dizia a paulista que ia conosco rumo a um bar qualquer na rua Augusta), ladeados por grandes prédios, ostentação de concreto, vidros, luzes, asfalto.

Aconteceu que na arena do Itaú Cultural na avenida Paulista, o contraste de realidades e visões de mundo manifestou-se em conflito de *classe e raça*, de *territórios existenciais* e atitudes. Teve a ver com a mistura do público e o andamento da ação. Sobre esta, com todos os seus complexos dispositivos, sinto-me pouco capaz de falar, prefiro remeter à ótima descrição em Costa e Greiner (2020), e as análises que a acompanham no artigo. Em um trecho, descrevem:

Nessa luta do artista com os sacos pretos, objetos que operam uma evidente metonímia da morte para moradores das favelas brasileiras, o silêncio é rompido e uma trilha sonora em volume máximo explode dos dois autofalantes presentes em cena (ambos preto e vermelho, aliás): uma sucessão de funks ‘de putaria’<sup>340</sup>. Gadelha dança de modo exaustivo empunhando o estilete. Ao ritual fúnebre e silencioso do início, segue então a retórica do sexo explícito – ‘soca nele, soca nele, soca nele, soca, soca, soca’ –, e a vibratória inter e intracorporal forçada pelos graves da música em volume máximo expandem a produção do corpo em cena, já sugerida de alguma maneira na relação ritual com os objetos da primeira parte da peça. (COSTA; GREINER, 2020, 2020 p. 12-13)

Pois bem, foi nesse momento da performance, uma longa sequência de uns quinze minutos agonísticos, que o conflito irrompeu. E o foco foi próximo a mim. O público, sentado

---

340 “Análises recentes sobre o funk definem o subgênero conhecido como ‘funk de putaria’ como aquele caracterizado por difusão comercial clandestina e por letras que exploram o erotismo e as performances sexuais de modo explícito”. (COSTA; GREINER, 2020, 2020 p. 12)

no chão, ficava em dois lados opostos, tendo a pista cumprida onde a ação se desenrolava ao centro. Do lado que eu estava, uns dois a três metros, notei uma moça, branca assim como o rapaz que a acompanhava, com uma certa inquietação corporal, nitidamente incomodada, ela começa a rir, um riso entre nervoso e debochado. Ela e o acompanhante passam a conversar, rindo entre si. Foi quando um rapaz, negro como os que o acompanhavam, virou para trás e gritou: “Respeita o artista! Respeita o artista!”, e uma discussão começou, enquanto a ação em cena seguia. Wellington meio que observava o entrevero lateralmente, mas seguia com a performance – depois do espetáculo nos confidenciou que pensou em interromper, mas decidiu seguir, e que acredita que foi a música funk que os incomodou. Apesar de tentar enfrentar a situação, meio que a proteger a acompanhante alvo do carão do outro espectador (que já saíra dessa condição), o rapaz branco recuou diante, ao meu ver, de várias disposições contrárias a ele: a potência da interpelação feita pelo jovem homem negro, a força do argumento, o apoio decidido dos parceiros que estavam com ele, o apoio mais ou menos implícito da maioria do público (com algumas intervenções expressas) e a *sacralidade* de teatro e *autoridade* do artista no palco, apesar de não haver o palco italiano, há a simbologia eficaz de ser o centro da cena, algo que Wellington soube fazer bem, se impondo pela performance.

Mas a coisa não parou aí. Depois que música parou e a ação também, o silêncio caiu pesado no ambiente, que estava obviamente tenso, tanto pela narrativa do espetáculo como pela inusitada discussão ocorrida. Wellington pega um microfone, dispõe seu pedestal no meio da cena, e começa a testá-lo ostensivamente, rompendo o silêncio: “ou ou, ei ei ei, ou ou ou, ei ei ei, aaai”. E entra uma voz ao fundo, um discurso que parece perfeitamente dirigido para aquela situação que acontecera pouco antes, mas na verdade fazia parte do espetáculo. A voz de um homem, sem imagem, ecoa (enquanto Wellington continua e aumenta a intensidade daqueles gritos guturais ao microfone): “O que vocês esperavam quando tirassem as mordanças que tapavam nossas bocas negras? que cantaríamos em louvor a vocês? [*repetição em eco:*] que cantaríamos em louvor a vocês?”. O eco vai diminuindo e uma batida *rap* acelerada, pesada, entra rasgando e Wellington começa a cantar, estilo agressivo, uma *letra-manifesto* à negritude em luta. Em um momento parte da plateia reage aplaudindo, ainda no meio da música (que fala sobre extermínio, padrão de beleza, orgulho e empoderamento), que ele, dirigindo-se ao ponto da plateia onde a discussão aconteceu, grita na música: “Tomar no cu seus arrombados racistas dementes” (aplausos). Ele continua cantando: “É o planeta África, nosso estilo te incomoda, mas vocês vão ter que engolir, porque os pretos são foda”. Quando para de cantar e a música estanca abruptamente, aquela fala é repetida: “O que vocês esperavam quando tirassem as

mordaças que tapavam nossas bocas negras? que cantaríamos em louvor a vocês?” ecoa três vezes. Silêncio. Wellington fala:

“Obrigado a cada um e a cada uma de vocês. Obrigado Priscilla, obrigado Paloma (...)”. Ajeita o pedestal, colocando microfone apoiado no suporte e diz em voz alta: “A encruzilhada está posta e o microfone tá aberto”.

Com essa interpelação, ele opera uma invocação aos Saraus da Periferia – dos quais participa, ajuda, pesquisa e se inspira – e a transformação do teatro em assembleia (RANCIÈRE, 2010), que naquela noite serviria como arena de confronto entre divergentes. E logo na primeira intervenção, uma fala, partindo do homem que cobrou respeito ao artista:

Primeiro eu peço licença à encruzilhada, licença Exu. O privilégio branco tá acabando, a palavra tem direção, a flecha também, num guenta, sai! [*o adversário na discussão retruca algo e ele rebate ríspido, impondo-se*] O microfone está aberto! O microfone está comigo! Você quer falar, venha ao microfone na sua vez. Respeita a palavra de Exu irmão, respeita porque o privilégio vai acabar. O acesso é pra todos, entende? A crítica artística não é só para pessoas ricas, brancas, privilegiadas, da Paulista. Respeita o artista que está aqui nesse palco, que se deslocou de outro Estado pra tá aqui. Se é difícil engolir, vai ficar pior meu parceiro – *muitos aplausos longos e gritos*.

Na sequência, o Pedro Fernandes foi ao “microfone aberto” e deu o tom dos nossos saraus de cá, ao dizer uma poesia do Belchior: “Trechos sonoros”. Depois, Chicão Oliveira foi ao microfone e, em um tom alto e grave, começou a cantar um trecho de loa do maracatu cearense, e disse: “queria render essa homenagem a mestre Juca do Balaio, o homem que levava frutas à cabeça e trouxe ao chão da minha terra alegria. O que vende a cocada, no maracatu se torna rei, a que vende dindim na parada do ônibus, no maracatu é rainha, o homem que sai no reciclado, no maracatu é balaieiro”. Depois diz uma poesia.

Após as intervenções dos dois cearenses, “o desentendimento” (RANCIÈRE, 2018) volta à arena. Um homem negro pega o microfone e diz: “Eu sou adepto do quem tem boca fala o que quer, eu também sou adepto de que quem tem ouvido não escuta qualquer coisa, e eu sou mais adepto ainda de que quem tem coragem de falar baixo, também tenha a coragem de falar quando microfone está aberto”.

O rapaz branco se levanta, e o que está ao microfone, apontando-o diz: “por favor”. Mesmo com o ambiente adverso, e a razão fraca, com argumentos frágeis, às vezes soando ridículo, mas com a autoestima alta que caracteriza a raça-classe-gênero, o homem branco foi ao microfone. Ele invoca a condição de artista, “há dezesseis anos vivo de música”, aí mostra uma tatuagem com alguma menção à cultura *reggae*. Depois diz:

Eu estou na mesma causa que você irmão. A partir do momento que você se levanta e vira pra uma menina e diz: ‘você é branca, então cala a sua boca’, você está sendo tão racista como as pessoas que escravizaram o seu povo”. Começa então um burburinho em reação indignada e ele sobe a voz: “o negócio é o seguinte, separação tá errado, a gente tem que andar unido, senão isso aqui fica igual a um certo cara que tá aí no poder falando um monte de absurdo (...) eu quero paz e união, a partir do momento que a gente se desune por causa de certas coisas que fizeram no passado, eu não tenho nada ver com isso, ok? Espero que entre no seu coração o que eu tô falando, muito obrigado.

Poucas palmas dispersas, mas o suficiente para o rapaz partir para a apoteose e ir abraçar o adversário, que reage com revolta: “tira a mão de mim! tira a mão de mim! não sou teu irmão! tira a mão de mim, me respeita!”, repelindo-o, enquanto o outro repete, condescendente: “eu sou teu irmão”. O outro repudia: “não sou teu irmão, não vem com papinho de cristianismo, não sou teu irmão, tira a mão de mim”, enquanto o outro insiste em buscar o contato físico, talvez achando que um abraço afetuoso selaria a paz, mas na verdade quase provocando um confronto físico, não fosse a intervenção de outros afastá-lo. A discussão continua. E outro pega o microfone, enquanto a discussão continua, e começa a orientar:

Aí Duzão, aí Duzão, deixa o branco cuspir mano, deixa o branco cuspir no privilégio dele, não gasta tuas palavras com ele não [*a discussão continua*], até então a gente ensina em Gauianazes que quando chega no Itaú, as ideia é pouca. E aí, sem maldade, não coloca a mão em nós nem pra vir pagar de irmão, tio! Você foi o primeiro errado no bang, não precisa abraçar ninguém, dá suas ideias, o microfone tá aqui, tá aberto, o mano convidou você pra dar suas ideias, mas até então não precisa abraçar e nem pagar de simpatia pra ninguém, firmão? A gente segue nossa caminhada (...) deixa nós, e quando nós vira pra trás pra dar as ideias, é papo reto.

A discussão continua, mais branda fora do microfone. Wellington o assume com um cântico de candombé: “Oxaguiã, o que come inhame (4x). Orixá jagun, jagun iê. Ele é Oxalá...”, o cântico segue. Silêncio total, só a voz de Wellington Gadelha ecoa. Depois de alguns minutos, ele vai baixando o volume da voz, até parar. Depois de alguns segundos em silêncio absoluto, os aplausos e gritos eclodem no ambiente. O espetáculo chega ao fim, mas o acontecimento continuaria a ecoar entre nós, excitados conversando no hall do espaço cultural, nas calçadas largas da avenida Paulista, no bar na rua Augusta.

“Lá na Barra, o Wellington fez uma apresentação para os dele, foi um acontecimento, a estreia, pôs à prova, é tanto que ele correu bem menos com a arraia<sup>341</sup>, o saco era menos

---

<sup>341</sup> “Ao longo da peça, o público, sentado no chão ao redor de um grande retângulo linóleo branco, acompanha o performer negro em uma sucessão de engajamentos com diversos objetos e materialidades sonoras. Na primeira série de movimentos, o artista corre em círculos fazendo voar uma grande pipa de cor preta. Entre estandarte da morte e brincadeira infantil, a pipa preta estabelece desde já o jogo de ambivalência e de significados cruzados que irá marcar toda a peça” (COSTA e GREINER, 2020, p. 11).

acochado, os braços soltos, aqui foi mais agonizante, o saco apertado”, comenta Chicão – e essa parte dele preso no saco, rolando no chão tentando se desvencilhar enquanto o “funk de putaria” toca alto no som, foi quando duas meninas começaram a rir, o que para nós soou muito estranho, meio ofensivo – “tava rindo de quê, o cara ensacado, uma luta contra morte” – e a outra, além de rir, comentou algo alto, provavelmente em relação à música, e aí foi o estopim, até porque ela estava próxima do rapaz que reagiu, diferente das duas que riram primeiro.

E seguimos conversando, comparando a performance lá (na Barra) e cá (na Paulista), e uma moça de São Paulo, que estava com a gente, comenta: “é muito simbólico que isso [*o conflito*] tenha acontecido na apresentação na avenida Paulista”. Chicão comenta: “porque o espetáculo é pra provocar, e aqui o acirramento racial no próprio público é mais forte do que no público que estava na Barra”. As apresentações no Cuca-Barra e no Itaú Cultural tiveram públicos bem diferentes, enquanto na Barra era um público de perfil semelhante ao que costumamos encontrar nos saraus de periferia, ou seja, familiarizado com a estética e a mensagem que o espetáculo passa, em São Paulo havia um ambiente estranhado, mais alteridade no público, assim a provocação ganhou outra modulação (que se refletiu no momento do microfone aberto, quando na Barra foi difícil alguém encarar a interpelação e ir ao microfone, na Paulista foi imediato), o acontecimento teve outra dimensão e a situação de confronto foi o efeito. Teve quem achasse que a discussão fizesse parte do espetáculo, demorando a perceber o que, de fato, estava acontecendo.

Pedro fala sobre uma conexão, uma linguagem (falada, vestida, gestualizada) da *periferia* que conecta. Conta como sentiu essa conexão naquela noite da apresentação do Gente de Lá, em São Paulo – em um momento depois do espetáculo, antes de se juntar ao pessoal do Ceará, observei de longe e percebi o clima de confraternização animada entre ele e o pessoal do “bonde”, como ele chamou. Depois, ele nos falou desse momento de familiaridade animada, após a tensão na arena lá em cima, mesmo com pessoas que ele estava conhecendo ali naquele momento. Alguns, ele teve o primeiro contato antes, na fila para a entrada<sup>342</sup>: “conversei com o pessoal na fila, conexão ali na hora, dois daquele bonde lá [*da discussão no espetáculo e do grupo que ele conversou depois*], eu tinha trocado ideia com eles na entrada”. Vi o Pedro

---

<sup>342</sup> Houve uma relação de identidade imediata que viabilizou que ele, com seu jeito curioso e expansivo, abordasse e iniciasse um diálogo com aqueles “manos”, que outras pessoas ali na fila não tentariam. “A expressão corporal é socialmente modulável, mesmo sendo vivida de acordo com o estilo particular do indivíduo”, o que faz o indivíduo “...constituir-se inteiramente como ator do grupo de pertencimento” (LE BRETON, 2009, p. 9). Nessa leitura, as manifestações corporais são significantes da comunidade social a qual se pertence.

conversando com pessoas de um grupo na entrada, do lado de fora do saguão, eu havia passado por eles e identificado que era parte dos “aliados” e “manos” que Wellington e Priscilla haviam me dito, dois dias antes, que iriam “colar na apresentação” domingo à noite.

Era o “bonde” do qual o Pedro falou, um grupo de pessoas *pretas*, que se movimentam da *periferia* ao *centro*, e vice-versa, pela arte e ativismo – como Wellington, Priscilla, Pedro... por isso “aliados”, lá na pauliceia desvairada. Em outro momento, eu os escutei conversando na antessala do teatro – uma arena sem o *palco italiano*, o qual Chicão tanto critica, e eu concordo, seria inviável, por exemplo, para a ação Gente de Lá. Falavam sobre um episódio recente envolvendo “a programadora de um Sesc e três moleques que ela viu numa batalha de *mc’s*”. Ela se impressionou com as performances deles: “ah, eles são muito bons, têm que ser vistos por mais gente, ir mais longe, têm que ir pro teatro”, um dos rapazes na conversa, o narrador, imita a “programadora” a falar; outro, cobra o nome dela, no que é atendido. E aí ela levou os meninos para participar de uma peça, da qual ela era uma das realizadoras, lá no referido Sesc. E ele, o narrador, critica os “papéis” dados aos meninos, bem como as ações de outros personagens negros, reforçadoras de estigmas e com o conteúdo recheado de reforços racistas: a “caricatura do negro hiper masculinizado e opressivo”, uma cena de negros estuprando uma menina branca e que são presos e espancados por dois policiais, um dos quais negro que, depois de agredir sadicamente os meninos, estupra a moça enquanto o policial branco assiste a tudo impassivo ou impotente.

Todos na roda reagem muito indignados, uma mulher diz: “isso tem que ser cobrado”. Discutem se os “moleques” têm sua parcela de responsabilidade: “não podem se esconder atrás da ingenuidade, isso não cabe mais”, diz um deles. “É, mas o Sesc tem que ser cobrado, não dá mais para aceitar esse tipo de coisa”, diz outra. “Pra se safar, vão alegar que não fazem controle de conteúdo, que não sabiam”, um diz. “Não cola! Como é que não sabem se a programadora do Sesc é produtora da parada?!”, outro arremata. Na antessala do teatro, o preâmbulo do conflito sócio-racial-político-cultural que aconteceria na ação: desentendimento dorsal que atravessa a sociedade brasileira.

Mas outra conexão *periférica* que rolou ali naquele *centro*, graças a atração de “aliados” que a ação Gente de Lá propiciou, foi com um parceiro da Priscilla que mora no Capão Redondo. E quando Pedro veio a nós, depois do espetáculo, foi logo dizendo: “Falei com o Lincoln, vai dar certo, amanhã vamos para o Capão”.

#### ***14.4 Visita ao Capão Redondo***

Vinte e seis de agosto de 2019, último dia da nossa *meta-viagem* a São Paulo, mas ainda faríamos uma viagem por dentro da cidade cinza. **A ciência de se deslocar de metrô:** do bilhete e cálculo de quantas viagens nele botar sem perder dinheiro com viagens que não faremos, nós que não moramos na cidade, ao estudo dos mapas peculiares com suas linhas de diferentes cores, seus diferentes destinos, tentando capilarizar-se no enorme corpo da cidade, sempre em crescimento. Três *baldeações* e trinta estações, entre o Belenzinho e o Capão Redondo. Na estação de Belenzinho descemos quatro lances de longas escadas rolantes, e vimos no mapa que para ir ao Capão precisaríamos pegar a linha lilás. Chicão divaga: “onde foi parar o barro dessa cidade? [tirado para cavar os túneis e construir tantas estações]”. Como nos deslocamentos de ônibus, no metrô a conversa ajuda na difícil fruição do tempo no transporte coletivo. Ser *movimento* é estar em movimento e não fazer parte de uma instituição ou entidade, refletimos em um dos vagões. Deslocar-se com constância é parte do estilo de vida de quem faz *movimento*. É. Mas não um deslocar desinteressado, estilo *flaneur*, e muito menos o deslocar alienado da correria pelas obrigações do trabalho.

Foi assim que Lincoln chegou ao Pedro, depois de conhecer Priscilla. Foi o que ele me falou, já no Capão, quando andávamos ladeira acima, depois de sair da casa dele rumo ao “Bom Prato” (restaurante popular subsidiado pela prefeitura) para almoçar a um real, andando na calçada estreita, com carros e motos e ônibus passando apressados à nossa esquerda; à direita o campus da “universidade dos adventistas”. Passos lentos e ele falando como chegou ao Serviluz, mediado por Priscilla. Lincoln trabalha com audiovisual e, durante um tempo, vendeu sua força de trabalho para uma empresa produtora de vídeos. Hoje, ele desenvolve suas atividades de forma mais autônoma, trabalha em casa, reúne-se com parceiros, participa de diferentes coletivos e em projetos como o “Basquete e Autonomia”, o Comitê Moa do Katendê, coletivos de produção audiovisual etc. E desenvolve tais atividades, predominantemente, no território onde vive, Capão Redondo, extremo sul de São Paulo. Diz que quando começou a trabalhar assim, chegou a passar um ano “sem ir na cidade” – é como se São Paulo fosse outra cidade, geradora de ansiedades e outros sofrimentos, inclusive depressão, bom poder evitar ou não ser obrigado a ir lá, mas na noite anterior foi para a avenida Paulista, encontrar a amiga cearense, pois Priscilla iria participar do espetáculo Gente de Lá. Ele chegou atrasado, é bem verdade, mas encontrou o pessoal depois da peça, saíram para algum canto e ele teve que voltar de *uber*, pois o metrô já não funcionava e aí seria complicado chegar em casa.

Pois bem, ele conta que a conheceu em um curso do qual participou em Fortaleza. Quando trabalhava para a empresa produtora audiovisual, viajava muito, diferentes cidades, disse que no começo até gostava, aquela coisa de viajar de avião pela primeira vez, tudo

interessante, “aquela coisa da mesinha e tal”, curioso, mas não tinha muito o que descobrir, mesma coisa com os hotéis, as passagens rápidas de dois dias, hospedado em regiões centrais ou turísticas, como a Beira-Mar em Fortaleza. No mesmo hotel onde se hospedara em Fortaleza, ocorria o evento do qual participava, e Priscilla também. Então, *afinidade seletiva* (como a que Pedro acionou na noite anterior com o pessoal do “bonde”), percebeu: “a mana era de periferia” como ele, “colou” nela e pediu para conhecer a “sua quebrada”, disse que ele também vive em uma *quebrada* em São Paulo, Capão Redondo, e foi assim que conheceu o Serviluz. E voltou novamente. Dessa vez livre, e passou dias ou semanas na *quebrada* da Priscilla, no Serviluz, onde ela nasceu e viveu seus vinte e tantos anos (até ali), assim como ele no Capão, onde mora desde que nasceu há trinta anos, “contrariando a estatística ” (Racionais Mcs).

Ao chegar à Estação Capão Redondo, fizemos a integração modal e pegamos um ônibus. Descemos no local indicado. Estrada de Itapeirica. Vi a placa logo que descemos do ônibus e atravessamos a avenida, indo encontrar Lincoln numa padaria. Assim que vi aquele signo da cartografia lírica do famoso grupo de *rap* citado acima, originário daquele bairro<sup>343</sup>, ocorreu-me uma ligeira excitação, que me fez apontá-la para quem ficou comigo naquela esquina, enquanto outros entraram na padaria. Tudo me interessava e eu buscava olhar o máximo que pudesse, tentando reter impressões, como na estação onde descemos e o terminal de ônibus onde embarcamos: “parece Fortaleza”, comentei, referindo-me à paisagem humana. O que depois seria ratificado por Lincoln, quando conversávamos na sua casa: “quando você chega no Capão parece que chegou em uma cidade do Nordeste”, em referência à quantidade de pessoas de origem nordestina a povoar as ruas do bairro, com sua estética, hábitos, jeitos de ser. Não era o caso dele, sua família materna veio do interior do Paraná, gente Guarani, seus “parentes”, como ele nos falou. Reúnem-se, pessoas de diferentes povos indígenas que moram no Capão e arredores, com frequência para rituais, reuniões para “apoio mútuo”, rodas de rapé, terapêuticas etc., ou simplesmente para se ver, conversar.

Da janela do ônibus, e depois a pé, observei várias lojas de moto, além de outros comércios, e muitas motos na rua, tudo muito parecido com as cidades de cá (lembra cidades de porte médio do interior do Ceará), mas com uma diferença marcante no tráfego: a ausência de bicicletas nas ruas – várias vezes conversamos sobre isso naquela viagem, eu, Pedro, Chicão, Nilza, especulando motivos: as ladeiras, as distâncias, a falta de espaço no fluxo do trânsito carregado de automóveis nervosos, apressados, agressivos. Era o caso ali do Capão Redondo,

---

<sup>343</sup> Dois dos quatro integrantes, Mano Brown e Ice Blue, nasceram, cresceram e começaram a rimar nas ruas do Capão Redondo, tantas vezes invocados em suas músicas e falas.

muitos trechos íngremes, ruas estreitas (mesmo a *avenida principal* do bairro, semelhante à *avenida principal* do Serviluz) com muitos veículos, quase não sobra espaço nem para calçada, na qual volta e meia um pedestre desatento é apanhado pela funilaria lateral de um ônibus ou caminhão, ou pelo retrovisor de um carro.

Outra diferença notória é a paisagem – ainda mais se compararmos com o Serviluz, mas não só. A geografia paulistana peculiar se manifesta ali em montanha, vale e mata e, também, em indústrias e prédios uniforme de conjuntos habitacionais – Cohab. Um parque com vegetação remanescente de Mata Atlântica, dezesseis hectares, chamado Parque Santo Dias, em homenagem ao membro da Pastoral Operária morto pela polícia militar durante um piquete grevista em 1979, ano no qual nasci. E ao longo da vida me depararia várias vezes com aquele nome-personagem. Rádio Santo Dias no Conjunto Palmeiras, rádio comunitária muito ativa no bairro, na qual Wayne Tiago foi comunicador (MATTOS, 2012), e fechada pelo governo federal em 2003, resultando em um processo que acompanhei quando trabalhava no Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar. Associação Santo Dias, Auditório Santo Dias, cartazes de Santo Dias ao chão nas rodas das plenárias do Grito dos Excluídos e Excluídas das quais eu participava, pregados nas paredes das pastorais sociais, o nome Santo Dias pintado em muros das suas sedes.

Quando Lincoln falou que, depois do almoço, iríamos até o Parque Santo Dias, apontando a área verde na encosta de um vale, o mesmo que margeávamos em outro quadrante, uma sensação de familiaridade ressoou em mim e estremei em surpresa: “Santo Dias? Sério?”. Sim. Lincoln explicou que o mártir da Pastoral Operária e referência do *movimento operário* e das pastorais sociais católicas no país era morador do Capão Redondo, migrante nordestino, religioso, alguém muito querido, ajudava muito, empenhava-se pela organização da comunidade, amparava famílias, participava de lutas por melhoria no bairro, além da sua atividade como líder sindical. Foi durante um piquete em um bairro vizinho, Santo Amaro, que ele foi morto com um tiro, Lincoln conta. Muito querido e um lutador, inclusive pela preservação daquela área verde e criação do parque, em uma gleba de terra que era de propriedade dos religiosos adventistas (que além da universidade, possuem também uma indústria no bairro, isso o que eu vi naquele dia). Então, nada mais justo do que homenageá-lo com o nome do parque. E este se tornou um espaço muito importante para a vida do bairro. É lá que acontecem as atividades do “Basquete e Autonomia”: treinos, torneios, formações – Lincoln explica, destacando a recente iniciativa de organizar “equipes trans”. Pedro comenta: “É o esporte, além da arte, que salva a favela”. E no Parque Santo Dias, vimos adolescentes, jovens e adultos praticando esportes em quadras, correndo nas trilhas sinuosas entre a mata.

Também jovens ouvindo música, Tim Maia: “devo lhe dizer que sou réu confesso, e por isso eu peço, peço pra voltar...”.

“Eu venho pra cá, eu me revigoro”, o Lincoln fala. Com certeza, imagino. O parque, com sua reminiscência de mata atlântica e pulsação de vida comunitária, emana energia. É uma mostra viva de como uma luta coletiva por bem comum afeta profundamente a vida das pessoas, no caso, aquelas que usufruem o Parque Santo Dias. Este é um parque diferente dos da “cidade”, percebe-se pela mata nativa, por meio da qual serpenteiam trilhas estreitas de terra batida, que desaguam em uma área mais aberta de esporte e lazer, contígua à qual, vemos a quadra coberta e a casa da administração. Também não recebe a mesma atenção e apoio do poder público e iniciativa privada. Seu funcionamento, manutenção, promoção de atividades e tal é um movimento comunitário constante de produção de vida. Sobre aquela diferença e este movimento, Lincoln fala:

Os parques da cidade parecem quintal dos condomínios daquelas pessoas, a própria arquitetura do espaço [*a única vez que foi no Ibirapuera foi em um passeio da escola*]. Aqui você tem essas quadras, essa quadra aqui é uma história, é história de luta da construção do bairro, mas tipo de uma geração que é da minha, de trinta anos, que cresceu aqui, é uma geração nova... você vai no Ibirapuera e não vê isso, uma movimentação tão grande, galera da quebrada (...). A gente está na luta pra manter, conseguir fazer atividades, são muitos coletivos nessa luta pelo parque (...). Pessoal da Cufa veio aí (...) trouxeram a Globo aí, veio, fez uma matéria... (Lincoln, visita ao Parque Santo Dias, 26 de agosto de 2019).

Depois de um passeio pelo parque, fomos ao escritório da administração. O Rosto de Santo Dias na parede. Lincoln tinha livre acesso naquele espaço, assim como membros de outros coletivos, pois a gestão era de gente da comunidade, dos movimentos. Entre esses coletivos que fruem e lutam pelo Parque Santo Dias, está o Basquete e Autonomia, que o Lincoln organiza; outro coletivo do qual ele participa, a Astúcia Filmes, também soma com produção de conteúdo audiovisual no e sobre o parque. Ele também participa de outro coletivo, o Comitê Moa do Katendê, do qual o coordenador do Parque Santo Dias, à época, um homem negro, de origem baiana, também participava. Entramos na sala da coordenação e ficamos em pé conversando. Nosso anfitrião nos fala sobre uma foto de uma corredora na parede. Conta que fazia vinte anos que aquela foto estava ali, que o nome dela é Neide Santos, que ela veio de Ilhéus, destaca que ela é de origem indígena, é de uma família indígena que veio pra São Paulo. Ela corria de maneira amadora, começou a correr no parque, umas mulheres que frequentavam pediram para ensinar e ela foi começando. Mas houve uma tragédia dupla na vida dela: perdeu o marido e perdeu o filho, “menor de idade, que não virou bandido”, ele destacou que foi assassinado mesmo assim, o marido pela polícia, negócio de matador, e o menino em

um roubo praticado por um “de menor” que acabou atirando no filho dela. Acontece que o filho, pouco antes da tragédia, tinha pedido: “oh mãe, trabalha com criança também”. Aí ela começou amadoramente, ele conta: “quando eu cheguei aqui, em 2005, ela juntava dinheiro pra comprar um colchonete, comprar água, não tinha apoio de ninguém, pedia moeda aos pais de todo mundo... juntavam dinheiro pra comprar tênis um pro outro, e agora eles já estão há dez anos com apoio, e ela foi convidada pra carregar a tocha olímpica, aquela placa ali...”, e aponta para uma placa do Comitê Olímpico Internacional em reconhecimento a Neide Santos<sup>344</sup>.

A vivência no Parque Santo Dias e a história da Neide conectam-se a uma das coisas que mais conversamos e mais me fez refletir naquele dia, que foi sobre o *cuidado* como uma dimensão essencial da ação coletiva e a *cura* como efeito dos encontros, lutas e acontecimentos que geramos – **movimento de produção de vida**.

Conversamos sobre muitas coisas naquele dia. Primeiro, no apartamento térreo de Lincoln. Estava frio e ele nos serviu chá quente em duas canecas. Chicão pega uma e diz: “vou rodar na paulista”. Para minha surpresa, Lincoln não conhecia a expressão, mas diz que em São Paulo fazem bastante roda, diz que tem um saco de *tererê* na sua casa: “os hábitos que não saem, tipo milenares”. Lincoln diz que quando era mais novo, tomava até misturado com vodca – “Eita!”. Fala da diferença das rodas das quais participa em relação às “plenárias da esquerda, com seus “palcos”. Pedro emenda: “a gente é círculo de cultura, não tem pra onde ir, todo mundo olho no olho numa roda”. Lincoln: “aí você pega uma roda de rapé, é uma roda (...), não tem uma fila, igual igreja católica tem pra você ir lá pegar a hóstia e tal, é outras configurações”. Lincoln explica que “parentes”, vindos de diversas regiões e etnias do país, que hoje vivem no território periférico da *zona sul* de São Paulo, fazem rodas de rapé e outras “medicinas”: “tem uns parentes aqui no Parque São Luís que abriram um consultório”. “Olha aí mah, como tem muita coisa acontecendo”, comento. Pedro fala do “Eco na Uece [*Universidade Estadual do Ceará*], a gente precisa conhecer”. Chicão diz que conhece. Eu não. Pedro explica:

É uma oca, tem *reiki*, massoterapia, yoga, é um espaço de cuidado. A Crítica Radical, as nossas favelas têm que ter os espaços de cuidado. Uma ideia nossa lá na Associação [*de Moradores do Titanzinho*] é levar esse espaço de cuidado pra lá, se a gente não cuida do ser, como é que nós vamos botar as pessoas pra enfrentar uma grande luta dessas que é dá vida a uma existência que nos roubaram (Pedro, 26 de agosto de 2019, conversa na casa Lincoln, Capão Redondo, São Paulo).

<sup>344</sup> “Corra, Neide, corra. Neide Santos transformou dor da perda em projeto de corrida que atendeu 4 mil pessoas no Capão Redondo, em SP” (Vanessa Fajardo, colaboração para Ecoa, de São Paulo (SP): <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causadores-neide-santos/#cover> (acessado em 15.01.2023)

Lincoln emenda comentando que:

a gente precisa trabalhar uma medicina, mesmo, que não seja violenta como a medicina branca, porque se você tá doente numa quebrada e vai num posto de saúde, mano, não tem uma violência maior... você ir se consultar e conversar com um cara ali e ele dizer tudo que você tem e quando você sai, já não sabe o que tem, só sabe o remédio que tem que tomar. (Lincoln, 26.08. 2019, Capão Redondo, São Paulo)

Falo do caso do Wayne, companheiro nosso do Movimento dos Conselhos Populares no Conjunto Palmeiras, que tem um problema de coluna crônico e que me disse, há uns anos, que estava tomando oito remédios e que, por conta própria, reduziu para dois ou três. “Eu estava acabado, estava prostrado”, ele me disse, e foi testando, foi tentando se *desalienar* dos efeitos no corpo e perceber o que cada remédio estava fazendo com ele, e suprimindo gradativamente as medicações, Wayne me disse: “Estou outra pessoa, mais disposto e tal”.

E o Lincoln comentou que conversavam sobre isso no Basquete e Autonomia: “esse movimento de pensar corpo”. E explica que quando se dá treino de basquete “tem que discutir essas fitas”, porque quando se começa a praticar um esporte é comum ter lesão, e quanto mais se pratica, mais é comum, então Lincoln problematiza:

Como a gente consegue se auto-cuidar nessas fitas que é mais complexa assim, tá ligado? Se você torce o tornozelo, não é tão simples assim, você não consegue andar e você precisa de um atendimento médico, mas se você sabe que é uma lesão de grau um, grau dois, grau três, já sabe o que procurar (...) se só com gelo consigo curar. E esses conhecimentos básicos nós não temos, e são coisas naturais como uma erva. Na verdade, o que nós temos percebido nessa pesquisa toda, nós vamos inclusive produzir um material sobre isso, que historicamente as nossas famílias têm muita solução pra isso, você tem remédios caseiros que trazem uma sabedoria muito grande” (Lincoln, Capão Redondo, 26 de agosto de 2019).

Essa questão do cuidado e da cura também surgiu na conversa em meio a críticas à atuação da “esquerda” (partidos e seus militantes) e reflexões sobre a expansão das igrejas evangélicas nas periferias. Lincoln comenta: “outra coisa que rolou também aqui na quebrada, que foi um movimento muito grande, assim, de igreja evangélica”. E fala da “busca por cura”, uma demanda sobre a qual ele reflete, que a fé atende: “e aí o que é que a igreja vai oferecer? ela vai oferecer prosperidade, qualquer igreja...”. Nesse ponto, Pedro fala: “uma exploração, enganação”. Mas Lincoln pondera:

É, é tipo isso, os caras estão explorando, mas pelo menos você tá indo prum lugar onde vão dizer tipo: ‘oh, você vai ficar bem’. E aí você vai pra qualquer movimento político partidário de esquerda, aí falam: ‘não, tamo fodido, tudo tá fodido’. E hoje

tamo nesse momento, um momento que as pessoas olham e tipo a Amazônia<sup>345</sup> está pegando fogo, tá todo mundo, todo mundo não, muita gente que não tá envolvida em nada concreto, fica tipo assim: ‘ah me sinto impotente’. Mano, tipo, em cada esquina tem um coletivo, tem movimento social, tem uma organização comunitária, coisa que você pode se organizar junto, você pode ajudar, você pode dar dinheiro pras pessoas que estão precisando, tá ligado? E aí nós acompanhamos muito, tipo, uma esquerda que chegava e demonizava assim completamente, dizendo: ‘oh, as igrejas elas são só... a direita tá crescendo aí, a direita tá crescendo aí’, é só isso, tá ligado? Firmeza e tal, tá aí né, só que tipo você não oferece nada em contrário, você não discute, por que as pessoas estão indo parar ali? (Lincoln, Capão Redondo, 26.08. 2019).

A questão do cuidar, Pedro sempre fala isso, uma política do cuidar que a *esquerda* não oferece. Impotência fruto das práticas e ações da *esquerda*, “corta as forças da ação”, terceiriza a política para a representação – terceiriza a ação, prostrando os sujeitos na passividade.

No lastro da discussão sobre *cura*, Lincoln fala sobre conversas que faz com “parentes”, a importância da questão da autoidentificação indígena em contexto urbano: “você pega São Paulo inteira é terra indígena, isso não é dito (...) você tem várias etnias e muitas vezes a pessoa não tem como saber qual sua etnia porque como você vai cobrar de alguém que foi marginalizado favelado foi jogado na favela, é pobre” – “ele nega”, diz Chicão – e Lincoln prossegue: “nega, inclusive porque numa época, por lei era proibido, converso com minha vó hoje, ela fala que não podia falar que ela era índia, tá ligado?”. Fala que em São Paulo é comum ver pessoas de pele preta mendigando, mas na “terra dos meus parentes”, da mãe dele, “é o contrário, pessoas como eu, na mesma entonação da minha pele que estão mendigando na rua. e minha família era uma família de mendigos, assim, tipo morou num estádio de futebol muito tempo, e com sete filhos minha vó morava”. E aí ele questiona: “como você vai cobrar tipo: ‘qual é a sua etnia? o que você sabe?’”, então nós estamos muito nesse movimento, tipo, de reunir”. E diz que, eles estavam avaliando, isso foi o que salvou eles de várias “impressões negativas” que a política estava emanando, o contexto pós eleições de 2018: “tipo ‘ai desesperança, tudo acabou’”. Diz que eles estavam enfrentando aquela situação com a “organização comunitária”:

(...) nas nossas rodas de rapé, jurema, nossa religião, nossa medicina salvou nós, não passou aqui essa ‘nossa e agora o que vamos fazer?’, não! a resposta está aqui nessa

<sup>345</sup> Dois dias antes estivemos em uma manifestação em defesa da Amazônia ocorrida na avenida Paulista, algumas milhares de pessoas grande presença de jovens, muitos integrados a coletivos mais ou menos ligados à causa ambientalista, expressões variadas: faixas, cartazes e outras variações de objetos visuais, performances, cânticos, palavras de ordem, batucadas – não havia carros de som. Dalton Rosado, um advogado veterano dos tempos de União das Comunidades e gestão Maria Luiza nos anos oitenta – hoje, já não tão participativo no Crítica Radical, mas um dos mais empolgados naquela viagem, emocionou-se quando falou naquela reunião antes da abertura da exposição Meta-Arquivo (“esse grupo sempre esteve na contramão, pagamos um preço muito alto”, “hoje pessoas estão mais abertas a outras reflexões”, “esse grupo teve papel destacado na luta pela anistia”), sempre contando histórias do passado, participava animado de todas as atividades – ele comentou assim: “Foi bonito, participação majoritária de jovens, de garotos na manifestação ontem, parecia com as de 2013, mas aquelas foram muito reprimidas e manipuladas”.

roda, está em continuar conversando com os nossos, porque eles morreram com dores, com alegrias que nós carregamos até hoje, e aluta é essa, a luta pra nós que é indígena não passa por um tempo agora, passa pelo passado e pelo futuro na mesma linha narrativa (Lincoln, Capão Redondo, 26 de agosto de 2019).

A questão identitária, nos fala Lincoln, tem essa dimensão da *cura*, reconhecer-se indígena transformou a vida dele, transformou vida de várias pessoas na periferia sul de São Paulo que ele conhece, “adoecidas pelo sistema”, e que superam depressão e “várias paradas” psicológicas, emocionais, através da autodescoberta e do auto-reconhecimento, que são processos não só individuais, mas de luta social e política, pois implica em enfrentar uma hegemonia dominante com mecanismos de apagamento, negação e esquecimento do ser coletivo indígena em uma cidade como São Paulo.

Ele fala, em uma crítica à esquerda partidária-estatal que vínhamos desenvolvendo na conversa, de “uma forma branca de pensar a política, de desrespeitar completamente a organização de povos indígenas e pessoas pretas tiveram nesse país” (Lincoln). Ao que Pedro emenda: “e é o que eles querem, negação de tudo isso porque quando se nega, se sobrepõe uma hegemonia, negação, negação desse ser que é diferente do que eles querem que a gente seja”. Lincoln pondera que “toda autoidentificação ela é permitida pelo Estado, mas ela tem um tabu muito grande”.

Lincoln também reflete – após ouvir sobre as lutas territoriais no Serviluz e a ocupação Raízes da Praia – que é importante casar a luta identitária com a questão da terra. Fala da experiência do Movimento Negro Unificado (cuja participação fez parte da sua *formação* militante ou ativista), que durante algum tempo lutou por moradia, terra: “não era só uma questão de identidade”. E prossegue:

Você pega, por exemplo, como o racismo age com pessoas asiáticas no Brasil, é muito diferente né. Elas são facilmente confundidas com brancas, apesar de não serem e passar por racismo, mas receberam terras, receberam propriedade né. E aí pra nós povos indígenas é o contrário, apesar de estar na constituição, o que significa que eu, se eu estiver numa cidade e for indígena eu tenho direito a terra, que está na constituição né, está nas regras lá do jogo. E o movimento negro durante um tempo lutou por isso. E não é à toa que todo movimento de moradia que você vai mano, são pessoas pretas, pessoas pretas e indígenas, em qualquer lugar do Brasil, sabe? Pessoas pretas e pessoas indígenas faveladas. E aí é um perigo pro Estado você sacar que o território onde você mora é uma terra indígena. (Lincoln, Capão Redondo, 26.8.2019).

E para ele, já vimos, “São Paulo inteira é terra indígena”. Aonde, por exemplo, há um rio margeado por asfalto ou escondido embaixo dele, canalizado, invisibilizado, mas vivo, aí pulsa ancestralidade territorial indígena – os rios resistem, a ancestralidade também. Mas, em condições de adversidade e opressão.

Ainda na casa do Lincoln, antes de sair para ir almoçar e, depois, visitar o parque, Pedro pergunta: “já pensou Lincoln, isso aqui antes da colonização, que loucura, que lindeza hem?”. Lincoln responde na hora: “eu penso nisso todo dia”. Pedro, rindo, fala como se fosse o outro: “eu penso e falto chorar”. E Lincoln prossegue: “tem ali do lado do rio Pinheiros... eu trabalhei muito tempo pegando aquela condução lotada e a única coisa que me acalmava, desenvolvi síndrome do pânico essas fita assim, e aí eu ficava olhando pro rio e imaginando pessoas nadando ali, e tinha uma capivara às vezes e eu pensava: ah ainda tem uma resistência”. Lincoln recomenda que se tivermos tempo ir para o Centro pelo trem, porque anda pelo lado do rio Pinheiros o tempo inteiro: “vai demorar uma meia hora a mais, mas eu super recomendo pela viagem (...) vai até a linha amarela, desce em Pinheiros, aí pode ir até a República”.

Não fomos por esse caminho. Quando saímos do Parque Santo Dias já era tarde, tínhamos apenas uma hora para chegar no *hostel* em Belezinho, de onde sairia o transporte a nos levar ao aeroporto para fazer o deslocamento de volta ao Ceará.

Ao voltar para Fortaleza, seguiríamos refletindo e aprofundando aquela questão da *ação do cuidado* e da constituição de espaços-relações *de cura* nos nossos coletivos. Mas, ainda em terras paulistas, no micro-ônibus que nos levava ao aeroporto, uma cena me fez refletir: para além da luta política, das reivindicações materiais e simbólicas, das resistências, ocupações de espaços e enunciações, há nos coletivos que eu acompanho essa agência fundamental do cuidar, fazer bem, ajudar nos processos de cura de quem deles participa. Aquela viagem, por exemplo, foi um processo de cura para um dos nossos, o Pedro.

A cena foi a seguinte. Estávamos indo para o aeroporto, um clima de satisfação e alegria. Na parte traseira do veículo, um grupo mais alegre, violão e cânticos. De repente, Chicão diz um poema do poeta “santo e bandido” Mário Gomes: “Se um dia eu morrer por causa do cigarro, aos meus amigos eu peço calma! Sim, tive muito cigarro. Mas os fumei todos com todo o prazer de minha alma”. Sentado ao lado do Chicão, estava o Pedro. Inconsciente, ao virar para trás, olho para ele e seus olhos estão marejados, na expressão facial percebo que a lembrança da mãe o atravessou – ela morrera com complicações de um enfisema pulmonar, na véspera da viagem. Alguns dias antes da nossa ida à São Paulo, a mãe do Pedro fora hospitalizada. A situação era grave. Dois dias antes da viagem, ela faleceu. Fiquei na dúvida se ele iria, ainda que achasse que o faria bem. Ele pensou a mesma coisa, e a viagem e todas as ações e acontecimentos que a permearam, além da convivência intensiva em deslocamento e os encontros, tudo isso fez bem a ele naquele momento, ajudou a dor da perda recente, uma espécie de transcendência e apaziguamento espiritual, em meio ao movimento dos deslocamentos, dos encontros e das relações, das ações, conexões e aprendizados. Ele nos comentava isso, quando falava da mãe,

da questão dela com o cigarro, da batalha cotidiana para criar os filhos em condições tão adversas: “minha mãe foi uma vítima indireta do capitalismo, do massacre do sistema em cima dos pobres, sua vida era trabalhar para conseguir criar os cinco filhos, fumando direto que o cigarro era que ela tinha para espairecer no estresse constante que ela vivia, era sua muleta” (Pedro).

Aquele acontecimento singelo no micro-ônibus, junto à conversas e vivências intensas daqueles dias, fez-me ficar refletindo no voo de volta sobre a importância do cuidado mútuo e a potência de cura que os coletivos que participo e pesquiso contêm – seja na dimensão da ação, seja nas relações cotidianas, logo, para além de plataformas de enunciação, tratam-se de *comunidades existenciais*, onde entrelaçam ação política, afinidades culturais e ideológicas, utopias, trajetórias e projetos comuns, amizade, sobrevivência, apoio mútuo, cuidado consigo e com o outro.

## O QUE NOS MOVE E O QUE NOS PARALISA

### “Almas sebosas”

Se pegarmos as confraternizações de final de ano da Frente de Luta por Moradia Digna como parâmetro, pode-se dizer que o ano de 2019 acabou melhor do que 2018 (a qual é relatada na *Introdução*). Este começou com a “chacina da Cajazeiras” – prenunciando um ano de recrudescimento das guerras criminais assolando as populações periféricas (ou nem tanto se considerarmos o exemplo da chacina da Benfica ou da prisão de líderes de facções em condomínios nas zonas nobres de Fortaleza e outras cidades), muitos dos saraus e outros encontros-ocupação, como reggaes, tiveram que parar para proteger os corpos e vidas de quem participava – e acabou com a eleição presidencial consagrando o projeto de *necropolítica* mais bem acabado e representado, prenunciando um retrocesso em políticas sociais e de direitos humanos. Então, ao final de 2018, o que temos ali é mais uma assembleia da Frente, ruminando a dor e exalando esperança, porque à consciência nítida da realidade denunciada e lamentada e chorada, veio a reflexão dos estados de espírito e estágio de organização das pessoas ali em comunhão e apoio mútuo, não só em ações passadas e futuras, mas no próprio encontro, catarse de emoções e reafirmação de alianças que, de fato, mostraram-se vitais. Aquela “rede de afetos”, nas palavras do Rogério, estava reconfigurada pelo rico processo de Assembleias Populares pelo Direito à cidade, em meados daquele ano, e o intenso processo de formação e articulação que foi o Curso Produção Capitalista da Cidade, que iria concluir, depois de meses de encontros e atividades, no início de 2019.

Além disso, atingira-se avanços na efetivação das Zonas Especiais de Interesse Social, o que trazia perspectivas alvissareiras, mas também muito trabalho político pela frente, como de fato aconteceu. O ano de 2019 também foi de intensas lutas no Serviluz, como vimos nos capítulos 4 e 5, em enfrentamento a um projeto da prefeitura que implicaria a remoção de centenas de famílias – projeto que o Pedro já denunciava em agosto de 2017, na III Assembleia Popular pelo Direito à Cidade, no Bom Jardim. Em 2019 foi o auge da luta dos coletivos que compunha o Conselho Popular do Serviluz, das pessoas que formaram a Comissão Titan e faziam acontecer as Assembleias Populares da Comissão Titan ou Assembleia Popular Titan Não Sai (a depender do contexto de enunciação).

E eis que chegamos ao final de 2019, a confraternização da Frente de Luta por Moradia Digna foi conjunta com a Comissão Titan, realizada lá no Titanzinho, entre uma casa e a praia, comida, bebida, banho de mar, pés na areia... um encontro de caráter mais festivo do que o do

ano anterior, pois ao fim de 2019 celebramos a “vitória contra a remoção”. Aos dias vinte e cinco de setembro daquele ano, em reunião com a comunidade, a prefeitura, com presença do próprio prefeito, reuniu moradores no auditório da Companhia Docas, na avenida Cais do Porto. Após tensa discussão, que eu presenciei<sup>346</sup>, na qual o prefeito chegou a chamar de “almas sebosas” às pessoas “de fora da comunidade” que se opunham ao projeto, ou seja, os aliados dos coletivos de moradores do Titanzinho contrários à remoção, ao que ouvi Priscilla (sempre com sua câmara a registrar), passando ao meu lado, comentar: “as definições de cara-de-pau têm que se atualizar”. Havia escutado dez dias antes a mesma expressão, “almas sebosas”, atirada por jovens do Morro contra policiais militares, durante um protesto contra o assassinato, por um *pm*, do jovem Juan (próximo tópico). De volta àquela reunião, após ouvir manifestações contrárias à proposta, o prefeito conduziu uma votação onde a maioria dos moradores levantou a mão contra a remoção. Ele, então, falou que só iria para o “conjunto habitacional” ou seria “indenizado” quem assim o desejasse, e quem desejasse ficar na sua casa assim o seria. Vale destacar aqui que a “vitória” comemorada pelos moradores ligados à Comissão Titã e seus aliados, ao final de 2019, de maneira alguma representou uma ideia ilusória de ponto de chegada e “paz eterna”, mas um movimento positivo em uma larga história de conflitos socioespaciais, que seguiria com novos rearranjos no futuro imediato, até porque o projeto Aldeia da Praia continuou (readaptado), mas a Zeis e a organização comunitária avançaram. Tanto que a Comissão Titan está ativa até hoje, junto com a Associação de Moradores do Titanzinho e a teia de coletivos que se apoiam.

Mas acontece que um espectro de morte, em escala ainda maior do que a produzida pela *governamentalidade necropolítica* cotidiana, já era uma ameaça ganhando corpo no final de 2019, início de 2020.

### **Interpelações necropolíticas**

Liduina, do Morro da Vitória, foi uma das pessoas mais cheias de vida que já conheci. Que ela protagonize um trecho desta *vivência-pesquisa* atravessado pela pulsão de morte, é algo trágico. A sua pulsação de vida era corpórea, Liduina era agitada, “elétrica”, dizíamos brincando; sua pulsação de vida era política: mulher de ação, tronou-se, na *linha de frente* do

---

<sup>346</sup> Fui o único “não-morador” a entrar (além do pessoal da prefeitura), usando o artifício de me apresentar como advogado de um dos moradores, membro da Comissão Titan, que insistiu na minha presença, deu certo, mas fui só testemunha, e informante para quem estava de fora saber o que estava acontecendo no auditório, lotado com umas trezentas pessoas, ou mais.

conflito, e das mediações que o acompanham, criadora da comunidade Morro da Vitória, na produção de vida cotidiana das ações no Barracão, no ativismo comunitário da Associação e em movimentos populares como Cebs e Mcp, na criação da comunidade Raízes da Praia. Mãe, arrimo na família, ajudou a gerar e cuidar toda uma comunidade: da sua constituição no terreno, à aparição política, passando para o cuidado cotidiano.

Liduina morreu em abril de 2020, vítima da pandemia de covid-19. A última vez que a vi foi quando do assassinato de Juan, em setembro de 2019. Juan, um adolescente do Morro, estava participando de uma roda de dança com outros jovens na Praça do Mirante, quando uma composição da polícia militar decidiu dispersar a ocupação festiva da praça por jovens moradores daquele território, e um dos policiais efetuou um disparo que atingiu Juan na nuca. Por vários motivos, fui atravessado, da mente ao estômago, por um sentimento de dor e revolta que me impeliu a ir para o Morro naquela noite de sábado. E a primeira pessoa para quem liguei foi Liduina.

“Não vamos nos calar!” é o tom na convocação e da manifestação, em falas, gritos e cartazes. Juan foi assassinado na noite de treze de setembro de 2019. Em questão neste acontecimento e naquela palavra de ordem, duas linhas de enfrentamento na relação entre estado-polícia e população da favela ou periférica, e que atravessam tantas dimensões dos conflitos e movimentos que temos acompanhado nesta tese: **dispersão versus ocupação, expressão versus silenciamento.**



Figura 11 Praça do Mirante, 14.09.2019 – Manifestação de protesto pelo assassinato de Juan (foto do autor)

“Foi muita revolta dos jovens pedindo justiça” – postou Liduina comentando a foto acima, quando a postei em *redes sociais* no ciberespaço. No dia seguinte, conversei com ela por telefone, e ela me relatou outro fato revoltante, ocorrido naquela segunda-feira, por volta de meio dia:

eles tiveram aqui hoje, prenderam um homem aqui na rua do Barracão, até aí tudo bem, mas aí entraram na casa e maltrataram a mulher, afogaram ela com um saco sabe? na frente das crianças dela. As crianças chorando e eles massacrando ela. Ela

**foi menina do Barracão.** Fiquei na frente da casa, gritei que queria levar os meninos pra comer no Barracão, as crianças que tavam lá no Barracão tudo agitada, umas chorando, chamei umas mães, fizemos tipo uma manifestação sabe? aí eles me entregaram as crianças, levei pro Barracão dei comida, enquanto comiam me disseram: ‘botaram a mãe no saco tia’. Depois ela chegou, a boca parecia uma flor vermelha, inchada, com sangue. (Liduina, conversa por telefone, 16.09.2019)

Já escrevi sobre o Morro da Vitória e o movimento de produção de vida, uma espécie de *biopolítica da resistência* – ver o artigo Natal no Morro no Morro da Vitória (PINTO, 2016). Minha dissertação de mestrado busca mostrar isso e o movimento gerador de arenas e acontecimentos, a constituição política da comunidade, os engendramentos a partir do conflito que a ocupação desencadeara. Temos aí um Morro cheio de vida, criações, transformações pessoais e coletivas. Volto ao Morro, agora na tese, e é a pulsão de morte que ronda. E o desafio de não nos permitir paralisar pela dor que essa violência toda carrega. Outra dupla tensão que atravessa as *caminhadas* nesta tese: **produção de vida versus política de morte, movimento e paralisia.**

### **Redes comunitárias: organização popular e ação coletiva em Fortaleza – vivências e reflexões**

Esse é nome do “projeto” que resultou na publicação “Vivências Comunitárias: superando o que nos paralisa”, redigido e organizado por Pinto, Oliveira e Silva (2022), mas que tem a participação na composição do texto de: Pedro Paulo Fernandes Araújo, Emanuela Ferreira Martins, Angela Maria de Sosa Almeida (Rosa), Wayne Tiago da Silva Araújo, Francisco de Assis da Silva, Cícera da Silva Martins e Francisco Fernandes. Como se deu o bordado do texto, com as falas formando um discurso coletivo integrado e corporificado em um texto escrito, explicarei depois. Foquemos agora nos encontros e suas discussões, ao longo dos últimos meses de 2019 e início de 2020, que retomam e aprofundam algumas das reflexões que povoaram as páginas desta tese, em um fluxo que agenciou práticas recorrentes na nossa *caminhada* até aqui, como os deslocamentos e os encontros, a constituição de espaços de fala-escuta e seus desdobramentos nas pessoas e nos arranjos coletivos.

Uma iniciativa que se deu a partir do Movimento dos Conselhos Populares, criado em meados de 2004 para 2005, passou por múltiplos rearranjos desde então, sendo uma rede remanescente de militantes ou ativistas comunitários que, continuando suas *caminhadas* em diversos arranjos coletivos, mantêm-se articulados nessa rede política e afetiva identificada como Mcp – porque todo “arranjo coletivo” carrega e subsiste também como identidade coletiva. Entre os rearranjos verificados ao longo dos anos, vemos que os integrantes passaram

a investir em fóruns mais amplos<sup>347</sup>, após um período de retração do Mcp, ou seja, da quantidade de pessoas integrantes e “comunidades” onde há “núcleos” do Movimento. Os seus integrantes também participam de outros coletivos em seus bairros e na cidade. Mas convergiram como Mcp para a iniciativa da qual estamos tratando.

As reflexões feitas naquelas reuniões, que se intensificaram após o retorno da relatada viagem a São Paulo, desaguaram na primeira “Vivência”, realizada no centro comunitário Margarida Alves<sup>348</sup> no Planalto Pici, em sete de dezembro de 2019. E é aí que entraremos, por alguns dos igarapés, no rio de questões que foram levantadas nessas reflexões coletivas. Em primeiro lugar, destaque, retomando o debate dos últimos capítulos, a centralidade do deslocamento das pessoas como ação em si e condição para o encontro. Também um fator de desigualdade de condições estruturais que faz com que seja um desafio muito maior para as pessoas pobres das periferias circularem na cidade, encontrarem-se e, conseqüentemente, organizarem-se, no sentido de trocar ideias e traçar planos que informam as ações coletivas. Chega a ser doloroso, como expressou Rosa Mística - “vou passar três dias sem andar, tu vai ver” – ao entrar na reunião interrompendo-a com seu jeito espalhafatoso, feições de uma quase-anciã indígena bem encorpada, junto com outras duas pessoas do Serviluz esbaforidas, aos gritos de queixume por estar com a perna doendo de tanto andar porque desceram na parada de ônibus errada e tiveram dificuldade de encontrar o local no meio da confusão de ruas e vielas do Planalto Pici. Sem motorista e sem gps é mais difícil chegar. “Os ricos vão para suas reuniões de helicóptero”, disse um dos participantes, “e não saem do quadrado deles na Aldeota, enquanto nós temos que atravessar a cidade para chegar e enfrentar as maiores dificuldades para nos encontrar”.

Depois do atraso e ter de recomeçar a reunião algumas vezes conforme chegavam pessoas em pequenos grupos vindas da Praia do Futuro, do Conjunto Palmeiras, Maranguape, comunidades do Trilho, entre outros territórios, a reunião começou.

---

<sup>347</sup> Como a Frente de Luta por Moradia Digna: articulação, como vimos, criada em 2013, em Fortaleza, e reconfigurada em 2014, após a experiência do Comitê Popular da Copa, é impulsionada por: movimentos, comunidades (em especial as atingidas pelas remoções do VLT), ocupações, ongs, assessorias (núcleos de universidades como Lehab da faculdade de arquitetura ou o Caju da faculdade de direito, entidades de direitos humanos como o Escritório Frei Tito de Alencar, entre outras). Pauta-se pelo apoio mútuo na resistência a violações do direito à moradia e à cidade, na articulação de formações e mobilizações em comum, na participação organizada em espaços de formulação das políticas e legislações urbanas.

<sup>348</sup> Sindicalista camponesa e militante dos direitos humanos assassinada em 1983 na Paraíba.

“*O que nos causa alegria? O que nos causa tristeza*”? Pedro lançou essas duas perguntas provocadoras, em uma espécie de “dinâmica” para abertura das discussões naquele encontro, “parte do nosso andar coletivo”, explicou. Transcrevo abaixo a sua fala:

O que é que nos dá alegria de viver nesse momento, nessa atual situação em que nos encontramos? Porque como eu falei no começo o que acontece coletivamente afeta muito o meu ser individual. A gente é o que acontece na comunidade, o que acontece no nosso entorno. Não tem como a gente não ser afetado né. O que é que nos dá alegria de viver hoje em dia: (...) se encontrar com as pessoas, tanto pra pensar em coletivo nas coisas, nos problemas da vida, como também pra se divertir, pra conversar sobre qualquer outra coisa, sair pra dançar, passear... isso me dá muita alegria de tá vivo. E também o que me dá alegria é ter projetos, ter planos, ter sonhos no futuro, não viver somente o agora, mas sim projetar, principalmente questões de melhoria tanto individual como também coletivas<sup>349</sup>. Não tem como melhorar individualmente se não tiver dentro de um plano coletivo. Ninguém é feliz só, ninguém tá no mundo só, a gente é triste em grupo, é feliz em grupo, tudo passa pelo coletivo. (Pedro Fernandes, Vivência no Planalto Pici, 07 de dezembro de 2019)

Outras pessoas falaram coisas que lhe dão alegria: pedalar, “estar em movimento”, filhos, netos, crianças, saúde, “deus e humildade com as pessoas”, ajudar as pessoas que precisam, “trabalhar em prol da coletividade”. Chegou então a vez da Cícera falar:

O que me faz sentir feliz são esses momentos, onde a gente pode estar junto, conversando, refletindo como a gente pode se dar nessas vivências tão difíceis nesses tempos atuais. E também a saúde, que particularmente eu preciso muito porque a minha é bem pouquinho. E também a questão da família, apesar dos conflitos, das contendas, mas a gente estar sempre junto, e melhor do que tudo é essa família de Jesus Cristo, que ele nos propôs, que é essa grande família universal, essa fraternidade, esse estar entre irmãos. Porque a família da gente não é só a questão do sangue, mas a gente se sentir irmanados [*‘comunhão’, alguém emenda*] com os outros, com a natureza, principalmente né, porque ela precisa... se a gente precisa dela ela está ultimamente precisando muito de nós, que a gente possa abrir os olhos também pra nossa natureza, pra gente viver nessa comunhão onde todos estão interligados. A vida, ela não é só, a gente tá interligado. Então isso, essas reflexões, me fazem sentir feliz, e é por isso que eu estou na caminhada. (Cícera Martins, Vivência no Planalto Pici, 07 de dezembro de 2019)

Vemos na fala de Cícera que ela manifesta uma noção de arranjo fraternal, por muitos ali praticada, que vai da família como “comunidade emocional” nuclear em torno das relações de sangue, conjugais e afins (BECK; BECK-GERNSCHEIM, 2017), à uma noção do que venho chamando nesta tese de **comunidade existencial**, mais ampla, formada por afinidades como visão de mundo, projetos compartilhados, que transcendem à concepção de espaço privado e esfera pública, onde questões pessoais e ações políticas se misturam, influenciam-se e

<sup>349</sup> Venna Das (2015, p.04) nos alerta a problematizar definições “pobreza” ou dos “pobres” como recebedores de caridade, com projetos de vida ligados apenas à dimensão da sobrevivência; devemos prestar atenção nos seus “projetos éticos”.

atravessam os diferentes espaços existenciais das pessoas em *caminhada*. Borra também a separação cultura-natureza e inclui *não-humanos* na *comunidade existencial*, como o mar.

Ao longo de todo o texto da tese, a palavra *comunidade* aparece em grande profusão e com uma atordoante polissemia. Se contarmos, provavelmente será uma das palavras que mais aparece. Podemos dizer que esta tese é sobre *comunidade*, entre outras categorias, sempre relacionadas – *ocupação, assembleia, coletivo*, por exemplo. Tal profusão e polissemia dá-se, de partida, por ser um termo *nativo*, nativismo que, em algum nível, compartilho.

A *comunidade-território*. A “favela”, o “bairro”, como no artigo de Sá (2011), ou em Fernandes, P. (2019), que explica: “A ZEIS do Serviluz que fica ao lado da ZEIS do Cais do Porto, (...) ambas as ZEIS ficam dentro de uma mesma comunidade de nome Serviluz, formada por vários outros pequenos territórios como: Titanzinho, Farol, Estiva, Pracinha, entre outros”.

Na “comunidade” como sinônimo de “favela” há a convergência entre o território e as formas de ocupá-lo, sua população, seu estilo de vida, condição socioeconômica-cultural, apoio mútuo. Como vimos Pedro falar no capítulo 6: “na favela a gente não difere rua de casa, é tudo a mesma coisa, então a gente tá na rua tá na casa tá na Praia Mansa tá dentro do mar, a gente tem uma ocupação bem massa como se fosse um organismo vivo, uma teia bem forte”,

A *comunidade política*, corporificada claramente nos capítulos relativos às lutas no Serviluz, e na gênese da Raízes da Praia, onde aprendemos com a Tia Rosa que: “ser da comunidade não é a pessoa só morar no terreno não, é participar, correr atrás, se juntar pelo bem comum”. Também no desterro de Lúcia: “eu não moro mais na minha comunidade, fui expulsa pelo vlt (...) eu queria permanecer na minha comunidade, eu moro em outro canto mas meu sentido tá lá”; mesmo “removida” continua participando das reuniões as mais variadas, da luta da comunidade. Porém, sua ação política já transcende à comunidade enquanto território, de onde foi removida: “minha comunidade agora é atingida pelo vlt, é removida do vlt”. “Comunidade de destino” (BOSI, 1995). Significações de *comunidade* que vão se borrando, sendo na verdade sempre uma mistura de sentidos. Priscilla pôs-se a refletir, nós vimos no tópico 6.2, como o jovem *mc* se referiu ao Servilost: “como se o Servilost fosse a comunidade”. E é. *Comunidade existencial*.

Já no começo da tese, falo em *comunidade existencial* para me referir aos *coletivos* que acompanho na *caminhada* da pesquisa. Comunidades existenciais são coletivos antropológicos atravessados por disposições e sensibilidades compartilhadas para o agir coletivo. Alianças entre pessoas que são, ao mesmo tempo, agenciamentos coletivos de enunciação e criação, relações de cuidado e apoio mútuo, fluxos de cura e produção de vida comum. “Comunhão”,

como Cícera explicou, que vai além da pessoa humana, com a natureza. Para alguns, por suas condições e/ou opções de vida, tal comunhão é fundamental para a existência.

Assis, da ocupação-comunidade Raízes da Praia, naquela Vivência no Planalto Pici fala: “no coletivo a gente se sente mais forte, a luta se fortalece cada dia mais”. Destaca a dimensão de “aprendizado” dessa “caminhada” em coletivo, onde estamos a “transmitir e receber conhecimento”. Depois é a vez de Juscelino, morador do bairro Henrique Jorge, próximo ao Pici, falar:

Felicidade...ela é muito pouca (...), os momentos felizes são poucos (...), a verdadeira felicidade né (...). Agora eu acho que esse momento é um momento de felicidade, de tá unindo as forças para poder enfrentar o grande esforço lá fora, de tá enfrentando situações desiguais, numa cidade injusta como a nossa... (...) essa é a nossa felicidade: juntar forças para enfrentar as dificuldades. (Juscelino, Vivência no Planalto Pici, 07 de dezembro de 2019)

Chega o momento de lançar a segunda pergunta a dinamizar intervenções na roda daquela assembleia:

Eu vou fazer uma pergunta agora, não poderia ser diferente: o que nos dá tristeza nesse momento? Então, eu não queria fazer essa pergunta porque é pesado, é carregado, não queria conversar sobre esse assunto, mas nós temos que conversar sobre esse assunto. O que é que nos dá tristeza? O que é que nos impede de viver? O que é que bloqueia essa caminhada? O que nos trava? (Pedro Fernandes, Vivência no Planalto Pici, 07 de dezembro de 2019)

Jogadas as questões, a primeira pessoa que levantou o braço com a mão espalmada foi uma criança que estava ao meu lado. Gabriel é um menino de seus oito ou nove anos, estava acompanhando a mãe que é “mobilizadora do bairro” – atividade ligada ao projeto de implementação das Zeis, com o desenvolvimento do Plano Integrado de Regularização Fundiária; processo pelo qual estava passando, à época, o Planalto Pici, o Serviluz, o Mucuripe, três territórios com representantes naquela reunião, e mais sete outros como Lagamar, Vila Vicentina e Bom Jardim. Ele passou a reunião quase inteira, que durou mais de três horas, sentado ao lado da mãe, revezando com ela o uso do aparelho celular – ora ela estava filmando o encontro, ora ele estava jogando. Tímido, ele se encabulou quando, na rodada de apresentações, a mãe dele se apresentou, ele ficou calado e eu era a pessoa seguinte, então a Cícera, que estava do lado oposto na roda, perguntou: “e esse menino não tem nome não”? Depois que ele balbuciou e a mãe, sorrindo, repetiu mais alto, Cícera e a mãe, não lembro em qual ordem, falaram sobre o Gabriel ser uma criança cuidada no Gdfam – Grupo de Apoio e Desenvolvimento Familiar, projeto que funciona há anos naquele centro comunitário onde nos reuníamos, e é coordenado por Cícera, que também é integrante da Pastoral do Menor. Lembrei dos “meninos do Barracão”, como chamam no Morro da Vitória centenas de crianças que

passam pelos projetos da Associação: almoço, balé, capoeira, informática, outros cursos e esportes. Penso, e falei várias vezes sobre isso na tese, em como o *movimento comunitário*, as pessoas e os coletivos que o compõem praticam uma *biopolítica* de *resistência* contra o *biopoder* e, cada vez mais presente, o *necropoder*<sup>350</sup>. Lembro como algumas vezes ouvi as mulheres do Morro da Vitória, especialmente Liduina, falarem com tristeza: “mataram um menino do Barracão”. Penso em todo esforço coletivo investido por elas, pelas famílias, pela comunidade, escola etc., para criar aquela pessoa, aquele adolescente ou jovem, e vem um agente do Estado ou de um *para-estado* que com aquele se entrelaça e reproduz suas práticas, vem e mata ou arrebenta, desconstitui, ceifa aquela criação coletiva, destrói o investimento *biopolítico* de tantas *caminhadas*.

Quando perguntado o que lhe dava alegria, Gabriel encabulou-se novamente, encolheu-se, enquanto a mãe insistia: “diz Gabriel, o que te dá alegria”? E ele apontou dedo para ela e falou baixo: “tu”. Mas quando Pedro perguntou o que nos causava tristeza, o menino foi o primeiro a levantar o braço firmemente e, ao contrário da resposta anterior, falou para a roda inteira ouvir: “O que me dá tristeza de viver... é minha mãe sofrer”. Depois de risos comovidos e comentários, o debate continuou.

Trago para o texto uma sequência de falas, principalmente os discursos enunciados por Cícera e Pedro, com algumas intervenções de outras pessoas presentes, e que condensam muitas coisas que vínhamos conversado nas reuniões anteriores ao encontro no Pici, preparatórias do mesmo, motivadas por esse projeto de “vivências e reflexões”, bem como em outros momentos nos quais nos encontramos, em diferentes situações.

Cícera: Assim, o que me dá tristeza é que apesar de toda nossa indignação, a gente tá passivo, né? (...) A gente tá passivo!

Pedro: Tá assistindo tudo sem fazer nada (...). Paralisação.

Cícera: Porque a gente tá vendo esse governo que tá aí acabando com os direitos que foi tão difícil pra gente, que a gente lutou, não eu, mas os que existiram antes... a questão trabalhista, onde várias pessoas morreram, deram sua vida por essa questão do trabalho... pela questão da mulher, pela questão do idoso, das minorias que são as maiorias né, e esse governo vem acabar, literalmente acabar com tudo, é isso o que ele tá fazendo. E nós, o povo brasileiro, a gente tá assistindo calado, calado, é isso que me entristece. Porque eles são poucos e nós somos o povo. Então por que é que a gente fala mas a gente não vai pra luta quando é necessário? A gente fala aqui! Mas na hora de dizer “vamos gente que a gente precisa se unir”...

Pedro interrompe: A luta é todo dia, a gente sabe!

Cícera: Não! mas é uma luta maior!

Pedro: Mas é todo dia.

Cícera: Não! assim, a luta é todo dia, mas além de ser todo dia, eu estou falando de um momento, porque nós vamos precisar desse momento, antes....

<sup>350</sup> Diálogo entre minhas reflexões no *campo* com Foucault (2008a, 2009b), Butler (2015; 2018), Mbembe (2016; 2018), Hardt e Negri (2014), Pelbart (2003; 2015).

Pedro: O momento é esse!

Rita: Tem que ter uma reação do povo!

Cícera: ... antes que se acabe tudo. E a gente não tem que esperar, por que a gente espera por quem? Pelos que tem mais estudo? Nós o povo, nós que estamos nas bases, nós as donas de casa, nós que estamos aqui lutando na comunidade, nós que sentimos na pele tudo isso que tá acontecendo.

“Passividade”, registra Pedro, e pergunta: “o que mais gente”? Juscelino toma a palavra:

A violência, tem várias faces né... eu acho que ela paralisa (...) a população em si né (...) ela tá sentindo, a gente ouve ela falar, à vezes nem falam né, o silêncio... além da omissão, a violência da omissão, da indiferença (...) e ela acaba se tornando bruta, embrutecida... a ação policial (...) a festa que houve em São Paulo (...) aí o governador, primeiro ele aprova a ação dos policiais, depois quando ele vê a reação da população<sup>351</sup>... (Juscelino, Vivência no Planalto Pici, 07 de dezembro de 2019).

Pedro fala logo na sequência:

Muito forte gente, tudo isso que a gente está debatendo, o encontro é pra fazer essas provocações. Eu anotei algumas coisas aqui, o que nos dá alegria: os encontros, as crianças, ter saúde, a família, a comunhão, a natureza... muitas outras coisas que saíram, mas tentei fazer esse apanhado. O que que nos dá tristeza? É falta de coletividade, a violência, a fome, falta de cuidados, a carestia, passividade. Então tudo isso aqui somos nós. São nossas comunidades, o que vocês passam aqui, as favelas do Brasil todo passam, o Serviluz passa. Tudo isso gente no meu ver é uma estratégia de paralisação da comunidade. Como é que em São Paulo morrem nove pessoas, e nas nossas favelas morre todo mês, toda semana, e como é que a gente continua vivendo no meio de uma guerra? Isso paralisa a população. Vocês falaram de passividade, mas será que isso não tá paralisando as pessoas, essa guerra que a gente vive no meio da comunidade? É muita tristeza, é muita dor, isso paralisa as pessoas! Como é que a gente vai ter cuidado, vai se cuidar um ao outro para continuar sonhando? Como é que a gente vai ter sonhos, quais são os nossos sonhos? O que vai nos fazer caminhar? Eu digo que o que vai nos fazer caminhar são nossos sonhos, observando a realidade em que nós estamos, que é de muita dor e muita tristeza, não podemos negar isso, mas também tem muita alegria. Vamos sobrepor a alegria na tristeza, mas não vamos esquecer da dor, eu digo... eu... eu perdi minha mãe há três meses atrás, eu tô de luto, no último final de semana teve aquela coisa em Paraisópolis, aqueles meninos são o meu rosto, são pessoas que parecem comigo, morreram nove, são pessoas que lembram, se eu olhar no espelho eu me vejo neles. Ontem no Serviluz, anteontem, teve um homicídio por bala, uma execução – como é que a gente vive diante de tanta dor? Paralisa. Eu me lembro que eu paralisei, eu buguei, eu não consegui fazer algumas coisas, aí eu disse assim: ‘funciona, a estratégia do medo e da violência funciona nas periferias, trava as pessoas, e isso é estratégico’. Mas gente, o que nos dá alegria de viver é que tem que se sobressair mais: o encontro, caminhar, pedalar... **cuidado**, precisamos cuidar da nossa saúde mental, do nosso corpo, da nossa mente, precisamos passear, precisamos viajar, precisamos dar um tempo... (Pedro Fernandes, Vivência no Planalto Pici, 07 de dezembro de 2019).

<sup>351</sup> Referência à ação policial em um baile funk na favela de Paraisópolis em São Paulo, em 1º de dezembro de 2019, que resultou na morte de nove jovens. Pedro também fez referência a esse episódio, como o abalou.

## “Superando o que nos paralisa”

No Palmeiras, aconteceu o segundo encontro, do que era planejado como um ciclo de “Vivências” entre novembro de 2019 a novembro de 2020, a terceira seria na Raízes da Praia. Não aconteceu. A pandemia do coronavírus atravessou nosso caminho. Algo nessas proporções, por óbvio, provocou profundas reconfigurações sociais, e novos rearranjos no campo sociopolítico de coletivos, caminhadas e territórios que vivo e pesquiso. Segui perseguindo esse fluxo de rearranjos, as caminhadas entre a tragédia, o cotidiano e a ação. Infelizmente, não há tempo-espço, nem fôlego, para trabalhar esse fluxo nesta tese.

A pandemia atravessou os nossos caminhos, mas não interrompeu nossa caminhada. Juntou-se à violência, às desigualdades e injustiças sociais e a outras mazelas que nos afetam e tentam nos paralisar. Mas seguimos em movimento. Nesse momento, nossa prioridade é cuidar de nós e dos nossos. Muita atividade coletiva tem sido posta em ação, incontáveis coletivos e redes, para enfrentar essa nova desgraça do sistema-dragão, que devasta a natureza ao invés de cuidar (e nós somos parte da natureza). Um sistema que privilegia a morte lucrativa à vida plena. No começo de março de 2020, uma semana após a Vivência que realizamos no Conjunto Palmeiras, alguns de nós se reuniram no mesmo bairro para planejar a implementação de dois “sisteminhas<sup>352</sup>” naquele território. Logo em seguida a pandemia irrompeu no Brasil e, com muita força, em Fortaleza. (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2022, p.59)

Posso dizer que a dimensão do **cuidado** como ação coletiva, cuja percepção vinha crescendo, foi elevada à enésima potência. “**Uma live para curar a life**”, bradava Samuel durante o primeiro Sarau da B1 remoto, em formato de *live*, transmitida no *instagram*. Se consegui cumprir tal papel, é difícil dizer – corpos ausentes, mas os que apareciam e falavam diziam que sim. Eu me senti bem quando assisti, esta e outras que a sucederam nos períodos de isolamento social da pandemia, tempos nos quais isso de se sentir bem era raro, doses pequenas de animação se comparado com os saraus na praça da B1 e outras na cidade. A *energia* ou **relação de cura** nos saraus é uma ação consciente que afeta o emocional, algo visível que se sentido naquelas assembleias poéticas. Lembro de um episódio que vivenciei no Sarau da B1, quando um dos poetas, antes de iniciar a performance, agradeceu pela existência daquele espaço, a iniciativa das pessoas de estarem ali, que graças a isso, a elas e ao encontro, pela missão de ir naquele sarau e se apresentar, que ele resistiu naquele dia e não saiu do caminho de cura que vinha trilhando, só resistiu a uma “recaída”, da qual chegou muito próximo, porque havia o Sarau da B1 para ir naquele sábado.

<sup>352</sup> Sobre a ação dos “sisteminhas”, produção autônoma de alimentos baseada nas práticas do “mutirão” e da “partilha”, ver: <https://jubileusul.org.br/noticias/sisteminha-em-fortaleza-temos-que-partilhar-a-vida-de-uma-forma-solidaria/> (acesso em 05.02.2023).

### A pandemia escancarou o **cuidado como ação coletiva**:

Cuidar é uma ação fundamental para uma vida plena em meio a um sistema de morte. E é para essa ação que as pessoas que participam do movimento popular e comunitário têm canalizado suas energias, mobilizado suas alianças. Se esforçar para arrecadar e entregar uma cesta básica ou outra ajuda, hoje, é ação direta – não como caridade, mas sim partilha. Solidariedade como ação para construção de autonomia. Não para promover personalidades, empresas etc., mas sim fortalecer a organização comunitária nos territórios, potencializar nossa vocação para o cuidado mútuo. Organizar para mobilizar e fazer chegar informação, recursos, apoio material, emocional e espiritual é o esforço ao qual tanta gente tem se dedicado. É missão. É atividade. É ação coletiva. (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2022, p.59-60)

Outras dimensões da ação coletiva, porém, foram fortemente comprometidas, notadamente o deslocamento e o encontro – tão essenciais, como vimos ao longo da tese, na qual a categoria *assembleia* é marcante em todos os capítulos. O *deslocamento*, a *ocupação* (por mais efêmera ou duradoura que seja) e a *assembleia* (das mais diversas naturezas) são elementos constituintes do ser-fazer-pensar *movimento*, tanto na escala pessoal como coletiva. O deslocamento para ambientes no ciberespaço foi marcante, cumpriu um papel importante para as articulações:

Tivemos que rapidamente nos reinventar em várias dimensões. Não demorou para que os saraus que ocupavam praças e outros espaços nas periferias de Fortaleza, migrassem para a internet em formato de *live*. Outras práticas de encontro e expressão tiveram de seguir esse caminho. Reuniões, debates...O terceiro encontro cujas falas foram transcritas e ajudaram a compor esta publicação, foi realizado em formato de *live*. As articulações para construir “sisteminhas” foram retomadas *on line*. Mutirões presenciais, nas brechas dos picos da crise epidêmica, possibilitaram implementarmos alguns. Segurança alimentar, cuidado ambiental, autonomia. Movimento que segue, pulsação de vida. Mas nunca vamos abrir mão do encontro. Ele nos anima, faz bem, impulsiona a seguir na caminhada e nos ajuda a saber para onde ir. É um dos aprendizados das Vivências: encontrar-se para refletir em coletivo, andar juntos, agir para transformar, tudo isso nos faz bem, alegre, fortalece, ajuda a curar a gente em meio a tudo isso. (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2022, p.60-61)

O esforço imediato foi para organizar campanhas de solidariedade e fazer chegar alimentos e produtos de limpeza às comunidades. Logo, a luta por atendimento médico para quem precisou, e o consolo mútuo no luto pelos que sucumbiram – tantos dramas.

Mas também foi um período de fortalecimento de alianças. Inclusive, constituição de novas, seguindo alguns processos que haviam sido desencadeados nas Vivências, culminando em uma forte rede chamada “Emergência: Solidariedade”. Esta originou novas alianças, e novas ações e encontros se desencadearam desde então. A publicação “Vivências Comunitárias I: superando o que nos paralisa” explicita essa aliança:

Aos coletivos que integram essa rede viva e em movimento: Movimento dos Conselhos Populares, Comunidades Eclesiais de Base, Pastoral do Menor, Pastoral

Operária, Associação Comunitária Raízes da Praia (Praia do Futuro), Coletivo Servilost (Serviluz), Associação de Moradores do Titanzinho, Associação Mulheres em Movimento (Conjunto Palmeiras e Grande Jangurussu), Grupo de Apoio à Família; Associação Margarida Alves (Planalto Pici); Frente de Luta por Moradia Digna; Rede Jubileu Sul. (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2022, *Agradecimentos*)

Em relação ao texto de “Vivências Comunitárias: superando o que nos paralisa”, ele condensa muito do que eu quis mostrar e fazer nesta tese. Como expressamos na apresentação daquele texto:

O texto que segue foi escrito a várias mãos e muitas vozes. Um texto construído para sistematizar e apresentar um feixe de ideias, denúncias, ações, experiências, chamados... A partir de falas proferidas em encontros realizados ao longo de 2019 e início de 2020, por iniciativa de pessoas que participam de movimentos populares e comunidades, tendo como ponto de convergência o coletivo do Movimento dos Conselhos Populares-MCP, e ampliando-se a partir das relações por elas estabelecidas na cidade. Os encontros consistiram em reuniões de concepção dos temas e formatos dos eventos, alinhamento e ampliação mútua de ideias em várias conversas: “conversar juntos é libertador”. Reuniões menores que produziram os encontros maiores, em diferentes bairros, com moradores de várias comunidades e participantes de coletivos e movimentos, com mais ou menos anos de caminhadas. Falas gravadas nesses encontros e transcritas por nós, constituem as matérias-primas com as quais foi confeccionado o texto como agora se apresenta. (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, 2022, *Apresentação*)

Isso de escrever a quatro mãos e várias vozes provocou algumas problematizações e vários desafios metodológicos. É possível um texto realmente coletivo? Que conclusões metodológicas podemos tirar da confecção do texto *Vivências Comunitárias*, e até que ponto elas são válidas para a experiência que foi construir o texto desta tese? Minha primeira impressão é que aquela experiência radicalizou ou aprofundou o que eu quis fazer nesta tese: escrever o texto tecendo discursos, relatando caminhadas (ou trechos delas), costurando acontecimentos, trazendo à mostra suas conexões. No texto das *Vivências* foi mais que tecer, mas misturar discursos, como a samplear músicas ou editar imagens em um filme. Na tese, tentei fazer isso no limite da responsabilidade autoral que uma tese impõe, além de certas regras. Na experiência de produção do texto das *Vivências* estava livre disso, e tinha parceiros, não só no processo de produção de conhecimento (como na tese), mas de composição textual e escrita. Na tese, essa atividade é um labor solitário, como o do *romancista* de Benjamin (1987).

Do ofício de pesquisador, veio a iniciativa prática de gravar os encontros no Pici e no Palmeiras (e uma *live* já no período da pandemia), ainda que estivesse mais concentrado na produção do encontro em si, seu conteúdo, a realização de tudo que havíamos conversado nas várias reuniões que os antecederam, e a fruição dos acontecimentos discursivos e dos afetos a circular nos encontros. Como veio a ideia de transformarmos as gravações em texto e publicá-lo, não lembro bem. Só sei que a metodologia foi a seguinte. Transcrevi os áudios. Com as falas

transcritas, passei a me reunir com o Chicão Oliveira e fomos lendo juntos cada fala. Depois, fomos agrupando-as em blocos, que foram mutando ao longo do processo até chegar aos quatro capítulos (todos com nomeações extraídas de falas nos encontros, assim como o texto de cada capítulo): 01 – Andar Coletivo; 02 – Sistema Dragão; 03 – Não Há Saída Individual; 04 – Comunidade.

Uma vez agrupadas as falas eram costuradas umas às outras<sup>353</sup>. Como autores, nós nos limitávamos a fazer preenchimentos necessários à coerência do texto<sup>354</sup>. Decidimos não fazer citações, mas construir o texto todo com essas falas *mixadas*. Mesmo quando precisávamos tomar alguma decisão sobre se algo devia entrar ou não, ou ficávamos na dúvida em relação a uma terminologia, usávamos os seguintes critérios: alguém falou? aparece na fala de alguém? está nas transcrições? quantas vezes foi dito? quais os sentidos? A busca de lealdade ao que foi dito e de relevância ao que foi mais dito, ou os ditos mais significativos, foram a tônica constante da escrita. E isso só era possível devido à nossa participação em todo o processo de construção: antes, durante e depois dos encontros, o que nos dava plena noção das relevâncias. No mais, os nossos encontros, para trabalhar a redação do texto, aconteceram nos primeiros meses de 2021, sendo para nós uma possibilidade de encontro e memória ativa, de revisitar a potência daqueles encontros que vivenciamos antes da pandemia, quando ela ainda atormentava e o isolamento social ainda era necessário – nesse período, por exemplo, perdemos a Liduina, o que nos afetou pessoalmente, nossos encontros e a criação em processo. Então, os encontros de produção do texto do livro das Vivências, repisando as trilhas daqueles discursos, pelejando para trançá-los em uma peça única e coerente, dias inteiros de atividade criativa, acabaram servindo como agenciamento para os nossos próprios processos de autocuidado e cura espiritual, em meio à peste e ao distanciamento.

Quem ler as poucas falas de um dos encontros das Vivências (no Planalto Pici), que eu trouxe para esta tese, e ler o texto da publicação, vai perceber essa mistura de discursos, afetos e agências. No mais, os temas fortes daquela publicação coincidem com o desta tese. Assim como o atravessamento do absurdo, as perdas, a resiliência, a tentativa de cura pela ação do cuidado mútuo, pela potência dos encontros e de gerar acontecimentos, pela criação coletiva e produção de vida. As Vivências são a vida que segue, e seguimos transformando-a na caminhada:

---

<sup>353</sup> Além dos áudios e das transcrições impressas, assim como os textos em progresso, usamos dois computadores e um data show para projetar os textos na parede.

<sup>354</sup> Apenas a “Apresentação” e a conclusão – “Passando a Ideia” – foram inteiramente escritas por nós, sem usar as falas nos encontros.

A alma das Vivências foram os encontros. Uma série de encontros que foi interrompida pela chegada à nossa terra da pandemia da Covid-19. Do baque à adaptação, não paramos de agir – as vivências deram frutos e seguimos gerando. Mas para além dos frutos, cada Vivência é ação, criação e positividade em si.

Propor a Vivência, planejar, deslocar-se e realizar o encontro é uma ação coletiva extremamente significativa para nós. Foi o que possibilitou as reflexões e formulações que trazemos nesta publicação. É uma ação que, ao se realizar, gera um fluxo de energias positivas e de reflexões potentes, que trazem alegria a quem participa.

A alegria que sentimos ao estar pensando não só na gente, porque a gente sempre tem mil coisas pra fazer, mas a gente está conseguindo pensar no andar coletivo, no fazer juntos, que é muito importante, que define muito o nosso individual, a nossa vida, isso é importantíssimo. Se encontrar com as pessoas, tanto para pensar em coletivo nas coisas, nos problemas da vida, como também para se divertir, para conversar sobre qualquer outra coisa, sair para dançar, passear... isso dá muita alegria de estar vivo, viver! Ter planos, ter sonhos no futuro, não viver somente o agora, mas sim projetar, principalmente melhorias, tanto individual como também coletivas. Não tem como eu melhorar individualmente se não tiver dentro de um plano coletivo. Ninguém é feliz só, ninguém é no mundo só, a gente é triste em grupo, é feliz em grupo, tudo passa pelo coletivo.

A alegria não é o único sentimento a fluir nas rodas das Vivências. Há dores, revoltas, tristeza também. Mas nos fazem sentir felizes esses momentos onde a gente pode estar juntos conversando, desabafando, refletindo como a gente pode se dar nessas vivências tão difíceis nesses tempos atuais. Nós estamos interligados, por isso estas reflexões juntos nos fazem sentir felizes. E é por isso que nós estamos na caminhada, em coletivo, que é uma grande convivência que a gente tem para se sentir mais forte. Na luta a gente se fortalece cada dia mais.

As vivências são oportunidades de transmitir algum conhecimento e receber alguma transmissão de conhecimento, isso é muito importante. Todo mundo pode falar. Partilha de experiências. São momentos de estar unindo as forças para poder enfrentar o grande esforço lá fora, de estar enfrentando situações desiguais, numa cidade injusta como a nossa. Essa é a nossa felicidade: juntar energia para enfrentar as dificuldades. Pedro Paulo Fernandes Araújo, Emanuela Ferreira Martins, Angela Maria de Sousa Almeida (Rosa), Wayne Tiago da Silva Araújo, Francisco de Assis da Silva, Cícera da Silva Martins e Francisco Fernandes; Igor Moreira, Chicão Oliveira, Vladimir Lima. (PINTO; OLIVEIRA; SILVA, p. 16-17-18)

## REFERÊNCIAS

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011)
- AQUINO, Carlos Roberto Filadelfo de. **A coletivização como processo de construção de um movimento de moradia**: uma etnografia do Movimento Sem-Teto do Centro (MSTC). Dissertação (mestrado). Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, 2008.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- AZIGON, Talles. **Saral #1 #2 #3**, Fortaleza: Substância, 2022.
- AZIGON, Talles (org.). **Ruma**: poemas de saraus, Fortaleza: SECULT, 2019
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **O reverso das vitrines**: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992.
- BARREIRA, Irllys; GONÇALVES, Danyelle; DANTAS, Eustógio (org.) **Aprendizados e desafios da participação**: a experiência Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF)”. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **O caos totalmente normal do amor**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.
- BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. **Obras escolhidas**: magia e técnica, obra e política. São Paulo: Ed Brasiliense. 3. ed. p. 197 a p. 221, 1987 .
- BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana, PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. **MANA**. 20 (3): 431-460, 2014
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: memória de velhos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**, 2 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011
- BRÈHIER, Émile. **A teoria dos incorporais no estoicismo antigo**. Belo Horizonte: Autêntica(Coleção Filô), 2012.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.
- BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2018.

CAMPOS, Moreira. **Dizem que os cães veem coisas**. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **A Produção do Espaço Urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, Caio Anderson Feitosa. **Invenções democráticas pela periferia**: a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2014.

CARLOS, Caio Anderson Feitosa; SOUSA, Edivânia Marques de Sousa; BRAZ, Marina Araújo. **Ocupações das escolas públicas no Grande Bom Jardim/ Daniel Paiva de Macêdo Júnior...[et.al.]**. Fortaleza: Centro de Defesa Herbert de Souza, 2018.

CARDOSO, Ruth. Duas faces de uma experiência (p.225-236) Comunidade e movimentos sociais urbanos (p. 236-244.) CALDEIRA, Teresa Pires (org.). **Ruth Cardoso: obra reunida**. São Paulo: Mameluco, 2011.

COSTA, Maria Clelia Lustosa; PEQUENO, Renato; PINHEIRO, Valéria (org.). **Fortaleza**: os impactos da Copa do Mundo 2014. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora e Observatório das Metrôpoles, 2015.

COSTA, Gilson Brandão. **O Teatro Radical na cena contemporânea de Fortaleza: pesquisa de linguagem e o diálogo com as práticas espetaculares tradicionais**. Tese (doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes, 2014.

COSTA, Pablo Assumpção Barros. GREINER, Christine. “Dobrar a morte, despossuir a violência: corpo, performance, necropolítica. **Conceição/Conception**, Campinas, SP, v.9, p.1-19, 2020

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Revista Dilemas (URRJ)**, Rio de Janeiro, 2 (4), p. 11-48, 2009.

DAS, Veena. *Affliction: health, disease, poverty*. New York: Fordham University Press, 2015.

DELEUZE, Giles; GUATARRI, Félix. **Mil platôs 2**: capitalismo e esquizofrenia. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão/ Rio de Janeiro: Ed 34, 2011.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **O Eu e o Outro**: a constituição da identidade política nos movimentos sociais urbanos. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. **Cartografias da cultura e da violência**: gangs, galeras em Movimento Hip Hop. 1998. São Paulo: Annablume. 2008

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Uma Antropologia dos lugares e afetos. **Illuminuras**, Porto Alegre, v. 12, n. 28, p. 41-70, 2011.

DIÓGENES, Glória Maria dos Santos. Arte, pixo e política: dissenso, dissemelhança e desentendimento. **Vazantes**, v. 1, n. 2, 2017.

DOSSE, François. **O Renascimento do acontecimento**. São Paulo: editora Unesp, 2013.

ELIAS, Nobert. **Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

EVARISTO, Conceição. **Poemas de recordação e outros movimentos**, Rio de Janeiro: editora Malê, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon: capitalismo, racismo e a sociogênese do colonialismo. **SER Social**, Brasília, v. 20, n. 42, p. 148-163, 2018

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo**. Tese (Doutorado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas), Universidade de Campinas, 2008.

FELTRAN, Gabriel de Santis. Margens da política, fronteira da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo 79: 201-233, 2010a

FELTRAN, Gabriel de Santis. Crime e castigo nas periferias da cidade: repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Cadernos CRH**, Salvador: UFBA, 2010b

FERNANDES, Adriana dos Santos. **Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2013.

FERNANDES, Pedro. Serviluz, sinônimo de luta e resistência. In: Planejamento alternativo: propostas e reflexões coletivas. In: KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor (org.). **Planejamento Alternativo: propostas e reflexões**. Instituto Pólis: São Paulo, 2019.

FIRMO, Érico. **Rosa da Fonsêca**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2017

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 24. São Paulo: Edições Loyola, 2014

FRASER, Nancy. Rethinking the public sphere: a contribution to the critique of actually existing. **Social Text**. n. 25/26, p. 56-80, 1990.

FREITAS, Geovani Jacó de. BRANDÃO, Marcílio Dantas. SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento. **SARAU DA B1: poetas de lugar nenhum**. Anais 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, SBS, 2019.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006.

GOMES, Marília Passos Apoliano. **A cidade em disputa: a trajetória de um movimento social**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará-UFC, Fortaleza, 2013.

GOMES, Marília Passos Apoliano. **Um mar de histórias: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2019.

GONÇALVES, Marco Antonio; MARQUES, Roberto; CARDOSO, Vânia (org.). **Etnobiografia: subjetivação e etnografia**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. A favela depois do Estatuto da Cidade: novos e velhos dilemas à luz do caso do Poço da Draga (Fortaleza-Ce). **Revista nacional de estudos urbanos e regionais – Anpur**, 10, p. 97-114, 2008

GONDIM, Linda Maria de Pontes. O Acuario e os peixes: grandes projetos de requalificação urbana e movimentos sociais. **Acta Científica do XXIX Congresso de la Asociación Latinoamericana de Sociología**, 2013.

GORCEZEVSKI, Deisimer (org.). **Arte que inventa afetos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

GORCEZEVSKI, Deisimer; RABELO, Gerardo; GOMES, Maria Fabíola; FERNANDES, Pedro; SOUSA, Priscilla; ARAÚJO, Sabrina. **Nossas ruas com cinema: cine ser ver luz**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2019.

GOUVEIA, Ethel de Paula. **A vida esculpida com os pés: memória inacabadas de um poeta-andarilho**. Dissertação (mestrado), Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

GUEDES, André Dumas. **Os trechos, as mães e os papéis: Movimentos e durações no norte de Goiás**. Tese (doutorado). UFRJ/Museu Nacional/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2011.

HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade**: em busca de uma antropologia urbana. Petrópolis-RJ: Vozes, 2015.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Multidão**: guerra e democracia na era do Império. 4. ed. RJ: Record, 2014

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2009.

HOOKS, bell. **Erguer a voz**: pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2021.

INGOLD, Tim. **Companio Encyclopedia of Antropology**. London: Routledge, 1994.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**. Porto Alegre: n. 37, p. 25-44, 2012.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis-RJ, 2015.

IVO, Ledo. **Ninho de cobras**, RJ: Topbooks. 3. ed. 1997.

KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor (org.). **Planejamento Alternativo**: propostas e reflexões. Instituto Pólis: São Paulo, 2019.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco**: Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. São Paulo: Editora 34, 2009.

KOFFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas-SP: Mercado das Letras, 2001.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. 4 ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **Direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing, 2013.

LIMA FILHO, Irapuan Peixoto; LOPES, Francisco Williams Ribeiro. Por dentro da comunidade: instrumentos de investigação sociológica no fomento a políticas públicas de moradia e regularização fundiária. *In*: BARREIRA, Irllys; GONÇALVES, Danyelle; DANTAS, Eustogio (org.) **Aprendizados e desafios da participação**: a experiência Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF)”. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2021

MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento urbano, democracia e participação popular: o caso da revisão do plano diretor de Fortaleza (2003-2008)**. Tese. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2011.

MACIEL, Tereza Rafaella Cordeiro. **O “corpo político” feminista sobre duas rodas: das ruas às redes**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza, 2020.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro: trajetórias de pesquisa em antropologia urbana**. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. 17 (48), p.151 – 167, 2003

MARX, Karl. **Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política**. SP: Boitempo; RJ: Ed. UFRJ, 2011.

MATIAS, Emanuela Ferreira. **“Deus criou o mundo e nós construímos o Conjunto Palmeiras: quilombismo urbano de populações afrodescendentes em Fortaleza-Ceará”**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação, Fortaleza (CE), 2019

MATTOS, Geísa. **A favor da Comunidade: modos de viver a política no bairro**. Campinas-SP: Pontes Editores, 2012.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte e ensaios**. v. 03 n. 32. 123-15. Rio de Janeiro, 2016.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N1 Edições, 2018

MELO, Luana Apolinario de. **Atlântico negro urbano: o reggae nos bailes de rua**, Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Graduação em Serviço Social, Fortaleza, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro no Brasil**, o processo de um racismo mascarado. São Paulo: Editora Perspectiva, 2016.

NOGUEIRA, André Aguiar. **Fogo, vento, terra e mar: migrações, natureza e cultura popular no bairro Serviluz em Fortaleza**. Dissertação (mestrado em História Social), PUC, São Paulo, 2006

NOGUEIRA, André Aguiar. **Surfando nas ondas do Titanzinho: Corpo, natureza, memória e cultura em Fortaleza (1960 a 2010)**. Tese (doutorado em História Social), PUC-SP, 2014.

NOGUEIRA, André Aguiar. Da pesca ao surfe: natureza, cultura e resistência na praia do Titanzinho, em Fortaleza. In: GORCEZEVSKI, Deisimer (org.). **Arte que inventa afetos**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. **Reservados e Invisíveis: o ethos íntimo das parcerias homoerótica**. Fortaleza: Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; Campinas: Fontes Editores, 2007.

PAIVA, Luiz Fábio S. “Aqui não tem gangue, tem facção: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil”. **Caderno CRH**, Salvador, v.32, n. 85, p. 165-184, Jan/Abr. 2019.

PELBART, Peter Pal. **Vida capital**: ensaios de biopolítica. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

PELBART, Peter Pal. Políticas da vida, produção do comum e a vida em jogo. **Saúde Sociedade**. São Paulo, v. 24, supl. 1, p.19-26, 2015

PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Desafios para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social em Fortaleza. **Cadernos Metrópole**, v.14, n 28, p. 485 – 595, 2012

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; ROSA, Sara Vieira; HOLANDA, Breno Santiago. Trajetória de remo es em Fortaleza: análise de registros perversos da desigualdade. *In*: LINS, Regina; ROLNIK, Raquel (org.) **Observat rio de Remo es 2017-2018**: relatório bianual. São Pulo: FAUUSP, v.1 p.63-84, 2018

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; ROSA, Sara Vieira; PINHEIRO, Valéria; HOLANDA, Breno Santiago. Implica es da finaceiriza o do desenvolvimento urbano na estrutura o da cidade de Fortaleza. **Estudios Econ micos**. Memorias del 56  Congreso Internacional de Americanistas. Ediciones Universidad Salamanca. 2018.

PEQUENO, Luis Renato Bezerra; PINHEIRO, Valéria. Práticas de pesquisa-a o do LEHAB em Fortaleza: desafios na luta pelo direito   cidade. *In*: KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor (org.). **Planejamento Alternativo**: propostas e reflexões. Instituto Pólis: São Paulo, 2019.

PINHEIRO, Valéria. Ocupe o Cocó. *In*: Alana Moraes; Bernardo Gutierrez; Henrique Parra; Hugo Albuquerque; Jean Tible; Salvador Schalvelzon. (org.). **Junho**: potência das ruas e das redes. São Paulo: Friederich Ebert Stiftung, v. 1, p. 1-252, 2014

PINHEIRO, Valéria; FREITAS, Clarissa Sampaio; NOGUEIRA, Cleiton Marinho Lima; PEREIRA, Alexandre Queiroz. “Os impactos da Copa do mundo da Fifa 2104 em Fortaleza”. *In*: “**Brasil: os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016**” (livro digital) p. 301 a 323. Rio de Janeiro: Observatório das Metr poles, 2015

PINHEIRO, Valéria. Curso a produ o capitalista da cidade A legitima o da Universidade Pública pela Pesquisa-a o com os movimentos sociais urbanos. *In*: ENAPUR - Tempos em/de transforma o - utopias, 18., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: EDUFRN, 2019. v. 1. p. 1-15.

PINHEIRO, Valéria; PEQUENO, Luis Renato Bezerra. Planejamento Popular como estratégia de resistência e existência frente   ameaça de remo o do Serviluz/Titanzinho em Fortaleza. *In*: MOREIRA, F.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. (org.). **Cartografia dos Territórios Populares**: Produ o, Transitoriedade e Desposse o. Observatório de Remo es. Relatório bianual 2019-2020. 1ed.São Paulo: FAUUSP, 2020, p. 265-.

PINTO, Igor Moreira de Sousa. Natal do Morro da Vitória: conflito, resistência e constituição de uma comunidade. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 40., 2016. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2016.

PINTO, Igor Moreira de Sousa. **O Morro da Vitória**: um estudo socioantropológico sobre agências constitutivas no calor de um conflito. Dissertação de mestrado. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2017.

PINTO, Igor Moreira; OLIVEIRA, Francisco(org.); SILVA, Francisco Vladimir Lima da (coord.). **Vivências comunitárias I**: superando o que nos paralisa. Fortaleza: Karuá, 2022.

POIRIER, Jean; CLAPIER, Simone; RAYBAUT, Paul. Oeiras: Celta Editora, 1995.  
SÁ, Leonardo. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. *In: Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. Salvador, São Cristóvão: 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. Lisboa: Orfeu Negro, 2010

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 2018.

ROCHA, Aline Maria Matos. **Mobilização, organização e confrontos em movimentos sociais urbanos**: o caso da Resistência Vila Vicentina, em Fortaleza -CE. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021

SÁ, Leonardo Damasceno. Reflexões sobre o trabalho de campo como empreendimento micropolítico. *In: MENDONÇA, Filho M.; NOBRE, MT. (org.). Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa* p. 289-310. Salvador: EDUFBA, São Cristóvão: EDUFES 2009.

SÁ, Leonardo Damasceno de. **Guerra, mundo e consideração**: Uma etnografia das relações sociais dos jovens do Serviluz. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SÁ, Leonardo Damasceno de. Favela, comunidade ou bairro? A espacialização das relações sociais na perspectiva dos jovens surfistas do Titanzinho. *In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 35., 2011. **Anais [...]**. Caxambu: Anpocs, 2011.

SALGUEIRO, Pedro. **Dos valores do inimigo**. Fortaleza: Editora UFC, 2005.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência**: discursos ocultos. Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013.

SIGAUD, Lyiga. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos**, nº 58. 2000

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento. FREITAS, Geovani Jacó de. Práticas poéticas: juventude, violência e insegurança em Fortaleza. **Tensões Mundiais**, Fortaleza, v.14, n 26, p.129-155, 2018

SILVA, Francisco Rômulo do Nascimento. **Rede de afetos**: práticas de re-existências poéticas na cidade Fortaleza (Ce). Dissertação (mestrado acadêmico) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação e Sociologia, Fortaleza, 2019a.

SILVA, Rômulo, A palavra aberta. **Ruma** – poemas de saraus, AZIGON, Talles (org.), Fortaleza: SECULT, 2019b

SILVA, Rômulo. poetas-feiticeses. *In*: AZIGON, Talles. **Saral #1**. Fortaleza-CE: Substância, 2022.

SILVA, Lara Denise Oliveira da. **Fortaleza de afetos**: imagens narrativas de uma cidade entre muros. Tese (doutorado) Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2021.

SIMMEL, Georg. **La lucha**. Sociología 1: Estudios sobre las formas de socialización”. Ed. Alianza Editorial, Madrid, 1986.

SOUSA, André Lima. **Fortaleza metrópole distópica**: formação socioespacial e produção do espaço transitório no século XXI. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

STEIL, Carlos Alberto. CARVALHO, Isabel Cristina de Mora (org.). **Cultura, percepção e ambiente**: diálogo com Tin Ingold. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2012.

TEIXEIRA, Sandra Maria. Vila Autódromo. Mais do que luta, um símbolo de memória! *In*: KLINTOWITZ, Danielle; MOREIRA, Felipe; NISIDA, Vitor (org.). **Planejamento Alternativo**: propostas e reflexões. Instituto Pólis: São Paulo, 2019.

VIEIRA, José Álvaro Campos. **Ensaio de espiritualidade não religiosa**: estudo a partir de indivíduos sem em Belo Horizonte. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2020

**APÊNDICE A – FALA DE CARLOS MELO NO EVENTO “TERRITÓRIOS DO CONHECIMENTO: SEMINÁRIO DE PESQUISA SOBRE O GRANDE JANGURUSSU E A GRANDE MESSEJANA”, PROMOVIDO PELO LABORATÓRIO CONFLITUALIDADE E VIOLÊNCIA (COVIO-UECE), COM APOIO DO LABORATÓRIO DE ESTUDOS DA VIOLÊNCIA (LEV-UFC), DURANTE A MESA DE DEBATE SOBRE “JUVENTUDE, VIOLÊNCIA E RACISMO DE ESTADO”, REALIZADA NO AUDITÓRIO-TEATRO DO CUCA DO JANGURUSSU, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2017.**

Carlos Melo: Em primeiro lugar gostaria de dizer que eu não sou um teórico do tema desta mesa, sou um sobrevivente de um sistema de execução que assola a juventude das periferias do país. Como sobrevivente desse sistema eu me encontro na obrigação de entender os processos de construção desse genocídio, buscando uma melhor compreensão de toda sua estrutura e como chegamos à situação atual, para assim poder pensar em maneiras de combater esse genocídio de forma eficaz estratégica. Visto de uma maneira superficial pode até parecer uma espécie de teoria, mas adianto que não. A busca por essa compreensão é uma arte de sobrevivência, visto que os números de homicídios contra jovens periféricos, e em sua maioria pretos, aumenta espantosamente a cada ano. Dentro de diversos fatores atuais que podemos ter como causas e possíveis causas, acho importante atentar para alguns específicos, pois acredito que estes sejam a coluna vertebral de toda a estrutura do extermínio da juventude, a saber: o racismo estrutural e a desigualdade social. Dentre os dois fatores citados, daremos início analisando acerca da desigualdade social nos grandes centros urbanos, porém falarei quase exclusivamente sobre Fortaleza. Essa análise é importante para que entendamos os dados e estatísticas que virão a seguir. Para dar início citarei dados divulgados na revista Berro sobre as cidades: ‘as grandes cidades – e aí eu cito aqui o artigo da revista Berro – tornaram-se em sua essência mercadoria, toda sua configuração socioespacial, cada espaço da metrópole virou produto. Os cidadãos que não têm acesso ao mercado são marginalizados e marcados pela violência. Há a constatação de que o mercado imobiliário cresceu em volume de negociações mais que cinco vezes entre 2005 e 2010, e os imóveis em média aumentaram mais de 10 por cento’. Essa citação é importante pra gente entender a ligação direta que vai ter a desigualdade social aqui em Fortaleza com essa questão da violência que assola a periferia de Fortaleza e tem vitimado tantos adolescentes. O estudo da Unicef vai falar que Fortaleza é a cidade que mais mata adolescentes no Brasil, então isso é um índice muito alarmante. Fortaleza cresceu significativamente nas últimas três décadas, se tornando o maior produto interno bruto do Nordeste e a quinta maior população do Brasil, isso até quando os estudos foram, que eu tive acesso né. De acordo com relatório da ONU, Fortaleza é a quinta aglomeração urbana mais desigual do mundo. Segundo o Instituto de Pesquisa e estratégia Econômica do Ceará, 7% dos fortalezenses concentram 26% da renda total da cidade, são 7% de toda a população de Fortaleza e eles detêm 26% de tudo que produz em Fortaleza, todo o lucro. Do outro lado os 44 bairros de menor

renda, que somam quase metade da população, 49%, respondem pelos mesmos 26%. Existe uma ilha de prosperidade na capital cearense que é cercada por bolsões de miséria por todos os lados. Essa ilha é formada por cerca de dez bairros. Para se ter uma noção dessa desigualdade, a renda média mensal do bairro Meireles, que é o mais rico da capital é 14 vezes maior que a do Conjunto Palmeiras inteira. Essa desigualdade social contém o sistema social vigente no qual o que prevalece como mais importante é o acúmulo de bens, o consumo excessivo e o individualismo e a concorrência ao invés de colaboração. Concorrência aqui em relação aos indivíduos de uma mesma classe, porque a gente hoje também dentro dessas comunidades é essa concorrência ao invés da colaboração, não de um modo geral, mas que está sendo cada vez mais presente. Esse quadro vai gerar duas realidades: a manutenção das elites e seus privilégios e a criação e manutenção dos meios necessários para a manutenção dessa elite. Nesse sentido, precisamos analisar os condutores iniciais para essa manutenção, a forma de ensino de cada um desses indivíduos – eu sou estudante de licenciatura então é inevitável eu colocar a educação nessa questão – de um lado temos indivíduos que são formados desde a infância para manter seus privilégios, que tem a sua disposição o sistema educacional que os educa para ocuparem os cargo dominantes da sociedade, teve acesso a uma estrutura de ensino privilegiado, tanto em sua estrutura física quanto em sua estrutura lógica, esses indivíduos tem acesso aos materiais necessários para a formação proposta, eles têm acesso a livros de diferentes áreas, tem acesso a uma formação extracurricular que inclui artes e várias opções de esportes, acesso ao estudo de outros idiomas, acesso ao lazer, a uma alimentação nutritiva e balanceada. Do outro lado, temos as pessoas que vão manter todos os acessos e privilégios desses outros indivíduos. Essas pessoas, em sua grande maioria, têm acesso a um sistema educacional sucateado tanto em sua estrutura física como analógica, e isso é feito de forma proposital para manter justamente os acessos dos indivíduos citados anteriormente. A estrutura física da escola pública ainda é em grande parte precária e estressante: ambientes com pouco espaço, fechados e cheios de grades, muitas vezes nesses ambientes falta o básico, como constantes falta de água, de luz, material de limpeza, merenda escolar etc. Na estrutura lógica se tem um quadro desfavorável para o ensino: professores com baixos salários, que precisam trabalhar constantemente para obter uma renda que os permita sobreviver, que em sua grande maioria são professores temporários, pois cada vez menos o governo quer efetivar os professores, o que também faz parte do plano de manutenção e, conseqüentemente, é algo proposital. Em contrapartida, vemos constante efetivação de soldados da polícia militar, está totalmente ligado nessa questão. Temos ainda a falta de material didático, de laboratório, de material necessário para os professores trabalharem e etc. Temos ainda o propósito do ensino destinado aos que estão sendo educados para manter os privilégios de outros, esse ensino é voltado para formar mão de obra, para manter a engrenagem do sistema vigente, sendo subtraído de sua grade cada vez mais a formação de pensamento crítico, o exemplo disto é o ataque constante à educação pública no que diz respeito às disciplinas como Filosofia, Sociologia e Artes, disciplinas essas de suma importância para a formação de pensamento crítico. Em um ambiente que se torna cada vez mais mecanizador de mentes, grande é o abandono de jovens do ensino fundamental e médio, esse abandono tem causas bastante evidentes: além da estrutura física e lógica do ensino público, tem a situação social descrita anteriormente. Situação essa que vai mostrar uma realidade dura na maioria dos lares dessas crianças. Em grande parte dos casos, essas crianças sofrem com o abandono paterno e apenas a mãe é a provedora de todo o sustento do lar, o que faz com que os irmãos mais velhos sejam responsáveis

pelos irmãos mais novos, e essa situação vai pesar ainda mais para a mulher, pois essa é forçada por uma estrutura machista e patriarcal a ser a cuidadora do lar, fazendo os afazeres domésticos e sendo mãe substituta, tendo que conciliar tudo isso aos estudos. Nesse caso, que é a maioria que ocorre nas periferias do país, a infância dessas crianças é negada né, a gente já tem aí esse ponto que é crucial da criança da periferia não ter, muitas vezes não ter direito nem à infância, porque muitas vezes crianças de oito a dez anos de idade tem que trabalhar para ajudar no sustento do lar. A tentativa de desenhar um quadro sobre desigualdade social, principalmente no que se refere a educação, foi para abordarmos um dado que está no mapa da violência de 2016, assim como em um documento da unicef lançado em 2017 com base em dados de 2013. Desde o primeiro mapa da violência divulgado em 1998 ficou evidente que a principal vítima da violência homicida no Brasil é a juventude, entende-se como jovem aqueles que estão entre 15 e 19 anos, nessa faixa etária o crescimento da letalidade foi muito maior do que no resto da população. O número de homicídios por arma de fogo na população total passou de 6.104 no ano de 1980 para 42.291 em 2014, crescimento de 592%. Já na faixa jovem esse crescimento foi bem maior, pula 3.159 mortos por armas de fogo em 1980 para 25.255 em 2014, um crescimento 699,5%. Documento da Unicef lançado em 2017 sobre homicídios na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará, constatou a seguinte situação: o perfil das vítimas: são em grande maioria pretos do sexo masculino, tem em média 17 anos e moram na periferia. Em 2013 os assassinatos de adolescentes na capital tiveram um crescimento assustador, atingindo 141 homicídios para cada 100.000 adolescente. De acordo com o documento da Unicef, mais de 70% dos adolescentes assassinados em 2015 nas sete cidades em que o estudo foi feito estavam fora da escola há pelo menos seis meses. Então, tá ligado diretamente a questão do abandono da educação com essa questão né, dos homicídios. (...). O outro fator a ser analisado aqui nesse primeiro momento é o racismo estrutural. Antes de nos aprofundarmos no que se refere a esse racismo, precisamos ter ideia dos dados referentes ao genocídio dos jovens pretos no país, existe uma enorme escassez de fontes e poucas alternativas para estudar a questão da cor das vítimas da mortalidade por arma de fogo. Com base nos dados que temos no estudo feito pelos pesquisadores do mapa da violência, a diferença em número de homicídios sofridas por pessoas negras e brancas é enorme. No ano de 2003 foram cometidos 13.224 homicídios por arma de fogo na população branca. Em 2014 esse número reduziu para 12.776, o que representa uma queda de 26,1%. Em contrapartida o número de pessoas vítimas por homicídios com arma de fogo passa de 20.291 para 29.813, no mesmo período, um aumento de 46,9%. O relatório final da cpi do senado sobre assassinato de jovens que foi divulgado em junho de 2016, apontou que todos os anos, em média, 23.100 jovens negros, de 15 a 29 anos, são assassinados, são 63 por dia, um a cada 23 minutos. De acordo com os dados da cpi, cerca de 30.000 jovens de 15 a 29 anos são assassinados no Brasil, 77% são negros. Abdias Nascimento em seu livro “O genocídio do negro no Brasil, o processo de um racismo mascarado” [NASCIMENTO, 2016], na abordagem sobre o genocídio do negro no Brasil ele vai analisar sobre as várias formas desse genocídio, que vai muito além do corpo no chão, né. Eu vou parar de aqui porque vai acabar, só para finalizar, o Abdias vai falar que esse extermínio da juventude negra, ele é um processo tão amplo que tá em todas as questões da vida do negro. Ele vai desde a morte da arte que o negro produz que não é reconhecida, da incapacidade que a população em ver o negro como inferior ou não inteligível, então esse racismo estrutural vai atingir todas as questões da vida do negro, e ele faz com que na escola pública os professores tratem o negro, a criança negra que está estudando, como

incapacitado, devido ao racismo estrutural que acaba atrapalhando no desenvolvimento intelectual dessas crianças. Essa é uma pesquisa que eu estou fazendo pra lançar um artigo né, que vai basear justamente nessa questão, a questão do extermínio da juventude que está diretamente ligado com a desigualdade social e com esse racismo estrutural que a gente tem aqui que eu acho que é o fator principal de tudo é o racismo estrutural, que eu tô vendo nessas pesquisas né. E o que é que a gente tem feito? Porque eu sou do Sarau da B1 e tem que falar né. A gente tem acreditado na arte como resgate né, a arte como único meio hoje, o Marcuse vai falar isso, que enquanto a educação não sair do ambiente acadêmico, da escola ou do colégio a educação não vai atingir aquilo que ela precisa atingir<sup>355</sup> né, então o Sarau da B1 e todos os saraus que estão acontecendo na periferia de Fortaleza, se você for para um Sarau de periferia você vai ver um discurso totalmente de pensamento crítico, de conscientização de formação social, de que os jovens que ali estão entendem o processo de extermínio que tá acontecendo, entendem o processo de política que a gente tá tendo no nosso país hoje e estão transmitindo isso através da arte que é a maneira que eles encontram de atingir outras pessoas para que essa consciência chegue até eles né” (Carlos Melo, 23 de novembro de 2017).

---

<sup>355</sup> Relação teoria, ciência, ideologia e ação. Ele conecta no seu discurso o diagnóstico da pesquisa, as referências teóricas e ideológicas com a ação coletiva na qual é engajado.

## ANEXO A



CONSELHO POPULAR DO SERVILUZ

### MORADORES DO SERVILUZ CONHEÇAM SEUS DIREITOS.

Você sabia que:

1 – A terra onde nós moramos era uma área de propriedade da União (governo federal) e que em 2005 a União decretou a **Regularização Fundiária** das moradias no Seviluz; ou seja: a terra no Serviluz pertence aos moradores do Serviluz.

2 – Em 2009 foi aprovado o Plano Diretor de Fortaleza. Essa é a principal lei que regulamenta a cidade e diz que o Serviluz é uma **ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL – ZEIS**. Isso significa que a lei reconhece que os moradores são os donos da terra onde vivem, não podendo ser removidos da área. E mais: qualquer projeto que mexa com o bairro e seus moradores tem que ser aprovado pela comunidade.

3 – A Prefeita de Fortaleza assinou Decreto em junho deste ano, mandando instalar o **Conselho Gestor da ZEIS do Serviluz**, órgão composto por representantes da Prefeitura e da Comunidade. Estes últimos eleitos pelos moradores. Será esse Conselho Gestor que encaminhará a Regularização Fundiária (onde os moradores receberão o documento comprovando a posse do seu imóvel) e aprovará os projetos urbanísticos para o bairro. A eleição do Conselho Gestor ocorrerá até setembro deste ano (2011).

4 – Por tudo isso, os “funcionários” da Secretaria de Infra-estrutura do Município – Seinf, estão agindo de forma **ILEGAL**, ao marcar as casas e cadastrar moradores para uma possível retirada de suas casas. Qualquer projeto só acontecerá se a Comunidade autorizar, pois **os moradores são os donos da terra**. Além do mais, esses “funcionários” da Seinf mentem para desinformar os moradores. **CUIDADO**, eles querem enfraquecer a Comunidade para passar por cima dos seus direitos.

**PARTICIPE DAS REUNIÕES DA COMUNIDADE PARA SE INFORMAR E CONSTRUIR A ZEIS DO SERVILUZ, QUE GARANTIRÁ OS DIREITOS DA POPULAÇÃO. NÃO SE DEIXE ENGANAR!**

## ANEXO B

### CALENDÁRIO ELEITORAL DA ZEIS SERVILUZ

- 06 de agosto 2011, das 14hs às 16hs – Formação para Mobilizadores ZEIS no Centro Comunitário Luíza Távora.

- Reuniões de Mobilização, divulgação e conscientização, sempre às 19hs:

08 de agosto: Barraca do Luiz.

09 de agosto: Praça da Estiva.

10 de agosto: Praça São Francisco.

11 de agosto: Senzala.

12 de agosto: Escola de Surfe do Fera.

13 de agosto: Barraca do Ribamar.

- 27 de agosto 2011: Assembléia Geral ZEIS Serviluz.

- 29 de agosto a 04 de setembro 2011: cadastramento dos eleitores.

- 05 e 06 de setembro 2011: inscrição de chapa(s).

- 18 de setembro 2011: eleição.

## ANEXO C

### **1º SEMINÁRIO POPULAR O SERVILUZ QUE QUEREMOS**

**FEVEREIRO DE 2010**

#### Apresentação

Realizado no dia 27 de fevereiro de 2010 as 14hs no CRAS – Serviluz

Organizado pelas entidades populares do Serviluz o 1º Seminário popular: O Serviluz Que Queremos nasceu da necessidade de a própria comunidade dizer quais as demandas do Bairro em diversas áreas. O Seminário foi dividido em câmaras temáticas onde a população apontou os problemas e as possíveis soluções em cada tema. O seminário também serviu para debatermos a implementação da Zeis (Zona Especial de Interesse Social) do Serviluz onde estiveram presentes para isso algumas autoridades do poder público municipal.

#### **Câmara Temática: Saúde**

1. Deficiência na central de marcação de consultas e exames – Ampliação e Capacitação do pessoal possibilitando agilidade do serviço;
2. Criação de um núcleo do CAPS no Bairro;
3. Aquisição de equipamentos para o posto de saúde;
4. Construção de uma sala para reuniões e capacitações internas;
5. Ampliar equipes do PSF (programa saúde da família). Mais médicos e mais enfermeiros;
6. Colocação do Serviço social dentro da equipe do PSF;
7. Criação do conselho local de saúde (democratização do conselho caso já exista);
8. Palestras sobre DST – Aids nas escolas e associações;
9. Apoio ao Planejamento Familiar (orientação e distribuição dos métodos anticoncepcionais).

#### **Câmara Temática: Emprego, trabalho e renda**

##### **Participantes:**

##### Problemas e soluções levantadas:

1. Melhorar o nível de escolaridade da população dando oportunidade aos moradores do Bairro de terem acesso a escola de ensino médio, curso pré-vestibular gratuito e curso suplementares como: línguas, redação informática etc ;
2. Cursos profissionalizantes;

3. Criação de mecanismos como balcões de oferta de emprego para os trabalhadores do bairro, dentro das possibilidades do entorno: indústria pesqueira, petroquímica, moinhos, portuária, hoteleira, restaurantes, entretenimento/lazer/turismo e, geral;
  - 3.1 – Fim do sistema de apontamentos, garantia de permanência dos postos de trabalho do Porto Mucuripe que têm sido reduzida em detrimento da precarização do porto do Pecém;
  - 3.2 – Garantir para comunidade local vagas no CVT – Portuário;
4. Apoio à criação e sustentabilidade de cooperativas e grupos de produção e serviços gerido por moradores locais;
  - 4.1 – Apoio à Criação do Mercado de Peixes do Serviluz, organizado em forma cooperativa, contemplando a comercialização do pescado bem como a produção de gelo e outros produtos da cadeia econômica pesqueira, como: produção de redes, estaleiro de jangadas e embarcações para a pesca local.
  - 4.2 – Apoio à criação de uma Central de artesanato para expor as mercadorias dos artesãos, crédito para artesãos individuais ou organizados coletivamente.
  - 4.3 – Fortalecimento das iniciativas de turismo comunitário existentes na comunidade apoiando capacitação, estrutura da agência de turismo comunitário, melhorando paisagismo e fortalecendo os estabelecimentos locais.
5. Apoio aos trabalhadores desempregados (a nível psicológico).

### **Câmara Temática: Cultura, esporte e lazer**

#### **Participantes:**

#### Problemas e soluções levantadas:

1. Fortalecimento e legitimação das entidades culturais da comunidade;
2. Criação de espaços públicos para organização e apresentação de festejos;
3. Construção de um CSU (Centro Social Urbano);
4. Criação de espaços para práticas esportivas;
5. Requalificação e abertura do Farol;
6. Acessibilidade aos espaços públicos e na Praia do Titanzinho;
7. Construção de um espaço para feira de artesanato.

### **Câmara Temática: Educação**

#### Problemas e soluções levantadas:

1. Construção de uma escola de Ensino Médio e profissionalizante;
2. Abertura de disciplinas escolares para comunidade;
3. Descentralização do Projovem;
4. Transporte gratuito para os alunos de ens. Médio.
5. Fardamento (adquirido de cooperativas populares) e material didático gratuitos.
6. Fazer parceria com as empresas locais para capacitar os moradores nas áreas que eles mais precisam e que a mão de obra capacitada seja absorvida por elas.
7. Aquisição do antigo Clube Jamaica para agregar ao espaço da escola Helenita Mota, garantido melhor acessibilidade e mais segurança.

### **Câmara Temática: Moradia e infraestutura**

1. Regularização fundiária, com titulação dos moradores por parte da Secretaria do Patrimônio da União, e efetivação da Zona Especial de Interesse Social por parte da Prefeitura.
2. Saneamento básico para o Titanzinho (da Av. Leite Barbosa até a Av. Vicente de Castro, incluindo a Estiva).
3. Saneamento básico com qualidade, sistema de tratamento de esgoto, de forma a impedir que os dejetos do esgoto transbordem a céu aberto tanto na Av. Zezé Diogo, quanto na Rua Ponta Mar e parte da praia; pôr fim ao escoamento de esgoto a céu aberto na praia rumo ao mar.
4. Implementação do projeto de contenção das dunas móveis elaborado pela Embrapa, cuja execução teve descontinuidade por parte da Prefeitura.
5. Abertura e alargamento de ruas conforme sugestão da comunidade a ser aprovada no Conselho Gestor da Zeis.
6. Utilização dos terrenos vazios na comunidade e redondeza para as seguintes funções sociais:
  - 6.1 – Moradia digna para famílias que compõem o déficit habitacional;
  - 6.2 – Eventuais reassentamentos em virtude de intervenções de urbanização;
  - 6.3 - Centro Cultural onde estaria a “memória cultural do povo do Serviluz”, onde também ocorreriam cursos profissionalizantes, atividades artísticas e esportivas;
  - 6.4 - Escola de 2º Grau (Liceu);
  - 6.5 - Praça com área de lazer para as crianças;
  - 6.6 – Centro de reabilitação para viciados em drogas;
- 7 – Lista de alguns terrenos vazios a serem utilizados para realização das demandas do item anterior:
  - 7.1 – Arpão - Rua Clóvis Arraes Maia com Ismael Pordeus;
  - 7.2 – Terreno da Bia – XPR - Av.Zezé Diogo com Ismael Pordeus;
  - 7.3 – .”Terreno vazio” na subida da rua Ismael por Deus com César Cals;
  - 7.4 – Embrapesca - César Cals com Prof. Henrique Firmeza;
  - 7.5 – .”Terreno vazio” na rua César Cals com José Sabóia;
  - 7.6 - Campo do Paulista - Rua Zezé Diogo com Leite Barbosa;
  - 7.7 – Casas Vazias

- Av. Zezé Diogo
- Rua General Titã – Titanzinho.

7.8 – Faixa de terrenos vazios entre o armazém de containers e a comunidade Raízes da Praia, na quadra entre Av. Dioguinho e Professor Clóvis Arrais Maia.

8 – Iluminação pública de qualidade nas ruas e na área da praia, espigão e no entorno do campo do Paulista.

9 – Tornar mais acessível o espigão facilitando o trabalho de pescadores, surfistas e outros usuários.

10 - Micro-créditos, a fundo perdido, ou a juros abaixo dos praticados no mercado, para realização de pequenas reformas particulares com vistas a qualificar melhor as habitações.



## CONSELHO POPULAR DO SERVILUZ

O **Conselho Popular do Serviluz** é uma articulação comunitária que reúne moradores de todas as “áreas” do bairro. Os representantes das comunidades, bem como as propostas e lutas, do Conselho Popular do Serviluz são definidos em Assembléias Comunitárias. Também participam associações, entidades e movimentos sociais do Serviluz.

Essa articulação de forças da comunidade tem sido fundamental para a luta por direitos da população do Serviluz. Lutas como:

- 1 - Retirada da areia da Rua Ponta Mar e implementação (não-realizada) do Projeto de contenção das dunas em parceria com a Embrapa – “Serviluz Praia Verde”;
- 2 - Participação ativa no Plano Diretor Participativo, conquistando a ZEIS do Serviluz;
- 3 - Luta por moradia (ocupações Raízes da Praia e Nova Estiva);
- 4 - Mobilização para instalação do Conselho Gestor da ZEIS do Serviluz, com várias Assembléias e plenárias de mobilização em todo o bairro;
- 5 - Luta em defesa da praia do Titanzinho, contra a instalação de um Estaleiro que aterraria o mar;
- 6 – Realização do “1º SEMINÁRIO POPULAR O SERVILUZ QUE QUEREMOS”, em fevereiro de 2010;
- 7 - Luta em defesa da manutenção do Campo do Paulista como espaço de esporte e lazer da comunidade.

Nossas **Reivindicações Prioritárias** são:

**1 – Instalação imediata do Conselho Gestor da ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) do Serviluz, conforme decreto municipal publicado em julho de 2011. O Conselho Gestor é a unidade de planejamento participativo para implementar a regularização fundiária e urbanística do Serviluz.**

**2 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA JÁ.**

**3 – Participação popular nos projetos dos governos que afetam a Comunidade, como Aldeia da Praia, VLT, Terminal de Passageiros da Praia Mansa, “Serviluz Praia Verde”(parceria com Embrapa).**

**3.1 – Os projetos devem visar a valorização urbana, ambiental e social do Serviluz, respeitando os direitos da população, de forma que:**

**a) não haja remoção de famílias e, em caso de ser necessário reassentamentos, estes sejam feitos nos terrenos vazios existentes no bairro;**

**b) planeje ações de forma participativa e coordenada com a comunidade.**

**4 – Utilização, por meio dos instrumentos legais cabíveis, dos terrenos e imóveis vazios na comunidade e redondeza para as seguintes funções sociais:**

**4.1 – Moradia digna para famílias que compõem o déficit habitacional – como as das ocupações Raízes da Praia e Nova Estiva;**

**4.2 – Eventuais reassentamentos em virtude de intervenções de urbanização;**

**4.3 - Centro Cultural onde estará a “memória cultural do povo do Serviluz”, onde também ocorrerão cursos profissionalizantes, atividades artísticas e esportivas;**

**5 – Construção de um equipamento poliesportivo, de convivência social e lazer, no terreno já utilizado pela comunidade para estes fins: “Campo do Paulista”.**

**6 – Ações da Prefeitura para garantir: saneamento básico e drenagem com qualidade, sistema de tratamento de esgoto, de forma a impedir que os dejetos do esgoto transbordem a céu aberto na Av. Zezé Diogo, nas ruas Francisco Monte, São Gerado, Odalisca, Ponta Mar e parte da praia; rua Amâncio Filomeno, próximo ao campo do paulista; saneamento básico para o Titanzinho (da Av. Leite Barbosa até a Av. Vicente de Castro), Farol e Estiva.**

**7 – Tomar medidas junto ao Estado no sentido da garantia do acesso ao ensino médio:**

**a) fortalecer a Escola Helenita Mota através da ampliação do espaço e de vagas, da contratação de professores e inclusão para pessoas com deficiência;**

**b) garantir transporte para alunos que estudam fora do bairro.**

**8 – Ampliar as equipes do PSF de 04 para as 06 equipes necessárias para cobrir as áreas atualmente descobertas, para melhor atendimento a comunidade.**

**9 - Realizar parcerias com escolas e organizações comunitárias para promover um amplo e difuso programa de educação em saúde no Serviluz.**

**10** – Apoio a iniciativas ligadas à prática do surfe como: oficina de pranchas; serigrafia para moda surfe-ware; suporte às escolas de surfe; apoio a profissionalização de atletas.

**11** – Apoiar cadeias econômicas locais de forma estratégica:

- a) apoio à cadeia pesqueira, com suporte a produção e comércio;
- b) apoio e valorização do artesanato e dos artesãos locais;
- c) implementação de projetos de turismo com base comunitária, valorizando as belezas, a cultura e a economia local.